



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3091

Quarta-feira - 25 de Março de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Fraiburgo.....	303	Monte Carlo.....	441
Água Doce.....	5	Frei Rogério	304	Morro da Fumaça	445
Águas de Chapecó.....	14	Galvão.....	306	Navegantes.....	447
Águas Frias.....	17	Garopaba.....	308	Nova Itaberaba	455
Alfredo Wagner	21	Garuva	309	Nova Trento.....	457
Angelina	23	Gaspar	317	Nova Veneza.....	460
Anitápolis.....	25	Governador Celso Ramos	325	Orleans	465
Apiuna.....	26	Grão Pará	326	Otacílio Costa.....	468
Arabutã	28	Gravatal	328	Ouro	469
Atalanta.....	30	Guaramirim.....	329	Palhoça	470
Balneário Arroio do Silva	33	Guarujá do Sul	333	Palma Sola.....	482
Balneário Piçarras.....	38	Guatambú	334	Palmeira	483
Balneário Rincão	40	Herval d'Oeste	337	Papanduva.....	486
Bandeirante	41	Ibicaré.....	340	Paraíso	487
Barra Bonita.....	44	Ilhota	341	Passo de Torres.....	490
Barra Velha.....	49	Imbituba	342	Passos Maia	491
Bela Vista do Toldo.....	50	Imbuia	345	Paulo Lopes	505
Belmonte.....	52	Indaial.....	346	Penha.....	507
Benedito Novo	59	Iporã do Oeste.....	352	Peritiba.....	520
Biguaçu	60	Ipuacú.....	354	Pescaria Brava	521
Blumenau	64	Ipumirim	355	Pinhalzinho	528
Bom Jesus	69	Iraceminha	360	Pinheiro Preto	542
Bom Retiro	70	Irani	361	Piratuba.....	563
Braço do Trombudo	76	Irineópolis	363	Planalto Alegre.....	565
Brusque.....	83	Itá	364	Pomerode.....	566
Caçador.....	85	Itapema	372	Ponte Alta do Norte.....	584
Caibi	89	Itapiranga.....	375	Ponte Serrada	585
Camboriú.....	91	Itapoá	377	Porto Belo.....	586
Campo Alegre	94	Ituporanga	392	Pouso Redondo	588
Campos Novos.....	96	Jaraguá do Sul	396	Praia Grande	591
Canoinhas.....	100	Jardinópolis	398	Presidente Castello Branco	595
Capinzal	104	Joaçaba	402	Presidente Getúlio	600
Catanduvas.....	129	José Boiteux	407	Quilombo.....	601
Caxambu do Sul.....	132	Jupia	409	Rio das Antas.....	603
Chapecó	133	Laguna	411	Rio do Campo	604
Cocal do Sul.....	167	Lajeado Grande.....	412	Rio do Oeste.....	605
Concórdia	169	Lauro Muller	415	Rio dos Cedros.....	615
Cordilheira Alta	234	Lindóia do Sul	418	Rio do Sul.....	606
Coronel Freitas.....	243	Lontras	419	Rio Fortuna.....	620
Coronel Martins.....	247	Luiz Alves	421	Rio Negrinho.....	622
Correia Pinto.....	261	Luzerna	422	Romelândia.....	623
Corupá	265	Macieira.....	424	Santa Helena	625
Descanso.....	266	Mafrá	427	Santa Rosa do Sul	631
Dionísio Cerqueira	268	Maracajá	431	Santa Terezinha do Progresso	632
Dona Emma.....	271	Maravilha.....	433	Santiago do Sul.....	647
Ermo	286	Marema	434	Santo Amaro da Imperatriz	649
Eral Velho	289	Massaranduba.....	435	São Bento do Sul.....	655
Formosa do Sul	298	Matos Costa.....	439	São Bonifácio	669
Forquilha	302	Meleiro	440	São Carlos	670

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3091

Quarta-feira - 25 de Março de 2020

Florianópolis/SC

Sumário

São Cristóvão do Sul.....	671	Schroeder	725	União do Oeste	759
São Domingos.....	672	Seara	730	Urussanga	760
São Francisco do Sul.....	685	Serra Alta	732	Vargem	763
São João Batista.....	686	Siderópolis.....	735	Vidal Ramos.....	766
São João do Oeste	688	Sombrio.....	736	Videira.....	774
São João do Sul	690	Sul Brasil	737	Vitor Meireles.....	778
São Joaquim	692	Tangará	738	Witmarsum	779
São José.....	694	Tijucas	739	Xanxerê	780
São José do Cedro.....	699	Timbó	745	Xavantina	781
São Lourenço do Oeste.....	700	Timbó Grande.....	747	Xaxim	783
São Miguel da Boa Vista	704	Treze de Maio	748	Zortéa	784
São Miguel do Oeste.....	706	Trombudo Central.....	753		
São Pedro de Alcântara.....	722	Tunápolis.....	757		

Associações

AMAUC.....	787	AMERIOS.....	787
------------	-----	--------------	-----

Consórcios

ARIS	789
CIGA	790
CIM-AMAVI	790
CIMVI.....	791
CINCATARINA	792
CIS/AMAUC.....	793
CIS/AMVI	794
CISAM	797
Lambari.....	797
CONDER.....	798



Abdon Batista**PREFEITURA****DECRETO 31 DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418066

DECRETO N. 31/2020, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito do Município de Abdon Batista SC no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Art. 54 da Lei Orgânica Municipal e, ainda:

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando que o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o DECRETO Nº 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 onde Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 1990, especialmente os arts. 6º, I e V; 39, V; 51, IV, § 1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal nº 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

Considerando os casos do novo Corona vírus (COVID-19) até então confirmados no território nacional, dos quais seis estão localizados no Estado de Santa Catarina, segundo dados do Ministério da Saúde;

Considerando que qualquer pessoa que tenha contato próximo (cerca de 1 metro de distância) com alguém com sintomas respiratórios está em risco de ser exposta à infecção;

Considerando que a transmissão do Corona vírus ocorre pela propagação no ar ou por contato pessoal com secreções contaminadas;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19.

DECRETA

Art. 1º a prorrogação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do município de Abdon Batista, ficam definidas nos termos deste decreto.

Art. 2º. Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas de problemas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 3º Eventos de massa (governamentais, esportivos, de Lazer, artísticos, culturais, políticos, científicos, comerciais, religiosos e outros com concentração próxima de pessoas), devem ser cancelados ou adiados.

§ 1º Nos casos em que não for possível o cancelamento ou adiamento, devem ocorrer sem a participação do público.

§ 2º As situações que envolvam população de alto risco para doença severa pelo COVID-19, como idosos e pacientes com doenças crônicas, devem ser canceladas.

§ 3º As instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem limitar, na medida do possível, as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

Art. 4º Os locais de grande circulação de pessoas, tais como supermercados, igrejas, hotéis, pousadas, unidades de saúde, academias, terminais urbanos, shopping centers e comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado.

Parágrafo único. As informações sobre higienização, sabonete líquido, álcool gel e papel toalha descartável devem ser disponibilizados de forma clara e visível.

Art. 5º As empresas de transporte coletivo devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos.

Art. 6º Os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes e bares, deverão adotar medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19, dentre as quais:

I - Disponibilizar álcool gel 70% na entrada do estabelecimento para uso dos clientes;

II - Dispor de anteparo salivar nos equipamentos de bufê;

III - Observar na organização de suas mesas a distância mínima de um metro e meio entre elas;

IV - Aumentar a frequência de higienização de superfícies;

V - Manter ventilados os ambientes de uso dos clientes.

Art. 7º Os estabelecimentos de ensino deverão manter rotinas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19, dentre elas:

I - Disponibilizar álcool gel 70% na entrada das salas de aula e demais ambientes;

II - Evitar o compartilhamento de utensílios e materiais;

III - Aumentar a distância entre as carteiras e mesas dos alunos;

IV - Aumentar frequência de higienização de superfícies;

V - Manter os ambientes ventilados.

Art. 8º O uso de bebedouros de pressão deve observar os seguintes critérios:

I - Lacre das torneiras a jato, que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;

II - Garantia de que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar o contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;

III - Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento

que possibilite retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual;

IV - Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;

V - Higienização frequentemente os bebedouros.

Art. 9º No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 56, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o alvará de funcionamento de estabelecimento que incorra em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado por órgão de defesa do consumidor, Ministério Público ou, ainda, que tenham sido objeto de reclamação por meio da plataforma "consumidor.gov.br".

Art. 10º Permanecem suspensos os atendimentos presenciais da Administração Municipal, pelo período de 7 (sete) dias, excetuando-se aqueles considerados como essenciais, dispensando-se os servidores:

a) Com 60 anos ou mais;

b) Servidores imunodeprimidos;

c) que apresentem doenças respiratórias crônicas;

d) que coabitam com idosos ou com pessoas que apresentam doenças crônicas;

Art. 11º. As aulas na rede municipal de ensino, transporte universitário oferecido pelo município, atividades e projetos da Assistência social desenvolvidos pelo CRAS e escolinhas esportivas, ficam suspensas pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar-se a partir de 19/03/2020.

§ 1º. Fica transferida para uma nova data a ser marcada, as festividades para comemoração dos 31 anos do município de Abdon Batista.

Art. 12º. Fica criado no âmbito do município de Abdon Batista, para prevenção e enfrentamento e operações emergenciais o seguinte grupo:

a) Comitê Municipal de Prevenção e enfrentamento do COVID-19, no qual serão monitorados os casos suspeitos da doença e desenvolvidas as novas estratégias de enfrentamento.

Art. 13º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e mundial,

Art. 14º. Nos casos omissos neste decreto, serão regulados pelo decreto estadual.

Art. 15º Este Decreto entra em vigor como recomendação na data de sua publicação e como determinação a partir da data de 24/03/2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, SC em 24 de março de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra

Água Doce

PREFEITURA

136/2020

Publicação N° 2417938

PORTARIA N° 136/2020– DE 24 DE MARÇO DE 2020

“CONVOCA DAS FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto nº 037/2020, Art.4º

Resolve:

Artigo 1º Convocar das férias a servidora JANE HELENA DOS PASSOS, inscrita no CPF nº 050.301.159-27, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, para voltar ao trabalho na data de 25/03/2020, restando 07 (sete) dias das férias para a servidora usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

137/2020

Publicação N° 2417939

PORTARIA N° 137/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

“CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO PARA OS PROFESSORES QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto nos artigos 20 e 22 da Lei Complementar 011/98

Resolve:

Art. 1º Concede progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação para os professores que menciona, na tabela abaixo:

	Professores	Nível	%	Carga Horária
01	Adriana Maria Tonial Piaia	9E/9E	100	20/20
02	Andréia Renata do Amaral e Silva	9A	100	40
03	Andriana Wensel Totti	8E/8E	100	20/20
04	André Link	7E	100	20
05	Angela Raquel Lucietti Rossa	9A	100	40
06	Carmelinda Alves Paz	9A/7C	100	20/20
07	Claiton Luiz de Souza Pinto	8E	100	30
08	Claudete Dulcinéia Dalla Acosta	8E	100	40
09	Cleuci Fátima dos Santos	9E/9E	100	20/20
10	Cleuza Maria de Oliveira Drissen	7D	100	20
11	Carmen Guisleni da Fonseca	7D	100	20
12	Dayane de Moraes	8E/7D	100	20/20
13	Darilene de Tomin	3E em extinção	100	20
14	Débora Zanatto	9E permanece	100	40

15	Denise Putton	8E	100	40
16	Eleonora Beal Ceconello	8D	100	20
17	Elisabete Salvador	9C/9A	100	20/20
18	Evandra Regina Macagnan	9E/8E	100	20/20
19	Evandro Carlos Zanatto	9E permanece	100	40
20	Fabiana ProvinZenatti de Souza	8E/7D	100	20/20
21	Fátima Bortolini Pontel	9E/9C	100	20/20
22	Flávia Aparecida Zanini da Silva	9E/9C	100	20/20
23	Fabiane Coser	7C	100	40
24	Gilson Talis Percisi	9E permanece	100	40
25	Gissele Brezolin	9E/7D	100	20/20
26	Giovana Rosa Sari Macagnan	9E/9E permanece	100	20/20
27	Gladis M. C. Menegat	9A/8E	100	20/20
28	Jacqueline Maria Celso	9E/9E	100	20/20
29	James Francisco Beal	9E permanece	100	40
30	Juciana Souza Araujo Soares	9A	100	20
31	Juliana Pereira de Souza Katschor	8D/7D	100	20/20
32	Juliana Luiza dos Passos	8E/9E	100	20/20
33	Julita Reetz Macagnan	9E permanece	100	40
34	Karen Klotz Padilha	8E/9C	100	20/20
35	Keila Lúcia da Silva Arruda	8E/8C	100	20/20
36	Luana Colombo Thaler	8B	100	20
37	Luciane Borges do Amaral	6B	100	20
38	Luiza Pereira Duarte	7D	100	20
39	Luci Mara AnssolinLuchese	8E/7D	100	20/20
40	Maíra Ramos Hulthmann	8C/7C	100	20
41	Magali Ferreira da Costa Ferretti	7C	100	20
42	Márcia Inês Johann Simão	7D	100	20
43	Marciano A. Pereira	8E	100	20
44	Mari Paula Tonet Oldoni	9E/9A	100	20/20
45	Maria Isabel Sch-Iler	7C	100	40
46	Marines Lúcia Fioreze	9E/8E	100	20/20
47	Marisa de Fátima Saretto de Oliveira	9E/9E	100	20/20
48	Marisete Kochem	8E/7D	100	20/20
49	Marisete Maria Pântano Guisleni	9E/8C	100	20/20
50	MariveteToigo	9C/9E	100	20/20
51	Marjorie G. S. de Oliveira	9E permanece	100	40
52	Nadia Salvador	9B	100	20
53	Nilza Márcia dos Santos	7D	100	20
54	Neusa Aparecida dos Santos	8E	100	20
55	Patrícia Aparecida de Matos da Silva	7D	100	20
56	Paula Mendes Gatelli	8E	100	20
57	Raquel Heberle	9A/9E	100	20/20
58	Rosane Putton F. Hartcopf	9C	100	40
59	Rosane Maria Signori	9E permanece	100	20
60	Roseli Fontana Oselame	8C	100	20
61	Roseni Linhares Veloso	6E	100	20
62	Salete Zarpelon Parenti	8E/7D	100	20/20
63	Sandra Iara Giaretta	8E/8C	100	20/20
64	Tânia Mara Zanatta	9E/8E	100	20/20
65	Tatiana Guerra de Barros	9E/9E	100	20/20
66	Tatiane Aparecida Paz	9A/8D	100	20/20
67	Thiara Gabriela Cyrino Ramos	8E	100	40
68	Waleska Porto Lima Souza	8E	100	20
69	Zelaine Aparecida Peliciolli	9E permanece	100	40

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.



Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

DECRETO Nº 038/2020

Publicação Nº 2418304

DECRETO Nº 038/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.776, de 24 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754 de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica anulado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.40.00.00.0679/74 Transferências a Municípios, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0679/74 Transferências a Municípios R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º. Fica suplementado no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0086/73 Transferências a Municípios R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 039/2020

Publicação Nº 2418385

DECRETO Nº 039/2020 - DE 24 DE MARÇO DE 2020

INSTITUI O CENTRO DE TRIAGEM E DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do Art. 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o contido na Lei Federal n.13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, Decreto n. 521, de 19 de março de 2020 e Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, editados pelo Governador do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO as medidas adotadas em nível mundial, bem como pelos demais Entes da Federação, para a contenção da Pandemia, que cresce em números significativos em nosso meio, apresentado evolução semelhantes aos listados nos países da Europa;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais n. 35 e 37 editados pelo Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego imediato de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Água Doce (SC).

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional, decorrente do COVID-19, no âmbito do Município de Água Doce ficam definidas nos termos deste Decreto, sem prejuízo da observância das normas já estabelecidas nos Decretos n. 35, 36 e 37 deste Município.

Art. 2º Fica criado o CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19, a ser mantido pela estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social deste Município na Unidade Básica de Saúde Irmã Thereza Uber, localizada na Rua XV de Novembro, Centro (em frente à Casa da Cultura, antigo CPAS), com funcionamento em regime de plantão de 12h - das 07h30min às 19h30min, de segunda a domingo e atendimento de "sobreaviso" de 12h - das 19h30min às 07h30min, de segunda a domingo, onde haverá atendimento médico, ambulatorial e coleta de material para exames.

I – Exclusivamente para os casos com sintomas compatíveis com COVID-19 os atendimentos presenciais serão realizados na Unidade Básica de Saúde Irmã Thereza Uber e por meio do telefone (49) 9.9925-0104. Para informações aos munícipes estão sendo disponibilizados os seguintes contatos: (49) 3524-0585 e (49) 3524-0373;

II - os atendimentos seguirão os protocolos já recomendados pelas organizações de saúde para identificação dos sintomas do COVID-19, podendo iniciar com triagem por meio telefônico ou WhatsApp, presencial ou a domicílio, a ser regulamentado pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme a necessidade;

III – o CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19 manterá relatório e boletins diários contendo informações dos atendimentos presenciais ou via telefone/WhatsApp, conforme a classificação dos casos e os encaminhamentos adotados;

IV – caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social definir o número mínimo de profissionais para o funcionamento do CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19, sendo que a equipe deve ser apenas a essencial para a realização do atendimento, observando sempre a efetiva demanda.

Art. 3º A equipe básica será composta por 01 (um) profissional médico, 01 (um) enfermeiro, 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) profissional de limpeza e higienização, podendo ser ampliada por ato do Secretário Municipal de Saúde, conforme a necessidade devidamente justificada.

Art. 4º. Dada a situação de emergência declarada no Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020, fica autorizado a realização contratações emergências com dispensa de licitação, nos termos do art. 4º e seguintes da Lei Federal n. 13.979/2020 e suas alterações.

Art. 5º. Dada a situação de emergência declarada no Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020, resta desde já autorizado a convocação dos servidores públicos municipais, profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, vigilância sanitária e epidemiológica e os demais profissionais da saúde e serviços afins, para que fiquem à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, durante o período de vigência deste Decreto, podendo referidos profissionais serem requisitados e remanejados de outros setores para atender a situação emergencial de saúde, conforme a necessidade.

Art. 6º. Os servidores públicos municipais da área da saúde, referidos no artigo anterior, poderão ser escalados em regime de "sobreaviso", conforme a necessidade, mediante escala a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Parágrafo Primeiro. As horas de "sobreaviso" para todos os efeitos, deverão ser registradas em documento próprio pelo gestor da Pasta e serão contadas à razão de 1/3 (um terço) da remuneração da hora normal.

Parágrafo Segundo: A farmácia municipal por ser serviço essencial também adotará regime de "sobreaviso", conforme a necessidade.

Art. 7º. Fica autorizado o pagamento das horas extraordinárias e/ou de "sobreaviso" que forem realizadas no período da situação de emergência declarada, mediante controle de jornada, escalas ou outros expedientes internos de controle a serem criados e realizados pela

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Art. 8º. Em decorrência das medidas de quarentena adotadas e ora prorrogadas, mantêm-se a suspensão dos serviços públicos não essenciais, definidos em decreto estadual, executados serviços realizados pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, entre outros relacionados e de caráter essencial.

Parágrafo Primeiro. Para fins do disposto no caput, os servidores públicos municipais em quarentena compensarão os dias não trabalhados relativos a vigência deste Decreto, da seguinte forma:

I – Mediante o acréscimo de até 02 (duas) horas diárias, até 31 de dezembro do corrente ano, conforme a necessidade efetiva de cada setor, a ser determinada pelo superior hierárquico imediato;

II – os servidores públicos que atuarem nesse período para suporte ou atendimento de atividades essenciais, entre outras necessárias aos interesses públicos, deverão realizar o registro do ponto das horas laboradas e compensar somente as horas faltantes, se houver.

III - Somente em casos excepcionais serão autorizadas pela chefia imediata a realização de atividades home office, desde sejam compatíveis com o interesse público e o servidor declare expressamente ter os meios de acesso remoto e as ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções pelo período expresso no caput.

Parágrafo Segundo. Revoga-se o artigo 6º do Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020, em relação ao ponto facultativo.

Art. 9º. O disposto neste Decreto não invalida o disposto no Decreto Municipal n. 35/2020, de 17 de março de 2020 e Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020, e demais atos já expedidos pelo Executivo Municipal.

Art. 10º. Revoga-se o disposto nos artigos 4º e 5º do Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020.

Art. 11º. Ficam mantidos os demais dispositivos do Decreto Municipal n. 35/2020, de 17 de março de 2020 e do Decreto Municipal n. 37, de 18 de março de 2020, pelo prazo de 07 (sete) dias, contados da publicação deste Decreto, em atendimento as novas determinações de quarentena editada pelo Decreto Estadual n. 525, do Governador do Estado de Santa Catarina.

Art. 12º. Os casos omissos, excepcionais ou supervenientes a este Decreto serão resolvidos individualmente.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação e terá prazo inicial de vigência de 07 (sete) dias, podendo ser prorrogado por igual ou mais períodos, ou alterado, se necessário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce/SC,
em 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 040/2020

Publicação Nº 2418585

DECRETO Nº 040/2020 - DE 24 DE MARÇO DE 2020

ALTERA O DECRETO N. 039/2020, QUE DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM E SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, RESOLVE retificar e

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o Art. 2º do Decreto Municipal n. 039/2020, que passará a vigor com a seguinte redação:

“Art. 2º. Fica instituído o CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19, a ser mantido pela estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social deste Município na Unidade Básica de Saúde Irmã Thereza Uber, localizada na Rua XV de Novembro, Centro (em frente à Casa da Cultura, antigo CAPS), com funcionamento em regime de plantão de 12h - das 07h30min às 19h30min, de segunda a sexta-feira, onde haverá atendimento médico, ambulatorial e coleta de material para exames.

Parágrafo primeiro. Deverão observar ao disposto neste artigo e, em particular:

I - Para os casos com sintomas compatíveis com COVID-19 os atendimentos presenciais serão realizados na Unidade Básica de Saúde Irmã Thereza Uber e por meio do telefone (49) 9.9925-0104. Já para informações aos munícipes estão sendo disponibilizados os seguintes contatos: (49) 3524-0585 e (49) 3524-0373;

II - após às 19h30min até às 7h30min, de segunda a sexta-feira e nos finais de semana, a triagem será realizada preliminarmente por

telefone ou Whatsapp pelo profissional médico, em regime de sobreaviso, que identificará os sinais e sintomas do paciente. Dependendo da gravidade do caso, será determinada a conduta e o direcionamento conforme protocolo do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Parágrafo Segundo. O CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19 manterá relatório e boletins diários contendo informações dos atendimentos presenciais ou via telefone/WhatsApp, conforme a classificação dos casos e os encaminhamentos adotados.

Parágrafo Terceiro. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social definir o número mínimo de profissionais para o funcionamento do CENTRO DE TRIAGEM DO COVID-19, sendo que a equipe deve ser apenas a essencial para a realização do atendimento, observando sempre a efetiva demanda.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal n. 039/2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce/SC,
em 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.776/2020

Publicação Nº 2418295

LEI Nº 2.776/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754 de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60,000,00 (sessenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica anulado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.40.00.00.0679/74 Transferências a Municípios, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0679/74 Transferências a Municípios R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º. Fica suplementado no orçamento vigente o seguinte elemento de despesa vigente:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.40.00.00.0086/73 Transferências a Municípios R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.777/2020

Publicação Nº 2418297

LEI Nº 2.777/2020 - DE 24 DE MARÇO DE 2020

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce(SC). Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio para repasse de recursos financeiros de até R\$ 7.000,00 (mensais) ao Município de Vargem Bonita SC.

Art. 2º. Os recursos serão destinados ao transporte escolar de alunos residentes no Município de Água Doce na localidade de Linha Três Pinheiros – Posto Carretão Km 29, Rio do Mato, Limoeiro, Fazenda Tamanduá.

Art. 3º. O transporte escolar dos referidos alunos será de responsabilidade do Município de Vargem Bonita, cabendo a este a adoção das medidas que lhes garantam o acesso à escola, bem como das responsabilidades quanto ao transporte de maneira geral.

Art. 4º. O convênio terá validade durante o ano letivo de 2020.

Art. 5º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05. SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**01. DEPARTAMENTO DE ENSINO****12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR****3.3.40.00.0.0086/73 Transferência a Municípios**

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce-SC, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.778/2020

Publicação Nº 2418299

LEI Nº 2.778/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação das APPs das escolas: Escola Municipal Lindaura Eleutério da Luz, C. E. I. Estrelinha Azul, C.E.A. Dr. Alvino Raittz e Escola Municipal Lageado Bonito, bens adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ao Município de Água Doce, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados às escolas identificadas, às quais cabe a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA ELEUTÉRIO DA LUZ

01 UN. – CAMA ELÁSTICA NACIONAL 2,40 M COLORIDA R\$1.300,00

CENTRO EDUC. INFANTIL ESTRELINHA AZUL

01 UN. - ROÇADEIRA LATERAL VULCAN 430H GASOLINA R\$750,00

01 UN. - FORNO ELÉTRICO FISCHER GRILL 44 LITROS R\$533,40

C.E.A. DR. ALVINO RAITTZ

01 UN. - FORNO ELÉTRICO DU CHEF WHITE 45 LT – SAFANELLI R\$312,32

01 UN. - FREEZER ELECTROLUX H162 – 149 LT R\$1.386,39

ESCOLA MUNICIPAL LAGEADO BONITO

01 UN. - MULTIPROCESSADOR BRITÂNIA ALL BMP 900 R\$229,90

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce – SC, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.779/2020

Publicação Nº 2418300

LEI N. 2.779/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE SALARIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Água Doce (SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual e reajuste aos Servidores Públicos do Município de Água Doce (SC), a partir de 1º de março de 2020, na seguinte forma:

I - revisão geral anual na ordem de 5,00% (cinco por cento) sobre os subsídios, vencimentos, remuneração, diárias e funções gratificadas dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos, conselheiros tutelares, comissionados, bem como aos agentes políticos do Poder Executivo Municipal de que trata a Lei n. 2.434 de 24 de junho de 2016 e da Lei n. 2.433, de 24 de junho de 2016.

II – Os membros do magistério receberão ainda, o percentual de 3,44% (três vírgula quarenta e quatro por cento) em razão do disposto na Lei 2.752/2019.

III – Para atender ao disposto no art. 5º. da LC 072/2011, os membros do magistério do Município de Água Doce terão seus vencimentos reajustados, sem prejuízo do disposto nos incisos anteriores, em 7,84% (sete vírgula oitenta e quatro por cento), de forma escalonada, sendo 2,61% (dois vírgula sessenta e um por cento) em junho/2020, 2,61% (dois vírgula sessenta e um por cento) em setembro/2020, 2,62% (dois vírgula sessenta e dois por cento) em dezembro/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias e funções programáticas do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, SC, em 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.780/2020

Publicação Nº 2418301

LEI Nº 2.780/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar:

Artigo 1.º Fica concedido revisão geral anual aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos ocupantes de cargo efetivo, cargo comissionado, e função gratificada.

Artigo 2.º O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei, será de 5%, (cinco por cento) o que corresponde à inflação registrada pelo IPC/FIPE, a partir de 1.º de março de 2020, nos seguintes termos:

I – A revisão geral anual na ordem de 3,63 (três vírgula sessenta e três por cento) sobre o vencimento, remuneração e funções gratificadas dos servidores públicos municipais da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce-SC.

II – o percentual de 1,37% (um vírgula trinta e sete por cento) a título de ganho real sobre o vencimento, remuneração e funções gratificadas dos servidores públicos municipais da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce-SC.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal, vigente em cada exercício.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a parti de 1.º de março de 2020.

Artigo 5.º Revogam-se disposições em contrário.

Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.781/2020

Publicação Nº 2418302

LEI Nº 2.781/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS AGENTES POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de origem parlamentar:

Artigo 1.º Fica concedido revisão geral anual aos agentes políticos da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Artigo 2.º O percentual de revisão referido no artigo 1º desta Lei, será de 3,63 (três vírgula sessenta e três por cento), conforme variação inflacionária pelo IPC/FIPE no período de março/2019 a fevereiro/2020, a partir de 01 de março de 2020.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo Municipal, vigente em cada exercício.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a parti de 1.º de março de 2020.

Artigo 5.º Revogam-se disposições em contrário.

Água Doce, 24 de março de 2020.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 039-2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418153

DECRETO Nº 039/2020 De 24 de março de 2020	ADOA NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,
---	---

Considerando a edição do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina e demais determinações legais do Governo Federal com o objetivo de auxiliar no combate e prevenção da epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) com status de pandemia,

DECRETA:

Art. 1º O município de Águas de Chapecó, ratifica in totum o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, passando a tomar medidas preventivas e rígidas que a situação do CORONAVÍRUS (COVID-19) nos impõe, SUSPENDENDO as atividades junto ao Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Ficam suspensos pelo período de 07 (sete) dias, a partir do dia 25 até 31 de março do corrente ano, o expediente nas secretarias, departamentos e setores municipais.

§ 1º Ficam excepcionados do disposto no caput desde artigo, as secretarias, departamentos e setores que, pela natureza das atividades, não possam deixar de atender ao público, tais como serviços básicos de saúde.

§ 2º Todos os servidores lotados nas áreas supra excepcionadas, mormente os idosos com idade superior a 60 (sessenta) anos, portadores de doenças crônicas, gestantes e pessoas que tenham retornado de viagem internacional, a pelo menos 14 (quatorze) dias, não se aplica o contido no parágrafo primeiro do presente artigo.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 24 de março de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 013/2020 - PRORROGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 012/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020, A QUAL ESTABELECE MEDIDAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2418285

PORTARIA nº. 013/2020
De 24 de março de 2020

QUE PRORROGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 012/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020, A QUAL ESTABELECE MEDIDAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL, Presidente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial as contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que determina a suspensão, em todo o território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado.

CONSIDERANDO o Decreto Executivo nº. 039/2020, de 24 de março de 2020, que suspendeu o expediente nas Secretarias, Departamentos e Setores Municipais.

CONSIDERANDO: Orientação emanada da Assessoria Jurídica da Associação das Câmaras Municipais do Oeste Catarinense – ACAMOSC;

RESOLVE:

Art. 1º. – Ficam prorrogados os efeitos da Portaria nº. 012/2020, de 18 de março de 2020, suspendendo-se o expediente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, pelo prazo de 07 (sete) dias compreendidos esses, ao lapso temporal de 25 a 31 de março de 2020.

Parágrafo único: A suspensão de que trata o caput do presente artigo, será reavaliada a partir do dia 01 de abril corrente, podendo ser prorrogada ou não, sendo a designação de futuras Sessões, Ordinárias ou Extraordinárias determinadas a partir dessa mesma data.

Art. 2º. – O Poder Legislativo Municipal funcionará em regime de plantão, visando atender situações que assim o exijam, através dos telefones nº. 99105 1100 e 98428 6416.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas de Chapecó – SC, em 24 de março de 2020.

RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL
Presidente

Publicada e registrada
em local de costume.

SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO DO CONCURSO PÚBLICO 01/2020 PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Publicação Nº 2417929



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER LEGISLATIVO
DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2020

COMUNICADO**SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO EFETIVO DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando a adoção das medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), em especial o disposto no Decreto Estadual Nº 509, de 17 de março de 2020, torna pública a **suspensão por tempo indeterminado do Concurso Público de Provas** para o provimento efetivo de Cargos (CFE) do Poder Legislativo Municipal.

Novas informações, instruções e avisos relacionados à reabertura do certame, serão publicados no site do concurso público na Internet:

<http://camdeveraguasdechapeco.fepese.org.br/>

Águas de Chapecó, 23 de março de 2020.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 90/2020

Publicação Nº 2417910

DECRETO Nº 90/2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei nº 1.277/2020 de 24/03/2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta cinco mil reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/ Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento

Programa: 3 – Águas Frias Bem Mais Administração

Projeto/Atividade: 1.006 – Aquisição de Imóvel

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo

Projeto/Atividade: 1.035 – Construção de Ciclovia e Passeios Públicos

Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo

Projeto/Atividade: 2.034 – Manutenção das Atividades do Dep. de Obras e Serviços Urbanos

Natureza da Despesa: 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 40.000,00 DR 0.1.00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte

Programa: 14 – Águas Frias Bem Mais Estradas

Projeto/Atividade: 1.037 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos, Caminhão e Veículos

Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações DiretasR\$ 235.000,00 DR 0.1.00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de março de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 63/2020

Publicação Nº 2417867

LEI COMPLEMENTAR Nº 63/2020

ALTERA ARTIGOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 47/2016 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - O inciso I do artigo 106 e os artigos 239 e 258 da Lei Complementar nº 47/2016 – Código Tributário Municipal passam a vigorar com a seguinte redação:

I - recolhimento efetuado antes de iniciado o procedimento fiscal, multa de mora equivalente a 10% (dez por cento) do valor do imposto devido e não pago ou pago a menor;

Art. 239 - Sobre as parcelas mensais vencidas incidirão multa de 10% (dez por cento) uma única vez e juros de 1% ao mês, computando-se como mês completo qualquer fração dele.

Art. 258 - Sobre os débitos mencionados no artigo anterior incidirão multa de multa de 10% (dez por cento) uma única vez e juros de 1% ao mês, computando-se como mês completo qualquer fração dele.

Art. 2º - Fica revogado o artigo 240 da Lei Complementar nº 47/2016 – Código Tributário Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 24 de março de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

Apresente Lei foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.276/2020

Publicação Nº 2417866

LEI Nº 1.276/2020

ALTERA A LEI MUNICIPAL N. 1.070/2013, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE PLANTÃO DE SOBREAVISO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o caput do artigo 3º da Lei 1.070/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O Sobreaviso terá duração semanal e o servidor convocado receberá pela disponibilidade semanal o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 2º - Fica acrescido ao artigo 4º da Lei 1.070/2020 o parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo Único – As horas extraordinárias excedentes a quadragésima hora mensal efetivamente trabalhada pelos profissionais da saúde de que trata esta lei serão compensadas com dias de folga ao profissional, mediante controle da Secretaria da Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 24 de março de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.277/2020

Publicação Nº 2417909

Lei nº 1.277/2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na Lei Orçamentária Anual do Município de Águas Frias, Lei nº 1.273/2019, no valor de R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta cinco mil reais), destinado a suprir os seguintes Projetos/Atividades conforme segue:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
 Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Administração e Planejamento
 Programa: 3 – Águas Frias Bem Mais Administração
 Projeto/Atividade: 1.006 – Aquisição de Imóvel
 Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo
 Projeto/Atividade: 1.035 – Construção de Ciclovia e Passeios Públicos
 Natureza da Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00 DR 0.1.00

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
 Programa: 13 – Águas Frias Bem Mais Urbanismo
 Projeto/Atividade: 2.034 – Manutenção das Atividades do Dep. de Obras e Serviços Urbanos
 Natureza da Despesa: 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe R\$ 40.000,00 DR 0.1.00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar mencionado no Art. 1º utilizamos os recursos de anulação de dotação orçamentária conforme segue:

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Infraestrutura
 Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Transporte
 Programa: 14 – Águas Frias Bem Mais Estradas
 Projeto/Atividade: 1.037 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos, Caminhão e Veículos
 Natureza da Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações DiretasR\$ 235.000,00 DR 0.1.00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de março de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CEZAR JOSÉ GOLLO
 Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2020

Publicação Nº 2418583

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
 Estado de Santa Catarina

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS	
EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº1/2020	
Ata Nº:	1/2020
Detentora da Ata:	AUTO POSTO AGUAS FRIAS LTDA
Objeto	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Processo Nº	96/2019
Modalidade	Pregão Nº39/2019
Vigência da Ata	Início: 25/03/2020 Fim: 31/12/2020

2	1	ÓLEO DIESEL COMUM S500		3,49
3	1	ÓLEO DIESEL S10		3,53

PREÇOS REGISTRADOS

ÁGUAS FRIAS – SC, 25 de março de 2020
RICARDO ROLIM DE MOURA
Prefeito

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO 4466-2020

Publicação Nº 2418502

DECRETO Nº 4466 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO ALFREDO WAGNER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo inciso VIII do artigo 93, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 4460 de 17 de março de 2020, n. 4463 de 18 de março de 2020 e n. 4464 de 19 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Alfredo Wagner, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Alfredo Wagner, das medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto Estadual n. 515/2020 e acatadas pelo Decreto Estadual n. 4463/2020, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias;

Parágrafo Único - O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto Municipal nº 4460, de 17 de março de 2020.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do CORONAVÍRUS.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do CORONAVÍRUS.

Art. 3º No âmbito do Poder Executivo municipal, ficam prorrogados por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária, epidemiológica e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, e às associações de Município.

Art. 4º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

§ 3º Durante o período de vigência da quarentena, os servidores municipais de qualquer órgão ou secretaria que não estejam realizando seus trabalhos de forma presencial, poderão ser convocados para dar suporte as ações de enfrentamento ao COVID – 19.

Art. 5º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 6º Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração públicos municipais autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 7º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC, 24 de março de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 004/2020 - COVID-19 PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 2418344

Portaria n. 004/2.020

Prorroga atos preventivos da COVID-19

Art. 1º Ciente do Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2.020 e de sua prorrogação pelo Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2.020 resolve:

I – Ampliar a suspensão das atividades da Câmara Municipal até o dia 31 de março de 2.020.

II – Naquilo que couber, permanecem as determinações da portaria anterior vigentes.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alfredo Wagner-SC, 24 de março de 2.020.

Edenilson Rodrigues de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Angelina

PREFEITURA

PORTARIA Nº 002/2020-CMV

Publicação Nº 2418417

portaria N.º 002 de 18 de março de 2020.

Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara de Municipal de Angelina, e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em razão da infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Disposto no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Estado de Santa Catarina;

Considerando o Disposto no Decreto Municipal nº 19/2020, que dispõe sobre as medidas adicionais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Angelina/SC,

Resolve:

Art. 1º - A presente portaria dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus, no âmbito da Câmara Municipal de Angelina, que vigorarão de 18 de março à 24 de março de 2020.

Art. 2º- Nas dependências da Câmara Municipal de Angelina/SC, fica suspensa neste período a realização de qualquer evento ou atividade, restringindo as atividades legislativas essenciais para o funcionamento do Poder Legislativo.

Parágrafo único – A suspensão de que trata este artigo, abrange atendimento ao público, Sessões Ordinárias, Sessões Solenes, Audiências Públicas, além da utilização das dependências desta Casa de Leis por terceiros para quaisquer outros fins, tais como reuniões, cursos, palestras, eventos de homenagem, etc.

Art. 3º - Durante o período de vigência desta suspensão, os serviços essenciais da Câmara Municipal de Vereadores, serão feitos internamente ou de forma remota, pelo mínimo de servidores necessários, sem a cobrança de ficha ponto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo as medidas serem reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica.

Publique-se e Cumpra-se.

Angelina, 18 de março de 2020.

Ramon Exterkoetter
Presidente da Câmara Municipal de Angelina

PORTARIA Nº 003/2020-CMV

Publicação Nº 2418418

portaria N.º 003 de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do Coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara de Municipal de Angelina, e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional

(ESPIN), em razão da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Disposto no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Estado de Santa Catarina;

Considerando o Disposto no Decreto Municipal nº 19/2020, que dispõe sobre as medidas adicionais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências;

Considerando o Disposto no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

Considerando a necessidade de estabelecer procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do coronavírus (COVID-19), no âmbito da Câmara Municipal de Angelina,

Resolve:

Art. 1º - A presente portaria dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e propagação do coronavírus, no âmbito da Câmara Municipal de Angelina, que vigorarão a partir de 25 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

Art. 2º- Nas dependências da Câmara Municipal de Angelina/SC, fica suspensa neste período a realização de qualquer evento ou atividade, restringindo as atividades legislativas essenciais para o funcionamento do Poder Legislativo.

Parágrafo único – A suspensão de que trata este artigo, abrange atendimento ao público, Sessões Ordinárias, Sessões Solenes, Audiências Públicas, além da utilização das dependências desta Casa de Leis por terceiros para quaisquer outros fins, tais como reuniões, cursos, palestras, eventos de homenagem, etc.

Art. 3º - Durante o período de vigência desta suspensão, os serviços essenciais da Câmara Municipal de Vereadores, serão feitos internamente ou de forma remota, pelo mínimo de servidores necessários, sem a cobrança de ficha ponto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de 25/03/2020, podendo as medidas serem reavaliadas a qualquer tempo.

Publique-se e Cumpra-se.

Angelina, 24 de março de 2020.

Ramon Exterkoetter
Presidente da Câmara Municipal de Angelina

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 018.2020 - PRORROGA PRAZO DEC MUN 015.2020

Publicação Nº 2417975

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS GABINETE DO PREFEITO Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS /SC Fone: 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 018/2020

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto Municipal nº 015/2020 de 18 de março de 2020 por 07 (sete) dias a partir de 25 de março de 2020;

Art. 2º Observe-se o acatamento ao Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020 que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19, utilizando-se da realidade apresentada no município.

Art. 3º O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas nos Decretos Municipais nºs 14, 15, 16 e 17 do mês de março de 2020.

Art. 4º Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pelo Centro de Operações de Emergência em Saúde, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, bem como na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos § 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Anitápolis, em 24 de março de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente decreto no órgão oficial do município de anitápolis, em 24 de março de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2020

Publicação Nº 2417926

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO EDITAL 002/2020.

Suspensão Temporária do Edital de Processo Seletivo Nº 002/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Anitápolis através do Art. 97, TORNA PÚBLICO:

Fica SUSPENSO POR TEMPO INDETERMINADO o Processo Seletivo Simplificado para atendimento de necessidade Excepcional de Saúde Pública, de acordo com os Decretos Municipais nº 014, 015/2020, ficando o mesmo na condição de Suspenso Temporariamente até a retomada da normalidade.

Anitápolis, 24 de março de 2020.

LAUDIR PEDRO COELHO
PREFEITO MUNICIPAL

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO NO 3469/2020

Publicação Nº 2418058

DECRETO No 3469/2020

De 23/03/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE-CORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica do Município, promulgada em 03 de abril de 1990 e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

DECRETA

Art. 1º Permanecem suspensas em todo o território apiunense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – até o dia 30 de março de 2020 (inclusive):

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
 - b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e
 - c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal e estadual, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e
- III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretaria de Esporte e Lazer, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 2º Para fins deste Decreto consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

- I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV – atividades de defesa civil;
- V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI – telecomunicações e internet;
- VII – captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- X – iluminação pública;
- XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII – serviços funerários;
- XIII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
- XV – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVI – serviços postais;
- XVII – transporte e entrega de cargas em geral;
- XVIII – fiscalização tributária
- XIX – transporte de numerário;
- XX – fiscalização ambiental;
- XXI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- XXII – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
- XXIII – atividades da imprensa;
- XXIV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
- XXV – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente

utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXVI – agropecuárias;

XXVII – manutenção de elevadores;

XXVIII – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XXIX – serviços de guincho; e

XXX – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria de Saúde e Promoção Social; e

b) Defesa Civil

Parágrafo Único Ato do Prefeito Municipal, na forma do art. 3º deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

Art. 3º Os casos omissos e as situações especiais relacionados a este Decreto serão analisados e deliberados pelo Comitê de Gestão de Crise.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogado art. 5º do Decreto nº 3465/2020, de 18 de março de 2020.

Apiuna, em 24 de março de 2020.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

Arabutã

PREFEITURA

DL04/2020

Publicação Nº 2418405

MUNICÍPIO E ARABUTÃ- SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

A Prefeita, torna público que ratificou o ato da Senhorita Glaucia Pottratz, Diretora de Administração e Fazenda, que declarou dispensável a licitação, nos Inciso IV, do Artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, para Contratação Emergencial de empresa para aquisição de combustível, com as empresas AUTO POSTO ZANETTI LTDA EPP, inscrita no CNPJ 20.897.131/0001-20, no valor de R\$ 143.800,00 (cento e oitenta e três mil e oitocentos reais) e AUTO POSTO AURORA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.627.978/0001-00, no valor de R\$ 40.491,00 (quarenta mil, quatrocentos e noventa e um reais).

Arabutã SC, 23 de março de 2020.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

PORTARIA 119/2020

Publicação Nº 2418051

PORTARIA Nº 119/2020

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 24 de março de 2020, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 94/2020, de 03 de março de 2020, do servidor DOUGLAS BRAUN, inscrito no CPF sob nº. 085.873.609-81, ocupante do cargo de confiança de Diretor, sendo que os 15 dias restantes serão gozados em época oportuna.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de março de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

PORTARIA 120/2020

Publicação Nº 2418215

PORTARIA Nº 120/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SIMONE FABIANA KERN inscrita no CPF sob nº. 064.485.059-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, férias referentes ao período aquisitivo de 07 de abril de 2019 a 06 de abril de 2020, para serem gozadas no período de 01 a 30 de abril de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 24 de março 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 11/2020

Publicação Nº 2418601

Decreto nº. 11/2020.

ESTABELECE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ATALANTA –SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando que os índices pluviométricos dos últimos meses foram inferiores as médias dos últimos anos, para os meses de setembro a março de 2020.

Considerando que esses índices são medidos na Cidade, sendo que no interior do Município a deficiência hídrica é ainda maior, ocorrendo casos em que há falta de água para o consumo humano e animal, com córregos e sangas desaparecendo;

Considerando que há grandes prejuízos nas culturas, especialmente nos setores de gado leiteiro, soja, feijão e milho, todas estas culturas com redução na produtividade e até mesmo perda total em algumas lavouras;

Considerando que, como consequência deste desastre resultou danos materiais e ambientais, e os prejuízos econômicos e sociais;

Considerando que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade a tendência que a estiagem continue, com maiores prejuízos na agricultura, com a redução dos reservatórios de água para as culturas do município, além de faltar água para o consumo humano no interior;

Considerando que o parecer da Defesa Civil Municipal, relatando a ocorrência deste desastre é favorável a declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1.º Fica decretada Situação de Emergência em virtude de desastre classificado como Estiagem – COBRADE – 1.4.1.1.0, conforme IN n.º 02, de 2016.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2.º Autoriza a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil Municipal e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3.º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo Único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretarias Municipais e pela Coordenadoria da COMDEC.

Art. 4.º De acordo com o Inciso IV do artigo 24 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação de emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio de Decisão Plenária 347/1994, “de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação”.

Art. 5.º As Secretarias Municipais envolvidas no socorro aos atingidos pela estiagem de acordo com a área delimitada pelo presente Decreto prestaram este atendimento relatando circunstanciadamente o serviço prestado, observando a excepcionalidade prevista no artigo anterior.

Art. 6.º De acordo com o artigo 167, § 3.º da CF/88, é admitida ao Poder Público em Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública a abertura de crédito extraordinário para atender as despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 7.º De acordo com o artigo 4.º, § 3.º, Inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial.

Art. 8. De acordo com as políticas de incentivo agrícola do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais.

Art. 9. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 25 de março de 2020.

Juarez Miguel rodermel
Prefeito municipal

DECRETO Nº 12/2020

Publicação Nº 2418600

DECRETO Nº 12/2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Atalanta-SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 010/2020, que implementava ações, no âmbito do Município Atalanta, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Atalanta, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Atalanta, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 26 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Atalanta, 25 de março de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 015/2020 - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020

Publicação Nº 2418225

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 016/2020

Data: 24 de março de 2020.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2018

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 003/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 003/2018, homologado pelo Decreto nº 19, de 15 de fevereiro de 2019, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 003/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 25 de março de 2020 e 26 de março de 2020, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 26 de março de 2020, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Técnico de Enfermagem

Inscrição	Nome	Posição
144972	Rosangela Faccioli	20º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 24 de março de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 042/2020

Publicação Nº 2417988

Decreto nº 042, de 24 de março de 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA E DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE AO CONTÁGIO DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;



CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial de Saúde - OMS, no dia 11 de março de 2020, como Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do Artigo 196, da Constituição da República;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que Estabelece as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto nº 521, de 19 de março de 2020, que acresce os Artigos 3º-A e 3º B, ao Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 que Declara Situação de Emergência de Combate ao Contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) em todo o Território Catarinense, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que Dispõe sobre Novas Medidas para Enfretamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de se reduzir a circulação de pessoas e evitar aglomerações em toda a cidade;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a Saúde Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um plano de resposta e também para estabelecer a estratégia de acompanhamento e suporte dos casos suspeitos e confirmados;

CONSIDERANDO que o Município de Balneário Arroio do Silva apresenta, dentre outras, vocação turística, com considerável fluxo de pessoas vindas de outros Municípios;

CONSIDERANDO que a grande aglomeração de pessoas contribui para a rápida disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada Situação de Emergência no Município de Balneário Arroio do Silva, em decorrência da Pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus (COVID-19), de importância Internacional, sendo as medidas de prevenção e enfrentamento de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública, definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Fica Prorrogado a Suspensão por mais 7(sete) dias ininterruptos entre os dias 25 a 31 de março de 2020, as atividades e atendimentos nos Órgãos Públicos Municipais e as entidades da administração pública municipal direta e indireta para fins de prevenção da transmissão e combate ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), sendo que os Servidores deverão permanecer em suas residências em Isolamento e conseq-entemente fica sugerido a população em geral a restrição do Convívio Social.

Art. 3º Excetuam-se desta medida de que trata o caput do Artigo 2º deste Decreto, os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público tais como:

I - a Unidade de Saúde Central "PAULO LUPINN" e todas as Unidades Básicas de Saúde, vinculadas à Secretaria de Saúde, que funcionarão nos seus horários normais, caso necessário em Regime de Plantão após os horários estabelecidos e final de semana;

II - a Coleta do Lixo e a Limpeza Pública, vinculadas a Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, funcionarão em Regime de Plantão;

III - as atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social, funcionará em Regime de Plantão, com acesso restrito e individual e controle da área externa da repartição, respeitada as boas práticas relacionadas à saúde pública.

Art. 4º Consideram-se sintomas de contaminação do Novo Coronavírus (COVID-19), para fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade de respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntiva, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza,

saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia.

Parágrafo único. Para prevenir de contaminação do Novo Coronavírus (COVID-19) devem-se manter as seguintes rotinas para conter a disseminação:

I - realizar lavagem freq-ente das mãos com água e sabão por pelo menos 20 segundos a cada vez, esfregando os espaços entre os dedos, o dorso da mão e cavidades. Se não houver água e sabonete, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool 70%;

II - evitar contato próximo com pessoas doentes;

III - ficar em casa quando estiver doente;

IV - cobrir boca e nariz ao tossir ou espirrar com um lenço de papel e jogar no lixo;

V - evitar tocar olhos, boca e nariz;

VI - em locais com grande concentração de pessoas, preferencialmente, mantenha-se a pelo menos 01(um) metro de distância de pessoas que estiverem tossindo ou espirrando;

VII - se tiver de tossir ou espirrar, cubra o rosto com o braço dobrado;

VIII - as mesmas recomendações valem para qualquer local fechado, como o ambiente de trabalho;

IX - o uso de álcool gel 70% é uma medida eficaz para higienização das mãos, segundo o Ministério da Saúde. No entanto, deve ser considerada uma segunda opção, somente para ocasiões em que não é possível lavar as mãos com água e sabão;

X - as máscaras devem ser usadas somente por aqueles que já estão infectados pelo vírus, por profissionais da saúde ou por pessoas que estão com sintomas do Novo Coronavírus.

Art. 5º Recomenda-se, por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades essenciais estritamente necessárias.

Art. 6º Todos os casos suspeitos de infecção do Novo Coronavírus deverão ser imediatamente notificados à autoridade de saúde municipal sob a responsabilidade da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica, da Unidade de Saúde Central "PAULO LUPINN", visando o acompanhamento e a manutenção de dados essenciais à identificação de pessoas com risco ou efetivamente infectadas, com a finalidade principal de adotar protocolos e as medidas terapêuticas necessárias e evitar a sua propagação.

Art. 7º Ficam instituídos os telefones de contato da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica, da Unidade de Saúde Central "PAULO LUPINN", vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam: (48) 3526 1744 (obras); (48) 3526 0339; (48) 3526 0432 e (48) 9-8863 3141.

Art. 8º Recomenda-se à população que siga as orientações da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica, sendo que a equipe do Plantão está preparada para fazer as orientações e os devidos encaminhamentos.

Art. 9º Ficam suspensas no âmbito do Município de Balneário Arroio do Silva pelo prazo de 30 (trinta) dias as aulas da Rede Municipal de Ensino, inclusive os CEI's e das Instituições Privadas de Ensino, contados a partir do dia 19 de março de 2020 (quinta-feira), podendo ser prorrogável por igual período de acordo com os agravos epidemiológicos do Município.

Parágrafo único. O calendário da Rede Municipal de Ensino deverá ser readequado para que o ano letivo não seja prejudicado, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 10 Ficam suspensas, pelo período de 30 (trinta) dias ou enquanto perdurar os agravos epidemiológicos do Município:

I – Todo e qualquer evento público que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – as atividades de capacitação, reuniões de Conselhos Municipais e de treinamentos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal direta e indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

III - a realização de eventos festivos, esportivos, culturais, educacionais ou outras atividades coletivas de qualquer natureza, com aglomeração de pessoas, em locais públicos ou privados, incluídas excursões, ainda que anteriormente autorizados.

IV- a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, lagoas e praias;

V – de todas as atividades de educação em saúde (hipertensos, diabéticos e gestantes);

VI - de todas as atividades da Terceira Idade, Clube de Mães e do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV).

Art. 11 Fica Prorrogado a Suspensão por mais 7(sete) dias ininterruptos entre os dias 25 a 31 de março de 2020, as missas e cultos

religiosos, o transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas e ainda as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de (bancos, casa lotérica, correios, cartórios, bares, hotéis, pousadas, academias, lojas, conveniências e congêneres), mantendo as portas fechadas, evitando a transmissão comunitária do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 12 Excetuam-se desta medida de que tratam o caput do Artigo 11º deste Decreto, os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público tais como:

- Farmácias;
- Supermercados;
- Mercados;
- Mercearias;
- Padarias;
- Fruteiras;
- Peixarias;
- Agropecuárias;
- Postos de combustível;
- Distribuidoras de água;
- Distribuidoras de gás;
- Clínicas veterinárias de emergência;
- Funerárias;
- Serviços de telecomunicações;
- Imprensa;
- Segurança privada;
- Transporte por táxis e por aplicativo.

Art. 13 Os servidores e empregados da área da saúde que divulgarem notícias falsas, levando o pânico para a população serão devidamente responsabilizados e processados pelos seus atos.

Art. 14 Qualquer cidadão que dissemine fake news acerca do Novo Coronavírus com fins de promoção pessoal responderá judicialmente por tais atos.

Art. 15 Ficam orientadas as empresas privadas a cancelar toda e qualquer atividade ou evento com aglomeração de pessoas, tais como, bailes, festas, apresentações teatrais e shows.

Art. 16 Os Gestores dos Contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade em adotar os meios necessários para conscientizar seus empregados sobre as medidas de enfrentamento ao Novo Coronavírus, bem como sobre a necessidade de informar a ocorrência de sintomas respiratórios ou de febre, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que cause prejuízo à Administração Pública Municipal.

Art. 17 Para medida de prevenção e enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Balneário Arroio do Silva, instalará Barreira Sanitária Itinerante nos acessos ao Município, para fiscalização e controle na entrada da Cidade até o dia 31 de março de 2020, podendo ser prorrogado, pelos órgãos de segurança em conjunto com a Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Município.

Art. 18 Fica estritamente proibido o acesso de veículos automotores na orla marítima do Município enquanto viger as medidas de prevenção e enfrentamento ao Novo Coronavírus (COVID-19) excetua-se desta medida:

- a) Veículos das autoridades de Segurança Pública;
- b) Veículos Oficiais do Município.

Parágrafo único. As residências que possuírem acesso somente pela Orla de Praia, serão feitos canais para o devido acesso.

Art. 19 Todas as Repartições e Órgãos Públicos Municipais deverão fixar mensagens sobre os cuidados de prevenção sobre Novo Coronavírus (COVID-19) e demais informações, em modelo que deverá ser apresentado pela Assessoria de Comunicação do Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 20 Em casos de necessidade ficam autorizadas adoções das medidas previstas nos incisos do Artigo 3º, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dentre elas isolamento, quarentena, determinação de realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, além das demais previstas na norma de regência, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao enfrentamento da situação de saúde pública.

Parágrafo único. As pessoas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas no caput, e o descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em Lei.

Art. 21 Nos termos do Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a Dispensa de Licitação para aquisição de

bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020.

Parágrafo único. Poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

Art. 22 Na hipótese específica de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao Novo Coronavírus (COVID-19) será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único, do Artigo 56, da Lei Federal nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, o Alvará de Funcionamento dos estabelecimentos que incorrerem em tal prática, o que deve ser previamente constatado pela Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo único. A penalidade prescrita no caput deste Artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 23 Caberá à Secretaria Municipal de Saúde instituir diretrizes gerais para a execução das medidas a fim de atender as providências determinadas por este Decreto, podendo, para tanto, editar normas complementares, em especial, protocolos e o plano de contingência para a epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 24 As normas estabelecidas neste Decreto poderão sofrer alterações conforme a evolução do Novo Coronavírus no Município de Balneário Arroio do Silva.

Art. 25 O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto Municipal nº 038, de 17 de março de 2020, no que não forem conflitantes.

Art. 26 Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020 e vigorará enquanto perdurar a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, respeitando incondicionalmente as recomendações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19), responsável pelo surto de 2019 e que agora passa assolar nosso País e conforme preceitua o disposto nos §§ 2º e 3º do Artigo 1º e no Artigo 8º, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 27 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 041, de 20 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 24 de março de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de março de 2020.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL
Secretário de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

DECRETO 029-2403-COVID-19 EMERGÊNCIA COMPLEMENTO II

Publicação Nº 2418519

DECRETO Nº 029/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento a Situação de Emergência em Saúde Pública de importância internacional, decorrente do novo C, oronavírus (COVID-19) decretada pelo Município de Balneário Piçarras, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais pertinentes,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nº 26, 27 e 28, de 17, 18 e 20 de março de 2020, respectivamente, que implementava ações, no âmbito do Município de Balneário Piçarras, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos nº 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO as determinações da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 modificada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, bem como reitera a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Balneário Piçarras estabelecida pelo Decreto nº 28, de 20 de março de 2020.

Art. 2º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Balneário Piçarras, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I. PRORROGADAS por 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) Da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) Das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 525/2020;
- c) A entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) O atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II. Mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas a seguinte restrição:

- a) A concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, calçadões e praias.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I. Determinação de realização compulsória de:

- a) Exames médicos;
- b) Testes laboratoriais;
- c) Coleta de amostras clínicas;
- d) Vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) Tratamentos médicos específicos.

§ 1º O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus.

§ 2º Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do Coronavírus.

Art. 4º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º A desobediência aos comandos previsto neste Decreto sujeitará o infrator à aplicação das seguintes penas, sem prejuízo de demais sanções civis e administrativas, as previstas para crimes elencados nos artigos 268 - infração de medida sanitária preventiva - e 330 - crime de desobediência - do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 24 de março de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 029/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 24 de março de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO 27/2020

Publicação Nº 2418454

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 027 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Declara situação de emergência no Município de Balneário Rincão, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 84, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do 022/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Balneário Rincão, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525/2020, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Balneário Rincão, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas nos Decretos anteriores, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e paais.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§2º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Balneário Rincão – SC, 24 de março de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 24 de março de 2020.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO Nº 024/2020

Publicação Nº 2418353

DECRETO Nº 024, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a continuidade das medidas preventivas de enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19 no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 68, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Decreto Municipal nº 023, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas preventivas de enfrentamento do novo Coronavírus COVID-19 no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina;

Considerando o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando que o referido Decreto, em seu artigo 2º, inciso III, trata acerca da suspensão, pelo período de 07 (sete) dias, das "as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto";

DECRETA:

Art. 1º As medidas para enfrentamento da situação de emergência, no âmbito do Município de Bandeirante, SC serão aquelas elencadas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, além das dispostas no Decreto Municipal nº 023, de 18 de março de 2020, no que não for contrário àquele.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo Municipal estão suspensos, pelo período de 19 a 24 de março de 2020, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Serão mantidos em funcionamento os serviços de saúde, vigilância sanitária, acolhimento institucional, Conselho Tutelar e Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

§ 1º Os serviços considerados essenciais serão realizados nas modalidades de teletrabalho, trabalho remoto ou plantão, a ser distribuído e fiscalizado pelos Secretários Municipais.

§ 2º Todos os servidores deverão estar, durante o horário normal de expediente, disponíveis para contato e para prestação de serviço público, no caso de eventual convocação.

§ 3º Durante o período de suspensão do expediente nos órgãos da Administração Pública Municipal fica dispensado o registro de ponto pelos servidores.

Art. 5º Ficam suspensas as sessões públicas de procedimentos licitatórios presenciais pelo prazo constante deste Decreto.

Art. 6º Ficam suspensos os prazos regulamentares e legais decorrentes de procedimentos licitatórios e demais procedimentos administrativos.

Art. 7º Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto e ao funcionamento das repartições públicas.

Art. 8º O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas pelos órgãos competentes acerca do novo Coronavírus COVID-19.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 19 de março de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 025/2020

Publicação Nº 2418354

DECRETO Nº 025, DE 24 DE MARÇO DE 2020.**Dispõe sobre novas medidas preventivas de enfrentamento do novo Coronavírus da COVID-19 no Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.**

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 68, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º O Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina atenderá as mesmas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus da COVID-19, dispostas no Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do disposto no caput do artigo, o Município de Bandeirante igualmente atenderá as mesmas medidas dispostas nas demais legislações federal e estadual acerca do novo Coronavírus da COVID-19.

Art. 2º Ficam prorrogados os vencimentos do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, sendo parcela única com desconto de 10% com vencimento para 31 de julho de 2020 e parcelado em 03 (três) parcelas com vencimento para 10 de agosto, 10 de setembro e 09 de outubro de 2020.

Art. 3º Fica instituído o Comitê de Crise objetivando a supervisão e o monitoramento do novo Coronavírus da COVID-19 no âmbito do Município de Bandeirante, com os membros a seguir nominados:

- I – Eder Luiz Marcon;
- II – Neuri Biazzi;
- III – Luciano Fiorentin;
- IV – Paula Andréa Stringhini;
- V – Maitê Cenci;
- VI – Jiana Mosena;
- VII – Patricia Posser Hammes; e,
- VIII – César Miguel Wasem.

Art. 4º Além das Medidas Específicas de Enfrentamento listadas no Decreto nº 525/2020, ficam suspensos no território bandeirantense, por tempo indeterminado e sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020:

I - Os serviços públicos de transporte escolar prestados ao ensino médio, educação de jovens e adultos, ensino médio técnico e ensino superior;

II - A realização ou participação em eventos e reuniões presenciais de qualquer natureza, de caráter público ou privado, em que haja aglomeração de pessoas, incluídas atividades de capacitações, treinamentos, eventos coletivos, excursões, festas, cursos, missas, cultos religiosos e atividades coletivas presenciais dos serviços socioassistenciais - CRAS e SCFV;

III - O Calendário Esportivo, de caráter público ou privado;

IV - O Calendário Cultural, de caráter público ou privado, incluídas as oficinas presenciais de música, canto e violão disponibilizadas à população;

V - As atividades presenciais com os Grupos de Idosos, sendo que os idosos com mais de 60 (sessenta) anos fazem parte do grupo de maior vulnerabilidade e risco ao serem infectados pelo novo Coronavírus da COVID-19;

VI - A concessão de licenças ou férias dos servidores da área de Saúde; e,

VII - As visitas dos Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Endemias, salvo em situações consideradas de emergência.

Art. 5º As Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Estadual, dispostas nos arts. 11, 12 e 13 do Decreto nº 525/2020, serão estendidas a Administração do Poder Executivo Municipal de Bandeirante.

§ 1º Todos os servidores deverão estar, durante o horário normal de expediente, disponíveis para contato e para prestação de serviço público, no caso de eventual convocação.

§ 2º Durante o período de suspensão do expediente nos órgãos da Administração Pública Municipal fica dispensado o registro de ponto pelos servidores.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC, em 24 de março de 2020.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO N° 1202, DE 20 DE MARÇO DE 2020**

Publicação N° 2418185

DECRETO N° 1202, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA (APÓS OS RECURSOS), DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO EDITAL N° 01/2020

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação da prova prática (Após os recursos), dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme abaixo relacionado:

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	17	Gilmar Bender	Faltante	Desclassificado

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA C)				
Nº	INSC	CANDIDATO	NOTA PROVA PRÁTICA	SITUAÇÃO
1	71	Alessandro Luis Preis	-	Desclassificado

Art. 2º Para os cargos de Motorista (CNH Categoria D) e Operador de Equipamentos (CNH Categoria C), somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita – SC, 20 de Março de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito de Barra Bonita

DECRETO Nº 1207, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418186



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**

**DECRETO Nº 1207, DE 25 DE MARÇO DE 2020.**

**HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR
DOS CANDIDATOS QUE REALIZARAM A
PROVA OBJETIVA REFERENTE AO EDITAL
DE PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2020**

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação preliminar (antes dos recursos), dos candidatos homologados ao Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme abaixo relacionado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 05)							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
107	Ana Carolina Franceschi	24/05/1988	4,20	1,05	0,70	5,95	1º
98	Jocelâyne Cristiny Bauer	23/07/1998	3,00	1,05	0,70	4,75	2º
18	Marilei Julia Giroldi Kozerski	16/01/1982	2,40	1,40	0,70	4,50	3º
19	Jaira Pereira	18/11/1980	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.

AGENTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
89	Guilherme Trevisan	23/11/2000	1,20	1,05	0,70	2,95	Desc.
106	Lucas Engler Stella	27/04/2000	0,60	0,70	1,05	2,35	Desc.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
85	Amanda Marcon	23/05/1995	5,40	1,40	0,35	7,15	1º
134	Jardenson Stoll	14/05/1997	4,20	0,70	1,05	5,95	2º
23	Patricia Roman De Bona	14/05/1998	3,60	1,05	0,35	5,00	3º
25	Kauana Favany Alessi De Souza	02/11/1999	2,40	1,40	0,70	4,50	4º
111	Solange Regina Bencke Borsatto	16/08/1981	1,80	1,05	0,35	3,20	Desc.
48	Jonathan Dalsotto Barbacovi		<i>Faltante</i>				Desc.
81	Marcos André Dessanti		<i>Faltante</i>				Desc.
110	Nédio Marchesan Júnior		<i>Faltante</i>				Desc.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
80	Letícia Fátima Zangalli	01/05/1992	6,00	1,40	0,70	8,10	1º

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



16	Taila Mittmann Bender	06/11/1996	5,40	0,70	0,70	6,80	2º
93	Vanessa Breier Krzyzanovski	02/09/1993	4,20	0,70	1,05	5,95	3º
32	Vanessa Giroldi Bortolotto	29/12/2001	3,00	1,05	0,70	4,75	4º

FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
115	Cristian Lucas Da Silva Raffel	01/03/1995	4,80	1,75	1,05	7,60	1º
10	Kalinka Suelyn Casanova	17/04/1991	4,80	1,40	1,05	7,25	2º
125	Charles Dall Orsoletta	11/05/1993	4,80	1,40	0,70	6,90	3º
31	Camila Vione Birck	04/02/1986	4,80	1,05	0,70	6,55	4º
58	Larissa Bertoncelo	22/04/1996	3,60	1,75	1,05	6,40	5º
20	Mario Siebeneichler De Oliveira	17/04/1980	4,20	0,70	1,05	5,95	6º
45	Sabrina Dal Magro Zaffonato	21/01/1991	3,60	1,40	0,70	5,70	7º
61	Jose Pontes Junior	23/12/1983	3,00	1,40	0,70	5,10	8º
78	Maicon Zanin	06/04/1987	3,60	0,70	0,70	5,00	9º
94	Alessandro Cristian Feiten	29/11/1994	3,60	0,70	0,70	5,00	10º
126	Cristiano Muller Rodrigues	05/07/1991	3,00	1,05	0,70	4,75	11º
33	Aline Moreira Paz	26/10/1990	3,00	0,70	0,70	4,40	12º
137	Leandro Liesenfeld	03/12/1994	3,00	0,70	0,70	4,40	13º
88	Eduardo Luiz Scopel	04/11/1991	3,60	0,35	0,35	4,30	14º
135	Edson Lazareti	14/10/1985	3,00	0,70	0,35	4,05	15º
136	Gabriel Ianez Wolff	Faltante					Desc.
113	Dalyane Vicentini	Faltante					Desc.
108	Marcos Alberto Fruscalso	Faltante					Desc.

MECÂNICO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
41	Júnior Alberton	10/07/1995	4,20	1,05	0,70	5,95	1º

TESOUREIRO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
77	Adriani Orth	23/11/1989	5,40	1,40	0,35	7,15	1º
124	Cásia Bernardi	18/12/1986	4,20	1,40	0,70	6,30	2º
67	Adriane Rech	23/05/1977	3,60	1,05	1,05	5,70	3º
103	Larissa Caroline Schenatto	22/03/1996	3,60	1,05	1,05	5,70	4º
95	Emanuele Karlinski	19/03/1998	3,60	1,05	1,05	5,70	5º
133	Mateus Signori	10/07/1991	3,00	1,40	1,05	5,45	6º
46	Renan Gustavo Eich	16/02/1996	3,00	1,40	1,05	5,45	7º
49	Ana Paula Muller	31/08/1989	3,60	0,70	1,05	5,35	8º
56	Ricardo Zanatta	09/08/1990	3,60	0,70	0,70	5,00	9º
7	Deizy Haag	04/03/1991	2,40	1,40	1,05	4,85	10º
127	Paulo Cesar Merigo	29/07/1979	3,00	0,70	1,05	4,75	11º
65	Simone Francoski Barbieri	11/01/1991	2,40	1,40	0,70	4,50	12º
117	Marciele Ribeiro Da Rosa	19/04/1988	2,40	1,05	1,05	4,50	13º

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA



73	Jaqueline Dreon Demarco	02/04/1981	3,00	1,05	0,35	4,40	14º
39	Rosane Schaeffer	12/04/1990	3,00	0,70	0,70	4,40	15º
120	Mychel Alexandre De Almeida	04/08/1994	1,80	1,40	1,05	4,25	16º
76	Jessica Rohden	26/07/1991	2,40	1,05	0,70	4,15	17º
114	Victor Hugo Balensiefer Arconti	07/04/1999	1,20	0,70	0,70	2,60	Desc.
129	Diogo Marcelo Finn	Faltante					Desc.
21	Lais Paula Trevizan	Faltante					Desc.
34	Juliana Benedetti Fridirich	Faltante					Desc.

MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
17	Gilmar Bender	Faltante						Desc.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA C)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
71	Alessandro Luis Preis	30/04/1999	1,90	0,27	0,18	0,00	2,35	Desc.

Art. 2º Para os cargos de Auxiliar Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de abastecimento de água, Agente de Combate a Endemias, Auxiliar de Consultório Odontológico, Fiscal Tributário e Obras, Mecânico e Tesoureiro, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 4,00 (quatro) pontos no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º Para os cargos de Motorista (CNH Categoria D) e Operador de Equipamentos (CNH Categoria C), somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática.

Art. 4º Os candidatos terão os dias 26 e 27 de março de 2020 para interpor recursos em face ao resultado preliminar, pela área do candidato, no site da Ameosc: www.ameosc.org.br

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita – SC, 25 de Março de 2020.

Moacir Piroca

Prefeito de Barra Bonita

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000

PORTARIA N.º 147, DE 24 DE ,MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418200

PORTARIA N.º 147, de 24 de ,março de 2020

"Designa servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica designada a servidora, Simone Wingert, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para ser Coordenadora do Programa Vigilância do Aedes aegypti, no município de Barra Bonita.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 24 de março de 2020.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 002/2020

Publicação N° 2418068

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 006/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PRORROGAÇÃO

O Processo Administrativo 006/2020 – Pregão Presencial 002/2020, Registro de Preços visando Aquisição de tonners, recargas, tinta para impressoras, carimbos, materiais gráficos e afins, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital, foi prorrogado para o dia 15/04/2020 às 14hs00min.

Barra Velha, 24 de março de 2020.

EDUARDO PERES
Presidente

CHARLES SAINT-CLAIR HEIL
Advogado

ADRIANA APARECIDA PENSO DIAS
Pregoeira

Publique-se.

Permanecem inalteradas as demais condições do Edital acima citado.

Barra Velha, 24 de março de 2020

EDUARDO PERES – Presidente da Câmara de Vereadores.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADAS DE PREÇOS Nº 001.2020 - FMS

Publicação Nº 2417412

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020 - FMS

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - FMS

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina através do Fundo Municipal de Saúde, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO AMBULANCIA, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 09h00min do dia 08/04/2020. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 08/04/2020 às 09h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 25 de Março de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADAS DE PREÇOS Nº 001.2020 - PREF

Publicação Nº 2417408

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2020 - MULTI

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 - MULTI

O Município de Bela Vista do Toldo, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preços do tipo MENOR PREÇO, onde o objeto é o Aquisição de Veículos Tipo Automóvel Hatch 1.0.

ENTREGA DE ENVELOPES: Até a 13h00min do dia 08/04/2020, conforme descrito em Edital.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Dia:08/04/2020 às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 25 de Março de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.07/2020**

Publicação Nº 2418434

PORTARIA Nº 07 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas normas constitucionais e legais.

CONSIDERANDO a orientação do Ministério da Saúde no sentido de que seja evitada a reunião com qualquer número de pessoas, em virtude da alta probabilidade de contágio com o vírus COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que determina a suspensão, em todo o território catarinense, pelo período de 7 (sete) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado.

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam suspensas, pelo período de 7 (sete) dias, as atividades do Poder Legislativo no Município de Bela Vista do Toldo - SC, a contar da data de 25 de março de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 24 de março de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 25/03/2020

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

Publicação N° 2418536

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 07/2020

Objeto: O objeto de que trata o presente é a aquisição peças material e mão de obra de mecânica especializada, destinada para a manutenção do veículo Fiat Ducato Multi Jaedi, placas QHB 7865, a serviço da secretaria municipal de Saúde, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 24 de março de 2020.

VOLMIR JOSÉ GIUMBELLI
Gestor do FMS

RESOLUÇÃO CME/SC Nº 001, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418548

**Conselho Municipal de Educação
Belmonte Santa Catarina****RESOLUÇÃO CME/SC Nº 001, DE 24 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Belmonte-SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELMONTE, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado entre os conselheiros em 23 de março de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à **alimentação**, à **educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu **art. 4º** consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios;

Conselho Municipal de Educação Belmonte Santa Catarina

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Conselho Municipal de Educação Belmonte Santa Catarina

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, **é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; e de 75% nas outras etapas.**

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu **artigo 32, § 4º**, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentação dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Conselho Municipal de Educação Belmonte Santa Catarina

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo **Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020**, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino públicas municipais da Educação Básica, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Belmonte.

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, **sendo os primeiros 15 dias considerados recesso**, a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias. **DECRETO Nº 509, DE 17 DE MARÇO DE 2020 Art. 1º Ficam suspensas no território catarinense, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, inclusive as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.**

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, **(art. 13º LDB parágrafo II)**, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – Divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

Conselho Municipal de Educação Belmonte Santa Catarina

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

VII - As direções e coordenação pedagógica apresentarão seus planos de ação, para a Secretária Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º Quanto a etapa da **educação infantil** a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedeçam as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantido os, direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

Conselho Municipal de Educação Belmonte Santa Catarina

§ 5º Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possíveis contemplar as 800 horas previstas em lei.

§ 7º Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartfone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos (as) docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do (a) docente;

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º As escolas que, por razões de não acesso à internet e que não conseguirem executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Após análise detalhada da legislação, este conselho está de acordo e emite parecer favorável. Com ressalva de que seja garantido o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 800 horas (LDB) art. 24 e art, 31 na rede municipal de ensino do município.

Belmonte, SC, 24 de março de 2020.

Adriéla do Carmo Spengler
Presidente do Conselho

Benedito Novo

PREFEITURA

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PP 29/2020

Publicação Nº 2418006

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

Fica suspensa a abertura da licitação Pregão Presencial nº 29/2020 que ocorreria no dia 30/03/2020, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA UTILIZAÇÃO NO REPARO DE PONTILHÕES DE MADEIRA, REDE DE ESGOTOS E OUTROS SETORES. A suspensão se dá em função do Decreto Municipal nº 024/2020 que define novas medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19). Assim que ocorrer a normalização, a nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487.

Benedito Novo (SC), 24 de março de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2020

Publicação Nº 2418375

DECRETO Nº 072/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PERÍODO DE VIGENCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA FINS DE PREVENÇÃO E COMBATE À PANDEMIA DO COVID – 19, E ACRESCENTA O § 5º AO ARTIGO 2º, NOS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV, VII e IX do art. 98, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do art. 1º do Decreto nº 69, de 18 de março de 2020, fica prorrogada por mais 7 (sete) dias, situação de emergência em todo território do Município de Biguaçu para fins de prevenção e combate à pandemia do COVID - 19.

Art. 2º. Acrescenta o § 5º, ao artigo 2º do Decreto n. 69/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. ...

[...]

§ 5º. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder o gozo de férias vencidas ou antecipação de férias (ambas fracionadas ou integrais), ou ainda a flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário dos Decretos 063/2020 e 069/2020, ficando mantidas as demais disposições.

Biguaçu, em 24 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DL24-2020-FMS

Publicação Nº 2418445

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2020-FMS

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem (mascara descartável e álcool em gel 70%) em virtude Coronavirus disease (COVID-19), conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV.

EMPRESA CONTRATADA: GOEDERT LTDA

VALOR: R\$ 23.520,00 (vinte e três mil, quinhentos e vinte reais).

Dotação Orçamentária:

295 10/1 2035 3339039990000000000

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

A aquisição deste objeto é em virtude da emergencialidade em virtude Coronavirus disease (COVID-19) conforme o Decreto Municipal Nº063/2020 declara a emergencialidade, Decreto Estadual 515/2020 no qual declara situação de emergência em todo o território catarinense e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, a escolha do fornecedor é devido a escassez dos produtos no mercado e que é essencial para a proteção e o desenvolvimento dos trabalhos pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, Corpo de Bombeiros e Policlínica Militar bem como para distribuição a população. Saliento que em virtude do decreto estadual as empresas encontram-se fechadas dificultando a realização de orçamento, bem como o fornecimento.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade.

O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 23 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

DL25/2020-FMS

Publicação Nº 2418499

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020-FMS

OBJETO: Aquisição de filtro para uso em equipamento de entubação em virtude do Covid - 19.

EMPRESA CONTRATADA: Soma SC Produtos Hospitalares Ltda

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Dotação Orçamentária:

469 10/1 2043 3339030360000000000

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

Aquisição deste objeto é em virtude da emergencialidade em virtude Coronavirus disease (COVID-19) conforme o Decreto Municipal Nº063/2020 declara a emergencialidade, Decreto Estadual 515/2020 no qual declara situação de emergência em todo o território catarinense e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV, a escolha do fornecedor é devido a escassez dos produtos no mercado e que é essencial para a entubação de pacientes na Unidade de Pronto Atendimento de Biguaçu.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade.

O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado, conforme os orçamentos acostados ao processo.

Biguaçu, 24 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

DL53-2020-PMB

Publicação Nº 2418440

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020-PMB

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sanitização de espaços públicos, unidades básicas de saúde (UBS) Praças e sede do Poder Público do Município de Biguaçu.

EMPRESA CONTRATADA: Dayana Wolff

VALOR: R\$ 17.440,00 (dezesete mil, quatrocentos e quarenta reais).

Dotações Orçamentárias:

111 25 / 1 2092 3339039990000000000
399 10 / 1 2035 3339039990000000000

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA:

O Município de Biguaçu está aprimorando suas capacidades de responder às emergências causa pelo Vírus Covid-19, dispondo de planos, protocolos, procedimentos e guias para identificação, monitoramento e resposta às emergências em saúde pública com o isolamento dos cidadãos Biguaçuenses, conforme o Decreto de Municipal Nº063/2020, Decreto Estadual 515/2020 e conforme a lei nº866 Art. 24 inciso IV. Outra medida para conter essa pandemia é a sanitização dos locais que passaram muitas pessoas, ou seja, de locais públicos com as praças, prédios públicos e unidades de básicas de atendimentos. Pois as intervenções sobre o problema são, em alguns aspectos, reconhecidas como de difícil implantação, por seu caráter de atuação global, que transcende o setor saúde. Algumas outras ações, entretanto, são de responsabilidade imediata dos gestores de saúde locais e potencialmente capazes de produzir mudanças efetivas no quadro atual, com a tentativa de diminuir o número de pessoas contaminadas para ter uma redução da possível contaminação do Covid-19 no Município de Biguaçu.

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 23 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

RETIFICAÇÃO DISPENSAS 19,20 E 21/2020-FMS

Publicação Nº 2418459

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DISPENSAS DE LICITAÇÕES 19/2020-FMS, 20/2020-FMS E 21/2020-FMS

Tendo em vista a erros de digitação no que diz respeito as datas dos referidos processos publicados no DOM, faz-se as correções:

DL19/2020-FMS: onde lê-se: 18/02/2020, leia-se 18/03/2020;

DI 20/2020-FMS: onde lê-se: 19/02/2020, leia-se 19/03/2020;

DL21/2020-FMS: onde lê-se: 19/02/2020, leia-se 19/03/2020.

Biguaçu, 24 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

SUSPENSÃO TP40-2020-PMB

Publicação Nº 2418036

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 40/2020-PMB

Tendo em vista o Decreto Municipal 063/2020, informamos que fica SUSPENSO a abertura do processo Licitatório TP40/2020-PMB, que tem como objeto " contratação de empresa com fornecimento de material e prestação de serviços para a para a implantação e drenagem urbana e pavimentação em paver das seguintes Ruas: Travessa Garcia(A), Servidão José Francisco de Andrade(B), Servidão José Francisco de Souza(C), Rua Santilha de Souza Pereira(D) e Servidão Bertoldo José da Costa(E), neste Município, de acordo com memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e termo de referência, partes integrantes deste edital", que no caso seria na data de 24/03/2020, às 14:00hs, sendo posteriormente publicado no Jornal DOM, Notícias do Dia e site da PMB, a nova data do referido processo.

Biguacu, 24 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

SUSPENSÃO TP43-2020-PMB

Publicação Nº 2418077

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS
SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS 43/2020-PMB

Tendo em vista o Decreto Municipal 063/2020, informamos que fica SUSPENSO a abertura do processo Licitatório TP43/2020-PMB, que tem como objeto " a contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a construção da Quadra poliesportiva coberta da Escola Básica Municipal Professora Ruth Farias dos Reis no Bairro Morro da Bina , localizado na Rua Viviane da Silva, neste Município, de acordo com memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e termo de referência, partes integrantes deste edital", que no caso seria na data de 30/03/2020, às 14:00hs, sendo posteriormente publicado no Jornal DOM, Notícias do Dia e site da PMB, a nova data do referido processo.

Biguacu, 24 de março de 2020.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA SAMAE N°. 7.681/2020

Publicação N° 2418265

Portaria n. 7.681, de 18 de março de 2020.

Estabelece medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo novo COVID-19, a serem praticadas no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau (SAMAE).

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, no uso das atribuições do Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar N° 509 de 17 de março de 2005 e ainda, com fundamento dos considerandos do Decreto n° 12.589 de 17 de março de 2020, nomeado pela Portaria n° 23.764/2020 e,

CONSIDERANDO a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela OMS (Organização Mundial da Saúde) datado em 30/01/2020, e declaração em 11/03/2020 considerando pandemia do novo COVID-19 e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;

CONSIDERANDO a Portaria n° 356 de 11 de março de 2020 que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo novo COVID-19 em consonância com as demais orientações emanadas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 515 de 17 de março de 2020, o qual avaliou o cenário epidemiológico no Estado de Santa Catarina, indicando a transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que o fornecimento e abastecimento de água é serviço essencial e a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau (SAMAE);

CONSIDERANDO a Portaria n° 188/GM/MS de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n° 12.589/2020, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de Blumenau e define regras para enfrentamento da pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que somente a adoção de hábitos de higiene básicos e a intensificação de rotinas de limpeza em áreas de circulação não são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;

CONSIDERANDO a necessidade de redução substancial afluxo diário dos públicos interno e externo nas dependências da Autarquia Municipal, e atendimento das recomendações de distanciamento social, visando reduzir o risco de contágio e transmissão, incidindo de forma objetiva sobre a curva temporal e ápice de propagação;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus – COVID-19 no âmbito do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau (SAMA E), conforme o Decreto Municipal nº 12.589/2020 de 17 de março de 2020.

Art. 2º. O servidor da Autarquia que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) deverá seguir as orientações da Secretaria Municipal de Saúde, buscando atendimento profissional através de Postos de Saúde ou, em casos mais avançados, deslocar-se ao serviço de emergência hospitalar.

Art. 3º. O servidor da Autarquia que tiver retornado de viagens internacionais ou nacionais, qual haja incidência do novo Coronavírus – COVID-19, deverá comunicar sua chefia imediata e permanecer afastado das dependências do SAMA E pelo período de 14 (catorze) dias, ficando submetido, quando couber, ao regime de trabalho à distância.

Parágrafo Único. Aqueles mencionados no caput, que tiverem contato com pessoas que se enquadrem no conceito de suspeito de contágio, deverão informar essa situação, para fins de definição sobre a incidência do caput deste artigo.

Art. 4º. Deverá ser dada oportunidade para o regime de teletrabalho aos servidores que executam atividades compatíveis e não essenciais, cabendo a avaliação pela chefia imediata com relação a aplicação da modalidade.

Parágrafo único. A teor do disposto no artigo 5º do Decreto Municipal n. 12.589, de 17 de março de 2020, resta suspenso pelo período de 7 (sete) dias, contados a partir de 19/03/2020, as atividades não essenciais, observando o disposto no caput.

Art. 5º. O servidor maior de 60 (sessenta) anos e aquele portador de doenças que compõem grupo de risco (diabéticos, hipertensos, portadores de insuficiência renal crônica, portadores de doenças respiratória, imunodeficientes) de aumento de mortalidade por COVID-19 serão, preferencialmente, poupados da execução de trabalhos que exijam contato pessoal.

Art. 6º. Determinar à equipe administrativa da Autarquia que priorize e intensifique as ações de prevenção, incluindo aquisições e aplicações de produtos de higiene e limpeza para o combate ao vírus, tais como:

I - Disponibilizar álcool antisséptico 70% para higienização das mãos e álcool 70% para higienização dos móveis e utensílios, inclusive no interior dos veículos oficiais da Autarquia;

II - Recomendar o não compartilhamento de utensílios e materiais;

III - Aumentar a frequência de higienização de superfícies;

IV - Aumentar a distância entre os mobiliários sempre que possível;

V - Manter ventilados os ambientes de uso coletivo, mesmo com uso de aparelhos de ar-condicionado, incluindo os veículos oficiais da Autarquia;

VI - Impedir a utilização de ingestão de água diretamente dos bebedouros de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;

VII - Higienizar frequentemente os bebedouros, banheiros e demais espaços de uso coletivo.

Art. 7º. Determinar a todos os servidores do SAMAE, que intensifique as ações de orientação ao público interno para prevenção contra o contágio do Coronavírus e de outros vírus de gripe, como o H1N1, e, ainda, que proceda todas as providências relacionadas à necessidade de atendimento ambulatorial, observando, diariamente, os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde para os casos suspeitos de COVID-19.

Art. 8º. Fica suspenso temporariamente:

I - A realização de eventos coletivos internos e externos do SAMAE, que não guardem relação com as atividades da Comissão Permanente de Licitações e do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Parágrafo único. No que tange aos eventos relacionados a CPL e Pregoeiro, os quais deverão ser analisados isoladamente, diante da necessidade de manutenção do evento. Em caso de prosseguimento, o acesso do público externo às sessões de licitação será prioritário ao representante legal e/ou procurador da licitante.

II - O registro de frequência dos servidores e estagiários da Autarquia através do meio eletrônico com impressão digital, cabendo a chefia imediata o controle da jornada de trabalho.

III - O uso da área de convivência da Autarquia.

IV - A visitação pública a todas as unidades do SAMAE, como no caso das Estações de Tratamento e Museu da Água.

V - O Programa de Educação em Saneamento e demais atividades sociais comandadas pela Autarquia Municipal.

Art. 9º. O acesso do público externo às dependências do SAMAE fica condicionado a procedimento de higiene, que contempla a higienização das mãos com água, sabão e álcool antisséptico 70% (setenta por cento) e uso de máscara de proteção descartável a ser fornecida pelo SAMAE.

Parágrafo Único. O procedimento será orientado por servidor do SAMAE, quando da chegada do público externo à Autarquia.

Art. 10º. O serviço de emissão de 2ª via da fatura, esclarecimento de dúvidas ou abertura de processos administrativos, durante esse do, será prestado por e-mail ou WhatsApp pelo institucional da Autarquia.

Art. 11º. Restringir a realização de viagens nacionais e internacionais, cuja imprescindibilidade será avaliada caso a caso e levará em consideração, necessariamente, o risco de contaminação do novo Coronavírus.

Art. 12º. Os gestores dos contratos de obras e de prestação de serviço, junto ao Técnico da Autarquia, deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destes em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19, estando às empresas contratadas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Autarquia.

Art. 13º. Fica suspensa a designação de servidor ou membro para participar de eventos público em espaços fechados ou aberto em que a distância mínima não possa ser de dois ou mais metros, entre os participantes salvo os indispensáveis para realização da atividade-fim da Autarquia.

Art. 14º Fica suspenso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os prazos contidos nos artigos 116, §5º, 123, §3º e 128, parágrafo único do Decreto 10.809 de 04 de dezembro de 2015.

Art. 15º. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria serão dirimidos pelo Diretor Presidente do SAMAE.

Art. 16º. As ações ou omissões que violem o disposto nesta Portaria sujeitam o autor a sanções civis, penais, éticas e administrativas, observando o disposto no Decreto nº 12.589/2020.

Art. 17º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, mantendo seus efeitos durante a vigência do Estado de Emergência decretado pelo Município de Blumenau.

Blumenau, 18 de março de 2020.

Michael Raul Schneider
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**MD 3393**

Publicação Nº 2418352

RESOLUÇÃO MD Nº 3393

SUSPENDE AS ATIVIDADES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU POR SETE DIAS.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Considerando a declaração de estado de emergência em todo o território catarinense, feita pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto n.º 515, de 17/03/2020, ficam suspensas todas as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Blumenau, pelo período de sete dias, a contar da presente data.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 18/03/2020.

Câmara Municipal de Blumenau, 18 de março de 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

GILSON DE SOUZA
2º Secretário

Bom Jesus

PREFEITURA

DECRETO 033/2020

Publicação Nº 2417921

DECRETO Nº 33, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Declara situação de emergência no Município de Bom Jesus-SC, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, COBRARDE 1.5.1.1.0, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n.515 de 17 de Março de 2020, e dá outras providências. RAFAEL CALZA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que, no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n.188 de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n.5 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n.515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7(sete) dias;

CONSIDERANDO que, o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n.93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n.032/2020, que implementou ações, no âmbito do Município de Bom Jesus-SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n.509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Bom Jesus-SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I – poderão ser registrados bens e serviços de pessoas físicas e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art.3º, inci. VII da Lei n.13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II – nos termos do art. 24, IV da Lei nº8666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência e,

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo Único: Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Bom Jesus/SC, em 20 de março de 2020.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Rosane Siqueira
Funcionária Designada

Bom Retiro

PREFEITURA

24.20 - DEC. COMBATE CORONA VIRUS

Publicação N° 2418380

DECRETO N° 24/2020 de 24/03/2020.

Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do município de Bom Retiro/SC.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95, XI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19),
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de medidas para resposta imediata ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19),
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 509, de 17 de março de 2020, e no Decreto Estadual de Santa Catarina nº 515 de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta,
CONSIDERANDO, o disposto na Resolução nº 039/2020, da FECAM, que recomendou às entidades do sistema FECAM a adotarem medidas semelhantes às da referida Resolução, visando a redução do risco de disseminação e contágio com o coronavírus – COVID -19,
CONSIDERANDO a Assembleia Extraordinária realizada na AMURES, em 17/03/2020, para tratar das medidas a serem adotadas no enfrentamento ao coronavírus (COVID -19),
CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525/2020, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao COVID-19 em âmbito estadual,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Bom Retiro/SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infra legais emanados da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 3º As medidas mencionadas no art. 1º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 1º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria Geral do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 5º Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e do art. 7º, do Decreto Estadual 525/2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação e o ingresso no território bonretirensense de veículos de transporte interestadual e de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como esquinas, praças etc.; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 6º A operação de atividades industriais em todo o território do Município somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados no âmbito estadual e municipal.

§ 2º Sem prejuízo no disposto do art. 4º, do Decreto Municipal 22/2020, o funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I - priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II - priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III - adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV - utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 7º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- X - iluminação pública;
- XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII - serviços funerários;
- XIII - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XIV - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
- XV - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVI - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XVII – serviços postais;
- XVIII – transporte e entrega de cargas em geral;
- XIX – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XX – transporte de numerário;
- XXI – fiscalização ambiental;
- XXII – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- XXIII – monitoramento de construções que possam acarretar risco à segurança;
- XXIV – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
- XXV – mercado de capitais e seguros;
- XXVI– cuidados com animais em cativeiro;
- XXVII– atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
- XXVIII – atividades da imprensa;
- XXIX - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
- XXX– fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;
- XXXI– distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele entrega/delivery de alimentos;

XXXII – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXIII – agropecuárias;

XXXIV – atividades industriais, observado o disposto no art. 5º deste Decreto;

XXXV – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XXXVI – serviços de guincho; e

XXXVII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Defesa Civil (DC);

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI, do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias e açougues.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 8º. O transporte rodoviário em território do Município deve operar de acordo com as seguintes regras:

I - às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

II - fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Art. 9º No período de 7 (sete) dias, a contar da publicação do presente Decreto, os servidores públicos municipais, efetivos, contratados e comissionados, ressalvados os serviços essenciais, deverão realizar suas funções em regime de home office, sendo os critérios de produtividades os mesmos de quando o trabalho era exercido fisicamente.

§ 1º Os servidores que, em razão da natureza de suas funções, não puderem realizar serviços em casa, estarão de sobreaviso e deverão obedecer as ordens de seus superiores imediatos em relação às atividades a serem realizadas neste período.

§ 2º Todos os servidores que não estiverem exercendo suas funções nas dependências da Prefeitura Municipal ou nas Secretarias Municipais, deverão permanecer com seus telefones ligados para o sobreaviso ou novas determinações.

§ 3º Os servidores que recusarem-se a obedecer as ordens de seus superiores neste período, concorrerão às penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro/SC.

Art. 10. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 11. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II - diárias; e

III - adiantamentos.

Parágrafo único. Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 12. Fica prorrogado o prazo máximo para pagamento da cota única do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o dia 31 de maio de 2020.

Parágrafo único. Em consequência do caput do presente artigo, fica estabelecido o dia 31 de maio de 2020 para pagamento da primeira parcela do IPTU, o dia 31 de julho de 2020 para o pagamento da segunda parcela do IPTU e o dia 30 de setembro de 2020 para o pagamento da terceira parcela do IPTU.

Art. 13. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 14. A título acautelatório, recomenda-se:

I - por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II - no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 16. Ficam revogados:

I - o §1º, do art. 3º, do Decreto 20/2020;

II – o inciso XI, do §2º, do art. 3º, do Decreto 20/2020.

Art. 17. Os casos omissos serão regidos pelo Decreto Municipal 20/2020, Decreto Municipal 21/2020, Decreto Municipal 22/2020, Decreto Estadual 515/2020 e Decreto Estadual 525/2020.

Município de Bom Retiro/SC, 24 de março de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N. 003/20**

Publicação Nº 2418113

poder legislativo municipal
Câmara MUNICIPAL De Vereadores de Bom Retiro
Estado de Santa Catarina

Resolução n.º 003/20

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO PARA MITIGAÇÃO DOS RISCOS DECORRENTES DA DOENÇA CAUSADA PELO "NOVO CORONAVÍRUS" (COVID-19).

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina n.º 525 de 23 de Março de 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona vírus e estabelece outras providências,

CONSIDERANDO que diversos órgãos públicos adotaram medidas para controle da transmissão da doença em seus respectivos âmbitos de atuação,

CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária no Estado, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas,

RESOLVE:

Art. 1º - Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no Decreto Estadual nº 515 e reiterada pelo Decreto Estadual nº 525, ficam suspensas, as atividades do Poder Legislativo, até o dia 1º de abril de 2020.

Parágrafo único. As medidas de que trata este Ato vigorarão até decisão em sentido contrário da Mesa da Câmara Municipal de Bom Retiro.

Art. 2º - Fica autorizado os Servidores do Poder Legislativo Municipal atuarem no regime de home office, pelo período previsto no Art. 1º.

Art. 3º - Fica determinado que o atendimento externo seja prestado mediante recursos tecnológicos disponíveis ou pela ouvidoria.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 24 de março de 2020.

ERIVELTON PEREIRA
PRESIDENTE

JOSÉ ALFEU FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

FERNANDO BORGES SILVEIRA
2º SECRETÁRIO

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL CHAMADA PUBLICA 02/2020 - CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2417957

EDITAL Nº 02/2020 – CHAMADA PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, os Decretos Municipais nº 25, de 18 de março de 2020, nº 26, de 20 de março de 2020, e a Lei Complementar nº 08/1999 de 17 de novembro de 1999, e

- **CONSIDERANDO** a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede básica de saúde - para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde;

- **CONSIDERANDO** que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

- **CONSIDERANDO** que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

- **CONSIDERANDO** que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

- **CONSIDERANDO** a urgência em aumentar o quadro de Técnicos em Saúde para atender a demanda ocasionada pela Pandemia;

- **CONSIDERANDO** a necessidade técnica e as estratégias de isolamento comunitário com a descentralização de alguns serviços básicos de saúde, onde exige o aumento do efetivo;

TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** destinados ao provimento de **VAGAS TEMPORÁRIAS PARA O QUADRO DA SAÚDE.**

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os procedimentos do presente Edital de Chamamento Público serão coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.bracodotrombudo.sc.gov.br, e nos murais públicos municipais.

1.3. O presente Processo terá validade **enquanto permanecer o município em estado de emergência em função da Pandemia acima descrita.**

DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS

1.4. Quadro de Cargos: (de acordo com a Lei Ordinária nº 08/1999 de 17 de novembro de 1999 e alterações posteriores.) Na ausência da existência de vagas abertas na referida lei a contratação dar-se-á da mesma forma em função da urgência e da brevidade que a situação do estado de emergência requer.

<i>Cargo</i>	<i>Habilitação/Escolaridade</i>	<i>Remuneração Mensal</i>	<i>Carga Horária</i>	<i>Vagas</i>
Médico	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 20.397,66	40 horas semanais	01
Enfermeiro	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 4.831,36	40 horas semanais	02
Técnico de Enfermagem	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino médio, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 2.464,95	40 horas semanais	04

Auxiliar de Enfermagem	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino fundamental, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 2.391,07	40 horas semanais	02
Farmacêutico	Portador de certificado de conclusão de curso de Ensino Superior com Registro no Conselho Regional de Farmácia (CRF)	R\$ 4.720,94	40 horas semanais	01

1.5. A vaga disponível, conforme necessidade, terá lotação na Unidade Básica de Saúde, situada no centro da cidade.

1.6. As atribuições de cada cargo encontram-se no anexo I do presente edital

DA DATA E HORÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.7. Os (as) candidatos (as) interessados (as) deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Saúde, às **10h do dia 25 de março de 2020 (quarta-feira)**, sito à Unidade de Saúde do Centro, município de Braço do Trombudo/SC.

1.7.1. Em caso de não haver profissionais na data citada, ficará o dia seguinte com o mesmo horário estabelecido e assim sucessivamente até atender a necessidade municipal.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1.8. Os(as) candidatos(as) interessados(as) deverão dirigir-se ao local indicado no item 1.6 deste Edital munidos dos seguintes documentos, original e fotocópias:

- 1.8.1.1. Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- 1.8.1.2. Comprovação de habilitação no curso de Medicina ou enfermagem com inscrição válida no CRM ou COREN/SC;
- 1.8.1.3. Comprovação do tempo de serviço exercido na profissão de Médico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem ou Auxiliar de Enfermagem.
- 1.8.1.4. Em função da pandemia os serviços presenciais estão limitados, podendo desta forma, o (a) candidato (a) apresentar atestado de tempo de serviço obtido de forma online.

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

1.9. Será recebida a documentação dos (as) candidatos (as) interessados (as) e os seguintes critérios de escolha serão obedecidos:

- 1.9.1.1.** Maior tempo de serviço na função de Médico, Farmacêutico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem ou Auxiliar de Enfermagem na Estratégia Saúde da Família;
- 1.9.1.2.** Maior tempo de serviços na função de Médico, Farmacêutico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem ou Auxiliar de Enfermagem.
- 1.9.1.3.** Havendo dois ou mais candidatos(as) empatados(as) no tempo de serviço como médico, Farmacêutico, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem ou Auxiliar de Enfermagem ficará com a vaga o(a) mais idoso(a).

CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

1.10. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a nacionalidade brasileira ou visto de permanência;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- f) aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo;
- g) habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.

1.11. Para a contratação o(a) candidato(a) deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

1.12. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do(a) candidato(a) e o(a) mesmo(a) será eliminado(a) da lista de classificação.

1.13. Os(as) candidatos(as) que forem considerados(as) inaptos(as) quando da realização do exame médico pré- admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados(as).

DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

1.14. Ao contratado, através do presente Processo, aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei Complementar nº 107/2012, de 11/04/2012 e

suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1.15. O quadro de vagas será divulgado no sítio www.bracodotrombudo.sc.gov.br e mural da Prefeitura e da Secretaria da Saúde, antes da chamada dos(as) candidatos(as).

1.16. O Resultado final será divulgado no sítio www.bracodotrombudo.sc.gov.br e nos murais públicos do Município.

1.17. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito.

1.18. Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Básica de Saúde, município de Braço do Trombudo /SC, ou pelo fone (47) 3547- 0481, em horário comercial.

Braço do Trombudo, 23 de março de 2020.

Nildo Melmestet
PREFEITOMUNICIPAL

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

MÉDICO: Atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.

ENFERMEIRO: Compreende ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública, e outras atividades correlatas.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Compreende os cargos que se destinam a executar, sob supervisão, tarefas técnicas de enfermagem, atendendo às necessidades de pacientes e doentes. Assistir ao enfermeiro; no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; na prestação de cuidados de enfermagem a pacientes em estado grave; na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica; na prevenção e no controle sistemático da infecção ambulatorial; na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; participação nos programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; participação nos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho. Compreende o conjunto de atribuições que se destinam a exercer atividade de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participação no planejamento da assistência de enfermagem; executar outras atribuições afins.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM: Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família e comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.

FARMACÊUTICO: Avaliação farmacêutica do receituário. Guarda de medicamentos, drogas e matérias-primas e sua conservação. Registro de entorpecentes e psicotrópicos requisitados, receitados, fornecidos ou utilizados no aviamento das fórmulas manipuladas, conforme procedimentos exigidos pela vigilância sanitária. Organização e atualização dos controles de produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de substâncias e medicamentos. Controle do estoque de medicamentos. Colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e toxicológicas. Emitir parecer técnico a respeito de produtos e equipamentos utilizados na farmácia, principalmente fazer requisições de substâncias, medicamentos e materiais necessários à farmácia. Planejamento e coordenação da execução da Assistência Farmacêutica no

Município conforme a Política Nacional de Medicamentos - Portaria GM-3916/98; coordenar a elaboração da relação de Medicamentos padronizados pelo Serviço de Saúde do Município, assim como suas revisões periódicas; análise do consumo e da distribuição dos medicamentos; elaboração e promoção dos instrumentos necessários, objetivando desempenho adequado das atividades de seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos pelas Unidades de Saúde; avaliação do custo do consumo dos medicamentos; realização de supervisão técnico-administrativo em Unidades da Saúde do Município no tocante a medicamentos e sua utilização; participar e assumir a responsabilidade pelos medicamentos de outros programas da Secretaria de Saúde; realização de treinamento e orientação aos profissionais da área; orientação, coordenação e supervisão de trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; emissão de pareceres sobre assuntos de sua competência; realização de estudos de farmacovigilância e procedimentos técnicos administrativos no tocante a medicamentos vencidos; acompanhar a validade dos medicamentos e seus remanejamentos; auxiliar no desenvolvimento de ações em vigilância sanitária; controlar e fornecer receituários especiais para médicos e Unidades Básicas de Saúde do município; exercer a fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; manter fiscalização de farmácia quanto ao aspecto sanitário mantendo visitas periódicas para orientar seus responsáveis no cumprimento da legislação vigente; executar tarefas afins.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8565-2020

Publicação Nº 2418552

DECRETO Nº. 8565, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.275 de 17.12.2019, a Lei nº 4.242 de 09.09.19, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 270.505,33 (duzentos e setenta mil, quinhentos e cinco reais e trinta e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

25.00 Fundo Municipal de Saúde

25.001 Fundo Municipal de Brusque

010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.67.09 Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Atenção Primária Covid-19

VALOR R\$ 270.505,33

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Provável Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.67.09	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado - Atenção Primária Covid-19
Valor Orçado	0,00
Provável Arrecadação até 31/12/2020	270.505,33
Provável Excesso de arrecadação até 31/12/2020	270.505,33
Valor a utilizar	270.505,33

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 23 de março de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de março de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Prefeito Municipal	Dr. EDSON RISTOW Procurador Geral do Município
HUMBERTO MARTINS FORNARI Secretária Municipal de Saúde	AURINHO SILVEIRA DE SOUZA Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 8566-2020

Publicação Nº 2418553

DECRETO nº 8.566, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o período de vigência da quarentena previsto no caput do art. 3º, do Decreto nº 8.561, de 18 de março de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que Dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o período de vigência da quarentena previsto no caput do art. 3º, do Decreto nº 8.561, de 18 de março de 2020, para 31/03/2020, com a suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou regime de trabalho remoto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se,

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 607-2020

Publicação Nº 2418554

Portaria nº 607/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) JOEL CESAR SCHWAMBERGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, pelo prazo de 180 dias, no período compreendido entre 27/03/2020 a 22/09/2020, referente aos períodos aquisitivos iniciados em 01/08/2009 (90 dias) e 01/08/2014 (90 dias).

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de Março de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 608-2020

Publicação Nº 2418555

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 608/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4163346	1	JOÃO ALCIDES DIEHL	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	31/03/2020	09/04/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de Março de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 – DISPENSA Nº 02/2020 - FMS

Publicação Nº 2418196

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 09/2020 – DISPENSA – 02/2020 – FMS

EDITAL: DISPENSA Nº 02/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TESTES PARA O CORONA VÍRUS / COVID-19 EM CARÁTER EMERGENCIAL.

CONTRATADO: PRONTLAB EQUI. E PROD. CIENTICOS LTDA

VALOR PREVISTO: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), sendo adquirido a quantidade de 700 (setecentos) testes.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de março de 2020.

ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 106/2019

Publicação Nº 2418147

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 106/2019

O Município de Caçador/SC torna público a Paralisação da Obra referente ao Contrato Administrativo 106/2019, por tempo indeterminado, considerando o Decreto nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 45/2019

Publicação Nº 2418148

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 45/2019

O Município de Caçador/SC torna público a Paralisação da Obra referente ao Contrato Administrativo 45/2019, por tempo indeterminado, considerando o Decreto nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 46/2019

Publicação Nº 2418152

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 46/2019

O Município de Caçador/SC torna público a Paralisação da Obra referente ao Contrato Administrativo 46/2019, por tempo indeterminado, considerando o Decreto nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 92/2019

Publicação Nº 2418145

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE PARALISAÇÃO DE OBRA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 92/2019

O Município de Caçador/SC torna pública a Paralisação da Obra referente ao Contrato Administrativo 92/2019, por tempo indeterminado, considerando o Decreto nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador-SC.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2020

Publicação Nº 2418162

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2020

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório Nº 025/2020, na modalidade de Concorrência Nº 02/2020, OUTORGA DE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, considerando o Decreto Municipal nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC. Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.

sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2020 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2020

Publicação Nº 2418159

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA Nº 03/2020

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório Nº 036/2020, na modalidade de Concorrência Nº 03/2020, SELEÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO, EM REGIME DE CONCESSÃO, DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM USO DE EQUIPAMENTOS EMISSORES DE TICKET, PONTOS DE VENDA COMERCIAL, APLICATIVO SMARTPHONE, ATIVAÇÃO DE CRÉDITO POR URA, E VENDA WEB EM SITE, MEDIANTE USO REMUNERADO DO ESPAÇO PÚBLICO, considerando o Decreto Municipal nº 8.630 de 18 de março de 2020 que declara a Situação de emergência no Município de Caçador/SC. Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 24 de março de 2020.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.634

Publicação Nº 2418407

DECRETO Nº 8.634, de 24 de março de 2020.

Prorroga o prazo previsto no Decreto nº 8.630/2020, que Decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus editadas pelo Governo Estadual através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 7 (sete) dias a contar de 25 de março de 2020, o prazo estabelecido no art. 10 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que Decreta situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências

Art. 2º Dá nova redação ao art. 17 do Decreto nº 8.630/2020, que passa a vigorar como segue:

“Art. 17. Aplicam-se à presente situação objeto deste Decreto os ditames dos Decretos Estaduais nºs 515, de 17/03/2020 e 525, de 23/03/2020.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com início dos efeitos a partir de 25.03.2020 e prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 24 de março de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Claudio Favero Junior - PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418455

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Altera e acresce dispositivos na Resolução nº 04, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo nos arts. 18, inciso II e 123 do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Altera e acresce dispositivos na Resolução nº 04, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador.

“Art. 152. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa, podendo, em caráter excepcional, ser realizada por sistema de deliberação remota (SDR).

.....

§ 8º As sessões realizadas por meio do SDR serão virtuais e convocadas com antecedência de, no mínimo, 06 horas, para deliberação de matéria legislativa de caráter urgente, que não possam aguardar a normalização da situação. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2020.

Itacir João Fiorese,
Presidente.

Caibi

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2020

Publicação Nº 2417987

DECRETO Nº 054/20, DE 24 de MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre Expediente no Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o art. 48, VI, da Lei Orgânica do Município e demais legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual Nº 525/2020, de 23 de Março de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

CONSIDERANDO, Que os Órgãos Públicos Estaduais e Federais estarão fechados como forma de conter a proliferação do vírus.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto determinado que o atendimento nas repartições públicas municipais, voltarão ao normal a partir do dia 1º de Abril de 2020.

Parágrafo 1º. - Os serviços de atenção a saúde pública não sofrerão nenhuma alteração, priorizando os casos relacionados a pandemia do COVID-19.

Parágrafo 2º. – Os serviços relacionados ao atendimento da situação ocasionada pela estiação com referência ao Decreto de Emergência nº 047/2020 também serão continuados.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor no dia 26 de Março de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 24 de Março de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA
Secretário Municipal de Administração

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2020

Publicação Nº 2418171

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 022/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 010/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR ASSESSORIA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI - SC, do tipo menor preço – Unitária cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:00 horas do dia 26 de Março de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi –SC 19 de Março de 2020.ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

LEIA-SE:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 022/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 010/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR ASSESSORIA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI - SC, do tipo menor preço – Unitária cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos

Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 14:00 horas do dia 01 de Abril de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi –SC 24 de Março de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

Publicação Nº 2418174

ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 023/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 012/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEÃO E SOPRO PARA ATENDER AS ATIVIDADES DISPONIBILIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICIPIO DE CAIBI SC, do tipo menor preço - Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 27 de Março de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 11 de Março de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

LEIA-SE:

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 023/2020 na modalidade Pregão Presencial Nº 012/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE ACORDEÃO E SOPRO PARA ATENDER AS ATIVIDADES DISPONIBILIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICIPIO DE CAIBI SC, do tipo menor preço - Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 02 de Abril de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 24 de Março de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2019

Publicação Nº 2418237

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2019

Processo Licitatório nº 081/2019. Modalidade Pregão Presencial RP nº 047/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2020. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
COOPERATIVA A1	03.470.626/0050-38	Rua Independência nº 585, esquina com a 7 de setembro	Caibi –SC	89.888-000

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto a redução dos valores dos combustíveis registrados.

§ 1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista a redução no preço do litro do óleo Diesel tipo S-500 de R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) para R\$ 3,09 (três reais e nove centavos) e do Óleo Diesel tipo S-10 de R\$ 3,47 (três reais e quarenta e sete centavos) para R\$ 3,13 (três reais e treze centavos) de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): A redução será concedida a partir do dia 25 de Março de 2020.

Caibi –SC em 24 de Março de 2020.

Camboriú

PREFEITURA

DL 020/2020 - FMS

Publicação Nº 2418107

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 020/2020 – FMS
Data: 24/03/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3636/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADEN Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRALIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE LUVAS DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 25.174,50 (vinte e cinco mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE
Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 24 de Março de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 021/2020 - FMS

Publicação Nº 2418149

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 021/2020 – FMS
Data: 24/03/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3645/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADEN Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRALIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE PROTETOR FACIAL DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 1.260,00 (Um mil duzentos e sessenta reais).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE
Contratado: SOLDAFIX TECNOLOGIA EM SOLDA LTDA
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 24 de Março de 2020.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

DL 022/2020 - FMS

Publicação Nº 2418223

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 022/2020 – FMS
Data: 24/03/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3645/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRADEN Nº1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRALIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 7.488,36 (sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: ICTEC EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 24 de Março de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

DL 023/2020 - FMS

Publicação Nº 2418292

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 023/2020 – FMS

Data: 24/03/2020

Objeto: CONSIDERANDO A DECLARAÇÃO DE PANDEMIA MUNDIAL DE CONTAMINAÇÃO PELO COVID 19; CONSIDERANDO O AVANÇO DOS CASOS CONFIRMADOS DE COVID 19 NO BRASIL E ESTADO DE SANTA CATARINA; CONSIDERANDO O INÍCIO DAS AÇÕES DE CONTENÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (DECRETO 3645/2020) E DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DECRETO 515 DE 17 DE MARÇO DE 2020) DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE NOS TERMOS DO COBRAD Nº 1.5.1.1.0 DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID -19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O MUNICÍPIO REALIZA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES DESTINADO À UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COMO UMA DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID 19.

Valor total: R\$ 2.066,50 (dois mil sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Secretaria: SECRETARIA DE SAÚDE

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 24 de Março de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO CONTRATO DIA 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418222

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Terceiro Termo Aditivo

Contrato: 009/2018

Processo: Tomada de Preço Nº. 001/2018

Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP

Data: 24/03/2020

Fundamento: artigo 65, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS, PARA ATENDIMENTO AO CIDADÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, o município resolve prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 06 (seis) dias, ou seja, de 26 de março de 2020 até 01 de abril de 2020, em razão da impossibilidade de execução do serviço devido a pandemia de COVID-19, baseado na Situação Excepcional de Emergência declarada através do Decreto Municipal 3.641/2020, no Decreto Municipal 3.645/2020 e nos Decretos estaduais 515/2020 e 525/2020.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 015/2019

Processo: Dispensa Licitatória Nº. 002/2019

Contratado: VALTER ROGÉRIO VEQUI

Data: 24/03/2020

Fundamento: artigo 57, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM APROXIMADAMENTE 180 M2, SITUADA NA RUA PADRE ANTÔNIO DIAS, Nº 23, BAIRRO CENTRO, CAMBORIÚ/SC, PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, VISANDO UTILIZAÇÃO PARA REALIZAR OS CURSOS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA BÁSICA, À SER COORDENADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Objeto do aditivo: DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar

o presente contrato de aluguel por mais 01 (um) mês, vigorando de 30 de março de 2020 até 30 de abril de 2020, em razão da Situação Excepcional de Emergência declarada através do Decreto Municipal 3.641/2020, no Decreto Municipal 3.645/2020 e nos Decretos estaduais 515/2020 e 525/2020.

FUNDESB**Décimo Segundo Termo Aditivo**

Contrato: 024/2010

Processo: Concorrência Pública Nº. 002/2010

Contratado: ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Data: 24/03/2020

Fundamento: artigo 65, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE LINEAR COM BACIA DE DETENÇÃO DO RIO CAMBORIÚ.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução da obra por mais 04 (quatro) dias, vigorando de 28 de março de 2020 até 01 de abril de 2020, em razão da impossibilidade de execução do serviço devido a pandemia de COVID-19, baseado na Situação Excepcional de Emergência declarada através do Decreto Municipal 3.641/2020, no Decreto Municipal 3.645/2020 e nos Decretos estaduais 515/2020 e 525/2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE 2

Publicação Nº 2418117



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE -SC CNPJ 83.102.749/0001-77
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292. Centro, Campo Alegre/SC.
Telefone: (47) 3632-2266

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições, torna público que foram SUSPENSAS *SINE DIE*, as licitações presenciais abaixo epigrafadas, em virtude do Decreto Estadual Nº 525 de 23/03/2020 que determina a suspensão dos serviços públicos não essenciais pelo período de 07(sete) dias no Município de Campo alegre/SC.

- Tomada de Preços 29/2020 – (Fornecimento de material e mão de obra para construção de quadra esportiva para uso na EMEB Profª Zilka de França Hasselmann, no bairro Cascatas, neste Município).
- Tomada de Preços 30/2020 - (Fornecimento de material e mão de obra para reforma do prédio anexo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre).
- Pregão Presencial 21/2020 – (Contratação de empresa especializada em caracterização e adaptação de viaturas, para fornecimento e instalação de Kit Veicular para caracterização da viatura L200 Outdoor placas MIS 4341 – nº patrimônio 26155 da Polícia Militar).
- Concorrência 24/2020 – (Concessão onerosa de uso de espaço público à particular da quadra poliesportiva sintética “MARCO AURÉLIO ENGLER” situada “Praça Sofia Rudnick Baptista” na Rua Generoso Frágoso, Nº 194, Distrito de Frágosos, no Município de Campo Alegre).

As datas das sessões de licitação acima citadas serão republicadas no retorno dos trabalhos.

Campo Alegre, 24 de março de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 02-2020**

Publicação Nº 2418461

DECRETO LEGISLATIVO nr. 02/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e ainda:

CONSIDERANDO, que foi declarado pelo Estado de Santa Catarina, através do Decreto nr. 525, de 23/03/2020, situação de emergência e decretado quarentena em todo o território Catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia do COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º - Para enfrentamento da situação de emergência e quarentena no âmbito do Poder Legislativo Municipal, aplicam-se as seguintes medidas:

I - a SUSPENSÃO de todas as atividades do legislativo municipal até o dia 31/03/2020, inclusive.

II – o CANCELAMENTO da sessão ordinária do dia 26/03/2020, a qual esta sendo transferida/convocada para o dia 01/04/2020, às 19 horas.

II – a SUSPENSÃO enquanto perdurar a situação de emergência no Estado de Santa Catarina, objeto do Decreto nr. 525, de 23/03/2020, da presença de público nas sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal, devendo essas sessões serem transmitidas pelos meios tecnológicos disponíveis.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25/03/2020, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Legislativo nr. 01/2020.

Campo Alegre, em 24 de março de 2.020.

TANCREDO RONSKA
PRESIDENTE

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DL 02/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2418181

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

1. DO OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LUVAS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou situação de emergência de Saúde Pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Considerando a urgência na adoção de medidas de prevenção, controle e contenção do vírus COVID 19; considerando o disposto no Art. 24, IV da Lei de Licitações, faz-se necessária a aquisição em caráter excepcionalmente emergencial, tendo em vista que o material a ser adquirido (luva descartável), é um Equipamento de Proteção Individual indispensável para viabilizar os trabalhos e garantir a segurança dos profissionais da Secretaria de Saúde que atuam na linha de frente no combate a disseminação do coronavírus. Corroborando com a questão, devido a demanda em razão da pandemia, o produto a ser adquirido encontra-se em falta no mercado e sem previsão de entrega pelas empresas que o fornecem através do Consórcio CIMCATARINA, que está tomando as providências administrativas cabíveis junto aos fornecedores que não estão cumprindo os prazos de entrega.

Diante do exposto, justifica-se a aquisição dos materiais por dispensa de licitação, considerando que a falta do produto acarretará riscos à saúde pública e comprometerá gravemente os trabalhos da Secretária Municipal de Saúde, que é obrigada a fornecer aos seus servidores os materiais necessários para a proteção individual.

3. DO FORNECEDOR

A contratação do respectivo particular resultou em uma avaliação da necessidade pública, da identidade e das condições propostas pelo particular, sendo realizado segundo os critérios da razoabilidade. Fatos é que levaram a escolha da empresa ALTERMED MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 00.802.002/000102.

4. DO VALOR CONTRATADO

Foi realizada pesquisa de preços com vários fornecedores, sendo que alguns não possuem mais disponibilidade de entrega do equipamento devido ao significativo aumento da demanda. No entanto, foi possível obter 03 orçamentos com fornecedores distintos. Restou assim comprovado que o valor a ser pago pelo Fundo Municipal de Saúde é compatível o preço praticado no mercado atualmente.

Valor unitário: R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos) por caixa.

Valor total da aquisição: R\$ 40.680,00 (quarenta mil, seiscentos e oitenta reais).

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orgão	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
Despesa	03 33.90.30.36.00.00.00.00

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

Artigo 2º, inciso II do Decreto Municipal n. 8.565/2020 juntamente com Artigo 24 da Lei 8.666/93.

Campos Novos, 24 de março de 2020

MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA 920/2020

Publicação Nº 2418230

PORTARIA Nº920/20 de 23/03/2020

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora ROSANGELA FATIMA ALVES DE SÁ, portadora da CNH nº 05314831314, categoria AB, ocupante do cargo

de Técnico em Epidemiologia, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, com o prazo determinado até 31/12/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
23 de Março de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 04/2020**

Publicação Nº 2418369

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

DECRETO Nº 4/2020**SUSPENDE TEMPORARIAMENTE AS
ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO DE
CAMPOS NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

DECRETA:

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia causada pelo novo coronavírus;

Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspenso pelo período de 7 dias, o expediente externo e interno da Câmara de Vereadores de Campos Novos, podendo ser prorrogado por interesse público, ficando os servidores efetivos e comissionados em regime de plantão.

§1º. A suspensão de que trata o *caput* desse artigo inclui também as sessões ordinárias, itinerantes, solenes, audiências públicas, podendo ocorrer convocação de vereadores para a realização de sessão extraordinária, diante da adoção de medidas necessárias ao município.

§2º. Fica facultado aos servidores que possuem acesso remoto aos seus departamentos desempenhar suas funções dessa forma.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 24 de março de 2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracampnosnovos.sc.gov.br
www.camaracampnosnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 7#1#3#6#3#3#4#2020#1#0#0#1

RESOLUÇÃO MD N. 06/2020

Publicação Nº 2418367

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

RESOLUÇÃO MD Nº 6/2020**SUSPENDE PELO PERÍODO DE 7 DIAS OS TRABALHOS E O PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS INVESTIGAÇÕES DA CPI Nº 01/2019.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, amparada pelo Art. 76 e seguintes do Regimento Interno e Arts. 38, 57 e 60 da LOM, apresenta a seguinte Resolução da Mesa Diretora:

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia causada pelo novo coronavírus;

Considerando o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus;

Considerando que todas as atividades legislativas da Câmara de Vereadores de Campos Novos estão suspensas;

Considerando a solicitação efetuada através do Ofício CPI nº 73 pelos membros da CPI instaurada nesta Casa para apurar irregularidades no gerenciamento, operacionalização e na execução da administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanazio pelo IMAS (Instituto Maria Schimitt);

RESOLVE:

Art. 1º. Fica suspenso pelo período de 7 dias os trabalhos e o prazo para conclusão das investigações da CPI nº 01/2019, constituída com a finalidade de apurar irregularidades no gerenciamento, operacionalização e na execução da administração da Fundação Hospitalar Dr. José Athanazio pelo IMAS (Instituto Maria Schimitt).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

SALA DAS SESSÕES, 24 de março de 2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracampnosnovos.sc.gov.br
www.camaracampnosnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 241836724183672020#1#0#0#1

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 066/2020

Publicação Nº 2418121

DECRETO Nº. 066/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO Portaria GAB/SES nº 1809 de 22/03/2020, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o art. 1º do Decreto nº. 064/2020, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - "Art. 1º - Fica determinado o fechamento imediato de estabelecimentos comerciais que não se caracterizam como mercado, caracterizados como: feiras, loja de conveniência (inclusive de postos de combustíveis), loja de produtos naturais, empórios, comércio ambulante, carrinhos de lanches, venda de espetinhos, bares, restaurantes, lanchonetes, e demais similares."

Art. 2º - Fica autorizado o funcionamento de estabelecimentos caracterizados como: peixarias, açougues, frutarias e padarias, porém vedada a disponibilização de mesas e autoatendimento de produtos não embalados, a fim de evitar aglomerações.

Art. 3º - Os estabelecimentos deverão ainda utilizar barreiras físicas na entrada a fim de limitar o ingresso e permanência de pessoas no local, cujo número de clientes deve ficar limitado a 3 (três) pessoas simultaneamente.

Art. 4º - Estes estabelecimentos deverão seguir as mesmas orientações para os mercados constantes nos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto 064/2020.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 23 de março de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/03/2020.

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO Nº FMS 04/2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2418169

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PREGÃO N.º FMS 04/2020 (PRESENCIAL)

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do Pregão Nº FMS 04/2020 (Presencial) que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS DE CIRURGIAS DE ESTERILIZAÇÃO (CASTRACÃO MINIMAMENTE INVASIVA) EM FORMA DE MUTIRÃO QUE CONTENHA UNIDADE MÓVEL EQUIPADA COM AS NORMAS BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA OU INSTALAÇÕES EQUIVALENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC, DESTINADA A CÃES E GATOS DE RUA, RESGATADOS E/OU DOMICILIADOS (FAMÍLIA DE VULNERABILIDADE SOCIAL) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos

Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° FMS 05/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418168

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PREGÃO N.º FMS 05/2020 (PRESENCIAL)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do Pregão N° FMS 05/2020 (Presencial) que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓCULOS DE GRAU COMPLETOS (ARMAÇÕES E LENTES), DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS), INSERIDOS NOS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 15/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418164

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 15/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 15/2020 (Presencial), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM ÓLEO DE XISTO, COM COMODATO DE TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA SER UTILIZADO EM VIAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS COM REVESTIMENTO EM SAIBRO. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 20/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418163

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 20/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 20/2020 (Presencial), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DE TUBOS CIRCULARES DE CONCRETO COM DIÂMETRO DE 1.200, 1.000, 800, 600 E 300 MM, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 26/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418165

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 26/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 26/2020 (Presencial), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS DO VALOR EM M3 PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURA, SUMIDOUROS E FILTROS ANAERÓBIOS, DESTINADOS A PREFEITURA E FUNDOS MUNICIPAIS. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 27/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418172

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 27/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 27/2020 (Presencial), que tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE 100 HORAS DE SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO E 100 HORAS DE SERVIÇO DE SUCÇÃO DE PEDRAS PARA LIMPEZA DE BUEIROS/BOCA DE LOBO E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS E OUTROS DAS VIAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 31/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418161

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 31/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 31/2020 (Presencial), que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) BETONEIRA PROFISSIONAL, A DIESEL, DESTINADA AOS TRABALHOS EM CONJUNTO COM A MÁQUINA EXTRUSORA DE MEIO FIO DA SECRETARIA DE OBRAS. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO N° PMC 37/2020 (PRESENCIAL)

Publicação N° 2418150

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PREGÃO N.º PMC 37/2020 (Presencial)
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a revogação do PREGÃO N° 37/2020 (Presencial), que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS MECÂNICOS NA RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB90, N°37, ANO 2009, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.2009. Motivo: Em cumprimento ao decreto estadual 525/2020. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 27/2020**

Publicação Nº 2418194

PORTARIA N.º 27, de 24/3/2020

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CANOINHAS EM RELAÇÃO AOS RISCOS DECORRENTES DA PANDEMIA GLOBAL DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)".

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020, o qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas nos termos do Art. 8º, do Regimento Interno:

RESOLVE

Art.1º Esta Portaria define as regras a serem observadas pelos servidores públicos e agentes políticos da Câmara Municipal de Canoinhas no que tange aos riscos decorrentes da pandemia global do novo coronavírus (COVID-19), objetivando a proteção da coletividade.

Parágrafo Único: A fiscalização quanto ao atendimento das normas previstas nesta Portaria caberá ao Presidente da Casa, bem como a Assessoria de Gabinete.

Art. 2º Ficam suspensas as atividades legislativas e administrativas desta Casa, pelo período de 7 (sete) dias, enquanto durar a vigência do Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 3º As Sessões Ordinárias, previstas no Art. 49, inciso II, Regimento Interno, ficam suspensas até 1º/4/2020 (quarta-feira).

Parágrafo Único: Em caso de convocação poderão ser realizadas Sessões Extraordinárias.

Art. 4º Fica determinado, desde já, os servidores da Câmara Municipal de Canoinhas, a realizarem o trabalho em regime de home office, por meio digital.

§ 1º: Os servidores ficarão de sobreaviso, e, em caso de convocação poderão retornar e desempenhar suas atividades dentro das dependências da Câmara.

§2º: a Câmara manterá canal aberto nas redes sociais e pelo telefone 3622-3396 (via WhatsApp) para esclarecimentos/atendimentos junto a comunidade.

Art. 5º Subsidiariamente ao disposto nesta Portaria, serão aplicadas as demais normas previstas na legislação federal e estadual, especialmente no Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de março de 2020.

Vereador Paulinho Basilio
Presidente

Vereador Célio Galeski Vereadora Norma Pereira
1º Secretário 2ª Secretária

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL 15/2020 - PROGRESSÃO PROFESSORES

Publicação Nº 2417945

EDITAL Nº 15, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a Promoção dos Professores do Quadro do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO DE CAPINZAL, SC, no uso das atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 168, de 03 de setembro de 2014, estabelece normas para a realização do Processo de Promoção dos Professores do Quadro do Magistério Público Municipal.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo de Promoção, originado por este edital, será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e supervisão da Diretoria de Recursos Humanos.

0.2 O período do exercício docente considerado neste edital para a promoção na Carreira do Magistério Público Municipal de Capinzal, corresponde ao interstício de 2018 e 2019.

II – DOS REQUISITOS

2.1 Para participar do Processo de Promoção o Professor deverá ser titular de cargo em provimento efetivo e ter cumprido o Estágio Probatório no Magistério Público Municipal, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 045, de 12 de dezembro de 2000.

2.1.1 Excetuam-se da promoção, portanto, o membro do magistério em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade com ônus sem imperativo de convênio, em licença para tratar de assuntos particulares, afastado junto ao INSS por um período superior a 60 dias, que tenha respondido a processo administrativo ou não tenha cumprido integralmente o interstício correspondente à promoção, exceto por motivo de Licença Maternidade, conforme o artigo 16 da Lei Complementar nº 45/2000.

2.2 O professor deverá apresentar na secretaria da escola em que está atuando, no período de 18 de março a 02 de abril de 2020, os certificados de capacitação/atualização profissional.

2.2.1 Os certificados de cursos realizados nos anos de 2018 e 2019 deverão somar, no mínimo, 80 horas de capacitação, conforme o § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 45/2000.

2.2.2 Cada certificado de curso apresentado deverá ter carga horária mínima de 16 horas.

2.2.3 Somente serão computados e válidos os cursos de interesse da Secretaria Municipal de Educação, conforme § 5º do art. 10 da Lei Complementar nº 45/2000.

2.3 A cópia dos certificados deverá ser encaminhada pela escola à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, acompanhada da listagem de professores com o cômputo da carga horária de cada profissional de 6 a 9 de abril de 2020.

2.4 A comissão de Avaliação das escolas/creches/CMEIs municipais deverá apresentar a avaliação correspondente aos anos de 2018 e 2019 de seus profissionais de 6 a 9 de abril de 2020, na secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

2.4.1 Para fazer jus à promoção o membro do magistério deverá ter obtido, pelo menos, o grau mínimo 7,0 (sete) na média do total de pontos apurados no formulário de avaliação de desempenho funcional, no período do interstício. De acordo com o artigo 10 § 6º, Inciso I da Lei Complementar nº 45/2000.

III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão promovidos na classe seguinte a qual pertencem, obedecendo a um crescimento linear de 2,5% (dois e meio por cento) na progressão horizontal por referência.

3.2 A promoção será efetuada a partir do mês de abril de 2020, com o devido pagamento do valor retroativo ao mês de março/2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO CIALAR 01/2020

Publicação Nº 2417915

**EDITAL PROCESSO SELETIVO N. 01 DE 23 DE MARÇO DE 2020.**

Abre inscrições e estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para contratação temporária de pessoal no âmbito do Consórcio CIALAR.

O PRESIDENTE DO **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)**, pessoa jurídica de direito público interno constituída pelos municípios de Capinzal, Ipira, Lacerdópolis, Ouro e Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Constituição Federal, o Estatuto Social, a CLT, as Leis Municipais nº 2.890/2009 e 3.227/2016 e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para contratação temporária de pessoal no âmbito do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR), que reger-se-á pelas normas estabelecidas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento dos cargos públicos em caráter temporário a serem ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do certame www.aprender-sc.srv.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II – INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas **SOMENTE POR INTERNET**, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender-sc.srv.br, na opção correspondente ao município de Capinzal/SC, **das 08h do dia 23/03/2020 até às 14h00min do dia 22/04/2020**, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco e/ou, com informações incompletas, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar BASTANTE ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova, pois depois de inscrito e com o efetivo recolhimento da taxa de inscrição do cargo NÃO será possível cancelar sua inscrição ou mudar de cargo. Por isso, recomenda-se a leitura completa do Edital antes de formalizar a inscrição, outro sim, o candidato poderá optar por um único cargo.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) **VÁLIDO**, o qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do certame, sob responsabilidade do



candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.1.5. Em momento algum, a empresa organizadora responderá dúvidas ou questionamentos através de mensagens encaminhadas pelo aplicativo WhatsApp.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço de e-mail inválidos, congestionamento das linhas de comunicação, inscrições no limite do término do prazo estipulado, bem como outros fatores que impossibilitem a efetivação.

2.3. O comprovante de inscrição, o boleto bancário relativo ao cargo e o comprovante de pagamento do boleto deverão ser mantidos em poder do candidato durante a vigência do período de inscrições.

2.3.1. Conforme já estabelecido no cronograma do ANEXO IV, será aberto prazo recursal para os candidatos que não se fizerem presente na listagem de homologação provisória das inscrições deferidas do processo. É dever do candidato conferir a listagem provisória disponibilizado no site da empresa, sendo que **passado o período recursal, não será admitido recursos fora de prazo referente a inscrições não homologadas, muito menos, candidatos no dia da realização da prova requererem seus direitos, **NÃO SENDO POSSÍVEL** alteração no quadro já publicado.**

2.4. O candidato deverá, **no período das inscrições**, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

2.4.1. A inscrição só será efetivada pelo sistema com a impressão do boleto bancário e seu pagamento, pois apenas o preenchimento do formulário via website não caracteriza a efetiva inscrição do candidato no certame.

2.4.2. Não será considerado pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento, banco postal, cheque, ordem de pagamento, depósito bancário ou transferências entre contas, procedimentos que não constituem prova de quitação da taxa de inscrição via boleto.

2.4.3. Passado o horário previsto para o candidato realizar sua inscrição conforme já reservado no item 2.1, o sistema não disponibilizará mais nenhum documento referente ao processo (boleto, comprovante de inscrição).

Monitor Social	40,00	1.390,15	40h
Servente	34,00	1.146,59	40h
Assistente Social	80,00	2.693,84	40h
Psicólogo	60,00	2.020,41	30h

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.



2.5.1. O candidato que não possuir condições financeiras para arcar com o pagamento da taxa de inscrição sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família, deverá requerer a isenção de tal pagamento, através do preenchimento da declaração contida no Anexo VII, encaminhando de forma eletrônica para o e-mail contato@aprender-sc.com.br, assumindo inteira responsabilidade, podendo responder criminalmente por falsidade ideológica, devendo a documentação chegar até a data limite prevista em Edital, ou seja, até a data de 22/04/2020.

2.6 Serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição para todo candidato que se enquadrar na condição de **doador de sangue fidelizado e/ou de medula óssea** desde que comprovado sua condição mediante documentação emitida pela entidade coletora. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhado em virtude da pandemia através de meio eletrônico (Digitalizado), para o endereço contato@aprender-sc.com.br, devendo a documentação ser enviada com data limite já estabelecida no Cronograma do ANEXO IV, tendo como prazo máximo para recebimento para análise e apreciação até a data de 31/03/2020, sob pena de não ser acatado após esta.

2.6.1 Para os candidatos enquadrados na condição de DOADOR DE MEDULA ÓSSEA, é obrigatório junto a documentação (ANEXO VI) encaminhar também cópia simples da Carteira de Doador de Medula Óssea e/ou REDOME, boleto bancário e o comprovante de Inscrição, tudo de forma digitalizada.

2.6.2. Para os candidatos enquadrados na condição de DOADOR DE SANGUE FIDELIZADO, é obrigatório junto a documentação (ANEXO VI), encaminhar também a Declaração original da entidade coletora (Hemosc) que comprove a condição de doador de sangue fidelizado, boleto bancário e o comprovante de inscrição, tudo de forma digitalizada.

2.6.3. Independente da data de envio por meio eletrônico, a documentação deverá estar na empresa até a data especificada no cronograma do ANEXO IV.

2.7. Após análise dos pedidos de isenção será publicada uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite conforme cronograma, sob pena de eliminação do certame.

2.8. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.9. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

2.10. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprender-sc.srv.br na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição **DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.**

2.10.1 Tanto o Boleto Bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessárias, observando-se o período de vigência das



inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.

2.11 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, PREFERENCIALMENTE nas agências do Banco do Brasil.

2.12 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.13. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.14. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.15. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente certame, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.16. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.17. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no ANEXO IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprendersc.com.br) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Processo Seletivo.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.4. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar **OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX**, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (**original ou cópia autenticada**) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das



funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.5. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.6. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.7 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da contratação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:
a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.8 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, **NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA, NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO E NÃO ENCAMINHAR PARA A EMPRESA A DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E EXIGIDA NO ANEXO VI.**

3.10. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, em tamanho 12 ou 14.

3.12. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.13. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br na opção correspondente ao município de Capinzal e também no site www.capinzal.sc.gov.br

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.



4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprendersc.srv.br na opção correspondente ao município de Capinzal que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprendersc.com.br.

V – VÍNCULO JURÍDICO E REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. As contratações decorrentes deste Processo Seletivo serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e filiadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como contribuinte obrigatório para este Regime Geral, na forma da Lei Municipal de Capinzal nº 2.890/2009.

VI – PROVA

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 15 (Quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h15min, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no prédio da ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER, à Rua Gracia Gramazio Pereira de Lima, em Capinzal/SC, com início da aplicação das provas as 08h30min.

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame juntamente com a Contratante poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.aprendersc.srv.br, na aba correspondente ao município de Capinzal.

6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. O Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (Cialar) reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.



6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de duas horas e meia de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento físico de identificação válido e com foto e recomenda-se portar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, documentos digitais (por meio eletrônico), carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do certame.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.14.3. É dever do candidato antes de começar a responder o caderno de provas, conferir se seu cartão resposta está compatível com seu caderno de provas.



6.15. Durante o período de realização da prova, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato.

6.16. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.17. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.18. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como, entregar o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do certame.

6.19. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.20. Os três (03) últimos candidatos de cada sala ao terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

6.21. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – PROVA ESCRITA

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de Nível Alfabetizado e Nível Fundamental será objetiva e constará de 25 (Vinte e Cinco) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos será:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Língua Portuguesa (CP)	10	0,42	4,20
Conhecimentos de Matemática (CM)	10	0,41	4,10
Conhecimentos Gerais (CG)	05	0,34	1,70
Total	25		10,00

7.4. A prova de conhecimentos para os cargos de Nível Superior será objetiva e constará de 30 (trinta) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.5. A pontuação de cada disciplina para os cargos será:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Específicos (CE)	15	0,35	5,25
Conhecimentos Língua Portuguesa (CP)	05	0,33	1,65



Conhecimentos de Matemática (CM)	05	0,32	1,60
Conhecimentos Gerais (CG)	05	0,30	1,50
Total	30		10,00

7.6. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar como primeira opção **caneta esferográfica de tinta azul** e como segunda opção caneta esferográfica de tinta preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.6.1. A empresa organizadora do certame não fornecerá canetas para os candidatos, sendo obrigação dos mesmos levar cada um a sua.

7.7. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo preencher de maneira correta conforme imagem modelo na capa do caderno de provas entregue ao candidato no dia da realização da prova objetiva.

7.7.1. É de inteira responsabilidade do candidato a assinatura do cartão resposta e do seu preenchimento. A falta de assinatura implicará na não correção do cartão-resposta e consequente eliminação do candidato do referido certame.

7.8. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

- a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.9. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.

7.10. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br e www.capinzal.sc.gov.br.

7.11 O caderno de provas estará disponível de FORMA ÚNICA para todos os candidatos que participaram do processo, na página principal > Em andamentos > Prefeitura de Capinzal.

7.12. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br, na guia "em andamento" no link do município de Capinzal, conforme prazos previstos em Edital.

7.12.1. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.12.2. O cartão resposta por questões de segurança não será repassado em momento algum para o candidato, somente o espelho do seu cartão com seus acertos e erros para conferência caso houver necessidade.



7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

08 – CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota final e/ou média final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

8.2 A Nota final para os cargos com nível de escolaridade “Alfabetizado” e “Fundamental” será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = NaCP \times 0,42 + NaCM \times 0,41 + NaCG \times 0,34$$
$$PO = NF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final.

8.3 A Nota final para os cargos com nível de escolaridade “Superior” será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaCE \times 0,35 + NaCP \times 0,33 + NaCM \times 0,32 + NaCG \times 0,30)$$
$$PO = NF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final.

8.4. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final e/ou média final.

8.5. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos **(CE)**;
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa **(CP)**;
- c) maior nota na prova de Língua Matemática **(CM)**;
- d) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Atualidades **(CG)**;
- e) Maior idade, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); e
- f) Sorteio público.

8.6. Os critérios de desempate serão aplicados sucessivamente na ordem acima, prevalecendo o critério da alínea “a” sobre o da alínea “b” e o deste sobre aquele da alínea “c”, sucessivamente.

8.7. O sorteio público conforme estabelecido no item 8.5, alínea “f”, será feito na sala de licitação da Prefeitura Municipal, com a presença de testemunhas, a comissão do Processo Seletivo e a presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão pela administração municipal. Se por algum motivo, o candidato não se fizer presente no dia e horário marcado para o sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que no final será lavrada uma ata pela comissão com a presença de testemunhas para que não haja, em momento algum, dúvidas quanto ao resultado e o procedimento utilizado.



09 – RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo VI deste Edital.

9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Capinzal, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprendersc.com.br dentro dos prazos e horários estabelecidos por este Edital.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme tópico 9.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

9.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da empresa responsável.

9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão divulgadas no site da APRENDER.COM e no site do Município de Capinzal, para conhecimento de todos os candidatos e interessados.

9.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo, designada pela Portaria 0523, de 11 de Março de 2020, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

10 – HOMOLOGAÇÃO

10.1. O resultado final do certame que destina-se ao provimento de cargos em caráter temporário, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente através de Decreto Municipal e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Capinzal www.capinzal.sc.gov.br, no endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

12 – CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 Previamente à contratação, mediante convocação através do telefone informado no cadastro do processo seletivo, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

Cópia dos Documentos para Contratação

- Documento de Identidade - RG
- Cadastro de Pessoa Física - CPF



- Título de Eleitor e comprovante da última votação
- Certidão de Casamento/ Nascimento
- Certidão de Nascimento de Filhos
- Carteira de Trabalho – CTPS
- Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- Conta para receber – Banco do Brasil
- Comprovante de Residência atualizado
- Ensino Médio Completo
- Certificado de Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de sexo masculino)
- Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital PS 01/2020
- Certidão antecedentes criminais e eproc– www.esaj.tjsc.jus.br
- CPF dependente
- Exame médico admissional – Marcar no RH – Prefeitura

12.2 - Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

12.3 - O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato.

12.4 - A convocação será feita através das informações preenchidas pelo próprio candidato na sua ficha de inscrição on-line.

12.5 - O candidato convocado que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá seu direito de preferência sobre os demais candidatos.

13 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o certame;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

14 – FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao certame de que trata este Edital é o da Comarca de Capinzal/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15 – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.



15.2. O prazo de validade do presente **Processo Seletivo é de 01 (um) ano**, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

15.3. Os candidatos aprovados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.

15.4. A aprovação no certame não assegura ao candidato o direito à contratação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

15.5. Até 02 (dois) dias úteis após lançamento do Edital, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato do presente edital, através de documento formal endereçado a empresa organizadora do certame.

15.6. Poderá ser excluído do presente certame, por ato da empresa responsável APRENDER.COM, além das demais hipóteses previstas neste edital, o candidato que:

- a) Tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) For flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) Ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;
- e) Não apresentar documento que bem o identifique;
- f) Não devolver integralmente o material recebido;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou incompatível.

15.7. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprender.sc.srv.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.8. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos, serão divulgados no endereço eletrônico www.aprender.sc.srv.br e no endereço eletrônico www.capinzal.sc.gov.br

15.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Processo Seletivo.

15.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO E TIPOS DE PROVA;
- b) ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO;
- c) ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL e SUPERIOR;



d) ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR.

e) ANEXO V – CRONOGRAMA **(sujeito a alterações)**;

f) ANEXO VI – REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO;

g) ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA;

h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO E/OU MEDULA ÓSSEA;

15.11. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no site do Município www.capinzal.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.aprendersc.srv.br.

15.11.1. Para efeitos legais de informações referente ao certame, em caso de divergência de informações entre o site da prefeitura, ou em qualquer outro meio de comunicação onde o presente Edital estiver publicado, sempre prevalecerá em relação aos demais, as publicações encontradas no site da empresa organizadora (www.aprendersc.srv.br), não podendo em momento algum, o candidato alegar desconhecimento das regras que norteiam o presente processo em tela.

Capinzal/SC, 23 de Março de 2020.

NILVO DORINI
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)

**ANEXO I****CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO, HABILITAÇÃO E TIPO DE PROVA.**

CARGO/FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	HORAS	VENCIM.	HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA
Servente	6	40h	1.146,59	Alfabetizado	Escrita
Monitor Social	6	40h	1.390,15	Ensino médio e CNH, no mínimo categoria B.	Escrita
Assistente Social	1	40h	2.693,84	Ensino superior em Serviço Social e registro no CRESS.	Escrita
Psicólogo	1	30h	2.020,41	Ensino superior em Psicologia e registro no CRP.	Escrita

***** NOTA DE ESCLARECIMENTO:**

- A data da prova prevista no cronograma do Anexo V, poderá ser mantida ou alterada devido a pandemia em razão do surto coronavírus (Covid-19).
- Todas as informações referente a este assunto, estarão sendo publicados no site da empresa organizadora no link correspondente ao município de Capinzal (Cialar), devendo os interessados no processo, estarem fazendo consultas diárias para se inteirar de todos os atos que norteiam o presente processo público.



ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

Língua Portuguesa: Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética. Gramática em geral.

Matemática: Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Conversão de Unidades. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiciação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Capinzal. Ecologia e meio ambiente.



ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO e SUPERIOR.

Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem; estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Capinzal. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Capinzal. Ecologia e meio ambiente.



ANEXO IV

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ASSISTENTE SOCIAL: Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Conceito de Administração Pública. Princípios básicos da administração pública. A responsabilidade do servidor público. Administração Pública Municipal. Princípios de ética e cidadania. Noções de Direito Constitucional: Princípios fundamentais da Constituição da República. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado - da administração pública. Organização dos poderes. Dos Servidores Públicos. Constituição da República Federativa do Brasil Art.1 ao Art. 41. Lei do SUAS a qual altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS/2005); Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil; Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS (2009); Direitos socioassistenciais do Suas; Leis Orgânicas de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Atendimento da Criança e do Adolescente; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07/08/2006 e Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Seguridade Social; Direitos Sociais; Movimentos Sociais; Gestão de Políticas Públicas; e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência e Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000. Pesquisa Social; Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662, de sete de junho de 1993 dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências e Código de Ética do Assistente Social 1993); Serviço Social e Ética; Aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e a questão social; Trajetória histórica e debate contemporâneo da profissão; Instrumentalidade do serviço social: Dimensões teórico-metodológica, ético- política e técnico-operativa; Trabalho do assistente social no SUAS; Atualidades relativas à profissão; Conhecimentos de Informática. Lei Orgânica Municipal. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PSICÓLOGO: Histórico da Psicologia. Métodos da Psicologia. O Arco reflexo. A Inteligência. A Motivação e a Aprendizagem. O processo de aprendizagem segundo Piaget. A Personalidade. A sensação e a percepção. A Psicanálise. O Gestalt – Terapia. O Behaviorismo. Os testes psicológicos. Etiologia das Deficiências Mentais. Desordens da Personalidade. Deficiências Mentais. Conhecimentos em Psicomotricidade. Psicoterapia de grupo. Desenvolvimento infantil. Psicoterapia Breve. Orientação Familiar. Sistema de RH: conceitos e objetivos, desenvolvimento organizacional, recrutamento de RH: conceito e execução; etapas do processo de recrutamento, fontes de recrutamento, previsão de recursos humanos; seleção de pessoal: conceito, técnicas de seleção, entrevista de seleção, objetivos e tipos de entrevista; testes de seleção: conceito e espécies; treinamento de pessoal: conceito, importância e objetivos, levantamento das necessidades de treinamento, planejamento, organização, execução e avaliação do treinamento. Avaliação de desempenho: conceito e objetivos, métodos de avaliação de desempenho, entrevistas nas avaliações de desempenho. Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; saúde coletiva: políticas de saúde mental; saúde mental e trabalho; gestão de pessoas, organização, inteligência emocional, gestão de marketing pessoal e conceito meta competência. Conhecimento clínico: Psicopatologia: neuroses, transtornos, perversões, distúrbio emocional, fatores intervenientes, técnicas terapêuticas e aspectos sociais. Psicologia familiar: O



trabalho com família - orientação, aconselhamento e sua dinâmica. Psicologia escolar: Avaliação, acompanhamento, orientação dos pais educadores, relação entre a dificuldade escolar e problemas emocionais. Distúrbios e transtornos de aprendizagem (discalculia, dislexia, disgrafia, disortografia, disartria e TDAH). Noções básicas de psicanálise: Mecanismos de defesa, formação do aparelho psíquico, fases da vida. Distúrbios emocionais das crianças, sociabilidade, escolaridade, alimentação, sono, manipulações e hábitos e comportamento. A atuação do Psicólogo junto ao abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco. Atualidades referentes à profissão.



ANEXO V

CRONOGRAMA
 (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.SRV.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
01.	Divulgação do Edital	23/03/2020
02.	Publicação do Edital	23/03/2020
03.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	23/03 até 22/04/2020
04.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados e Medula Óssea.	23/03 até 30/03/2020
05.	Prazo máximo de recebimento das correspondências via protocolo de correio referente a Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados e Medula Óssea.	31/03/2020
06.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados e Medula Óssea.	01/04/2020
07.	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	23/04/2020
08.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17h)	23/04 até 29/04/2020
09.	Homologação Final das Inscrições	30/04/2020
10.	Ensalamento dos Candidatos	30/04/2020
11.	Realização das Provas Objetivas de conhecimentos para todos – 08:30 hrs Poderá sofrer alteração, conforme reserva a nota do Anexo I.	03/05/2020
12.	Divulgação do Gabarito Provisório	04/05/2020
13.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17h)	04/05 até 08/05/2020
14.	Divulgação do Gabarito Oficial	14/05/2020
15.	Divulgação Provisória dos Aprovados	14/05/2020
16.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17h)	14/05 até 20/05/2020
17.	Homologação do Resultado Final do processo	21/05/2020

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.



ANEXO VI REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Processo Seletivo 01/2020 - Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (Cialar), inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____ CID n.º: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

Especificar a Condição: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte tipo Arial ()-12 ()-14

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ (SC), ____ de _____ de 2020.

Assinatura Candidato



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Eu, _____, (estado civil) _____, inscrito no CPF sob o nº _____-_____, residente e domiciliado _____, inscrito para o Processo Seletivo 01/2020 Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (Cialar), inscrição nº _____, Cargo _____ **DECLARO**, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983, Art. 299 e ainda, com finalidade de obter isenção do pagamento de Taxa de Inscrição do Processo, que minha renda mensal "per capita" familiar não ultrapassa um salário mínimo nacional.

Declaro ainda, estar ciente das penas que posso incorrer nos termos do Art. 299 do Código Penal Brasileiro abaixo transcrito.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

_____(SC), ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Candidato



ANEXO VIII

**ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE FIDELIZADO e/ou
MEDULA ÓSSEA**

**(A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO DO REFERIDO MUNICÍPIO ATESTANDO AS
CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA
DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)**

Eu _____, portador do documento
de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____

Inscrição n.º _____ do Processo Seletivo Edital 01/2020 do
Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (Cialar), residente e domiciliado a
Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, cidade
_____, Estado _____,
CEP _____ **DECLARO** sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que
comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue fidelizado e/ou
Medula Óssea.

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento.

_____(SC), ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Declarante/Requerente

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418460

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
24 DE MARÇO DE 2020

- Aprovada Ata nº 3.040, de 2020, referente à Sessão Plenária 17/3/2020.
- Leitura do ofício recebido.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
 - Ø Projeto de Lei Complementar Legislativo nº 01, de 2020, de autoria da Mesa Diretora, que altera o art. 6º e anexo da Lei Complementar nº 125, de 2009, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal e Plano de Carreira da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, na forma que especifica.
 - Ø Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5, de 2020, concede revisão geral anual aos servidores públicos do Município de Capinzal.
 - Ø Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2020, que dispõe sobre renomeação de Departamentos da Secretaria de Assistência Social, na forma que especifica.
- à O Projeto e os Substitutivos foram encaminhados as Comissões competentes para análise e Pareceres.
- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para Sessão Extraordinária, no dia 26 de março de 2020, às 9 horas.
- O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.

Câmara de Vereadores, 24 de março de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus
Presidente

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5/2020

Publicação Nº 2418462

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 005, DE 13 DE MARÇO DE 2020.
Concede revisão geral anual aos servidores públicos do Município de Capinzal.

Art. 1º Fica concedida a revisão geral anual, prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 196/2016, pela aplicação do índice de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos municipais a seguir especificados:

I - cargos efetivos, contratos temporários do Poder Executivo da Administração Direta e Indireta do Município de Capinzal;

II - conselheiros tutelares;

III - servidores inativos e pensionistas, cujos benefícios tenham sido concedidos com fundamento no direito à paridade entre vencimentos e proventos;

IV - servidores efetivos do Quadro Geral do Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo de Capinzal.

Parágrafo único. A revisão geral anual estabelecida por esta Lei corresponde à aplicação do índice apurado pelo INPC-IBGE, acumulado no período de março 2019 a fevereiro de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas nos orçamentos vigentes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2020.

Capinzal, em 13 de março de 2020.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE TRANSFERÊNCIA DE LICITAÇÕES 2020

Publicação Nº 2418531

AVISO DE TRANSFERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Considerando, a Portaria nº 188/GM/MS do Ministério da Saúde, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência do novo COVID-19;

Considerando, o Decreto Estadual nº 515/2020, de 17 de março de 2020, onde o Governador do Estado de Santa Catarina declara situação de Emergência em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento ao COVID-19;

Considerando, o Decreto Municipal nº 2.589/2020, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus COVID-19, e das outras providências;

Considerando, a publicação do novo Decreto Estadual nº 525/2020, de 23 de março de 2020, onde o Exmo. Governador do Estado de Santa Catarina prorroga o isolamento social como uma das medidas para o enfrentamento da Emergência Pública de Saúde, decorrente da pandemia do novo COVID-19;

O Município de Catanduvas – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, torna público a todos os interessados que FICAM TRANSFERIDOS, os trâmites relacionados a Licitações, do recebimento e abertura dos seguintes processos licitatórios:

Pregão Presencial Nº 0016/2020 - RP Materiais de Construção previsto inicialmente para o dia 24/03/2020, sendo transferido para o dia 07/04/2020, com recebimento dos envelopes até às 13h45min e abertura às 14h00min;

Pregão presencial Nº 0017/2020 - RP Profissionais da Cultura previsto inicialmente para o dia 24/03/2020, sendo transferido para o dia 06/04/2020, com recebimento dos envelopes até às 08h30min e abertura às 08h45min;

Pregão Presencial Nº 0018/2020 – RP Serviços de Arbitragem previsto inicialmente para o dia 25/03/2020, sendo transferido para o dia 06/04/2020, com recebimento dos envelopes até às 13h45min do dia 06/04/2020 e abertura às 14h00min;

Concorrência Pública Nº 001/2020 – Cessão Onerosa de Terrenos do Distrito Industrial II previsto inicialmente para o dia 26/03/2020, sendo transferido para o dia 09/04/2020, com recebimento dos envelopes até às 13h45min e abertura às 14h00min.

Pregão Presencial Nº 0019/2020 - RP Serviços de Sonorização de eventos FMAS e FMDI, previsto inicialmente para o dia 31/03/2020, SUSPENSO - SEM NOVA DATA PREVISTA;

Pregão Presencial Nº 003/2020 FMS – RP Serviço de Plantão Médico do Hospital Municipal fica mantido o recebimento e abertura dos envelopes para o dia 27 de março de 2020, nos mesmos horários já publicados.

Quaisquer novas alterações serão levadas a conhecimento público.

Catanduvas – SC, 24 de março de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2591/2020

Publicação Nº 2418528

DECRETO Nº 2.591/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

ALTERA O PRAZO PARA REGISTRO DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DENOMINADO LOTEAMENTO VERDE VALLE, APROVADO PELO DECRETO Nº 2.540/2019, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XXVI do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 125/2016, de 28 de abril de 2016,

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar a Licença Ambiental de Instalação - LAI do Loteamento Residencial Verde Valle ao projeto aprovado pelo Decreto nº 2.540/2019, de 12 de setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Nos termos do §2º do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 125/2016, fica fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para que o loteador promova o registro do loteamento residencial denominado "Loteamento Verde Valle", aprovado pelo Decreto nº 2.540/2019, de 12 de setembro de 2019, junto ao Registro de Imóveis de Catanduvas – SC, sob pena de caducidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 24 de março de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2592/2020

Publicação Nº 2418540

DECRETO Nº 2.592, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a suspensão dos serviços públicos não essenciais e dá outras providências.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas - SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Catanduvas;

CONSIDERANDO, a publicação do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, através do qual o Governador do Estado de Santa Catarina prorrogou por mais 7 (sete) dias a quarentena decretada anteriormente,

DECRETA:

Art. 1º. No âmbito do Poder Executivo municipal, fica prorrogada por 7 (sete) dias, a contar de 25 de março de 2020, a suspensão do atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de assistência social, de vigilância sanitária e defesa civil.

§1º. Fica suspenso, no período previsto no caput, o expediente interno em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto nos órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, em que o trabalho que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos Secretários de cada pasta.

§2º. Durante o período previsto no caput, o expediente de cada Secretaria para a prestação dos serviços essenciais à população, será fixado por ato próprio de cada Secretário.

Art. 2º. Enquanto perdurar a situação de emergência estadual em saúde, aos servidores enquadrados no grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes, a critério do Secretário de cada pasta, poderão ser concedidas férias ou licença-prêmio.

Art. 3º. Enquanto perdurar a situação de emergência estadual em saúde, para atender ao interesse público, qualquer servidor público municipal poderá ser convocado, a qualquer dia e a qualquer hora, para desempenhar quaisquer atribuições do serviço público municipal, mesmo que fora das atribuições do seu cargo, assegurada a remuneração correspondente.

Parágrafo único. A recusa do servidor em atender convocação para o serviço configura violação dos deveres funcionais e implicará na instauração de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades pertinentes.

Art. 4º. O parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 2.589/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Excetuam-se da previsão deste artigo, observados rígidos critérios de higiene:

I – as reuniões do Comitê de Gerenciamento de Crise e as organizadas para divulgação, enfrentamento e orientação de medidas de combate ao contágio do COVID-19, quando não for possível serem realizadas remotamente;

II – as reuniões do Prefeito com seus Secretários, necessárias para a solução de problemas urgentes do serviço público, quando não for possível serem realizadas remotamente;

III – as reuniões do Poder Legislativo.” (NR)

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário e os artigos 2º, 11 e 14 do Decreto nº 2.589/2020.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor em 25 de março de 2020.

Catanduvas, 24 de março de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

ELY MAGNABOSCO MOTERLE
Secretária de Saúde

LEI 2.708/2020

Publicação Nº 2418527

LEI Nº 2.708/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

AUTORIZA A COMPRA DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas, no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a comprar imóvel rural com área de 314.509,00 m² (trezentos e quatorze mil e quinhentos e nove metros quadrados), inscrito no 2º Ofício de Registro de Imóveis de Joaçaba sob a matrícula nº 7.974, localizado no interior do Município de Catanduvas, confrontando com a Rodovia BR-282.

Parágrafo único. Pela compra do imóvel será pago o preço certo de R\$ 720.662,00 (setecentos e vinte mil seiscentos e sessenta e dois reais) no prazo de 10(dez) dias da assinatura da escritura de compra e venda.

Art. 3º. As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 24 de março de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0033/2020 LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0006/2020

Publicação N° 2418541

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0006/2020

Objeto: Contratação de imprensa escrita para publicação e divulgação dos atos administrativos de toda esfera administrativa do município de Catanduvas - SC.

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
04.122.003.2004.3999	100	9/2020	Manut. Secretaria de Administração e Finanças

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 24 de março de 2020.

Lucimari Spader
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0034/2020 LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0007/2020

Publicação N° 2418543

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0007/2020

Objeto: Contratação de empresa de mídia online, para divulgação de atos produzidos pela assessoria de imprensa do município de Catanduvas - SC.

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
04.122.003.2004.3999	100	9/2020	Manut. Secretaria de Administração e Finanças

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 24 de março de 2020.

Lucimari Spader
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 45/2020

Publicação Nº 2418363

Decreto nº 45, de 24 de março de 2020.

Recepção Decreto nº 525 do Governo do Estado de Santa Catarina, prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Caxambu do Sul/SC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Caxambu do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 10, 53 e 71, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 37, 38, 39 e 43/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Caxambu do Sul/SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Caxambu do Sul/SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Caxambu do Sul/SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praças;

Parágrafo único. Ficam revogadas as medidas anteriormente fixadas nos Decretos Municipais, incompatíveis com as dispostas no Decreto Estadual 525/2020.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Caxambu do Sul/SC, 24 de março de 2020.

Glauber Burtet
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 38.711, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417991

DECRETO Nº. 38.711, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre novas medidas, no âmbito do município de Chapecó, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 525, de 23 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica acatado, no território do município de Chapecó, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, inclusive quanto aos serviços essenciais.

Art. 2º. Ficam prorrogadas, pelo prazo de 07 (sete) dias, a contar de 25 de março de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº. 38.680, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta e estabelece outras providências.

Art. 3º. Ficam prorrogadas, pelo prazo de 07 (sete) dias, a contar de 25 de março de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº. 38.686, de 18 de março de 2020, que suspende prazos de todos os processos administrativos de competência do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Art. 4º. São considerados serviços públicos essenciais e que obedecerão as seguintes regras de atendimento:

I - os serviços e servidores vinculados à Secretaria de Saúde: expediente normal;

II - os serviços de Vigias, Agentes Municipais de Trânsito, Guardas Municipais, Defesa Civil e fiscalização de trânsito e transportes vinculados à Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade: expediente normal;

III - os serviços de fiscalização da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON: expediente normal;

IV - a Central de Resgate Social: em regime de plantão.

V - o Abrigo Municipal: vedada a visita externa;

VI - a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência: vedada a visita externa;

VII - o Aeroporto Municipal Serafin Enoss Bertaso: expediente normal;

VIII - o Terminal Rodoviário de Passageiros Raul Ires Pigatto Bartolamei: fechado; IX - o Terminal Urbano João Destri: fechado;

X - o Centro de Convivência do Idoso CL Aurino Mantovani: vedada a visita externa;

XI - a Casa de Passagem: em regime de plantão;

XII - os Conselhos Tutelares: em regime de plantão;

XIII - os serviços de Coleta Seletiva Convencional de materiais recicláveis (lixo inorgânico/seco) e Coleta Seletiva Automatizada Containerizada de materiais recicláveis (lixo inorgânico/seco): atendimento normal;

XIV - os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário: atendimento normal;

XV - os serviços de iluminação pública: atendimento normal;

XVI - os serviços de limpeza urbana: atendimento normal;

XVII - os serviços da Secretaria de Assistência Social: em regime de plantão;

XVIII - o Ecoponto: atendimento normal.

Art. 5º. O atendimento externo dos demais serviços e órgãos da Administração Pública Municipal de Chapecó deverão ser efetuados mediante os canais de comunicação oficial da Ouvidoria, Portal do Cidadão e Ouvindo Nosso Bairro Digital.

Art. 6º. O artigo 5º-A do Decreto nº. 32.105, de 15 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º-A. O horário de expediente da Secretaria da Saúde, a partir de 19 de março de 2020, será das 7h00min às 19h00min, mediante organização interna, excetuando-se os serviços de Pronto Atendimento da Efapi, UPA 24hs, SAMU, Farmácia Central e da Efapi, Unidade de Acolhimento, CAPS AD.

Parágrafo único. Os Centros de Saúde da Família que possuem somente 01 (uma) Equipe de Estratégia de Saúde da Família - ESF manterão horário de expediente das 9h00min às 15h00min, a partir de 25 de março de 2020."

Art. 7º. Ficam revogados os artigos 3º e 4º do Decreto nº. 38.683, de 18 de março de 2020 e o Decreto nº. 38.693, de 20 de março de 2020.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 24 de março de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N°. 20/00200-9

Publicação N° 2418008

EXTRATO DO CONTRATO N°. 20/00200-9

TOMADOR – Município de Chapecó.

AGENTE FINANCEIRO – Banco do Brasil S. A.

OBJETO – O presente contrato tem por objeto o financiamento de aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e softwares, capacitação de servidores e serviços técnicos especializados aos bens adquiridos e constam no plano plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA 2020) e dos exercícios subsequentes, do Município de Chapecó, nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17.03.1964 e na Lei Complementar nº 101/2000, de 04.05.2000.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – Após o período de carência de 6 (seis) meses, o principal da dívida decorrente deste Contrato será pago ao Financiador em 54 (cinquenta e quatro) prestações mensais e sucessivas.

VALOR: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 03 de março de 2020 – Banco do Brasil - Agente Financeiro, Edilberto José de Souza Passos; Prefeitura Municipal de Chapecó - Tomador, Luciano José Buligon.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL RREO – ANEXO 1 (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E § 1º) MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - CONSOLIDADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A FEVEREIRO 2020/ BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

Publicação Nº 2418575

Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECETAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	1.101.543.000,00	1.101.543.000,00	164.893.472,00	14,97	164.893.472,00	14,97	936.649.528,00
RECETAS CORRENTES	884.138.000,00	884.138.000,00	159.965.147,26	18,09	159.965.147,26	18,09	724.172.852,74
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	238.443.300,00	238.443.300,00	57.827.268,31	24,25	57.827.268,31	24,25	180.616.031,69
Impostos	178.471.300,00	178.471.300,00	41.772.567,74	23,41	41.772.567,74	23,41	136.698.732,26
Taxas	54.768.000,00	54.768.000,00	15.907.884,18	29,05	15.907.884,18	29,05	38.860.115,82
Contribuição de Melhoria	5.204.000,00	5.204.000,00	146.816,39	2,82	146.816,39	2,82	5.057.183,61
CONTRIBUIÇÕES	52.382.000,00	52.382.000,00	8.475.999,02	16,18	8.475.999,02	16,18	43.906.000,98
Contribuições Sociais	34.812.000,00	34.812.000,00	5.638.547,33	16,20	5.638.547,33	16,20	29.173.452,67
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	17.570.000,00	17.570.000,00	2.837.451,69	16,15	2.837.451,69	16,15	14.732.548,31
RECETA PATRIMONIAL	40.272.000,00	40.272.000,00	3.604.854,34	8,95	3.604.854,34	8,95	36.667.145,66
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.940.000,00	1.940.000,00	210.264,21	10,84	210.264,21	10,84	1.729.735,79
Valores Mobiliários	37.262.000,00	37.262.000,00	2.744.855,38	7,37	2.744.855,38	7,37	34.517.144,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Patrimoniais	1.070.000,00	1.070.000,00	649.724,75	60,72	649.724,75	60,72	420.275,25
RECETA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS	1.388.000,00	1.388.000,00	600,10	0,04	600,10	0,04	1.387.399,90
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	916.000,00	916.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	916.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	472.000,00	472.000,00	600,10	0,13	600,10	0,13	471.399,90
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	520.275.700,00	520.275.700,00	84.581.871,27	16,26	84.581.871,27	16,26	435.693.828,73
Transferências da União e de suas Entidades	240.593.200,00	240.593.200,00	33.993.288,67	14,13	33.993.288,67	14,13	206.599.911,33
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	169.838.500,00	169.838.500,00	30.635.559,23	18,04	30.635.559,23	18,04	139.202.940,77
Transferências de Municípios e de suas Entidades	340.000,00	340.000,00	40.000,00	11,76	40.000,00	11,76	300.000,00
Transferências de Instituições Privadas	1.004.000,00	1.004.000,00	126.205,91	12,57	126.205,91	12,57	877.794,09
Transferências de Outras Instituições Públicas	108.400.000,00	108.400.000,00	19.786.817,46	18,25	19.786.817,46	18,25	88.613.182,54
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00

1 / 4



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RRERO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRÉPRO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)				Continuação
				Em Reais
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.377.000,00	5.474.554,22	17,45	25.902.445,78
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	20.459.000,00	3.098.286,19	15,14	17.360.713,81
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	5.042.000,00	1.668.372,85	33,09	3.373.627,15
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	5.876.000,00	707.895,18	12,05	5.168.104,82
RECEITAS DE CAPITAL	217.405.000,00	4.928.324,74	2,27	212.476.675,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	130.000.000,00	3.874.357,13	2,98	126.125.642,87
Operações de Crédito - Mercado Interno	120.000.000,00	3.874.357,13	3,23	116.125.642,87
Operações de Crédito - Mercado Externo	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	560.000,00	19.057,89	3,40	540.942,11
Alienação de Bens Imóveis	140.000,00	10.186,40	7,28	129.813,60
Alienação de Bens Intangíveis	420.000,00	8.871,49	2,11	411.128,51
ANORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	520.000,00	133.522,58	25,68	386.477,42
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	86.325.000,00	901.387,14	1,04	85.423.612,86
Transferências da União e de suas Entidades	46.585.000,00	901.387,14	1,93	45.683.612,86
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	39.740.000,00	0,00	0,00	39.740.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	6.479.231,96	0,00	-6.479.231,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.101.543.000,00	171.372.703,96	15,56	930.170.296,04
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)																	15,56	171.372.703,96	15,56	171.372.703,96	15,56	930.170.296,00
DÉFICIT (VI)																		26.886.261,77		26.886.261,77		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)																	15,56	171.372.703,96	15,56	171.372.703,96	15,56	903.284.034,27
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS																		2.207.415,69		2.207.415,69		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais																		2.207.415,69		2.207.415,69		
DESPESAS					DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS			DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE		SALDO								
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)																	166.210.497,01	184.988.007,67	166.210.497,01	184.988.007,67	166.210.497,01	864.152.292,00
DESPESAS CORRENTES																	150.761.284,41	167.839.091,65	150.761.284,41	167.839.091,65	150.761.284,41	627.918.498,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS																	98.693.841,69	100.043.531,58	98.693.841,69	100.043.531,58	98.693.841,69	320.820.158,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA																	1.596.861,25	1.597.548,66	1.596.861,25	1.597.548,66	1.596.861,25	2.402.451,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES																	50.470.581,47	66.198.011,41	50.470.581,47	66.198.011,41	50.470.581,47	304.695.888,69
DESPESAS DE CAPITAL																	236.233.793,55	17.148.916,02	236.233.793,55	17.148.916,02	236.233.793,55	
INVESTIMENTOS																	232.423.275,09	6.959.434,48	232.423.275,09	6.959.434,48	232.423.275,09	
INVERSÕES FINANCEIRAS																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA																	3.810.518,46	10.189.481,54	3.810.518,46	10.189.481,54	3.810.518,46	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)																	9.743.810,53	13.270.958,06	9.743.810,53	13.270.958,06	9.743.810,53	50.559.675,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)																	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	914.711.967,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /REFINANCIAMENTO (XI)																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)																	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	914.711.967,03
SUPERÁVIT (XIII)																						
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)																	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	198.258.965,73	175.953.307,54	914.711.967,03
RESERVA DO RPPS																	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.762.000,00

				-6.479.231,96
RECEITAS CORRENTES	0,00	6.479.231,96	0,00	6.479.231,96
				0,00

Continua 3/4



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)		Continuação	
CONTRIBUIÇÕES		Em Reais	
Contribuições Sociais			
	0,00	6.479.231,96	0,00
	0,00	6.479.231,96	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	0,00	6.479.231,96	0,00
			-6.479.231,96

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	51.711.000,00	51.711.000,00	15.092.382,18	15.092.382,18	36.618.617,82	7.992.046,03	7.992.046,03	4.463.898,50	43.718.953,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.711.000,00	49.711.000,00	15.092.382,18	15.092.382,18	34.618.617,82	7.992.046,03	7.992.046,03	4.463.898,50	41.718.953,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	9.000.000,00	12.119.633,09	12.019.091,00	12.019.091,00	100.542,09	5.278.912,03	5.278.912,03	5.278.912,03	6.840.721,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.000.000,00	12.119.633,09	12.019.091,00	12.019.091,00	100.542,09	5.278.912,03	5.278.912,03	5.278.912,03	6.840.721,06
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	60.711.000,00	63.830.633,09	27.111.473,18	27.111.473,18	36.719.159,91	13.270.958,06	13.270.958,06	9.742.810,53	50.559.675,03

FONTE: Sistema e-Pública (1622-7815-409). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 09:14.



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.038.656.000,00	1.049.140.299,67	339.988.681,06	92,61	709.151.618,61	184.988.007,67	184.988.007,67	864.152.292,00
LEGISLATIVA	14.780.000,00	14.780.000,00	3.116.948,06	0,85	11.663.051,94	1.833.089,28	1.833.089,28	12.946.910,72
Ação Legislativa	14.780.000,00	14.780.000,00	3.116.948,06	0,85	11.663.051,94	1.833.089,28	1.833.089,28	12.946.910,72
JUDICIÁRIA	5.733.000,00	5.733.000,00	811.462,20	0,22	4.921.537,80	677.279,12	677.279,12	5.055.720,88
Administração Geral	5.733.000,00	5.733.000,00	811.462,20	0,22	4.921.537,80	677.279,12	677.279,12	5.055.720,88
ADMINISTRAÇÃO	44.790.000,00	44.790.000,00	10.185.963,78	2,77	34.604.036,22	5.542.444,14	5.542.444,14	39.247.555,86
Administração Geral	29.783.000,00	29.783.000,00	8.000.223,88	2,18	21.782.776,12	4.189.805,87	4.189.805,87	25.593.194,13
Administração Financeira	4.498.000,00	4.498.000,00	289.350,69	0,08	4.208.649,31	217.162,41	217.162,41	4.280.837,59
Tecnologia da Informação	842.000,00	842.000,00	205.284,47	0,06	636.715,53	121.043,08	121.043,08	720.956,92
Administração de Receitas	6.695.000,00	6.695.000,00	862.076,95	0,23	5.832.923,05	846.901,15	846.901,15	5.848.098,85
Comunicação Social	2.972.000,00	2.972.000,00	829.027,79	0,23	2.142.972,21	167.531,63	167.531,63	2.804.468,37
SEGURANÇA PÚBLICA	41.480.000,00	41.480.000,00	17.248.228,55	4,70	24.231.771,45	4.895.080,00	4.895.080,00	36.584.920,00
Policimento	38.461.000,00	38.461.000,00	16.584.691,46	4,52	21.876.308,54	4.769.800,64	4.769.800,64	33.691.199,36
Defesa Civil	3.019.000,00	3.019.000,00	663.537,09	0,18	2.355.462,91	125.279,36	125.279,36	2.893.720,64
ASSISTÊNCIA SOCIAL	31.346.000,00	33.941.716,26	11.560.509,31	3,15	22.381.206,95	6.819.959,44	6.819.959,44	27.121.756,82
Assistência ao Idoso	6.164.000,00	8.159.716,26	853.630,46	0,23	7.306.085,80	230.999,99	230.999,99	7.928.716,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.740.000,00	2.340.000,00	420.028,18	0,11	1.919.971,82	352.263,20	352.263,20	1.987.736,80
Assistência Comunitária	23.442.000,00	23.442.000,00	10.286.850,67	2,80	13.155.149,33	6.236.696,25	6.236.696,25	17.205.303,75
PREVIDÊNCIA SOCIAL	58.088.000,00	58.088.000,00	8.936.288,94	2,43	49.151.711,06	8.789.574,16	8.789.574,16	49.298.425,84
Previdência do Regime Estatutário	58.088.000,00	58.088.000,00	8.936.288,94	2,43	49.151.711,06	8.789.574,16	8.789.574,16	49.298.425,84
SAÚDE	269.322.000,00	269.322.000,00	176.366.728,44	48,04	92.955.271,56	99.435.830,19	99.435.830,19	169.886.169,81
Atenção Básica	135.514.000,00	135.514.000,00	79.640.714,18	21,69	55.873.285,82	61.082.821,19	61.082.821,19	74.431.178,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	129.778.000,00	129.778.000,00	96.034.953,23	26,16	33.743.046,77	38.066.104,71	38.066.104,71	91.711.895,29
Suporte Profilático e Terapêutico	42.000,00	42.000,00	1.400,00	0,00	40.600,00	0,00	0,00	42.000,00
Vigilância Sanitária	1.726.000,00	1.726.000,00	216.822,38	0,06	1.509.177,62	216.822,38	216.822,38	1.509.177,62
Vigilância Epidemiológica	2.262.000,00	2.262.000,00	472.838,65	0,13	1.789.161,35	70.081,91	70.081,91	2.191.918,09
EDUCAÇÃO	208.105.000,00	210.105.000,00	25.547.275,41	6,96	184.557.724,59	20.143.547,58	20.143.547,58	189.961.452,42
Alimentação e Nutrição	15.465.100,00	15.465.100,00	2.069.192,59	0,56	13.395.907,41	2.069.089,63	2.069.089,63	13.396.010,37
Ensino Fundamental	128.733.900,00	130.733.900,00	15.531.725,53	4,23	115.202.174,47	12.217.135,32	12.217.135,32	118.516.764,68
Educação Infantil	63.826.000,00	63.826.000,00	7.946.357,29	2,16	55.879.642,71	5.857.322,63	5.857.322,63	57.988.677,37
Educação Especial	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
CULTURA	6.866.000,00	6.866.000,00	1.760.500,28	0,48	5.105.499,72	1.017.730,40	1.017.730,40	5.848.269,60
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.395.000,00	1.395.000,00	323.471,80	0,09	1.071.528,20	164.565,43	164.565,43	1.230.434,57

1 / 4



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a - b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a - d)
Difusão Cultural	5.471.000,00	5.471.000,00	1.437.028,48	1.437.028,48	0,39	4.033.971,52	853.164,97	853.164,97	0,43	4.617.835,03
URBANISMO	217.079.000,00	222.967.583,41	18.164.223,08	18.164.223,08	4,95	204.803.360,33	10.300.930,52	10.300.930,52	5,20	212.666.652,89
Infra-Estrutura Urbana	205.513.000,00	211.401.583,41	16.184.439,20	16.184.439,20	4,41	195.217.144,21	9.270.335,98	9.270.335,98	4,68	202.131.247,43
Serviços Urbanos	8.290.000,00	8.290.000,00	1.964.698,76	1.964.698,76	0,54	6.325.301,24	1.015.509,42	1.015.509,42	0,51	7.274.490,58
Saneamento Básico Urbano	3.276.000,00	3.276.000,00	15.085,12	15.085,12	0,00	3.260.914,88	15.085,12	15.085,12	0,01	3.260.914,88
HABITAÇÃO	1.766.000,00	1.766.000,00	296.588,21	296.588,21	0,08	1.469.411,79	296.549,21	296.549,21	0,15	1.469.450,79
Habitação Urbana	1.766.000,00	1.766.000,00	296.588,21	296.588,21	0,08	1.469.411,79	296.549,21	296.549,21	0,15	1.469.450,79
SANEAMENTO	31.647.000,00	31.647.000,00	20.224.830,43	20.224.830,43	5,51	11.422.169,57	5.761.070,83	5.761.070,83	2,91	25.885.929,17
Saneamento Básico Urbano	31.647.000,00	31.647.000,00	20.224.830,43	20.224.830,43	5,51	11.422.169,57	5.761.070,83	5.761.070,83	2,91	25.885.929,17
GESTÃO AMBIENTAL	367.000,00	367.000,00	50.549,34	50.549,34	0,01	316.450,66	50.549,34	50.549,34	0,03	316.450,66
Controle Ambiental	367.000,00	367.000,00	50.549,34	50.549,34	0,01	316.450,66	50.549,34	50.549,34	0,03	316.450,66
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.645.000,00	2.645.000,00	983.932,57	983.932,57	0,27	1.661.067,43	0,00	0,00	0,00	2.645.000,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.645.000,00	2.645.000,00	983.932,57	983.932,57	0,27	1.661.067,43	0,00	0,00	0,00	2.645.000,00
AGRICULTURA	16.379.000,00	16.379.000,00	2.908.686,54	2.908.686,54	0,79	13.470.313,46	1.563.228,54	1.563.228,54	0,79	14.815.771,46
Extensão Rural	15.997.000,00	15.997.000,00	2.908.686,54	2.908.686,54	0,79	13.088.313,46	1.563.228,54	1.563.228,54	0,79	14.433.771,46
Promoção da Produção Agropecuária	382.000,00	382.000,00	0,00	0,00	0,00	382.000,00	0,00	0,00	0,00	382.000,00
INDÚSTRIA	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Promoção Industrial	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.193.000,00	5.193.000,00	1.299.465,25	1.299.465,25	0,35	3.893.534,75	586.462,24	586.462,24	0,30	4.606.537,76
Promoção Comercial	4.861.000,00	4.861.000,00	1.294.027,65	1.294.027,65	0,35	3.566.972,35	586.462,24	586.462,24	0,30	4.274.537,76
Turismo	332.000,00	332.000,00	5.437,60	5.437,60	0,00	326.562,40	0,00	0,00	0,00	332.000,00
ENERGIA	20.590.000,00	20.590.000,00	9.249.458,59	9.249.458,59	2,52	11.340.541,41	1.610.912,71	1.610.912,71	0,81	18.979.087,29
Energia Elétrica	20.590.000,00	20.590.000,00	9.249.458,59	9.249.458,59	2,52	11.340.541,41	1.610.912,71	1.610.912,71	0,81	18.979.087,29
TRANSPORTE	4.972.000,00	4.972.000,00	2.667.987,87	2.667.987,87	0,73	2.304.012,13	740.668,91	740.668,91	0,37	4.231.331,09
Transporte Área	4.972.000,00	4.972.000,00	2.667.987,87	2.667.987,87	0,73	2.304.012,13	740.668,91	740.668,91	0,37	4.231.331,09
DESPORTO E LAZER	25.925.000,00	25.925.000,00	5.880.149,34	5.880.149,34	1,60	20.044.850,66	1.747.475,61	1.747.475,61	0,88	24.177.524,39
Desporto Comunitário	25.925.000,00	25.925.000,00	5.880.149,34	5.880.149,34	1,60	20.044.850,66	1.747.475,61	1.747.475,61	0,88	24.177.524,39
ENCARGOS ESPECIAIS	31.535.000,00	31.535.000,00	22.728.904,87	22.728.904,87	6,19	8.806.095,13	13.175.625,45	13.175.625,45	6,65	18.359.374,55
Serviço da Dívida Interna	18.000.000,00	18.000.000,00	13.183.439,42	13.183.439,42	3,59	4.816.560,58	11.787.030,20	11.787.030,20	5,95	6.212.969,80
Outros Encargos Especiais	13.535.000,00	13.535.000,00	9.545.465,45	9.545.465,45	2,60	3.989.534,55	1.388.595,25	1.388.595,25	0,70	12.146.404,75
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	60.711.000,00	63.830.633,09	27.111.473,18	27.111.473,18	7,39	36.719.159,91	13.270.958,06	13.270.958,06	6,69	50.559.675,03
TOTAL (III) = (I + II)	1.099.367.000,00	1.112.970.932,76	367.100.154,24	367.100.154,24	100,00	745.870.778,52	198.258.965,73	198.258.965,73	100,00	914.711.967,03

Continua

2 / 4



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	60.711.000,00	63.830.633,09	27.111.473,18	7,39	36.719.159,91	13.270.958,06	6,69	50.559.675,03
LEGISLATIVA	620.000,00	620.000,00	70.984,71	0,02	549.015,29	70.984,71	0,04	549.015,29
Ação Legislativa	620.000,00	620.000,00	70.984,71	0,02	549.015,29	70.984,71	0,04	549.015,29
JUDICIÁRIA	340.000,00	340.000,00	73.361,47	0,02	266.638,53	73.361,47	0,04	266.638,53
Administração Geral	340.000,00	340.000,00	73.361,47	0,02	266.638,53	73.361,47	0,04	266.638,53
ADMINISTRAÇÃO	3.969.000,00	3.969.000,00	565.534,24	0,15	3.403.465,76	565.534,24	0,29	3.403.465,76
Administração Geral	2.096.000,00	2.096.000,00	386.621,59	0,11	1.709.378,41	386.621,59	0,20	1.709.378,41
Administração Financeira	74.000,00	74.000,00	13.957,34	0,00	60.042,66	13.957,34	0,01	60.042,66
Tecnologia da Informação	100.000,00	100.000,00	19.817,83	0,01	80.182,17	19.817,83	0,01	80.182,17
Administração de Receitas	1.689.000,00	1.689.000,00	143.227,38	0,04	1.545.772,62	143.227,38	0,07	1.545.772,62
Comunicação Social	10.000,00	10.000,00	1.910,10	0,00	8.089,90	1.910,10	0,00	8.089,90
SEGUROANÇA PÚBLICA	2.224.000,00	2.224.000,00	189.086,38	0,05	2.034.913,62	189.086,38	0,10	2.034.913,62
Policimento	2.150.000,00	2.150.000,00	186.956,91	0,05	1.963.043,09	186.956,91	0,09	1.963.043,09
Defesa Civil	74.000,00	74.000,00	2.129,47	0,00	71.870,53	2.129,47	0,00	71.870,53
ASSISTÊNCIA SOCIAL	686.000,00	686.000,00	220.995,46	0,06	465.004,54	220.995,46	0,11	465.004,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	76.000,00	76.000,00	11.135,73	0,00	64.864,27	11.135,73	0,01	64.864,27
Assistência Comunitária	610.000,00	610.000,00	209.859,73	0,06	400.140,27	209.859,73	0,11	400.140,27
SAÚDE	10.793.000,00	10.793.000,00	2.892.487,93	0,79	7.900.512,07	2.892.487,93	1,46	7.900.512,07
Atenção Básica	10.512.000,00	10.512.000,00	2.845.203,90	0,78	7.666.796,10	2.845.203,90	1,44	7.666.796,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.000,00	5.000,00	4.077,68	0,00	922,32	4.077,68	0,00	922,32
Vigilância Sanitária	276.000,00	276.000,00	43.206,35	0,01	232.793,65	43.206,35	0,02	232.793,65
EDUCAÇÃO	14.279.000,00	14.279.000,00	2.229.645,20	0,61	12.049.354,80	2.229.645,20	1,12	12.049.354,80
Ensino Fundamental	12.171.000,00	12.171.000,00	1.586.518,04	0,43	10.584.481,96	1.586.518,04	0,80	10.584.481,96
Educação Infantil	2.108.000,00	2.108.000,00	643.127,16	0,18	1.464.872,84	643.127,16	0,32	1.464.872,84
CULTURA	578.000,00	578.000,00	117.885,25	0,03	460.114,75	117.885,25	0,06	460.114,75
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	248.000,00	248.000,00	35.730,78	0,01	212.269,22	35.730,78	0,02	212.269,22
Divulgação Cultural	330.000,00	330.000,00	82.154,47	0,02	247.845,53	82.154,47	0,04	247.845,53
URBANISMO	2.646.000,00	2.646.000,00	373.550,59	0,10	2.272.449,41	373.550,59	0,19	2.272.449,41
Infra-Estrutura Urbana	1.918.000,00	1.918.000,00	308.886,27	0,08	1.609.113,73	308.886,27	0,16	1.609.113,73
Serviços Urbanos	728.000,00	728.000,00	64.664,32	0,02	663.335,68	64.664,32	0,03	663.335,68
HABITAÇÃO	194.000,00	194.000,00	29.194,19	0,01	164.805,81	29.194,19	0,01	164.805,81
Habitação Urbana	194.000,00	194.000,00	29.194,19	0,01	164.805,81	29.194,19	0,01	164.805,81

Continua

3 / 4



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PRRRO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Continuação
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
GESTÃO AMBIENTAL	40.000,00	40.000,00	9.096,34	9.096,34	0,00	30.903,66	9.096,34	9.096,34	30.903,66	
Controle Ambiental	40.000,00	40.000,00	9.096,34	9.096,34	0,00	30.903,66	9.096,34	9.096,34	30.903,66	
AGRICULTURA	874.000,00	874.000,00	170.061,30	170.061,30	0,05	703.938,70	170.061,30	170.061,30	703.938,70	
Extensão Rural	874.000,00	874.000,00	170.061,30	170.061,30	0,05	703.938,70	170.061,30	170.061,30	703.938,70	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	252.000,00	252.000,00	30.748,26	30.748,26	0,01	221.251,74	30.748,26	30.748,26	221.251,74	
Promoção Comercial	252.000,00	252.000,00	30.748,26	30.748,26	0,01	221.251,74	30.748,26	30.748,26	221.251,74	
TRANSPORTE	70.000,00	70.000,00	12.517,02	12.517,02	0,00	57.482,98	12.517,02	12.517,02	57.482,98	
Transporte Áreo	70.000,00	70.000,00	12.517,02	12.517,02	0,00	57.482,98	12.517,02	12.517,02	57.482,98	
DESPORTO E LAZER	2.644.000,00	2.644.000,00	107.233,84	107.233,84	0,03	2.536.766,16	107.233,84	107.233,84	2.536.766,16	
Desporto Comunitário	2.644.000,00	2.644.000,00	107.233,84	107.233,84	0,03	2.536.766,16	107.233,84	107.233,84	2.536.766,16	
ENCARGOS ESPECIAIS	20.502.000,00	23.621.633,09	20.019.091,00	20.019.091,00	5,45	3.602.542,09	6.178.575,88	6.178.575,88	17.443.057,21	
Serviço da Dívida Interna	11.000.000,00	14.119.633,09	12.019.091,00	12.019.091,00	3,27	2.100.542,09	5.278.912,03	5.278.912,03	8.840.721,06	
Outros Encargos Especiais	9.502.000,00	9.502.000,00	8.000.000,00	8.000.000,00	2,18	1.502.000,00	899.663,85	899.663,85	8.602.336,15	
TOTAL	60.711.000,00	63.830.633,09	27.111.473,18	27.111.473,18	7,39	36.719.159,91	13.270.958,06	13.270.958,06	50.559.675,03	
FONTE: Sistema e-Pública (1176-4281-757). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 09:15.										

Fonte: Sistema e-Pública (1176-4281-757). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 09:15.



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2019	Abril/2019	Maió/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	Setembro/2019					
RECEITAS CORRENTES (I)	84.981.871,59	64.275.427,20	56.664.942,37	48.546.744,75	53.175.502,48	50.157.527,53	49.188.452,01					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	49.194.391,73	28.966.063,31	14.704.367,18	15.379.279,42	15.573.817,89	16.984.848,05	15.240.929,35					
IPTU	14.911.778,87	4.950.020,14	1.873.358,52	1.814.166,20	2.213.184,04	2.282.791,14	2.759.685,43					
ISS	11.005.654,89	11.945.728,58	8.215.342,42	6.560.459,66	7.309.201,12	7.333.313,67	7.184.422,36					
ITBI	2.791.658,37	3.045.567,29	1.491.585,94	1.239.202,73	1.648.569,39	1.865.334,36	1.653.296,67					
IRRF	6.421.720,76	3.615.900,66	995.883,66	3.726.672,58	1.943.265,73	2.609.508,51	774.651,14					
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.063.578,84	5.408.846,64	2.128.216,64	2.038.778,25	2.459.597,61	2.493.900,37	2.868.873,75					
Contribuições	1.825.296,92	1.249.741,53	1.701.257,18	1.126.314,78	964.156,30	315.539,77	1.038.270,98					
Receita Patrimonial	753.071,57	449.744,91	5.969.603,71	349.073,62	375.196,52	292.075,13	322.802,37					
Rendimentos de Aplicação Financeira	286.538,81	77.130,12	144.573,43	97.580,64	134.688,94	130.045,23	100.665,64					
Outras Receitas Patrimoniais	466.532,76	372.614,79	5.825.030,28	251.492,98	240.507,58	162.029,90	222.136,73					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	1.001,20	464,70	66.910,75	656.161,10	-807,90	668,50	540,00					
Transferências Correntes	30.114.955,10	31.074.047,02	32.428.593,17	29.410.539,05	33.082.724,22	30.116.417,19	29.976.012,96					
Cota-Parte do FPM	5.108.293,66	4.983.702,72	6.395.714,02	5.037.889,92	6.889.295,61	5.028.716,03	4.476.298,89					
Cota-Parte do ICMS	11.479.061,49	11.774.272,78	11.589.489,47	11.317.837,75	11.454.750,93	11.534.821,25	12.095.488,22					
Cota-Parte do IPVA	3.267.024,12	3.488.421,18	3.572.981,34	3.190.980,84	3.711.990,69	3.415.586,13	3.163.687,40					
Cota-Parte do ITR	988,49	663,28	920,09	918,08	584,19	915,53	21.710,76					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 61/1989	146.869,48	148.897,95	145.798,95	152.901,78	154.785,96	138.534,80	168.877,38					
Transferências do FUNDEB	8.367.067,02	8.528.936,01	8.947.599,95	8.169.665,20	8.201.832,44	8.385.848,05	8.747.150,65					
Outras Transferências Correntes	1.745.650,84	2.149.153,10	1.776.089,35	1.540.345,48	2.669.484,40	1.611.995,40	1.302.799,66					
Outras Receitas Correntes	3.093.155,07	2.535.365,73	1.794.210,38	2.625.376,78	3.178.415,45	2.847.978,89	2.609.896,35					
DEDUÇÕES (II)	4.000.447,25	4.079.191,38	4.340.980,55	3.940.105,47	3.893.119,53	4.023.714,49	3.985.212,28					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.000.447,25	4.079.191,38	4.340.980,55	3.940.105,47	3.893.119,53	4.023.714,49	3.985.212,28					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	80.981.424,34	60.196.235,82	52.323.961,82	45.606.639,28	49.280.382,95	46.133.813,04	45.203.239,73					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDEVIDAMENTO (V) = (III - IV)	80.981.424,34	60.196.235,82	52.323.961,82	45.606.639,28	49.280.382,95	46.133.813,04	45.203.239,73					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	80.981.424,34	60.196.235,82	52.323.961,82	45.606.639,28	49.280.382,95	46.133.813,04	45.203.239,73					



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RRR - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2020
	Outubro/2019	Novembro/2019	Dezembro/2019	Janeiro/2020	Fevereiro/2020	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	53.606.035,65	51.845.132,57	61.764.609,06	74.516.814,34	94.303.103,31	744.024.162,86	935.556.800,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.825.881,52	16.051.845,15	16.561.447,15	22.086.120,47	35.741.147,84	262.910.139,06	238.443.300,00
IPTU	2.770.142,97	2.085.970,69	2.029.828,21	3.014.696,09	13.674.762,32	54.380.384,62	44.334.000,00
ISS	7.612.574,53	8.546.349,94	7.804.954,81	7.863.075,92	6.896.651,99	98.277.729,89	88.368.000,00
ITBI	1.718.090,45	1.659.448,28	1.968.113,69	1.531.846,12	1.400.198,72	22.012.892,01	17.289.300,00
IRRF	1.811.054,91	1.351.521,50	2.490.058,26	5.844.284,34	1.547.052,24	33.131.574,29	480.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.914.018,66	2.408.554,74	2.268.492,18	3.832.218,00	12.222.482,57	55.107.558,25	87.972.000,00
Contribuições	1.925.262,81	898.895,42	255.278,74	4.399.633,62	4.076.365,40	19.776.013,45	52.382.000,00
Receita Patrimonial	555.029,59	344.243,15	370.857,82	1.901.104,04	1.703.750,30	13.386.552,73	40.272.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	101.494,87	88.099,02	78.675,79	1.559.800,30	1.179.625,08	3.978.917,87	37.262.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	453.534,72	256.144,13	292.182,03	341.303,74	524.125,22	9.407.634,86	3.010.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	20.579,40	221.809,50	217.026,50	292,00	308,10	1.184.953,85	1.388.000,00
Transferências Correntes	31.540.701,01	31.425.666,52	41.879.970,18	44.340.405,27	49.096.236,39	414.486.268,08	571.694.500,00
Cota-Parte do FPM	4.121.014,47	5.592.806,31	11.748.228,11	3.414.152,52	8.131.586,17	70.927.898,43	72.536.000,00
Cota-Parte do ICMS	12.109.121,81	12.487.037,12	13.297.605,75	13.611.005,16	13.022.687,95	145.773.179,68	149.166.500,00
Cota-Parte do IPVA	3.225.771,66	1.782.978,86	1.093.014,70	2.819.022,94	2.979.355,19	35.710.815,05	38.262.000,00
Cota-Parte do ITR	75.968,60	5.492,41	4.339,42	1.447,43	1.650,37	115.998,65	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	510.000,00
Transferências da LC 61/1989	149.454,55	156.948,98	184.479,03	140.721,65	152.224,82	1.840.495,33	2.430.000,00
Transferências do FUNDEB	8.510.891,34	8.841.044,51	9.641.853,19	9.794.959,95	9.991.857,51	106.128.705,82	108.400.000,00
Outras Transferências Correntes	3.348.478,58	2.559.358,33	5.910.449,98	14.559.095,62	14.816.874,38	53.989.775,12	200.290.000,00
Outras Receitas Correntes	2.738.581,32	2.902.672,83	2.480.028,67	1.789.258,94	3.685.295,28	32.280.235,69	31.377.000,00
DEDUÇÕES (II)	3.936.265,98	4.005.052,52	4.695.304,12	6.806.290,48	6.516.998,22	54.222.642,27	79.262.800,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	2.712.111,53	1.558.402,99	4.270.514,52	24.448.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	96.909,23	101.054,56	197.963,79	3.396.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.936.265,98	4.005.052,52	4.695.304,12	3.997.269,72	4.857.500,67	49.754.163,96	51.418.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	49.669.769,67	47.840.080,05	57.069.304,94	67.710.523,86	87.786.145,09	689.801.520,59	856.294.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVENDAMENTO (V) = (III - IV)	49.669.769,67	47.840.080,05	57.069.304,94	67.710.523,86	87.786.145,09	689.801.520,59	856.294.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	49.669.769,67	47.840.080,05	57.069.304,94	67.710.523,86	87.786.145,09	689.801.520,59	856.294.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (1640-6950-882). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:31.



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	54.686.000,00	54.686.000,00	6.850.697,00	0,00
Recita de Contribuições dos Segurados				
Civil	22.266.000,00	22.266.000,00	4.270.514,52	0,00
Ativo	22.266.000,00	22.266.000,00	4.270.514,52	0,00
Inativo	21.734.000,00	21.734.000,00	4.199.299,65	0,00
Pensionista	410.000,00	410.000,00	65.041,89	0,00
Militar	122.000,00	122.000,00	6.172,98	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial	31.220.000,00	31.220.000,00	2.580.072,64	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Valores Mobiliários	31.220.000,00	31.220.000,00	2.580.072,64	0,00
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Correntes	1.200.000,00	1.200.000,00	109,84	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recitas Correntes	1.200.000,00	1.200.000,00	109,84	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 5



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

	Continuação	
	Em Reais	
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (IV)=(I+II+III)	54.686.000,00	54.686.000,00
		6.850.697,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	8.559.771,43	0,00	8.559.771,43	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	7.544.813,23	0,00	7.544.813,23	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.014.958,20	0,00	1.014.958,20	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	57.733.000,00	57.733.000,00	376.517,51	0,00	229.802,73	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	57.733.000,00	57.733.000,00	376.517,51	0,00	229.802,73	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (V)	57.733.000,00	57.733.000,00	8.936.288,94	0,00	8.789.574,16	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV-V)² -3.047.000,00 -3.047.000,00 -1.938.877,16

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor		0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor		56.762.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS

APORTES REALIZADOS

Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar

0,00

Continua 2 / 5



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

	PERÍODO DE REFERÊNCIA		Continuação Em Reais
	2020	2019	
BENS E DIREITOS DO RPPS			
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)			0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00
Outros Aportes para o RPPS			0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00
Caixa e Equivalente de Caixa		0,04 D	0,00
Investimentos e Aplicações	277.873.906,88 D		0,00
Outros Bens e Direitos	0,00		0,00

PLANO FINANCEIRO

	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)		54.154.000,00	54.154.000,00	6.779.482,13	0,00
Recita de Contribuições dos Segurados		21.734.000,00	21.734.000,00	4.199.299,65	0,00
Civil		21.734.000,00	21.734.000,00	4.199.299,65	0,00
Ativo		21.734.000,00	21.734.000,00	4.199.299,65	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Patrimonial		31.220.000,00	31.220.000,00	2.580.072,64	0,00
					Continua 3 / 5



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)	Continuação	
	Em Reais	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	31.220.000,00	2.580.072,64
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.200.000,00	109,84
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.200.000,00	109,84
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (IX)=(VII+VIII)	54.154.000,00	6.779.482,13

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	8.559.771,43	0,00	8.559.771,43	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	7.544.813,23	0,00	7.544.813,23	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.014.958,20	0,00	1.014.958,20	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	57.733.000,00	57.733.000,00	376.517,51	0,00	229.802,73	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	57.733.000,00	57.733.000,00	376.517,51	0,00	229.802,73	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (X)	57.733.000,00	57.733.000,00	8.936.288,94	0,00	8.789.574,16	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX-X)²	-3.579.000,00	-3.579.000,00	-2.156.806,81	0,00	-2.010.092,03	0,00
--	---------------	---------------	---------------	------	---------------	------

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS

APORTES REALIZADOS

Continua 4 / 5



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras
Recursos para Formação de Reserva

Continuação
Em Reais

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA
RECEITAS CORRENTES				4.364.000,00	4.364.000,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)				4.364.000,00	4.364.000,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS				DESPESAS EMPENHADAS	
				Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES (XIII)				0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)				0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADM. RPPS (XV) = (XIII + XIV)				0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINIST. RPPS (XVI) = (XII - XV)				4.364.000,00	4.364.000,00
				0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1291-4364-991). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:34.

Nota:

1. Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2. O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa liquidada (no 6º bimestre).



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre /2020	
		RECEITAS REALIZADAS	
		(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		884.138.000,00	159.965.147,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		238.443.300,00	57.827.268,31
IPTU		44.334.000,00	16.689.458,41
ISS		88.368.000,00	14.759.727,91
ITBI		17.289.300,00	2.932.044,84
IRRF		480.000,00	7.391.336,58
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		87.972.000,00	16.054.700,57
Contribuições		52.382.000,00	8.475.999,02
Recita Patrimonial		40.272.000,00	3.604.854,34
Aplicações Financeiras (II)		37.262.000,00	2.739.425,38
Outras Receitas Patrimoniais		3.010.000,00	865.428,96
Transferências Correntes		520.275.700,00	84.581.871,27
Cota-Parte do FPM		59.123.200,00	9.236.591,04
Cota-Parte do ICMS		119.420.500,00	21.306.954,67
Cota-Parte do IPVA		30.610.000,00	4.638.702,66
Cota-Parte do ITR		80.000,00	2.478,26
Transferências da LC 87/1996		408.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		1.944.000,00	234.357,18
Transferências do FUNDEB		108.400.000,00	19.786.817,46
Outras Transferências Correntes		200.290.000,00	29.375.970,00
Demais Receitas Correntes		32.765.000,00	5.475.154,32
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		32.765.000,00	5.475.154,32
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		846.876.000,00	157.225.721,88
RECEITAS DE CAPITAL (V)		217.405.000,00	4.928.324,74
Operações de Crédito (VI)		130.000.000,00	3.874.357,13
Amortização de Empréstimos (VII)		520.000,00	133.522,58
Alienação de Bens		560.000,00	19.057,89
Receitas de Alienação de Investimentos de Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		560.000,00	19.057,89



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

	Em Reais	
Outras Alienações de Bens	0,00	
Transferência de Capital	86.325.000,00	901.387,14
Convênios	17.660.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	68.665.000,00	901.387,14
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	86.325.000,00	901.387,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	933.201.000,00	158.127.109,02

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTO A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGO (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	795.757.590,10	315.969.724,01	167.839.091,65	150.761.284,41	51.961.994,36	27.810,49	27.810,49
Pessoal e Encargos Sociais	420.863.690,00	100.978.167,70	100.043.531,58	98.693.841,69	15.573.460,23	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	4.000.000,00	2.470.549,30	1.597.548,66	1.596.861,25	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	370.893.900,10	212.521.007,01	66.198.011,41	50.470.581,47	36.388.544,13	27.810,49	27.810,49
Transferências Constitucionais e Legais	1.800.000,00	1.800.000,00	145.101,37	145.101,37	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	369.093.900,10	210.721.007,01	66.052.910,04	50.325.480,10	36.388.544,13	27.810,49	27.810,49
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	791.757.590,10	313.499.174,71	166.241.542,99	149.164.423,16	51.961.994,36	27.810,49	27.810,49
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	265.502.342,66	36.038.046,05	22.427.828,05	20.728.124,63	1.250.074,75	5.550,00	4.939,50
Investimentos	239.382.709,57	13.306.066,93	6.959.434,48	5.702.050,08	1.250.074,75	5.550,00	4.939,50
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	26.119.633,09	22.731.981,12	15.468.393,57	15.026.074,55	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	239.382.709,57	13.306.066,93	6.959.434,48	5.702.050,08	1.250.074,75	5.550,00	4.939,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)					Continuação	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)					Em Reais	
	1.031.140.299,67	326.805.241,64	173.200.977,47	53.212.069,11	33.360,49	32.749,99
RESULTADO PRIMÁRIO – Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO				VALOR CORRENTE		
Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				-14.540.000,00		
JUROS NOMINAIS				Até o Bimestre/ 2020		
				VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)				2.739.425,38		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)				1.597.548,66		
RESULTADO NOMINAL – Acima da Linha (XXVII) = (XXIV + (XXV – XXVI))				-48.842.306,60		
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL				VALOR CORRENTE		
Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				-16.000.000,00		
ABAIXO DA LINHA				SALDO		
				Até o Bimestre/ 2020		
				Em 31/12/2019		(b)
				(a)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)				90.216.089,48		
DEDUÇÕES (XXIX)				78.399.386,23		
Disponibilidade de Caixa				38.997.858,62		
Disponibilidade de Caixa Bruta				46.552.903,56		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)				40.410.053,25		
Demais Haveres Financeiros				32.907.693,58		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXX)				57.483.703,85		
				24.576.010,27		
				6.090.165,04		
				39.401.527,61		
RESULTADO NOMINAL – Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa – XXXIb)				4.261.658,31		

Continua 3 / 4



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)		Continuação
AJUSTE METODOLÓGICO		Em Reais
		Até o Bimestre/2020
VARIÇÃO DE SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		53.211.458,61
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		19.057,89
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		-48.968.858,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		-50.110.734,91
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		13.603.932,76
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		13.603.932,76
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		56.762.000,00

Fonte: Sistema e-Pública (9080-8290-67). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:41.



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (L)=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a) (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (b) (k)=(f+g)-(i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2019 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.165.961,99	66.279.659,91	53.212.069,11	0,00	15.233.552,79	0,00	2.238.239,28	33.360,49	32.749,99	1.699,60	2.203.789,69
EXECUTIVO											
Fundo Municipal de Saúde de Chapecó	515.134,57	9.889.987,95	5.635.953,74	0,00	4.769.168,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prefeitura Municipal de Chapecó	1.650.827,42	56.031.990,54	47.218.433,95	0,00	10.464.384,01	0,00	2.208.729,19	5.550,00	4.939,50	0,00	2.203.789,69
Fundo Municipal de Assistência Social de Chapecó	0,00	278.852,12	278.852,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Chapecó	0,00	78.829,30	78.829,30	0,00	0,00	0,00	29.510,09	27.810,49	1.699,60	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.375.455,47	7.966.391,51	0,00	0,00	9.341.846,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.341.846,98
EXECUTIVO											
Fundo Municipal de Saúde de Chapecó	0,00	1.085.168,57	0,00	0,00	1.085.168,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.085.168,57
Prefeitura Municipal de Chapecó	1.375.455,47	6.773.988,06	0,00	0,00	8.149.443,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.149.443,53
Fundo Municipal de Assistência Social de Chapecó	0,00	107.234,88	0,00	0,00	107.234,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.234,88
TOTAL (III) = (I + II)	3.541.417,46	74.246.051,42	53.212.069,11	0,00	24.575.399,77	0,00	2.238.239,28	33.360,49	32.749,99	1.699,60	2.203.789,69
											26.779.189,46

FONTE: Sistema e-Pública (1262-6369-742). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:42.



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-RECEITA DE IMPOSTOS	178.471.300,00	178.471.300,00	41.772.567,74	23,41
1.1-Receita resultante do IPTU	44.334.000,00	44.334.000,00	16.689.458,41	37,64
1.1.1-IPTU	36.726.000,00	36.726.000,00	15.432.477,93	42,02
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.608.000,00	7.608.000,00	1.256.980,48	16,52
1.2-Receita resultante do ITBI	17.289.300,00	17.289.300,00	2.932.044,84	16,96
1.2.1-ITBI	17.253.300,00	17.253.300,00	2.929.449,93	16,98
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	36.000,00	36.000,00	2.594,91	7,21
1.3-Receita resultante do ISS	88.368.000,00	88.368.000,00	14.759.727,91	16,70
1.3.1-ISS	80.352.000,00	80.352.000,00	14.050.278,35	17,49
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	8.016.000,00	8.016.000,00	709.449,56	8,85
1.4-Receita resultante do IRRF	28.480.000,00	28.480.000,00	7.391.336,58	25,95
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	263.004.500,00	263.004.500,00	44.273.854,20	16,83
2.1-Cota Parte FPM	72.536.000,00	72.536.000,00	11.545.738,69	15,92
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	67.064.000,00	67.064.000,00	11.545.738,69	17,22
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.736.000,00	2.736.000,00	0,00	0,00
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	2.736.000,00	2.736.000,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	149.166.500,00	149.166.500,00	26.633.693,11	17,86
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	510.000,00	510.000,00	0,00	0,00
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	2.430.000,00	2.430.000,00	292.946,47	12,06
2.5-Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	3.097,80	3,10
2.6-Cota-Parte IPVA	38.262.000,00	38.262.000,00	5.798.378,13	15,15
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	441.475.800,00	441.475.800,00	86.046.421,94	19,49
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5-TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	15.914.000,00	15.914.000,00	2.264.442,44	14,23
5.1-Transferências do Salário-Educação	11.954.000,00	11.954.000,00	2.014.723,60	16,85
5.2-Transferências Diretas - PDDE	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	3.400.000,00	3.400.000,00	247.412,00	7,28
5.4-Transferências Diretas - PNATE	360.000,00	360.000,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	140.000,00	140.000,00	2.306,84	1,65
6-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.460.000,00	14.460.000,00	706,45	0,00
6.1-Transferências de convênios	14.040.000,00	14.040.000,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	420.000,00	420.000,00	706,45	0,17
7-RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
8-OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTOS DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	30.374.000,00	30.374.000,00	2.265.148,89	7,46
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	51.418.800,00	51.418.800,00	8.854.770,39	17,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	13.412.800,00	13.412.800,00	2.309.147,65	17,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	29.746.000,00	29.746.000,00	5.326.738,44	17,91
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	486.000,00	486.000,00	58.589,29	12,06
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	20.000,00	20.000,00	619,54	3,10
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	7.652.000,00	7.652.000,00	1.159.675,47	15,16
11-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	108.660.000,00	108.660.000,00	19.788.611,19	18,21
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	108.400.000,00	108.400.000,00	19.786.817,46	18,25
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	260.000,00	260.000,00	1.793,73	0,69
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	56.981.200,00	56.981.200,00	10.932.047,07	19,19

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	103.240.000,00	103.240.000,00	14.082.526,51	13,64	14.082.526,51	13,64	0,00
13.1-Com Educação Infantil	46.092.000,00	46.092.000,00	5.490.876,49	11,91	5.490.876,49	11,91	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	57.148.000,00	57.148.000,00	8.591.650,02	15,03	8.591.650,02	15,03	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	5.420.000,00	5.420.000,00	1.094.126,41	20,19	1.094.126,41	20,19	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	5.420.000,00	5.420.000,00	1.094.126,41	20,19	1.094.126,41	20,19	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	108.660.000,00	108.660.000,00	15.176.652,92	13,97	15.176.652,92	13,97	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							Valor
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							15.176.652,92
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							71,16
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							5,53
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 +19.2)) %							23,31
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	61.835.000,00	61.835.000,00	8.249.225,68	13,34	6.398.203,97	10,35	0,00
22.1-Creche	49.335.000,00	49.335.000,00	5.067.953,75	10,27	4.970.995,75	10,08	0,00
22.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	44.092.000,00	44.092.000,00	4.847.749,33	10,99	4.847.749,33	10,99	0,00
22.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	5.243.000,00	5.243.000,00	220.204,42	4,20	123.246,42	2,35	0,00
22.2-Pré-escola	12.500.000,00	12.500.000,00	3.181.271,93	25,45	1.427.208,22	11,42	0,00
22.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	643.127,16	32,16	643.127,16	32,16	0,00
22.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	10.500.000,00	10.500.000,00	2.538.144,77	24,17	784.081,06	7,47	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	115.949.079,00	115.949.079,00	16.116.464,38	13,90	13.429.720,14	11,58	0,00
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	62.568.000,00	62.568.000,00	9.685.776,43	15,48	9.685.776,43	15,48	0,00
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	53.381.079,00	53.381.079,00	6.430.687,95	12,05	3.743.943,71	7,01	0,00
24-ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-ENSINO PROFISSIONAL NAO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE 177.784.079,00 177.784.079,00 24.365.690,06 13,71 19.827.924,11 11,15 0,00
(22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor
29-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						10.932.047,07
30-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS IMPOSTOS						0,00
33-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						0,00
34-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 J)						0,00
35-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)⁶						10.932.047,07
36-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))⁶						8.895.877,04
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) %⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%⁵						10,34

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h = (g/d)x100	
38-CUSTEADAS COM APLIC. FINANC. DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39-CUSTEADAS COM CONTRIB. SOCIAL SALÁRIO-EDUCAÇÃO	12.034.000,00	14.034.000,00	1.290.736,06	9,20	453.970,46	3,23	0,00
40-CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	32.565.921,00	32.565.921,00	2.120.494,49	6,51	2.091.298,21	6,42	0,00
42-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+39+40+41)	44.599.921,00	46.599.921,00	3.411.230,55	7,32	2.545.268,67	5,46	0,00
43-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (28+42)	222.384.000,00	224.384.000,00	27.776.920,61	12,38	22.373.192,78	9,97	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)
44-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					9.552.017,59	0,00
44.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					9.549.967,70	0,00
44.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					2.049,89	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	
	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.625.888,09	2.342.251,73
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	19.786.817,46	2.014.723,60
47-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	16.807.628,55	340.430,07
47.1- (-) Orçamento do Exercício	12.218.465,12	323.218,13
47.2- (-) Restos a Pagar	4.589.163,43	17.211,94
48-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.793,73	1.870,52
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	7.606.870,73	4.018.415,78
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1- (+) Retenções	0,00	0,00
50.2- (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3- (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4- (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	7.606.870,73	4.018.415,78

FONTE: Sistema e-Pública (2213-3984-634). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 18:36.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2020

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		Em Reais	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	130.000.000,00	3.874.357,13	126.125.642,87
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	265.522.342,66	39.708.698,89	225.813.643,77
Investimentos	239.402.709,57	14.871.553,80	224.531.155,77
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	26.119.633,09	24.837.145,09	1.282.488,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	265.522.342,66	39.708.698,89	225.813.643,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)		(d - a)	(f - c)
		135.522.342,66	99.688.000,90

FONTE: Sistema e-Pública (2315-8738-897). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:44.

Notas:

1. Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2020

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
						SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00				0,00	
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00				0,00	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00				0,00	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00				0,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00				0,00	
DESPESAS		DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO A PAGAR (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2019 (i)	2020 (j) = (If + IIfg))				SALDO ATUAL (k) = (IIfi + IIfj)	
VALOR (III)	0,00	0,00				0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2024-4384-255). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:46.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de Chapecó - Consolidado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x100	
RECEITA DE IMPOSTOS (I)					
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	150.471.300,00	150.471.300,00	41.772.567,74	27,76	
IPTU	44.334.000,00	44.334.000,00	16.689.468,41	37,64	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	36.726.000,00	36.726.000,00	15.432.477,93	42,02	
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.608.000,00	7.608.000,00	1.256.980,48	16,52	
ITBI	17.289.300,00	17.289.300,00	2.932.044,84	16,96	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	17.253.300,00	17.253.300,00	2.929.449,93	16,98	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	36.000,00	36.000,00	2.594,91	7,21	
ISS	88.368.000,00	88.368.000,00	14.759.727,91	16,70	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	80.352.000,00	80.352.000,00	14.050.278,35	17,49	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	8.016.000,00	8.016.000,00	709.449,56	8,85	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					
Cota-Parte FPM	257.532.500,00	257.532.500,00	44.273.854,20	17,19	
Cota-Parte ITR	67.064.000,00	67.064.000,00	11.545.738,69	17,22	
Cota-Parte IPVA	100.000,00	100.000,00	3.097,80	3,10	
Cota-Parte ICMS	38.262.000,00	38.262.000,00	5.798.378,13	15,15	
Cota-Parte IPI-Exportação	149.166.500,00	149.166.500,00	26.633.693,11	17,86	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	2.430.000,00	2.430.000,00	292.946,47	12,06	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	510.000,00	510.000,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	408.003.800,00	408.003.800,00	86.046.421,94		21,09

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	146.003.000,00	145.975.310,00	42.677.818,37	29,24	24.158.975,38	16,55	21.540.596,57	14,76
Despesas Correntes	145.897.000,00	145.869.310,00	42.638.466,55	29,23	24.158.025,48	16,56	21.539.646,67	14,77
Despesas de Capital	106.000,00	106.000,00	39.351,82	37,12	949,90	0,90	949,90	0,90
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	129.783.000,00	129.783.000,00	77.833.750,92	59,97	19.864.902,40	15,31	17.825.667,57	13,74
Despesas Correntes	125.361.000,00	125.361.000,00	77.577.829,84	61,88	19.792.148,51	15,79	17.756.913,68	14,16
Despesas de Capital	4.422.000,00	4.422.000,00	255.921,08	5,79	72.753,89	1,65	72.753,89	1,65
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	42.000,00	42.000,00	1.400,00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	42.000,00	42.000,00	1.400,00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	2.002.000,00	2.002.000,00	256.408,88	12,81	256.408,88	12,81	230.545,18	11,52



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Continuação										R\$ 1,00
Despesas Correntes	2.002.000,00	2.002.000,00	256.408,88	12,81	256.408,88	12,81	230.545,18	11,52		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.262.000,00	2.262.000,00	472.838,65	20,90	472.838,65	20,90	48.448,50	2,14		
Despesas Correntes	2.243.000,00	2.243.000,00	454.038,65	20,24	454.038,65	20,24	48.448,50	2,16		
Despesas de Capital	19.000,00	19.000,00	18.800,00	98,95	18.800,00	98,95	0,00	0,00		
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	280.092.000,00	280.064.310,00	121.242.216,82	43,29	44.350.368,57	15,84	39.649.257,82	14,16		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs

Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	121.242.216,82	44.350.368,57	39.649.257,82
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	121.242.216,82	44.350.368,57	39.649.257,82
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	12.906.963,29		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	31.443.405,28	26.742.294,53	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)		51,54	

LIMITE NÃO CUMPRIDO

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (i) = (h - (j ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) Continuação
R\$ 1,00

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m)	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q))	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	81.632.009,00	0,00	81.632.009,00	-----	81.632.009,00	-----	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	5.339.202,78	0,00	0,00	5.635.953,74	5.339.202,78	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	464.318,95	0,00	0,00	0,00	464.318,95	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	50.745,62	0,00	0,00	0,00	50.745,62	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência				Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w-(x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

RECETAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

RECETAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
Proveniente da União	165.360.000,00	165.360.000,00	25.129.973,80	15,20
Proveniente dos Estados	157.580.000,00	157.580.000,00	21.225.043,51	13,47
Proveniente de outros Municípios	7.780.000,00	7.780.000,00	3.904.930,29	50,19
RECETA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECETAS (XXXI)	86.157.000,00	86.157.000,00	2.732.646,59	3,17
TOTAL DE RECETAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXVIII + XXIX + XXX)	251.517.000,00	251.517.000,00	27.862.620,39	11,08



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) Continuação

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	39.765.499,71	0,00	39.765.499,71	0,00	39.765.499,71	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	39.765.499,71	0,00	39.765.499,71	0,00	39.765.499,71	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	18.205.279,99	0,00	18.205.279,99	0,00	18.205.279,99	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	18.205.279,99	0,00	18.205.279,99	0,00	18.205.279,99	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÉUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	3.619,85	0,00	3.619,85	0,00	3.619,85	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	3.619,85	0,00	3.619,85	0,00	3.619,85	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	0,00	0,00	57.974.399,55	0,00	57.974.399,55	0,00	57.974.399,55	0,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	146.003.000,00	145.975.310,00	82.443.318,08	56,48	63.924.475,09	43,79	61.306.096,28	42,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	129.783.000,00	129.783.000,00	96.039.030,91	74,00	38.070.182,39	29,33	36.034.947,56	27,77
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÉUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	42.000,00	42.000,00	1.400,00	3,33	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	2.002.000,00	2.002.000,00	260.028,73	12,99	260.028,73	12,99	234.165,03	11,70
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	2.262.000,00	2.262.000,00	472.838,65	20,90	70.081,91	3,10	48.448,50	2,14
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	280.092.000,00	280.064.310,00	179.216.616,37	63,99	102.324.768,12	36,54	97.623.657,37	34,86



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RRRO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	119.712.000,00	119.712.000,00	76.800.556,76	64,15	63.707.718,58	53,22	61.822.007,20	51,64
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	160.380.000,00	160.352.310,00	102.416.059,61	63,87	38.617.049,54	24,08	35.801.650,17	22,33

FONTE: Sistema e-Pública (1438-9978-746). Unidade Responsável: , Data da emissão: 17/03/2020 e hora de emissão: 11:46.

Notas:

1 Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		1.101.543.000,00		
Previsão Atualizada		1.101.543.000,00		
Receitas Realizadas		171.372.703,96		
Déficit Orçamentário		26.886.261,77		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		13.603.932,76		
DESPESAS				
Dotação Inicial		1.099.367.000,00		
Créditos Adicionais		13.603.932,76		
Dotação Atualizada		1.112.970.932,76		
Despesas Empenhadas		367.100.154,22		
Despesas Liquidadas		198.258.965,73		
Despesas Pagas		175.953.307,54		
Superávit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		367.100.154,22		
Despesas Liquidadas		198.258.965,73		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		689.801.520,59		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		689.801.520,59		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		689.801.520,59		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		6.850.697,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		8.936.288,94		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		8.789.574,16		
Resultado Previdenciário		-1.938.877,16		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		6.779.482,13		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		8.936.288,94		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		8.789.574,16		
Resultado Previdenciário		-2.010.092,03		
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha		-14.540.000,00	-49.984.183,32	343,77
Resultado Nominal - Acima da Linha		-16.000.000,00	-48.842.306,60	305,26
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	77.787.468,88	0,00	53.212.069,11	24.575.399,77
Poder Executivo	77.708.639,58	0,00	53.133.239,81	24.575.399,77
Poder Legislativo	78.829,30	0,00	78.829,30	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.238.239,28	1.699,60	32.749,99	2.203.789,69
Poder Executivo	2.208.729,19	0,00	4.939,50	2.203.789,69
Poder Legislativo	29.510,09	1.699,60	27.810,49	0,00
TOTAL	80.025.708,16	1.699,60	53.244.819,10	26.779.189,46
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		8.895.877,04	25,00	10,34
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		14.082.526,51	60,00	71,16
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00



Município de Chapecó - Consolidado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2020/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	62.048.406,99	15,00	72,11
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1680-2279-828). Unidade Responsável: . Data da emissão: 24/03/2020 e hora de emissão: 13:44.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 319/2020

Publicação Nº 2417434

DECRETO SAF/Nº. 319/2020, de 24 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2018, PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÃO TEMPORÁRIA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº. 1.275, de 30 de setembro de 2015 e

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo para preenchimento de funções temporárias para Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, conforme Edital nº 001/2018, homologado através do Decreto SAF/Nº 484/18, de 22 de outubro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2018, de 17 de agosto de 2018, conforme relacionados no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato á posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de março de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

ANEXO ÚNICO

AGENTE EPIDEMIOLÓGICO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
2º	206799	LISIENNY CAMPOLI TONO REMPEL

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de março de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 267/2020**

Publicação Nº 2418155

RESOLUÇÃO Nº. 267/2020, de 24 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE A PARALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM DECORRÊNCIA DA INFECÇÃO HUMANA PELO VÍRUS COVID-19.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas: CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Conforme Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina Nº. 525/2020, de 23/03/2020, fica prorrogado por mais 07 (sete) dias a paralização das atividades do Poder Legislativo de Cocal do Sul.

Art. 2º. Após os sete dias, será feita avaliação, conforme necessidade.

Art. 3º. Os funcionários do Poder Legislativo ficarão de sobreaviso.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 24 de março de 2020.

RICHARDSON VIEIRA GIOVANA GALATO SANTA ROSA
Presidente 1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte.

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 352/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418498

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 352/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Dá nova redação ao inciso IV do art. 1º do Decreto nº 192/2017, de 14 de fevereiro de 2017, e alteração, que designam membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.183, de 6 de abril de 2017.

DECRETA:

Art. 1º O inciso IV do art. 1º do Decreto nº 192/2017, de 14 de fevereiro de 2017, e alteração, que designam membros para compor Comissão de Monitoramento e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, com a incumbência de monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

IV – LORENA ZOLETTI ZAPALAI;” (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora LORENA ZOLETTI ZAPALAI, ocupante do cargo de Tesoureiro, do Quadro Pessoal do Poder Executivo, gratificação equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurar os trabalhos na referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 364/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418500

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 364/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a posse de EDCASSIO DALA COSTA, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3058, de 18 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado EDCASSIO DALA COSTA, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no

cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 16 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 365/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418503

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 365/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a posse de VALMIR MOREIRA, no cargo de Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3058, de 18 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado VALMIR MOREIRA, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base – GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto entrará em efetivo exercício em 16 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 367/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418504

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 367/2020, DE 12 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre a posse de CARINA SANDI, no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3065, de 27 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossada CARINA SANDI, aprovada em concurso público, como servidora pública municipal, regime estatutário, no cargo de Professor – História, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º A servidora empossada por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 16 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 368/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418505

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 368/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.**

Concede Promoção Vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto nº 210/2019, de 25 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Vertical, para a Faixa de Vencimento II, aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados:

I – ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2019;

II – com efeitos retroativos a 1º de março de 2020:

a) ROSANGELA PEDROTE MÜLLER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

b) SILVANA ZANCHETT DALLA COSTA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 369/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418507

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**DECRETO Nº 369/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.**

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas, informadas pela CI CPCCS 005/2020, protocolizada em 12 de março de 2020. DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Promoção Horizontal, aos servidores de provimento efetivo, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, para a faixa de vencimento "C", na forma abaixo:

I – ANGELA GOSENHEIMER KROMBAUER, ocupante do cargo de Psicólogo, com efeitos retroativos a 11 de março de 2020;

II – EDGAR GERMANO, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 20 de fevereiro de 2020;

III – FRANCISCO DEOCLECIO MACIEL RIBEIRO, ocupante do cargo de Jornalista, com efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica concedida Promoção Horizontal, aos servidores de provimento efetivo, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, para a faixa de vencimento "D", na forma abaixo:

I – ADELAR MACAGNAN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2020;

II – CLAIRE ZAMBONI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2020;

III – CLAUDINEI SAIBEL, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020;

IV – DAIANE ZAMPEZE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 14 de fevereiro de 2020;

V – ERNO FAUTH, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 12 de março de 2020;

VI – GILMARA MARIA RECH ESCHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020;

VII – HARRI BOMM, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 20 de fevereiro de 2020;

VIII – IVONE RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2020;

IX – JAIME DE AUGUSTIM, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2020;

X – LEONIDES RAQUEL ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 3 de março de 2020;

XI – LUCINDA FATIMA FERREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2020;

XII – MARINES LICHESKI ZANINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2020;

XIII – MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2020;

XIV – MIRIAM DENISE WENTZ VORTMANN, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020;

XV – NEUSA PILGER APPEL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2020;

XVI – ROBERTO DE BALDE, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020;

XVII – ROSELI TEREZINHA TAVARES DE JESUS RUVIARO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020;

XVIII – SALETE MARIA SICHELERO CALVI, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020;

XIX – SALETE ROSA GARDINO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2020;

XX – SEBASTIÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Eletricista de Manutenção, com efeitos retroativos a 13 de fevereiro de 2020;

XXI – SIRLEI STOLL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, com efeitos retroativos a 3 de março de 2020;

XXII – TERESINHA DICKEL TITON, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a 12 de fevereiro de 2020;

XXIII – VALDERES PIPPER HOPPEN, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 2 de fevereiro de 2020;

XXIV – VANILDE VARELA, ocupante do cargo de Servente Braçal, com efeitos retroativos a 28 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 370/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418508

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 370/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Nomeia ANDREIA VARGAS GOMES DA SILVA no cargo de Assessora de Programas para Jovens e Adolescentes.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ANDREIA VARGAS GOMES DA SILVA, para exercer o cargo de Assessora de Programas para Jovens e Adolescentes – Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo remuneração própria do cargo, nível CC5, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JAIME ESTEVÃO BERNARDI Secretário Municipal de Assistência Social
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 372/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418510

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 372/2020, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a posse de GIUSEPPE ALBIERO, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3065, de 27 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado GIUSEPPE ALBIERO, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 16 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ELTON POLINA Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 373/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418512

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 373/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Exonera, a pedido, a servidora MARCIA CAPELLARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARCIA CAPELLARI, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 374/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418514

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 374/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Designa a servidora JACIELE TOCHETTO para responder pelo cargo de Chefe de Licitações, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, para responder pelo cargo de Chefe de Licitações, no período de 16 de março a 12 de abril de 2020, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, remuneração própria do cargo, nível FG3.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa no mesmo período, a gratificação concedida à servidora JACIELE TOCHETTO, pelo Decreto nº 770/2019, de 16 de setembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 375/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418517

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 375/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 318/2020, de 28 de fevereiro de 2020, que designa a servidora DARLINE NEUMANN para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a CI DRH nº 147/2020, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "2 a 17 de março de 2020", para: "2 a 18 de março de 2020", constante no art. 1º do Decreto nº 318/2020, de 28 de fevereiro de 2020, que designa a servidora DARLINE NEUMANN para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 376/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418521

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 376/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 319/2020, de 28 de fevereiro de 2020, que designa a servidora JANICE BARETTA para responder pelo cargo de Chefe de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a CI DRH nº 147/2020, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "2 a 17 de março de 2020", para: "2 a 18 de março de 2020", constante no art. 1º do Decreto nº 319/2020, de 28 de fevereiro de 2020, que designa a servidora JANICE BARETTA para responder pelo cargo de Chefe de Recursos Humanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 377/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418523

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 377/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações, e considerando o Parecer Jurídico emitido Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 16 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 366 dias, ou seja: 1 (um) ano, e 1 (um) dia de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora ROSEMERI NOGUES BICHET RIOS, ocupante do cargo de Médico, matrícula 103276-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joinville – IPREVILLE, em 8 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 378/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418525

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 378/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLAUDINEIDE BANDEIRA DE FIGUEIREDO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2020, à servidora CLAUDINEIDE BANDEIRA DE FIGUEIREDO, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de maio de 2014 a 7 de maio de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 379/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418526

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 379/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SIMONE MARIA FICAGNA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2020, à servidora SIMONE MARIA FICAGNA, ocupante do cargo de Professor, matrícula 109665-05, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2015 a 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 380/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418529

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 380/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora EDITH PANSERA COLDEBELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2020, à servidora EDITH PANSERA COLDEBELLA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de agosto de 2010 a 31 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 381/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418530

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 381/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Concede licença-prêmio à servidora CATIA REGINA KOWACIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a CI DRH nº 149/2020, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, à servidora CATIA REGINA KOWACIC, ocupante dos cargos de Professor, licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – no mês de março de 2020, um mês convertido em pecúnia, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2015 a 28 de fevereiro de 2020, matrícula 95192-00;

II – no mês de março de 2020, um mês para gozo, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2015, matrícula 95192-00;

III – no mês de março de 2020, um mês para gozo, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2013 a 1º de fevereiro de 2018, matrícula 95192-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 383/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418532

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 383/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.
Dispõe sobre o desligamento da servidora ADRIANA KLOTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora ADRIANA KLOTZ, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 40215-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de março de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 384/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418533

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 384/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Interrompe licença para tratar de interesses particulares, concedida ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123, § 3º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a licença para tratar de interesses particulares, concedida pelo Decreto nº 165/2019, de 28 de fevereiro de 2019, ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI, ocupante do cargo de Professor, matrícula 19780-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 386/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418534

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 386/2020, DE 17 DE MARÇO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora LEANDRA DA SILVA FERNANDES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2020, à servidora LEANDRA DA SILVA FERNANDES, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de novembro de 2014 a 2 de novembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 393/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418494

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 393/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Designa CLAUDINEIA SAIBEL para responder pelo cargo de Diretora Administrativa e Financeira e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora CLAUDINEIA SAIBEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Diretora Administrativa e Financeira, no período de 20 de março a 8 de abril de 2020, em face do afastamento do titular, em Licença Paternidade, percebendo nesse ínterim, remuneração própria do cargo, nível FG2.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa no mesmo período, a gratificação concedida à servidora CLAUDINEIA SAIBEL, pelo Decreto nº 192/2017, de 14 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	GEOVANI BEDIN Secretário Municipal Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 394/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418497

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 394/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Concede gratificação a título de responsabilidade técnica à servidora SANDRA LUNARDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 37 da Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora SANDRA LUNARDI, ocupante do cargo de Enfermeiro, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de responsabilidade técnica, pela atribuição de Enfermeira Auditora do Serviço Municipal de Assistência à Saúde – SEMAS.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, ficam revogados o inciso III do art. 2º do Decreto nº 287/2014, de 3 de abril de 2014 e alterações e o inciso II do art. 2º do Decreto nº 576/2019, de 15 de julho de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2418535

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito suplementar e especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.327, de 20 de dezembro de 2019 e na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	02.001	Gabinete do Prefeito
Projeto/Atividade	04.0122.0002.2002	Gestão, Manutenção e Serviços do Gabinete do Prefeito, Auditoria Geral e Assessorias – GP
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.600.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 140.000,00
Projeto/Atividade	04.0061.0005.2005	Ações da Assessoria Jurídica – Asjur
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 66.772,90
Fonte de Recursos	01.000010	Recursos Ordinários – Reaparelhamento ASJUR.....R\$ 10.735,00
Projeto/Atividade	04.0121.0003.2003	Ações da Assessoria de Planejamento e Orçamento – ASPLAN
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 298.263,54
Projeto/Atividade	04.0124.0093.2622	Ações da Auditoria Geral
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 21.778,99
Projeto/Atividade	04.0131.0004.2004	Ações da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 637.638,92
Elemento	3.3.93.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Decorrentes de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos OFFS com Consórcio Público do qual o ente faz parte
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 18.750,00
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 2

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Unidade Orçamentária	08.001	Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Obras, Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEMURB
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.760001	Recursos de Emendas Parlamentares Individuais – PMC.....R\$ 946.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União...R\$ 4.484.000,00
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira-Hídricos.....R\$ 3.130.428,96
Fonte de Recursos	01.390001	Fundo Especial Petróleo.....R\$ 426.060,00
Fonte de Recursos	01.080000	Contribuição COSIPR\$ 1.500.000,00
Fonte de Recursos	01.070000	Contribuição Cide.....R\$ 80.720,00
Fonte de Recursos	01.890000	Alienação de Bens Destinados a Outros Programas.....R\$ 240.000,00
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura.....R\$ 6.776.302,87
Projeto/Atividade	15.0122.0037.2027	Manutenção, Modernização e Organização Administrativa – SEMURB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.500.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 250.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 61.600,00
Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária	09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
Projeto/Atividade	08.0122.0043.2032	Manutenção das Atividades-Meio da SEDES
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 52.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 6.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 3.700,00
Órgão	16	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
Unidade Orçamentária	16.001	Fundação Municipal de Cultura
Projeto/Atividade	13.0122.0071.2401	Manutenção das Atividades-Meio da FMC
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 776.188,46
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 107.755,57
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 460.326,08
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências à União
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 9.083,48

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 3

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Projeto/Atividade	13.0122.0074.1401	Modernização e Organização Administrativa da FMC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 90.000,00
Projeto/Atividade	13.0391.0072.2402	Manutenção e Modernização do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade	13.0392.0073.2403	Ações da Difusão Cultural – FMC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 140.000,00
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 30.000,00
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.000,00
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 90.000,00
Órgão	17	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Unidade Orçamentária	17.001	Fundação Municipal de Esportes
Projeto/Atividade	27.0122.0075.2451	Manutenção das Atividades – FMEC e Parque de Exposições
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.035.614,70
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 176.635,25
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 913.646,58
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências à União
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 14.054,42
Projeto/Atividade	27.0122.0078.1451	Modernização e Organização Administrativa – Parque de Exposições – FMEC
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.513.776,41
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 666.000,00
Projeto/Atividade	27.0812.0077.2453	Ações do Desporto Comunitário – FMEC
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 337.000,00
Órgão	18	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 4

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Unidade Orçamentária	18.01	Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
Projeto/Atividade	18.0122.0081.2501	Manutenção das Atividades-Meio da FUMDEMA
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 328.050,42
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 44.447,92
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 286.373,18
Elemento	3.3.20.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências à União
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 9.507,14
Projeto/Atividade	18.0122.0083.1501	Modernização e Organização Administrativa da FUMDEMA
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos	02.890000	Alienação de Bens Destinados Outros Programas –R\$ 300,00
Projeto/Atividade	18.0541.0082.2503	Melhoria Ambiental com Medidas Mitigatórias e Compensatórias – FUMDEMA
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 173.473,07
Elemento	3.3.71.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências a Consórcios Públicos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Elemento	3.1.71.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 20.000,00
Elemento	4.4.71.00.00.00.00.00	Investimentos – Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 5.000,00
TOTAL ANULADO.....		R\$ 29.954.983,86

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade Orçamentária	05.01	Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ
Projeto/Atividade	04.0122.0016.2010	Manutenção das Atividades-Meio da SEFAZ
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 250.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 15.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 10.000,00
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO URBANA
Unidade Orçamentária	08.01	Secretaria Municipal de Gestão Urbana – SEMURB
Projeto/Atividade	15.0122.0037.2027	Manutenção, Modernização e Organização Administrativa – SEMURB

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 5

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 328.050,42
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 44.447,92
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 295.880,32
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos	01.890000	Alienação de Bens Destinados Outros Programas –R\$ 300,00
Projeto/Atividade	18.0541.0082.2503	Melhoria Ambiental com Medidas Mitigatórias e Compensatórias – Meio Ambiente
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 3.473,07
Elemento	3.3.71.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Transferências a Consórcios Públicos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Elemento	3.1.71.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 20.000,00
Elemento	4.4.71.00.00.00.00.00	Investimentos – Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 5.000,00
Órgão	30	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA – SEDEC
Unidade Orçamentária	30.001	Desporto – SEDEC
Projeto/Atividade	27.0122.0075.2451	Manutenção das Atividades – Desporto e Parque de Exposições
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.035.614,70
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 176.635,25
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 897.701,00
Projeto/Atividade	27.0122.0078.1451	Modernização e Organização Administrativa – Parque de Exposições – Desporto
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	27.0811.0076.2452	Ações do Desporto e Rendimento – Desporto
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.513.776,41
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 666.000,00
Projeto/Atividade	27.0812.0077.2453	Ações do Desporto Comunitário – Desporto
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 337.000,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 6

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Unidade Orçamentária	30.002	Cultura – SEDEC
Projeto/Atividade	13.0122.0071.2401	Manutenção das Atividades-Meio – Cultura
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 776.188,46
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 107.755,57
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 409.409,56
Projeto/Atividade	13.0122.0074.1401	Modernização e Organização Administrativa – Cultura
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 90.000,00
Projeto/Atividade	13.0391.0072.2402	Manutenção e Modernização do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – Cultura
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade	13.0392.0073.2403	Ações da Difusão Cultural – Cultura
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 140.000,00
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 30.000,00
Elemento	4.4.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.000,00
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União.....R\$ 90.000,00
Órgão	31	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária	31.001	Procuradoria Geral do Município – PGM
Projeto/Atividade	04.0061.0005.2005	Ações da Procuradoria Geral do Município – PGM
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 520.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 61.600,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 83.772,90
Fonte de Recursos	01.000010	Recursos Ordinários – Reaparelhamento PGM.....R\$ 10.735,00
Órgão	32	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Unidade Orçamentária	32.001	Controladoria Geral do Município – CGM
Projeto/Atividade	04.0124.0093.2622	Ações da Controladoria Geral do Município – CGM
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 390.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 7

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

		Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 46.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 45.478,99
Órgão	33	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Unidade Orçamentária	33.001	Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM
Projeto/Atividade	04.0131.0004.2004	Ações da Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 250.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 45.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 907.638,92
Elemento	3.3.93.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos OFFS com Consórcio Público do qual o ente faz parte
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 18.750,00
Órgão	34	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária	34.001	Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN
Projeto/Atividade	04.0121.0003.2003	Ações da Secretaria de Planejamento – SEPLAN
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 1.650.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 275.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 348.263,54
Projeto/Atividade	15.0451.0042.1009	Obras, Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SEPLAN
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.760001	Recursos de Emendas Parlamentares Individuais – PMC.....R\$ 946.000,00
Fonte de Recursos	01.340000	Transferências de Convênios – União...R\$ 4.484.000,00
Fonte de Recursos	01.390002	Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira-Hídricos.....R\$ 3.130.428,96
Fonte de Recursos	01.390001	Fundo Especial Petróleo.....R\$ 426.060,00
Fonte de Recursos	01.080000	Contribuição COSIP.....R\$ 1.500.000,00
Fonte de Recursos	01.070000	Contribuição CideR\$ 80.720,00
Fonte de Recursos	01.890000	Alienação de Bens Destinados Outros Programas.....R\$ 240.000,00
Fonte de Recursos	01.000001	Recursos Ordinários – PMC.....R\$ 6.776.302,87
TOTAL SUPLEMENTADO.....		R\$ 29.954.983,86

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

fls. 8

DECRETO Nº 6.464, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado nesta SECRETARIA
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 21 de
fevereiro de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.474, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418537

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.474, DE 17 DE MARÇO DE 2020.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.327, de 20 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEDAGRO
Unidade Orçamentária	07.002	Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO

Projeto/Atividade	20.0606.0035.2304	Ações da Extensão Rural – FUMDEAGRO
Elemento	3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte de Recursos	06.060004	Recursos de Outras Fontes – FUMDEAGRO – Superávit do Exercício Anterior R\$ 29.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 29.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal da Fazenda
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.483, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418538

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.483, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Decreta Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Concórdia, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- o Decreto nº 6.475, de 17 de março de 2020, do Município de Concórdia, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);
- o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- que do avanço dos casos em território nacional, sobrevém a necessidade de implantação de medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19);
- a relevância das medidas de afastamento social precoce para conter a disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Concórdia, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 2020, bem como do Decreto Estadual nº 525, de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, centros comerciais, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais no âmbito do Município, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;

e) a circulação de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pelo Município de Concórdia, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 3º A operação de atividades industriais no Município de Concórdia somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais que, em ato próprio, vierem a ser expressamente considerados pelo Secretário de Estado da Saúde, conforme previsão contida no art. 24 do Decreto Estadual nº 525, de 2020.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 4º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 3º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde, assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo ao Município, a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 3º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI – serviços de guincho;

XLII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Defesa Civil Municipal;

c) Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON.

§ 1º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão da COVID-19 no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 4º Os estabelecimentos de que trata o §3º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 5º A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias;

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos;

III – que se evite a realização de caminhadas, corridas, passeios de bicicletas, passeios familiares, passeios com animais de estimação em via pública para fins de observância do isolamento social.

Art. 6º Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 7º Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

Parágrafo único. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com vistas a atender o protocolo de isolamento.

Art. 8º Instrumento próprio deliberará sobre o calendário de reposição das aulas da Rede Municipal de Ensino.

Art. 9º Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III – a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais.

Art. 10. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 11. O PROCON deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.

Art. 12. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto

no art. 268 do Código Penal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 3/2020 – FMS

Publicação Nº 2418416

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 3/2020 – FMS

ESPÉCIE: Justificativa da dispensa de edital de chamamento público e realização do Termo de Fomento a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.455.823/0001-65, representado por seu Gestor GEOVANI BEDIN e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE CONCÓRDIA - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, senhor MAURO KROHN.

OBJETO: Destinação de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE à realização do custeio do projeto "Possibilidades e Oportunidades para a Superação Humana" para garantir a manutenção da oferta dos tratamentos em saúde de pediatras, equoterapia e hidroterapia aos pacientes matriculados e assistidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia, de forma qualificada, garantindo também a manutenção da entidade para a realização do Plano de Trabalho apresentado, por meio da manutenção da limpeza dos espaços físicos, da realização dos atendimentos administrativos e do transporte de trabalhadores da entidade e pacientes, na forma do Plano de Trabalho apresentado, conforme art. 42, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações. Considerando que a entidade está vinculada e voltada aos serviços de saúde e está inscrita no Conselho Municipal de Saúde, fica dispensado o Chamamento Público em conformidade com o inciso VI do artigo 30 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação em conformidade com o artigo 32, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

VALOR: R\$ 114.621,90 (cento e catorze mil, seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos) no ano.

PRAZO: a contar da data de assinatura do Termo de Fomento até 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2020 – FMS

Publicação Nº 2418604

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 6/2020 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato da Senhora Grace Simioni Menegat, Diretora de Saúde, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações e, art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, homologada em 20/03/2020, para a aquisição de testes rápidos para detecção do coronavírus (COVID-19), materiais descartáveis, de consumo médico, hospitalar e de enfermagem, a serem utilizados pelas equipes de saúde (médicos, enfermeiros e agentes de saúde), em atendimento nas unidades de saúde e pelos profissionais que atenderão na tenda de triagem, necessários para o atendimento eficaz e seguro aos pacientes, garantindo a segurança devida aos profissionais de saúde, conforme ações de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), autorizadas pelo Decreto nº 6.475 de 17 de março de 2020; a favor das empresas constantes da tabela abaixo:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ADRIELSON FERREIRA PINHEIRO	13.559.782/0001-45	R\$ 525,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	06.103.122/0002-70	R\$ 140.535,60
CONDESP – IND. COM. DE DETERGENTES, SANEANTES E PERFUMARIAS LTDA	80.088.719/0001-65	R\$ 2.775,00
EMBALAGENS CONCÓRDIA LTDA	04.433.208/0001-55	R\$ 30.955,00
MAQ TINTAS COMÉRCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS EIRELI	20.209.365/0001-38	R\$ 10.621,05
S & R DISTRIBUIDORA LTA	04.889.315/0001-92	R\$ 2.780,00
TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI	22.862.531/0001-26	R\$ 40.000,00

GEOVANI BEDIN
Gestor do FMS

LEI COMPLEMENTAR Nº 790, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418476

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**LEI COMPLEMENTAR Nº 790, DE 18 DE MARÇO DE 2020.**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 17 terá as seguintes alterações:

I – a alínea “f” do inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“f) Taxa de Permeabilidade – TP: proporção entre a área mínima não pavimentada do lote e a área desse mesmo lote, sendo o proprietário responsável pela permeabilidade de até 25% da área com cobertura vegetal, e o excedente pode permanecer livre de qualquer tipo de pavimentação, mesmo que drenante.”(NR)

II – a alínea “g” do inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

“g) faixa sanitária: área formada pela faixa de afastamento paralela às bordas de rios canalizados ou tubulados da Área Urbana Consolidada – AUC, destinada à proteção de erosão e amenizar o problema das cheias. Esta faixa é área non aedificandi, regulamentada por esta Lei, com base no Diagnóstico Socioambiental; também recebe esta denominação a faixa de afastamento destinada aos condutores de água ou esgoto;” (NR)

Art. 3º Os arts. 38 e 39 passam a vigorar com a seguinte redação:

-Art. 38. Para garantir a proteção ambiental deve-se respeitar o Código Florestal quanto as Áreas de Preservação Permanentes, aplicáveis a todo território municipal, exceto nas Áreas Urbanas Consolidadas - AUC.

§ 1º Os cursos d’água naturais perenes da Área Urbana Consolidada, podem ter suas faixas de APP reduzidas conforme Anexo II desta Lei.

§ 2º Todos os cursos d’água canalizados ou tubulados da Área Urbana Consolidada, devem respeitar as faixas sanitárias, com largura estabelecida em função das suas características, conforme Anexo II desta Lei.

§ 3º Somente poderão ser construídos muros nas faixas de preservação dos cursos d’água ou faixas sanitárias, quando houver interesse público, devendo a construção estar de acordo com os Projetos e Planos relativos à Contenção de Cheias do Município.

§ 4º As faixas sanitárias devem ser mantidas livres de edificações e com cobertura vegetal nos canais a céu aberto, sendo de responsabilidade do proprietário a manutenção da vegetação, e a construção dos muros deve obedecer ao recuo estabelecido para o afastamento, podendo ser autorizada a instalação de cercas ou gradis que permitam a livre passagem da água.

§ 5º Poderá ser permitido o uso da faixa sanitária, de que trata a tabela do Anexo II desta Lei, para acesso e manobra de veículos e acesso de pedestres.

§ 6º Considera-se área de preservação permanente, nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados -olhos d’água-, qualquer que seja a sua situação topográfica, um raio mínimo de 50,00m (cinquenta metros) de largura.

§ 7º Para efeitos desta Lei e para a definição das faixas sanitárias, serão considerados cursos d’água canalizados, galerias e área tubuladas, quaisquer faixas marginais de corpos hídricos artificiais, fruto da intervenção humana a céu aberto ou não, com uma ou duas margens muradas ou fundo em concreto.

§ 8º As margens de canais construídos pela ação do homem, sem afloramento natural, não se caracterizam como área de preservação permanente (APP), excluindo os cursos d’água naturais.

Art. 39. Considera-se Área Urbana Consolidada parcela do território, contínua ou não, inseridas no perímetro urbano do Município, dotada de malha viária implantada e que possua, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

I - drenagem de águas pluviais urbanas;

II - esgotamento sanitário;

III - abastecimento de água potável;

IV - distribuição de energia elétrica;

V - limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.- (NR)

Art. 4º Fica acrescida Seção VIII no CAPÍTULO II, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO II (...)

Seção VIII

Dos Incentivos à Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Faixas Sanitárias

Art. 87-A. Os proprietários que aderirem a implantação de infraestrutura verde nos seus lotes, compatíveis com as diretrizes do Plano de Arborização Urbana lotes, poderão acrescentar 10% (dez por cento) em seu coeficiente de aproveitamento;

Art. 87-B. Os proprietários de imóveis em áreas de APP são responsáveis pela restauração e manutenção da mata ciliar nas faixas de preservação.

§ 1º Edificações em lotes interceptados por cursos d'água, só receberão Alvará de Habite-se, mediante a comprovação da presença de mata ciliar em toda a extensão de APP interna ao lote.

§ 2º O não cumprimento da determinação prevista no caput deste artigo resultará em multa de 200 UFIRs municipal para APP de cursos d'água, sem eliminar a obrigatoriedade de cumprimento da determinação.

§ 3º O não cumprimento da determinação prevista no caput deste artigo resultará em multa de 1.000 UFIRs municipal para APP de nascentes, sem eliminar a obrigatoriedade de cumprimento da determinação.

§ 4º Casos de edificações aprovadas em conformidade com a legislação vigente à época da construção, não desobriga o proprietário de recuperar a vegetação nas áreas de APP ainda não edificadas.

Art. 87-C. Os proprietários de edificações em APP, aprovadas em conformidade com a legislação vigente à época da construção, serão incentivados a remover a área edificada na faixa de afastamento em troca do aumento de potencial construtivo.

§ 1º O acréscimo do CA pode chegar até 1,0 para APP de cursos d'água e 1,5 para APP de nascentes, podendo ser aplicado no próprio terreno ou em outra área, excluindo-se lotes localizados na ZRFN, sendo também, permitida a venda do potencial adquirido.

§ 2º Uma vez implantada a vegetação, torna-se obrigatória a sua manutenção, aplicando-se, em caso de contravenção, as multas de que tratam os parágrafos 2º e 3º do art. 87-B desta Lei, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais.

§ 3º A aplicação das penalidades não desobriga que a faixa de vegetação seja mantida.

§ 4º Ampliações de edificações sobre APP não serão autorizadas, limitando-se o direito adquirido do proprietário, a reformas de manutenção do imóvel.

Art. 87-D. Edificações irregulares em áreas de preservação permanente, caso constatado risco ou sobreposição com áreas de interesse ambiental, estarão sujeitas à demolição.

Art. 87-E. Proprietários de edificações irregulares em áreas de preservação permanente, como condição para permanência, caso comprovada a ausência de risco ou sobreposição com áreas de interesse ambiental, estarão obrigados a recuperar matas ciliares de APPs localizadas em áreas públicas.

§ 1º Prioriza-se a recuperação de APP localizadas na mesma sub-bacia onde o impacto foi gerado, devendo a área a ser recuperada, ser o dobro da área edificada irregularmente na área de preservação permanente, ficando a edificação sujeita à demolição, no caso de não cumprimento da determinação.

§ 2º No caso de edificações irregulares sobre áreas de APP, o proprietário ficará sujeito a multa anual de 200 UFIRs municipal.

Art. 87-F. Os proprietários de imóveis regulares que reverterem a impermeabilização de faixas sanitárias, de canais a céu aberto, em cobertura vegetal podem ter abatimento no IPTU, proporcional a área restaurada.

§ 1º O desconto no IPTU será de 5 UFIRs municipal, por metro quadrado vegetado, até o limite de 50% do valor do IPTU.

§ 2º Para ser enquadrado no incentivo de que trata este artigo, o proprietário deve previamente solicitar autorização ao Município, descrevendo a reversão que pretende executar, devendo o proprietário, para obter o desconto, solicitar vistoria da execução.

§ 3º O valor do desconto será válido por três anos, obrigando o proprietário efetuar sua manutenção, sob pena de multa equivalente a 10 (dez) vezes o desconto obtido.

§ 4º Ficam vedadas as ampliações de área edificável sobre Faixas Sanitárias.

§ 5º Em lotes ainda não edificados, os proprietários ficam obrigados a restaurar a faixa sanitária de canais a céu aberto com cobertura vegetal, medida esta que será pré-requisito para a concessão de Alvará de Habite-se.

Art. 87-G. Os proprietários de imóveis em situação irregular que tiverem impermeabilizado a faixa sanitária de canais a céu aberto ficam obrigados a restaurar o afastamento mínimo do canal com cobertura vegetal.

§ 1º O não cumprimento da determinação prevista no caput deste artigo resultará em multa de 200 UFIRs municipal, sem eliminar a obrigatoriedade de cumprimento da determinação.

§ 2º No caso de áreas edificadas irregularmente, anteriores a publicação desta lei, fica estabelecida a medida indenizatória de taxa de utilização da faixa sanitária.

§ 3º O valor cobrado pela medida indenizatória de que trata o § 2º deste artigo será equivalente a 10 UFIRs municipal, por metro quadrado irregular.

Art. 87-H. Em faixas sanitárias de canais a céu aberto devem ser mantidas com cobertura vegetal, sendo permitido acessos de pedestres, acesso e manobras de veículos e a implantação e manutenção do sistema viário.

Art. 87-I. As edificações que tiverem autorização para permanecerem em APP ou faixas sanitárias deverão, obrigatoriamente, coletar águas pluviais e regularizar a destinação do esgotamento sanitário, sob pena de multa de 200 UFIRs." (NR)

Art. 5º O inciso II do art. 120 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 120 (...)

II – Anexo II: Faixas de Afastamento em Área de Preservação Permanente e Faixas Sanitárias;" (NR)

Art. 6º O Anexo II passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 7º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

"ANEXO II

FAIXAS DE AFASTAMENTO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E
FAIXAS SANITÁRIAS

APP	LOCALIZAÇÃO	AFASTAMENTO MÍNIMO
Nascentes perenes	Em qualquer localização	50m
Cursos d'água	Externos à área urbana consolidada	30m

Curso d'água do Rio Queimados	Externos à área urbana consolidada	30m
Curso d'água do Rio Queimados	Internos à área urbana consolidada	15m, exceto para faixa sanitária
Cursos d'água	Internos à área urbana consolidada	15m para áreas já parceladas, ainda que já aprovadas, exceto para faixa sanitária

FAIXA SANITÁRIA	LOCALIZAÇÃO	AFASTAMENTO MÍNIMO
Canais e galerias do Rio dos Queimados	Internos à área urbana consolidada	5m para a área do atual quiosque (entre as Ruas do Comércio e Anita Garibaldi) 10m para os demais trechos
Canais, galerias e tubulações dos demais Cursos d'água	Internos à área urbana consolidada	5m

Observação:

O afastamento mínimo de que trata a tabela acima, é para cada margem, nos casos de canais a partir da borda do canal e em caso de tubulações das faces externas do tubo. Nas Áreas de Preservação Permanente e nos canais a céu aberto estas faixas devem ser permeáveis, com cobertura vegetal." (NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 791, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418478

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**LEI COMPLEMENTAR Nº 791, DE 18 DE MARÇO DE 2020.**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Obras e Edificações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas às edificações do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Obras e Edificações, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º Os incisos LXV e LXVI do art. 4º passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

LXV – faixa non aedificandi (faixa não edificável): área do terreno onde não é permitido nenhum tipo de construção;

LXVI – faixa sanitária: área formada pela faixa de afastamento paralela às bordas de rios canalizados ou tubulados, ou destinada aos condutores de água ou esgoto;” (NR)

Art. 3º O inciso III do art. 269-C passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 269-C (...)

III – Em lotes que tiverem edificações sobre áreas de APP ou faixas sanitárias.” (NR)

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 792, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418485

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 792, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 187, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas ao parcelamento do solo urbano do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 187, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõem sobre normas relativas ao parcelamento do solo urbano do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O parágrafo único do art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º (...)

Parágrafo único. Os loteamentos e desmembramentos só serão admitidos se deles resultarem lotes edificáveis, de acordo com as normas de zoneamento de uso e ocupação do solo contidas na Lei do Plano Diretor Municipal PDM – da cidade de Concórdia, respeitando inclusive as diretrizes estipuladas aos cursos da água e nascentes.” (NR)

Art. 3º O art. 7º terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso V passa a vigorar com a seguinte redação:

“V – área de domínio público: é a área ocupada pelas vias de circulação, ruas, avenidas, áreas de preservação permanente – APP, praças, jardins, parques e bosques. Estas áreas, em nenhum caso poderão ter acesso restrito;” (NR)

II – os incisos XXIV a XXVII passam a vigorar com a seguinte redação:

“XXIV – faixa non aedificandi (faixa não edificável): área do terreno onde não é permitido nenhum tipo de construção;

XXV – faixa sanitária: área formada pela faixa de afastamento paralela às bordas de rios canalizados ou tubulados da Área Urbana Consolidada – AUC ou destinada aos condutores de água ou esgoto;

XXVI – gleba: é toda área de terras que não foi objeto de parcelamento do solo para fins urbanos;

XXVII – IMA: Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina;” (NR)

Art. 4º O art. 26 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26. As faixas de afastamento que compõe as Áreas de Preservação Permanente devem respeitar as determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Plano Diretor Municipal – PDM.

§ 1º Quando a área a ser loteada estiver contida na bacia hidrográfica do Rio dos Queimados é obrigatório mecanismos de contenção de cheias, bacias ou reservatórios de retenção, conforme Código de Obras.

§ 2º Quando a área loteada estiver na Área de Interesse Ecológico – AIE determinada pelas Leis do PDM deve ser apresentado projeto considerando a proteção de cursos da água e nascentes efêmeros.” (NR)

Art. 5º Os incisos V e VI do art. 46 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 (...)

V – faixas de domínio de estradas e vias municipais, conforme definido na Lei do Sistema Viário;

VI – faixas sanitárias destinadas à manutenção das canalizações de água, esgoto e rios, respeitando os afastamentos estipulados na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;” (NR)

Art. 6º Fica acrescido § 3º ao art. 47, com a seguinte redação:

“Art. 47 (...)

§ 3º As faixas sanitárias de rios canalizados a céu aberto devem ser mantidas livres de edificações e com cobertura vegetal, sendo de responsabilidade do proprietário a manutenção da vegetação, devendo a construção dos muros obedecer ao recuo estabelecido para o afastamento, sendo autorizado a instalação de cercas ou gradis que permitam a livre passagem da água.” (NR).

Art. 7º O inciso IV do art. 54 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 (...)

IV – existência ou não de áreas de preservação permanente, faixas de domínio e faixas sanitárias.” (NR)

Art. 8º O inciso III do art. 58 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58 (...)

III – definição das áreas non aedificandi; (NR)

Art. 9º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 793, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418486

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 793, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 614, de 16 de dezembro de 2011, que institui a revisão do Plano Diretor Municipal de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 614, de 16 de dezembro de 2011, que institui a revisão do Plano Diretor Municipal de Concórdia, terá

dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º O art. 15 terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso X passa a vigorar com a seguinte redação:

“X – Implantar Áreas de Interesse Ecológico, especificadas no mapa do Anexo III desta Lei, cujas áreas apresentam características de risco ambiental como presença de escarpas, possibilidade de erosão, manutenção de nascentes e ou corpos d’água, manutenção de fragmentos de vegetação com presença de espécies nativas, e ainda, possibilidade de formação de corredor ecológico e/ou recuperação de áreas degradadas.” (NR)

II – fica acrescido inciso XI, com a seguinte redação:

“XI – desenvolver um Plano Paisagístico, incluindo o planejamento da arborização urbana e o incentivo às infraestruturas verdes, voltadas à melhoria da drenagem e da paisagem urbana;” (NR)

III – fica acrescido parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Para efetivar a implantação das áreas de que trata o inciso X deste artigo, deverá ser priorizada a implantação de parques urbanos em áreas apontadas como de interesse às bacias de percolação, para melhoria da drenagem urbana.” (NR)

Art. 3º O art. 101 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. Fazem parte integrante desta Lei os mapas constantes do Anexo I – Mapa do Macrozoneamento Urbano da Sede Municipal, do Anexo II – Mapa do Sistema Viário Urbano da Sede Municipal, do Anexo III – Áreas de Interesse Ecológico e Potenciais Parques Urbanos e do Anexo IV – Medidas Compensatórias Gerais de Responsabilidade do Poder Público.” (NR)

Art. 4º Ficam acrescidos Anexo III e Anexo IV, na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 5º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa
ANEXO ÚNICO

“ANEXO III

ÁREAS DE INTERESSE ECOLÓGICO E POTENCIAIS PARQUES URBANOS

ANEXO IV

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS GERAIS DE RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO

O cronograma de implantação das medidas foi organizado em curto, médio e longo prazo, correspondendo respectivamente a 5, 10 e 15 anos ou em ações continuadas.

Tipo	Medida	Encaminhamentos	Cronograma
Restauratória	Plano de Manejo de Matas Ciliares	O Município deverá coordenar o desenvolvimento de Plano de Manejo de Matas Ciliares, indicando áreas prioritárias à restauração, espécies a serem cultivadas e formas de manutenção das áreas de APP e faixas sanitárias.	Curto
Recuperatória	Desapropriação	Em caso de propriedades particulares que coincidam com áreas de interesse público para execução de obras fundamentais à contenção de cheias, previamente indicadas em estudos específicos, deverá ser encaminhado processo de desapropriação.	Médio
Recuperatória	Limpeza e fiscalização	Fica o Município responsável pela continuidade dos serviços de coleta de resíduos sólidos e varredura, limpeza periódica de galerias, canais de drenagem e cursos d'água. Assim como a fiscalização de condutas inadequadas em relação áreas de preservação permanente e faixas sanitárias, aplicando as multas cabíveis.	Ação Continuada
Recuperatória	Regulamentação da troca de potencial construtivo	Fica o Município autorizado a normatizar sobre a troca de potencial construtivo por área de recuperação de mata ciliar, por lei específica.	Curto
Mitigatória	Plano de Monitoramento e Alerta de Cheias	De forma articulada com a Defesa Civil, o Município coordenará o desenvolvimento de plano de monitoramento e alerta de cheias, antecipando eventos extremos, como inundações e riscos de deslizamentos e orientando a conduta da população.	Curto
Mitigatória	Plano de Recuperação dos Cursos de Água	Fica o Município autorizado a desenvolver medidas para prevenção de lixiviação, segmentação e assoreamento ao longo da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, de forma a prevenir a sua degradação.	Curto
Mitigatória	Conservação de Área de Interesse Ecológico	Fica o Município autorizado a regulamentar o perímetro das áreas de interesse ecológico – que devem ter sua vegetação nativa preservada, diretrizes para remoção de espécies exóticas e incentivos a formação de banco de sementes. Além da conservação da massa vegetal estas áreas poderão ser instrumentos para proteção de nascentes efêmeras. Os recursos provenientes de medidas indenizatórias, serão aplicados na conservação das Áreas de Interesse Ambiental.	Ação Continuada
Mitigatória	Plano de Arborização Urbana	Desenvolvimento de plano de arborização urbana, escolhendo espécies e afastamentos adequados a cada porte de via urbana e indicando faixas permeáveis de acordo com o dimensionamento das calçadas.	Curto
Mitigatória	Padronização de calçadas com faixas permeáveis	Normatização para o dimensionamento de calçadas pela hierarquia do sistema-viário, propondo faixas mínimas de permeabilidade e porte para vegetação (em conformidade com o Plano de Arborização Urbana)	Curto

Tipo	Medida	Encaminhamentos	Cronograma
Mitigatória	Definição de áreas permeáveis	As áreas permeáveis determinadas na legislação de uso e ocupação do solo devem ser livres de pavimentação de qualquer natureza.	Curto
Mitigatória	Determinação de cotas de cheias	Atualizar o estudo de cotas de inundação, definindo as áreas passíveis de inundação do Município. Caso as cotas de inundação excedam os limites estabelecidos para as faixas de afastamento das APPs, as medidas compensatórias podem ser estendidas para as áreas abrangidas pelas cotas determinadas.	Curto
Mitigatória	Implantação de infraestrutura verde	No momento de revitalização de vias urbanas e aprovação de novos loteamentos, o Município proporá a implantação de infraestruturas verdes que atuem na melhoria da drenagem urbana, considerando as biovaletas, os calçamentos permeáveis, os jardins de chuva e a arborização já prevista em medida anterior. Incentivar os proprietários a implantar infraestrutura verde em seus lotes. Recomenda-se que os incentivos aconteçam no ganho de potencial construtivo equivalente à área de infraestrutura verde implementada, limitado ao máximo de 30% da área total do terreno, na forma a ser regulamentada.	Longo
Mitigatória	Parque Urbano	Buscar a conversão das áreas não edificáveis de APPs e Faixas Sanitárias em Parques Urbanos. Priorizar a implantação de Parques Urbanos em áreas apontadas pelo PMSB como de interesse para a implantação de bacias de percolação.	Longo
Mitigatória	Atualização do cadastro de lotes urbanos e fiscalização de situações irregulares	Atualizar e complementar as informações cadastrais imobiliárias como base para fiscalização de situações irregulares.	Ação Continuada

”(NR)

LEI COMPLEMENTAR Nº 794, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418487

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**LEI COMPLEMENTAR Nº 794, DE 20 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações, o pagamento do auxílio-alimentação e a concessão de abono, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Sobre o valor do vencimento, salário, provento, pensão e bolsa de contraprestação pagos no mês de março de 2020, aos servidores públicos ativos e inativos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo Municipal e aos estagiários, incidirá o percentual de 6% (seis por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata o caput deste artigo é composto de:

I – revisão geral, no percentual equivalente a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada no período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020;

II – reajuste, no percentual correspondente à diferença da inflação acumulada no período, descrito no inciso I deste artigo, para o

percentual de 6% (seis por cento).

Art. 2º Para os subsídios dos agentes políticos, a revisão fica limitada a 100% (cem por cento) da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de 1º de março de 2019 a 29 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Os benefícios previdenciários que não são revistos de forma paritária, para os fins que dispõe o § 8º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e demais situações previstas na mesma, serão reajustados de forma a preservar o valor real, na mesma data e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º O auxílio-alimentação instituído pela Lei Complementar nº 730, de 6 de abril de 2017 e alterações, terá o valor mensal de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), a ser pago em pecúnia na folha de pagamento, a partir de abril de 2020.

Art. 5º Será concedido abono de R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais), em parcela única, no mês de dezembro de 2020, aos servidores ativos integrantes dos Quadros de Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta, com exceção dos estagiários e agentes políticos.

§ 1º O abono será concedido, também:

I – aos contratados para atender necessidade temporária de excepcional interesse público;

II – aos servidores que estiverem em gozo de férias ou licença, com exceção das licenças para acompanhar cônjuge ou companheiro, ou para tratar de interesses particulares.

§ 2º Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o abono corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 3º O abono tem caráter indenizatório, sem incidência de encargos e será pago proporcional aos meses de exercício, sendo que, a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 6º Será concedido abono, de caráter indenizatório aos inativos, aposentados e pensionistas do Município, na seguinte forma:

I – R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais), em parcela única, no mês de dezembro de 2020;

II – R\$ 70,00 (setenta reais), nos meses de maio, julho, setembro e novembro de 2020 e janeiro e março de 2021.

Parágrafo único. O abono de que trata o inciso I deste artigo, somente será concedido uma vez, em caso de servidor inativo em exercício de outro cargo na Administração Municipal.

Art. 7º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 795, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418488

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 795, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Amplia o número de vagas do cargo de Médico Comunitário, constante no Anexo Único da Lei Complementar nº 198, de 26 de junho de 2001 e alterações, que trata do Programa Saúde da Família.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ampliado de "13" para "17" o número de vagas do cargo de Médico Comunitário – Clínico Geral, constante no Número de Ordem 4 do Anexo Único da Lei Complementar nº 198, de 26 de junho de 2001 e alterações, que dispõem sobre cargos para implantação do Programa Saúde da Família.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

GEOVANI BEDIN
Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 796, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418491

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 796, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Altera o número de vagas de cargos constantes no Anexo Único da Lei Complementar nº 464, de 22 de setembro de 2006 e alterações, que dispõem sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, objetivando a implementação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o número de vagas de cargos constantes no Anexo Único da Lei Complementar nº 464, de 22 de setembro de 2006 e alterações, que dispõem sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, objetivando a implementação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, na forma abaixo:

I – Motorista Socorrista: de "5" para "7" vagas;

II – Técnico de Enfermagem do SAMU: de "6" para "8" vagas.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal da Fazenda	GEOVANI BEDIN Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 797, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418493

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 797, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Altera o número de vagas de cargos constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, instituem novos Padrões de Vencimento e estabelecem normas gerais de enquadramento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o número de vagas de cargos constantes no Anexo I – Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, instituem novos Padrões de Vencimento e estabelecem normas gerais de enquadramento, na forma abaixo:

I – Agente de Controle Interno: de “4” para “6” vagas;

II – Agente Social: de “5” para “8” vagas;

III – Arquiteto: de “6” para “7” vagas;

IV – Assistente Social: de “14” para “16” vagas;

V – Engenheiro: de “16” para “20” vagas;

VI – Farmacêutico: de “10” para “14” vagas;

VII – Fiscal de Obras e Posturas: de “7” para “10” vagas;

VIII – Contador: de “5” para “7” vagas.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal da Fazenda

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.336, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418474

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.336, DE 10 DE MARÇO DE 2020.

Denomina via pública do Loteamento Pierozan, do Bairro Fragosos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Pierozan, no Bairro Fragosos, passa a denominar-se Rua Archimiede Pioresan.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.337, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418475

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.337, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Ratifica a terceira alteração e consolidação do Protocolo de Intenções firmada entre os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ratificada a terceira alteração e consolidação do Protocolo de Intenções firmada entre os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, em 28 de novembro de 2019.

Parágrafo único. A ratificação de que trata este artigo é sem reservas, nos termos do Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2020.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

CONSÓRCIO LAMBARI
Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, é um Consórcio Público, constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar sala nº 121 – Edifício Mirage Offices – centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, por intermédio dos seus municípios consorciados, reunidos em assembleia no dia 28 de novembro de

2019, de comum acordo firmam a TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, na forma da Lei Federal nº. 11.107/05, de seu do Decreto Federal nº 6.017/07, e das demais disciplinas legais aplicáveis a matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas:

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º O Consórcio de Municípios se denominará de CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, e terá denominação fantasia de "CONSÓRCIO LAMBARI".

Art. 2º O Consórcio LAMBARI é constituído como uma associação pública, com personalidade jurídica de direito público, nos termos do art. 6º, §1º da Lei Federal nº 11.107/2005, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Parágrafo único. O Consórcio LAMBARI reger-se-á pelo presente Protocolo de Intenções, pelo Contrato de Consórcio e Estatuto Social, pela Lei Federal nº 11.107/2005 e alterações, pelo Decreto Federal nº 6.017/07 e demais legislações pertinentes a matéria.

CAPÍTULO II

DO PRAZO DE DURAÇÃO, DA SEDE E FORO

Art. 3º O Prazo de duração é indeterminado.

Parágrafo único. A alteração ou extinção do consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, previamente autorizado e ratificado através de lei dos municípios consorciados.

Art. 4º A sede é no Município de Concórdia, a Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices, sala nº 121, centro, Concórdia, Estado de Santa Catarina, podendo ser transferida para outro local pelo voto de, no mínimo, dois terços dos integrantes da Assembléia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 5º Para dirimir as questões oriundas do presente protocolo de intenções ou qualquer outro instrumento e que não forem resolvidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

TÍTULO II

DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, DA ÁREA DE ATUAÇÃO E DOS OBJETIVOS

CAPÍTULO I

DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Art. 6º O CONSÓRCIO LAMBARI é constituído pelos seguintes Municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE:

I – Alto Bela Vista;

II – Arabutã;

III – Concórdia;

IV – Ipira;

V – Ipumirim;

VI – Irani;

VII – Itá;

VIII – Jaborá;

IX – Lindóia do Sul;

X – Peritiba;

XI – Piratuba;

XII – Presidente Castello Branco;

XIII – Seara; e

XIV – Xavantina.

Art. 7º Esta terceira alteração do Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 3 (três) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Parágrafo único. A qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, é facultado o ingresso de novos municípios no CONSÓRCIO LAMBARI, através de termo aditivo, firmado entre o Presidente do Consórcio e pelo município interessado.

Art. 8º. O prazo de subscrição do protocolo de intenções será de até dois anos, e o ingresso de novos sócios dependerá de autorização legislativa das Câmaras Municipais de Vereadores dos municípios integrantes.

Art. 9º Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do art. 6º deste Protocolo de Intenções, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

CAPÍTULO II

DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 10. A área de atuação do Consórcio Lambari é formada pela totalidade das superfícies dos Municípios consorciados, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para a finalidade a que se propõe.

Art. 11. Em caso de interesse dos municípios consorciados, o CONSÓRCIO LAMBARI poderá exercer atividades fora da sua área de abrangência, condicionado a aprovação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO III

DO OBJETIVO PRINCIPAL, DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DOS MEIOS

Seção I

Do objetivo principal

Art. 12. O Consórcio LAMBARI tem por objetivo principal a união dos municípios da região do Alto Uruguai Catarinense para o desenvolvimento regional, através das relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, a fim de proporcionar melhoria nas condições ambientais da região, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados.

Seção II

Dos objetivos específicos

Art. 13. Os objetivos específicos do Consórcio LAMBARI, são:

I – Executar a prestação de serviços técnicos aos municípios consorciados, especialmente nas seguintes áreas:

- a) assessoria Administrativa, Contábil, Financeira, Tributária, Movimento Econômico e Jurídica;
- b) engenharia, Arquitetura, Topografia e correlatos;
- c) vigilância Sanitária, Epidemiológica e de Saúde do Trabalhador;
- d) licenciamento ambiental para obras e serviços públicos, junto aos órgãos competentes;
- e) assistência Social e Segurança Alimentar Nutricional;
- f) planejamento e Gestão Urbana e Rural;
- g) licitações compartilhadas;
- h) tecnologia da Informação;
- i) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembleia Geral;

II – Executar e auxiliar em serviços públicos de interesse ou de competência dos municípios, através de autorização, delegação ou concessão, nas seguintes áreas:

- a) meio Ambiente;
- b) agricultura;
- c) vigilância Sanitária Animal (SISBI/SUASA);
- d) infraestrutura urbana e rural;
- e) limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos;
- f) iluminação pública;
- g) outras áreas que forem demandadas e decididas em Assembleia Geral.

III - prestação de suporte técnico para análise de projetos, avaliação de impactos ambientais, acompanhamento de vistorias e demais atividades sem caráter decisório a órgãos ambientais municipais responsáveis pelas ações administrativas de meio ambiente, concernentes ao licenciamento, à autorização e à fiscalização de atividade e empreendimentos causadores ou potencialmente causadores de impacto local, em conformidade com o Programa de Licenciamento Ambiental Integrado - PROLAI;

Seção III

Dos meios para cumprir seus objetivos

Art. 14. O CONSÓRCIO LAMBARI, tem natureza multifinalitária, e para cumprir seus objetivos poderá:

I – planejar, adotar e executar planos, programas e projetos destinados ao cumprimento dos objetivos do Consórcio;

II – desenvolver programas ou adotar medidas destinadas à recuperação e preservação das fontes de abastecimento de água, do tratamento e destinação dos resíduos sólidos nos Municípios que integram este consórcio;

III – identificar e estabelecer linhas de incentivos e suporte para empreendimentos econômicos e ambientais através de acordos institucionais entre as administrações municipais consorciadas;

IV – desenvolver ações coordenadas para a ocupação do espaço territorial dos municípios associados, de forma ordenada e sistêmica, no tocante a instalação de empreendimentos empresariais, execução de serviços e atividades de interesse dos Municípios, relacionados ao meio ambiente e outras;

V – incentivar o uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, incluindo planejar, assessorar ou executar ações de proteção e gestão do meio ambiente, proteção de florestas, da fauna e da flora, bem como a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, monumentos, paisagens naturais e sítios arqueológicos;

VI – prestar serviços técnicos aos municípios, para elaboração de cadastro, controle, apoio à fiscalização e licenciamento ambiental de competência dos municípios consorciados;

VII – constituir fundos mútuos em contas bancárias vinculadas e específicas para cada um dos programas e projetos de interesse dos Municípios, isoladamente ou em parceria, visando a instalação, o desenvolvimento, a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos Municípios consorciados;

VIII – intermediar ou promover parcerias com instituições nacionais ou internacionais de qualquer origem, que visem a captação ou repasse de recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das atividades do CONSÓRCIO LAMBARI, que venham a promover e melhorar a qualidade de vida da população dos Municípios consorciados;

IX – contrair empréstimos financeiros nacionais e internacionais com a finalidade de financiar e fomentar a instalação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais nos Municípios consorciados;

X – adquirir bens móveis, imóveis, instalações e equipamentos para implantação de empreendimentos econômicos, sociais e ambientais, transferindo-os em forma de comodato, executar alienações ou locações à empreendedores, investidores ou instituições localizados nos municípios consorciados para as finalidades e objetivos a que se propõem o CONSÓRCIO LAMBARI;

XI – prestar serviços técnicos especializados em formação e gestão pública, estudos de viabilidade e de mercado, auditoria e análise de gestão dos empreendimentos empresariais, sociais e ambientais instalados, com a utilização dos incentivos fiscais, materiais e financeiros, objeto do presente Consórcio;

XII – interceder e promover ações para o desenvolvimento de atividades que visem o crescimento econômico, social e ambiental dos Municípios nas áreas do turismo, lazer, qualificação, valorização e incremento das potencialidades, oportunidades e produtos locais e regionais da área de abrangência deste consórcio;

- XIII – acompanhar e orientar as empresas para o crescimento do valor agregado e o resultado econômico nos Municípios e microrregião;
- XIV – organizar, subsidiar e incentivar a participação em exposições, feiras, eventos e atividades de interesse do CONSÓRCIO LAMBARI e dos Municípios consorciados;
- XV – constituir e participar de sociedades, empresas ou organizações públicas ou privadas, cujo objetivo seja o desenvolvimento econômico, social e ambiental nos Municípios consorciados;
- XVI – contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/1993.
- XVII – proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, especialmente na seleção, gestão, capacitação e treinamento de pessoal dos setores de educação, esportes, cultura, saúde, trabalho e ação social, habitação, saneamento, recursos hídricos, resíduos sólidos, agricultura, meio ambiente, indústria, comércio, turismo, abastecimento, transporte, comunicação e segurança;
- XVIII – prestar suporte e executar ações de integração das administrações tributárias dos municípios, podendo representá-las perante as administrações tributárias da União e dos Estados, instituir conselhos contribuintes regionalizados, realizar julgamento em instância administrativa de recursos fiscais suscitados diante da aplicação de legislação tributária municipal, estabelecer programas de fiscalização tributária conjunta, e propor políticas regionalizadas de incentivos fiscais;
- XIX – executar ações de assistência social e de segurança alimentar nutricional, atendidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- XX – apoiar o planejamento e a gestão urbana e territorial intermunicipal, inclusive regularização fundiária, política habitacional e mobilidade urbana;
- XXI – executar ações, projetos e programas de defesa agropecuária atendidos aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SISBI/SUASA;
- XXII – executar ações para atuar nos diversos meios de comunicação, como internet, rádio, televisão, jornais, visando o cumprimento do princípio da publicidade e transparência da administração pública, para divulgação de programas e ações institucionais do consórcio e dos municípios consorciados;
- XXIII – executar estudos, projetos técnicos e serviços de engenharia, arquitetura, topografia, e correlatos;
- XXIV – desenvolver ou prestar ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador;
- XXV – firmar convênios, contratos e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais e econômicas de outras entidades e órgãos de governo, seja no âmbito federal ou estadual;
- XXVI – instituir, Fundos Intermunicipais para recebimento e aplicação de recursos financeiros oriundos de entes federados, do setor privado, de compensações financeiras e de doações de outras fontes, inclusive de instituições de outros países, visando o desenvolvimento de ações para cumprimento de seus objetivos e finalidades;
- XXVII – efetuar credenciamento e realizar licitações compartilhadas em favor dos municípios consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos municípios consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os municípios;
- XXVIII – realizar licitações de concessões públicas e parcerias público privadas e fiscalizar contratos de concessão de serviços públicos de competência dos municípios consorciados, nos termos da legislação em vigor;
- XXIX – instituir banco de informação de fornecedores e registros cadastrais de licitantes e contratantes do consórcio e dos municípios consorciados, inclusive implementar e informar o cadastro de empresas e pessoas físicas inidôneas, suspensas ou impedidas de contratar e licitar com a Administração Pública, nos termos da legislação em vigor;
- XXX – instituir mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços públicos prestados pelo consórcio ou por seus municípios consorciados à população.

Parágrafo Único. No caso de contrato firmado com um ou mais municípios para fornecer bens ou prestar serviços específicos, deverá estabelecer forma a impedir que sejam custeados pelos demais municípios que não participam do contrato.

TÍTULO III

DOS DIREITOS, DEVERES DOS MUNICIPIOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Art. 15. Constituem-se direitos dos Consorciados:

I – participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II – votar e ser votado para os cargos do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal nas condições estabelecidas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto;

III – propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos municípios e ao aprimoramento do consórcio.

Art. 16. Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir dos demais consorciados o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou Estatuto.

CAPÍTULO II**DOS DEVERES**

Art. 17. Constituem deveres dos consorciados:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo de Intenções, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;

II – acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o Contrato de programa e o Contrato de Rateio;

III – cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores.

TÍTULO IV**DA ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO E ATRIBUIÇÕES DE SUAS INSTÂNCIAS****CAPÍTULO I****DA ADMINISTRAÇÃO DO CONCÓRCIO**

Art. 18. A administração do Consórcio Lambari será exercida por:

I- Assembleia Geral;

II- Conselho de Administração;

III- Presidente;

IV- Conselho Fiscal; e

V- Diretoria Administrativa.

CAPÍTULO II**DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTÂNCIAS DO CONSÓRCIO****Seção I****Da Assembleia Geral**

Art. 19. A assembleia geral é a instância máxima de decisão do Consórcio Lambari, sendo que o voto de cada titular será singular, independentemente dos investimentos feitos no Consórcio.

Art. 20. Os municípios que integram o Consórcio Lambari terão direito a um membro titular e um suplente na Assembleia Geral, que terão voto desde que em dia com seus compromissos financeiros com o Consórcio e demais obrigações estatutárias.

§ 1º O membro titular é o Prefeito Municipal e, o membro suplente, o Vice-Prefeito, que terá vez e voto na falta daquele.

§2º Poderão participar da assembleia geral os representantes das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho Municipais – GTM, sem direito a voto.

Art. 21. As decisões serão tomadas por maioria simples dos municípios consorciados presentes, com exceção as previstas no presente

protocolo e no estatuto social.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas por voto aberto ou por aclamação.

Art. 22 A assembleia geral ordinária deverá ser convocada pelo Presidente com antecedência de no mínimo 7 (sete) dias úteis, e assembleia extraordinária com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, publicada no órgão de imprensa oficial do Consórcio e comunicada diretamente aos municípios consorciados.

Parágrafo único. Na omissão do Presidente ou por interesse fundamentado poderá ser convocada assembleia geral extraordinária por no mínimo 1/5 (um quinto) dos municípios consorciados.

Art. 23. Compete a Assembleia Geral deliberar sobre os assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do CONSÓRCIO LAMBARI, em especial;

I – homologar o ingresso no Consórcio, de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II – estabelecer orientação superior do Consórcio, promovendo e recomendando estudos e soluções para os problemas administrativos, econômicos, sociais e ambientais dos entes consorciados;

III – aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

IV – aprovar a elaboração ou alteração:

a) do protocolo de intenções;

b) do contrato de consórcio;

c) estatuto social;

d) contratos de programa;

e) contratos de gestão;

f) termos de parceria e gestão associada de serviço público;

g) contratos de rateio;

h) regimento interno e regulamento do processo administrativo disciplinar do consórcio;

i) plano de carreira;

V – eleger ou destituir os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

VI – autorizar o Presidente contratar ou exonerar os empregados públicos que integram a Diretoria Administrativa;

VII – aprovar o programa anual de trabalho proposto pelo Conselho de Administração;

VIII – autorizar operações de crédito;

IX – decidir sobre a revisão e o reajuste de valores devidos ao consórcio pelos consorciados por meio de contrato de rateio;

X – a alienação e a oneração de bens do consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

XI – autorizar o reajuste e revisão de salários e dos empregados públicos do Consórcio, caso o Conselho de Administração não estabeleça;

XII – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XIII – celebração de convênios e contratos de programa;

XIV – apreciar o pedido de retirada de município consorciado;

XV – homologar as decisões do Conselho Fiscal;

XVI – aceitar a cessão de servidores por ente federado consorciado ou conveniado ao consórcio;

XVII – apreciar e sugerir medidas sobre a melhoria dos serviços prestados pelo consórcio e o aperfeiçoamento das relações do consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas;

XVIII – extinguir o Consórcio na forma prevista no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na legislação em vigor;

XIX – deliberar sobre outros assuntos de interesse do Consórcio Lambari, que forem submetidos à Assembleia Geral.

Art. 24. Sob pena de ineficácia das decisões tomadas em Assembleia Geral, a íntegra da ata será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet e no órgão de Imprensa Oficial.

Parágrafo único. Considera-se Órgão de Imprensa Oficial do Consórcio Lambari o Diário Oficial do Municípios – DOM, mantido pela Federação dos Municípios de Santa Catarina ou outro órgão oficial que venha substituí-lo, mediante autorização da Assembleia Geral.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 25. O Conselho de Administração do Consórcio Lambari será composto por Presidente, Primeiro Vice-Presidente e Segundo Vice-Presidente, eleito em Assembleia Geral, para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Art. 26. A eleição do Conselho será realizada entre a segunda quinzena do mês de novembro e a primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano, para o exercício seguinte, assumindo automaticamente em 1º de janeiro.

§ 1º A eleição será por voto aberto e havendo apenas uma chapa poderá ocorrer por aclamação.

§ 2º No caso de empate será declarado eleito o mais idoso.

§ 3º O Presidente será substituído em caso de vaga, falta, impedimento ou desincompatibilização, pelo 1º Vice-Presidente e assim sucessivamente.

§ 4º Em caso de renúncia de membro do Conselho ou impedimento legal, será realizada nova eleição no período de 15 (quinze) dias, para completar o mandato.

§ 5º Durante o eventual período em que os cargos do Conselho estiverem vagos a Presidência será exercida pelo Prefeito mais idoso.

Art. 27. O Conselho de Administração exercerá suas funções estabelecidas neste protocolo com o apoio da Diretoria Administrativa, podendo reunir-se sempre que convocado pelo Presidente, para:

I – discutir, avaliar, propor e homologar as decisões e ações do Presidente;

II – autorizar a venda de bens móveis;

III – contratar e demitir empregados do Consórcio, observadas as disposições deste protocolo;

IV – conceder a revisão geral de salários, bem como reajuste dos salários dos empregados públicos do Consórcio, desde que as dotações orçamentárias o suportem;

V – deliberar sobre assuntos de ordem administrativa e financeira apresentados pelo Presidente, desde que não sejam prerrogativas previstas para a Assembleia Geral.

Seção III

Do Presidente

Art. 28. O Presidente do Conselho de Administração é o representante legal do Consórcio perante a União, os Estados e Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, instituições e empresas públicas ou privadas, para tratar de assuntos relacionados com as finalidades previstas nesse Protocolo de Intenções.

Art. 29. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I – convocar a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;

II – convocar reunião do Conselho de administração;

III – presidir as reuniões com voto de qualidade;

IV – representar o Consórcio Lambari ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos, convênios e acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas, bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad iudicia”, mediante decisão do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, conforme o caso;

V – movimentar, em conjunto com o Diretor Administrativo, as contas bancárias e os recursos;

VI – contratar os empregados, após o devido concurso público;

VII – demitir empregados, observado as disposições previstas nos arts. 50 e 51 deste protocolo;

VIII – contratar ou demitir integrantes da Diretoria Administrativa, mediante autorização da Assembleia Geral;

IX – prestar contas aos órgãos públicos ou privados, concessionários dos auxílios, subvenções e contribuições que o Consórcio Lambari venha a receber.

Art. 30. Compete ao Primeiro e Segundo Vice-Presidente:

I – auxiliar o Presidente no exercício de suas funções; e

II – substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, pela ordem.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 31. O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três membros suplentes, dentre os integrantes da Assembleia Geral, eleitos na mesma data para o mandato e critérios estabelecidos para eleição do Conselho de Administração.

Art. 32. Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar a contabilidade do Consórcio Lambari;

II – acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras da atividade;

III – exercer o controle de gestão e dos objetivos do Consórcio Lambari;

IV – emitir parecer sobre o plano de atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos a Assembleia Geral pelo Conselho de Administração;

V – emitir parecer sobre propostas de alterações do presente Estatuto.

Seção V

Da Diretoria Administrativa

Art. 33. A Diretoria Administrativa é constituída por um Diretor Administrativo, um Assessor Jurídico, um Coordenador de Programas de Educação Ambiental, um Coordenador de Licenciamento Ambiental e um Coordenador de Projetos, Planos e Convênios.

§ 1º Os empregos públicos que integram a Diretoria Administrativa são considerados em comissão, destinados as funções de direção, chefia e assessoramento, com as atribuições descritas no Anexo III deste protocolo.

§ 2º Os empregados públicos da Diretoria Administrativa são de livre admissão e demissão, e perceberão a remuneração estabelecida no Anexo II deste protocolo.

TÍTULO V

DO QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS, DO REGIME DE TRABALHO, FORMAS DE PROVIMENTO, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS, DA PROMOÇÃO E INDENIZAÇÕES E DAS CONDIÇÕES PARA INGRESSO NO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Seção I

Da composição

Art. 34. O quadro de empregos públicos do consórcio é composto pelos empregados públicos constantes nos Anexos do Protocolo de Intenções, sendo:

I – ANEXO I – Quadro de empregos do Consórcio Lambari - quadro em extinção;

II – ANEXO II – Quadro de empregos públicos;

III – ANEXO III – Atribuições dos empregos públicos;

IV– ANEXO IV – Quadro de empregos públicos – PROGRAMA PROLAÍ;

V – ANEXO V – Atribuições dos empregos públicos do PROGRAMA PROLAÍ.

§ 1º O número de vagas será limitado a demanda administrativa e técnica do Consórcio.

§ 2º Os empregados contratados antes da vigência do Decreto Federal nº 6.017/2007, constantes no Anexo I, permanecem no quadro de empregados do Consórcio nas condições em que foram contratados, podendo assumir empregos públicos em comissão.

Seção II

Das definições

Art. 35. Para fins deste Protocolo de Intenções considera-se:

I – Agente Público: agente público é toda pessoa que presta um serviço público, sendo funcionário público ou não, sendo remunerado ou não, sendo o serviço temporário ou não;

II – Emprego Público: conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao empregado público, com denominação própria, em número de vagas determinado e remuneração previamente estabelecida, para admissão por tempo indeterminado, em comissão ou para contratação temporária, de acordo com a área de atuação e formação;

III – Emprego Público em comissão: emprego de livre admissão e demissão, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos;

IV – Emprego Público permanente: emprego cuja admissão se dá mediante seleção e aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, destinado a suprir as necessidades técnicas do consórcio público;

V – Emprego Público temporário: emprego cuja contratação se dá em caráter temporário, mediante contratação por prazo determinado, destinado à atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público previstas neste Protocolo de Intenções, Contrato de Programa e no Estatuto;

VI – Função gratificada: consiste em um conjunto de atribuições especiais assumidas em caráter excepcional e temporário por ocupantes de emprego público permanente, em acréscimo àquelas inerentes aos postos titularizados;

VII – Remuneração: salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e no Estatuto;

VIII – Salário: retribuição pecuniária básica pelo exercício de emprego público, com valor mensal, reajustáveis na forma deste Protocolo de Intenções, Contrato e Estatuto do Consórcio Público;

IX – Padrões de Salário: o valor do salário atribuído ao emprego público, previstos nos anexos que integram este protocolo;

X – Carreira: desenvolvimento funcional do empregado ocupante de emprego público permanente através de promoções;

XI – Promoção Funcional: deslocamento do empregado permanente de uma referência salarial para outra dentro do mesmo emprego, nos termos deste Protocolo de Intenções;

XII – Interstício: o lapso de tempo mínimo fixado para que o empregado permanente se habilite às promoções;

XIII – Promoção: é a passagem do empregado permanente de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, observados, cumulativamente, os interstícios mínimos e a participação de cursos de atualização e aperfeiçoamento;

XIV – Vaga: Emprego desocupado definitivamente ou provisoriamente, ou emprego novo criado e ainda não preenchido.

CAPÍTULO II

DO REGIME DE TRABALHO, FORMAS DE PROVIMENTO, REMUNERAÇÃO, DA PROMOÇÃO E INDENIZAÇÕES

Seção I

Do regime de trabalho e provimento

Art. 36. Os empregados públicos do Consórcio Lambari são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência (INSS).

Art. 37. A contratação dos empregados do Consórcio depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, exceto os cargos da Diretoria Administrativa considerados cargos de confiança do Conselho de Administração, nos termos do art. 37 da

Constituição Federal.

Seção II

Da remuneração

Art. 38. O valor dos salários dos empregados públicos do Consórcio obedecerá, sempre que possível, a média paga pelos municípios consorciados para cargos equivalentes.

Art. 39. Os valores dos salários dos empregos públicos são os constantes nos Anexos deste Protocolo de Intenções, assegurada a revisão geral anual no mês de março de cada ano, no percentual equivalente ao da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, acumulado no período de 1º de março do ano anterior a 28 de fevereiro do ano em curso.

§ 1º Além da revisão geral, ao critério do Conselho de Administração poderá ser concedido reajuste dos salários dos empregados públicos do Consórcio, desde que as dotações orçamentárias a suportem.

§ 2º O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da jornada de trabalho regular estabelecida para o emprego público permanente, sendo que esta poderá ser reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com a redução proporcional da remuneração, a critério do Conselho de Administração e com a concordância do empregado público, no caso do empregado estar em exercício do cargo.

Art. 40. Além do salário serão pagas aos empregados públicos as verbas trabalhistas na forma estabelecida pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, como:

I – décimo terceiro salário;

II – férias e adicional de férias;

III – adicional por serviço extraordinário ou acumulação de função;

IV – adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V – adicional noturno.

Seção III

Da promoção

Art. 41. O desenvolvimento da carreira do empregado público permanente dar-se-á por meio de promoções.

Art. 42. Promoção é a passagem do empregado público permanente de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior, observados, cumulativamente:

I – os interstícios mínimos e percentuais;

II – as participações em cursos de atualização ou aperfeiçoamento afins ao emprego para o qual foi concursado.

Parágrafo único. O Plano de Carreira para efeitos de promoção será estabelecido por resolução do Conselho de Administração, mediante aprovação da Assembleia Geral.

Seção IV

Da indenização e auxílios não incorporáveis

Art. 43. Conceder-se-á indenização a título de hospedagem e alimentação, denominada diária, ao empregado público que realizar despesas para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, sempre que for necessário pernoitar em cidade distinta da do local de trabalho, paga em razão do número de pernoites, em valor a ser fixado por resolução da Presidência, homologado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Nos casos de locomoção do empregado que não demandar pernoite em cidade distinta da do local de trabalho, a indenização a título de alimentação far-se-á por ressarcimento das despesas realizadas, mediante comprovação fiscal.

Art. 44. A Assembleia Geral poderá conceder aos empregados auxílios não incorporáveis ao salário, a exemplo de auxílio alimentação, para custeio de plano de saúde, observadas as determinações legais e orçamentárias.

Art. 45. As vantagens pecuniárias e indenizações não serão acumuladas e nem agregadas para efeito salarial.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES PARA INGRESSO NOS EMPREGOS PÚBLICOS E DA VACÂNCIA DOS EMPREGOS PÚBLICOS**Seção I****Dos requisitos**

Art. 46. São requisitos básicos para ingresso nos empregos públicos:

I – nacionalidade brasileira;

II – pleno gozo dos direitos políticos;

III – quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego;

V – requisitos especiais para exercício do emprego, quando houver;

VI – idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII – aptidão física e mental;

VIII – outros previstos no edital de concurso público.

Seção II**Do concurso público e normas do edital**

Art. 47. O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em etapas, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período.

Art. 48. Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente e pelo Diretor Administrativo.

§ 1º Cópia do edital será entregue a todos os entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

§ 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet - bem como, na forma de extrato, publicado na imprensa oficial.

Art. 49. Observar-se-ão, na realização do concurso público, as seguintes normas:

I – a abertura de concurso se dará por edital, publicado no órgão oficial de publicações do consórcio, onde constarão:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) as atribuições de cada um dos empregos;
- c) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e se for o caso, os títulos exigidos;
- d) o prazo e as condições para inscrição e admissão no emprego;
- e) tipo, natureza e conteúdo programático das provas;
- f) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- g) os limites de pontos ou notas atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- h) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- i) a época da realização das provas, constando o dia, horário e local;
- j) o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II – aos candidatos serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, por meio de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais e homologação do resultado do concurso público.

Seção III

Da vacância dos empregos públicos

Art. 50. A vacância do emprego público decorrerá do implemento de condições legalmente estabelecidas, inclusive:

I – aposentadoria;

II – falecimento;

III – demissão;

IV – término do prazo contratual ou rescisão antecipada do contrato, nos casos de contratação temporária;

Art. 51. A demissão será aplicada ao empregado permanente, a bem do serviço público, em virtude de:

I – Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

II – sentença judicial transitada em julgado;

III – não satisfeitas as condições do contrato de experiência;

IV – processo administrativo disciplinar em que reste comprovada a justa causa para rescisão do contrato, nos termos da legislação trabalhista;

V – razões de interesse público, devidamente motivadas, sem prejuízo das indenizações previstas na legislação trabalhista;

VI – diminuição da demanda do serviço para o qual o empregado foi contratado que justifique a demissão;

VII – extinção do emprego público;

VIII – A pedido do empregado.

§ 1º No caso de extinção do emprego público, o empregado terá rescindido automaticamente seu contrato de trabalho, não possuindo direito à disponibilidade remunerada ou aproveitamento em qualquer outro emprego público do consórcio ou dos entes consorciados.

§ 2º Enquanto o Consórcio Iambari não dispor do Regulamento de Processo Administrativo Disciplinar, poderá se valer da Lei Federal nº 8.112, de 19/4/1991, no que couber.

TÍTULO VI

DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO E DA CEDÊNCIA DE SERVIDORES POR ENTE CONSORCIADO

CAPÍTULO I

DA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Art. 52. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil, através de processo seletivo simplificado e nas seguintes situações:

I – até que se realize concurso público;

II – até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que se vierem a vagar;

III – na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

IV – para atender demandas do serviço, com programas e convênios;

V – assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

VI – realização de levantamentos cadastrais e sócio-econômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

VII – execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

VIII – houver suficiência de dotação orçamentária.

§ 1º Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo o salário inicial para o respectivo cargo.

§ 2º As contratações temporárias terão prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 3º As contratações temporárias também poderão ser feitas por análise curricular, mediante decisão fundamentada do Conselho de Administração.

Art. 53. O contrato temporário extinguir-se-á:

I – pelo término do prazo contratual, sem direito a indenização;

II – por iniciativa do contratado, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização;

III – por iniciativa do consórcio, antes do término do prazo contratual e sem direito a indenização.

§ 1º A extinção do contrato, no caso do inciso II, o contratado deverá comunicar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente ao valor do salário, na proporção do número de dias faltantes para o cumprimento do prazo.

§ 2º A extinção do contrato nos termos do inciso III, somente poderá ocorrer em razão de interesse público devidamente justificado, e importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 30(trinta) dias do salário estabelecido no contrato.

CAPÍTULO II

DA CEDÊNCIA DE SERVIDORES POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 54. Os municípios consorciados ou os com eles conveniados poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

§ 1º Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedido adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos em resolução do Conselho de Administração.

§ 2º O pagamento de adicionais ou gratificações não configura vínculo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

§ 3º Na hipótese de o ente consorciado assumir o ônus da cessão do servidor, tais pagamentos poderão ser contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com suas obrigações.

TÍTULO VII

DOS ÓRGÃOS DE APOIO E DAS ATRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS DE APOIO

Art. 55. O Consórcio Lambari contará com os seguintes órgãos de Apoio:

I – Câmaras Técnicas;

II – Grupos de Trabalho Municipais – GTM.

Seção I

Das Câmaras Técnicas

Art. 56. As Câmaras Técnicas são compostas, preferencialmente, por servidores municipais, funcionários ou empregados das instituições públicas e privadas que participam direta ou indiretamente do Consórcio Lambari, sendo coordenada por um de seus membros.

Art. 57. Compete às Câmaras Técnicas:

I – assessorar o Conselho de Administração, a Direção Administrativa e os GTM;

II – elaborar as políticas, diretrizes e planos de atividades, programas de trabalhos, estudos e projetos executivos e propostas orçamentárias anuais e plurianuais, a serem submetidos ao Conselho de Administração;

III – propor a contratação de serviços de terceiros, convênios e normas de relacionamento com órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e internacionais.

Seção II

Dos Grupos de Trabalho Municipais

Art. 58. Os Grupos de Trabalho Municipais são formados, em cada município, por representantes do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, da Sociedade Civil Organizada e da iniciativa privada.

Art. 59. Compete aos Grupos de Trabalho Municipais:

I – promover o Consórcio Lambari nas diversas comunidades municipais, urbanas e rurais;

II – identificar, em conjunto com as comunidades municipais, suas realidades econômicas, sociais e ambientais;

III – propor, em conjunto com as comunidades municipais, formas de resolução de seus problemas;

IV – fornecer ao Conselho de Administração e a Diretoria Administrativa as informações sobre a execução dos trabalhos que estão sendo realizados nos municípios pelo Consórcio;

V – fornecer ao corpo técnico do Consórcio, as informações necessárias ao bom desempenho de seu trabalho;

VI – executar, no âmbito municipal, as tarefas que forem definidas pela Câmara Técnica e pela administração do Consórcio;

VII – participar da elaboração e implementação das propostas e projetos a serem executados nos municípios consorciados;

VIII – integrar e compatibilizar as ações do Consórcio Lambari, com as demais ações desenvolvidas nos municípios consorciados, pela administração direta ou indireta e outros órgãos de atuação no município.

TÍTULO VIII

CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA E GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

CAPÍTULO I

DO CONTRATO DE GESTÃO E TERMO DE PARCERIA

Art. 60. O Consórcio Lambari poderá firmar Contrato de Gestão obedecendo, no que couber, os termos da Lei 9.649/1998, e celebrar Termo de Parceria, na forma da Lei nº 9.790/1999, ficando a cargo do Conselho de Administração a elaboração dos mesmos, submetidos à apreciação da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal finalidade.

Parágrafo único. Tanto o Contrato de Gestão como o Termo de Parceria, serão considerados aprovados mediante voto favorável da maioria absoluta dos integrantes da Assembleia Geral.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO ASSOCIADA DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 61. A gestão associada de serviço público será firmada mediante Lei autorizativa dos municípios interessados, que deverá estabelecer:

I – competências cuja execução será transferida ao consórcio Lambari;

II – os serviços públicos objeto da gestão associada e a área em que serão prestados;

III – autorização para licitar e contratar concessões, permissão ou autorizar a prestação de serviços;

IV – as condições a que deve obedecer o contrato de programa, no caso de nele figurar como contratante o consórcio público; e

V – os critérios técnicos de cálculo do valor das tarifas e de outros preços públicos, bem como os critérios gerais a serem observados em seu reajuste ou revisão.

Art. 62. O município consorciado poderá se retirar ou ser excluído do contrato de gestão ou termo de parceria, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos.

Art. 63. Fica a cargo da Assembleia Geral acertar os termos da redistribuição dos custos da execução dos programas ou termos que participa o retirante.

TÍTULO IX

DO CONTRATO DO CONSÓRCIO E DO ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

CONTRATO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 64. O contrato de consórcio público será celebrado entre os municípios consorciado após edição da lei que ratifica o presente protocolo de intenções.

§ 1º A ratificação pode ser realizada com reserva que deverá ser clara e objetiva, preferencialmente vinculada à vigência de cláusula, parágrafo, inciso ou alínea do protocolo de intenções, ou que imponha condições para a vigência de qualquer desses dispositivos.

§ 2º Caso a lei do município preveja reservas, a admissão do município no consórcio dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

§ 3º O contrato de consórcio público, poderá ser celebrado por dois terços dos subscritores do Protocolo de Intenções, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente.

§ 4º A ratificação realizada após dois anos da primeira subscrição do protocolo de intenções dependerá da homologação da assembleia geral.

§ 5º É dispensável a ratificação para o município que, antes de subscrever o protocolo de intenções, disciplinar por lei a sua participação no consórcio público, de forma a poder assumir todas as obrigações previstas no protocolo de intenções.

CAPÍTULO II

DO ESTATUTO SOCIAL

Art. 65. O consórcio Lambari é organizado por estatuto social cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas previstas no protocolo de intenções e no contrato constitutivo.

§ 1º As alterações estatutárias serão aprovadas pela assembleia geral extraordinária, nos termos estabelecidos neste protocolo.

§ 2º As alterações estatutárias produzirão seus efeitos mediante publicação na imprensa oficial.

TÍTULO X

DA RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO E DO CONTRATO DE RATEIO

CAPÍTULO I

RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DO CONSÓRCIO

Art. 66. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições deste Protocolo ou estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 67. O Consórcio Lambari deverá obedecer ao princípio da publicidade, tornando públicas as decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive as que digam respeito à admissão de pessoal, bem como permitindo que qualquer do povo tenha acesso a suas reuniões e aos documentos que produzir, salvo, nos termos da lei, os considerados sigilosos por prévia e motivada decisão.

CAPÍTULO III

REGIME CONTÁBIL E FINANCEIRO

Art. 68. A execução das receitas e das despesas do Consórcio Lambari deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 69. O Consórcio Lambari está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da federação consorciados vierem a celebrar com o consórcio público.

CAPÍTULO IV

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 70. Os municípios consorciados somente entregarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

Art. 71. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, com observância da legislação orçamentária e financeira do

ente consorciado contratante e depende da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Art. 72. Constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

Art. 73. As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

Art. 74. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Lambari, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

Art. 75. Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município consorciado, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao Consórcio Lambari, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista no contrato de rateio.

Art. 76. A eventual impossibilidade de o município consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em contrato de rateio obriga o Consórcio Lambari a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

Art. 77. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

§ 1º Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida.

§ 2º Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

Art. 78. O prazo de vigência do contrato de rateio não será superior ao de vigência das dotações que o suportam, com exceção dos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Art. 79. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o Consórcio Lambari deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

TÍTULO XI

DA RETIRADA OU EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO, DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

CAPÍTULO I

DA RETIRADA DE MUNICÍPIO DO CONSÓRCIO

Art. 80. Nenhum município poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado, sendo que a retirada do município do Consórcio Lambari dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente estabelecida neste Protocolo de Intenções e no Estatuto Social.

Art. 81. Os bens destinados ao Consórcio Lambari por ente consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

Art. 82. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o consórcio público.

CAPÍTULO II

DA EXCLUSÃO DE MUNICÍPIO CONSORCIADO

Art. 83. A exclusão de município consorciado só é admissível havendo justa causa.

§1º Além das que sejam reconhecidas em procedimento específico, é justa causa a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do consórcio público, prevê-se devam ser assumidas por meio de contrato de rateio.

§2º A exclusão mencionada somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§3º A exclusão de município consorciado exige processo administrativo onde lhe seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 84. A alteração ou a extinção do Consórcio Lambari dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei

por todos os municípios consorciados, sendo que em caso de extinção:

I – os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outra espécie de preço público serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços;

II – até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

Parágrafo Único. Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho.

TÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 85. Após a ratificação do presente Protocolo de Intenções pelos municípios subscritores através de Lei específica, na forma estabelecida neste Protocolo de Intenções, o Consórcio Lambari promoverá a adequação do Estatuto Social e do Contrato de Consórcio Público, permanecendo inalteradas as demais disposições.

Art. 86. Este Protocolo de Intenções somente poderá ser alterado pelo voto de, no mínimo, dois terços dos membros da Assembleia Geral, em reunião especialmente convocada para esta finalidade.

Concórdia, SC, 28 de Novembro 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista	LEANI KAPP SCHMITT Prefeita Municipal de Arabutã
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal de Concórdia	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipirá
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT Prefeito Municipal de Ipumirim	SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani
JAIRO LUIZ SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá	KLEBER MÉRCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
GENIR LOLI Prefeito Municipal de Lindóia do Sul	OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara
ADEMIR DOMINGOS MIOTTO Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal de Xavantina

Visto: ROBERTO KURTZ PEREIRA
OAB/SC22.519
ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL (em extinção)

Empregados admitidos antes da vigência do Decreto Federal nº 6017 de 17 de janeiro de 2007, que regulamentou a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

GRUPO	CARGO	N.º DE VAGAS	Vencimento R\$	Carga Horária Semanal
1-SERVIÇOS TÉCNICOS	Biólogo – I	01	3.004,40	35 horas
	Biólogo – II	01	3.214,71	35 horas

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL

EMPREGADOS PÚBLICOS

Emprego Público de Provimento em Comissão

Emprego Público Permanente de Provimento por Concurso Público

CARGO	REQUISITO	PROVIMENTO	VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO MENSAL
ADMINISTRAÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
Diretor Administrativo	Nível Superior	Comissão	01	35 horas	4.000,00
Assessor Jurídico	Bacharel em Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Comissão	01	35 horas	3.500,00
Coordenador de Educação Ambiental	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Comissão	01	35 horas	3.500,00
Coordenador de Licenciamento Ambiental	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Comissão	01	35 horas	3.500,00
Coordenador de Projetos, Planos e convênios	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Comissão	01	35 horas	3.500,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
Auxiliar administrativo	Nível Superior	Concurso Público	01	35 horas	1.800,00
Contador	Graduação em Contabilidade com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	Concurso Público	01	35 horas	3.000,00
Controle Interno	Nível Superior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	Concurso Público	01	35 horas	3.000,00
Agente de serviços gerais	Ensino fundamental completo	Concurso Público	01	35 horas	1.300,00
SERVIÇOS TÉCNICOS					
Engenheiro agrônomo	Graduação em agronomia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Graduação em engenharia ambiental e sanitária com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	02	35 horas	3.500,00
Biólogo	Graduação em Biologia ou Bacharelado em Ciências Biológicas, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00

ANEXO III

ATRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS PÚBLICOS

1- Atribuição dos empregos públicos de provimento em comissão

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Compete ao Diretor Administrativo:

I – executar as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Presidência;

II – responsabilizar-se pelo funcionamento administrativo do Consórcio;

III – coordenar os serviços dos empregados públicos do Consórcio, inclusive os empregados do Programa de Licenciamento Ambiental Integrado - PROLAI;

IV – movimentar, em conjunto com o Presidente, as contas bancárias e os recursos do Consórcio Lambari;

V – promover as ações necessárias à captação de recursos para o Consórcio Lambari;

VI – fornecer, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal todas as informações que lhes sejam solicitadas;

VII – participar e auxiliar as Câmaras Técnicas e de Apoio;

VIII – apoiar e assessorar os GTM;

IX – promover reuniões com os representantes das Câmaras Técnicas e GTM;

X – providenciar o balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidos ao Conselho de Administração e Assembleia Geral;

XI – providenciar os balancetes e relatórios mensais, para a ciência do Conselho de Administração;

XII – elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio Lambari, para ser apresentada pelo Conselho Fiscal e ao órgão concessor;

XIII – publicar anualmente, no órgão de imprensa oficial do Consórcio e remeter aos municípios consorciados, o balanço anual do Consórcio Lambari;

XIV – autenticar livros de atas e de registros do Consórcio;

XV – efetuar compras dentro dos limites de orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;

XVI – representar o Consórcio Lambari nos eventos e reuniões que lhe forem delegadas pela Presidência ou pelo Conselho de Administração;

XVII – organizar a pauta das reuniões do Conselho de Administração e a ordem do dia das assembleias gerais;

XVIII – secretariar as reuniões do Conselho de Administração e as assembleias gerais, inclusive elaborando as atas;

XIX – executar demais tarefas inerentes às atribuições de cargo de chefia.

ASSESSOR JURÍDICO

I – Assessorar o Conselho de Administração e empregados do Consórcio nas questões que demandam interpretação jurídica;

II – atuar em processos administrativos e institucionais, tais como pessoal – RH, licitações, contratos, convênios, exarando informações, pareceres e decisões;

III – promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho de suas atribuições;

IV – participar de audiências judiciais ou com o Ministério Público;

V – assessorar comissões de sindicância, grupos de trabalho e audiências administrativas;

VI – atuar junto à equipe do Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PROLAI;

VII – elaborar projetos ou minutas de documentos normativos do consórcio;

VIII – realizar outras atividades correlatas.

COORDENADOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

I – coordenar, gerenciar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades afins a sua área de competência;

II – coordenar a unidade organizativa sob sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração;

III – Implantar e manter atualizado um sistema integrado de informação sobre programas de educação ambiental desenvolvidos pelas escolas e demais instituições de ensino na área de atuação do Consórcio Lambari;

IV – articular ações relacionadas à promoção e divulgação da educação ambiental nos GTM;

V – atuar junto à rede de ensino e outros setores da sociedade, fomentando iniciativas relacionadas à promoção da educação ambiental no ensino formal e informal dos municípios;

VI – prestar assessoria necessária à execução e andamento dos programas, projetos e planos;

VII – colaborar com a direção e demais coordenadorias do Consórcio Lambari na elaboração de projetos visando obtenção de recursos junto instituições públicas ou privadas para implementação de projetos, programas e ações na área de educação ambiental;

VIII – promover educação ambiental, efetuando palestra e avaliando resultados de acordo com os planos de ação e diretrizes institucionais

para melhoria das condições ambientais da região;
IX – executar outras tarefas correlatas às suas atribuições.

COORDENADOR DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- I – coordenar, gerenciar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades afins a sua área de competência;
- II – desempenhar atividades de coordenação, análise e elaboração de pareceres técnicos;
- III – coordenar a unidade organizativa sob sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração;
- IV – coordenar e auxiliar na elaboração de projetos e processos de licenciamento de Obras Públicas;
- V – participar de projetos, estudos e pareceres com equipes multiprofissionais com atividades de avaliação de impactos, monitoramento e recuperação de passivos ambientais;
- VI – coordenar o setor de Licenciamento Ambiental, inclusive a equipe de empregados do Programa de Licenciamento Ambiental Integrado – PROLAI;
- VII – conduzir reuniões técnicas junto aos municípios e os órgãos ambientais;
- VIII – coordenar equipe de campo e escritório envolvida nos projetos de Licenciamento Ambiental;
- IX – gerir os processos de Licenciamento ambiental, extração mineral, recursos hídricos, entre outros;
- X – atuar, em parceria com outras instituições na formulação e discussão de ações, projetos e atividades, de forma integrada e participativa, que contribuam diretamente para a melhoria dos licenciamentos ambientais;
- XI – orientar as equipes – GTM nos assuntos de relevância ambiental e demandas municipais;
- XII – acompanhar projetos ambientais realizados em parcerias com as escolas e secretarias municipais, bem como com entidades afins;
- XIII – executar outras tarefas correlatas.

COORDENADOR DE PROJETOS, PLANOS E CONVÊNIOS

- I – coordenar, gerenciar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades afins a sua área de competência;
 - II – coordenar a unidade organizativa sob sua responsabilidade dentro das normas e diretrizes superiores da Administração;
 - III – coordenar, acompanhar e orientar as administrações municipais que integram o Consórcio Lambari na execução, monitoramento, avaliação e adequações necessários nos Planos de Resíduos Sólidos, Planos de Saneamento Básico e outros planos e projetos desenvolvidos de forma consorciada;
 - IV – coordenar, acompanhar e orientar projetos de certificações socioambientais de âmbito estadual, nacional e internacional;
 - V – Planejar, coordenar, orientar e apoiar atividades de controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e da biodiversidade da região de abrangência do Consórcio Lambari;
 - VI – coordenar, orientar e elaborar projetos visando captação de recursos para implementação de projetos ambientais na abrangência do Consórcio Lambari;
 - VII – colaborar com os diversos setores das administrações municipais, dando-lhes orientações e suporte para elaboração de projetos em nível municipal;
 - VIII – elaborar em conjunto com as administrações municipais o desenvolvimento e fomento de políticas públicas sustentáveis para os municípios;
 - IX – Executar outras tarefas correlatas.
2. Atribuição dos empregos públicos permanente de provimento por concurso público

2.1 – Serviços Administrativos

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

- I – Realizar limpeza e organização nas áreas internas e externas da sede do Consórcio, mantendo as condições de asseio e higiene;
- II – realizar limpeza de materiais, equipamentos, entre outros;
- III – recolher o lixo e encaminhar para local apropriado;

IV – realizar as atividades de cozinha;

V – manter em local adequado os produtos de higiene e limpeza;

VI – zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, bem como utilizar vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho;

V – executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

I – Executar atividades de apoio administrativo aos órgãos da administração do Consórcio, sob supervisão e orientação técnica do Diretor Administrativo;

II – digitar pareceres, atas, resoluções, memorandos, correspondência oficial, informações técnicas e demais documentações;

III – analisar, processar e atualizar dados;

IV – operar sistemas de informática;

V – cumprir as determinações da chefia imediata;

VI – auxiliar nas reuniões da equipe da Diretoria Administrativa, do Conselho Administrativo, da Assembleia Geral e dos GTM;

VII – executar outras tarefas inerentes ao emprego público.

CONTADOR

I – Supervisionar, coordenar, orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis;

II – examinar e elaborar processos de prestação de contas;

III – auxiliar na elaboração da proposta orçamentária;

IV – examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias;

V – informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio;

VI – elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais e financeiros;

VII – executar outras tarefas afins.

CONTROLE INTERNO

I – Realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio;

II – elaborar relatórios de controle interno;

III – prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio;

IV – instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios;

V – demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

2.2 – Serviços técnicos

BIÓLOGO

I – Planejar, executar, analisar, pesquisar e elaborar pareceres técnicos;

II – efetuar análises, estudos e vistorias relativas a projetos que se utilizem recursos ambientais ou que tenham potencial poluidor, de acordo com a legislação ambiental vigente;

III – desenvolver atividades de educação ambiental;

IV – realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais;

V – assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

VI – planejar, orientar e acompanhar a realização de levantamentos das comunidades de fauna e flora da região do Consórcio;

VII – orientar e realizar estudos de indicadores biológicos de rios e mananciais, de poluição e de áreas de alta concentração de organismos vivos e de nutrientes;

VIII – avaliar os impactos causados por obras de engenharia, na fauna e na flora;

IX – elaborar e acompanhar programas de manejo da fauna e da flora em áreas sujeitas a interferências causadas pela implantação de obras de engenharia;

X – ministrar cursos, seminários e palestras, de modo a assegurar as normas legais vigentes;

XI – executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

ENGENHEIRO AGRONOMO

I – Planejar, executar, analisar, pesquisar e elaborar pareceres técnicos;

II – planejar atividades agrossilvipastoris e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais;

III – prestar assistência técnica, realizando perícia, prescrevendo receituário agropecuário, orientando a utilização de fontes alternativas de energia, processos de uso sustentável e conservação de solo, água e meio ambiente;

IV – planejar, executar, controlar e administrar os sistemas produtivos;

V – organizar as associações de produtores, ministrando cursos, seminários e palestras, de modo a assegurar as normas legais vigentes;

VI – elaborar documentação técnica e científica, no que tange a relatórios de atividades, projetos, inventários de recursos disponíveis;

VII – pesquisar e desenvolver tecnologia acerca de produtos, equipamentos e acessórios e processos e sistemas de tratamento de resíduos;

VIII – participar de grupos de trabalho ou reuniões, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos aos Municípios;

IX – efetuar análises, estudos e vistorias relativas a projetos que se utilizem recursos ambientais ou que tenham potencial poluidor, de acordo com a legislação ambiental vigente;

X – executar outras atividades correlatas e compatíveis com a formação profissional.

ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL

I – Planejar, executar, analisar, pesquisar e elaborar pareceres técnicos;

II – projetar e executar trabalhos especializados referentes ao saneamento ambiental e estudos referentes à elaboração de normas e execução de obras;

III – efetuar análises, estudos e vistorias relativas a projetos que se utilizem recursos ambientais ou que tenham potencial poluidor, de acordo com a legislação ambiental vigente;

IV - projetar, executar e prestar assessoria aos serviços de saneamento básico e ambiental, no que diz respeito à proteção e gerenciamento dos recursos hídricos, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e controle da poluição do ar, da água e do solo;

V – ministrar cursos, seminários e palestras, de modo a assegurar as normas legais vigentes;

VI – compor a equipe de trabalho nos métodos e planos de ações, referente às atividades de saneamento básico e ambiental;

VII – promover educação ambiental, efetuando palestra e avaliando resultados de acordo com os planos de ação e diretrizes institucionais para saneamento ambiental;

VIII – avaliar projetos de sistema de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem;

IX – participar de projetos, estudos e pareceres com equipes multiprofissionais com atividades de avaliação de impactos, monitoramento e recuperação de passivos ambientais;

X – Executar outras atividades correlatas compatíveis com a formação profissional.

ANEXO IV

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS – PROGRAMA PROLAI

CARGO	REQUISITO	PROVIMENTO	VAGA	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	SALÁRIO MEN- SAL
ADMINISTRAÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO					
Analista Chefe	Curso de graduação em um dos cursos de analis- tas do quadro do Programa PROLAI, inscrito no respectivo Conselho	Função Gratificada - FG	01	35 horas	3.500,00 Acrescido de 15%
SERVIÇOS TÉCNICOS					
Analista – Arquiteto e urbanista	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista - biólogo	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	03	35 horas	3.500,00
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	02	35 horas	3.500,00
Analista - Engenheiro Agrônomo	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	02	35 horas	3.500,00
Analista – Engenheiro Civil	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista – Engenheiro Florestal	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	02	35 horas	3.500,00
Analista – Engenheiro de Minas	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista - Engenheiro Químico	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista - Geógrafo	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista - Geólogo	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
CARGO	REQUISITO	PROVIMENTO	VAGA	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	SALÁRIO MEN- SAL
Analista – Assistente Social	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00
Analista – Advogado	Nível Superior com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Concurso Público	01	35 horas	3.500,00

ANEXO V**ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO DO PROLAI****ANALISTA CHEFE**

I – chefiar, organizar e acompanhar a execução de tarefas e atividades sob sua responsabilidade, equipe de licenciamento e apoio à fiscalização;

II – analisar processos de licenciamento, com base na legislação ambiental em vigor, emitindo pareceres técnicos quanto à viabilidade do licenciamento solicitado;

III – integrar grupos técnicos em pesquisas, projetos ou convênios;

IV – realizar vistorias em campo;

V – elaborar relatórios técnicos e diagnósticos ambientais a partir de informações obtidas através das ações de licenciamento;

VI – executar outras tarefas correlatas.

ANALISTA

I – analisar processos de licenciamento, com base na legislação ambiental em vigor, emitindo pareceres técnicos quanto à viabilidade do licenciamento solicitado;

II – integrar grupos técnicos em pesquisas, projetos ou convênios;

III – realizar vistorias em campo, avaliar danos ambientais, elaborar relatórios, informações e pareceres técnicos;

IV – auxiliar os órgãos municipais de meio ambiente nas atividades de fiscalização ambiental;

V – analisar estudos referentes a impactos ambientais, bem como medidas mitigadoras e compensatórias;

VI – analisar diagnósticos e prognósticos ambientais, referentes a zoneamento geoambiental, diagnóstico ambiental, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, Estudo de Viabilidade Ambiental – EVA, Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto no Meio Ambiente – EIA–RIMA, Plano de Monitoramento Ambiental, Plano de Controle Ambiental – PCA, Relatório de Controle Ambiental – RCA, Plano de Manejo Ambiental, entre outros;

VII – analisar estudos referentes ao saneamento básico, ao tratamento e disposição final de resíduos sólidos, impacto da destinação dos resíduos no ambiente, estabelecendo ligações com todos os projetos que envolvam obras de saneamento e tratamento de água, e outras atividades afins;

VIII – integrar grupos técnicos para análise de EIA/RIMA;

IX – prestar informações técnicas sob a forma de pareceres, laudos e relatórios;

X – analisar Processos de Licenciamento Ambiental e seus componentes, como Projeto Agrônomo, Projeto Zootécnico, Projetos de Recuperação Ambiental, entre outros documentos essenciais à legalidade, de acordo com a Legislação Ambiental vigente;

XI – elaborar relatórios técnicos e diagnósticos ambientais a partir de informações obtidas através das ações de licenciamento;

XII – executar outras tarefas correlatas.

PORTARIA Nº 56/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418468

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 56/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação, na área específica de atuação:

I – MAIKEL ANDRE POPP, ocupante do cargo de Professor, matrícula 539643-05, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em Pós-Graduação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020;

II – TATIANE HEINRICH, ocupante do cargo de Professor, matrícula 1051857-01, no percentual de 12% (doze por cento), correspondente à habilitação em Pós-Graduação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 57/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418469

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 57/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI DRH 147/2020, da Diretoria de Recursos Humanos e na CI SEMED ADM 193/2020, da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do

serviço:

I – MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Diretora de Recursos Humanos, a partir de 19 de março de 2020;

II – MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG, ocupante do cargo de Professor, matrícula 92347-01, a partir de 17 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 58/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418470

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 58/2020, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 06/2020, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Gestão Urbana – SEMURB;

- a CI DSMT 097/2020, de 16 de março de 2020, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), ao servidor GIUSEPPE ALBIERO, ocupante do cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, a partir de 16 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 59/2020, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418471

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 59/2020, DE 19 DE MARÇO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEDETI 0038/2020, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação e na CI PGM 058/2020, da Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DENISE MARCONATTO, ocupante do cargo de Procurador, a partir de 18 de março de 2020;

II – ROGERIO LUIZ MAURER, ocupante do cargo de Assessor de Turismo, a partir de 19 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 60/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418472

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 60/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas nas CIs SEMUS/SEÇÃO ADMINISTRATIVA 77 e 80/2020, da Secretaria Municipal da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 23 de março de 2020:

I – DENISE BRUSCO, ocupante do cargo de Escrevente,

II – MARIZETE ACKERMANN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 61/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418473

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 61/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, e considerando:

- o Adendo nº 08/2020, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS;
- a CI DSMT 108/2020, de 19 de março de 2020, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), à servidora JODETE BASSANI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO 136/2020

Publicação Nº 2418010

DECRETO Nº 136, DE 24 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70 da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados e posteriormente o Senado Federal aprovaram o requerimento encaminhado pelo Presidente da República, por meio da Mensagem n. 93, de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina editou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou situação de emergência em todo o território catarinense, para os fins de prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina editou o Decreto n. 525, por meio do qual prorrogou o período da quarentena por mais de 7 (sete) dias e estabeleceu novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a decretação de situação de emergência de saúde pública no Município de Cordilheira, conforme termos do Decreto n. 135, de 21 de março 2020;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19), DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), bem como consolida medidas adotadas pelo Governo Federal, Estado de Santa Catarina e Município de Cordilheira Alta.

Art. 2º A Secretaria de Municipal de Saúde é o órgão central do Poder Executivo Municipal de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

§ 1º Os membros do Comitê de Contingenciamento e Gestão do novo coronavírus (COVID-19), nomeados pela Portaria 153, de 18 de março de 2020, atuarão em conjunto ao órgão central do Poder Executivo Municipal de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

§ 2º Os demais órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; e
 - e) tratamentos médicos específicos;
- IV - estudo ou investigação epidemiológica;
- V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;
- VI - requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

- I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus (COVID-19);
- II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus (COVID-19).

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e envolverá, especialmente:

- I - hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e
- II - profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 4º As medidas mencionadas no art. 3º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus (COVID-19).

Art. 5º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 3º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Município (PGM) a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 6º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município Cordilheira Alta, aplicam-se integralmente as disposições constantes dos artigos 7º a 10 do Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Seção II Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 7º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, fica suspenso o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária, de água e saneamento básico, no órgão municipal de proteção e defesa civil, e nos casos de atividades imprescindíveis a serem definidas pelo gestor de cada pasta.

Art. 8º Os agentes públicos, principalmente aqueles que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde, poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

Parágrafo único. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, cabendo, no último caso, a compensação posterior.

Art. 9º Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

- I - os que apresentarem sintomas de contaminação pelo coronavírus (COVID-19) (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo

período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;
II - os que não apresentarem sintomas de contaminação pelo coronavírus (COVID-19) (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia.

Art. 10. Ficam suspensas, pelo período de 30 (trinta) dias, contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades da rede pública de ensino municipal, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

§ 1º Ato da Secretaria Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na rede municipal de ensino.

§ 2º Os primeiros dias da suspensão das aulas irão corresponder à antecipação do recesso escolar previsto para o mês de julho de 2020, na mesma proporção de dias prevista no calendário escolar vigente.

§ 3º Os profissionais da educação poderão ser convocados a qualquer tempo para retornar às atividades do cargo, no interesse da administração pública.

Art. 11. Ficam suspensas, até 31/04/2020, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 12. Ficam suspensas, por tempo indeterminado:

- I - as atividades presenciais em grupo realizadas no Centro de Referência de Assistência Social, inclusive às relacionadas aos programas "Vovó Feliz", "Viver Saudável", "Vida Ativa", "Mulher Valorosa" e "Grupo de Gestantes";
- II - a realização de eventos culturais e esportivos da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, inclusive os relacionados aos programas "Projeto Cultural", "Competindo na Melhor Idade", "Agita Cordilheira" e "Coral - Cantar e Encantar";
- III - o os prazos para apresentação de prestação de contas de recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição, de diárias e de adiantamentos.

Parágrafo único. Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados - por e-mail ou outro meio digital - ao órgão responsável do Poder Executivo Municipal.

Art. 13. Ficam canceladas as festividades em comemoração ao XXVIII Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Cordilheira Alta.

Art. 14. Ficam limitados os atendimentos eletivos nas unidades de saúde, priorizando o atendimento dos casos suspeitos do coronavírus (COVID-19), os quais serão atendidos conforme protocolos públicos municipais elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 15. Os profissionais da saúde poderão ser realocados para que realizem suas atividades em locais diversos daqueles para os quais foram nomeados, de acordo com a necessidade, conforme determinação do gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 16. A Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento fará o levantamento das licitações em andamento e daquelas em via de serem lançadas, devendo manter as datas previstas para sessões apenas em relação àquelas consideradas indispensáveis.

Art. 17. Fica proibido, salvo em caso de necessidade especial e justificada, viagens de servidores públicos municipais de que possa resultar contato ou aproximação com portadores ou possíveis portadores do coronavírus (COVID-19).

Art. 18. Os agente de fiscalização municipal deverão atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do coronavírus (COVID-19).

Art. 19. Os órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

- I - avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;
- II - orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos do coronavírus COVID-19;
- III - aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Ficam os titulares dos órgãos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as informações da Secretaria Municipal de Saúde a respeito da progressão da contaminação do coronavírus (COVID-19).

Art. 21. A título acautelatório, recomenda-se:

I - por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias;

II - no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 124, de 17 de março de 2020.

Cordilheira Alta/SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO PROC. 43/2020

Publicação Nº 2418136

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 43/2020
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2020

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta Sr. Carlos Alberto Tozzo, torna público a ratificação da dispensa de licitação nº 17/2020, nos termos do Artigo 24, inciso IV da Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações e da Lei Federal n. 13.979/2020, para aquisição de luvas de procedimento, visando atender as necessidades emergenciais do Fundo Municipal de Saúde, em decorrência do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, totalizando o valor global estimado de R\$ 11.200,00(once mil e duzentos reais). Cordilheira Alta, 23 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 172/2020

Publicação Nº 2418345

PORTARIA Nº 172/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta, e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, visto que, no dia 17 de março de 2020, restou configurada a transmissão comunitária do coronavírus no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo mencionado desempenha funções não essenciais, conforme rol de serviços essenciais estabelecido no Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Sra. ADRIEZE JAMILE DA ROSA, matrícula n. 634302, ocupante do cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, que serão gozadas a partir do dia 25/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Ciente em: ____/____/2020

PORTARIA N. 173/2020

Publicação Nº 2418346

PORTARIA Nº 173/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta, e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, visto que, no dia 17 de março de 2020, restou configurada a transmissão comunitária do coronavírus no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo mencionado desempenha funções não essenciais, conforme rol de serviços essenciais estabelecido no Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Sra. EDILEIA VILANI, matrícula n. 133401, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/08/2018 a 15/08/2019, que serão gozadas a partir do dia 25/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Ciente em: ____/____/2020

PORTARIA N. 174/2020

Publicação Nº 2418347

PORTARIA Nº 174/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta, e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, visto que, no dia 17 de março de 2020, restou configurada a transmissão comunitária do coronavírus no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo mencionado desempenha funções não essenciais, conforme rol de serviços essenciais estabelecido no Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI DALA CORT, matrícula n. 1335001, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/02/2019 a 15/02/2020, que serão gozadas a partir do dia 25/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Ciente em: ____/____/2020

PORTARIA N. 175/2020

Publicação Nº 2418348

PORTARIA Nº 175/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta, e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, visto que, no dia 17 de março de 2020, restou configurada a transmissão comunitária do coronavírus no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo mencionado desempenha funções não essenciais, conforme rol de serviços essenciais estabelecido no Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Sra. KATIANE ORTOLAN, matrícula n. 632601, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020, que serão gozadas a partir do dia 25/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Ciente em: ____/____/2020

PORTARIA N. 176/2020

Publicação Nº 2418350

PORTARIA Nº 176/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta, e, ainda,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, em nível nacional, sobre as medidas a serem tomadas pelos entes federados no combate à propagação da doença;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, visto que, no dia 17 de março de 2020, restou configurada a transmissão comunitária do coronavírus no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o servidor abaixo mencionado desempenha funções não essenciais, conforme rol de serviços essenciais estabelecido no Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora municipal Sra. LUCIANA POZZEBON, matrícula n. 1349201, ocupante do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2018 a 01/05/2019, que serão gozadas a partir do dia 25/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 24 de março de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Ciente em: ____/____/2020

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 37/2020**

Publicação Nº 2418522

PORTARIA N.º 037/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Adota novas medidas e prorroga medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, já adotadas, na Portaria n. 036/2020 de 18 de março de 2020, no âmbito da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta do Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, pandemia em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, fato que configura emergência em Saúde Pública Internacional.

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência do COVID-19;

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção,

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, ressaltando a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada;

CONSIDERANDO que o relógio de ponto biométrico pode ser potencial transmissor do vírus.

CONSIDERANDO que, em regra, os serviços jurídico, de contabilidade, administrativos e de tesouraria podem ser prestados por meio de trabalho remoto e acionados respectivamente nos e-mails: juridico@camaracordilheiraalta.sc.gov.br, drydec@hotmail.com e camara@camaracordilheiraalta.sc.gov.br;

CONSIDERANDO que, excepcionalmente, nos casos em que não for possível o trabalho remoto, os serviços jurídico e de contabilidade serão considerados essenciais, nos termos do previsto no artigo 9º, XXXI do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020, e poderão ser prestados presencialmente;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 9º, XXXIII do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020, as atividades acessórias ou de suporte necessárias à efetivação de serviços e atividades essenciais serão tidos como essenciais, e também poderão ser exercidos presencialmente;

CONSIDERANDO que há serviços administrativos e de tesouraria que são atividades acessórias ou de suporte necessários à efetivação dos serviços essenciais de contabilidade;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020, institui situação de emergência em todo território do Estado de Santa Catarina, impondo o regime de quarentena, bem como que o Decreto Estadual, 525 de 23 de março de 2020 determinou a suspensão pelo período de sete dias dos serviços públicos não essenciais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas as atividades não essenciais, e que não possam ser realizadas remotamente, da Câmara Municipal de Vereadores de Cordilheira Alta até o dia 01 de abril de 2020, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 2º Quando o serviço possa ser realizado por meio digital ou mediante trabalho remoto fica estabelecido o regime home office nos seguintes casos:

I - servidores públicos municipais que viajaram ou que coabitam com pessoas que estiveram nos últimos 14 (quatorze) dias em outros países com casos confirmados da doença;

II - servidores públicos municipais que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde;

III - serviços e atividades passíveis de serem realizados no referido regime de trabalho, conforme autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta-SC.

Art. 3º Consideram-se, nos termos o artigo 9º, incisos XXXI e XXXIII, do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020, serviços públicos essenciais e poderão ser executados presencialmente, quando não puderem ser realizados de forma remota:

I – atividades de advogados;

II – atividades de contadores e;

III – atividades acessórias ou de suporte necessárias à efetivação dos serviços/ atividades de advogados e contadores, como a exemplo as atividades de tesouraria, ressalvada a execução presencial para este fim.

Art. 4º Nos casos dos serviços serem executados presencialmente, conforme artigo 3º desta Portaria, os servidores obrigar-se-ão a:

I – Manter fechadas as portas da Câmara de Vereadores;

II – Evitar contato com quaisquer outros servidores;

III – Adotar medidas profiláticas para esterilizar maçanetas e quaisquer outros utilizados

Parágrafo único – Fica dispensado o registro de ponto eletrônico, durante o prazo de suspensão previsto no artigo 1º desta Portaria.

Art. 5º Consoante determinação do artigo 3º do Decreto 515 de 17 de março de 2020, ficam suspensos, no âmbito da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, pelo período de 30 dias, a contar de 18 de março de 2020, eventos e reuniões presenciais de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas sessões presenciais ordinárias e solenes.

Parágrafo único – No período de que trata o caput deste artigo poderão ser convocadas sessões extraordinárias do Plenário, nos termos regimentais.

Art. 6º As situações especiais e os casos omissos serão analisados pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta-SC.

Art. 7º As medidas previstas nesta portaria poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Registre-se, publique-se e comunique-se.

Cordilheira Alta, 24 de março de 2020.

Arduino Nardino

Presidente da Câmara de Vereadores

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.669/2020

Publicação Nº 2418143

DECRETO Nº. 8.669, 19 De MARÇO De 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL N. 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 8.668 de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Coronel Freitas - SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Coronel Freitas, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III- eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Março de 2020.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 02-2020 SUSPENSÃO TRABALHOS EM FUNÇÃO DO CORONA VÍRUS**

Publicação Nº 2418154

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****DECRETO 03/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena, proibindo a realização de qualquer tipo de reunião por trinta dias;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, pelo qual o Senado Federal reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública em todo território nacional;

CONSIDERANDO que medidas semelhantes foram adotadas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Coronel Freitas;

DECRETA:

Art. 1º - Está suspensa a realização presencial de Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, reuniões de Comissões e as Audiências Públicas desta Câmara de Vereadores, no período determinado pelo Decreto 525, de 23 de março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

RUA AMAZONAS, Nº. 39 – CENTRO. 89840-000/FONE/FAX: (49) 3347-0424

E-mail: contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br Portal: <http://camara.fecam.org.br/coronelfreitas>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 2º - As reuniões das comissões, sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas mediante convocação do Presidente por meio eletrônico (*e-mail*, telefone ou aplicativo), obedecendo às diretrizes do Regimento Interno e, subsidiariamente, às seguintes orientações:

§1º As proposições incluídas na pauta da ordem do dia serão enviadas a todos os vereadores, por meio digital, para prévia análise e também em “grupo virtual”.

§2º No dia designado para a realização da sessão à distância, o Secretário enviará no grupo virtual um arquivo de áudio com a leitura da proposição sujeita a deliberação.

§3º O presidente declarará aberta a discussão e cada vereador poderá gravar arquivo de áudio com suas considerações sobre a proposição objeto da deliberação.

§4º Não havendo mais nenhum vereador inscrito para discussão, o Presidente iniciará a votação, de modo que cada vereador deverá registrar, preferencialmente por escrito, se vota favoravelmente ou contrariamente à proposição.

§5º Para manter a ordem e o bom andamento dos trabalhos, o Presidente poderá advertir qualquer vereador que viole a urbanidade e os bons modos.

Art. 3º - Fica suspensa a circulação de pessoas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de modo que todos os servidores realizarão o teletrabalho via *home office*, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

§1º Durante o período de suspensão de acesso as dependências da Câmara, os servidores efetivos e comissionados deverão, sempre que possível, desempenhar suas funções e atribuições e atividades funcionais em regime de trabalho à distância.

§2º Os servidores que não puderem realizar teletrabalho via *home office* deverão trabalhar em escala alternada, mediante autorização da Presidência, e obrigar-se a:

I - Manter fechadas as portas da Câmara de Vereadores;

II - Evitar contato com quaisquer outros servidores;

III - Adotar medidas profiláticas para esterilizar maçanetas e quaisquer utilizados.

§ 3º Fica proibido o ingresso, na Câmara de Vereadores, de qualquer pessoa que apresente sintomas do Covid-19, tais como: coriza, dor de garganta, tosse, febre, dificuldade para respirar, sudorese, e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, em especial diabetes, tuberculose, doenças renais entre outros.

RUA AMAZONAS, Nº. 39 – CENTRO. 89840-000/FONE/FAX: (49) 3347-0424
E-mail: contato@camaracoronelfreitas.sc.gov.br Portal: <http://camara.fecam.org.br/coronelfreitas>



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

§4º Também fica proibido o ingresso de pessoas que se enquadrem no grupo de risco, como: idosos, diabéticos, pessoas com problemas respiratórios, com deficiências imunológicas ou grávidas dentre outros.

Parágrafo único - Fica dispensado por este período o registro de ponto eletrônico pelos servidores da Casa, durante o prazo da suspensão das atividades no recinto na Câmara.

Art. 5º - Sendo necessária a prorrogação das restrições das medidas previstas nesta Portaria, serão expedidos novos atos complementares.

Coronel Freitas, 24 de março de 2020.

Maurício Sirtuli
Presidente da Câmara de Vereadores



Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº078/2020

Publicação Nº 2417972

DECRETO Nº 078 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Declara situação de emergência no Município de CORONEL MARTINS, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n. 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decretos n. 515, e Decreto 525 por meio do quais declararam "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 14 (Quatorze) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 074/2020, que implementavam ações, no âmbito do Município de Coronel Martins, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais n. 509 e 515, de 17 de março de 2020 e Decreto Municipal n. 076/2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Coronel Martins - SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 23 de Março de 2020.

ADEMIR MADELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
CHEFE DE GABINETE

PLANO MUNICIPAL DE CONTIGÊNCIA PARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA DOENÇA SARS-COV-2 COVID-9

Publicação Nº 2418211

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS – SC
DEFESA CIVIL MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS - SC

PLANO MUNICIPAL DE CONTIGÊNCIA PARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA DOENÇA SARS-COV-2 COVID-9

Coronel Martins/SC, Março de 2020

1 - INTRODUÇÃO

O Coronavírus pertencem a uma família extensa de vírus, com surgimento em meados de 1960, que ocasionam ao indivíduo infecções respiratórias. Na sua maior parte, apresentando sintomas de leve a moderados, semelhantes a gripe comum. Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Algumas formas do Coronavírus podem ocasionar doenças graves com impacto importante na Saúde Pública, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS).

O novo Coronavírus de Dezembro de 2019 (SARS-CoV-2), apresentando casos iniciais registrados na China, com características de infecção humana, e casos de letalidade e mortalidade. Até o presente momento, os casos se assemelham ao vírus influenza e os dados de transmissão vem sendo estudados e contabilizados.

Os coronavírus humanos comuns causam infecções respiratórias brandas a moderadas de curta duração. Os sintomas podem envolver coriza, tosse, dor de garganta e febre. Esses vírus algumas vezes podem causar infecção das vias respiratórias inferiores, como pneumonia. Esse quadro é mais comum em pessoas com doenças cardiopulmonares, com sistema imunológico comprometido ou em idosos.

O período de incubação do coronavírus, pode ser de 2 a 14 dias.

A transmissão inter-humana, nos coronavírus, ocorre por transmissão de pessoa a pessoa, incluindo os SARS-CoV, porém sem transmissão sustentada. Com relação ao MERS-CoV, existem a OMS considera que há atualmente evidência bem documentada de transmissão de pessoa a pessoa, porém sem evidências de que ocorra transmissão sustentada. Assim o principal modo de transmissão, dos coronavírus se dá por contato próximo* de pessoa a pessoa.

* Definição de contato próximo: Qualquer pessoa que cuidou do paciente, incluindo profissionais de saúde ou membro da família; que tenha tido contato físico com o paciente; tenha permanecido no mesmo local que o paciente doente (ex.: morado junto ou visitado).

A maioria dos coronavírus geralmente infectam apenas uma espécie animal ou, pelo menos um pequeno número de espécies proximamente relacionadas. Porém, alguns coronavírus, como o SARS-CoV podem infectar pessoas e animais. O reservatório animal para o SARS-CoV é incerto, mas parece estar relacionado com morcegos. Também existe a probabilidade de haver um reservatório animal para o MERS-CoV que foi isolado de camelos e de morcegos.

De acordo com a OMS, os casos suspeitos de COVID-19, são baseados no histórico de viagens internacionais do paciente, e mais atualmente, aos casos de transmissão comunitária. As orientações abrangem a todos os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente ao setor epidemiológico do município, e posteriormente, notificado ao Estado e Governo.

Para realizar as medidas de contenção do fluxo de pessoas no município de Coronel Martins - SC, a Secretaria de Saúde seguirá os seguintes princípios para evitar o aparecimento de casos do COVID-19, assim como, evitar a disseminação para a comunidade.

Definição de caso suspeito, deve ser observado pela portaria 454 de 20 de março de 2020, conforme anexo 3 do presente plano.

2 - TERRITÓRIO E INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Área Territorial 107.4 Km²

Densidade demográfica 22,9 hab/km²

Regional de Saúde São Lourenço do Oeste/SC

POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Total população 2010	Total população 2019
0 a 9 anos	306	317
10 a 19 anos	514	533
20 a 29 anos	305	316
30 a 39 anos	358	371
40 a 49 anos	395	410
50 a 59 anos	257	267
60 a 69 anos	195	202
70 a 79 anos	102	106
80 +	26	27

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Médicos(as)	01	
Enfermeiros(as)	02	
Técnicos(as) em enfermagem	03	
Outros Profissionais (especificar formação e número de profissionais disponíveis)	Profissional	Nº
Dentista	Superior	01
Farmacêutico	Superior	01
Nutricionista	Superior	01
Psicóloga	Superior	01
Agente de Combate à Endemias	Médio Completo	01
Agente de Vigilância Sanitária	Superior	01

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL

Estabelecimentos	Tipo	Quantidade
Estabelecimentos de saúde	UBS	01
Atendimento de emergência		00
Outros (estabelecimentos)		00

CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS

Quantidade de leitos com internação	00	Estabelecimentos	00
Quantidade de leitos sem internação	00	Estabelecimentos	00

EQUIPAMENTOS

Eletrocardiógrafo	01
Raio x	00
Ressonância magnética	00
Tomógrafo	00
Ultrassom doppler colorido	00

3 - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA DE ACORDO COM O NÍVEIS DE ATIVAÇÃO

Este plano foi estruturado em níveis de resposta, baseado nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina (SES-SC), com base no Plano de Contingência Estadual em Resposta a Emergências em Saúde Pública, com adaptações locais, de forma que toda ação deve ser proporcional e restrita aos riscos avaliados e cenários epidemiológicos existentes.

A implementação do PLANCOM para o COVID-19, será conforme os três níveis descritos abaixo:

NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública, corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

4 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: ALERTA

NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

Neste nível de resposta a estrutura do COE é simplificada e restrita aos órgãos e instituições mais relacionados com a competência de detectar, investigar, manejar e notificar casos potencialmente suspeitos da infecção humana pelo novo coronavírus.

Nesse momento inicial, várias doenças respiratórias comuns poderão ser fator de confusão. Para isso, é necessário dispor de todas as definições de caso que contemplem situações possíveis, incluindo a definição de caso excluído. Importante salientar a todos os serviços que as definições serão suficientemente sensíveis no início e progridem para maior especificidade. No entanto, mesmo no início, alguns casos podem não se enquadrar na definição adotada.

Nessas situações, deve-se avaliar caso a caso, devendo prevalecer a conduta clínica local, mesmo que o caso em questão não seja incluído para investigação, no primeiro momento. A Composição do COE-COVID-19 neste nível levará em consideração as Secretarias do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais relacionadas, além de instituições convidadas Ad-Hoc.

4.1 - Secretaria Municipal de Saúde

- Preparar a estrutura para instalação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19);

- Manter atualizados os contatos da equipe que irá compor o CMGR-COVID-19, conforme (Anexo 1);
- Realizar busca de evidências científicas acerca da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das ações atribuídas à secretaria de saúde para a execução do plano;
- Articular áreas estratégicas para verificação dos insumos necessários para o enfrentamento da doença;
- Prover meios para garantir a execução das atividades no nível de alerta;
- Promover estratégias eficientes de educação permanente para os profissionais da rede de saúde no município;
- Direcionar estratégias de comunicação de massa;
- Elaborar junto às áreas técnicas materiais informativos/educativos sobre o novo Coronavírus;
- Estabelecer porta vozes com a imprensa;
- Implantar a sala de situação compartilhada.

4.2 - Vigilância em Saúde

- Minerar, diariamente, notícias com foco na COVID-19;
- Atualizar diariamente os gestores da Regional de Saúde com resumo executivo das informações no âmbito municipal sobre o COVID-19;
- Sensibilizar os profissionais de saúde da rede pública e privada Municipal para a notificação imediata de casos suspeitos, de acordo com a definição de caso vigente, estabelecida pelo MS;
- Intensificar a divulgação dos meios de comunicação para notificações de casos suspeitos;
- Identificar potencialidades e capacidade instalada da rede municipal de saúde disponível para possível enfrentamento de infecção pelo novo Coronavírus.
- Realizar busca ativa em unidades de saúde municipal e privada com enfoque no Coronavírus diariamente;
- Investigar os rumores e os casos potencialmente suspeitos notificados pelas unidades de saúde para verificar se atendem à definição de caso suspeito estabelecida pelo MS;
- Comunicar imediatamente a Regional de Saúde, toda notificação e o retorno das investigações;
- Construir os protocolos de vigilância epidemiológica, referente aos instrumentos e fluxos de notificação, investigação de casos suspeitos, confirmação de casos, coleta e envio de amostras e monitoramento de casos e contatos, em consonância com o protocolo nacional e estadual;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal e privada sobre os sinais e sintomas da doença, medidas de prevenção e controle, notificação, investigação, bem como atualizá-los sobre o cenário epidemiológico nacional e mundial;
- Realizar capacitação de coleta de amostras biológicas para isolamento viral para profissionais da rede de saúde municipal e privada;
- Monitorar o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer mudança no comportamento epidemiológico e, principalmente, na circulação de vírus respiratórios;

4.3 - Atenção Primária a Saúde

- Elaborar e divulgar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência.
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal sobre a COVID-19;
- Reforçar medidas de precaução para as profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;
- Realizar o transporte de caso suspeito pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para a referência estadual;
- Providenciar a aquisição e distribuição de todos os insumos, como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e equipamentos de proteção individual (EPI), para abastecer e reforçar a rede de saúde;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Orientar os profissionais da rede de saúde do Recife sobre a organização do fluxo de serviço farmacêutico no município;

4.4 - Assistência farmacêutica

- Realizar o levantamento de medicamentos para o tratamento de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes.
- Disponibilizar medicamentos indicados e orientar sobre organização do fluxo de serviço farmacêutico.
- Garantir a distribuição do medicamento específico para os casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que compreendem a definição clínica;
- Monitorar o estoque de medicamentos no âmbito municipal;
- Rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme solicitação a demanda.

4.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 1 - Alerta.

5 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: PERIGO EMINENTE

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

Intensificar todas as ações do nível de alerta e:

5.1 - Secretaria Municipal de Saúde

- Instalar o Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) em nível municipal;
- Promover ações integradas entre SES, Regional de Saúde, e outros órgãos envolvidos na prevenção, controle e resposta ao novo coronavírus (COVID-19);
- Sensibilizar a rede de serviços assistenciais públicos e privados sobre o cenário epidemiológico e o risco de introdução do novo coronavírus (COVID-19);
- Articular junto às áreas da SES por meio da Regional de Saúde e outros órgãos o desenvolvimento das ações e atividades propostas para esse nível de Perigo Eminente;
- Prover meios para a garantia da continuidade das atividades do plano, no nível de perigo iminente;
- Adquirir, conforme demanda, os insumos essenciais para garantia das ações em caráter emergencial;
- Manter permanente articulação com a Regional de Saúde Estadual para apoio mútuo quanto ao fluxo dos pacientes às Unidades de Referência, bem como para a execução do plano de contingência municipal;
- Articular ações de comunicação assertiva de risco para prevenir crises sociais, de mídia, econômicas e até políticas decorrentes da transcendência do evento e, consequentemente, pânico da população e dos profissionais da rede de serviços assistenciais públicos e privados diante do cenário epidemiológico da COVID-19;
- Ampliar a publicidade das informações sobre COVID-19 para a população, profissionais de saúde, do turismo e a imprensa;
- Convocar reunião presencial, sempre que se fizer necessário para alinhamento da resposta integrada ao enfrentamento da COVID-19;
- Compartilhar no Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) a sala de situação com gestores estratégicos municipais e regionais.
- Definir fluxo de atendimento as dúvidas, bem como de atendimento local aos casos de pacientes sintomáticos de infecções respiratórias, pensando na lógica do atendimento dos casos leves a nível de atenção primária a saúde, resguardando leitos hospitalares aos casos mais severos de apresentação da doença.
- Garantir apoio imediato para fortalecer as equipes de resposta rápida, necessárias ao atendimento de pacientes, busca ativa, detecção, acompanhamento e investigação laboratorial e epidemiológica de casos suspeitos de COVID-19 e de seus contatos através de contratação de profissionais e/ou de autorização de plantão e/ou hora extra, mediante autorização do chefe do executivo e legalmente definidos por meio de decretos municipais

5.2 - Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para a COVID-19, diariamente.
- Realizar levantamento de contatos dos casos notificados para monitoramento;
- Monitorar os contatos dos casos suspeitos, diariamente, durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19 do caso índice;
- Processar os registros de casos suspeitos e de contatos em banco de dados Estadual;
- Elaborar e divulgar para gestores estratégicos, resumo técnico dos casos notificados de COVID-19 e informe epidemiológico diariamente;
- Monitorar e/ou realizar coleta de amostras biológicas para diagnóstico laboratorial de casos suspeitos sintomáticos, de acordo com as definições de caso vigentes estabelecidas pelo MS;
- Monitorar o seguimento da amostra para o laboratório de referência até a liberação do resultado;
- Apoiar as unidades de saúde na realização e transporte de coletas de amostras biológicas para isolamento viral para COVID-19;
- Realizar a vigilância de SRAG e influenza para os casos descartados para COVID-19 que se enquadrem na definição de caso de SRAG, independente do resultado para Influenza;
- Realizar atualizações para os profissionais de vigilância epidemiológica distrital e dos núcleos de epidemiologia, conforme a mudança no cenário epidemiológico nacional e mundial e o nível de resposta estabelecido.
- Intensificar ações preventivas de orientação nos serviços privados de saúde e comércio em geral para adoção de medidas não farmacológicas que podem conter o avanço da doença.
- Intensificar ações de orientação a cerca da disseminação de informações à população quanto ao uso correto de EPIs (onde usar, quem deve usar, em que circunstâncias usar, forma correta de uso) e maneiras eficazes de controle domiciliar do avanço da doença.
- Realizar divulgação em massa, usando as mais variadas formas de disseminação de informações sobre a importância do distanciamento social, reclusão a domicílio, bem como isolamento social por parte de pessoas suspeitas, acometidas pela doença e/ou portadoras de sintomas gripais, bem como seus contatos familiares.
- Garantir que os protocolos de limpeza e higienização das unidades e veículos de transporte de pacientes sejam intensificadas.

5.3 - Atenção Primária a Saúde

- Executar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência, conforme protocolos estabelecidos pela SES, e em anexo 2 a este plano;
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos no nível de resposta 2;
- Atender e executar o protocolo interno de assistência a casos suspeitos e medidas de isolamento na unidade, até a transferência para a referência, quando necessário por meio da central de regulação de leitos do Estado;
- Disponibilizar o transporte de pacientes graves suspeitos de COVID-19 pelo CBMSC e SAMU à referência estadual;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Notificar imediatamente o caso suspeito a Regional de Saúde;
- Realizar a desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde; e transportes de pacientes, segundo protocolos;

- Garantir a continuidade do abastecimento de insumos como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e EPI na rede de saúde municipal;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Monitorar, rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de SG e SRAG visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Reforçar medidas de precaução para as profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;

5.4 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 2 - Perigo Iminente.

6 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

CENARIOS A SEREM IDENTIFICADOS:

Cenário I - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado importado no município, ou seja, sem transmissão local.

Cenário II - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado autóctone no município, ou seja, com transmissão local.

Cenário III – Transmissão local comunitária/sustentada quando houver casos autóctones confirmados sem vínculo, com contato próximo ou domiciliar.

NÍVEIS DE ATUAÇÃO NO NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA.

Esse nível de Emergência está organizado em duas fases.

Fase de contenção

Na fase de contenção, a atenção primária a saúde possui mais ações do que a vigilância em saúde, compra e abastecimento de EPIs e definições para a rede de urgência e emergência. Quarentena domiciliar para casos leves e Estratégia de monitoramento domiciliar para evitar a ocupação de leitos desnecessariamente.

As atividades de preparação e resposta devem ser revisadas e reforçadas na rede de atenção para o adequado atendimento dos casos confirmados, com medidas de proteção adicionais, registro das informações para que a vigilância possa consolidar e descrever o perfil da doença no Brasil, bem como enviar à OMS.

Toda rede de atenção à saúde do SUS deve ser alertada para a atual fase, com o objetivo de maior sensibilização dos profissionais de saúde para detecção de casos suspeitos, manejo adequado desses pacientes, bem como reforço do uso de EPI.

Os estoques dos EPI preconizados também devem ser checados e aquisições emergenciais podem ser acionadas, caso necessário.

Fase de mitigação

Na fase de mitigação as ações e medidas devem ser adotadas para evitar a ocorrência de casos graves e óbitos.

Assim, medidas de atenção hospitalar para os casos graves e medidas restritivas individuais de isolamento e quarentena domiciliar para os casos leves, devem ser adotadas para evitar óbitos e o agravamento dos casos.

Esse fortalecimento da atenção PRIMÁRIA aos pacientes deve ocorrer no nível local, com a adoção das medidas já estabelecidas nos protocolos de doenças respiratórias.

Adicionalmente, caso seja evidenciada a possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves, adaptação e ampliação de leitos e áreas hospitalares e a contratação emergencial de leitos de UTI pode ser necessária, com o objetivo de evitar óbitos.

6.1 - Chefe do Executivo Municipal de Coronel Martins

- Adotar medidas de controle no âmbito municipal, por meio de decreto, atentando as orientações e determinações Estaduais e Federais, objetivando o controle do da COVID-19, sendo:

- Suspender o atendimento presencial ao público em toda a administração pública municipal, direta ou indireta, por período definido;

Restringir e controlar:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

- Definir no âmbito municipal os serviços essenciais os quais devem permanecer funcionando como:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

IX – segurança privada.

- Definir no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – Secretaria de Municipal da Saúde;

II – Vigilância Sanitária e Epidemiológica;

III – Defesa Civil (DC);

- Considerando o risco de contaminação definir regime obrigatório de trabalho em casa (Home Office) nos seguintes casos:

I - Servidores públicos municipais ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 60 (sessenta) anos;

II - Servidores públicos municipais que tenham ou que tiveram, nos últimos 14 (quatorze) dias, contato com pessoas oriundas de outros países ou de outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

III - Servidores públicos municipais que estiveram nos últimos 14 (quatorze) dias em outros países ou em outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

IV - Servidores públicos municipais que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde;

- Recomendar a iniciativa privada a adição de medidas imediatas a fim de ampliar os quantitativos de profissionais atuando em teletrabalho.

- Suspender por tempo limitado, eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.

- Suspender as aulas na rede de ensino pública do Município nos termos deste Decreto Estadual 515/2020;

- Suspender as visitas ao público acolhido em abrigos e instituições de longa permanência municipais (próprios e rede parceira).

- Limitar nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem limitar, na medida do possível, as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

- Orientar que os locais de grande circulação de pessoas, tais como terminais urbanos, centro comercial e comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar espaço para higienização das mãos ou álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado, sendo:

1 - Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos.

2 - As concessionárias de transportes coletivo devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos e circular com as janelas abertas.

- Recomendar a toda a população, que adote as recomendações para proteção ao COVID-19, tais como:

a) evitar contato próximo com pessoas com infecções respiratórias agudas;

b) lavar frequentemente as mãos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;

c) usar lenço descartável para higiene nasal e descartá-lo imediatamente, cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;

d) evitar tocar nas mucosas dos olhos, nariz e boca, higienizar as mãos após tossir, espirrar ou higienizar o nariz;

e) não compartilhar alimentos, chimarrão, objetos de uso pessoal, como toalhas, talheres, pratos, copos, garrafas, independente de casos suspeitos ou pessoas em isolamento domiciliar;

f) manter os ambientes bem ventilados e toda e qualquer recomendação que previna ou evite a disseminação da doença COVID-19.

- Poderão serem adotadas medidas de controle de acesso de vias no âmbito municipal e monitoramento de pessoas que realizarem acesso aos municípios;

- Considerar abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

6.2 - Secretaria Municipal de Saúde

- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião semanal de forma presencial e/ou on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário I

- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião diária de forma presencial on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário II, Cenário III;

- Avaliar a necessidade de ampliar os horários de funcionamento do CMGR COVID-19, considerando a necessidade de funcionamento 24h horas por dia nos 7 dias da semana;

- Prover mecanismos para expansão de serviços de saúde e ampliação do atendimento, identificando as estratégias viáveis;

- Manter a rede atualizada sobre protocolos clínicos e medidas de prevenção;

- O Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) deve alertar imediatamente ao chefe do poder executivo municipal, Cenário de Emergência de Saúde Pública para subsidiar tomada de decisão;

6.2 Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;

- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área descoberta da Estratégia de Saúde da Família (ESF);

- Garantir em parceria com os demais órgãos de fiscalização que as atitudes determinadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal sejam atendidos pela população e comércio local

- Ampliar as orientações sobre as maneiras corretas de uso de EPIs pelos profissionais de saúde e população.

- Intensificar orientação sobre medidas preventivas de contágio a serem adotadas pelos colaboradores e estabelecimentos de serviços essenciais.

6.3 - Assistência Primária a Saúde

- Garantir a notificação de novos casos suspeitos;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área coberta pela Estratégia de Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde;
- Avaliar a capacidade e qualidade dos atendimentos nos serviços de pronto atendimento municipais, indicando a necessidade ou não da ampliação dos atendimentos;
- Manter o monitoramento da logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.

6.4 - Medidas protetivas da comunidade adotadas pelo Poder Público Municipal

- A Unidade de Saúde localizada no Centro de Coronel Martins segue em atendimento com uma equipe focada em casos de infecções respiratórias e casos suspeitos de COVID-19 e atendendo casos emergenciais.
- Todos os atendimentos nas Unidades de Saúde estão sendo remanejados para evitar aglomerações, através da realização de triagem no ambiente da recepção, para a diferenciação de casos respiratórios e de menor urgência.
- Orientamos que todos os usuários que são classificados em grupos de risco; como idosos, pacientes imunossuprimidos, gestantes e lactantes, crianças, diabéticos, hipertensos e doentes cardiovasculares, devem a todo custo, evitar comparecer a Unidade de Saúde sem a devida necessidade.
- Todos os atendimentos não prioritários aos serviços de Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Pediatria e Ginecologia, serão suspensos até nova ordem. Apenas os atendimentos de urgência e emergência serão realizados, com devida cautela perante as orientações estaduais.
- As atividades da Assistência Social e CRAS seguem suspensos até segunda ordem para evita aglomerações desnecessárias.
- A realização dos grupos de Fisioterapia e atividade física dos idosos, permanecem suspensos, com orientação para permanecerem em isolamento domiciliar.
- Usuários da UBS estão sendo orientados para não se dirigirem a Unidade em situações de patologias crônicas, onde não existe a necessidade e nem a presença de sintomas respiratórios.
- A emissão dos cartões municipais, bem como, os exames de rotina, preventivos, auriculoterapia e acupuntura permanecem suspensos para evitar aglomerações, com futuro agendamento dos serviços nas unidades.
- As equipes de saúde estarão realizando rodízio de pessoal no setor de triagem, de modo a oferecer maior atenção aos serviços de urgência e emergência, e evitar sobrecarga de serviço.
- Os pacientes que vierem a Unidade para captar medicamentos/receita, os mesmos deverão comunicar na recepção a finalidade de sua visita, e serão orientados e pela equipe de saúde de modo a evitar aglomerações nos corredores da Unidade de Saúde.
- O processo de higienização das Unidades de Saúde está sendo intensificado para que não ocorra a transmissão de doenças, através de medidas que buscam: a limpeza diária dos ambientes fora do horário de funcionamento da Unidade, prioridade de assepsia para maçanetas, bebedouros, bancadas, assentos e ambientes comunitários e salas de atendimento.
- Todos os ambientes da unidade vêm sendo higienizados através do álcool 70%, cerca de duas a três vezes ao dia, com troca de material para evitar contaminação cruzada.
- Os motoristas da UBS, receberam orientação para que em seus atendimentos de plantão e transporte de pacientes, os mesmos utilizem o EPI adequado e realizem assepsia das mãos e do veículo a cada viagem. Além de, transportar os pacientes por meio da ambulância e que os mesmos permaneçam na parte de trás do veículo.
- Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe será iniciada na data de 23 de Março de 2020 para os seguintes grupos:
 - o Idosos (60 anos e mais) e Profissionais da Saúde;
- Para isso, as vacinações irão ocorrer na Praça Municipal Otto May em um ambiente amplo e arejado, adaptado perto da UBS de modo a evitar a aglomeração de idosos e o contato com possíveis infecções presentes nas UBS. Os municípios deve seguir o calendário do Ministério da Saúde;
- Os seguintes grupos de vacinação, ocorreram em 16 de Abril de 2020, para os seguintes grupos:
 - o Professores das escolas públicas e privadas;
 - o Profissionais das forças de segurança e salvamento;
 - o Portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais;
 - o Adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas;
- Por fim, em 09 de Maio de 2020, a terceira etapa da Campanha de Vacinação ocorrerá, sob os mesmos moldes das etapas anteriores.
 - o Crianças de 6 meses a menores de 6 anos;
 - o Gestantes;
 - o Puérperas;
 - o Povos Indígenas;
 - o População privada de liberdade;
 - o Funcionários do sistema prisional;
 - o Adultos de 55 a 59 anos de idade.

6.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 3 - Emergência em Saúde Pública.

Coronel Martins/SC, 24 de Março de 2020.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

IVAIR CARLOS BALDISSERA

Secretário Municipal de Saúde

JACKSON ARNILDO DE OLIVEIRA
Coordenador Municipal de Defesa Civil

ANEXO 1 - Plano de Chamada

Instituição	Nome	E-mail	Telefone
Prefeito	Ademir Madella	administracao@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0102
Sec. de Saúde	Ivair Carlos Baldissera	saude@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0014
Vig. Epidemiológica e Atenção Primária	Talita S. Gitrone	saude@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0014
Vig. Sanitária	Vinicius Smaniotto	vigilanciadm@outlook.com	3459-0080
Assist. Farmacêutica	Rafaela N. S. Marconsoni	saude@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0014
Agente de Combate à Endemias	Cleuza Menegat Belatto	cleuzabelatto@gmail.com	3459-0080
Assistência Social	Eloide Terezinha Guisolphi	assistenciasocial@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0080
Sec. Obras e Serviços	Altair Belatto	administracao@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0024
DC Municipal	Jackson A. de Oliveira	agricultura@coronelmartins.sc.gov.br	3459-0102
Polícia Militar	Claudio R. Debastiani	2bpm5c2p6g@pm.sc.gov.br	3372-1077
Casan	Jairo Gaio	jgaio@casan.com	3459-0054
Celesc	Fábio Lucas Madella	...	0800480196
Epagri	Elisangela Chimello	Emcoronelmartins@epagri.sc.gov.br	3459-0102
Icasa / Cidasc	Marcelo Smaniotto	marcelomaniotto@live.com	3459-0102

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 1

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 2

FLUXO DE ATENDIMENTO NA APS PARA O NOVO CORONAVÍRUS (2019-NCOV)(documento elaborado em 13/03/2020)

Priorizar o atendimento das pessoas com sintomas respiratórios e/ou febre de forma presencial ou à distância (telefone, whatsapp, visita do ACS)

Acolhimento especial as pessoas sintomáticas respiratórias com oferta de máscara e local especial de atendimento

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 3

Atendimento a pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV) na Atenção Primária à Saúde.

Executantes: profissionais das equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) e Vigilância em Saúde.

Resultado esperado: padronizar as ações para a detecção precoce de pessoas caracterizadas como casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV); realizar manejo inicial; acionar transporte e encaminhar casos suspeitos para a unidade de referência de forma oportuna e segura; registrar informações clínicas, histórico de viagem internacional ou contato com caso suspeito ou confirmado; investigar e registrar dados de contatos próximos; realizar a notificação imediata; adotar medidas para evitar casos graves e óbitos; e orientar a população sobre medidas de prevenção.

1. Identificação de caso suspeito:

- Acolher e avaliar rapidamente todas as pessoas, independentemente da idade, que apresentem febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais, entre outros). Febre: temperatura corporal acima de 37,8 °C, conforme verificação axilar.

- Para as pessoas com os sintomas acima, em casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus, priorizar o atendimento, ofertar máscara cirúrgica imediatamente e isolar (acomodar a pessoa suspeita, em local ventilado e sem circulação de pessoas sem proteção) sempre que possível.

- São considerados casos suspeitos de infecção humana pelo novo coronavírus:

Situação 1: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 2: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso suspeito para o novo coronavírus (2019-nCoV) nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 3: febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso confirmado de novo coronavírus (2019-nCoV) em laboratório nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

- Considerar os demais diagnósticos diferenciais pertinentes e o adequado manejo clínico. Em caso de suspeita para influenza, não retardar o início do tratamento com fosfato de oseltamivir, conforme protocolo de tratamento: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_tratamento_influenza_2017.pdf

2. Medidas de isolamento:

- Desde o primeiro atendimento, a pessoa com suspeita de novo coronavírus deve utilizar máscara cirúrgica.
- Realizar o atendimento da pessoa com suspeita do novo coronavírus em sala privativa ou com menor circulação de pessoas, mantendo a porta fechada e o ambiente ventilado.
- Realizar higiene adequada das mãos, respeitando os cinco momentos de higienização:
 - 1 – antes de contato com a pessoa;
 - 2 – antes da realização de procedimento;
 - 3 – após risco de exposição a fluidos biológicos;
 - 4 – após contato com a pessoa;
 - 5 – após contato com áreas próximas à pessoa, mesmo que não tenha tocado a pessoa, cuidando direta ou indiretamente da pessoa.

- O profissional deve usar equipamento de proteção individual (EPI): protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara N95/PFF2 (ou outras máscaras com eficácia mínima na filtração de 95% de partículas de até 0,3µ tipo N99, N100 ou PFF3), sempre que realizar procedimentos geradores de aerossóis. Para realização de outros procedimentos não geradores de aerossóis, avaliar a disponibilidade da N95 ou equivalente no serviço. Não havendo disponibilidade, é obrigatório o uso da máscara cirúrgica.

3. Notificação:

- A notificação é imediata (Portaria nº 204/2016) e deve ser realizada pelo meio de comunicação mais rápido disponível, em até 24 horas a partir do conhecimento de caso que se enquadre na definição de suspeito.
- O profissional da APS deve comunicar imediatamente o caso suspeito à Secretaria Municipal de Saúde/ Vigilância Epidemiológica para orientações e início das ações de controle e investigação (identificação da área de transmissão, dos contatos, casos secundários ou possíveis casos relacionados e histórico de viagens do caso suspeito), bem como a instância regional de saúde pública.
- A SMS deve notificar imediatamente os casos suspeitos conforme documentos vigentes indicados pelos órgãos estaduais e federais de saúde pública.
- Caso a equipe na APS não consiga contato rápido com a vigilância municipal, deverá entrar em contato diretamente com CIEVS Nacional, notificando a vigilância municipal na primeira oportunidade de suprimir.

4. Identificação de contactantes*:

- Identificar todas as pessoas que tiveram ou têm contato com caso suspeito ou confirmado e apoiar a equipe da vigilância na realização de busca ativa;
- Os contatos próximos de uma pessoa com suspeita de coronavírus (2019-nCoV) devem ser acompanhados e monitorados quanto à apresentação de sinais e sintomas; e
- Na presença de sinais e sintomas, orientar que procure o serviço de saúde para avaliação e encaminhamento.

* Contato próximo é definido como: estar a aproximadamente 2 metros ou menos da pessoa com suspeita de caso por novo coronavírus, dentro da mesma sala ou área de atendimento por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual (EPI). O contato próximo pode incluir: cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado.

5. Transporte:

- Encaminhar a pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus para a unidade de referência (definida em cada localidade – município ou estado) para monitoramento, diagnóstico e confirmação do caso;
- As pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus devem utilizar máscara cirúrgica desde o momento em que forem identificadas na triagem até sua chegada ao local de isolamento na unidade de referência, o que deve ocorrer o mais rápido possível;
- A equipe deve certificar-se de que as informações do caso foram repassadas oportunamente para a unidade de referência para a qual a pessoa for encaminhada;
- Todos os profissionais que estiverem envolvidos no transporte deverão utilizar máscara cirúrgica durante todo o deslocamento até chegar à unidade de referência. Se houver necessidade de realizar procedimentos, atentar para o uso dos EPI adequados;
- Realizar higiene de mãos, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Orientar possíveis acompanhantes quanto à importância da higienização das mãos;
- Garantir a ventilação do veículo para aumentar a troca de ar durante o transporte;
- Limpar e desinfetar todas as superfícies internas do veículo após a realização do transporte. A desinfecção pode ser feita com álcool 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante indicado para este fim, seguindo o procedimento operacional padrão definido para a atividade de limpeza e desinfecção do veículo e seus equipamentos;
- A provisão de todos os insumos, como sabão líquido, álcool em gel e EPI, devem ser reforçados pela instituição, bem como higienizantes para o ambiente; e
- No serviço de referência, sempre que ocorrer a identificação de caso suspeito, será realizada a coleta de duas amostras de aspirado de nasofaringe (ANF) ou swabs combinado (nasal/oral) ou amostra de secreção respiratória inferior (escarro, lavado traqueal ou lavado broncoalveolar). As amostras coletadas serão encaminhadas para o laboratório, conforme fluxo estabelecido.

6. Medidas de controle do ambiente assistencial:

- Equipamentos de uso compartilhado entre as pessoas (por exemplo, estetoscópios, aparelho para aferição de pressão arterial e termômetros) devem ser limpos e desinfetados com álcool 70% após o uso;
- Higienizar adequadamente as mãos com frequência, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Utilizar EPI para evitar contato direto com fluidos corporais: protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/PFF3 ou, se indisponível, máscara cirúrgica;
- Fornecer máscara cirúrgica à pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus, ou pessoa que têm ou teve contato com o caso

suspeito ou confirmado, e encaminhar para uma área separada ou sala de isolamento;

- Prevenir picadas de agulha ou ferimento por objetos cortantes; gerenciamento seguro de resíduos;
- Limitar procedimentos indutores de aerossóis (intubação, sucção, nebulização);
- Realizar desinfecção de equipamentos e limpeza do ambiente com solução de hipoclorito de sódio em pisos e superfícies dos banheiros;
- Descartar adequadamente os resíduos, segundo o regulamento técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde da Anvisa; e
- A SMS deve compartilhar com as equipes que atuam na APS dados epidemiológicos sobre a circulação do vírus corona e outros vírus respiratórios, bem como orientar os profissionais sobre as medidas de controle e a condução dos casos suspeitos.

7. Medidas de prevenção populacional:

- Instruir todas as pessoas que durante a tosse ou espirro cubram o nariz e a boca com o cotovelo flexionado ou utilize tecido ou lenço de papel, descartando-os após o uso;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos. Se não houver água e sabão, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;
- Evitar tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- Orientar sobre os sinais e sintomas do novo coronavírus que acionam o fluxo de atendimento para casos suspeitos da doença;
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência; e
- Manter os ambientes bem ventilados.

8. Registro no Sistema de Informação da Atenção Primária (e-SUS AB):

- Registrar o atendimento no Sistema de Informação (e-SUS AB) CID 10 - U07.1 – Diagnóstico de doença respiratória aguda pelo 2019-nCoV para registro de casos.

9. Materiais necessários para medidas de prevenção e controle:

- Máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/ PFF3;
- Máscara cirúrgica;
- Protetor ocular ou protetor de face;
- Luvas;
- Capote/ avental/ jaleco;
- Sabão líquido;
- Álcool em gel;
- Álcool 70%;
- Desinfetantes para o ambiente e superfícies;
- Saco para descarte de resíduo contaminado.

ANEXO 03 - PORTARIA Nº 454 DE 20 DE MARÇO DE 2020

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/03/2020 | Edição: 55-F | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e a necessidade premente de envidar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar; e

Considerando a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia do coronavírus (covid-19) previstas na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarado, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

Art. 2º Para contenção da transmissibilidade do covid-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devendo permanecer em isolamento pelo período máximo de 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com sintomas respiratórios a apresentação de tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, acompanhada ou não de febre, desde que seja confirmado por atestado médico.

Art. 3º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARSCOV-2.

§ 1º O atestado emitido pelo profissional médico que determina a medida de isolamento será estendido às pessoas que residam no mesmo endereço, para todos os fins, incluindo o disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º Para emissão dos atestados médicos de que trata o § 1º, é dever da pessoa sintomática informar ao profissional médico o nome completo das demais pessoas que residam no mesmo endereço, sujeitando-se à responsabilização civil e criminal pela omissão de fato ou prestação de informações falsas.

§ 3º Para as pessoas assintomáticas que residem com a pessoa sintomática será possível a emissão de novo atestado médico de isolamento caso venham a manifestar os sintomas respiratórios previstos no parágrafo único do art. 2º ou tenham resultado laboratorial positivo para o SARSCOV-2.

§ 4º A prescrição médica de isolamento deverá ser acompanhada dos seguintes documentos assinados pela pessoa sintomática:

- I - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e
- II - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

Art. 4º As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade devem observar o distanciamento social, restringindo seus deslocamentos para realização de atividades estritamente necessárias, evitando transporte de utilização coletiva, viagens e eventos esportivos, artísticos, culturais, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas .

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO 04 – Termo de Declaração

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na _____ Bairro _____, CEP, na cidade de _____, Estado _____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido(a), bem como as pessoas que residem no mesmo endereço ou dos trabalhadores domésticos que exercem atividades no âmbito residencial, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____.

Nome das pessoas que residem no mesmo endereço que deverão cumprir medida de isolamento domiciliar:

1. _____
2. _____
3. _____

Assinatura da pessoa sintomática: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____: ____

PORTARIA Nº 027/2020

Publicação Nº 2417864

PORTARIA Nº. 027 DE 19 DE MARÇO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidores abaixo relacionados, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 19/03/2020 á 17/04/2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Elenice Segala	Nutricionista	12/03/2019 á 11/03/2020
Dinaura Dall Acqua	Assistente Social	13/07/2018 á 12/07/2019
Fernanda Cristina Scheid	Fisioterapeuta	02/05/2018 á 01/05/2019 15 dias 02/05/2019 á 01/05/2020 15 dias
Abel da Silva Debastiani	Monitor Desportivo	09/07/2018 á 08/07/2019 15 dias 09/07/2019 á 08/07/2020 15 dias
Valdecir de Souza	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2018 á 31/08/2019
Volnei Bottega	Agente Comunitário de Saúde	01/09/2017 á 31/08/2018
Marivone Ceccatto Maraschin	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2018 á 01/06/2019
Ivandro Fernandes	Agente Comunitário de Saúde	02/06/2018, á 01/06/2019
Rosa Maria Camargo	Auxiliar Administrativo	02/06/2018 á 01/06/2019
Sandra Aparecida Scudella	Assistente Social	04/08/2018 á 03/08/2019
Loreni Aparecida Castro dos Santos	Servente	24/03/2019 á 23/03/2020
Juceli de Fatima Girardi Brum	Servente	06/03/2019 á 05/03/2020
Maria Izabel Borges	Professor do Cras	11/02/2019 á 10/02/2020
Roselaine Lucia Retore	Servente	12/01/2019 á 11/01/2020
Marlene Brandalise	Auxiliar de serviços Gerais	09/07/2018 á 08/07/2019
Rafaela Picchi Moreira	Servente	27/03/2019 á 26/03/2020
Manoela Eunice Fernandes	Coordenador Geral de Ensino Fundamental	01/02/2019 á 31/01/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 19 de Março de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 037/2020

Publicação Nº 2417872

PORTARIA Nº. 037 DE 23 DE MARÇO DE 2020
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 23 de Março de 2020 á 06 de Abril de 2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Evandro Belatto	Fiscal de Tributos	25/04/2018 á 24/04/2019

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 23 de Março de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 038/2020

Publicação Nº 2417890

PORTARIA Nº. 038 DE 23 DE MARÇO DE 2020

“ANTECIPA GOZO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto nos artigos 12, XI, “a”, 94, VI, XVII e XLVI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando os princípios constitucionais da eficiência, moralidade, legalidade, economicidade, necessidade, interesse público e publicidade;

Considerando a Pandemia decorrente do vírus COVID- 19, que coloca em quarentena todos os cidadãos do nosso município, conforme Decreto Estadual n. 515/2020 e Decreto Municipal 074/2020, cujo medidas desta natureza são estendidas aos demais entes públicos;

Considerando que os servidores municipais que fazem parte desta portaria ainda não possuem férias vencidas, mas que até o final deste exercício farão jus ao direito constitucional;

Considerando que estes servidores, em tese, teriam direito do gozo dos 30 dias de férias somente após 12 (doze) meses de serviços;

Considerando que este é um caso excepcional de saúde pública, onde automaticamente o Poder Público sofrerá sérias consequências e prejuízos financeiros;

Considerando por derradeiro, por todas as razões expostas e pela conveniência e oportunidade, aliado com o dever/poder discricionário, bem como com base na Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o gozo de Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, pelo período de até 30 (trinta) dias, sendo que o direito do abono de 1/3 serão pagos na data em que cada servidor preencher o requisito de do transcurso de 12 (doze) meses de serviços.

I – Os servidores que gozarão antecipadamente 30 (Trinta) dias de férias no período de 23/03/2020 à 21/04/2020, são:

NOME	CARGO	REFERENCIA (Período aquisitivo)
Neimar Cassol	Agente Administrativo	01/07/2019 á 30/06/2020
Felicia Aparecida da Silva	Assessor de Recursos Humanos	08/10/2019 á 07/10/2020

Art. 2º. Aos servidores que forem exonerados em data anterior ao cumprimento do período aquisitivo serão descontados valores proporcionais recebidos a maior junto da rescisão contratual.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 23 de Março de 2020

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

PORTARIA N° 039/2020

Publicação N° 2418023

PORTARIA N°. 039 DE 24 DE MARÇO DE 2020

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDORA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal em exercício, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando justificativa elaborada pela secretária em anexo;

Considerando Decreto Estadual 515/2020 e Decreto Municipal 074/2020, os quais determinam medidas para o enfrentamento de emergência de saúde pública referente a pandemia decorrente ao COVID 19;

Considerando que o atendimento na secretaria de assistência social está suspenso por tempo indeterminado;

Considerando principalmente a concessão de Benefícios eventuais para famílias vulneravelmente sociais, sendo que algumas crianças tem a suas principais refeições nos colégios, onde as aulas estão suspensas;

Considerando que precisa de responsável técnico para parecer referente ao auxilio alimentação

REQUISITA:

Art. 1º O retorno da Servidora, Sra. Sandra Aparecida Scudella, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir do dia 25 de Março de 2020, por prazo indeterminado.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 13 de Maio de 2019.

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****DECRETO Nº 1552/2020**

Publicação Nº 2418480

DECRETO Nº 1552/2020
DE 24 DE MARÇO DE 2020

"PRORROGA O PRAZO DE SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO ESSENCIAIS DE QUE TRATA O ARTIGO 3º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 1549/2020, QUE DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, com base na Lei Federal nº 13.979/2020 e no Decreto Estadual nº 525/2020, DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, por 07 dias, à partir de 26/03/2020, a suspensão dos serviços públicos não essenciais de que trata o artigo 3º do Decreto Municipal nº 1549, de 18 de março de 2020.

Art. 2º. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos de tramitação de sindicâncias, processos e requerimentos administrativos dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único: Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 3º. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos para apresentação de prestação de contas de recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento.

Parágrafo único: Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de março de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

DECRETO Nº 1553/2020

Publicação Nº 2418481

DECRETO Nº 1553/2020
DE 24 DE MARÇO DE 2020

"ALTERA O DECRETO Nº 1192, DE 07 DE AGOSTO DE 2017, QUE NOMEIA OS MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º, do Decreto nº 1192/2017, que nomeia os membros para integrarem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º ...

I - Coordenador da COMPDEC: Roberson Edgar Bastos;

(...)

III - Conselho Técnico:

- Nayane Ribeiro Coelho - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

- Dionilce Rodrigues Delfes - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de março de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

EXTRATO CONTRATO Nº 0146/2020 - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014 - PMCP

Publicação Nº 2417994

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014 PMCP
ADITIVO DE TEMPO

Instrumentos: Contrato nº 0146/2020 PMCP, aditivo de tempo ao Contrato nº 0361/2014 PMCP.

Partes: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO PAPEL, PAPELÃO E CORTIÇA DE CORREIA PINTO - SITICOP, CNPJ nº 01.812.756/0001-06

Objeto: Dispensa de Licitação para a locação de imóvel (barracão) que se destina ao funcionamento de Indústria na área têxtil, empresa PEMATEXX confecções LTDA, situado na Av. Vitória Régia, n. 1782, fundos, Bairro Pro-Flor, no município de Correia Pinto/SC.

Considerando a prorrogação do prazo concedida por meio da Lei Municipal nº 2.292/2019 de 05 de dezembro de 2019, bem como a comprovação da regularidade fiscal por meio da documentação atualizada apresentada pelo locador, constante do processo licitatório adiante mencionado, fica prorrogado o prazo de vigência descrito na cláusula terceira do Contrato Administrativo nº 0361/2014 PMCP, de 19 de março de 2014, do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 16/2014 PMCP, ampliando-se o prazo inicialmente estabelecido, com seus efeitos a partir da data da assinatura do presente, com vigência até a data de 31/12/2020. No mais, mantêm-se as disposições do contrato originário, respeitadas as condições anteriormente ajustadas.

Valor Mensal: R\$ 6.878,46 (seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0221/2020 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020 PMCP

Publicação Nº 2418001

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato nº 0221/2020 PMCP

PARTES: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC e ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 05.063.653/0010-24.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA PARA USO E DEMANDA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO/PREFEITURA DE CORREIA PINTO/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO CONVÊNIO/MAPA Nº 892349/2019 – PLATAFORMA + BRASIL, CELEBRADO PELA UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais).

VIGÊNCIA: 18/03/2020 à 18/03/2021.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 17/2020 - TERMO DE ANULAÇÃO

Publicação Nº 2418357

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020 – PMCP
ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;

CONSIDERANDO que a administração pode anular seus próprios atos quando houver inviabilidade de realização de Pregão Presencial por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e levando-se em conta a situação causada pela Pandemia Mundial (COVID 19), conforme previsto no art. nº 49 da Lei 8.666/93 e nos Decretos Estaduais nº 515/2020 e 525/2020 e no Decreto Municipal nº 1.549/2020:

RESOLVE:

ANULAR em todos os seus termos, o processo licitatório nº 17/2020 PMCP, e consequentemente a licitação por Pregão Presencial com o mesmo número, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E GRAXA APLICADA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2020/2021.

Correia Pinto/SC, 24 de março de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO ADM 004/2020**

Publicação Nº 2418167

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0004/2020****DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE
PREVENÇÃO À INFECÇÃO E PROPAGAÇÃO DA
COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL
DE CORREIA PINTO SC.**

Tendo em vista o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020 do Governo do Estado que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências a Mesa diretora RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas todas as atividades presenciais da Câmara Municipal pelo período de **sete dias**, nos termos do art. 7º, inciso I, alínea b do Decreto 525/2020. Os trabalhos essenciais deverão ser realizados pelos servidores no regime de teletrabalho.

§ 1º. O atendimento ao público neste período será prestado através de meio eletrônico que puder ser prestado por meio eletrônico secretaria@camaracorreiapinto.sc.gov.br ou telefônico através dos números 49991911701 e 49 991096278;

§ 2º. Após esse prazo os trabalhos presenciais serão retomados no regime de rodízio, nos termos da Resolução Administrativa 002/2020.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor em 25 de março de 2020.

Correia Pinto, 24 de março de 2020.

Vilso Rostirolla (MDB)
Presidente

Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)
1º Secretário

Anildo do Nascimento (MDB)
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 200324135558D3D50

Corupá

PREFEITURA

DECRETO N° 1890/2020

Publicação N° 2418567

DECRETO N° 1890/2020

PRORROGA POR 7 (SETE) DIAS O PRAZO PREVISTO NO ART. 1º I,II E O ART. 9º, DO DECRETO MUNICIPAL 1884, DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inciso VII, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabeleceu outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 7 (sete) dias o prazo previsto no Art. 1º I,II e no Art. 9º, do Decreto Municipal 1884, de 20 de março de 2020, que trata da suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou regime de trabalho remoto.

§ 1º Ficam suspensas contados de 19 de março de 2020, as aulas em toda a rede municipal de ensino, incluindo todos os Centros de Educação Infantil e na Escola de Música Jazz Band Elite, educação de jovens e adultos (EJA, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

Art. 2º Sem prejuízo das disposições do presente Decreto, deverão ser observadas e cumpridas as regras estabelecidas pelos Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de março de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Descanso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15647/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DE JANIRA PADILHA.

Publicação Nº 2418014

PORTARIA Nº 15647/2020, de 23 de março de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de JANIRA PADILHA, Código: 3.223, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo no Centro Municipal de Saúde Iria Lurdes Daltoé, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 08h00min às 12h00min e no período vespertino das 14h00min às 18h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 23 de março de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15648/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DE ELISANGELA BRUGNEROTTO.

Publicação Nº 2418015

PORTARIA Nº 15648/2020, de 23 de março de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de ELISANGELA BRUGNEROTTO, Código: 903, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 06h00min às 10h00min e no período vespertino das 12h00min às 16h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 23 de março de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15649/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DE TÂNIA BERNARDI KOPROWSKI.

Publicação Nº 2418017

PORTARIA Nº 15649/2020, de 23 de março de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de TÂNIA BERNARDI KOPROWSKI, Código: 3.238, ocupante do cargo (237) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício das atribuições do cargo na Unidade de Saúde "Aline Jaroseski", na equipe da Estratégia Saúde da Família - ESF-1, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 23 de março de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIA Nº 15650/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020 - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À ANA PAULA MENDES.

Publicação Nº 2418018

PORTARIA Nº 15650/2020, de 23 de março de 2020.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à ANA PAULA MENDES, Código: 3.605, brasileira, solteira, nascida aos 08.02.1987, portadora do nº RG 13/R-4.829.317, CPF nº 065.100.619-88, residente e domiciliada na Avenida Ladislava Hadjök Poletto, nº 148, cidade de Descanso/SC, para o cargo (29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de Atestado Médico, devendo manter-se afastada por 04 (quatro) dias, sendo de 16 de março de 2020 até 19 de março de 2020, e seus efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Descanso - SC, 23 de março de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

APOSTILA N° 02 REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2019.

Publicação N° 2417917

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS N° 02
REGISTRO DE PREÇOS N° 45/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 96/2019

Face a previsão de reajuste na Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços n° 45/2019, item 2.2 e seus subitens, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, firmado entre o MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC e a empresa COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS STANG LTDA, fica(m) alterado(s) o(s) preço(s) constante(s) na referida Clausula Segunda, item 2.1, conforme abaixo especificado:

1. VALORES REAJUSTADOS

Item	Material/Serviço	Valor anterior	Percentual de correção	Valor corrigido
1	OLEO DIESEL S500	R\$ 3,45	13,04 %	R\$ 3,00
2	OLEO DIESEL S-10	R\$ 3,46	13,58 %	R\$ 2,99

Obs: Os demais itens permanecem os preços registrados na ata 45/2019.

O(s) novo(s) preço(s) será (ão) praticado(s) a partir do dia 23 de Março de 2020.

A presente Apostila de Reajuste de Preços ampara-se no Art. 65, II alínea "d" e § 8º deste mesmo artigo da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Clausula Segunda da Ata de Registro de Preços n° 45/2019, item 2.2 e seus subitens.

Dionísio Cerqueira - SC, 23 de Março de 2020.

Thyago W. G. Gonçalves
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002_2020 SUSPENDE CRONOGRAMA PS Nº 001_2020

Publicação Nº 2417971

**PREFEITURA DE
DIONÍSIO
CERQUEIRA****Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira**
Estado de Santa CatarinaRua Santos Dumont, 413, Centro - CEP 89950-000
Fone: (49) 3644-6700 | Fax: (49) 3644-6741
E-mail: gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 -SUPENSÃO DO PROCESSO SELETIVO DO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020**

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, Srº. THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal e da Lei complementar nº 3499/2004, TORNA PÚBLICO:

1. Em atenção ao Decreto Estadual 515/2020, e suas alterações e prorrogações, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus – COVID 19, o qual traz reflexos para o município de Dionísio Cerqueira -SC, resolve que **ficam SUSPENSAS por prazo indeterminado todas as etapas do Processo Seletivo** aberto pelo Edital nº 001/2020.
2. Fica CANCELADA a entrega de Prova de Títulos será para os cargos de Professores Habilitados e Professores Não Habilitados previstos para acontecer até o dia **03 de abril de 2020**.
3. Fica GARANTIDO aos candidatos a abertura de um novo prazo para o requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os Doadores de Sangue e/ou Medula, cujo prazo inicial era nos dias **04/03/2020 a 23/03/2020**.
4. Aos candidatos que já cumpriram as etapas 2 e 3 do presente edital, bem como os que já efetuaram o pagamento da inscrição a sua inscrição já estará garantida na reabertura do processo, e aos candidatos que por ventura tiverem interesse de desistir da inscrição será aberto prazo dentro do novo cronograma para formular requerimento de restituição do valor.
5. Tão logo a situação em âmbito nacional seja normalizada, um novo cronograma, bem como informações complementares do Processo Seletivo serão publicados.
6. É de responsabilidade dos candidatos acompanhar todos os atos do processo seletivo por meio de publicações oficiais disponíveis nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.dionisiocerqueira.sc.gov.br link CONCURSOS, e no Diário Oficial dos Municípios DOM-SC <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.
7. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC, conforme a legislação vigente.

Dionísio Cerqueira – SC, em 24 de março de 2020.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves

PREFEITURA DE
DIONÍSIO CERQUEIRA
juntos somos +



PREFEITURA DE
**DIONÍSIO
CERQUEIRA**

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Estado de Santa Catarina

Rua Santos Dumont, 413, Centro - CEP 89950-000
Fone: (49) 3644-6700 | Fax: (49) 3644-6741
E-mail: gabinete@dionisiocerqueira.sc.gov.br

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Rodolpho Luiz Verona Muller

OAB/SC 33.122

Assessor Jurídico Geral da Prefeitura de Dionísio Cerqueira – SC

PREFEITURA DE
DIONÍSIO CERQUEIRA
juntos somos +

Dona Emma

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418089

DECRETO Nº 027/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o Plano de Contingência para o enfrentamento da Influenza e Coronavírus (SRAG) no Município de Dona Emma.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990, ainda,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Aprovação do Plano de Contingência para o controle do Coronavírus no Município de Dona Emma.

Art. 2º Compõe o Plano de Contingência do Município de Dona Emma:

- I – Propor, acompanhar e articular medidas de preparação e de enfrentamento às emergências em saúde pública de importância municipal;
- II – Propor e acompanhar a alocação de recursos orçamentário-financeiros para execução das medidas necessárias em casos de emergências em saúde públicas relacionadas ao Coronavírus;
- III – Estabelecer as diretrizes para a definição de critérios locais de acompanhamento da implementação das medidas de emergência em saúde pública de importância municipal de acordo com as normas do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os Órgãos representantes e seus responsáveis para atuação de acordo com o Plano de Contingência serão:

- I - Prefeito Municipal: NERCI BARPI
- II - Secretário Municipal de Saúde: SIMÃO HASCKEL
- III - Chefe da unidade Básica de Saúde: OLIANI ALVES DE SOUSA
- IV - Coordenadora da Unidade de Saúde: DAIANE PETRY
- V - Vigilância Epidemiológica: CATIA FRITZ BATISTA LEITE
- VI - Fiscal Vigilância Sanitária: JOICE MARA AMARANTE
- VII - Representante da Assistência Farmacêutica: JULIANA AVI WILHELM
- VIII - Defesa Civil: JEISON FELIPE ADAM

Parágrafo Único: Compete a Comissão nomeada no Art. 3º, elaborar o Plano de Contingência para o enfrentamento da Influenza e Coronavírus (SRAG) do Município de Dona Emma.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Dona Emma (SC), 23 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO I
MINUTA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DA INFLUENZA E CORONAVÍRUS (SRAG) NO MUNICÍPIO DE DONA EMMA

MUNICÍPIO DE DONA EMMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PLANO DE CONTINGÊNCIA
PARA O ENFRENTAMENTO DA INFLUENZA E
CORONAVÍRUS (SRAG) NO MUNICÍPIO DE
DONA EMMA
2020

Prefeito Municipal: NERCI BARPI
 Secretário Municipal de Saúde: SIMÃO HASCKEL
 Chefe da unidade Básica de Saúde: OLIANI ALVES DE SOUSA
 Coordenadora da Unidade de Saúde: DAIANE PETRY
 Vigilância Epidemiológica: CATIA FRITZ BATISTA LEITE
 Fiscal Vigilância Sanitária: JOICE MARA AMARANTE
 Representante da Assistência Farmacêutica: JULIANA AVI WILHELM
 Defesa Civil: JEISON FELIPE ADAM

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FÍSICOS	6
3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE	6
4 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7
5 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	9
6 – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	9
7 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	10
8 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	10
9 – LOGÍSTICA	11
10 – EDUCAÇÃO EM SAÚDE	11
11 – RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS – NA EPIDEMIA	12
12 – CONDUTA CLÍNICA NOS ATENDIMENTOS DE PACIENTES SUSPEITOS	12
13 – MEDICAÇÕES, EXAMES E MATERIAIS PARA PROTEÇÃO DA EQUIPE E PACIENTE	16
ANEXOS	19
ANEXO 1 – CENTRAL DA CRISE	19
ANEXO 2 – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E MANEJO DO PACIENTE COM SRAG	20
ANEXO 3 – USO DE OSELTAMIVIR	21
ANEXO 4 – USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO POR NÍVEL DE ATENÇÃO	23
ANEXO 5 – FLUXOGRAMA	24
ANEXO 6 – RECOMENDAÇÕES PARA CUIDADO DOMICILIAR DE PACIENTES SUSPEITOS OU CONFIRMADOS PARA COVID-19 ...	25
ANEXO 7 – PLANILHA DE MONITORAMENTO DOS CASOS DE SÍNDROME GRIPAL	26

1 – INTRODUÇÃO

O Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Saúde de Dona Emma para COVID- 19 e INFLUENZA visa minimizar o impacto na Saúde Pública provocado pela possível introdução do vírus em território municipal, bem como orientar os profissionais de saúde a identificar os possíveis casos suspeitos e realizar o adequado manejo e as medidas de prevenção e orientação a população em geral. O mesmo segue as diretrizes do Ministério da Saúde e pode sofrer alterações no decorrer do tempo.

INFLUENZA é uma infecção viral aguda que afeta o sistema respiratório. É de elevada transmissibilidade e distribuição global, com tendência a se disseminar facilmente em epidemias sazonais e também podendo causar pandemias. A transmissão ocorre por meio de secreções das vias respiratórias da pessoa contaminada ao falar, tossir, espirrar ou pelas mãos, que após contato com superfícies recém-contaminadas por secreções respiratórias pode levar o agente infeccioso direto a boca, olhos e nariz. Meio de comunicação e mobilização social, juntos irão garantir uma resposta efetiva ao enfrentamento desta doença. A doença pode ser causada pelos vírus influenza A, B e C. Os vírus A e B apresentam maior importância clínica; estima-se que, em média, as cepas A causem 75% das infecções, mas em algumas temporadas, ocorre predomínio das cepas B. A transmissão ocorre principalmente através do contato com partículas eliminadas por pessoas infectadas ou mãos e objetos contaminados por secreções. É muito elevada em ambiente domiciliar, creches, escolas e em ambientes fechados ou semi-fechados, dependendo não apenas da infectividade das cepas, mas também do número e intensidade dos contatos entre pessoas de diferentes faixas etárias.

Os tipos A e B sofrem frequentes mutações e são responsáveis pelas epidemias sazonais, também por doenças respiratórias com duração de quatro a seis semanas e que, frequentemente, são associadas com o aumento das taxas de hospitalização e morte por pneumonia, especialmente em pacientes que apresentam condições e fatores de risco.

Desta forma, em uma mesma temporada de influenza, podem ocorrer infecções por mais de um tipo ou subtipo de vírus influenza. Dependendo da virulência das cepas circulantes, o número de hospitalizações e mortes aumenta substancialmente, não apenas por infecção primária, mas também pelas infecções secundárias por bactérias.

CORONAVIRUS são um grande grupo viral, conhecidos desde meados de 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Geralmente, as infecções causam sintomas leves a moderados, semelhantes a gripe e sintomas intestinais, sendo altamente patogênicos.

Alguns coronavírus podem causar doenças graves com impacto importante em termos de Saúde Pública, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave. O coronavírus 2019-nCoV tem causado doença respiratória com casos recentemente registrados na China, sendo que seu espectro clínico de infecção humana, padrão de letalidade, mortalidade e infectividade não estão descritos completamente. Até o momento, os casos parecem cursar com um quadro de síndrome gripal. Assim, é importante o questionamento sobre o histórico de viagem dos pacientes

com sintomatologia similar. Lembrando que outros vírus respiratórios, também ocorrem sob a forma de surtos e, eventualmente, circulam ao mesmo tempo, tais como influenza, parainfluenza, rinovírus, vírus sincicial respiratório, adenovírus e outros coronavírus. As definições de caso suspeito de Doença Respiratória de 2019-nCoV são baseadas nas informações atualmente disponíveis e podem ser revisadas a qualquer momento.

Dados da OMS sugerem que a transmissão pelo Coronavírus possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas. A transmissão pessoa-pessoa se dá através da via respiratória, por secreções produzidas durante episódios de tosse, espirros e coriza, semelhante à transmissão dos vírus respiratórios, como influenza. A transmissibilidade dos pacientes infectados por CORONAVIRUS é em média de 7 dias após o início dos sintomas.

O período médio de incubação da infecção por Coronavírus é de 5 a 12 dias.

Não há vacina ou tratamento específico até o momento para infecção por Coronavírus apenas tratamento de suporte para doença respiratória. No entanto, deve-se levar em consideração os demais diagnósticos diferenciais pertinentes e o adequado manejo clínico.

Em caso de suspeita para SRAG/INFLUENZA/CORONAVIRUS (histórico epidemiológico) não retardar o início do tratamento com Fosfato de Oseltamivir conforme protocolo, disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolotratamento> ; OU site: dive.sc.gov.br

Descreve – se a seguir a estrutura física, recursos humanos e ações para conter o avanço e/ou intervir nos casos suspeitos de Influenza e Coronavírus.

2 – RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FÍSICOS

ESF MAIS MÉDICOS (ATENDIMENTO EXCLUSIVO PARA SÍNDROMES GRIPAIS)

Médico	01
Enfermeira	01
Técnico enfermagem	01
Recepção	01 (odontóloga)
Serviços gerais	01

ESF MÁRIO FRARE

Médico	01
Enfermeira	01
Técnico enfermagem	02
Recepção	01
ACS	02 (por dia)
Serviços gerais	02
Farmacêutica	01
Vacinadoras	02
Agente de endemias	01
VISA	01

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Auxiliar administrativo	01
Motoristas	03

3 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ações/ Atividades

- ü Monitorar casos suspeitos e acompanhar os casos confirmados e contatos;
- ü Acompanhar e alimentar os dados epidemiológicos sobre a circulação de SARS-CoV-2 e outros vírus respiratórios no estado e município;
- ü Capacitar profissionais de saúde nos fluxos epidemiológicos;
- ü Emitir alertas para os profissionais de saúde;
- ü Manter o funcionamento de sala de situação no município, acompanhando dados epidemiológicos e fluxos da rede assistencial;
- ü Elaborar e divulgar os informativos Epidemiológicos e outras análises necessárias conforme de manda da gestão e a necessidade da situação;
- ü Emitir alertas para os serviços de saúde do município;
- ü Assessorar as equipes do município na investigação de surtos;
- ü Apoiar os profissionais de saúde na investigação oportuna dos óbitos, surtos e situações inusitadas, de acordo com a capacidade operacional da equipe e colaboradores e sempre que solicitado ou identificado à necessidade de apoio da esfera local;
- ü Participar videoconferência com gestores das Gerências Regionais de Saúde prioritárias (conforme número de casos e óbitos), sempre que necessário;
- ü Coordenar a execução de medidas preparatórias de contenção e de mitigação;

- ü Desenvolver estratégias e mecanismos de cooperação;
- ü Elaborar material informativo e educativo;
- ü Fornecimento de material educativo para as empresas e demais entidades;
- ü Manter os serviços de saúde atualizados quanto aos níveis de alerta.
- ü Garantir a distribuição de kit de coleta para vírus respiratórios, conforme a disponibilidade da Regional de Saúde;
- ü Realizar a detecção de outros vírus respiratórios identificados na rotina para exclusão de casos suspeitos de COVID-19;
- ü Enviar amostras biológicas para o laboratório de referência do estado;
- ü Realizar capacitação para os profissionais da rede de saúde para realização da coleta do exame.

4 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Ações/ Atividades

- ü Intensificar a verificação da existência e cumprimento do protocolo e do processo de Higienização das mãos nos serviços de saúde (Protocolo de segurança do paciente: Higienização das Mãos);
- ü Verificar em inspeção se há disponibilidade contínua de insumos para a correta higiene das mãos, conforme a RDC nº 42/2010 (Anvisa, 2010);
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0042_25_10_2010.html
- ü Verificar em inspeção se o serviço de saúde está instituindo os protocolos de isolamento de pacientes suspeitos e confirmados desde a triagem até a internação e transferência em caso de necessidade;
- ü Reforçar a aplicação de precauções de contato, em adição às precauções padrão para profissionais de saúde, visitantes e acompanhantes;
- ü Verificar a disponibilidade de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para o manejo do paciente e suas secreções, além da correta paramentação para lidar com o ambiente em torno do paciente, suspeito e ou confirmado;
- ü Verificar a implementação dos protocolos e processos de limpeza e desinfecção de ambientes (Segurança do paciente em serviços de saúde: Limpeza e Desinfecção de Superfícies/ANVISA, 2012);
- ü Verificar o cumprimento da Nota Técnica 04/2020/ANVISA, ou outra que vier a substituí-la;
- ü Realizar atualizações (treinamentos/ capacitações) quanto à higiene das mãos observando os cinco momentos, precauções e isolamentos, uso de EPIs, limpeza e desinfecção de superfícies e etiqueta da tosse;
- ü As superfícies envolvem aquelas próximas, exemplo mobiliário e equipamentos que ficam a um raio de aproximadamente dois metros do paciente, além de maçanetas, interruptores de luz, chave, entre outros;
- ü A limpeza e desinfecção de superfícies, processamento de roupas e produtos para a saúde;
- ü Orientar os profissionais e trabalhadores de saúde quanto a: Precaução Padrão no atendimento a todos os pacientes, "Precaução por Gotícula" para os casos suspeitos ou confirmados de influenza e "Precaução por Aerossol" para os casos em que o atendimento gere aerossolização das secreções como: aspiração de secreções, entubação etc.
- ü Uso de EPI pelos profissionais da saúde durante a assistência direta ao paciente, conforme a indicação, pelos trabalhadores de saúde que tenham contato com o paciente e ou superfícies e materiais utilizado pelo mesmo ou visitante;
- ü Oferecer máscara cirúrgica aos pacientes suspeitos para síndrome gripal;
- ü Orientar sobre a frequente higienização das mãos, observando os cinco momentos;
- ü Orientar etiqueta respiratória: utilizar lenço descartável para higiene nasal, cobrir nariz e boca quando espirrar ou tossir utilizando lenço descartável e/ou com a parte interna da dobra do braço na altura do cotovelo, evitar tocar as mucosas dos olhos, boca e nariz, higienizar as mãos após tossir e espirrar;
- ü Orientar os profissionais de saúde com relação a utilização dos EPIs, estes devem ser imediatamente removidos após a saída do quarto, enfermaria ou áreas de isolamento;
- ü Evitar tocar superfícies com luvas, mãos e/ou outro EPI contaminado;
- ü Orientar os profissionais de saúde quando da realização de procedimentos que gerem aerossóis e gotículas para a possibilidade do uso de máscara cirúrgica descartável sobre o respirador particulado (N95 ou PFF2), a fim de evitar a contaminação externa deste último, aumentando sua vida útil.
- ü Fornecer material educativo e informativo para todos os serviços de saúde.

5 – ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Ações / Atividades

- ü Responsabilizar-se pelo acompanhamento da população adscrita ao longo do tempo no que se refere ao enfrentamento da SRAG pelo novo Coronavírus;
- ü Ampliar o horário de atendimento para situações da SRAG pelo novo Coronavírus POSITIVO;
- ü Organizar o processo de trabalho das equipes para garantir que os casos da SRAG pelo novo Coronavírus tenham prioridade no atendimento, cancelando as consultas agendadas para o período da pandemia;
- ü Avaliar os casos suspeitos e confirmados para COVID-19 que não necessitam de hospitalização, levando-se em consideração se o ambiente residencial é adequado e se o paciente é capaz de seguir as medidas de precaução recomendadas pela equipe de saúde.
- ü Garantir espaços institucionalizados para Educação Permanente em Saúde no cotidiano das equipes, na carga horária para reuniões, fóruns e videoconferência;
- ü Desenvolver ações intersectoriais em interlocução com escolas, associação de moradores, entre outros que tenham relevância na comunidade, para atenção integral;
- ü Contribuir, participando da definição de fluxos assistenciais na RAS, elaboração e implementação de protocolos e diretrizes clínicas para garantir a integralidade do cuidado da SRAG pelo novo Coronavírus;
- ü Notificar à vigilância epidemiológica a ocorrência de casos suspeito;
- ü Seguir os fluxos internos dos serviços;
- ü O transporte se dará com ambulância em pacientes que necessitam de hospitalização.

6 – URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Ações / Atividades

- ü Apoiar as ações da vigilância à investigação de casos suspeitos;
- ü Notificar à vigilância a ocorrência de casos suspeitos através de e-mail ou telefone;
- ü Realizar o preenchimento da notificação, FormSUScap (<http://bit.ly/2019ncov>)GAL, nos casos suspeitos;
- ü Realizar a coleta de material biológico para análise no caso suspeito;
- ü Participar de treinamentos, reuniões, capacitações e videoconferências;
- ü Capacitação para diagnóstico precoce e manejo dos casos;
- ü Estruturação com EPIs e equipamentos essenciais;
- ü Seguir os fluxos internos dos serviços;
- ü O transporte se dará com ambulância em pacientes que necessitam de hospitalização.

7 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Ações / Atividades

- ü Dimensionar e estabelecer fluxo de transporte de pacientes para unidades especializadas;
- ü Identificar e normatizar fluxos de referência e contra referência;
- ü Incentivar a realização de reuniões técnicas sobre COVID-19;
- ü Prestar informações diárias sobre os casos de pacientes suspeitos/confirmados com COVID-19;
- ü Avaliar as condições de acesso da população aos serviços de assistência;
- ü Disponibilizar equipe técnica para discussão da organização da rede de manejo clínico, do fluxo de pacientes com COVID-19.

8 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Ações / Atividades

- ü Monitorar os estoques de antiviral disponíveis no município em todas as suas apresentações; (Oseltamivir - VE);
- ü Realizar programação de medicamentos (Oseltamivir) em conjunto com a Vigilância Epidemiológica e encaminhar para a Regional de Saúde;
- ü Emitir relatórios mensais para acompanhamento do estoque.

9 – LOGÍSTICA

Ações/ Atividades

- ü Garantir o antiviral para os serviços de saúde;
- ü Aprimorar mecanismos de envio de medicamentos e insumos para as Unidades de Saúde do município em situação emergencial.
- ü Garantir o transporte e uso de EPI's adequado ao paciente suspeito grave ou que necessite de um diagnóstico complementar, preferencialmente com ambulância e motorista capacitado. (Utilizar orientação do anexo 2)
- ü Garantir recursos humanos de acordo com os níveis de ativação;

10 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Articulação para mobilizar profissionais de saúde e outras secretarias e a imprensa local/regional.

Com o auxílio da imprensa escrita e falada (redes sociais, e-mail e rádio locais), será realizada a divulgação necessária sobre os cuidados individuais e coletivos acerca da INFLUENZA/CORONAVÍRUS.

Porta voz: Secretário de Saúde Municipal/ representante, sempre que necessário, para os meios de comunicação o boletim epidemiológico de Dona Emma.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

- ü Capacitação para os médicos e enfermeiros;
- ü Capacitação para os técnicos de enfermagem, ACS e outros profissionais;
- ü Capacitação a outros setores conforme necessidade.

ATIVIDADES VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO:

Serão executadas pelas equipes de ESFs e outros profissionais por meio de orientações e acolhimento. São elas:

- ü As ESFS deverão orientar todas as escolas sobre prevenção e transmissão dos vírus respiratórios;
- ü As equipes multiprofissionais deverão orientar os participantes dos clubes de mães e idosos à cerca do assunto;

Disponibilização da estrutura física, e material se elevado número de casos e sintomas. Todas as atividades estão previstas para serem

executadas no período de epidemia, a partir de 23/03/2020.

11 – RECURSOS MATERIAIS E FÍSICOS – NA EPIDEMIA

Em cada Unidade Básica de Saúde	02 aparelho de Pressão – adulto
	01 aparelho de Pressão – Infantil
	02 estetoscópio
	02 consultórios
	01 oxímetro.
	02 termômetros

Com o aumento dos casos de síndrome gripal as unidades básicas de saúde, estenderão o horário de atendimento, se necessário, e haverá contratação de emergência de profissionais de saúde caso haja necessidade. Funcionários com férias previstas ou em gozo, terão as férias canceladas se houver necessidade.

12 – CONDOTA CLÍNICA NOS ATENDIMENTOS DE PACIENTES SUSPEITOS

Classificação de Risco e Manejo do Paciente nas Unidades Básicas de Saúde de Dona Emma.

O Município de Dona Emma contará com estrutura especializada para o atendimento de pacientes com Síndrome Gripal, um Centro de Triagem, localizado na Unidade de Saúde Mário Frare (Centro). Entre as medidas relacionadas à diminuição da transmissibilidade do Coronavírus, uma das medidas eficazes é minimizar o fluxo e aglomeração de pessoas.

A partir do início das atividades do Centro de Triagem (23/03/2020), os encaminhamentos na Unidade de Saúde Mário Frare, se dará apenas de forma REFERENCIADA, sendo que os atendimentos somente ocorrerão por encaminhamento MÉDICO da unidade acima elencada ou via ambulância de plantão.

A indicação de atendimento hospitalar será para os pacientes que apresentarem febre E/OU dispnéia.

a) Síndrome gripal SRAG (INFLUENZA e CORONAVÍRUS)

Na ausência de outro diagnóstico específico, considerar o paciente com febre, de início súbito, mesmo que referida, acompanhada de tosse ou dor de garganta e pelo menos um dos sintomas: mialgia, cefaleia ou artralgia.

Crianças com menos de 2 anos de idade considerar, na ausência de outro diagnóstico específico, febre de início súbito, mesmo que referida E sintomas respiratórios: tosse, coriza e obstrução nasal;

As definições de caso suspeito de Doença pelo SARS-CoV-2, denominada pela OMS como COVID-19, são baseadas nas informações atualmente disponíveis e podem ser revisadas a qualquer momento. Todos os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente às autoridades epidemiológicas locais através de contato telefônico, seguindo o fluxo de notificação já estabelecido: Município – Estado – Ministério da Saúde.

As informações devem ser inseridas na ficha de notificação (<http://bit.ly/2019-ncov>). Quando solicitado, os códigos CID10 a serem usados são: B34.2 – Infecção por coronavírus de localização não especificada e U07.1 – Infecção respiratória pelo novo coronavírus.

Os casos suspeitos enquadram-se nas seguintes situações:

*Transmissão local é definida como a confirmação laboratorial de transmissão do SARS-CoV-2 entre pessoas com vínculo epidemiológico comprovado. Os casos que ocorrerem entre familiares próximos ou profissionais de saúde de forma limitada não serão considerados transmissão local. As áreas com transmissão local serão atualizadas e disponibilizadas no site do Ministério da Saúde, no link:

<http://plataforma.saude.gov.br/novocoronavirus/#2019-nCov-world>

Até o momento não foi possível comprovar ou refutar a hipótese de que a transmissão do SARS-CoV-2 possa ocorrer mesmo sem o aparecimento de sinais e sintomas. A transmissão pessoa-pessoa se dá através da via respiratória, por secreções produzidas durante episódios de tosse, espirros e coriza, semelhante à transmissão do vírus da influenza.

b) Condutas

Na Unidade Básica de Saúde: Consulta de enfermagem com ênfase, para sintomatologia da síndrome, exame físico, sinais vitais, acrescido de saturação. Todo paciente ao chegar na unidade com sintomas será ofertado uma máscara e encaminhado a um local reservado e terá prioridade no atendimento médico e de enfermagem, com espera máxima de 20 minutos.

- ü Suspeitando de SG iniciar imediatamente o tratamento com Osetalmivir por 5 dias (no mínimo);
- ü Retornar à Unidade de Origem após o término do tratamento independente do primeiro local de atendimento;
- ü Apresentando piora do quadro retornar a Unidade imediatamente;
- ü Pacientes com suspeita de CORONAVÍRUS devem ser encaminhados ao Hospital de referência.

Consulta Médica

Síndrome gripal (SG):

Síndrome respiratória aguda grave (SRAG):

Encaminhar para o Hospital com o encaminhamento prescrito com triagem e CID, na requisição do raio x em dados clínicos, destacar SRAG . Paciente deverá chegar no Hospital com máscara para ser atendido como prioridade SRAG.

Atendimento Hospitalar:

Caso síndrome respiratória aguda grave (SRAG), e internação, coletar exame conforme NOTA TÉCNICA Nº 001/2020 DIVE/LACEN/SES/SC, para detecção do vírus. Notificar, investigar e comunicar a vigilância epidemiológica em horário comercial. Após horário comercial, final de semana e feriados, entrar com medicação profilática e entrar em contato com a Vigilância Epidemiológica de plantão para encaminhamento da coleta se necessário.

Após paciente ser avaliado no Hospital, se o médico suspeitar de INFLUENZA/CORONAVÍRUS e o mesmo entrar com a profilaxia, o paciente deve sair do Hospital (independentemente de estar no PS ou em internação) com tratamento completo. Orientar o paciente que após término do tratamento deverá retornar a sua Unidade de Saúde para avaliação. Cabe ao HWC comunicar a vigilância epidemiológica via e-mail todos os casos atendidos.

Fica de responsabilidade da secretaria de saúde o transporte e envio da coleta do paciente internado, dentro de 24 horas, para o LACEN de Florianópolis em temperatura de 2° a 8°C;

Todo e qualquer paciente, do nosso município de residência, estando internado no Hospital de referência, deverá ser realizada sua coleta, notificado pelo Hospital e transportado pela secretaria de saúde de Dona Emma. É de responsabilidade da Vigilância Epidemiológica comunicar à Unidade de Saúde de origem dos pacientes egressos do Hospital.

13 – MEDICAÇÕES, EXAMES E MATERIAIS PARA PROTEÇÃO DA EQUIPE E PACIENTE

Será necessário o fornecimento de recursos da Secretaria Municipal de Saúde, para manutenção do Plano Municipal de Contingência da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios), conforme estimativa de casos de influenza no município de Dona Emma, segue tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
MEDICAMENTO	MATERIAL
Paracetamol cp	Luva de procedimento P
Paracetamol gts	Luva de procedimento M
Dipirona cp	Luva d procedimento PP
Dipirona gts	Avental descartável
Azitromicina cp	Máscara descartável
Azitromicina susp	Máscara N95
Amoxicilina + Clavulanato cp	Álcool Gel
Amoxicilina+ Clavulanato susp	Álcool líquido 70
Ciprofloxacino cp	Óculos
Sulfametoxazol + trimetoprima	Oxímetro
Osetalmivir 75mg	Papel Toalha
Prednisona 20mg	Lençol descartável
Prednisolona xarope	Raio X – PA e Perfil
Berotec	Touca cirúrgica
Atrovent	Oxigênio
Paco	Ambu
	Cateter nasal

Contaremos com veículo de sobreaviso da Secretaria Municipal de Saúde. Devido à magnitude da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios), as ações profiláticas e imediatas são importantes para atender as demandas da população e dos profissionais de saúde. Além dos esforços dos governos estadual e municipal, para adoção de ações com a finalidade de controlar e reduzir a propagação da INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios) em nosso município.

A atenção básica é o contato preferencial de acesso da população aos serviços de saúde. As notificações dos casos de SRAG hospitalizados de maneira oportuna no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-gripe) são importantes, pois dessa maneira é possível monitorar a situação epidemiológica e embasar os gestores para tomada de decisão nas medidas de prevenção e INFLUENZA E CORONAVÍRUS (vírus respiratórios).

ANEXOS**ANEXO 1 – CENTRAL DA CRISE**

Criada uma central da crise para enfrentamento da pandemia por CORONAVÍRUS/INFLUENZA, formando uma rede de comunicação entre SMS.

Definiu-se:

AÇÃO	RESPONSÁVEL
------	-------------

Vigilância epidemiológica fica responsável pela vinculação de informação nas mídias;	Cátia Fritz Batista Leite
Criar central de informações sobre CORONAVÍRUS	Bianca Lima Chagas
Um motorista da SMS fica de sobre aviso para buscar o KIT de coleta quando for necessário realizar a testagem em paciente internado	Conforme escala de plantão
Rastreamento e monitoramento dos casos; ESF's, Vigilância Epidemiológica e Sanitária	Cátia Fritz Batista Leite Joice Mara Amarante
Levantamento de casos a cada 24h;	Cátia Fritz Batista Leite Joice Mara Amarante
Envio de planilha de monitoramento diário a vigilância epidemiológica	Cátia Fritz Batista Leite
Iniciar horário estendido, em caso confirmado, na Unidade Básica de Saúde Mário Frare semana conforme evolução dos casos;	Coordenação de Atenção Básica.
Defesa Civil	Jeison Felipe Adam

DECRETO Nº 028/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418091

DECRETO Nº 028/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Abre crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Dona Emma.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1607/2020, de 24 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 387.711,71 (trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e onze reais e setenta e um centavos) nas modalidades de aplicação a seguir especificadas, no orçamento vigente do Município de Dona Emma:

Órgão	03	Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	
Unidade	03.02	Serviços de Finanças	
Op. Especial:	28.845.0022.0.004	Contribuição ao PASEP	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	
Modalidade:.....	3.3.20.00.00.00.00	Transferências a União (205)	3.877,11
Órgão	04	Secretaria da Ação Social	
Unidade	04.01	Fundo Municipal de Assistência Social de Dona Emma	
Atividade....	08.244.0007.2.301	Manutenção dos Serviços de Ação Social	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	
Modalidade:.....	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (204)	40.000,00
Órgão	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade	08.01	Setor de Obras e Serviços Urbanos	
Projeto	15.451.0017.1.701	Pavimentação de Ruas e Passeios	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	
Modalidade:.....	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (206)	234.217,82
Atividade....	15.452.0012.2.706	Manutenção de Praças, Jardins e Vias Públicas	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	
Modalidade:.....	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (207)	109.616,78
		TOTAL GERAL	387.711,71

Art. 2º Para cobertura do artigo anterior desta Lei, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior na Fonte de Recursos 3250 - Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 – Superávit.

Art. 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar pelo Excesso de Arrecadação obtido pela aplicação financeira dos recursos da Fonte de Recursos 0050 - Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 no corrente exercício.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE

Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 029/2020, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418431

DECRETO Nº 029/2020, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990,

CONSIDERANDO, a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 025/2020, de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Dona Emma, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos nº 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Dona Emma, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Dona Emma, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte de estudantes;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro/pousadas, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – Mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e piscina.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - Determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do Coronavírus.

Art. 4º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Dona Emma (SC), 25 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418083

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 79/2006, de 12 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para a execução dos Programas de Saúde da Família (PSF) e de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina...

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a carga horária do cargo de Fisioterapeuta do PSF, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, bem como sua remuneração mensal de R\$ 3.179,40 para R\$ 4.769,10 na forma do Anexo I que faz parte integrante desta Lei.

§ 1º A alteração da carga horária de trabalho, de que trata o artigo anterior, somente será efetuado mediante requerimento do atual detentor do cargo.

§ 2º Caso o Fisioterapeuta do PSF não optar pela jornada de 30 (trinta) horas semanais de trabalho, passará a integrar quadro isolado com a vaga remanescente de Fisioterapeuta do PSF com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, cujo cargo fica automaticamente extinto com a vacância da vaga.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO I

LEI COMPLEMENTAR Nº 79/2006, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006

QUADRO DE CARGOS DE EMPREGOS PÚBLICOS

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	VENCIMENTO MENSAL = R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Médico do PSF	01	15.261,12	40 horas
Odontólogo do PSF	01	6.613,14	40 horas
Fisioterapeuta do PSF	01	4.769,10	30 horas

Técnico em Enfermagem do PSF	02	1.653,28	40 horas
Enfermeiro do PSF	01	4.048,41	40 horas
Agente Comunitário de Saúde	10	1.548,91	40 horas

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418086

LEI COMPLEMENTAR Nº 161/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Introduz Dispositivo na Lei Complementar Nº 02/91 de 16 de Abril De 1991 – Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina ...

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aditado o Parágrafo 7º ao artigo 100 da Lei complementar nº 02/91 de 16 de abril de 1991, com a seguinte redação:

ART. 100 -

§ 7º - As férias poderão ser fracionadas em até 3 (três) períodos, mediante negociação, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 (catorze) dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias corridos, cada um.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1607/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418075

LEI Nº 1607/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Abre créditos adicionais suplementares no orçamento vigente do Município de Dona Emma.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no montante de R\$ 387.711,71 (trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e onze reais e setenta e um centavos) nas modalidades de aplicação a seguir especificadas, no orçamento vigente do Município de Dona Emma:

Órgão	03	Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	
Unidade	03.02	Serviços de Finanças	
Op. Especial:	28.845.0022.0.004	Contribuição ao PASEP	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	
Modalidade:	3.3.20.00.00.00.00	Transferências a União (205)	3.877,11
Órgão	04	Secretaria da Ação Social	
Unidade	04.01	Fundo Municipal de Assistência Social de Dona Emma	
Atividade:	08.244.0007.2.301	Manutenção dos Serviços de Ação Social	
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit	

Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (204)	40.000,00	
Órgão	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos		
Unidade	08.01	Setor de Obras e Serviços Urbanos		
Projeto	15.451.0017.1.701	Pavimentação de Ruas e Passeios		
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit		
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (206)	234.217,82	
Atividade....	15.452.0012.2.706	Manutenção de Praças, Jardins e Vias Públicas		
Recursos	3250	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 - Superávit		
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (207)	109.616,78	
		TOTAL GERAL	387.711,71	

Art. 2º Para cobertura do artigo anterior desta Lei, serão utilizados os recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior na Fonte de Recursos 3250 - Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 – Superávit.

Art. 3º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar pelo Excesso de Arrecadação obtido pela aplicação financeira dos recursos da Fonte de Recursos 0050 - Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019 no corrente exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1608/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418079

LEI Nº 1608/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Altera a remuneração dos Conselheiros Tutelares de que trata o artigo 25-A da Lei nº 910/93, de 30 de novembro de 1993 e estabelece outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 25-A da Lei nº 910/93 de 30 de novembro de 1993, aditado pela Lei nº 1433/2013 de 5 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25-A A remuneração mensal, a título de representação, de cada Conselheiro Tutelar, compreendendo plantões, sobreavisos, participações em cursos, capacitações, reuniões, orientações, atos solenes e outras atividades pertinentes a função de Conselheiro Tutelar de acordo com o previsto nesta Lei e no Estatuto da Criança e do Adolescente, será equivalente ao valor constante no nível 30 (trinta) da Tabela de Níveis de Vencimentos e Funções Gratificadas constante do Anexo V da Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

LEI Nº 1609/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418080

LEI Nº 1609/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Concede revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais ativos e inativos e dos subsídios dos agentes políticos do Município de Dona Emma.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual, no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a ser aplicado sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores públicos municipais ativos, ocupantes de cargos efetivos, em comissão, empregos públicos e contratações temporárias e sobre os proventos de aposentadoria, complementação de proventos e pensões dos servidores públicos municipais inativos, a partir de 1º de abril de 2020, de acordo com a variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, tendo como base o período compreendido entre 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica concedida revisão geral anual, no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a ser aplicado sobre os subsídios dos agentes políticos do Município de Dona Emma, fixados na Lei Municipal nº 1511/2016, de 28 de junho de 2016, a partir de 1º de abril de 2020, de acordo com a variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, tendo como base o período compreendido entre 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020.

Art. 3º A tabela de níveis de vencimentos e funções gratificadas de que trata o Anexo V da Lei Complementar nº 03/91, de 16 de abril de 1991, passa a vigorar com os valores constantes do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS**QUADRO DE PESSOAL ANEXO I**

NÍVEL	VENCIMENTO E/OU GRATIFICAÇÃO = R\$	NÍVEL	VENCIMENTO E/OU GRATIFICAÇÃO = R\$	NÍVEL	VENCIMENTO E/OU GRATIFICAÇÃO = R\$
1	321,69	32	1.459,93	63	6.625,29
2	337,79	33	1.532,84	64	6.956,56
3	354,72	34	1.609,63	65	7.304,37
4	372,38	35	1.690,10	66	7.669,61
5	390,99	36	1.774,66	67	8.053,09
6	410,57	37	1.863,34	68	8.455,76
7	431,08	38	1.956,43	69	8.878,54
8	452,65	39	2.054,23	70	9.322,49
9	475,33	40	2.157,11	71	9.788,60
10	499,16	41	2.264,94	72	10.278,05
11	524,01	42	2.378,13	73	10.791,94
12	550,20	43	2.497,04	74	11.331,55
13	577,73	44	2.621,90	75	11.898,09
14	606,61	45	2.752,96	76	12.492,98
15	636,98	46	2.890,65	77	13.117,64
16	668,83	47	3.035,22	78	13.773,55
17	702,29	48	3.187,03	79	14.462,22
18	737,42	49	3.346,33	80	15.185,33

19	774,26	50	3.513,69	81	15.944,57
20	813,01	51	3.689,24	82	16.741,82
21	853,60	52	3.873,76	83	17.578,91
22	896,30	53	4.067,44	84	18.457,86
23	941,11	54	4.270,78	85	19.380,76
24	988,08	55	4.484,37	86	20.349,80
25	1.037,54	56	4.708,50	87	21.367,31
26	1.089,44	57	4.943,96	88	22.435,65
27	1.143,99	58	5.191,06	89	23.557,42
28	1.201,10	59	5.450,61	90	24.735,33
29	1.261,13	60	5.723,16	91	25.972,07
30	1.324,21	61	6.009,33	92	27.270,68
31	1.390,47	62	6.309,78	93	28.634,21

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

LEI Nº 1610/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418082

LEI Nº 1610/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Concede revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores e da remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de Dona Emma.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual, no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a ser aplicado sobre os subsídios dos vereadores do Município de Dona Emma, fixados na Lei Municipal nº 1510/2016, de 28 de junho de 2016, a partir de 1º de abril de 2020, de acordo com a variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, tendo como base o período compreendido entre 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica concedida revisão geral anual, no percentual de 3,92% (três inteiros e noventa e dois centésimos por cento), a ser aplicado sobre os vencimentos e funções gratificadas dos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de Dona Emma, a partir de 1º de abril de 2020, de acordo com a variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, tendo como base o período compreendido entre 1º de março de 2019 e 29 de fevereiro de 2020.

Art. 3º O Anexo IV da Lei Complementar nº 067/2003, de 11 de novembro de 2003, passa a vigorar com os valores constantes do Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, para produzir efeitos a partir de 1º de abril de 2020.

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

QUADRO DE PESSOAL ANEXO I

NÍVEL	VENCIMENTO E/OU GRATIFICAÇÃO = R\$	NÍVEL	VENCIMENTO E/OU GRATIFICAÇÃO = R\$
01	753,36	21	1.999,28
02	791,03	22	2.099,25
03	830,55	23	2.204,23
04	872,09	24	2.314,45

05	915,72	25	2.430,23
06	961,50	26	2.551,68
07	1.009,64	27	2.679,31
08	1.060,09	28	2.813,26
09	1.113,13	29	2.953,95
10	1.168,85	30	3.101,67
11	1.227,30	31	3.256,79
12	1.288,62	32	3.419,62
13	1.353,06	33	3.590,64
14	1.420,76	34	3.770,16
15	1.491,79	35	3.958,68
16	1.566,44	36	4.156,64
17	1.644,81	37	4.364,49
18	1.727,05	38	4.582,78
19	1.813,36	39	4.811,94
20	1.904,04	40	5.052,55

Dona Emma (SC), 24 de março de 2020.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 015, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417859

DECRETO N.º 015, de 18 de Março de 2020.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 466/19, de 13/11/2019 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003– Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.90.00.00.00.00.0080 (10) – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recurso Próprio) no valor de R\$85.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 18 de Março de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 017, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418590

DECRETO Nº 017, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre prorrogação e aplicação de novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como ratifica medidas dispostas na legislação federal e estadual.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 014/2020 que implementava ações, no âmbito do Município de Ermo para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre prorrogação e aplicação de novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como ratifica medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, ficam prorrogadas:

I - até 31 de março de 2020, as medidas de suspensão:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) da entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) do atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II - até 19 de abril de 2020, as medidas de suspensão:

a) das aulas das unidades da rede pública no território do município, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

III - até 26 de abril de 2020, as medidas de proibição:

a) de realização eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades e eventos esportivos, de lazer, artísticos, culturais, acadêmicos, políticos, científicos, comerciais, religiosos, em locais abertos ou fechados;

b) de concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças.

IV – por tempo indeterminado:

a) a suspensão das atividades com grupos de idosos, clube de mães, atividades de oficinas de famílias, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, plenária e reuniões de Conselhos Municipais.

b) a restrição a visitas externas nas Instituições de longa permanência de idosos, além da adoção de protocolos de higiene dos profissionais e ambientes, bem como o isolamento dos sintomáticos respiratórios;

c) a suspensão das visitas domiciliares e atendimentos dos serviços de CRAS, Conselho Tutelar e demais programas realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que ocorrerão somente em situações prioritárias e emergenciais.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020 e Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Ermo-SC, em 25 de março de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 016, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418059

DECRETO Nº 016, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre a adoção de medidas para enfrentamento ao Novo Coronavírus (Covid – 19), e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e Considerando:

- O disposto Na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

- O Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

- A Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

- A Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

- O Decreto Municipal nº 014, de 18 de março de 2020 que Declara situação de emergência no Município de ERMO-SC e define outras

medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

- A situação mundial em decorrência da Pandemia por Coronavírus (COVID -19);

- A necessidade de organização do fluxo de atendimento aos pacientes tidos como suspeitos, de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde, bem como da Organização Mundial da Saúde;

- A necessidade de evitar grande circulação de usuários nas dependências da unidade de saúde;

Art. 1º A Unidade de Atenção Básica à Saúde (inclusive PSF) deve adotar as seguintes medidas, de acordo com o Plano Municipal de Contingência para resposta aos atendimentos em saúde pública doença pelo SARS-COV-2 - COVID-19:

a) Fornecer máscaras de proteção para os servidores que atuam na Recepção e no setor de limpeza da unidade;

b) Suspender o agendamento de consultas;

c) Adotar o atendimento por "LIVRE DEMANDA", mediante Classificação de Risco, dando prioridade no atendimento para os pacientes com sintomas gripais;

d) Fornecer máscaras de proteção para os pacientes que apresentarem sinais gripais, se possível, antes mesmo de serem submetidos à Classificação de Risco;

e) Suspender atendimentos que possam ser realizados assim que o período de risco de disseminação do COVID – 19 for superado, tais como: Coleta de CCO, monitoramento de condicionalidades para o BOLSA FAMÍLIA, cadastramento domiciliar realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, entre outros;

f) Para os pacientes com condições crônicas, a critério médico, prescrever medicação suficiente para 90 dias de uso;

g) Os Agentes comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias (observando uma distância de 2 metros entre indivíduos) deverão orientar a comunidade sobre a importância de procurar uma unidade de saúde em últimos casos, para evitar aglomerações na unidade de saúde;

h) As salas de vacina deverão funcionar normalmente;

i) Os casos considerados "suspeitos" segundo os protocolos oficiais, a critério médico, deverão ser notificados diariamente à Vigilância Epidemiológica municipal para encaminhamento.

j) Os casos "descartados", por não se enquadrar, no momento, aos protocolos de definição de casos, deverão ser notificados diariamente à Vigilância Epidemiológica municipal, com as devidas informações de contato telefônico, para MONITORAMENTO constante;

Art. 3º A Saúde Bucal do Município deve adotar as seguintes medidas:

a) Suspender TODAS as consultas odontológicas eletivas (Cirurgiões dentistas Clínicos e Especialistas);

b) Atender apenas casos de urgência e emergência odontológica, definidos pela classificação de risco;

c) Limitar a um (01) acompanhante no caso de pacientes que necessitem desse auxílio;

Art. 4º Os Programas Sociais coordenados pela Secretaria de Assistência Social ficam suspensos por tempo indeterminado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de março de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2577/2020

Publicação Nº 2417886

DECRETO 2577, de 17 de março de 2020.

Anula Processo Licitatório que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal do Município de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no artigo 49, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Considerando o requerido pela empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais Ltda.

Considerando parecer da Assessoria Jurídica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 031/2020, modalidade Pregão nº 020/2020 – ente Município de Erval Velho – Objeto: Contratação de Serviços de Coleta, Transporte e Destinação Final de Lixo no Município.

Art. 2º Fica determinada a reedição do Edital com as correções necessárias indicadas pela Requerente e Parecer Jurídico.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 17 de março de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2578/2020

Publicação Nº 2417889

DECRETO 2578, de 17 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS – COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do artigo 195 da Constituição da República, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, publicada em 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Declaração de Pandemia Global, pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 11 de março de 2020, por causa da

rápida expansão do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, o Decreto nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, afim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO, que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam adotadas no âmbito do Município de Erval Velho, ações preventivas ao enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), de imediato, sem prejuízo de outras que vierem a ser propostas pela Administração Municipal, as seguintes medidas:

I - suspensão temporária de todos os eventos realizados em locais públicos fechados e abertos;

II – suspensão temporária de todas as atividades de educação em saúde (hipertensos, diabéticos, gestantes e grupos realizados pelo NASF);

III - suspensão temporária de todas as atividades dos Grupo de Idosos;

IV - suspensão temporária de atividades presenciais do Centro de Referência de Assistência Social e CREAS;

V - suspensão temporária dos eventos culturais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

VI - suspensão temporária das atividades e eventos esportivos de responsabilidade da Comissão Municipal de Esportes;

VII - suspensão temporária da realização de eventos de grande aglomeração de pessoas, sejam públicos ou privados.

Art. 2º De acordo com a determinação do Decreto nº 509 de 17 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, ficam suspensas no Município por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, inclusive as aulas nas unidades das redes públicas, incluindo Educação Infantil e Ensino Fundamental, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

§ 1º Não haverá prejuízo de conteúdo, nem frequência aos alunos que se ausentarem das aulas a partir de 17 de março de 2020, ficando recomendado as pessoas que tiverem condições para tanto, que não enviem os alunos para a escola.

§ 2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos, não fiquem sob cuidados de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período em que as aulas estiverem suspensas.

Art. 3º Recomenda-se a qualquer cidadão que apresentar febre e/ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), que tenha retornado de viagem internacional ou ainda que manteve contato com suspeito ou caso confirmado do COVID-19 nos últimos 10 (dez) dias que entre em contato com a Secretaria Municipal de Saúde através do seguinte telefone: (49) 3542-1206.

Art. 4º Fica instituído o Comitê de Resposta ao Coronavírus, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Parágrafo único. O Comitê de que trata o caput será composto por representantes dos seguintes segmentos:

I – Três membros da Secretaria Municipal de Saúde;

II – Um membro da Procuradoria-Geral do Município;

III – Um membro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IV – Dois membros do Gabinete do Prefeito Municipal;

V – Dois membros da Secretaria Municipal de Educação;

VI – Dois Membros da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

VII – Um membro da Polícia Militar;

VIII – Um membro da Defesa Civil.

Art. 5º O expediente interno nas dependências da Administração Pública Municipal estão mantidos.

Art. 6º O presente Decreto considera a atual situação, podendo ser alterado a qualquer momento mediante deliberação dos membros do Comitê em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 17 de março de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2579/2020

Publicação Nº 2417892

DECRETO 2579, de 18 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução

do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do artigo 195 da Constituição da República, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, publicada em 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Declaração de Pandemia Global, pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 11 de março de 2020, por causa da rápida expansão do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, o Decreto nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19 e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, afim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO, que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de Erval Velho, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 e do Decreto Municipal nº 2578, de 17 de março de 2020.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo Municipal, serão SUSPENSOS por 07 (sete) dias, o ATENDIMENTO AO PÚBLICO em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§1º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de município.

§2º As restrições definidas não se aplicam ao serviço de captação, distribuição e tratamento de água e esgoto e de coleta de lixo.

Art. 3º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 4º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens, insumos (álcool gel, luvas, máscaras, EPI's...) e de prestação de serviços relacionados à saúde necessários ao atendimento e controle da situação emergencial, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 7º As medidas previstas neste decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento pelo Comitê de Resposta ao Coronavírus, instituído pelo Decreto nº 2578, de 17 de março de 2020, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 18 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 18 de março de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2580/2020

Publicação Nº 2417894

DECRETO 2580, de 20 de março de 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO – SC; DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL N. 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único financiado nos termos do artigo 195 da Constituição da República, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria nº 188/GM/MS, publicada em 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Declaração de Pandemia Global, pela Organização Mundial da Saúde, (OMS) em 11 de março de 2020, por causa da rápida expansão do novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, o Decreto nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nº 2578 de 17 de março de 2020 e 2579 de 18 de março de 2020, que implementavam ações, no âmbito do Município Erval Velho - SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Erval Velho - SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III - eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 20 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 20 de março de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1521/2020

Publicação Nº 2417900

Lei n. 1521, de 17 de março de 2020.
Concede Revisão Geral Anual aos Servidores Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, Conselheiros Tutelares e aos Agentes Políticos e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido a Revisão Geral Anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, Conselheiros Tutelares e aos Agentes Políticos.

Art. 2º. O percentual de recomposição será de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento), o que corresponde à média aritmética da inflação registrada pelos índices do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M/ FGV (Índice Geral de Preços de Mercado), durante o período de março de 2019 até fevereiro de 2020, conforme estabelece o artigo 1º da Lei 1264 de 24 de março de 2011, sendo que este índice deverá ser aplicado sobre a remuneração dos servidores do mês de março de 2020.

Parágrafo único - Aos Servidores Municipais Ativos, Inativos ou Pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, será concedido além da inflação de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento) o aumento de 2,00% (dois por cento) de ganho real totalizando o reajuste de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento), EXCETO aos Agentes Políticos que somente receberão a recomposição correspondente a inflação de 5,38% (cinco vírgula trinta e oito por cento).

Art.3º. Caso após a aplicação do percentual correspondente à revisão de que trata o artigo 3º da presente Lei, seja, constatado vencimentos que não atinjam o valor do Salário Mínimo Nacional que é o Piso Salarial do Município, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, tudo presente a determinação contida no §1º, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

Parágrafo Único – Aos Servidores do Magistério que não atingirem o Piso Nacional após aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar por ato próprio a complementação.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 17 de março de 2020.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 090/2020

Publicação Nº 2417902

Lei Complementar nº 090, de 17 de março de 2020 que altera dispositivo da Lei Complementar 020/2009 de 08 de abril de 2009 e da Lei Complementar 021 de 07 de maio de 2009.

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS COMPLEMENTARES QUE DISPÕEM: NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS E NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º - O parágrafo 1º do artigo 12 da Lei Complementar 020 de 08 de abril de 2009, passa a ter a seguinte redação:

Artigo 12 – (...)

§ 1º - O Prêmio Assiduidade corresponde a R\$ 200,00 (duzentos reais) para uma carga horária de 40 horas será pago na mesma data do pagamento dos vencimentos do mês subsequente ao mês de verificação das condições de concessão.

Artigo 2º - O parágrafo 1º do artigo 19 da Lei Complementar 021 de 07 de maio de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 19 – (...)

§ 1º - O Prêmio Assiduidade, corresponde a R\$ 200,00 (duzentos reais) para uma carga horária de 40 horas será pago na mesma data do pagamento dos vencimentos do mês subsequente ao mês de verificação das condições de concessão.

Artigo 3º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à consolidação da presente Lei com os textos das Leis Complementares 020 de 08 de abril de 2009 e 021 de 07 de maio de 2009.

Artigo 4º - O valor do Prêmio previsto nesta Lei Complementar será aplicado a partir do mês de abril de 2020 com base nos levantamentos efetuados no mês de março de 2020.

Artigo 5º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Júnior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria, em 17 de março de 2020.

Christian Andrei Conte

Secretário de Administração e Finanças

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Trata-se de informações relativas às disposições dos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam:

A concessão de aumento do Prêmio Assiduidade proposto pelo Projeto de Lei Complementar nº 005/2020 acarretará o seguinte Impacto Orçamentário-Financeiro:

	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO		
SECRETARIAS/DEPARTAMENTOS	2020	2021	2022
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	14.274,00	21.141,38	21.141,38
EDUCAÇÃO	61.498,00	91.070,56	91.070,56
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.392,00	6.505,04	6.505,04
CONSELHO TUTETAR	5.490,00	8.131,30	8.131,00
TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	23.058,00	34.151,46	34.151,46
AGRICULTURA	9.882,00	14.636,34	14.636,34
SAÚDE	43.920,00	65.050,40	65.050,40
TOTAIS	162.504,00	240.686,48	240.686,48

A origem dos recursos para custeio do aumento de despesa acarretado pelo Projeto de Lei supracitado, no exercício, é aquela demonstrada na Lei Municipal que consta a Lei Orçamentária Anual para 2020, em seu Anexo – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. O aumento de despesas será absorvido pelo Orçamento do Município aprovado para o exercício, tendo adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o PPA e a LDO.

Erval Velho, 12 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

PORTARIA 3824/2020

Publicação Nº 2417897

PORTARIA 3824, de 17 de março de 2020.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso VII, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Concurso Público n. 002/2017, originado pelo Edital n. 002/2017, de 24 de novembro de 2017,

Considerando a necessidade de suprir o aumento de demanda do Serviço Público Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário o Senhor JOZIEL DOS SANTOS, para ocupar temporariamente o cargo de Operador de Máquinas, nível 04-A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme prevê a legislação vigente, limitando-se até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3825/2020

Publicação Nº 2417898

PORTARIA 3825, de 17 de março de 2020.
Concede Adicional de Insalubridade a servidor que menciona.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, ao servidor Joziel dos Santos, ocupante do cargo temporário de Operador de Máquinas, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTALMED – Segurança e Saúde no Trabalho, exercendo suas atividades junto a Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 17 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3826/2020

Publicação Nº 2417899

PORTARIA 3826, de 18 de março de 2020.

Nomeia Membros para Integrar Comitê para enfrentamentos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona Vírus – COVID-19 e dá outras providências.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros do Comitê do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona Vírus – COVID-19 de que trata o Parágrafo Único do Art. 4º do Decreto Municipal nº 2578/2020 abaixo relacionados:

I- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Silvano Rodrigo Pratto
Adriana Galhotto dos Santos
Alesandra Kruehl Goebel

II- REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:
Dra. Andressa Cristina Bussacro

III- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:
Christian Andrei Conte

IV- REPRESENTANTES DO GABINETE DO PREFEITO:
Walter Kleber Kucher Junior
Reginaldo Alberto Lisot

V- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Eliane Piccoli Ferreira Lopes
Rejane Provensi

VI- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Edgar Bruno de Sordi
Daiana Bertotti

VII- REPRESENTANTE DA POLICIA MILITAR
3º Sgto. Claudir Sutil – Cmte do GPPM Erval Velho

VIII – REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL:
Cesar Basílio Bulla

Art.2º. O Comitê terá incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública em consequência ao Corona Vírus - COVID-19.

Art.3º. O Comitê de que trata o Art. 4º do Decreto Municipal nº 2578, de 17 de março de 2020, bem como a nomeação de seus membros será pelo tempo que perdurar o estado de emergência da referida situação.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 18 de março de 2020.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Christian Andrei Conte
Secretário de Administração e Finanças

SUSPENSÃO DE PRAZOS DE PROCESSOS LICITATÓRIOS_02

Publicação Nº 2417953

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Considerando o Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020, que Declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID - 19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Municipal 2578 de 17 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - COVID - 19, e dá outras providências;

Considerando o Decreto 2580 de 20 de março de 2020 que Declara situação de emergência no Município de Erval Velho - SC ; Define medidas adicionais para à prevenção e enfrentamento a COVID-19 em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020 e dá outras providências;

Fica suspenso o prazo de abertura do seguinte Processo Licitatório:

Processo Licitatório 034/2020 - Pregão 021/2020 - Objeto: Serviços de Coleta e Transporte do Lixo

Encerrada a crise os prazos serão reabertos e as datas de abertura serão remarçadas.

Erval Velho, 24 de março de 2020.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

Formosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 004/2020 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2020, PROMOVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL/SC.

Publicação Nº 2418307

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 004/2020

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 001/2020, PROMOVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL/SC.

A empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria EIRELI, com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, nos termos do Edital nº 001/2020, após a fase de recursos, quanto ao deferimento e indeferimento dos inscritos, publica listagem definitiva dos candidatos considerados aptos a prestarem a prova objetiva dos cargos temporário referente ao Processo Seletivo Simplificado, conforme consta dos quadros seguintes:

1. Desde já, ficam convocados e aptos a prestarem as provas os candidatos inscritos e com as inscrições homologadas, em conformidade com o edital de processo seletivo simplificado nº 001/2020, a seguir:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 01						
Não há candidatos inscritos neste cargo						
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 02						
Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1960587	21/11/1991	Julciliane Barpi	Não		Não	
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 03						
Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1962195	09/11/2001	Eloisa Fatima Ravarena	Não		Não	
1960595	02/02/2000	Patricia Przylepa	Não		Não	
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – MICRO ÁREA 06						
Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1959890	02/02/1987	Analice Sachet	Não		Não	
CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL						
Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1963366	25/12/1992	Edinara Cristina Gomes	Não		Não	
1959544	14/01/1991	Patricia Chemin	Não		Não	
1970348	09/11/1986	Sonia Mara Busnello	Não		Não	
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS						
Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1963384	14/01/1984	Cleonise Fernades Siqueira	Não		Não	
1960851	11/06/2000	Mairieli Bregalda	Não		Não	
1960520	03/09/1981	Samara Regina Assolini Milan	Não		Não	
1961109	28/01/1998	Solange Machado Da Rocha E	Não		Não	
1962815	02/11/2001	Tais Regina Variani	Não		Não	

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1960671	19/07/1991	Chaiane Kuhl	Não		Não	
1969617	09/12/1995	Liliam Furlanetto	Não		Não	
1967292	25/01/1993	Rosangela De Carvalho	Não		Não	
1971725	18/08/1985	SILVANE MASSI FOPPA	Não		Não	
1971371	18/07/1991	Taciane Rita Mattiolo	Não		Não	

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond. Especial	Qual Condição Especial?
1963939	05/09/1994	Daniela Bienert	Não		Não	
1967099	05/06/1974	Eleni Ana Deconto Pazinato	Não		Não	
1967360	05/05/2000	Fernanda Marli Pavao	Não		Não	
1970102	13/08/1994	Franciele Regina Sasso	Não		Não	
1971157	19/06/1991	Juliana Rita Correa Maceieski	Não		Não	
1967245	18/09/1978	Loreni Sutil Da Trindade Zanchet	Não		Não	
1972490	10/11/1976	Nilene Carmen Malacarne Savoldi	Não		Não	

2. Não houve homologação de inscrições para portadores de necessidades especiais (P.N.E.), também não houve inscrições homologadas com exigência para realizar a prova em condições especiais.

3. Não houve interposição de recursos quanto ao indeferimento de inscrições.

4. Em conformidade com Comunicado Edital de Publicação nº 002/2020 do referido Processo Seletivo, reiteramos ainda, que em atenção ao Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que instituiu emergência em todo o território catarinense na noite da última terça-feira (17/03/2020) para combater a pandemia de coronavírus (COVID-19), bem com diante do Decreto Municipal 4.911, de 18 de março de 2020, que trata das medidas preventivas adotadas pelo Município de Formosa do Sul – SC, a data de aplicação da prova foi adiada e um novo cronograma será divulgado oportunamente e que todos os candidatos inscritos serão comunicados através de correio eletrônico (e-mail), conforme consta dos dados cadastrais na ficha dos candidatos e também através de editais publicados nos sites da www.ioplan.com.br e do município de Formosa do Sul www.formosa.sc.gov.br.

5. Nos termos do edital, não cabem recursos administrativamente em relação a homologação dos inscritos e das decisões da banca examinadora, com o acompanhamento da comissão especial designada para acompanhar o Processo Seletivo Simplificado.

Chapecó/SC, em 24 de março de 2020.

IOPLAN instituto Oeste de Planejamento & Consultoria EIRELI

]

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº002/2020 DO LEGISLATIVO SUSPENDENDO AS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NO PERÍODO DETERMINADO PELO NOVO DECRETO 525 DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Publicação Nº 2418463

Câmara Municipal de Vereadores

CNPJ: 15.469.683/0001-06

Rua Antônio Cella, 173 - Centro - Formosa do Sul – SC - Cep 89859-000

Fone (49) 3343-0135

PORTARIA N.º 002/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA DE VEREADORES DE FORMOSA DO SUL – SC, SENHOR IRINEU JOSÉ SZCZEPANSKI, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena, proibindo a realização de qualquer tipo de reunião por trinta dias;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, pelo qual o Senado Federal reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública em todo território nacional;

CONSIDERANDO que medidas semelhantes foram adotadas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Formosa do Sul (Decreto 4911, de 18 de março de 2020);

DETERMINA-SE:

Art. 1º - Está suspensa a realização presencial de Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, reuniões de Comissões e as Audiências Públicas desta Câmara de Vereadores, no período determinado pelo Decreto 525, de 23 de março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - As reuniões das comissões, sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas mediante convocação do Presidente por meio eletrônico (e-mail, telefone ou aplicativo), obedecendo às diretrizes do Regimento Interno e, subsidiariamente, às seguintes orientações:

§1º As proposições incluídas na pauta da ordem do dia serão enviadas a todos os vereadores, por meio digital, para prévia análise e também em "grupo virtual".

§2º No dia designado para a realização da sessão à distância, o Secretário enviará no grupo virtual um arquivo de áudio com a leitura da proposição sujeita a deliberação.

§3º O presidente declarará aberta a discussão e cada vereador poderá gravar arquivo de áudio com suas considerações sobre a proposição objeto da deliberação.

§4º Não havendo mais nenhum vereador inscrito para discussão, o Presidente iniciará a votação, de modo que cada vereador deverá registrar, preferencialmente por escrito, se vota favoravelmente ou contrariamente à proposição.

§5º Para manter a ordem e o bom andamento dos trabalhos, o Presidente poderá advertir qualquer vereador que viole a urbanidade e os bons modos.

Art. 3º - Fica suspensa a circulação de pessoas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de modo que todos os servidores realizarão o teletrabalho via home office, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

§1º Durante o período de suspensão de acesso as dependências da Câmara, os servidores efetivos e comissionados deverão, sempre que possível, desempenhar suas funções e atribuições e atividades funcionais em regime de trabalho à distância.

§2º Os servidores que não puderem realizar teletrabalho via home office deverão trabalhar em escala alternada, mediante autorização da Presidência, e obrigar-se a:

I - Manter fechadas as portas da Câmara de Vereadores;

II - Evitar contato com quaisquer outros servidores;

II - Adotar medidas profiláticas para esterilizar maçanetas e quaisquer utilizados.

§ 3º Fica proibido o ingresso, na Câmara de Vereadores, de qualquer pessoa que apresente sintomas do Covid-19, tais como: coriza, dor de garganta, tosse, febre, dificuldade para respirar, sudorese, e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, em especial diabetes, tuberculose, doenças renais entre outros.

§4º Também fica proibido o ingresso de pessoas que se enquadrem no grupo de risco, como: idosos, diabéticos, pessoas com problemas respiratórios, com deficiências imunológicas ou grávidas dentre outros.

Parágrafo único - Fica dispensado por este período o registro de ponto eletrônico pelos servidores da Casa, durante o prazo da suspensão das atividades no recinto na Câmara.

Art. 5º - Sendo necessária a prorrogação das restrições das medidas previstas nesta Portaria, serão expedidos novos atos complementares.
Art. 6º - Atendimento ao público neste período será prestado através do contato telefônico pelo número (49) 984345100 com Sílvia.

Formosa do Sul (SC), 24 de março de 2020.

Irineu José Szczepanski
Presidente em exercício da Câmara de Vereadores

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO 03/2020

Publicação Nº 2418133

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2020.

Prorroga por mais sete dias a suspensão de atividades internas e externas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, a partir do dia 25 do corrente mês.

MACIEL DA SOLER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Forquilha, Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação, de modo inclusivo o Art. 12, inciso I do Regimento Interno e:

- Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março do corrente ano que "Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências."
- Considerando as imprescindíveis e urgentes medidas locais e globais de controle do avanço do Coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada por mais sete dias a suspensão de atividades internas e externas prevista no Art. 2º do Decreto nº 002/2020, a partir do dia 25 do corrente mês.

Art. 2º Ficam inalteradas as demais disposições estampadas no Decreto nº 002/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Forquilha/SC, 24 de março de 2020.

Vereador Maciel da Soler
Presidente

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002_2020 DOM

Publicação Nº 2418387

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0002/2020
PROCESSO LICITATÓRIO 0041/2020

O Município de Fraiburgo torna público a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do pregão supracitado, em 23/03/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, ATRAVÉS DOS CONVÊNIOS MAPA – PLATAFORMA BRASIL Nº 892339/2019, MAPA – PLATAFORMA BRASIL Nº 894300/2019, E MAPA – PLATAFORMA BRASIL Nº 889982/2019. Venceu o LOTE 01(um), a empresa: CIDAMAP MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI – CNPJ nº 32.396.643/0001-92, no valor total de R\$ 124.428,00 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e vinte e oito reais). Venceu o LOTE 02 (dois), a empresa: KOHLER IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI – CNPJ nº 92.264.472/0001-70, no valor total de R\$ 67.960,00 (sessenta e sete mil novecentos e sessenta reais). Venceu o LOTE 03 (três), a empresa: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ nº 05.063.653/0009-90, no valor total de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), ambos assinados em 23/03/2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

DECRETO Nº 071 - 2020

Publicação Nº 2418205

DECRETO Nº 071, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 064, DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE TRATA DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO ESSENCIAIS NO ÂMBITO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de informação à população de Fraiburgo, em atenção às disposições contidas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a suspensão de que trata o artigo 1º do Decreto nº 064, de 18 de março de 2020, até o dia 31 de março de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em 25 de março de 2020 e poderá sofrer alterações mediante comunicado prévio efetuado pelo Poder Executivo às chefias das repartições públicas municipais.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 24 DE MARÇO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Secretário Adjunto de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3091 e 25/03/2020, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 1096/2020 DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2418351

DECRETO Nº 1096 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 87, incisos VI e VII, "a" da Lei Orgânica Municipal, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, dispondo sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, em face do qual foi decretada a quarentena por mais 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Frei Rogério;

DECRETA:

Art.1º. Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de Frei Rogério, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, que determinou:

I - a SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e os serviços privados não essenciais, como academias, restaurantes e comércio em geral, conforme disposto no art. 7º do Decreto n. 525/2020;
- c) as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizadas por meio digital ou mediante trabalho remoto; e
- d) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

II – a SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de Município.

§ 3º Ficam suspensos os trabalhos da Secretaria de Obras, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Educação, Ação Social e Conselho Tutelar, devendo os respectivos servidores permanecerem em suas residências sob o regime de quarentena, permanecendo apenas o secretário ou o diretor da respectiva pasta à disposição para esclarecimentos necessários à população cujo contato será divulgado na página eletrônica do município e na sede do respectivo órgão.

§ 4º Os servidores que desempenham suas atividades na secretaria de administração, deverão realizar suas atividades através de trabalho remoto.

§ 5º Os servidores públicos municipais que descumprirem as normas citadas neste decreto, serão penalizados em conformidade com o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 3º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota,

deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 4º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 5º. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 6º. O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto n.º 1095/2020 publicado em 17/03/2020, e Decreto n. 1094 publicado em 17/03/2020, no que não forem conflitantes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Frei Rogério, 24 de março de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2020 - 090 A 090

Publicação Nº 2418433

DECRETO Nº 090/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais nº 083/2020, nº 084/2020, nº 088/2020 e nº 089/2020, que implementavam ações, no âmbito do Município de Galvão, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e n. 515, de 17 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Galvão-SC, para as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, a partir do dia 25 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 07 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto Estadual n. 525/2020;
- c) da entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) do atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescida a seguinte restrição:

- a) a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;

Art. 2º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública, de que trata o presente Decreto Municipal, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 3º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições previstas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito em 24 de março de 2020.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 474/2020.

Publicação N° 2418368

PORTARIA N.º 474, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001050.1.00006/16-4, nos assentamentos funcionais da servidora LUZIA FIGUEREDO DA SILVA, detentora da matrícula funcional nº 35 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora Luzia Figueredo da Silva, detentora da matrícula nº 35 e do cargo de provimento efetivo de Professor, do intervalo de 01/03/1988 a 31/03/1992, correspondente a 04 (quatro) anos, 01 (um) mês e 00 (zero) dias (1.490 dias), da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20001050.1.00006/16-4, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de março de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/03/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2418442

DECRETO Nº. 60 de 24 MARÇO de 2020

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS EFEITOS DO DECRETO Nº 57/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E AINDA,

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes nos gastos públicos e os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000;

CONSIDERANDO o art. 37 da Constituição Federal que preceitua os princípios básicos da administração pública, dentre eles a Publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam prorrogadas as férias coletivas concedidas na forma do Decreto 057, de 18 de Março de 2020, até o dia 31 de março de 2020, com as exceções previstas naquele Decreto.

Art. 2º - Ficam prorrogados até o dia 31 de março de 2020, os efeitos das suspensões descritas no artigo 1º do Decreto 56, de 18 de Março de 2020, bem como aplicam-se integralmente as disposições contidas no Decreto nº 525, de 23 de Março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único – No âmbito do Município de Garuva, consideram-se essenciais as atividades relacionadas as obras de infraestrutura urbana, tais como abertura, retificação, ampliação de vias públicas, entre outras, além das já previstas no Decreto nº 525, de 23 de Março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

REPUBLIÇÃO DECRETO Nº 051/2020

Publicação Nº 2417985



DECRETO N.º 51 de 12 de março de 2020

“APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO – SCI nº. 002/2020, QUE DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS NO ÂMBITO MUNICIPAL.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

Considerando a Lei Federal n. 13.460/2017.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovada a *Instrução Normativa do Sistema de Controle Interno – SCI nº. 002/2020*, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Parágrafo único – A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre elaboração e publicação da Carta de Serviços obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração municipal que prestem atendimento direto ao cidadão.

Art. 2º – Caberá à Controladoria-Geral prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 002/2020, DE 11 DE MARÇO DE 2020.

Versão: 01

Aprovação em: 17/03/2020

Ato de Aprovação: Decreto nº 051/2020

Unidade Responsável: Controladoria-Geral

Assunto: “Carta de Serviços” – Elaboração e Publicação

I - FINALIDADE

Dispor sobre a elaboração e a publicação de Carta de Serviços ao Cidadão.

II - ABRANGÊNCIA

Abrange, obrigatoriamente, todos órgãos e entidades da administração municipal que prestam atendimento direto ao cidadão.

III – CONCEITOS

1. Carta de Serviços

Documento que tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

2. Usuário

Pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público.

3. Serviço Público

Atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;

4. Administração Pública

Órgão ou entidade integrante da administração pública de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

5. Agente Público

Quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

6. Manifestações

Reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



7. Avaliação Continuada dos Serviços Públicos

Avaliação anual em que verifica o padrão de qualidade e eficiência dos serviços públicos prestados.

Art. 1º A elaboração e a publicação da Carta de Serviços são obrigatórias para todos os órgãos e entidades da administração municipal que prestem atendimento direto ao cidadão.

Art. 2º Na Carta de Serviços deverá constar de maneira objetiva e clara todas as informações pertinentes aos serviços oferecidos, as formas de acesso a estes serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade estabelecidos em relação ao atendimento.

Art. 3º A Carta de Serviços deverá dar conhecimento das competências institucionais da organização e detalhar as seguintes informações:

- a) os serviços oferecidos;
- b) forma de atendimento para a prestação dos serviços (presencial, virtual, telefônico e outros);
- c) locais e contatos para acessar os serviços;
- d) dias e horários de funcionamento dos setores de atendimento;
- e) prioridades no atendimento;
- f) os requisitos, documentos e informações necessários para a obtenção dos serviços;
- g) tempo de espera previsto para o atendimento;
- h) prazos máximos para cumprimento dos serviços e respectivas etapas presentes e futuras;
- i) mecanismos de consulta acerca das etapas, cumpridas e pendentes;
- j) mecanismos de comunicação com os usuários solicitantes;
- k) procedimentos para atender às reclamações e sugestões;
- l) sinalização e condições para o acesso e circulação de pessoas, principalmente daquelas com dificuldade de locomoção;
- m) procedimentos alternativos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível; e
- n) outras informações julgadas de interesse dos usuários.

Art. 4º A elaboração das Cartas de Serviços ao Cidadão ocorrerá em articulação com o planejamento estratégico da unidade, do órgão ou entidade, com mobilização, sensibilização e capacitação dos servidores para sua adequada implementação e desenvolvimento das ferramentas logísticas e de tecnologia da informação.

Parágrafo único. Para divulgar os compromissos com o atendimento e seus respectivos padrões de qualidade, os órgãos e entidades deverão utilizar uma linguagem simples e de fácil entendimento para o cidadão, evitando termos técnicos e siglas.



Art. 5º A forma de monitoramento e de avaliação dos compromissos e padrões de atendimento do serviço público municipal está disciplinada no Decreto n. 041/2020.

§ 1º Os resultados da avaliação continuada em relação aos padrões de qualidade do atendimento, fixados na Carta de Serviços, deverão ser divulgados anualmente.

§ 2º A avaliação continuada dos serviços públicos subsidiará o aperfeiçoamento contínuo dos compromissos de atendimento estabelecidos na Carta de Serviços.

Art. 6º É de responsabilidade dos gestores municipais a verificação e atualização da carta de serviços de sua secretaria, bem como de repassar ao Departamento de Comunicação as necessidade de correção, implementação ou atualização das informações.

Art. 7º Fica o Departamento de Comunicação responsável por tornar pública a Carta de Serviços no site oficial do município e em outros meios em que achar necessário para sua plena divulgação.

Art. 8º A presente Instrução Normativa acompanha ANEXO, no qual se apresenta o modelo a ser utilizado pelas unidades, órgãos e entidades para organização e elaboração de sua carta de serviços.

Art. 9º Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Controladoria-Geral que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

Art. 10º Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Garuva, 11 de março de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

HELOISE G. N. LEMOS
Controladora-Geral



ANEXO I

CARTA DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE GARUVA IDENTIFICAÇÃO DE SERVIÇOS	
CATEGORIA (Secretaria onde serviço é prestado. <i>Ex.: Secretaria de Educação e Cultura</i>)	SUB ASSUNTO (nome do serviço prestado. <i>Ex.: Histórico Escolar</i>)
SERVIÇO DISPONIBILIZADO	(especificar o serviço. <i>Ex.: Emissão de Histórico Escolar</i>)
OBJETIVO	(Qual o objetivo desse serviço. <i>Ex.: Emitir documento comprobatório das etapas escolares concluídas pelo solicitante a nível municipal</i>)
REQUISITOS/DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	(O que o solicitante precisa possuir ou apresentar? <i>Ex.: Documentos básicos:</i> 1. Cópia de documento de identificação (RG, CNH) e CPF; 2. Comprovante de residência (se for o caso); 3. Formulário de requisição fornecido durante o atendimento ou disponível no site:.....)
PRINCIPAIS ETAPAS DO SERVIÇO	(Especificar quais as principais etapas que do serviço. <i>Ex.: O solicitante deve se apresentar, com a documentação básica, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Cumpridos os requisitos iniciais, o responsável pela emissão do Histórico avaliará e emitirá o documento.</i>)
PREVISÃO DE PRAZO PARA REALIZAÇÃO	(Determinar prazo máximo para execução do serviço. <i>Ex.: Até 10 dias</i>)
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	(Especificar se a prestação do serviço ocorrerá presencialmente ou totalmente online. <i>Ex.: Processo presencial para atendimento da demanda e avaliação dos documentos.</i>)
MODELO PADRÃO DE DOCUMENTOS	(Especificar se há algum documento padrão a ser utilizado pelo solicitante. <i>Ex. Formulário específico fornecido na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou no site no link.....</i>)
PRIORIDADE DE ATENDIMENTO	(Especificar quem terá prioridade no atendimento. <i>Ex. Por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidades de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo LF n. 13.460/2017, Art. 5º, III).</i>
PREVISÃO DE TEMPO DE ESPERA PARA	(Determinar tempo de espera do atendimento. <i>Ex.:</i>

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200



ATENDIMENTO	<i>Até 15 minutos)</i>
MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO COM USUÁRIO	(Especificar quais os meios serão utilizados para que o solicitante seja informado da conclusão do seu serviço. Ex. <i>E-mail, telefone</i>)
PROCEDIMENTOS PARA RECEBER E RESPONDER AS MANIFESTAÇÕES DO USUÁRIO	(Especificar por qual canal o usuário poderá se manifestar a respeito do serviço prestado. Ex.: <i>Para dúvidas, entre em contato com...., Ou ainda: Para elogios, sugestões, reclamações ou denúncias, entre em contato com a Ouvidoria Municipal através do endereço de nossa plataforma no site: garuva.atende.net Ouvidoria</i>)
MECANISMOS DE CONSULTA, POR PARTE DOS USUÁRIOS, ACERCA DO ANDAMENTO DO SERVIÇO SOLICITADO E DE EVENTUAL MANIFESTAÇÃO	(Especificar como o usuário poderá acompanhar o andamento do serviço. Ex. <i>O andamento do serviço poderá ser acompanhado no site...., através do protocolo de ordem de serviço gerada. Ou ainda: As informações sobre o andamento de sua solicitação serão encaminhadas via e-mail. Ou ainda, Aguarde o contato de nossos atendentes sobre o andamento do seu pedido.</i>)

REPUBLICAÇÃO PORTARIA N° 067/2020

Publicação N° 2417997

PORTARIA N° 067 de 12 de março de 2020

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO - PROCESSO N° 745/2020."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, ofício nº 02/2020 da Comissão Permanente de Sindicância;

Considerando, o disposto no artigo 210 da Lei Complementar 001/98.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Inquérito Administrativo – Processo nº. 745/2020.

Art. 2o. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 07 de março de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO MÉDICO- HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS - EDITAL 02

Publicação N° 2417982

HOMOLOGAÇÃO DOS INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO

EDITAL - N° 002/2020

Médico Clínico Geral:		
Nome do Candidato:	Situação:	Inscrição:
Jéssica Telli Palma	DEFERIDO	001
Claudiney Arruda Cruz	DEFERIDO	002
Ironi Bittencourt Martins	DEFERIDO	003
Gabriela Morgana Dumke	DEFERIDO	004
Camila Arsego	DEFERIDO	005

Garuva, 24 de março de 2020.

Isabela Aragão Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 046/2020

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.300, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418593

DECRETO Nº 9.300, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 4.025, de 27 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações constantes do orçamento vigente da Administração Direta e Indireta:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 1267 Serviços de Contenção de Encostas	
Dotação: 342 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 375.000,00

Órgão: 08 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 13 Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 451 Infraestrutura urbana	
Programa: 0011 Const.Manut.Melh.Infraestr. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Ação: 1207 Const.Manut.Melh.Infraestrut. Munic. por Meio Avança Gaspar	
Dotação: 221 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 4.069,44
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Ação: 2074 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	
Dotação: 241 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 29.000,00

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Ação: 2116 Ampliação/Manut. da Rede de Água, Esgoto e Drenagem	
Dotação: 19 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Dotação: 22 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 415.000,00
Dotação: 26 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00
Ação: 1157 Aquisição de Bombas, Equip. e Mobília em Geral	
Dotação: 07 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 335.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Secretaria de Planejamento Territorial:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento Territorial	
Unidade: 19 Secretaria de Planejamento Territorial	
Função: 15 Urbanismo	
Subfunção: 182 Defesa Civil	
Programa: 0019 Constr.Manut.Melh.Infra.Munic.Sec.Planej.Territorial	
Projeto: 1267 Serviços de Contenção de Encostas	
Dotação: 343 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.125.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 9.316, DE 24 DE MARÇO DE 2020. DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2418288

DECRETO Nº 9.316, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ADOÇÃO PROGRESSIVA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando que na data de 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia;

Considerando a recomendação do Ministério da Saúde, para que, durante o período de emergência na saúde pública, fossem adiados ou cancelados eventos de massa governamentais, esportivos, culturais e/ou políticos;

Considerando a Lei Federal nº 8.078, 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente os artigos 6º, I e V, artigo 39, V, artigo 51, IV, §1º, bem como artigo 36, III, da Lei Federal nº 12.529, 30 de novembro de 2011, que versa sobre dentre outros a repressão às infrações contra a ordem econômica;

Considerando a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

Considerando o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação do coronavírus (COVID-19);

Considerando que todas as ações necessárias a combater o coronavírus (COVID-19), que é contagioso, dependerão do incondicional apoio e da solidariedade da própria população, já que para a prevenção e até mesmo o combate será necessária a restrição de direitos visando o bem comum de todos, que é a saúde pública;

Considerando que para a execução das ações necessárias a combater o coronavírus (COVID-19) dependerão de profissionais qualificados do quadro funcional já existe, e possivelmente de novas contratações por Concurso Público e/ou Processos Seletivos;

Considerando o teor do Ofício nº 148-2020 – Circular da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que traz determinações para toda a rede hospitalar;

Considerando o teor do Comunicado do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, no qual recomenda a suspensão das atividades práticas dos estagiários, ressalvada a possibilidade da realização da atividade remota por parte dos estagiários, desde que garantida a orientação e supervisão dos jovens;

Considerando o teor do Ofício Circular nº 2, de 19 de março de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Gabinete da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;

Considerando que as medidas adotadas por todas as esferas de governo para o enfrentamento da crise gerada pela proliferação da doença são severas, gerando significativos impactos de ordem social e econômica;

Considerando que, certamente haverá redução no fluxo de receitas próprias e oriundas de repasses da União e do Estado, o que impõe o imediato contingenciamento de despesas por parte do município;

Considerando o teor do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020 e do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ambos da lavra do Governador do Estado de Santa Catarina;

Considerando o teor do Decreto Municipal nº 9.308, de 16 de março de 2020, Decreto Municipal nº 9.310, de 17 de março de 2020 e do Decreto Municipal nº 9.311, de 19 de março de 2020, que possuíam como objetivo traçar medidas de prevenção contra o coronavírus (COVID-19), mas por se tratar de situação epidemiológica dinâmica, novas deliberações se tornam necessárias adotar;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência no Município de Gaspar, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), de importância internacional.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - Poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

II - Nos termos do artigo 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

Art. 3º Com o objetivo de garantir prevenção à população em face do coronavírus (COVID-19) ficam determinadas novas medidas:

I – Suspensão das aulas na rede municipal de ensino (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos - EJA), por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, correspondendo os primeiros 15 (quinze) dias à antecipação do recesso escolar;

II – Suspensão do vale-transporte estudantil para uso em transporte coletivo urbano durante o período em que as aulas estiverem suspensas por força deste Decreto;

III – Suspensão por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, das atividades:

- a) da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin;
- b) da Casa da Mulher;
- c) do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Maria Hendricks;
- d) do Centro de Convivência do Idoso;
- e) do calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer;
- f) da Praça CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados) Dra. Zilda Arns Neumann;
- g) Casa das Oficinas Dagobert G-nther;

IV – Suspensão por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, de todos os procedimentos cirúrgicos eletivos, a fim de reduzir a circulação de pessoas em ambiente hospitalar, excetuadas as cirurgias tempo sensível que importem no severo agravamento do estado de saúde do paciente;

V - Suspensão, salvo autorização excepcional do Secretário responsável ou dirigente, e mediante justificativa formal prévia acerca da necessidade, as viagens de servidores municipais a serviço do Município de Gaspar;

VI – Suspensão, por 14 (quatorze) dias, a partir de 18 de março de 2020, no âmbito do Município de Gaspar:

- a) das atividades e dos serviços públicos não essenciais no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- b) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal;
- c) dos prazos dos processos administrativos, bem como o pagamento dos tributos municipais, não havendo a incidência de juros ou multas;
- d) das diárias dos veículos que se encontram no pátio da AC Kar Transporte de Cargas e Descargas Ltda, que possui contrato de prestação de serviços de remoção por guincho, depósito e guarda de veículos, decorrentes de infrações de trânsito com o Município de Gaspar.

VII – Suspensão, por 14 (quatorze) dias, a partir de 18 de março de 2020, no âmbito do Poder Executivo Municipal, das atividades práticas dos estagiários, ressalvada a possibilidade da realização da atividade remota por parte dos estagiários, desde que garantida a orientação e supervisão dos jovens;

VIII – Vedação das concessões de licenças ou alvarás para realização de eventos privados, de natureza governamental, esportiva, artística, cultural, política, científica, comercial e religioso, durante a vigência deste Decreto;

IX – Recomendação quanto à suspensão de visitas nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres enquanto perdurar a declaração de pandemia;

X - Recomendação, por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias;

XI – Recomendação quanto à suspensão de visitas no Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro enquanto perdurar a declaração de pandemia;

XII – Recomendação de restrição de lotação máxima de 10 (dez) pessoas por velório na Capela Mortuária Bom Pastor enquanto perdurar a declaração de pandemia;

XIII – Recomendação a população com viagem marcada que posterguem os períodos de deslocamento até o controle da pandemia, devidamente reconhecido pelos órgãos competentes;

XIV - Recomendação a pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas;

XV – Monitoramento de todas as feiras públicas pela Vigilância em Saúde Municipal, a quem competirá expedir normas de orientação para se evitar aglomerações assim como procedimentos de higienização de alimentos ali comercializados;

XVI – Após a suspensão, por 14 (quatorze) dias de que trata o inciso VI do caput deste artigo, atendimento na Praça do Cidadão, localizada no Paço Municipal, realizada preferencialmente mediante meio eletrônico quando possível e nos casos de impossibilidade, o cidadão deverá agendar previamente o atendimento pelo telefone ou presencialmente.

§1º Não haverá prejuízo de conteúdo nem frequência aos alunos que se ausentarem das aulas na rede municipal de ensino a partir de 17 de março de 2020, ficando recomendado às pessoas que tiverem condições para tanto que não enviem os alunos para as instituições de ensino.

§2º Ato da Secretária Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição e/ou compensação das aulas na Rede Municipal de Ensino.

§3º Para fins do inciso VI do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas do(a)(e):

I – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – Samae referente ao tratamento e abastecimento de água, e captação e tratamento de esgoto e coleta e destinação do lixo;

II – Secretaria Municipal de Saúde;

III – Secretaria Municipal de Assistência Social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade, em especial Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

IV – Conselho Tutelar em regime de plantão;

V – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos em regime de plantão;

VI – Atividades de procuradores e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

VII – Superintendência da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – Procon, referente a fiscalização necessária;

VIII – Serviços de fiscalização;

IX – Serviços de engenharia;

X – Serviços de licitação;

XI – Serviços relacionados ao andamento do Concurso Público e Processos Seletivos;

XII – Serviços relacionados a medicina do trabalho;

XIII – Superintendência de Comunicação;

XIV – Agentes Municipais de Trânsito;

XV - Superintendência de Defesa Civil;

XVI – Serviços funerários;

XVII – Processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XVIII - Aqueles imprescindíveis para a garantia e manutenção dos direitos fundamentais da sociedade, notadamente para a manutenção das atividades dispostas nos incisos I a XVII deste parágrafo.

§4º Os órgãos licenciadores municipais deverão suspender as licenças já concedidas para eventos programados para ocorrerem durante a vigência deste Decreto, a partir de 19 de março de 2020.

§5º Ato do Secretário Municipal de cada pasta poderá suspender as férias e afastamentos/licenças autorizados dos servidores vinculados à respectiva Secretaria Municipal, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência da situação de emergência.

§6º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§7º Ficam excetuados da suspensão de que trata o inciso VI alínea "c" do caput deste artigo, a partir de 25 de março de 2020, os prazos recursais e processos de licitação, Concurso Público e Processos Seletivos.

Art. 4º Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado ou apresentarem os sintomas descritos no parágrafo único, deverão comunicar sua chefia imediata e ser aplicadas as seguintes medidas:

I – Os que apresentarem sintomas de contaminação pelo coronavírus (COVID-19) (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – Os que não apresentarem sintomas de contaminação pelo coronavírus (COVID-19) (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

§1º Consideram-se sintomas de contaminação pelo coronavírus (COVID-19), para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

§2º O servidor que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.

Art. 5º Os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta poderão implementar, após a suspensão por 14 (quatorze) dias de que trata o inciso VI do artigo 3º e enquanto perdurar a vigência deste Decreto, de acordo com critério interno e próprio, atendendo às suas especificidades, regime de trabalho remoto, equilibrando a restrição de convívio social com o atendimento ao público externo ou o desenvolvimento das funções institucionais.

§1º Deverá ser assegurada a presença diária de servidores, em número mínimo, porém suficiente, para a continuidade da prestação dos serviços públicos, e atendimento aos fins do disposto no caput deste artigo.

§2º Os servidores que não estiverem fisicamente, e momentaneamente, na sede dos respectivos órgãos, desenvolverão as suas atividades em regime de trabalho remoto, sendo que a presença física dispensada não exime o cumprimento das suas competências funcionais.

§3. Os servidores poderão ser convocados a qualquer tempo para comparecer ao local de trabalho em caso de necessidade, devendo manter-se disponíveis por canais de comunicação próprios para que não haja prejuízo ao desenvolvimento escoreito das atividades.

§4º Os servidores em funções gratificadas de chefia e os providos em cargos comissionados de direção ou chefia, monitorarão os servidores em regime de trabalho remoto, para fins do cumprimento das suas respectivas atribuições.

§5º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a autoridade administrativa responsável poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 6º O trabalho remoto deve observar as seguintes diretrizes:

I – Não constitui direito subjetivo do servidor, sendo necessária a autorização de chefia, e pode ser revogado a qualquer tempo;

II – Não gera qualquer tipo de ressarcimento ou indenização ao servidor;

III – Preenchimento, pelo servidor que teve deferido o trabalho remoto, do Relatório de Teletrabalho anexo a este Decreto, o qual também deverá ser assinado pela chefia;

IV – Não será efetuado pagamento de auxílio-transporte nos dias em que o servidor estiver exercendo trabalho remoto;

V - Para exercer a modalidade de trabalho remoto, o servidor, às suas expensas, deverá dispor de infraestrutura física e tecnológica necessária e adequadas à realização dos trabalhos de maneira segura e tempestiva, conforme as especificações requeridas pelos sistemas, inclusive permissão para instalação de software a seu critério, eximindo-se a instituição de qualquer responsabilidade acerca de providências relacionadas à resoluções de problemas técnicos ou de infraestrutura física, não havendo ressarcimento de eventuais despesas, de nenhuma espécie, para o servidor.

Art. 7º São deveres dos servidores em trabalho remoto:

I – Estar acessível durante o horário de expediente administrativo, manter e-mail e telefones de contato atualizados e ativos, a fim de garantir a comunicação eficiente e imediata, devendo comparecer ao local de trabalho quando solicitado;

II – Dar ciência sobre os trabalhos realizados, bem como apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou intercorrências que possam afetar o cumprimento;

III – Seguir as recomendações para evitar sair de casa, principalmente em locais com muito fluxo de pessoas;

IV – Apresentar a justificativa: "trabalho remoto – Decreto 9.316/2020", no controle de frequência;

V – Preservar a integridade e o sigilo das informações profissionais acessadas remotamente.

Parágrafo único. Caso ocorra inobservância dos deveres enumerados neste artigo, a autoridade administrativa responsável deverá adotar as medidas pertinentes para apurar responsabilidade funcional do servidor.

Art. 8º A chefia do servidor em regime de trabalho remoto cabe:

I – Explicar aos servidores o funcionamento e as regras de trabalho remoto, incluindo aspectos referentes aos equipamentos, meios de comunicação, programas de informática e demais elementos que permeiam essa modalidade de trabalho;

II – Solicitar a Diretoria Geral de Tecnologia de Informação o acesso remoto por VPN (Virtual Private Network), quando necessário;

III – Definir com o servidor os trabalhos que devem ser realizados remotamente, definindo entregas diárias que devem ser executadas e apresentadas.

Art. 9º Todos os veículos oficiais, bem como os servidores ocupantes do cargo de motorista ou com autorização para tal, quando requisitados por autoridade superior, deverão dar apoio garantir e o transporte de que necessitar os serviços públicos essenciais, assim reconhecidos no artigo 3º, §3º, deste Decreto.

Art. 10 Os servidores de outras Secretarias, deverão se apresentar na sede dos serviços públicos essenciais, assim reconhecidos no artigo 3º, §3º, deste Decreto, quando requisitados.

Parágrafo único. Os servidores que não se apresentarem poderão responder processo administrativo disciplinar.

Art. 11 Considerando a natureza das atividades e o tipo de serviço executado pelos servidores, as secretarias, autarquia e fundação poderão editar regulamentações complementares ao disposto neste Decreto.

Art. 12 Durante a vigência do presente Decreto não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestados médicos a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, em especial daqueles que forem diagnosticados como casos suspeitos ou confirmados de contaminação pelo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, o servidor será avaliado de forma documental, ou seja, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital a Diretoria Geral de Gestão de Pessoas, devendo após a vigência desse Decreto apresentar a via original na Diretoria.

Art. 13 Fica criado o Comitê de Gerenciamento de Crise, com a incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública, coronavírus (COVID-19), com incumbência de deliberar sobre os casos omissos, bem como as regulamentações necessárias ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 14 Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destes em adotar todos os meios necessários para conscientizar os seus funcionários quanto aos riscos do coronavírus (COVID-19), estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública Municipal.

Art. 15 No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao coronavírus (Doença Respiratória de 2019-nCoV), será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do artigo 56, da Lei Federal nº 8.078, 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento do estabelecimento que incorrer em prática abusiva ao direito do consumidor, previamente constatado pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (Procon).

Parágrafo único. A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 16 Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação e deflagração de seleção emergencial, para o cumprimento deste Decreto, tais como a aquisição de medicamentos e outros insumos e a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato do Secretário de Municipal responsável.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, deverá ser observado as hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pela Procuradoria, conforme estabelece o artigo 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 17 Ficam suspensas as despesas públicas decorrentes das seguintes atividades, que somente serão autorizadas mediante aprovação do Grupo Gestor de Redução de Despesas, criado pelo Decreto nº 7.354, de 10 de fevereiro de 2017:

I - Celebração de novos contratos de locação de imóveis e de locação de veículos e terceirização de serviços de transporte;

II - Aditamento de objeto dos contratos de prestação de serviços e de aquisição de bens que implique no acréscimo de despesa;

III - Aditamento de objeto dos contratos de locação de imóveis e de veículos;

IV - Aquisição de imóveis e de veículos;

V - Contratação de consultoria e renovação dos contratos existentes;

VI - Assinatura de jornais e revistas;

VII - Contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento de servidores públicos, que demandem o pagamento de inscrição, aquisição de passagem aérea, nacional e internacional, concessão de diárias e verba de deslocamento;

VIII - Aquisição de móveis, equipamentos e outros materiais permanentes, ressalvados aqueles destinados à instalação e à manutenção de serviços essenciais e inadiáveis;

IX - Aquisição de materiais de consumo, excetuando-se aqueles destinados ao desenvolvimento das atividades essenciais das unidades.

Art. 18 O Grupo Gestor de Redução de Despesas realizará avaliação dos pedidos de contratações de Estagiários e Servidores (efetivos, temporários e comissionados) bem como a concessão de licenças prêmio, gratificações para o exercício de função e demais atos de pessoal que importem em acréscimo de despesa.

Art. 19 Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal de imediato deverão adotar medidas visando atingir as seguintes metas:

I - Redução de 15% (quinze por cento) do objeto dos contratos de prestação de serviços continuados e de terceirização, prevalecendo o que resultar em maior redução do gasto entre o quantitativo atualizado ou o valor contratado;

II - Redução de 20% (vinte por cento) dos serviços de postagem;

III - Redução de 20 % (vinte por cento) dos serviços de reprografia;

IV - Redução de 10% (dez por cento) do consumo de água, energia elétrica, telefonia e internet;

V - Redução de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa com viagem, nacional e internacional, para servidores a serviço do Poder Executivo, abrangendo a concessão de diárias e verba de adiantamento para deslocamento.

Parágrafo único. Para o cálculo das reduções de despesa e de consumo previstas neste Decreto, deverão ser considerados a despesa e o consumo relativos ao período compreendido entre março e maio do ano de 2019.

Art. 20 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 21 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no artigo 1º, §2º e §3º e no artigo 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, revogando disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 9.308, de 16 de março de 2020, o Decreto Municipal nº 9.310, de 17 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 9.311, de 19 de março de 2020.

Gaspar, 24 de março de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Secretaria: Setor de trabalho:
 Nome do servidor: Cadastro:
 Cargo:
 Chefia imediata:(nome e cargo) Cargo:
 Período do teletrabalho: Semanal () Mensal () De:/ /..... até/ /.....

[illegible]

Assinatura do Servidor Assinatura da Chefia

Data:/ /.....

- A inclusão na modalidade de teletrabalho não constitui direito e poderá ser revertida por decisão dos Secretários Municipais ou dirigentes dos órgãos (SAMAE e FMEL) ou em função da conveniência da Administração, por inadequação do servidor, desempenho inferior às metas estabelecidas ou necessidade presencial aos serviços.
- A realização do teletrabalho pelo servidor depende, obrigatoriamente, da aprovação do gestor da unidade a qual estiver vinculada a prestação dos serviços e anuência do Secretário ou dirigente do órgão.
- Os servidores e gestores declaram estar cientes dos princípios da administração pública, o estatuto e demais normativos vigentes legais e regulamentares.
- O teletrabalho ficará restrito a tarefas que por sua natureza, complexidade e dimensão, possibilitem mensuração do desempenho do servidor; demandem maior esforço individual e menor interação com outros servidores e que a presença física não seja estritamente necessária.
- Serão realizadas avaliações periódicas de acompanhamento de resultados para a manutenção ou não da autorização concedida.
- Será realizado o controle de assiduidade e aferição do ponto manual ou eletronicamente registrado via web, sendo que o acesso aos diversos serviços disponibilizados remotamente será realizado por meio eletrônico ou rede virtual privada (VPN).
- O servidor deve estar à disposição durante seu horário de expediente e, em caso de necessidade aferida pelo gestor da unidade na qual lotado, ainda que afastado para exercício do teletrabalho, deverá comparecer ao seu local de lotação, devendo utilizar-se do e-mail institucional para mantê-lo atualizado acerca da evolução dos trabalhos, o qual deve ser consultado periodicamente, disponibilizando telefone para contato em caso de necessidade. Caso não esteja disponível - durante seu horário de expediente - quando contatado será efetivado seu desligamento da modalidade.
- É permitido ao servidor retirar documento ou expediente físico imprescindível para o desempenho de seu trabalho, devendo assinar livro próprio de carga, onde constará seu nome completo, matrícula, cargo, lotação, dia e hora da retirada.
- Todo e qualquer afastamento do trabalho por servidor participante da modalidade teletrabalho deverá ser comunicado e requerido imediatamente ao seu superior hierárquico, na forma da legislação vigente, para a adoção das eventuais providências.
- Será excluído o pagamento de auxílio-transporte no período de teletrabalho.
- Para participar da modalidade de teletrabalho, o servidor, às suas expensas, deverá dispor de infraestrutura física e tecnológica necessária e adequadas à realização dos trabalhos de maneira segura e tempestiva, conforme as especificações requeridas pelos sistemas, inclusive permissão para instalação de software a seu critério, eximindo-se a Instituição de qualquer responsabilidade acerca de providências relacionadas à resoluções de problemas técnicos ou de infraestrutura física, termos que deverão constar de declaração firmada nesse sentido, não havendo ressarcimento de eventuais despesas, de nenhuma espécie, para o servidor.
- Além das especificações de infraestrutura física e tecnológica necessárias e adequadas à realização dos trabalhos de maneira segura e tempestiva elencadas no presente Manual, o servidor deverá se comprometer a observar outras especificações técnicas dispostas na legislação pertinente.
- O servidor que não possuir ou não se comprometer a adequar a estrutura física e tecnológica aos parâmetros exigidos pela Instituição ou pela legislação vigente não poderá participar da modalidade de teletrabalho.

Anuência do dirigente

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2020 DISPENSA Nº 05/2020 EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020

Publicação Nº 2418112

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2020
DISPENSA Nº 05/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/03/2020. VENCIMENTO: 18/09/2020. OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de transporte coletivo urbano de passageiros, de natureza emergencial, com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei 8666, conforme as normas previstas pela legislação de regência, bem como pelo termo de contrato, em linhas atuais especificadas no Termo de Referência integrante do Processo Administrativo nº 58/2020 e seu(s) anexo(s). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI FRETAMENTO (13.679.560/0002-47). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de março de 2020

KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 58/2020 DISPENSA Nº 05/2020

Publicação Nº 2418108

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 58/2020
Dispensa nº 05/2020

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de transporte coletivo urbano de passageiros, de natureza emergencial, com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei 8666, conforme as normas previstas pela legislação de regência, bem como pelo futuro termo de contrato, em linhas atuais especificadas no Termo de Referência integrante do Processo Administrativo nº 58/2020 e seu(s) anexo(s). CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI FRETAMENTOS (13.679.560/0002-47). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de março de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2020 DISPENSA Nº 06/2019

Publicação Nº 2418095

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 63/2020
Dispensa nº 06/2019

OBJETO: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de sanitização de ambientes e superfícies com produto desinfetante à base de amônia quaternária, de uso industrial, para combate a bactérias, fungos e vírus, especialmente o agente infeccioso COVID-19, incluindo materiais e mão de obra, com fulcro no art. 4 da Lei 13.979/2020 c/c o inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: GASPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 02.545.898/0001-09). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). BASE LEGAL: Art. 4 da Lei 13.979/2020 c/c o art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 23 de março de 2020.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2020 DISPENSA Nº 06/2019 EXTRATO DO CONTRATO 026/2020

Publicação Nº 2418097

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Processo Administrativo nº 63/2020
Dispensa nº 06/2019

Extrato do Contrato 026/2020

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/03/2020. VENCIMENTO: 18/09/2020. OBJETO: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de sanitização de ambientes e superfícies com produto desinfetante à base de amônia quaternária, de uso industrial, para combate a bactérias, fungos e vírus, especialmente o agente infeccioso COVID-19, incluindo materiais e mão de obra, com fulcro no art. 4 da Lei 13.979/2020 c/c o inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/1993. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO: GASPRAGAS CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 02.545.898/0001-09). VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). BASE LEGAL: Art. 4 da Lei 13.979/2020 c/c o art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 23 de março de 2020.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 65/2020 DISPENSAN°07/2020

Publicação N° 2418392

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 65/2020

Dispensan°07/2020

OBJETO:Aquisição direta, em caráter emergencial, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 4 e ss, da Lei 13.979/2020, de produtos químicos com ação desinfetante, de uso industrial, para combate ao agente infeccioso COVID-19 objetivando a preservação da saúde pública nos locais indicados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADO:MODESTI COMÉRCIO DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL (CNPJ N° 18.930.242/0001-40).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 8.9.00,00 (oito mil e novecentos reais).BASE LEGAL:Art. 4 da Lei 13.979/2020 c/c o art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 24 de março de 2020.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL RP 2/2020 PROCESSO ADM. 2/2020

Publicação Nº 2418132

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE ESTÁ SUSPENSA TODAS AS LICITAÇÕES PUBLICADAS:

PREGÃO PRESENCIAL RP 2/2020
PROCESSO ADM. 2/2020

MOTIVO: SUSPENSÃO DE TODAS AS LICITAÇÕES PUBLICADAS E QUE ESTÃO AGUARDANDO REUNIÃO PARA SESSÃO PÚBLICA EM FACE DO CORONAVIRUS (COVID – 19) AMPARADA PELOS DECRETOS MUNICIPAIS 26/2020 (Lista as atividades suspensas) E 28/2020 (Decreta a situação de emergência) COM FULCRO NA LEI FEDERAL 13.979/2020 (Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019) COM A FINALIDADE DE RESGUARDAR A SAÚDE PÚBLICA. PERMANECERÃO SUSPENSAS ATÉ O TÉRMINO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL.

SUSPENSÃO A PARTIR DA DATA DE 24/03/2020.

Os interessados deverão aguardar novas datas a serem publicadas no site da Câmara Municipal de Vereadores de Governador Celso Ramos – www.camaragcr.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2020.
Nedison Nildo Martins
Presidente da Câmara

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 08/2019 - CORONAVÍRUS (COVID-19)

Publicação Nº 2417964

DECRETO Nº 08, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“ALTERA DECRETO Nº 06, DE 18 DE MARÇO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA CAUSADO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito de Grão-Pará, no uso das atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os casos confirmados e suspeito de pessoas infectadas na região,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o enfrentamento da pandemia se através da união de todos os entes públicos e privados;

CONSIDERANDO as orientações do Conselho Municipal de Crise do Coronavírus,

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogado, pelo período de mais 7 (sete) dias, o disposto no art. 17º do Decreto 06, de 18 de março de 2020;

Art. 2º. Ficam prorrogados, por período de 30 (trinta) dias, o disposto no art. 12º e 14º do Decreto 06, de 18 de março de 2020;

Art. 3º. Incluem-se como serviços essenciais, para fins do inciso II do art. 17º do Decreto nº 06, de 18 de março de 2020, aqueles definidos por ato do Governador do Estado de Santa Catarina, em especial os definidos no art. 9º e incisos, do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º. O art. 18, §3º do Decreto nº 06, de 18 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§3º. Os setores administrativos priorizam o trabalho home office, sendo que disponibilizado contatos de plantão para o público externo.”

Art. 5º. Os setores não essenciais públicos do município terão seu funcionamento por meio de plantão/ sobreaviso.

Art. 6º. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para prestação de contas de Adiantamentos concedidos a servidores, ainda não vencidos na publicação deste decreto.

Art. 7º. A operação de atividades industriais em todo o território municipal somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde;

§2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I. Priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II. Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III. Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

IV. Utilização de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limita a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades de construção civil

Art. 8º. Que se cumpra na íntegra o Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ao que couber, ao setor público e privado Municipal.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 24 de março de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 24 de março de 2020.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2020

Publicação Nº 2418183

LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 48/2020

(De 24 de março de 2020)

“CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual de 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento), às categorias de servidores públicos municipais dos Poderes Executivo, Legislativo, da Autarquia Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e da Fundação Ambiental Municipal de Grão-Pará – FAMGP, ativos e inativos, inclusive aos agentes políticos do Município de que trata a Lei Municipal nº 2.040, de 08 de junho de 2016.

§ 1º. O reajuste salarial de que trata esta Lei não se aplica aos servidores regidos pela Lei Municipal nº 990, de 04 de abril de 2000, tendo em vista que estes já foram contemplados pelo piso nacional do magistério, aplicando-se, porém, os efeitos desta Lei, aos Cargos de Direção e Assessoramento de que trata a Lei Municipal nº 990, de 04 de abril de 2000.

§ 2º. O reajuste salarial de que trata esta Lei, também, não se aplica aos servidores regidos pela Lei Municipal nº 1.989, de 23 de dezembro de 2014, eis que estes serão contemplados com o piso nacional dos agentes comunitários de saúde e agente de endemias.

§ 3º. A revisão geral anual estabelecida por esta Lei corresponde à aplicação do índice apurado pelo INPC-IBGE, acumulado no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão à conta de dotações previstas no orçamento vigente no Município de Grão-Pará.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do mês de abril de 2020.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 24 de março de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO 29/2020

Publicação N° 2417976

DECRETO N.º 29, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE SUSPENSÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 24 DE 18 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 119 e 126, XVI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,
CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria GAB/SES nº 189, de 22 de março de 2020, publicada pelo Secretário de Estado da Saúde; ;
CONSIDERANDO o que estabelece o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020;
CONSIDERANDO o que preconiza a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica “prorrogado” por 7 (sete) dias, a contas de 25 de março de 2020, a suspensão das atividades em estabelecimentos comerciais, de serviços de qualquer natureza, de alimentação, bares, hotéis e pousadas, boates, casas noturnas, ambulantes e congêneres.

Parágrafo Único – As farmácias, padarias, mercados, peixarias, agropecuárias que comercializem insumos para alimentação animal, são considerados serviços privados essenciais, conforme Decreto Estadual nº 515 de 2020.

Art. 2º - Os serviços privados previstos no § Único do artigo 1º, considerados essenciais, deverão manter o estabelecimento higienizado, disponibilizando ao cliente material de higiene, como álcool em gel, limitar a entrada no estabelecimento de no máximo 5 (cinco) pessoas, com distanciamento entre uma e outra de 2 (dois) metros, organizar a fila de espera do lado de fora, com distanciamento igual entre as pessoas de 2 (dois) metros, afixando material explicativo sobre as normas adotadas.

Art. 3º - A atividade industrial somente poderá ocorrer mediante a redução de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho, conforme artigo 4º do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020.

§ 1º - Não se aplica a redução de que trata o “caput” deste artigo, às agroindústrias, indústrias de alimentos, as indústrias de insumos de saúde e de medicamentos.

§ 2º - O funcionamento das indústrias depende das seguintes obrigações:

I – priorização de afastamento, sem prejuízo de salário, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como: pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorizar para que os setores administrativos atuem remotamente;

III – adoção de medidas internas relacionadas à saúde no trabalho, para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho, e

IV – utilização de veículos para o transporte de trabalhadores limitado a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nos dados de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Gravatal - SC, 24 de março de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

Jucemar Zanelato

Secretário de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO 1204/2020

Publicação Nº 2418572

DECRETO Nº. 1204/2020

Estabelece novas medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e estabelece outras providências.

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e ainda;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; e
 - e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadoria se outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o §2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 2º. As medidas mencionadas no § 2º do art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 3º. Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, conforme Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020;

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

e) a circulação e o ingresso no território guaramirense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas.

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 4º. A operação de atividades industriais respeitará o disposto no artigo 8º do Decreto estadual nº 525/2020.

Art. 5º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais as elencadas no artigo 9º do Decreto Estadual nº 525, ou qualquer outro serviço disposto em ato do Secretário de Estado da Saúde.

Art. 6º. Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 1º Nos estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais, fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o §1º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 7º. Fica autorizada, às margens das rodovias:

I - a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas;

II - a comercialização de refeições para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Art. 8º. Aos agentes públicos municipais aplica-se o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 525/2020, no que couber.

Art. 9º. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2020.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1205/2020

Publicação Nº 2418573

DECRETO Nº. 1205/2020

Altera o Decreto nº. 1185/2020, que dispõe sobre a cobrança de impostos e taxas para o ano de 2020.

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 1185/2020 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

I - Primeira parcela: 14/07/2020;

II - Segunda parcela: 14/08/2020;

III - Terceira parcela: 14/09/2020;

IV - Quarta parcela: 14/10/2020;
V - Quinta parcela: 13/11/2020;
VI - Sexta parcela: 14/12/2020." (NR)

"Art. 5º.

I - Em cota única até dia 14/07/2020 com 12% (doze por cento) de desconto;
..... " (NR)

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 24 de março de 2020.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2020 – FMS

Publicação Nº 2418069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2020 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE EM DECORRÊNCIA DO COVID-19.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 4, caput, da Lei nº 13.979/2020.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 01.306.465/0001-38, estabelecida na Rua Américo Vespúcio, nº 995, Bairro Nova Brasília, Joinville-SC, CEP: 89.213-401.

Valor Total: R\$ 3.467,50 (três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Contratada: HANNOVER PLASTICOS S.A, sob o CNPJ nº 04.626.152/0001-55, estabelecida na Rua Manuel Francisco da Costa, nº 4500, Bairro João Pessoa, Jaraguá do Sul-SC, CEP: 89.257-407.

Valor Total: R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais).

Contratada: DANIEL POMMERENING 07903823930, sob o CNPJ nº 32.509.633/0001-16, estabelecida na Rua 28 de Agosto, nº 2244, Sala 002, Bairro Centro, Guaramirim-SC, CEP: 89.270-000.

Valor Total: R\$ 1.008,00 (um mil e oito reais).

Contratada: DISKPEL COMERCIO DE EMBALAGENS EIRELI - ME, sob o CNPJ nº 10.523.663/0001-44, estabelecida na Rua Zeze Moreira, nº 377, Bairro Floresta, Joinville-SC, CEP: 89.212-305.

Valor Total: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

Guaramirim (SC), 24 de março de 2020.
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 17/2020 – FMS

Publicação Nº 2417903

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 17/2020 – FMS

Processo Licitatório nº: 19/2020 – FMS

Modalidade: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 4, caput, da Lei nº 13.979/2020.

Objeto da Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SANITIZAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CARÁTER EMERGENCIAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60, com sede na Rua Henrique Friedemann, nº 415, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.

Contratada: GUARAMIRIM CONTROLE DE PRAGAS LTDA, sob o CNPJ nº 07.585.969/0001-10, estabelecida na Rua Ernesto Pissetta, nº 30, Bairro Centro, Guaramirim - SC, CEP: 89.270-000.

Valor: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais).

Vigência Início: 23/03/2020 Término: 22/05/2020

Guaramirim (SC), 23 de março de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

39/2020

Publicação Nº 2418282

DECRETO Nº 39/2020
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.646/2019 de 19 de novembro de 2019.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2020, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
Unidade 01- Departamento Administrativo de Saúde:
Atividade: 1101.10.301.0010.2.048
3.3.90.00-00.00.3071 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 3º, fica reduzido o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, referente aos recursos do SUS/ECD o valor de R\$ 8.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 24 de março de 2020.
Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio
Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 100 / 2020

Publicação Nº 2418446

DECRETO N. 100 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), reitera os termos do Decreto Municipal n. 87, de 19 de março de 2020, que declarou situação de emergência no município de Guatambu, e dá outras providências.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o Decreto Municipal n. 87, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência no município de Guatambu, bem como definiu as medidas adicionais ao Decreto Municipal n. 86, de 17 de março de 2020, para dar cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n. (s) 509 e 515, de 17 de março de 2020;

Considerando que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública, bem como da prorrogação da medida de quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Guatambu, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO adotadas anteriormente e conforme abaixo:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto Estadual n. 525/2020;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades prestadoras de serviços essenciais, conforme disposto no art. 2ª e §1ª do Decreto Municipal n. 86, de 18 de março de 2020;

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas nos Decretos anteriores, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, área de uso social e complexo de lazer (camping), pesque e pague, entre outros.

Art. 2º. São considerados serviços privados essenciais aqueles descritos no art. 3 do Decreto Municipal n. 86, de 18 de março de 2020, bem como os complementares descritos na Portaria Municipal n. 151, de 19 de março de 2020, inclusive os serviços dispostos no art. 9º do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, salvo aqueles inaplicáveis ao ente público municipal.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso, a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guatambu,
Estado de Santa Catarina, 25 de março de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2020

Publicação Nº 2418398

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 14/2020
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.06/2020
OBJETO: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA SHOW MUSICAL NA EXPOGUATAMBU.
Contratada: Osvaldo Cichaczewski.
Valor: R\$ 2.500,00 (dos mil quinhentos reais).
Fundamento: Inciso III do Art. 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu 03 de Fevereiro de 2020.
SILVESTRE FAVARO
Prefeito Municipal em Exercício

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 08/2020

Publicação Nº 2418435

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 27/2020
Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.08/2020
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COM A EPAGRI.
Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina –Epagri
Valor: R\$ 42.302,63 (quarenta e dois mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos).
Fundamento: Inciso III do Art 1º 25 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.171/1991 .

Guatambu,18 de Fevereiro de 2020.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

SUSPENSÃO ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL 14/2020

Publicação Nº 2418456

COMUNICADO

Devido ao Decreto de Prevenção ao Coronavírus (COVID – 19) nº 100 de 24 de março de 2020 que estende o período anteriormente fixado no Decreto nº 86 de 18 de março de 2020, viemos por meio deste comunicar a suspensão da etapa externa de abertura dos envelopes bem como credenciamento ao Pregão Presencial 14/2020 – Processo Licitatório 38/2020 que se daria as 09:15hrs do dia 31/03/2020. Tão logo se defina nova data e horários para credenciamento e abertura dos envelopes, tal ato terá publicidade.

Cordialmente,

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Guatambu SC, 25 de março de 2020.

SUSPENSÃO ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL RP 15/2020

Publicação Nº 2418457

COMUNICADO

Devido ao Decreto de Prevenção ao Coronavírus (COVID – 19) nº 100 de 24 de março de 2020 que estende o período anteriormente fixado no Decreto nº 86 de 18 de março de 2020, viemos por meio deste comunicar a suspensão da etapa externa de abertura dos envelopes bem como credenciamento ao Pregão Presencial RP 15/2020 – Processo Licitatório 39/2020 que se daria as 09:15hrs do dia 27/03/2020. Tão logo se defina nova data e horários para credenciamento e abertura dos envelopes, tal ato terá publicidade.

Cordialmente,

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Guatambu SC, 25 de março de 2020.

SUSPENSÃO ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL RP 16/2020

Publicação N° 2418458

COMUNICADO

Devido ao Decreto de Prevenção ao Coronavírus (COVID – 19) nº 100 de 24 de março de 2020 que estende o período anteriormente fixado no Decreto nº 86 de 18 de março de 2020, viemos por meio deste comunicar a suspensão da etapa externa de abertura dos envelopes bem como credenciamento ao Pregão Presencial RP 16/2020 – Processo Licitatório 40/2020 que se daria as 09:15hrs do dia 01/04/2020. Tão logo se defina nova data e horários para credenciamento e abertura dos envelopes, tal ato terá publicidade.

Cordialmente,

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Guatambu SC, 25 de março de 2020.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.169/2020

Publicação Nº 2418464

DECRETO Nº 4.169 de 24 de março de 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID – 19), NO MUNICÍPIO DE HERVAL D’OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AMÉRICO LORINI Prefeito de Herval d’Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais, e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais nº 4.166 de 17 de março de 2020, Decreto 4.167 e 4.168 de 19 de março de 2020 os quais implementam ações, no âmbito do Município de Herval d’Oeste – SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais nº 509 e 515 de 17 de março de 2020.

CONSIDERANDO que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art.1º- Ratifica a Situação de Emergência de Saúde Pública decretada pelo Município de Herval d’Oeste – SC na forma do Decreto Municipal nº 4.168 de 19 de março de 2020 e complementa ações no Plano local de enfrentamento da Pandemia decorrentes do Coronavírus (COVID – 19) a fim de dar integral cumprimento no âmbito Municipal, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, da seguinte forma:

I- PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de suspensão :

- a) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros, à exceção o fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada ao funcionamento, transporte de cargas das cadeias de fornecimento de bens e serviços, atividades privadas necessárias ao funcionamento dos serviços e atividades essenciais elencados no Decreto n. 515/2020, notadamente aquelas relacionadas às atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim, distribuição de encomendas e cargas, em especial a atividade de tele-entrega /delivery de alimentos e de correios, transporte de profissionais de saúde e coleta de lixo, devendo os veículos serem exclusivos para essa finalidade, devidamente identificados e por fim a exceção das agropecuárias, para manter o abastecimento de insumos e alimentos necessários à vida animal.
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 525/2020;
- c) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil, devendo-se preferencialmente as atividades desempenhadas via remota ou através de escalas de plantão, na forma já estabelecida;
- d) demais atividades já elencadas pelo inciso I do artigo 4º e pelo art. 5º do Decreto 4.168/2020.

II – MANTIDAS por 30 (trinta) dias as medidas de suspensão das atividades mencionadas no art. 6º, 7º e 8º do Decreto 4.168/2020, sendo acrescidas das seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;
- b) eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde Pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID – 19).

§2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste artigo deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus (COVID – 19).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Herval d'Oeste (SC), 24 de março de 2020.
AMÉRICO LORINI
PREFEITO HERVAL D'OESTE - SC

SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020

Publicação N° 2418274

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PP006/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 025/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2020
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

OBJETO
Registro de Preços para a eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12 meses

O prefeito do município de Herval d'Oeste, Senhor Américo Lorini, no uso de suas atribuições legais torna público a todos os interessados, a **SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO** da sessão pública e demais atos para a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL n° 006/2020**, prevista para acontecer no dia 30 de março de 2020, a partir das 09h00min, em conformidade com a legislação vigente e em conformidade com as especificações do Edital e Anexos que o integram.

Tal Fato se dá em virtude da adoção progressiva de medidas a prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) em todo o Estado de Santa Catarina, e considerando a decretação pelo Governo do Estado da situação emergencial de enfrentamento a pandemia do coronavírus – COVID 19.

Tão logo a situação esteja normalizada nova data será marcada e publicada na imprensa oficial, no site do Município, em conformidade com a Lei nº 10.520/02.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br

Herval d'Oeste, 24 de março de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020

Publicação N° 2418277

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PP009/2020
PROCESSO LICITATÓRIO N° 030/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2020
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

OBJETO
Aquisição de um distribuidor de Adubo Orgânico Líquido, uma carreta Basculante e uma ensiladeira para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente através de Convênio Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural nº 2019TR001268

O prefeito do município de Herval d'Oeste, Senhor Américo Lorini, no uso de suas atribuições legais torna público a todos os interessados, a **SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO** da sessão pública e demais atos para a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL n° 009/2020**, prevista para acontecer no dia 31 de março de 2020, a partir das 14h00min, em conformidade com a legislação vigente e em conformidade com as especificações do Edital e Anexos que o integram.

Tal Fato se dá em virtude da adoção progressiva de medidas a prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) em todo o Estado de Santa Catarina, e considerando a decretação pelo Governo do Estado da situação emergencial de enfrentamento a pandemia do coronavírus – COVID 19.

Tão logo a situação esteja normalizada nova data será marcada e publicada na imprensa oficial, no site do Município, em conformidade com a Lei nº 10.520/02.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br

Herval d'Oeste, 24 de março de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020

Publicação Nº 2418280

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PP010/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

OBJETO

Registro de Preços para a eventual e futura aquisição de Câmeras de alta resolução formato Dome, para o sistema de monitoramento integrado a ser instaladas no município de Herval d'Oeste,

O prefeito do município de Herval d'Oeste, Senhor Américo Lorini, no uso de suas atribuições legais torna público a todos os interessados, a SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO da sessão pública e demais atos para a abertura do PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2020, prevista para acontecer no dia 31 de março de 2020, a partir das 09h00min, em conformidade com a legislação vigente e em conformidade com as especificações do Edital e Anexos que o integram.

Tal Fato se dá em virtude da adoção progressiva de medidas a prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) em todo o Estado de Santa Catarina, e considerando a decretação pelo Governo do Estado da situação emergencial de enfrentamento a pandemia do coronavírus – COVID 19.

Tão logo a situação esteja normalizada nova data será marcada e publicada na imprensa oficial, no site do Município, em conformidade com a Lei nº 10.520/02.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br

Herval d'Oeste, 24 de março de 2020.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

Ibicaré

PREFEITURA

AVISO ALTERAÇÃO PREGÃO 21 - 2020 LEILOEIRO

Publicação Nº 2418241

Aviso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020 PMI

EDITAL PREGÃO Nº 21/2020 PMI

A sessão de processamento do pregão que seria realizada às 14 horas do dia 27 de março de 2020, será prorrogada a data para as 14 horas do dia 03 de abril de 2020, conduzida pelo Pregoeiro do Município ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Ibicaré – SC, 24 de março de 2020.

Gianfranco Volpato

Prefeito

AVISO ALTERAÇÃO TP 1 - 2020

Publicação Nº 2418296

Aviso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2020 PMI

EDITAL TP Nº 1/2020 PMI

Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação (01), e a Proposta de Preços (02), que deveria ser entregues no Protocolo da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até as 09:00 horas do dia 25 de março de 2020. Serão prorrogada para as 09:00 horas do dia 08 de abril de 2020. E abertura as 09h e 30min do mesmo dia.

Ibicaré – SC, 24 de março de 2020.

Gianfranco Volpato

Prefeito

PORTARIA Nº 143, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417984

PORTARIA Nº 143, de 24 de março de 2020.

“NOMEAR SERVIDORES PARA CONSTITUIREM COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”

O Prefeito de Ibicaré – SC, no uso das atribuições previstas no artigo 113, II “c” da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 87, I, VII, XIII, 117 e seguintes, todos da Lei 1230/2000 e demais legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores DAGOBERTO PRIMO, SERGIO DOS SANTOS, ANDRÉ LUCAS MARQUES, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, no prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, com intuito de apurar possíveis condutas irregulares praticadas pelo servidor VALTER HENTZ, tocante ao desempenho de suas atribuições.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 24 de março de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 547

Publicação Nº 2418444

DECRETO Nº 547, de 24 de março de 2020.

"Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Ilhota, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos 541/2020 e 542/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Ilhota, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Ilhota, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Ilhota, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e paais.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos.

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso, a chamada "Tabela SUS".

§ 3º Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ilhota, 24 de março de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO N° 33/2020 TOMADA DE PREÇO N° 02/2020 (PMI - SEINFRA)

Publicação N° 2418484

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEINFRA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2020
TOMADA DE PREÇO N° 02/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital de Tomada de Preço n° 02/2020, Processo Licitatório n° 33/2020 em razão do DECRETO ESTADUAL N° 525 de 23 março de 2020.

Imbituba, 24 de março de 2020
Emanuele Martins Ávila
Presidente da CPL.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO N° 35/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2020 (PMI-SEINFRA)

Publicação N° 2418110

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEINFRA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 21/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial n° 21/2020, Processo Licitatório n° 35/2020 em razão do DECRETO ESTADUAL N° 525 de 23 março de 2020.

Imbituba, 24 de março de 2020
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO N°10/ 2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2020 (SEMUSA)

Publicação N° 2418078

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 07/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial n° 07/2020, Processo Licitatório n° 10/2020 em razão do DECRETO ESTADUAL N° 525 de 23 março de 2020.

Imbituba, 24 de março de 2020
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO N°34/2020 PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2020 (PMI-SEGAB)

Publicação N° 2418105

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEGAB
PROCESSO LICITATÓRIO N° 34/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 20/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial n° 20/2020, Processo Licitatório n° 34/2020 em razão do DECRETO ESTADUAL N° 525 de 23 março de 2020.

Imbituba, 24 de março de 2020
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 254/2020

Publicação Nº 2418158

PORTARIA PMI/SEAD Nº 254, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar/ sindicância, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, considerando ainda o exposto no Protocolo nº 11.285/2019,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, processo administrativo disciplinar / sindicância, destinada a apurar supostas irregularidades, quanto a não prestação de serviços públicos ambientais, no que diz respeito a realização de estudos em âmbito municipal.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os servidores descritos na PORTARIA PMI/UCSCI nº 018, de 01 de outubro de 2019, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 255/2020

Publicação Nº 2418193

PORTARIA PMI/SEAD Nº 255, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre a Exoneração de servidor de carreira, da função gratificada de Gerente do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 5.653/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 24 de março de 2020, o servidor de carreira abaixo descrito, da respectiva função gratificada do órgão superior correspondente, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 521/2019.

Nome	Função	CPF	Órgão Superior	Exoneração
Evaldi Freitas	Gerente da Balsa do Sambaqui	578.443.139-00	SEINFRA	24/03/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 24 de março de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 256/2020

Publicação Nº 2418209

PORTARIA PMI/SEAD Nº 256, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre a exoneração de servidor de carreira, da função gratificada de Supervisor, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 5.653/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor abaixo descrito, da função gratificada de Supervisor de Fiscalização do Transporte Público da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 502/2018.

SUPERVISOR – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Supervisor de Fiscalização do Transporte Público	SEINFRA	Carlos Fernando Demétrio	823.273.949-53	24/03/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 257/2020

Publicação Nº 2418217

PORTARIA PMI/SEAD Nº 257, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira, na função gratificada de Gerente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 5.653/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o servidor abaixo descrito, na função gratificada de Gerente da Balsa do Sambaqui da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

GERENTE – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente da Balsa do Sambaqui	SEINFRA	Carlos Fernando Demétrio	823.273.949-53	25/03/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Imbuia

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA 01/2020

Publicação Nº 2418090

ATO DA MESA Nº 01, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Convalida a Portaria nº 08, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos administrativos, expediente e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de Imbuia, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, no exercício de suas atribuições e com amparo no art. 28 do seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam convalidadas as disposições constantes da Portaria nº 08, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Este Ato da Mesa deverá ser convalidado, ainda, por meio de Projeto de Resolução da Mesa, na primeira Sessão Plenária a ser realizada após a suspensão das atividades legislativas.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Imbuia, 24 de março de 2020.

ALDORI RENGEL Vereador Presidente		ELIMAR SCHLICKMANN Vereador Vice-Presidente
ANA Mª DE ANDRADE KREUSCH Vereador 1º Secretário		SANTELMO ZIMERMANN Vereador 2º Secretário

ATO DA MESA 02/2020

Publicação Nº 2418093

ATO DA MESA Nº 02, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga por mais 7 dias as disposições e o prazo de suspensão das atividades legislativas e administrativas desta Casa, previstas na Portaria nº 08, de 19 de março de 2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, no exercício das suas atribuições legais e com amparo no artigo 28 do Regimento Interno.

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o agravamento da situação envolvendo o Coronavírus (COVID-19) e o aumento dos casos confirmados pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o DECRETO ESTADUAL Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus,

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga por mais 7 dias, as disposições e o prazo de suspensão das atividades legislativas e administrativas desta Casa, previstas na Portaria nº 08, de 19 de março de 2020 (convalidada pelo Ato da Mesa nº 01/2020), ou seja, estendendo-se até o dia 31 de março de 2020.

Art. 2º Este Ato da Mesa deverá ser convalidado por meio de Projeto de Resolução da Mesa, na primeira Sessão Plenária a ser realizada após a suspensão das atividades legislativas.

Art. 3º Este Ato da Mesa entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Câmara Municipal de Imbuia, 24 de março de 2020.

ALDORI RENGEL Vereador Presidente		ELIMAR SCHLICKMANN Vereador Vice-Presidente
ANA Mª DE ANDRADE KREUSCH Vereador 1º Secretário		SANTELMO ZIMERMANN Vereador 2º Secretário

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2128/2020

Publicação Nº 2418052

. DECRETO Nº 2128/20

. De 24 de março de 2020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE INDAIAL, DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL N. 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, demais dispositivos legais em vigor e,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante Políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

Considerando a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

Considerando a necessidade de se manter os serviços da Administração Pública Municipal e reduzir a possibilidade de contaminação pelo Coronavírus causador da COVID-19.

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que "dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do coronavírus", unificando os atos normativos estaduais e prorrogando a quarentena por mais de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das ações fixadas por meio dos Decretos 2110, 2116, 2117 e 2120 de 2020, que implementavam ações, no âmbito do Município Indaial, para dar cumprimento ao disposto no Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020; e

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Indaial;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Indaial, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Este Decreto dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), bem como consolida medidas dispostas na legislação e atos normativos federal e estadual.

Art. 3º. Fica instituído o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos do COVID-19 no Município de Indaial.

Parágrafo único. O Comitê é órgão de articulação da ação governamental e de assessoramento ao Prefeito Municipal de Indaial sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia do COVID-19.

Art. 4º. O Comitê é composto pelo:

- I - Secretário de Governo, que o coordenará;
- II - Procurador-Geral do Município;
- III - Secretário de Administração e Finanças;
- IV - Secretário de Saúde;
- V - Presidente da Câmara de Vereadores;
- VI - Interventora do Hospital Beatriz Ramos;
- VII - Comandante da Polícia Militar de Indaial;
- VIII - Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Indaial.

Parágrafo único. O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões do Comitê, de acordo com o tema a ser discutido:

- I - membros do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público; e
- II - outras autoridades públicas e especialistas.

Art. 5º. O Comitê se reunirá sempre que convocado pelo seu Coordenador.

Art. 6º. O Comitê poderá instituir grupos de trabalho temporários com o objetivo de auxiliar no cumprimento de suas atribuições.

Art. 7º. A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO II
DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 8º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I - isolamento;
- II - quarentena;
- III - determinação de realização compulsória de:
 - a) exames médicos;
 - b) testes laboratoriais;
 - c) coleta de amostras clínicas;
 - d) vacinação e outras medidas profiláticas; e
 - e) tratamentos médicos específicos;
- IV - estudo ou investigação epidemiológica;
- V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e
- VI - requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito municipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Art. 9º. Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

- I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e

serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. § 1º Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

§2º A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

§ 3º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SES.

§ 4º O período de vigência da requisição administrativa não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e envolverá, especialmente:

I - hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II - profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

§ 5º As medidas mencionadas no art. 8º e 9º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus (COVID-19).

Art. 10. Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 8º e 9º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Município (PGM) a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 11. Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município Indaial, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que determinou:

I - pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal de passageiros; e

II - pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, etc; e

III - fica suspenso, durante a vigência deste Decreto, o calendário de eventos esportivos e culturais organizados pela Fundação Municipal de Esportes e Fundação Indaialense de Cultura, incluindo cursos, aulas ou demais atividades.

§ 1º Serão consideradas atividades essenciais aquelas definidas em atos normativos federais e estaduais.

§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 12. A operação de atividades industriais no Município de Indaial deverá obedecer às restrições e orientações estabelecidas em atos normativos federais e estaduais, sobretudo no tocante as medidas de prevenção do contágio.

Seção II
Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 13. No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária, fiscalização do PROCON e no órgão municipal de defesa civil.

Parágrafo único. As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta.

Art. 14. Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, na forma a ser definida pelos secretários de cada pasta.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

§ 3º As medidas indicadas neste artigo não se aplicam aos servidores lotados nas unidades de saúde, serviços de acolhimento (abrigo municipal), serviços de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, devendo o responsável por cada pasta organizar a rotina de trabalho para atender apenas situações emergenciais.

Art. 15. Ficam mantidos os atendimentos individuais prioritários e emergenciais, os quais deverão ser realizados preferencialmente por meio eletrônico e, quando não for assim possível, presencialmente mediante agendamento prévio.

Art. 16. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art. 17. Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pelo COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 1º Nas hipóteses do caput deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital para o Departamento de Gestão de Pessoas.

§ 2º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 3º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.

Art. 18. É obrigatória a adoção de medidas de distanciamento social, de hábitos de higiene básicos e de ampliação das rotinas de limpeza em todos os órgãos públicos municipais, incluindo os da administração direta, indireta e fundacional.

Art. 19. Deverá ser garantida a circulação de ar externo nos prédios municipais, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e com a não utilização de aparelhos de ar condicionado.

Art. 20. As reuniões realizadas pelo Poder Público municipal devem ser realizadas prioritariamente de forma não presencial, com uso de meios eletrônicos.

§ 1º As reuniões presenciais indispensáveis devem ser realizadas em espaços ventilados e que propiciem um distanciamento mínimo de 2 metros entre as pessoas.

§ 2º Devem ser evitadas aglomerações, sobretudo em ambientes em que não seja possível garantir a ventilação natural adequada, inclusive elevadores.

Art. 21 Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de países ou grandes capitais nacionais em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I - os que apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II - os que não apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pelo COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia.

Art. 22. Orienta-se que todos os servidores, fora de seu horário de expediente, adotem medidas de distanciamento social, evitando circular em ambientes com grande concentração de pessoas.

Art. 23. Aos servidores públicos municipais fica proibida a participação de cursos, congressos e outros eventos externos, exceto as reuniões organizadas para divulgação e orientação de medidas de combate ao contágio do COVID-19, observados critérios rígidos de higiene;

Art. 24. Aos servidores públicos municipais da secretaria de saúde fica cancelada a concessão de férias, folgas e licenças, determinando-se o retorno imediato a suas atividades àqueles que estejam em gozo de qualquer espécie de ausência do trabalho.

Art. 25. Ficam suspensos todos os prazos administrativos referentes aos processos e outros atos como notificações, intimações e defesa nos autos de infração, durante a vigência deste Decreto.

Art. 26. Ficam suspensas as Sessões Públicas de Licitação (Lei nº 8666/93 e Lei nº 10.520/2002), com exceção daquelas imprescindíveis para aquisição de materiais destinados ao combate do Coronavírus – COVID – 19.

Art. 27. Ficam suspensos durante a vigência deste Decreto os prazos para apresentação de prestação de contas de:

- I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;
- II – diárias; e
- III – adiantamentos.

Parágrafo único. Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão da Administração Pública Municipal concedente dos recursos.

Art. 28. As viagens para Tratamento Fora de Domicílio (TFD) ficarão submetidas às recomendações da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 29. No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 56, da Lei Federal n 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor, previamente constatado pelos fiscais do PROCON de Indaial.

Sessão III

Das recomendações aos munícipes

Art. 29. Em face da necessidade de orientar, prevenir e do próprio dever de controle da saúde pública, RECOMENDA-SE que toda a população adote as recomendações constantes neste Decreto, assim como e principalmente aquelas orientações das autoridades de saúde, tais como:

- a) evitar contato próximo com pessoas com infecções respiratórias agudas;
- b) lavar frequentemente as mãos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;
- c) usar lenço descartável para higiene nasal e descartá-lo imediatamente, cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- d) evitar tocar nas mucosas dos olhos, nariz e boca, higienizar as mãos após tossir, espirrar ou higienizar o nariz;
- e) não compartilhar alimentos, chimarrão, objetos de uso pessoal, como toalhas, talheres, pratos, copos, garrafas, independente de casos suspeitos ou pessoas em isolamento domiciliar;
- f) manter os ambientes bem ventilados e toda e qualquer recomendação que previna ou evite a disseminação da doença COVID-19.

Art. 30. O uso de bebedouros de pressão deve observar os seguintes critérios:

- I - Lacrar as torneiras a jato que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;
- II - Garantir que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;
- III - Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento que possibilite retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual;
- IV - Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;
- V - Higienizar frequentemente os bebedouros.

Art. 31. Fica recomendado, a toda a população, que os contatos com todos os órgãos públicos sejam feitos de forma não presencial, preferencialmente por telefone, internet ou qualquer outro que não exija o contato presencial. Os telefones e meios de contato estão disponíveis no site www.indaial.sc.gov.br.

Art. 32. A título acautelatório, recomenda-se:

- I - por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II - no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Ficam os secretários municipais, procurador-geral, e presidentes das fundações e instituto de previdência, autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas, observadas as informações e normativas dos órgãos de saúde.

Art. 34. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 36. Ficam revogados:

- I - o Decreto nº 2110, de 16 de março de 2020;
- II - o Decreto nº 2117, de 17 de março de 2020;
- III - o Decreto nº 2.120, de 18 de março de 2020; e
- IV - o Decreto nº 2.123, de 19 de março de 2020.

Município de Indaial, em 24 de março de 2020.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Secretário de Governo

Silvio Cesar da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Alexandre Manoel Dalabrida
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 23/2020

Publicação Nº 2418324

Portaria Nº 23/20

Dispõe sobre a continuidade da adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus no âmbito do Poder Legislativo indaialense.

Flávio Augusto Ferri Molinari, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Casa e a Lei Orgânica do Município, e considerando o Decreto estadual 525, o qual dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam as disposições da Portaria 22, de 19 de março de 2020, prorrogadas até 31 de março de 2020.

Parágrafo único. Findo o prazo estipulado no caput deste artigo, será realizada nova avaliação, tomando como base as disposições emitidas pelos órgãos sanitários das esferas municipal, estadual e federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Indaial, 24 de março de 2020.

Flávio Augusto Ferri Molinari	Altair Brassiani
Presidente da Mesa	2º Secretário

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 043/2020

Publicação Nº 2418558

DECRETO Nº 043 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Decreto do Estado de Santa Catarina nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Estende, até o dia 31 de março de 2020, o prazo de suspensão de que tratam o artigo 4º e o artigo 13, ambos do Decreto nº 041, de 19 de março de 2020.

Art. 2º Consideram-se serviços públicos e atividades essenciais, além dos dispostos nos incisos constantes do § 1º, do artigo 13, do Decreto Municipal nº 041, de 19 de março de 2020, todas as demais atividades constantes do art. 9º, seus incisos, alíneas e parágrafos, do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 3º O parágrafo § 2º, do artigo 13, do Decreto nº 41, de 19 de março de 2020, passa a contar com o seguinte acréscimo:

V – Os serviços de aberturas de fontes de água em propriedades rurais atingidas pela estiagem, desde que observado pelos servidores envolvidos, todas as cautelas quanto a prevenção e disseminação do coronavírus;

VI – Os serviços e trabalhos internos que digam respeito ao setor de licitações, folha de pagamento dos servidores e a manutenção pela municipalidade dos repasses as entidades como a APAE, Hospital, CIS-AMEOSC, Indaci, Casa Familiar Rural e outros que dependam substancialmente destes valores para a manutenção de suas respectivas atividades;

Art. 4º O artigo 13, caput, do Decreto nº 41, de 19 de março de 2020, passa a contar com o seguinte acréscimo:

§ 5º. Para execução e efetivação dos serviços considerados essenciais previstos no § 2º, deste artigo, as chefias imediatas deverão convocar os servidores para que realizem as atividades remotamente, sendo necessário que os serviços sejam executados presencialmente, esta execução presencial deve se dar tão somente pelo tempo estritamente necessário para a realização do mesmo.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 18-A, no Decreto nº 041, de 19 de março de 2020, com a seguinte redação:

Art. 18-A. Os impostos e taxas que tenham vencimento no período de 31/03/2020, tais como as taxas referentes ao alvará de licença e localização, alvará sanitário e ISS Fixo Cota Única, e os lançamentos de imposto sobre transferência de bens imóveis "ITBI", com vencimentos programados até a data referida, bem como as taxas de prestação de serviços previstas na LC 058/2005 e suas alterações posteriores, e que tenham sido lançadas e com vencimento programado até a referida data, ficam com o prazo de vencimento postergado para o dia 30 de abril de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de março de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 044/2020

Publicação Nº 2418559

DECRETO Nº 044 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE, CONFORME IN/MI 02/2016. ESTIAGEM – 1.4.1.1.0.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a baixa precipitação pluviométrica com ondas de muito calor, causando baixa umidade do solo e exaurimento dos lençóis freáticos, com baixa do nível hidrológico dos poços e nascentes, conforme relatórios e medições de institutos e órgãos oficiais, anexo ao presente Decreto, que agravam ainda mais os problemas sociais e econômicos, geram a necessidade de adoção de medidas emergenciais que minimizem tais problemas;

CONSIDERANDO a estiagem prolongada tem se estendido há vários meses, o que tem ocasionado drástica redução de volume de água dos rios, córregos, mananciais, poços e escavados deste município, sendo que muitos destes já se encontram sem água;

CONSIDERANDO a irregularidade significativa na quantidade e distribuição de chuva no território do Município sendo os índices constatados insuficientes para a reposição dos mananciais, comprometendo o abastecimento para consumo humano e, principalmente, o consumo animal;

CONSIDERANDO que o longo período de estiagem na área rural ocasionou a diminuição considerável da capacidade de exploração da água, causou perdas consideráveis nas lavouras e hortifrutigranjeiros, na produção leiteira, avicultura e suinocultura, que como consequência desta escassez, inúmeros são os danos humanos, prejuízos econômicos e sociais, devidamente documentados, nos termos da documentação em anexo a este Decreto;

CONSIDERANDO ainda, o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COOMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é se manifestando favorável a declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – COBRADE/1.4.1.1.0 – Estiagem, conforme IN/MI 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais, para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COOMPDEC, nas ações de resposta a estiagem e reabilitação dos cenários e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta ao desastre, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população urbana e rural afetada pela estiagem, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COOMPDEC.

Art. 4º De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério da Agricultura – Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário -, que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garantem exoneração de obrigações financeiras relativos à operação de crédito rural e custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais.

Art. 5º De acordo com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal é admitida ao Poder Público em SE - Situação de Emergência – ou ECP – Estado de Calamidade Pública – a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta a estiagem, quanto a prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal encaminhará cópias deste Decreto a todos os órgãos pertinentes a esse para os devidos encaminhamentos legais e seu fiel cumprimento.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Iporã do Oeste – SC, 24 de março de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 071 DE 24 DE MARÇO DE 2020. PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DAS DETERMINAÇÕES, VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DO DECRETO MUNICIPAL N. 069/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2418421

DECRETO Nº 071

DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DAS DETERMINAÇÕES, VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DO DECRETO MUNICIPAL N. 069/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XLV do Art. 91 da Lei Orgânica do Município e

Considerando que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual n. 525/2020, prorrogando medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 07 (sete) dias, o prazo de vigência de todas as medidas, vedações e recomendações previstas no Decreto Municipal n. 069, de 18 de março de 2020, visando a implementação do plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), sem prejuízo das medidas previstas no Decreto Municipal n. 070, de 23 de março de 2020, que declarou situação de emergência em saúde em todo o território do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 24 de março de 2020.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1 DE 19 DE MARÇO DE 2020-CMV

Publicação Nº 2417853

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1 DE 19 DE MARÇO DE 2020

OBJETO – Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos tendo por objeto a realização de serviços de divulgação de Atos da Câmara de Vereadores.

FORNECEDOR:

- 1 – TP3 Comunicação
- 2- Certa Consultoria

- 3 – PG Comunicação

FUNDAMENTO LEGAL – Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA – A Câmara de Vereadores tem interesse em continuar com a divulgação de seus atos oficiais e administrativos e ações nos órgãos da imprensa local e regional, incluindo por meio de mídia e redes sociais, compreendendo: Produção de conteúdo para divulgação das ações do Poder Legislativo nos meios de comunicação de massa locais e regionais (escrita e falada); Alimentação e atualização de notícias e informações nas mídias sociais (sítio oficial da Câmara); Alimentação de Fanpage da Câmara no Facebook, acompanhamento das Sessões, dentre outras.

Com o objetivo de atingir cada vez mais o público, a Câmara Municipal pretende criar novos meios para chegar a população, divulgando suas ações e atos administrativos, fazendo com que a população fique por dentro do trabalho realizado e para acompanhar mais de perto as ações.

Atualmente as mídias e redes sociais exercem um importante papel de comunicação de massa, atingindo cada vez mais um número maior de pessoas.

Assim, a Câmara Municipal Editou o presente Processo de Licitação com a finalidade de contratar empresa especializada para tal fim.

Com o objetivo de efetuar o levantamento de custos, a Câmara de Vereadores solicitou, via e-mail, apresentação de orçamento há várias empresas especializadas nesse ramo.

Em resposta, a Câmara recebeu as propostas, com a apresentação de preços, conforme cotação a seguir:

- 1 – Certa Consultoria - Valor: R\$ 1.000,00 mensal
- 2 – TP3 Comunicação - Valor: R\$ 800,00 mensal
- 3 – PG Comunicação - Valor: 1.000,00 mensal

Analisando as propostas recebidas, ficou constatado que a Empresa TP3 Comunicação apresentou a menor proposta dos serviços solicitados.

DURAÇÃO DO CONTRATO: A duração será de 12 meses, podendo ser renovado por um período de até 60 meses.

INÍCIO DO CONTRATO: O Contrato iniciará em 1º de abril de 2020

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

01.031.0001.2.001 – Gestão das Políticas e Ações do Legislativo Municipal

3.3.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Saldo Atual – R\$ 312.454,95

TOTAL MENSAL – R\$ 800,000 (Oitocentos reais)

VALOR A SER GASTO EM 2020: R\$ 7.200,00

FORMA DE PAGAMENTO: Pagamento mensal

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

Com a edição do Decreto nº 9.412/2018 os limites para a contratação direta de pequeno valor:

Com as alterações, a dispensa de licitação passa para:

I – para obras e serviços de engenharia: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil Reais)

II – para compras e serviços: R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos Reais)

Tiveram novos valores em razão da vinculação que os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 estabelecem como limites da modalidade de Convite.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

A licitação é dispensável quando:

- Contratação de Pequeno Valor: Materiais, produtos, serviços, obras de pequeno valor, que não ultrapassem o valor estimado por lei para esta modalidade de licitação.

<https://www.licitacao.net/o-que-e-dispensa-de-licitacao/Acesso> em 18 de março às 14hs26min.

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para o serviço de assessoria de imprensa será de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) mensais, a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação e constantes da proposta considerada a mais vantajosa.

Ipumirim – SC, 19 de março de 2020.

Gilmar Cavaliere
Presidente

Kleber Toni Tecchio
Vice Presidente

Mauro Antonio Gabardo
Primeiro Secretário

Deonir José Agazzi
Segundo Secretário

LEI COMPLEMENTAR Nº 189 DE 24 DE MARÇO DE 2.020-PM

Publicação Nº 2417888

LEI COMPLEMENTAR Nº 189 de 24 de março de 2.020

Concede revisão anual aos agentes políticos, aumento salarial aos servidores públicos municipais ativos e inativos, ajusta remuneração do magistério ao piso nacional e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim - SC, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais, no percentual de 6,7% (seis vírgula sete por cento), relativo a reposição do IGP-M acumulado no período de março/2019 a janeiro/2020, que incidirá sobre:

I. Anexo V da Lei Complementar nº 002/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

II. Anexo IV e V da Lei Complementar nº 005/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

III. Anexo II da Lei Complementar da Lei Complementar nº 18/2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa, da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências, que passa a fazer parte integrante da presente Lei Complementar.

IV. Anexo III da Lei Complementar nº 68 de 08 de outubro de 2009 em vigor que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

V. Anexo III e Tabela de Vencimento do Magistério Público Municipal da Lei Complementar Municipal nº 003/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.

VI. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1780/2016 – que fixa os valores dos subsídios dos Vereadores do Município de Ipumirim – SC, para a Legislatura de 2017 a 2020;

VII. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1781/2016 – que fixa os valores dos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito Municipal do Município de Ipumirim – SC, para o mandato de 2017 a 2020;

VIII. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1782/2016 – que fixa os valores dos subsídios dos Secretários Municipais do Município de Ipumirim – SC, para o mandato de 2017 a 2020;

IX. Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 178/2.018, de 24 de outubro de 2.018, em vigor, que passa a fazer parte integrante da presente Lei, com exceção do cargo de professor não titulado.

Art. 2º Fica fixado o montante de R\$ 2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) para o cargo de professor não titulado – PROFNT com carga de 40 horas, constante no Anexo I da Lei Complementar 178/2018 de 24 de outubro de 2.018, nos termos da Lei Federal 11.738 de 16 de julho de 2.008.

Art. 3º Fica o poder executivo autorizado a pagar a diferença salarial relativa ao piso dos agentes comunitários de saúde fixado no inciso II do art. 9º-A da Lei Federal 11.350 de 05 de outubro de 2.006 das competências de janeiro e fevereiro de 2.020, juntamente com a folha da competência de março de 2.020.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município e por créditos suplementares, se for necessário.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos:

I. a partir de 1º de março de 2.020 para os arts 1º e 3º da presente lei;

II. a partir de 1º de janeiro de 2.020 para o art. 2º da presente lei.

Ipumirim - SC, 24 de março de 2.020

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

LEI Nº 1856 DE 24 DE MARÇO DE 2020-PM

Publicação Nº 2417891

LEI Nº 1856 de 24 de março de 2020.

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 1817 e 24 de maio de 2018.

O PREFEITO DE IPUMIRIM-SC, Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Vale-Alimentação, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), benefício a ser concedido mensalmente aos Servidores Públicos Municipais em atividade do Município de Ipumirim.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 24 de março de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 1857 DE 24 DE MARÇO DE 2020-PM

Publicação Nº 2417895

LEI Nº 1857 de 24 de março de 2020.

Altera o art. 1º da Lei 1821 de 22 de junho de 2018 que Dispõe sobre a concessão de Vale Alimentação no âmbito do Poder Legislativo do município de Ipumirim e dá outras providências.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 1821 de 22 de junho de 2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - É concedido Vale Alimentação aos Servidores da Câmara de Vereadores de Ipumirim no valor mensal de R\$ 200,00, nas condições definidas pela presente Lei. (NR).

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim-SC, 24 de março de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 19 DE MARÇO DE 2020-CMV

Publicação Nº 2417847

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial o contido na alínea "a" do Inciso III do art. 39, do Regimento Interno.

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus, como pandemia, significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos e, no caso do Poder Legislativo do Município de Ipumirim, a atividade legislativa;

CONSIDERANDO que não há evidências de transmissão do vírus em pessoas que ainda não apresentaram sintomas;

CONSIDERANDO que o COVID-19 tem taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos aliada com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio.

RESOLVE

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19) na Câmara Municipal

de Ipumirim.

Art. 2º Ficam suspensas, nas dependências da Câmara Municipal, todas as atividades com público externo que envolvam aglomeração de pessoas, com exceção das reuniões de comissões e sessões plenárias.

§ 1º Nos dias de sessão da Câmara ou de reunião de comissões, somente terão acesso ao Plenário e salas de reuniões os vereadores, os servidores e os participantes convidados.

§ 2º O Presidente da Câmara ou os Vereadores-Presidentes de suas comissões poderão adotar critério de acesso diverso da constante deste artigo, para participantes por eles autorizados, às sessões ou às reuniões, caso em obedecerão à recomendação do Ministério da Saúde que sugere o espaçamento de pessoas, evitando o contato direto, cabendo ao setor competente desta Casa, cuidar para demarcar as cadeiras do Plenário, de Salas de Reuniões e de outros locais internos, de tal forma a prevenir o risco de eventual contágio.

§ 3º Ficam temporariamente suspensos a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico, tais como: escolas, faculdades, organizações não governamentais, dentre outros.

§ 4º No ambiente interno dos gabinetes de vereadores, deverá ser observado, no que couber, o que determina o § 2º deste artigo.

Art. 3º Qualquer Vereador, servidor, estagiário e empregado de prestador de serviço à disposição da Câmara que apresentar sintomas que indiquem a presença de infecção serão colocados em trabalho remoto, por meio de tecnologia, devendo exercer suas atividades em sua residência, no que couber, por uma semana, salvo se houver a designação de outro prazo, por recomendação médica.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal se for necessário, poderá realizar escalas de trabalho remoto, para prestação de serviço em residência, por meio de tecnologia, desde que as atividades funcionais recepcionem esta modalidade de atividade laboral.

Art. 4º O Departamento de Compras e Contratos deste Poder Legislativo deverá notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem à ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, estando as empresas passíveis de responsabilização administrativa, em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Art. 5º O Departamento responsável deste Poder Legislativo aumentará a frequência de limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de providenciar a aquisição e instalação de dispensadores de álcool gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de audiências, plenários e gabinetes de Vereadores, a serem adquiridas, por dispensa de licitação em razão de valor, nos termos do art. 24, inciso II, ou em caráter de emergência, na forma disposta no art. 24, inciso IV, ambos da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme o caso.

Art. 6º A Secretaria deverá organizar, junto aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal, campanhas de conscientização de riscos e de adoção de medidas de higiene necessárias para evitar o contágio pelo COVID-19.

Art. 7º O Presidente fica autorizado a adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do vírus COVID-19.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2020

Gilmar Cavaliere
Presidente

Registra-se e publica-se
Em 19 de março de 2020

Adriane Cagol Zanella
Auxiliar Administrativo

RETIFICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020-CMV

Publicação Nº 2417857

RETIFICAÇÃO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2020

Diante do equívoco verificado no valor total da referida Dispensa de Licitação 1/2020 de 27 de fevereiro de 2020, publicada no dia 3 de março de 2020, da fornecedora TP3 Comunicação, onde lê-se Valor a ser gasto em 2020: 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), lê-se Valor a ser gasto em 2020: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Segue abaixo a respectiva correção:

Processo de Dispensa de Licitação nº 1 de 27 de fevereiro de 2020, publicado na data de 3 de março de 2020.

Objeto: Divulgação dos atos oficiais e administrativos e ações nos órgãos da imprensa local e regional, incluindo por meio de mídia e redes sociais, compreendendo: Produção de conteúdo para divulgação das ações do Poder Legislativo nos meios de comunicação de massa locais e regionais (escrita e falada); Alimentação e atualização de notícias e informações nas mídias sociais (sítio oficial da Câmara); Alimentação de Fanpage da Câmara no Facebook, acompanhamento das Sessões, dentre outras.

Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos), divididos em 9 parcelas mensais de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a partir de 1º de abril de 2020.

Vigência: 1º/4/2020 À 31/12/2020

Contratante: CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM

Contratado: TP3 COMUNICAÇÃO

Câmara de Vereadores, 19 de março de 2020.

Gilmar Cavalieri
Presidente

Kleber Toni Tecchio
Vice Presidente

Mauro Antonio Gabardo
Primeiro Secretário

Deonir José Agazzi
Segundo Secretário

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 022/2020

Publicação Nº 2417905

DECRETO N.º 022/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"SUSPENDE AS ATIVIDADES DO FUNCIONALISMO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE IRACEMINHA EM FUNÇÃO DO COVID-19 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROBERTO FORESTI, Prefeito Municipal de Iraceminha em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990:

CONSIDERANDO a atual situação e avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina, em relação ao COVID-19 bem como o contido nos DECRETOS ESTADUAIS Nº515/2020 e 525/2020.

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados do Serviço Público Municipal de Iraceminha todos os funcionários, com exceção dos Funcionários Vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, que permanece com atendimento normal.

Art. 2º – A dispensa de que trata o Artigo anterior será válido a partir desta data até o dia 31 de Março de 2020. A partir do dia 01 de abril o atendimento no Serviço Público Municipal de Iraceminha será normalizado.

Art. 3º – A Secretaria Municipal de Saúde terá o horário de atendimento diferenciado na Unidade de Saúde da Cidade (Lucia Maria Berto Gervasoni) permanece das 07:00 hs as 19:00 hs sem fechar ao meio dia. As demais unidades de saúde do interior do Município terão atendimento apenas de caráter informativo no horário normal 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Art. 4º Os funcionários dispensados do Serviço Público Municipal de Iraceminha deverão ficar em casa e somente comparecer nas dependências do local de trabalho quando solicitado por autoridade superior que poderá requisitar a presença para assuntos urgentes ou inadiáveis para a continuidade dos trabalhos da Municipalidade ou relativos ao COVID-19.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial o decreto 021/2020 de 23 de março de 2020.

Iraceminha, (SC), 24 de março de 2020.

ROBERTO FORESTI

Prefeito Municipal em Exercício

Irani

PREFEITURA

DECRETO 038/2020

Publicação Nº 2418597

DECRETO Nº 038, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE-CORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina, que Decreta a situação de Emergência em todo o território catarinense pra fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Fica criado o art. 6º-A no Decreto 034/2020, com a seguinte redação:

Art. 6º-A - Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. Fica criado o art. 6º-B, 6º-C, 6º-D, no Decreto 034/2020, com a seguinte redação:

Art. 6º-B- A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 6º- C - Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando-se às penalidades legais.

Art. 6º-D - No caso específico de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único do art. 56, da Lei Federal n 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento de estabelecimentos que incorrerem em práticas abusivas ao direito do consumidor.

Art. 4º. Acrescenta os incisos X, XI, no §1º, do Art. 2º, do Decreto 034/2020, que passa a conter a seguinte redação:

§ 1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais;

IX – segurança privada;

X – padaria;

XI – agropecuária.

Art. 5º. Fica criado os §1º-A e §1º-B, no art. 2º, do Decreto 034/2020, com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

§1º-A. As atividades definidas nos incisos X e XI, do parágrafo anterior, são consideradas como atividades essenciais de gêneros alimentícios e de saúde animal, podendo haver limitação de comércio de itens supérfluos e secundários, que não atendem as necessidades básicas de alimentação, higiene e saúde.

§1º-B. Recomenda-se aos estabelecimentos que desenvolvam as atividades privadas consideradas essenciais neste decreto, que evitem a aglomeração de pessoas durante os atendimentos, enquanto durar a vigência deste decreto.

Art. 6º. Acrescenta os incisos III, IV, V, no §2º, do Art. 2º, do Decreto 034/2020, que passa a conter a seguinte redação:

Art. 2º (...)

§ 2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – Secretaria Municipal de Saúde;

II – Defesa Civil;

III - Secretaria de Assistência Social, em regime de plantão;

IV - Serviços de Coleta de Lixo;

V - Conselho Tutelar, em regime de plantão.

Art. 7º. Ficam criados os parágrafos 4º, 5º, 5º-A e 6º, no art. 2º do Decreto 034/2020, com seguinte redação:

§4º Para o regime de plantão não haverá expediente interno e externo, ficando os servidores em sobreaviso para atendimento de eventual necessidade.

§5º Fica suspensa as atividades e os serviços não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizadas por meio digital ou mediante trabalho remoto, estando, portanto, a partir desta data, suspenso o expediente externo do prédio administrativo e de qualquer outra Secretaria que não esteja caracterizada como serviço essencial.

§5º-A. Todos os servidores que não integram os serviços essenciais e que são dispensados do trabalho presencial ficarão a disposição, para atendimento de eventual demanda a ser determinada pelo superior hierárquico, Secretário Municipal ou Prefeito.

§6º O Chefe do Poder executivo poderá considerar outros órgãos e outras entidades do Poder Executivo Municipal como prestadores de serviços públicos essenciais, autorizando o acesso aos prédios públicos municipais, para desempenharem suas funções se estas não puderem ser interrompidas.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Irani/SC, 19 de março de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 19/03/2020.

Marcelo Pegoraro

Secretário de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO N° 2623.0536.192-71/2019

Publicação N° 2418187

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO N° 2623.0536.192-71/2019

Agente financiador – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Tomador – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Objeto – CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE, ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC, DESTINADO AO APOIO FINANCEIRO PARA O FINANCIAMENTO DE DESPESAS DE CAPITAL, CONFORME PLANO DE INVESTIMENTO – POR MEIO DO FINISA – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO.

Valor – R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Vigência – 10/03/2020 a 09/03/2030.

Base Legal – Lei autorizadora n° 2047/2019, de 20/11/2019.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 15/2020 - PM

Publicação N° 2418070

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 07 de abril de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL S10, DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, ENTREGA DE FORMA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 24 de março de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIOS

Publicação Nº 2418126

AVISO DE SUSPENSÃO

O Prefeito Municipal de Itá – SC, leva ao conhecimento dos interessados que esta SUSPENDENDO “sine die” todos os atos e prazos concernentes aos processos licitatórios em andamento no Município de Itá, conforme Decreto Estadual nº 515/2020 e Decreto Municipal nº 024/2020, considerando as medidas necessárias visando a prevenção e combate ao contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19).

Itá – SC, 24 de março de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 024/2020

Publicação Nº 2418340

DECRETO Nº 024 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo disposto no art. 69 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV - estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver;

VI - requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Ente Público na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao

particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada ☐Tabela SUS☐, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I - hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II - profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 3º As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 2º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar ao Departamento Jurídico a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 5º Ficam suspensas, em todo o território do Município de Itá, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I - pelo período de 7 (sete) dias, contados da data de 25 de março, finalizando-se em 31 de março de 2020:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e
- e) a circulação e o ingresso no território de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II - pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

Art. 6º A operação de atividades industriais em todo o território do Município de Itá somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I - priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

II - adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV - utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta

por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 7º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI - telecomunicações e internet;

VII - captação, tratamento e distribuição de água;

VIII - captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X - iluminação pública;

XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII - serviços funerários;

XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII - vigilância agropecuária internacional;

XVIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX - serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII - fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV - fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX - mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 6º;

XXXV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI - transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII - manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;

XL - oficinas de reparação de veículos de emergência, decarga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI - serviços de guincho; e

XLII - as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal da Saúde;

b) Defesa Civil;

§ 1º Novo ato do Poder Público Municipal, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 8º. Os transportes aquaviário e rodoviário em território do Município de Itá devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – a travessia por meio de ferryboat deve ser realizada tão somente por veículos, devendo as pessoas permanecer no interior dos veículos durante a travessia;

II - a travessia de pedestres ou ciclistas por meio de outros tipos de embarcação só deve ser autorizada para profissionais de serviços públicos ou atividades essenciais, salvo nos locais em que a travessia se faz necessária para subsistência de comunidade isolada;

III - às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

IV - fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 9º. Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I - os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II - os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 10. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pela Secretaria em que estiver lotado o servidor.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 11. Ato do Secretário Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 12. Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I - as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II - a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III - a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais; e

IV – o recadastramento de inativos e pensionistas.

Art. 13. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias:

I - os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal;

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 14. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I - recursos concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II - diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão responsável.

Art. 15. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I - avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II - orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III - aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 17. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II - no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 24 de Março de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Assessor Administrativo

EXTRATO DE ATAS 19 A 20 E ADITIVOS

Publicação Nº 2418220

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 019/2020, PL 017/2020

PARTES: Município de Itá e Padaria e Academia Hiperção Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2019

OBJETO: serviços de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município.

ITENS: 01, 02 e 04

VALOR: R\$ 153.630,00 (cento e cinquenta e três mil e seiscentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: Início: 11/03/2020 Término: 10/03/2021

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 019/2020, PL 017/2020

PARTES: Município de Itá e Padaria e &P Academia Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2019

OBJETO: serviços de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município.

ITENS: 03

VALOR: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: Início: 11/03/2020 Término: 10/03/2021

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

2º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 081/2019, PL 083/2019

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2019

OBJETO: Redução no valor da gasolina e do óleo S10

VALOR REDUZIDO: Gasolina: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) por litro;

Óleo Diesel S10: R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos)

VIGÊNCIA: Início: 17/03/2020 Término: 31/12/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

3º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 081/2019, PL 083/2019

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2019

OBJETO: Redução no valor da gasolina e do óleo S10

VALOR REDUZIDO: Gasolina: R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 23/03/2020 Término: 31/12/2020

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

3º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 082/2019, PL 083/2019

PARTES: Município de Itá e Auto Posto Martini Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 045/2019

OBJETO: Redução no valor do óleo diesel

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 16/03/2020 Término: 31/12/2020
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 010/2020, PL 009/2020
PARTES: Município de Itá e ITÁ MASSAS INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2020
OBJETO: Aditivo no item 40 (macarrão caseiro)
VIGÊNCIA: Início: 05/03/2020
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 009/2020, PL 009/2020
PARTES: Município de Itá e COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2020
OBJETO: Aditivo de 25% no item 23 (coxa e sobrecoxa de frango).
VIGÊNCIA: Início: 05/03/2020
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 019/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020 SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE, TRABALHO VIA ACESSO REMOTO E SESSÕES VIRTUAIS

Publicação Nº 2418524

PORTARIA N.º 019/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena, proibindo a realização de qualquer tipo de reunião por trinta dias;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, pelo qual o Senado Federal reconhece a ocorrência de estado de calamidade pública em todo território nacional;

CONSIDERANDO que a casa legislativa possui vereadores que por questões de saúde e idade encontra-se no quadro chamado grupo de risco.

CONSIDERANDO que medidas semelhantes foram adotadas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba (Decreto 112, de 17 de março de 2020);

DETERMINA-SE:

Art. 1º - Está suspensa a realização presencial de Sessões Ordinárias, Solenes e Extraordinárias, reuniões de Comissões e as Audiências Públicas desta Câmara de Vereadores, no período determinado pelo Decreto 525, de 23 de março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - As reuniões das comissões, sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas mediante convocação do Presidente por meio eletrônico (e-mail, telefone ou aplicativo), obedecendo às diretrizes do Regimento Interno e, subsidiariamente, às seguintes orientações:

§1º As proposições incluídas na pauta da ordem do dia serão enviadas a todos os vereadores, por meio digital, para prévia análise e também em "grupo virtual".

§2º No dia designado para a realização da sessão à distância, o Secretário enviará no grupo virtual um arquivo de áudio com a leitura da proposição sujeita a deliberação.

§3º O presidente declarará aberta a discussão e cada vereador poderá gravar arquivo de áudio com suas considerações sobre a proposição objeto da deliberação.

§4º Não havendo mais nenhum vereador inscrito para discussão, o Presidente iniciará a votação, de modo que cada vereador deverá registrar, preferencialmente por escrito, se vota favoravelmente ou contrariamente à proposição.

§5º Para manter a ordem e o bom andamento dos trabalhos, o Presidente poderá advertir qualquer vereador que viole a urbanidade e os bons modos.

Art. 3º - Fica suspensa a circulação de pessoas (extra servidores) nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de modo que na medida do possível os servidores realizarão o teletrabalho via home office, com a utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

§1º Durante o período de suspensão de acesso às dependências da Câmara, os servidores efetivos e comissionados deverão, sempre que possível, desempenhar suas funções e atribuições e atividades funcionais em regime de trabalho à distância.

§2º Os servidores que não puderem realizar teletrabalho via home office deverão trabalhar em escala alternada, mediante autorização da

Presidência, e obrigar-se a:

I - Manter fechadas as portas da Câmara de Vereadores;

II - Evitar contato com quaisquer outros servidores;

II - Adotar medidas profiláticas para esterilizar maçanetas e quaisquer utilizados.

§ 3º Fica proibido o ingresso, na Câmara de Vereadores, de qualquer pessoa que apresente sintomas do Covid-19, tais como: coriza, dor de garganta, tosse, febre, dificuldade para respirar, sudorese, e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, em especial diabetes, tuberculose, doenças renais entre outros.

§4º Também fica proibido o ingresso de pessoas que se enquadrem no grupo de risco, como: idosos, diabéticos, pessoas com problemas respiratórios, com deficiências imunológicas ou grávidas dentre outros.

Parágrafo único - Ficadispensado por este período o registro de ponto eletrônico pelos servidores da Casa, durante o prazo da suspensão das atividades no recinto na Câmara.

Art. 5º - Sendo necessária a prorrogação das restrições das medidas previstas nesta Portaria, serão expedidos novos atos complementares.

ITÁ/SC 24 de março de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente da Câmara de Vereadores

Itapema

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 080 - PROCESSO 042.2020 – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação N° 2418410

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 042/2020, Dispensa de Licitação nº 05.004.2020

DO OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de proteção e segurança para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Itapema, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020.

CONTRATADO: RP COMERCIAL LTDA ME
CNPJ: 20.604.417/0001-70

DO VALOR: R\$ 2.001,50 (dois mil e um reais e cinquenta centavos).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

Itapema, 19 de março de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 081 - PROCESSO 043.2020 – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação N° 2418411

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 043/2020, Dispensa de Licitação nº 05.005.2020

DO OBJETO: Aquisição emergencial de material de proteção e segurança para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Itapema, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020.

CONTRATADO: FOOT COMERCIAL LTDA
CNPJ: 11.397.879/0001-73

DO VALOR: R\$ 10.500 (dez mil e quinhentos reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

Itapema, 19 de março de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 082 - PROCESSO 044.2020 – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação N° 2418412

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 044/2020, Dispensa de Licitação nº 05.006.2020

DO OBJETO: Aquisição emergencial de material de proteção e segurança para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Itapema, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020.

CONTRATADO: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 09.196.745/0001-42

DO VALOR: R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

Itapema, 19 de março de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 083 - PROCESSO 045.2020 – HOMOLOGAÇÃO (COVID)

Publicação Nº 2418413

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 045/2020, Dispensa de Licitação nº 05.007.2020

DO OBJETO: Aquisição emergencial de materiais de proteção e segurança para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Itapema, tendo em vista decretação de pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em decorrência do vertiginoso aumento de casos de Covid-19 (doença ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2), em atendimento aos Decretos Municipais 014/2020 e 015/2020, Decreto Estadual 515/2020, bem como, Lei Federal 13.979/2020.

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
CNPJ: 03.033.589/0001-12

DO VALOR: R\$ 3.868,00 (três mil oitocentos e sessenta e oito reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

Itapema, 19 de março de 2020.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 005/2020

Publicação Nº 2417960

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020
ESTABELECE NOVAS REGRAS E PROCEDIMENTOS TEMPORÁRIOS DEVIDO AO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sidinei Moacir Florêncio, Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando que em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo COVID-19;

Considerando a Portaria 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020 que Declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional(ES-PIN);

Considerando o Decreto 507/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que estabeleceu diversas regras para combater a expansão do COVID-19 no Estado de Santa Catarina.

Considerando ainda o avanço do COVID-19 no âmbito municipal;

Considerando o Decreto Estadual 525/2020 que prorrogou o isolamento social por mais 07 dias.

Considerando a Medida Provisória do Governo Federal 927 de 22 de março de 2020 que autoriza a antecipação de férias individuais e coletivas e dá outras providências

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida novas Regras e procedimentos temporários para o combate e prevenção ao COVID-19;

Art. 2º. Fica suspensa todas as atividades da Câmara de Vereadores de Itapema no período de 07(sete) dias, a contar da presente, até o dia 31/03/2020.

Art. 3º. Ficam suspensos todos os prazos de processos administrativos e tramitações legislativas até 31/03/2020, a contar da expedição do Decreto Legislativo 004/2020.

Art.4º. Os servidores poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

Parágrafo Único. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

Art.5º. Fica estabelecida a realização de sessões ordinárias as quintas-feiras, tantas quantas necessárias para suprir as sessões não realizadas no período de quarentena

Art. 6º. Mantém-se todas as demais disposições constantes no Decreto Legislativo nº 003/2020 e nº 004/2020

Art. 7º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapema, em 24 de março de 2020.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente

Raphael Sargillo Saramento Voltolini

Procurador Geral

Juliano de Oliveira

Secretário de Administração

Murilo Hennemann Silva

Coordenador de Controle Interno

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2020

Publicação Nº 2418160

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº. 49/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das Propostas: até às 07h50min do dia 06/04/2020.

Início da Sessão: dia 06/04/2020, com início às 08h, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 24 de março de 2020.

JOSE GILVANE LAUER

Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 39, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418594

DECRETO Nº 39, DE 25 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS, NO AMBITO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XVIII do art. 59, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, pelo prazo de sete dias, a contar de 25 de março de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº 37, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Art. 2º Ficam prorrogadas, pelo prazo de sete dias, a contar de 25 de março de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº 38, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre medidas complementares ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Art. 3º De-se nova redação caput do art. 14, do Decreto nº 37, de 18 de março de 2020, com a seguinte redação:

"Art. 14 Para fins de monitoramento da evolução da pandemia da COVID-19, fica criado no âmbito do Município de Itapiranga, o "Comitê de Crise", composto pelos seguintes membros:

I – Davino Rauber - Secretário Municipal de Saúde;

II - Tiago Soder - Médico;

III - Alcenir Benachio - Chefe da Vigilância Sanitária;

IV - Elisete de Moura - Enfermeira Diretora da Atenção Básica;

V - Clair Maria Heck Heinen - Enfermeira da Vigilância Epidemiológica;

VI - Nodivar Carati - Assessor Jurídico;

VII – Karine Ritter Gr-tzmann Berwanger - Secretária de Assistência Social;

VIII - Elenice Ana Kirchner - Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil;

IX - José Gilvane Lauer - Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos;

X - Janete Frantz Baumann - Diretora da Secretaria Executiva;

XI - Alcério Cardoso - Assessor de Comunicação;

XII - Fernando Otone Girardi - Vice-Prefeito;

XIII - Ana Carolina Ceriotti - Promotora de Justiça da Comarca de Itapiranga;

XIV – Sgt. Flávio Paulus - Polícia Militar;

XV - Sgt. André Rauber - Comandante do Corpo de Bombeiros e Coordenador da Defesa Civil;

XVI - Valdair Miguel Dahmer - Presidente do Conselho Municipal de Saúde;

XVII - Lucir Pedro Guareschi - Presidente da Assemit;

XVIII - Alexandra Rafaeli – Unidade Central de Educação Fai Faculdades – UCEFF;

XIX - Alexandre Gomes Ribas -Hospital de Itapiranga; e

XX - Renato José Zandonai - JBS Aves.” (NR)

Art. 4º Ficam ratificadas as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, principalmente quanto aos serviços essenciais públicos e privados, no território do município de Itapiranga.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor nesta data, mantidas as disposições do Decreto nº 37, de 18 março de 2020 e o Decreto nº 38, de março de 2020.

Itapiranga, 25 de março de 2020.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Secretaria de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EDITAL N° 17/2020

Publicação N° 2418063

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 017/2020

Processo Seletivo para contratação temporária de Estagiários

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

- ARQUITETURA E URBANISMO

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
3812/2020	Yngrid de Paula Lima	7,80

- ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
3962/2020	Dionei Galvão Nunes	7,03

- DIREITO:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
4060/2020	Emanuel Sérgio Antunes da Fonseca	7,00

- EDUCAÇÃO FÍSICA BACHAREL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
4092/2020	Adriana Wischral	7,33

- EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
3953/2020	Hiago Budal Arins	7,93
4000/2020	Bruno Eduardo Pazzato	7,35

- ENGENHARIA AMBIENTAL:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
3867/2020	Fabiola Regina de Almeida Schuster	9,37

- GESTÃO PÚBLICA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
3854/2020	Maila Garcia	6,61

- PEDAGOGIA:

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
4080/2020	Aline Marceli Zapora	8,80
4067/2020	Fabia Regina dos Santos	8,10
4087/2020	Giane do Rosario Gomes	8,00

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
3771/2020	Carolina Maria Ricardo	Descumprimento do item 2, ficha de inscrição.
3970/2020	Francieli Chagas da Silva	Descumprimento do item 2, declaração de matrícula.
4072/2020	Jhonatan Carvalho do Padro	Descumprimento do item 2, declaração de matrícula.
4083/2020	Felipe dos Santos Silva	Descumprimento do item 2
4044/2020	Sonia Aparecida dos Santos	Descumprimento do item 2.

4082/2020	Vania Ibraima Lima Menezes	Descumprimento do item 2, histórico escolar do ensino médio.
4086/2020	Jully Silveira dos Santos da Silva	Descumprimento do item 2, declaração de matrícula.
4089/2020	Felipe dos Santos Silva	Descumprimento do item 2, declaração de matrícula.

Itapoá, 24 de março de 2020.
Célia Maria Reinert
Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa
Membro

Vandressa Aparecida Chervinski
Secretária

DECRETO MUNICIPAL Nº 4357, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417858

DECRETO MUNICIPAL Nº 4357, DE 17 DE MARÇO DE 2020

Homologa Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, do dia 22 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, anexo, do dia 22 de outubro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 17 de março de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4360, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417842

DECRETO MUNICIPAL Nº 4360, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº 3893, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece a Comissão Municipal para Regularização da Gleba – Balneário Itapema do Norte, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea 'a', no inciso IV do artigo 2º, do Decreto Municipal nº 3893, de 25 de janeiro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º. ...

...

IV – 3 (três) representantes indicados pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo:

a) Hamanda Fernandes Henk. (NR)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de março de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL N° 4362, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2417844

DECRETO MUNICIPAL N° 4362, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Homologa a Resolução CMS 78/2020, do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, do dia 03 de março de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução CMS 78/2020, do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá, do dia 03 de março de 2020, que dispõe sobre o pedido de autorização do Poder Executivo para abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, e dá parecer favorável.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 18 de março de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL N° 4364, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2417846

DECRETO MUNICIPAL N° 4364, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Altera o Decreto Municipal nº3788, de 25 de setembro de 2018, que nomeia Comissão de Patrimônio Público Municipal/Bens Móveis e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Complementar Municipal nº 008 de 31 de março de 2004, o anexo V do Decreto Municipal nº515, de 12 de maio de 2004 e a Instrução Normativa do Controle Interno Municipal nº 04/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3788/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 1º. ...

II- Hilda Cristina Cardoso. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 19 de março de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL N° 4370, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2417850

DECRETO MUNICIPAL N° 4370, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 41, inciso I e 43 inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 6º, inciso III da Lei Orçamentária nº 962, de 09 de dezembro de 2019 - LOA 2020,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) conforme segue:

Suplementação:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001 Fundo Municipal de Saúde

0010.0304.0013.2120 Manutenção da Secretaria de Saúde

33390 Aplicações diretas FR (705) 0300000.....R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 300.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de março de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

CARLITO J. CUSTÓDIO JÚNIOR
Secretário da Fazenda

DECRETO MUNICIPAL Nº 4373, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418122

DECRETO MUNICIPAL Nº 4373, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense;

E ainda, considerando que o momento atual é complexo, carecendo de um esforço conjunto na gestão e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda e o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública,

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado no âmbito do Município de Itapoá, o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, dentro das peculiaridades do cenário do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 23 de março de 2020.
MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 18/2020 - ERRATA Nº 01

Publicação Nº 2418065

ERRATA Nº 01

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 018/2020

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS E AUTOMATIZADAS

Na seção 2 do Edital (inscrição):

Onde se lê:

2.1 - As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 17 a 24 de março de 2020.

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 8:00h às 13:00h ou via processo digital através do link: <https://itapoa.atende.net/?pg=autoatendimento>

Leia-se:

2.1 - As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 17 a 31 de março de 2020.

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 8:00h às 13:00h ou via processo digital através do link: <https://itapoa.atende.net/?pg=autoatendimento>

Na seção 6 do Edital (Classificação parcial):

Onde se lê:

6.1 - A classificação parcial será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br até dia 27 de março de 2020.

Leia-se:

6.1 - A classificação parcial será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br até dia 03 de abril de 2020.

Na seção 7 do Edital (Recurso):

Onde se lê:

7.1 - A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 30 de março de 2020, das 08:00h às 13:00h. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.2 - A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão

de nova documentação;

7.3 - A classificação final será publicada até dia 01 de abril de 2020.

Leia-se:

7.1 - A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 06 de abril de 2020, das 08:00h às 13:00h. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.2 - A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

7.3 - A classificação para prova prática será publicada até dia 08 de abril de 2020.

Itapoá – SC, 24 de março de 2020.

.....
Célia Maria Reinert
Presidente

.....
Vandressa Aparecida Chervinski
Secretária

.....
Cristiane Regina de Bittencourt Costa
Membro

LEI MUNICIPAL Nº 978, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417840

LEI MUNICIPAL Nº 978, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Altera a Lei Municipal nº110, de 23 de maio de 1995, que dispõe sobre o serviço de táxi no Município de Itapoá.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I, VII e XI, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

I - permissionário: motorista profissional autônomo, inscrito no cadastro de Condutores a quem é outorgada permissão para a exploração de Serviço de Táxi;

I – “autorizado: motorista profissional autônomo, inscrito no cadastro de condutores a quem é autorizada a exploração de Serviço de Táxi;” (NR)

...

VII – taxímetro: aparelho instalado no interior do táxi, permanentemente aferido e lacrado pelo Poder Público Municipal, destinado a registrar e demonstrar mecanicamente o valor a ser pago pelo usuário a título de Tarifa;

VII – “taxímetro: aparelho instalado no interior do táxi, aferido e lacrado pelo INMETRO, destinado a registrar e demonstrar mecanicamente o valor a ser pago pelo usuário a título de Tarifa, permanentemente fiscalizado pelo Departamento de Trânsito Municipal;” (NR)

...

XI - identificação: documento expedido pelo Poder Público Municipal, fixado no interior do veículo, sobre o painel, de forma visível ao passageiro, capaz de identificar o permissionário e o motorista (condutor do veículo).

XI – “identificação: documento expedido pelo Poder Público Municipal, fixado no interior do veículo, sobre o painel, de forma visível ao passageiro, capaz de identificar o autorizado e o motorista (condutor do veículo).” (NR)

Art. 2º. Fica incluído o inciso XII, no artigo 2º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º ...

XII - autorização: documento expedido pelo setor público mediante recolhimento das taxas previstas nas disposições tributárias e a expedição de alvará, válida por 12 (doze) meses, renovada anualmente se atendidos os requisitos desta Lei.

...

Art. 3º. Fica alterado o artigo 3º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 3º. Compete ao departamento de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, a administração e o gerenciamento da prestação do Serviço de Táxi, cabendo-lhe, no exercício dessa competência, todas as tarefas pertinentes àquela atividade, previstas nesta Lei.

Art. 3º. “Compete ao Departamento de Trânsito da Prefeitura de Itapoá, a administração e o gerenciamento da prestação do serviço de táxi, cabendo-lhe, no exercício dessa competência, todas as tarefas pertinentes àquela atividade, previstas nesta Lei.” (NR)

...

Art. 4º. Fica alterada nomenclatura da Seção I, do Capítulo II, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Seção I
Da Permissão

“Da autorização” (NR)

...

Art. 5º. Ficam alterados o caput e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do artigo 4º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 4º. A prestação do Serviço de Táxi fica condicionada à outorga, pelo Poder Público Municipal, da competente Permissão, da Licença para Trafegar e do atendimento, pelo Permissionário, das disposições desta Lei.

Art. 4º. "A prestação do serviço de táxi fica condicionada à autorização, pelo Poder Público Municipal, da licença para o serviço de trafegar e estacionar e do atendimento, pelo autorizado, das disposições desta Lei." (NR)

§1º Outorgada a permissão, terá o permissionário o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação do seu veículo nas condições estatuídas nesta Lei, de modo a que lhe seja conferida a correspondente licença de trafegar.

§1º "Emitida a autorização, terá o autorizado o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a apresentação do seu veículo nas condições estatuídas nesta Lei, de modo a que lhe seja conferida a correspondente licença de trafegar e estacionar." (NR)

§2º A falta de apresentação do veículo nos moldes do previsto no parágrafo anterior, importará na revogação, de pleno direito da Permissão.

§2º "A falta de apresentação do veículo nos moldes do previsto no parágrafo anterior, importará na revogação, de pleno direito, da autorização." (NR)

§2º "A falta de apresentação do veículo nos moldes do previsto no parágrafo anterior importará na revogação, de pleno direito, da autorização." (NR)

§3º A permissão que trata o caput deste artigo será concedida de forma permanente, sendo fixado em 16 o limite inicial de vagas para o serviço de táxi. (Redação dada pela Lei Municipal nº. 245, de 28 de setembro de 2009).

§3º "A Autorização que trata o caput deste artigo será concedida de forma permanente, sendo fixado o limite inicial de vagas para o serviço de táxi, ao máximo de 1 (um) para cada 900 (novecentos) habitantes, considerando-se somente números inteiros para efeito deste cálculo." (NR)

§3º "A Autorização que trata o caput deste artigo será concedida de forma permanente, sendo fixado o limite inicial de vagas para o serviço de táxi, ao máximo de 1 (um) para cada 1.200 (mil e duzentos) habitantes, considerando-se somente números inteiros para efeito deste cálculo." (NR)

§4º Fica vedada a venda de ponto e a transferência da Permissão, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da outorga da permissão, ressalvadas as hipóteses do inciso II do artigo 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei Municipal nº. 245, de 2009).

§4º "Fica vedada a venda de ponto e a transferência da autorização, pelo prazo de 10 (dez) anos a contar da autorização, ressalvadas as hipóteses do inciso II, do artigo 5º, desta Lei." (NR)

§4º "Fica vedada a venda de ponto e a transferência da autorização, pelo prazo de 10 (dez) anos para novas autorizações, a contar da autorização, ressalvadas as hipóteses do inciso II, do artigo 5º, desta Lei." (NR)

§5º Finalizado o prazo fixado no § 4º a venda e ou transferência da permissão poderá ser efetuada desde que o novo permissionário atenda os dispositivos desta lei e formalize o referido processo junto a Prefeitura Municipal. (Acrescido pela Lei Municipal nº. 245, de 2009).

§5º "Finalizado o prazo fixado no §4º, a venda e ou transferência da autorização poderá ser efetuada desde que o novo autorizado atenda os dispositivos desta Lei e formalize o referido processo junto a Prefeitura de Itapoá, finalizando com o devido recolhimento das taxas da licença para trafegar." (NR)

§6º A Prefeitura Municipal pode ampliar o número de vagas, realizando novo processo licitatório para suprir a quantidade necessária, toda vez que a proporcionalidade de 1 (um) táxi para cada 1.500 (um mil e quinhentos) habitantes for superada, através de comprovação da população estimada pelo IBGE, considerando-se somente números inteiros para efeito deste cálculo. (Acrescido pela Lei Municipal nº. 245, de 28 de setembro de 2009).

§6º "A Prefeitura de Itapoá pode ampliar o número de vagas, realizando novo processo seletivo para suprir a quantidade necessária, toda vez que a proporcionalidade de habitantes prevista no §3º for superada, através de comprovação da população estimada pelo IBGE." (NR)

§6º "A Prefeitura de Itapoá pode ampliar o número de vagas realizando novo processo seletivo para suprir a quantidade necessária, toda vez que a proporcionalidade de habitantes prevista no §3º for superada, através de comprovação da população estimada pelo IBGE." (NR)

...

Art. 6º. Ficam alterados o caput, o inciso II e os §§ 1º e 3º, do artigo 5º, da Lei Municipal nº 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 5º. Somente será outorgada a permissão:

Art. 5º. "Somente será permitida a autorização." (NR)

...

II - ao cônjuge supérstite ou, na falta deste aos herdeiros dependentes do Permissionário, vítima de latrocínio no exercício de suas atividades; ou então, ao cônjuge ou, na falta deste, aos mesmos herdeiros, em caso de roubo de que seja vítima o Permissionário, também no exercício da atividade e de que lhe resulte invalidez comprovada pelo competente instituto de seguridade social.

II - "ao cônjuge supérstite ou, na falta deste, aos herdeiros dependentes do autorizado, vítima de latrocínio no exercício de suas atividades; ou então, ao cônjuge ou, na falta deste, aos mesmos herdeiros, em caso de roubo de que seja vítima o autorizado, também no exercício da atividade e de que lhe resulte invalidez comprovada pelo competente instituto de seguridade social." (NR)

II - "ao cônjuge supérstite ou, na falta deste, aos mesmos herdeiros, em caso de roubo ou de ação violenta que resulte morte de que seja vítima o autorizado, no exercício da atividade, ou em caso de invalidez comprovada pelo competente instituto de seguridade social, atendendo aos requisitos do art. 7º." (NR)

§1º Para fins do disposto no inciso II deste artigo, a Permissão transferida ao cônjuge supérstite extinguir-se-á, de pleno direito, por ocasião do seu falecimento, ou quando o mesmo convolar novas núpcias, ou ainda, quando passar a viver maritalmente com outrem.

§1º "Para fins do disposto no inciso II deste artigo, a autorização transferida ao cônjuge supérstite extinguir-se-á, de pleno direito, por ocasião do seu falecimento, ou quando o mesmo convolar novas núpcias, ou ainda, quando passar a viver maritalmente com outrem." (NR)

...

§3º A condição de motorista profissional autônomo devidamente inscrito no Cadastro de Condutores, não será exigida do cônjuge ou dos herdeiros cessionários da Permissão, nos termos do inciso II deste artigo, enquanto perdurar a incapacidade para obtenção da habilitação para conduzir o veículo, devendo tais cessionários, nesse caso, indicar, imediata e obrigatoriamente, um preposto que, preenchidas as condições estabelecidas nesta Lei, será registrado no Cadastro de Condutores.

§3º "A condição de motorista profissional autônomo devidamente inscrito no cadastro de condutores, não será exigida do cônjuge ou dos herdeiros autorizados, nos termos do inciso II deste artigo, enquanto perdurar a incapacidade para obtenção da habilitação para conduzir o veículo, devendo tais autorizados, nesse caso, indicar, imediata e obrigatoriamente, um preposto que, preenchidas as condições estabelecidas nesta Lei, será registrado no cadastro de condutores." (NR)

...

Art. 7º. Ficam alteradas as alíneas "a" e "b" do §2º, do artigo 5º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 5º ...

§2º ...

a) dependente o herdeiro como tal indicado pelo permissionário em sua declaração anual de imposto de renda, ou como tal aceito instituto de seguridade social e que comprovadamente vivia às expensas do Permissionário à época do evento;

a) "dependente o herdeiro como tal indicado pelo autorizado em sua declaração anual de imposto de renda, ou como tal aceito instituto de seguridade social e que comprovadamente vivia às expensas do autorizado à época do evento;" (NR)

b) extinta a Permissão quando o dependente completar 21 (vinte e um) anos de idade ou, encontrando-se, por ocasião do evento, regularmente matriculado em escola de nível superior, quando de sua conclusão.

b) "extinta a autorização quando o dependente completar 21 (vinte e um) anos de idade ou, encontrando-se, por ocasião do evento, regularmente matriculado em escola de nível superior, quando de sua conclusão." (NR)

...

Art. 8º. Fica alterada a nomenclatura da Seção II, do Capítulo II, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Seção II

Do Processo Licitatório

"Do processo seletivo" (NR)

...

Art. 9º. Fica alterado o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 6º. Os interessados na exploração do serviço de táxi, submeter-se-ão a processo de licitação a ser elaborado e coordenado pelo Departamento de Administração e Finanças, sempre que o município, tendo em vista o interesse público, julgar conveniente ampliar o número de permissões e as vagas existentes.

Art. 6º. "Os interessados na exploração do serviço de táxi submeter-se-ão a processo seletivo a ser elaborado e coordenado pelo Departamento de Trânsito e por uma comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo para tal fim, sempre que o município, tendo em vista o interesse público, julgar conveniente ampliar o número de autorizações." (NR)

...

Art. 10. Ficam incluídos os §§ 1º e 2º no artigo 6º, da Lei Municipal nº 110, de 1995, que passam a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 6º ...

§1º A comissão a que se refere este artigo deverá ser coordenada pelo Diretor do Departamento de Trânsito e formada por 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, 1 (um) representante da Secretaria da Fazenda, 1 (um) representante da Procuradoria Jurídica e 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito.

§2º Os autorizados existentes na data da publicação da presente Lei ficam dispensados do processo seletivo, sem o prejuízo do cumprimento de todas as demais disposições contidas nesta Lei, inclusive da renovação da licença de trafegar e estacionar com o recolhimento das taxas previstas nas leis específicas para a expedição do alvará.

...

Art. 11. Ficam alterados o caput e os §§ 1º, 2º e 3º, do artigo 7º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 7º. Para habilitar-se a participação no processo de licitação, deverá o interessado, por ocasião da sua inscrição apresentar cópia dos seguintes documentos:

Art. 7º. "Para habilitar-se a participação no processo seletivo, deverá o interessado, por ocasião da sua inscrição, apresentar cópia dos seguintes documentos:" (NR)

...

§1º Estará inabilitado para a licitação o interessado que, à vista da certidão referida no item V deste artigo, tenha sido condenado por roubo, furto, receptação, estelionato, extorsão, sequestro, atentado violento ao pudor, rapto, estupro, formação de bando ou quadrilha, tráfico ou uso de drogas, por crimes contra a economia popular; bem como por acidente de trânsito que tenha causado vítimas fatais.

§1º "Estará inabilitado para a seleção o interessado que, à vista da certidão referida no inciso V deste artigo, tenha sido condenado por roubo, furto, receptação, estelionato, extorsão, sequestro, atentado violento ao pudor, rapto, estupro, formação de bando ou quadrilha, tráfico ou uso de drogas, por crimes contra a economia popular, bem como por acidente de trânsito que tenha causado vítimas fatais." (NR)

§ 2º Se a certidão de que trata o inciso V deste artigo atestar que o interessado figura como acusado em processos em curso, relativamente aos crimes mencionados no parágrafo anterior, ser-lhe-á deferida a habilitação para o processo licitatório, ressaltando-se, no entanto, nesse caso, a provisoriedade da Permissão que, porventura, como vencedor, lhe venha ser outorgada.

§2º "Se a certidão de que trata o inciso V deste artigo atestar que o interessado figura como acusado em processos em curso, relativamente aos crimes mencionados no parágrafo anterior, ser-lhe-á deferida a habilitação para o processo seletivo, ressaltando-se, no entanto, nesse caso, a provisoriedade da autorização que, porventura, como vencedor, lhe venha ser outorgada." (NR)

§ 3º Na hipótese do previsto no parágrafo anterior, ficará o titular da permissão provisória obrigado a fornecer, ao Departamento de Administração e Finanças, uma nova certidão a cada semestre civil, extinguindo-se a provisoriedade da Permissão se comprovada a absolvição do Permissionário, ou revogando-se o ato de permissão se evidenciada a decisão condenatória transitada em julgado.

§3º. "Na hipótese do previsto no parágrafo anterior, ficará o titular da autorização provisória obrigado a fornecer ao Departamento de

Trânsito uma nova certidão a cada semestre civil, extinguindo-se a provisoriedade da autorização se comprovada a absolvição do autorizado, ou revogando-se o ato de autorização se evidenciada a decisão condenatória transitada em julgado.” (NR)

...

Art. 12. Fica alterado o artigo 8º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 8º. O processo de licitação, visando a outorga das permissões, deverá considerar critérios que se caracterizem por sua objetividade e impessoalidade, admitida a hipótese de sorteio entre os interessados habilitados caso o número destes, em igualdade de condições e esgotada a alternativa prevista no parágrafo primeiro deste artigo, supere o das permissões a serem concedidas.

Art. 8º. “O processo de seletivo, visando a outorga das autorizações, deverá considerar critérios que se caracterizem por sua objetividade e impessoalidade, admitida a hipótese de sorteio entre os interessados habilitados caso o número destes, em igualdade de condições e esgotada a alternativa prevista no §1º deste artigo, supere o das vagas a serem concedidas.” (NR)

...

Art. 13. Fica alterado o artigo 9º, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 9º. A outorga da Permissão será formalizada através de Portaria do Prefeito Municipal.

Art. 9º. “A outorga da autorização será formalizada através de portaria do Prefeito do município ou a quem ele delegar.” (NR)

...

Art. 14. Fica alterado o artigo 10, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 10. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da portaria a que alude o artigo 9º, desta Lei, deverão os vencedores da licitação requerer suas inscrições no Cadastro de Condutores, sob pena de caducidade de seus direitos.

Art. 10. “No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da portaria a que alude o artigo 9º, desta Lei, deverão os vencedores do processo seletivo requerer suas inscrições no cadastro de condutores, sob pena de caducidade de seus direitos.” (NR)

...

Art. 15. Ficam alterados o inciso I e os §§ 1º e 2º, do artigo 11, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 11. ...

I – condutor permissionário;

I – condutor autorizado; (NR)

...

§1º É considerado “condutor permissionário” aquele que, vencedor no processo de licitação tem seu nome incluído na portaria de que trata o artigo 9º desta Lei.

§1º “É considerado condutor autorizado aquele que, vencedor no processo de seleção tem seu nome incluído na portaria de que trata o artigo 9º desta Lei.” (NR)

§2º É considerado “condutor colaborador” aquele que, embora não tendo participado da licitação, vier a ser formalmente indicado pelo “condutor permissionário” para, como empregado deste ou como autônomo, prestar os serviços a que a Permissão se refere.

§2º “É considerado condutor colaborador aquele que, embora não tendo participado do processo seletivo, vier a ser formalmente indicado pelo condutor autorizado para, como empregado deste ou como autônomo, prestar os serviços a que a autorização se refere.” (NR)

...

Art. 16. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 12, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 12. O “condutor permissionário” só poderá indicar um “condutor colaborador” do qual será exigido para sua inscrição no cadastro, os mesmos requisitos previstos no artigo 7º desta Lei, sem prejuízo da comprovação da sua inscrição como autônomo para os efeitos previdenciários.

Art. 12. “O condutor autorizado só poderá indicar 1 (um) condutor colaborador, do qual será exigido para sua inscrição no cadastro, os mesmos requisitos previstos no artigo 7º desta Lei, sem prejuízo da comprovação da sua inscrição como autônomo para os efeitos previdenciários.” (NR)

Art. 12. “O condutor autorizado poderá indicar no máximo 02 (dois) condutores colaboradores, dos quais será exigido para suas inscrições no cadastro, mediante autorização, a qualquer tempo, os mesmos requisitos previstos no artigo 7º desta Lei, sem prejuízo da comprovação da suas inscrições como autônomos para os efeitos previdenciários.” (NR)

Parágrafo único. Nenhum “condutor colaborador” poderá estar vinculado a mais de um Permissionário, independente da natureza jurídica desse vínculo.

Parágrafo único. “Nenhum “condutor colaborador” poderá estar vinculado a mais de um autorizado, independente da natureza jurídica desse vínculo.” (NR)

...

Art. 17. Fica alterado o artigo 14, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 14. O cadastro de Condutores conterá o registro de todos os fatos e dados que sejam indispensáveis à identificação dos condutores, ao desenvolvimento de suas atividades, às características do veículo utilizado e outros que, a juízo do Departamento de Administração e finanças, por sua relevância, justifiquem a sua averbação.

Art. 14. “O cadastro de condutores conterá o registro de todos os fatos e dados que sejam indispensáveis à identificação dos condutores, ao desenvolvimento de suas atividades, às características do veículo utilizado e outros que, a juízo do Departamento de Trânsito, por sua relevância, justifiquem a sua averbação.” (NR)

...

Art. 18. Fica alterada a alínea “a” do inciso IV, do artigo 15, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 15. ...

IV - ...

a) a identificação do Permissionário e do condutor;

a) "a identificação do autorizado e do condutor;" (NR)

...

Art. 19. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 16, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 16. Atendidas as exigências estabelecidas no artigo precedente, o Departamento de Administração e Finanças fornecerá a competente Licença para trafegar, atestando encontrar-se o veículo em condições para prestar o Serviço de Táxi.

Art. 16. "Atendidas as exigências estabelecidas no artigo precedente, o Departamento de Trânsito fornecerá a competente licença para trafegar, atestando encontrar-se o veículo em condições para prestar o serviço de táxi." (NR)

Parágrafo único. A licença para trafegar de que trata este artigo, será renovada mês de dezembro de cada ano, mediante requerimento que o Permissionário deve tempestivamente formular ao departamento de Administração e Finanças.

Parágrafo único. "A licença para trafegar de que trata este artigo será renovada no mês de dezembro de cada ano, mediante requerimento que o autorizado deve tempestivamente formular ao Departamento de Trânsito." (NR)

...

Art. 20. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 17, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 17. Sem prejuízo das vistorias realizadas pela competente autoridade de trânsito, os veículos serão também vistoriados pelo Departamento de Administração e Finanças ordinariamente ao final de cada semestre civil, ou extraordinariamente em qualquer época que aquele Departamento reputar necessário, devendo os permissionários atender a convocação levando o veículo ao local para tanto determinado.

Art. 17. "Sem prejuízo das vistorias realizadas pela competente autoridade de trânsito, os veículos serão também vistoriados pelo Departamento de Trânsito ordinariamente ao final de cada semestre civil, ou extraordinariamente em qualquer época que aquele Departamento reputar necessário, devendo os autorizados atender a convocação levando o veículo ao local para tanto determinado." (NR)

Parágrafo único. O Departamento de Administração e Finanças poderá, a qualquer tempo, revogar a Licença para trafegar, sempre que o veículo deixar de atender às exigências estabelecidas nesta Lei, prevalecendo a revogação pelo tempo necessário ao atendimento da exigência, ou em caráter definido se tal atendimento for inviável.

Parágrafo único. "O Departamento de Trânsito poderá, a qualquer tempo, revogar a licença para trafegar, sempre que o veículo deixar de atender às exigências estabelecidas nesta Lei, prevalecendo a revogação pelo tempo necessário ao atendimento da exigência, ou em caráter definido se tal atendimento for inviável." (NR)

Parágrafo único. "O Departamento de Trânsito poderá, a qualquer tempo, revogar a licença para trafegar, sempre que o veículo deixar de atender às exigências estabelecidas nesta Lei, prevalecendo a revogação pelo tempo necessário ao atendimento da exigência, ou em caráter definitivo se tal atendimento for inviável." (NR)

...

Art. 21. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 18, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 18. Tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 15, o Permissionário deverá, obrigatoriamente, substituir o seu veículo até o final do ano em que o mesmo completar 8 (oito) anos de fabricação, sob pena de ser-lhe impedida a continuação dos serviços.

Art. 18. "Tendo em vista o disposto no inciso II, do artigo 15, o autorizado deverá, obrigatoriamente, substituir o seu veículo até o final do ano em que o mesmo completar 8 (oito) anos de fabricação, sob pena de ser-lhe impedida a continuação dos serviços." (NR)

Parágrafo único. Excepcionalmente, por requerimento do Permissionário, poderá o Departamento de Administração e Finanças, a seu juízo, prorrogar, por no máximo 6 (seis) meses a licença para trafegar de veículo com sua vida útil vencida, nos termos deste artigo, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas na presente Lei.

Parágrafo único. "Excepcionalmente, por requerimento do autorizado, poderá o Departamento de Trânsito, a seu juízo, prorrogar, por no máximo 6 (seis) meses a licença para trafegar de veículo com sua vida útil vencida, nos termos deste artigo, desde que atendidas todas as demais condições estabelecidas na presente Lei." (NR)

...

Art. 22. Fica alterado o artigo 23, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 23. Não será criado ponto de Serviço "semi-privativo" na área central da cidade e em locais de atividades comerciais de alta demanda, como tais definidos pelo Departamento de Administração e Finanças.

Art. 23. "Não será criado ponto de serviço "semiprivativo" na área central da cidade e em locais de atividades comerciais de alta demanda, como tais definidos pelo Departamento de Trânsito." (NR)

...

Art. 23. Fica alterado o artigo 25, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 25. O valor da UT, será fixado por ato do Poder Executivo Municipal, precedido de proposta do departamento de administração e Finanças.

Art. 25. "O valor da UT, será fixado por ato do Poder Executivo Municipal, precedido de proposta do Departamento de Trânsito." (NR)

...

Art. 24. Ficam alterados o caput e os incisos VII, VIII, IX, X e XIV, do artigo 28, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 28. Sem prejuízo das obrigações e das responsabilidades estabelecidas nesta Lei, sujeita-se o Permissionário, ainda, às seguintes:

Art. 28. "Sem prejuízo das obrigações e das responsabilidades estabelecidas nesta Lei, sujeita-se o autorizado, ainda, às seguintes:" (NR)

...

VII - fornecer, sempre que solicitado pelo Departamento de Administração e Finanças, as informações que se destinem ao atendimento de

fins estatísticos, de controle e de fiscalização;

VII – “fornecer, sempre que solicitado pelo Departamento de Trânsito, as informações que se destinem ao atendimento de fins estatísticos, de controle e de fiscalização;” (NR)

VIII - cumprir rigorosamente as determinações estabelecidas pelo Departamento de Administração e Finanças, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei e nas demais previsões legais aplicáveis;

VIII – “cumprir rigorosamente as determinações estabelecidas pelo Departamento de Trânsito, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Lei e nas demais previsões legais aplicáveis;” (NR)

IX - adotar providências eficazes, juntamente com os demais permissionários, no sentido de manter ininterrupta prestação do serviço de Táxi no Município, inclusive diligenciando medidas capazes de fazer com que no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, a frota de veículos em serviço seja, pelo mesmo, igual a 50% (cinquenta por cento) das permissões outorgadas;

IX – “adotar providências eficazes, juntamente com os demais autorizados, no sentido de manter ininterrupta prestação do serviço de Táxi no Município, inclusive diligenciando medidas capazes de fazer com que no período noturno, aos sábados, domingos e feriados, a frota de veículos em serviço seja, pelo menos, igual a 50% (cinquenta por cento) das autorizações outorgadas;” (NR)

X - não ceder, transferir ou gravar, seja a que título for, a permissão outorgada ou a licença para trafegar, exceto nos casos previstos em Lei;

X – “não ceder, transferir ou gravar, seja a que título for, a autorização ou a licença para trafegar, exceto nos casos previstos em Lei;” (NR)

...
XIV - manter, na parte interna do veículo, em local de fácil acesso visual, bem como na sua parte externa, em local a ser designado pelo Departamento de Administração e Finanças, o número de sua inscrição no Cadastro de Condutores, para efeitos de sua identificação.

XIV – “manter, na parte interna do veículo, em local de fácil acesso visual, bem como na sua parte externa, em local a ser designado pelo Departamento de Trânsito, o número de sua inscrição no Cadastro de Condutores, para efeitos de sua identificação.” (NR)

...
Art. 25. Ficam alterados o caput e os incisos I, II e XVI, do artigo 29, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...
Art. 29. São obrigações e responsabilidades dos permissionários e dos condutores colaboradores, além das estatuídas nesta Lei e nas demais disposições normativas aplicáveis, as que lhes impõem o dever de:

Art. 29. “São obrigações e responsabilidades dos autorizados e dos condutores colaboradores, além das estatuídas nesta Lei e nas demais disposições normativas aplicáveis, as que lhes impõem o dever de:” (NR)

I - tratar com urbanidade e respeito os usuários do Serviço de Táxi, os demais Permissionários e condutores, bem como os agentes do serviço público;

I – “tratar com urbanidade e respeito os usuários do Serviço de Táxi, os demais Autorizados e condutores, bem como os agentes do serviço público;” (NR)

II - trajar-se sempre adequadamente, respeitando os padrões que porventura venham a ser estabelecidos pelo Departamento de Administração e Finanças;

II – “trajar-se sempre adequadamente, respeitando os padrões que porventura venham a ser estabelecidos pelo Departamento de Trânsito;” (NR)

...
XVI - não se recusar à prestação do serviço solicitado por usuário, ressalvada a hipótese de motivo justificável e que deverá, de imediato, ser comunicada ao Departamento de administração e Finanças.

XVI – “não se recusar à prestação do serviço solicitado por usuário, ressalvada a hipótese de motivo justificável e que deverá, de imediato, ser comunicada ao Departamento de Trânsito.” (NR)

...
Art. 26. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 30, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...
Art. 30. A fiscalização do Serviço de Táxi será exercida por servidores credenciados pelo Departamento de Administração e Finanças, para os quais serão emitidos documentos de identificação específica.

Art. 30. “A fiscalização do Serviço de Táxi será exercida por servidores credenciados pelo Departamento de Trânsito, para os quais serão emitidos documentos de identificação específica.” (NR)

Parágrafo único. Lavrado o auto de infração e de notificação de que trata este artigo, dele será entregue cópia ao Permissionário, comprovando-se tal intenção de notificação, em caso de recusa do seu recebimento pelo infrator, pela presença de, no mínimo, duas testemunhas.

Parágrafo único. “Lavrado o auto de infração e de notificação de que trata este artigo, dele será entregue cópia ao Autorizado, comprovando-se tal intenção de notificação, em caso de recusa do seu recebimento pelo infrator, pela presença de, no mínimo, duas testemunhas.” (NR)

...
Art. 27. Fica alterado o §5º do artigo 32, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...
Art. 32. ...

§5º A aplicação da pena de renovação da Permissão, impedirá o Permissionário, durante o prazo de 60 (sessenta) meses, de habilitar-se à nova permissão.

§5º “A aplicação da pena de renovação da Autorização, impedirá o autorizado, durante o prazo de 60 (sessenta) meses, de habilitar-se à nova permissão.” (NR)

...
Art. 28. Fica alterado o artigo 35, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...
Art. 35 O infrator, regularmente citado, poderá apresentar a impugnação que julgar pertinente, protocolando-a formalmente junto ao Departamento de Administração e Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da citação, sob pena de caracterizar-se sua revelia.

Art. 35. “O infrator, regularmente citado, poderá apresentar a impugnação que julgar pertinente, protocolando-a formalmente junto ao Departamento de Trânsito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da citação, sob pena de caracterizar-se sua revelia.” (NR)

...

Art. 29. Fica alterado o §3º do artigo 36, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 36. ...

§ 3º. Será indeferido o pleito de diligências de que trata o inciso IV, do "caput" deste artigo, quando o mesmo a juízo do departamento de administração e Finanças se demonstrar impraticável, desnecessário ou procrastinatório.

§3º "Será indeferido o pleito de diligências de que trata o inciso IV, do "caput" deste artigo, quando o mesmo a juízo do departamento de Trânsito se demonstrar impraticável, desnecessário ou procrastinatório." (NR)

...

Art. 30. Fica alterado o artigo 37, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 37. O Departamento de Administração e Finanças poderá, de ofício, em qualquer fase do processo, determinar as providências que julgar necessárias para o cabal esclarecimento dos fatos, tais como o depoimento do defendente ou a oitava de quem quer que seja capaz de prestar informações relevantes.

Art. 37. "O Departamento de Trânsito poderá, de ofício, em qualquer fase do processo, determinar as providências que julgar necessárias para o cabal esclarecimento dos fatos, tais como o depoimento do defendente ou a oitava de quem quer que seja capaz de prestar informações relevantes." (NR)

...

Art. 31. Fica alterado o artigo 38, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 38. A decisão do Departamento de Administração e Finanças que resultar na aplicação de penalidades, não desobrigará o infrator a corrigir a irregularidade que lhe deu origem, salvo se dela resultar a revogação da Permissão, nos termos do inciso V, do artigo 32.

Art. 38. "A decisão do Departamento de Trânsito que resultar na aplicação de penalidades, não desobrigará o infrator a corrigir a irregularidade que lhe deu origem, salvo se dela resultar a revogação da autorização, nos termos do inciso V, do artigo 32." (NR)

...

Art. 32. Fica alterado o artigo 39, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 39. As decisões proferidas pelo Departamento de Administração e Finanças, caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Prefeito Municipal, desde que formalmente interposto no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva intimação.

Art. 39. "Das decisões proferidas pelo Departamento de Trânsito, caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Prefeito do município, desde que formalmente interposto no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva intimação." (NR)

...

Art. 33. Fica alterado o artigo 41, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 41. Para a obtenção dos documentos de que trata esta Lei, o permissionário pagará, junto à Tesouraria da Prefeitura municipal, os seguintes preços:

I - o equivalente a 15 (quinze) UPMs, por termo de permissão;

II - o equivalente a 1 (um) UPM, por licença para trafegar;

III - o equivalente a 1 (um) UPM, por identificação de condutores;

IV - o equivalente a 15% (quinze por cento) da UPM, por certidão emitida;

V - o equivalente a 10 (dez) UPM, por transferência do termo de permissão, apurada nos termos do inciso II, do artigo 5º e artigo 52, desta Lei.

Art. 41. "Para a obtenção da autorização e licenciamentos devem ser recolhidas as taxa previstas na legislação tributária municipal, tanto para o condutor autorizado e quanto para o condutor colaborador." (NR)

Art. 41. Para a obtenção dos documentos de que trata esta Lei, o autorizado pagará, junto à Tesouraria da Prefeitura municipal, os seguintes preços:

I - o equivalente a 15 (quinze) UPMs, por termo de autorização;

II - o equivalente a 1 (um) UPM, por licença para trafegar;

III - o equivalente a 1 (um) UPM, por identificação de condutores;

IV - o equivalente a 15% (quinze por cento) da UPM, por certidão emitida; e,

V - o equivalente a 10 (dez) UPM, por transferência do termo de autorização, apurada nos termos do inciso II, do artigo 5º e artigo 52, desta Lei.

...

Art. 34. Fica alterado o artigo 42, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 42. É facultado aos permissionários, com vistas à otimização da prestação do serviço de Táxi, dotarem os seus veículos com sistema de radiocomunicação.

Art. 42. "É facultado aos autorizados, com vistas à otimização da prestação do serviço de táxi, dotarem os seus veículos com sistema de radiocomunicação." (NR)

...

Art. 35. Fica alterado o Parágrafo único do artigo 43, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 43. ...

Parágrafo único. O Permissionário somente poderá colocar o taxímetro em operação, após o embarque do passageiro nos locais de chamada.

Parágrafo único. "O autorizado somente poderá colocar o taxímetro em operação após o embarque do passageiro nos locais de chamada." (NR)

...

Art. 36. Ficam alterados o caput, os incisos II e VII e os §§ 1º e 2º, do artigo 44, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 44. O serviço auxiliar de Rádio-Táxi poderá ser explorado diretamente por empresa constituída pelos permissionários, ou por terceiros organizados especialmente para essa finalidade, mediante o cumprimento, em qualquer hipótese, das seguintes exigências:

Art. 44. "O serviço auxiliar de Rádio Táxi poderá ser explorado diretamente por empresa constituída pelos autorizados, ou por terceiros organizados especialmente para essa finalidade, mediante o cumprimento, em qualquer hipótese, das seguintes exigências:" (NR)

...

II - autorização de funcionamento fornecida pelo Departamento de Administração e Finanças;

II – "autorização de funcionamento fornecida pelo Departamento de Trânsito;" (NR)

...

VII - instalação, nos recintos do Departamento de Administração e Finanças, sem quaisquer ônus, inclusive de manutenção, de um aparelho idêntico ao existente na central, a ser utilizado na fiscalização do sistema;

VII – "instalação, nos recintos do Departamento de Trânsito, sem quaisquer ônus, inclusive de manutenção, de um aparelho idêntico ao existente na central, a ser utilizado na fiscalização do sistema;" (NR)

...

§1º O Permissionário, proprietário do veículo dotado de sistema de rádio-comunicação, deverá, outrossim, indicar e identificar a estação central à que estiver operacionalmente interligado, fornecendo ao Departamento de Administração e Finanças um exemplar do instrumento que comprova a existência de autorização de uso do equipamento concedida pela empresa constituída para a exploração do Serviço Auxiliar de Rádio Táxi.

§1º "O autorizado, proprietário do veículo dotado de sistema de radiocomunicação, deverá, outrossim, indicar e identificar a estação central à que estiver operacionalmente interligado, fornecendo ao Departamento de Trânsito um exemplar do instrumento que comprova a existência de autorização de uso do equipamento concedida pela empresa constituída para a exploração do serviço auxiliar de rádio táxi." (NR)

§2º As condições de que trata este artigo deverão manter-se sempre atualizadas, reservando-se ao Departamento de Administração e Finanças o direito de comprovar a sua regularidade por ocasião de quaisquer das vistorias a que se submetem os veículos nos moldes desta Lei.

§2º "As condições de que trata este artigo deverão manter-se sempre atualizadas, reservando-se ao Departamento de Trânsito o direito de comprovar a sua regularidade por ocasião de quaisquer das vistorias a que se submetem os veículos nos moldes desta Lei." (NR)

...

Art. 37. Fica alterado o artigo 46, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 46. As empresas constituídas para a exploração do Serviço Auxiliar de Rádio – Táxi deverão protocolar junto ao Departamento de Administração e Finanças, até o 10º (décimo) dia útil de cada trimestre, um relatório circunstanciado sobre desenvolvimento de suas atividades no trimestre imediatamente anterior, informando a quantidade e as características dos veículos cujos equipamentos de rádio se achem interligados à sua central, bem como sobre eventuais ocorrências relevantes verificadas no período e outras informações que lhe venham a ser solicitada pelo mesmo Departamento.

Art. 46. "As empresas constituídas para a exploração do serviço auxiliar de rádio táxi deverão protocolar junto ao Departamento de Trânsito, até o 10º (décimo) dia útil de cada trimestre, um relatório circunstanciado sobre desenvolvimento de suas atividades no trimestre imediatamente anterior, informando a quantidade e as características dos veículos cujos equipamentos de rádio se achem interligados à sua central, bem como sobre eventuais ocorrências relevantes verificadas no período e outras informações que lhe venham a ser solicitada pelo mesmo Departamento." (NR)

...

Art. 38. Fica alterado o §2º do artigo 47, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 47. ...

...

§2º Em caso de aplicação da penalidade prevista no inciso III deste artigo, o Departamento de Administração e finanças determinará à empresa infratora a imediata desativação e total desconexão do sistema de rádio – comunicação, fazendo cessar, por consequência, todas as transmissões entre a central e os veículos.

§2º "Em caso de aplicação da penalidade prevista no inciso III deste artigo, o Departamento de Trânsito determinará à empresa infratora a imediata desativação e total desconexão do sistema de radiocomunicação, fazendo cessar, por consequência, todas as transmissões entre a central e os veículos." (NR)

...

Art. 39. Ficam alterados o caput e o §1º, do artigo 49, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 49. O departamento de Administração e Finanças, quando for o caso, a substituição dos atuais documentos existentes por outros que se compatibilizem com as determinações desta Lei.

Art. 49. "O Departamento de Trânsito, quando for o caso, solicitará a substituição dos atuais documentos existentes por outros que se compatibilizem com as determinações desta Lei." (NR)

§1º Para os efeitos do disciplinado neste artigo, os permissionários e os condutores serão intimados a comparecer ao Departamento de Administração e Finanças, para diligenciarem as providências que lhe competirem.

§1º. "Para os efeitos do disciplinado neste artigo, os autorizados e os condutores serão intimados a comparecer ao Departamento de Trânsito, para diligenciarem as providências que lhe competirem." (NR)

...

Art. 40. Ficam alterados o caput e o Parágrafo único, do artigo 52, da Lei Municipal nº. 110, de 1995, passando a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 52. No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias à contas da data da publicação desta Lei, poderá o permissionário mediante requerimento devidamente justificado efetuar transferência, com o objetivo de regularizar as permissões existentes.

Art. 52. "No prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desta Lei, poderá o autorizado, mediante requerimento devidamente justificado, efetuar transferência com o objetivo de regularizar as autorizações existentes." (NR)

Parágrafo único. A transferência de que trata o "caput" deste artigo será permitida apenas por 1(uma) vez, e, desde que o Permissionário sucessor preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. "A transferência de que trata o caput deste artigo será permitida apenas por 1 (uma) vez, e desde que o autorizado sucessor preencher os requisitos estabelecidos nesta Lei." (NR)

...

Art. 41. Fica estabelecida a disposição transitória em relação ao prazo estipulado no artigo 52, que passa a contar a partir da publicação desta Lei.

Art. 42. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 16 de março de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL Nº 979, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417845

LEI MUNICIPAL Nº 979, DE 16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a atuação e os serviços prestados por condutores de ambulâncias no âmbito Município de Itapoá.

O PREFEITO DE ITAPOÁ, Marlon Roberto Neuber: Faço saber que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que todo condutor de ambulância no município de Itapoá deve atender aos requisitos profissionais mencionados na Lei Federal nº 12.998/14.

Art. 2º As empresas privadas que ofertarem serviços de atendimento de urgência e emergência através de ambulâncias, estabelecidas no município de Itapoá, deverão adequar suas contratações aos moldes do art. 1º desta Lei.

Art. 3º O traslado de pacientes em ambulância na circunscrição territorial de Itapoá deverá obedecer às normas, resoluções e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, bem como às disposições contidas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar a Lei, no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 16 de março de 2020.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

LISTA ATUALIZADA EM 24 DE MARÇO DAS INSCRIÇÕES REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2418102

LISTA ATUALIZADA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS / INDEFERIDAS – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DEVIDO A SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA a lista atualizada das inscrições Deferidas/Indeferidas realizadas até as 13hs do dia 24/03/2020.

- INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 16:08	Jocimara M. Funk Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:05	Isabela Rita Gomes Padilha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:09	Marcos Aurélio Ramos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:34	Erlane Figueiredo da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:52	Ivone Maria da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:57	Zenir W. Fernandes	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:00	Franciele Belinato da Silva	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:02	Vanessa Pereira Schmoeller	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:25	Carolyne de Fatima Denk	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:37	Flávia dos Santos Terra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:48	Adria Dalila M. dos Santos	Técnico de Enfermagem
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem

19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloíse Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem
21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
21/03 – 16:32	Elaine Turin	Técnico de Enfermagem
23/03 - 01:40	Ronaldo de Souza	Técnico de Enfermagem
23/03 – 13:36	Daniele Soares Nominato	Técnico de Enfermagem
23/03 – 14:32	Isabel Cristina Pereira	Técnico de Enfermagem
19/03 – 17:43	Karla R. Coelho	Enfermeiro
19/03 – 18:33	Marisa Ricardo da Cruz Carneiro	Enfermeiro
19/03 – 19:21	Lediane da Silva Joaseiro	Enfermeiro
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro
20/03 – 13:12	Francine Lais dos S. Lopes Leal	Enfermeiro
20/03 – 13:18	Ketlen Pereira Vaz	Enfermeiro
20/03 – 14:24	Nathalia Coelho H. Cremasco	Enfermeiro

- INSCRIÇÕES INDEFERIDAS, conforme item 3, sub item 3.3 do Edital

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:46	Henrique Matheus de Mauro Custódio	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 20:16	Josi Silva	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 - 08:48	Itamara Jesus	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada dos documentos obrigatórios.
20/03 – 14:03	Rosana de Lurdes B. Krasnievitz	Técnico de Enfermagem	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
19/03 – 16:59	Ana Priscila Barbosa de Alencar	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO	MOTIVO
19/03 – 17:31	Erlane Figueiredo da Silva	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
20/03 – 23:46	Ingrid Beatriz Burgel	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).
21/03 – 10:35	Weverton dos Santos	Enfermeiro	Não apresentou cópia digitalizada do Coren de Santa Catarina (item 3.2 do Edital).

Itapoá, 24 de março de 2020.

Marciane Rech
Enfermeira III

Noeli Schwetler Saidel
Auxiliar de Serviços Gerais/Readaptada

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

PORTARIA Nº 6027/2020

Publicação Nº 2418032

PORTARIA Nº 6.027/2020.

De: 23 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a readaptação do(a) Servidor(a) SANDRA LUCIA AGUIAR DE SOUZA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – L, na condição: “readaptação funcional para labor que não fique em pé por longo período ou sentada por longa jornada”.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.03.20.

Itapoá - SC, 23 de março de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Publicação Nº 2418116

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

SITUAÇÃO EMERGENCIAL COVID-19

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, os candidatos relacionados abaixo, para a realização de contratação imediata:

PROTOCOLO DATA/HORÁRIO	CANDIDATO	CARGO
19/03 – 18:56	Eduardo Rodrigues de S. Rocha	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:31	Lucelia Fatima Barra	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:52	Sabrina Heloise Rodrigues	Técnico de Enfermagem
19/03 – 19:53	Flavia Ione Ferreira de França	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:34	Francielen Dambinski	Técnico de Enfermagem
20/03 – 16:43	Bruna Caroline G. dos Santos	Técnico de Enfermagem
21/03 – 10:54	Camila de Melo Spinola	Técnico de Enfermagem
20/03 – 08:15	Silvana B. Rujanowski	Enfermeiro
20/03 – 11:33	Francisca Anaysa dos S. Silva	Enfermeiro

Os convocados deverão enviar ao Departamento de Recursos Humanos, através do e-mail: rh@itapoa.sc.gov.br, no prazo de 02 (dois) dias úteis, os seguintes documentos digitalizados:

- Cédula de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente;
- Comprovante de residência;
- Certificado do Curso Técnico de Enfermagem;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 24 de março de 2020.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 34, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418382

DECRETO Nº 34, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de 30 de março de 1990, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº. 12.608 de 10 de abril de 2012,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID -19 (coronavírus), bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em conjunto com o Comitê de Gerenciamento da Crise para enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19, instituído pelo Decreto Municipal n. 33, de 20 de março de 2020, serão os responsáveis pela coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a SMS e com o Comitê de Gerenciamento da Crise para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A articulação de que trata o caput deste artigo poderá englobar também a Sociedade Civil e os Poderes Legislativo e Judiciário Estadual, Federal e do Trabalho, o Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho e o Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SMS.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 5º As medidas mencionadas no art. 4º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 6º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 4º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Município (PGM) a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 7º Ficam suspensas, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e
- e) a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 8º A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário Municipal da Saúde, na forma do art. 24 deste Decreto.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 9º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XV – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVI - vigilância agropecuária internacional;

XVII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XVIII - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XIX - serviços postais;

XX - transporte e entrega de cargas em geral;

XXI - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXII - fiscalização tributária e aduaneira;

XXIII - transporte de numerário;

XXIV - fiscalização ambiental;

XXV – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVI - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXVIII - mercado de capitais e seguros;

XXIX – cuidados com animais em cativeiro;

XXX - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXI - atividades da imprensa;

XXXII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIII - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXIV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXV - transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVI – agropecuárias;

XXXVII – manutenção de elevadores;

XXXVIII - atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;

XXXIX – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XL – serviços de guincho; e

XLI – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde (SMS);

b) Defesa Civil (DC);

c) Centro de Defesa do Consumidor - Ituporanga (PROCON).

§ 1º Ato do Secretário Municipal da Saúde, na forma do art. 24 deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias e açougues.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa, devendo, inclusive, estabelecer medidas para evitar aglomeração do lado externo do estabelecimento.

Art. 10. Fica autorizado:

I - A abertura de oficinas e borracharias localizadas às margens de rodovias estaduais e federais, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas.

II – A comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar todas as medidas necessárias para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 11. Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia.

Art. 12. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 13. Ato do Secretário Municipal da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art.14. Ato normativo da Secretaria Municipal da Infraestrutura deverá regulamentar as condições de circulação e higienização de veículos

de transporte intermunicipal de passageiros.

Art. 15. Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III – a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais; e

Parágrafo único. Eventuais exceções à norma de que trata este artigo deverão ser deliberadas pelo Comitê de Gerenciamento de Crise para enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19.

Art. 16. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 18. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas, além de disponibilizar álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 19. A Administração Pública deverá organizar campanhas de conscientização sobre os riscos da COVID-19 e as medidas de higiene necessárias para evitar o seu contágio.

Art. 20. O Centro de Defesa do Consumidor Municipal (PROCON) deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as informações da SMS e do Comitê de Gerenciamento da Crise para enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19 a respeito da progressão da contaminação da COVID-19.

Art. 22. Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas na Seção I do Capítulo III deste Decreto, serão analisados e deliberados pelo Comitê de Gerenciamento da Crise para enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19, se necessário, será editada Portaria pelo Secretário Municipal da Saúde.

Art. 23. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 24. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 26. Ficam revogadas todas as normas contrárias ao disposto neste Decreto.

Ituporanga, 24 de março de 2020.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

HUGO TEIXEIRA

Procurador Geral Municipal

LAURA CELLARIUS

Procuradora Municipal - Membro do Comitê de Gerenciamento da crise para enfrentamento da Pandemia causada pelo COVID-19

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 066/2020/SEMSA

Publicação Nº 2418578

PORTARIANº 066/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2019.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR DÉBORA CRISTINA THOMAZ, para em Caráter Temporário atuar como Enfermeiro, a partir de 23 de março de 2020 até 18 de setembro de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Caps II	200 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de março de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 067/2020/SEMSA

Publicação Nº 2418579

PORTARIANº 067/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Edital de Chamamento Público 001/2020/Saúde.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR LARISSA MAESTRI BROGNOLLI, para em Caráter Temporário atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 25 de março de 2020 até 22 de junho de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Jaqueline Francener (Ilha da Figueira)	100 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de março de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 068/2020/SEMSA

Publicação Nº 2418580

PORTARIANº 068/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Edital de Chamamento Público 001/2020/Saúde.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR JOSYANE MARA DORNBUSCH BOGO, para em Caráter Temporário atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 23 de março de 2020 até 20 de junho de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Claudemir José Witkoski (Ana Paula)	100 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de março de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 069/2020/SEMSA

Publicação Nº 2418581

PORTARIANº 069/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Edital de Chamamento Público 001/2020/Saúde.

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR CAROLINE MULLER MAYER, para em Caráter Temporário atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 26 de março de 2020 até 23 de junho de 2020, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Dr. Erich Kaufmann (Vila Lenzi)	100 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de março de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de março de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

SAMAE - EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 080/2020 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2019

Publicação Nº 2418577

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 080/2020

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 199/2019

Processo: Concorrência 057/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: GKF Engenharia de Obras Ltda. ME; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E CONTROLE E REDUÇÃO DE PERDAS DE ADUTORA DE ÁGUA POTÁVEL, CONTEMPLANDO INTERVENÇÕES, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NOVOS, PRODUZIDOS NO PAÍS E CREDENCIADOS NO BNDES, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO, TERMO DE REFERÊNCIA, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS/QUANTITATIVAS E MINUTA DE CONTRATO, Pelo presente instrumento; Acréscimo: O Constitui presente termo aditivo em acréscimo qualitativo para os serviços/materiais no valor de R\$ 34.987,25 (trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 1,21% (hum inteiro e vinte e um centésimos percentuais) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; bem como acréscimo quantitativo para os serviços/materiais no valor de R\$ 93.239,94 (noventa e três mil, duzentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a 3,22% (três inteiros e vinte e dois centésimos percentuais) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Supressão: Constitui o presente termo aditivo em reduzir os serviços/materiais no valor de R\$ 22.668,30 (vinte e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), correspondentes a 0,78% (setenta e oito centésimos percentuais) de redução em relação ao valor do contrato original; Fundamento Legal: O acréscimo e supressão realizados ao contrato são firmados com base na justificativa do gestor e fiscal do contrato constantes do Memorando 190/2020/Samae/CPF, e encontram amparo legal no art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b", c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 7.3 da Cláusula Sétima do contrato original; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação	Recursos
25.02.17.512.1400.4.420	Ampliação e substituição de redes e ramais	4.4.90.- Aplicações Diretas	40	Financiamento BNDES, Contrapartida e Próprios

Data da assinatura: 06/03/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e George Kotzias Feuerschuette.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Samae de Jaraguá do Sul

Jardinópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.578/20, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418549

DECRETO Nº 5.578/20 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL N. 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito do Município de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a legislação vigente e, ainda,

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n. 5.574/2020 e n. 5.576/2020 e 5.577/2020, que implementava ações, no âmbito do Município Jardinópolis para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Jardinópolis, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III – eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis, 23 de Março de 2020.

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI

Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 5.579/20, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418550

DECRETO Nº 5.579/20 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORILDO PEGORINI, Prefeito do Município de Jardinópolis, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n. 5.574/2020, n. 5.576/2020 e 5.577/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Jardinópolis, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Jardinópolis, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Jardinópolis, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;

d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Ratifica-se no âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 6º. Revogam-se às disposições em contrário.

Jardinópolis, 24 de março de 2020.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI
Chefe de Gabinete

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.909 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418361

DECRETO Nº 5.909 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO JOAÇABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 58, V, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal n. 5.908/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Joaçaba (SC), para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020; CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Joaçaba-SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Joaçaba-SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto Municipal 5.908, de 18 de março de 2020, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e outros;

Art. 3º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ficam os Secretários Municipais autorizados a organizar e conceder férias, licenças prêmios e compensação de horários aos servidores Municipais subordinados, a contar da data de 25 de março de 2020.

§ 1º. Para dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo, a concessão das férias se dará somente àqueles servidores que não possuam licenças prêmios vencidas.

§ 2º. Para concessão de férias deverá ser respeitado o prazo de pagamento previsto no art. 71 do Estatuto dos Servidores, qual seja, 02 (dois) dias anteriores à concessão.

§ 3º. De acordo com a Medida Provisória nº 927/2020 será possível a antecipação de férias individuais àqueles servidores que não alcançaram o período aquisitivo.

Art. 5º. Ficam os Secretários Municipais autorizados a organizar e efetuar a escala de compensação de horário de servidores de acordo com a Medida Provisória nº 927/2020 a ser efetivada até 31 de dezembro de 2020.

Art. 6º. Fica autorizada a remoção de servidores mediante Portaria e terceirizados durante o período de quarentena para locais de trabalho a serem disponibilizados pela Administração Municipal.

§1º. A remoção de que trata o caput deste artigo deverá priorizar os serviços essenciais tais como Saúde e Assistência Social.

Art. 7º. Ficam suspensos os prazos dos processos administrativos, sindicâncias e tomadas de contas especiais, a contar de 18 de março de 2020 até o término da quarentena de que trata os Decretos Estaduais nº 515 e 525/2020.

Parágrafo único. Havendo prorrogação do prazo da quarentena por novos atos do Governo Estadual os prazos continuarão suspensos.

Art. 8º. No âmbito do Município de Joaçaba fica autorizada, por empresas terceirizadas especializadas, a atividade essencial de limpeza e higienização de áreas privadas, tais como hospitais, condomínios, farmácias, supermercados e outros estabelecimentos que estejam em funcionamento durante a quarentena que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 9º. Fica incluída a representação da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina junto ao Comitê de Resposta ao Coronavírus de que trata o art. 6º do Decreto Municipal 5.908, de 18 de março de 2020.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Joaçaba, 24 de março de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

REVISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2019/PMJ/03

Publicação Nº 2418071

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019/PMJ/03 – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada nesta ato pela Secretária, ANA BEATRIZ BRANCHER, e a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida na RUA SILVINO CIARINI, 257, bairro DOS INDUSTRIARIOS, no Município de CONCORDIA/SC, CNPJ 11.499.653/0001-83, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por KLEBER LUIZ LIBANO, portador do documento de identidade nº 2.699.456-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 848.629.399-3, residente e domiciliado em CONCORDIA/SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 23/2019/PMJ/03, firmada em 29/05/2019, proveniente do Processo de Licitação nº 38/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 27/2019/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais de limpeza destinados ao atendimento das demandas dos órgãos participantes, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 6 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 25 de março de 2020:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
6	Álcool etílico hidratado em gel - 72° - embalagem de 500 ml	UN	FLOPS	4,65

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 23/2019/PMJ/03.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 24 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ BRANCHER – Secretária

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

KLEBER LUIZ LIBANO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

TA 02 - CONTRATO 52/2018/PMJ

Publicação Nº 2418103

CONTRATO Nº 52/2018/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA (Setor de Frotas), doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário VILSON SARTORI, e a empresa EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.908.992/0001-85, estabelecida na RUA DOS ANDRADAS, 1121, Bairro CENTRO, no Município de PORTO ALEGRE/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelos senhores DANIEL DE OLIVEIRA PINTO, portador do documento de identidade nº 1004445746, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.161.450-00 e RONALDO CAVERDE SILVA, portador do documento de identidade nº 1048134652, inscrito no CPF/MF sob o nº 648.147.260-15, residentes e domiciliados na cidade de PORTO ALEGRE/RS, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 52/2018/PMJ, firmado em 29/03/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 30/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 18/2018/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA, de serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I e nas condições previstas no Edital PP nº 18/2018/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor total do contrato fica reajustado em 3,92%, correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de 01/03/2019 a 28/02/2020, passando para R\$ 58.378,32 (cinquenta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos), considerando-se o valor mensal de R\$ 4.864,86 (quatro mil oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), relativos a quantidade de 154 (cento e cinquenta e quatro) veículos e o valor de R\$ 31,59 (trinta e um reais e cinquenta e nove centavos) por veículo.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses a contar de 29 de março de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores WILLIAN SCHMITZ GUGEL e VALMOR JOÃO REISDORFER, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste Termo, renunciando as partes a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 23 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI - Secretário

EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA

DANIEL DE OLIVEIRA PINTO e RONALDO CAVERDE SILVA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

TA 04 - CONTRATO 46/2018/PMJ

Publicação N° 2418123

CONTRATO N° 46/2018/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09 estabelecida na Av. Alcides Antônio D'Agostini, bairro Centro, no Município de Maravilha, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. JAIME JOSÉ D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 12R/1.710.837, inscrito no CPF sob o nº 469.381.689-20, residente e domiciliado na cidade de Maravilha, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 46/2018/PMJ, firmado em 09/03/2018, proveniente do Processo de Licitação nº 06/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2018/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2020, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 36 (trinta e seis) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica reajustado em 3,92%, correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de 01/03/2019 a 28/02/2020, passando o valor mensal para R\$ 339.717,90 (trezentos e trinta e nove mil setecentos e dezessete reais e noventa centavos), correspondentes aos seguintes itens:

ITEM	QTDE. MEN-SAL	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNI-TÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	240	un	Contentores em PAD ou Chapa de Aço Galvanizado com capacidade mínima de 1.000 litros	102,50	24.600,00
2	725	ton	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais	200,71	145.514,75
3	725	ton	Operação, manutenção e monitoramento de Aterro Sanitário.	140,41	101.797,25
4	01	Mês	Equipe para Coleta Seletiva. Mão de Obra: 01 Equipe Diária composta por um motorista e dois coletores. Equipamento: 01 Caminhão Coletor.	43.205,90	43.205,90
5	240	un	Contentores em PAD, cor verde, com capacidade mínima de 1.000 litros. Incluindo manutenção, lavagem e higienização.	102,50	24.600,00

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 4.076.614,80 (quatro milhões setecentos e seis mil seiscentos e quatorze reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA(SC), 24 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

JAIME JOSÉ D'AGOSTINI

Testemunhas:

1 _____

2 _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 024 - 2020**

Publicação Nº 2418216

PORTARIA Nº 24 DE 24 DE MARÇO DE 2020

"DISPÕE SOBRE NOVOS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS, DE FORMA TEMPORÁRIA, PARA FINS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E À PROPAGAÇÃO DO VÍRUS COVID-19 NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA".

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, inciso XVI e art. 75 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - A Câmara de Vereadores de Joaçaba/SC informa para todos os efeitos que seguirá as determinações constantes no Decreto nº 525 de 23 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Fica suspensa a realização de atividades na sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba.

§ 1º - Somente serão realizadas sessões em caso de relevante interesse público.

§ 2º - As sessões previstas no §1º deste artigo serão realizadas preferencialmente por meio digital.

Art. 3º - Ficam suspensas as autorizações para afastamento de servidores ou Vereadores para participarem, às expensas da Câmara Municipal, de cursos ou eventos oficiais fora do Município de Joaçaba.

Art. 4º - Fica autorizado o serviço domiciliar de todos os servidores efetivos ou comissionados da Câmara Municipal.

§ 1º - Os servidores deverão atender, dentro das possibilidades, as demandas exigidas pelas chefias imediatas.

§ 2º - Fica autorizado aos servidores utilizarem os aparelhos "notebook" de propriedade da Câmara Municipal em suas residências.

§ 3º - Os colaboradores terceirizados estão dispensados de suas atribuições durante o período, sendo de responsabilidade da empresa fornecedora dos serviços todas as questões legais e trabalhistas atinentes à situação.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba, 24 de março de 2020.

José Otávio Caliarri Filho

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ORDEM DE SUSPENSÃO 01/2020**

Publicação Nº 2418139

COMUNICADO

Comunicamos que em virtude do decreto estadual nº 525, de 23 de março de 2020, dispondo sobre medidas de prevenção e combate ao COVID-19 e declaração de estado de emergência em função do COVID-19; bem como o fato de o COVID-19 representar um grave problema de saúde pública estão suspensas as licitações marcadas para dos dias 26, 27 e 30 de março de 2020 por prazo indeterminado. Nova data será marcada e publicada.

Pregão JHL 0011/2020

Pregão JHL 0012/2020

Tomada de Preços JHL 0002/2020

Joaçaba, 24 de março de 2020.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 004/2020**

Publicação Nº 2418586

PORTARIA nº 004 de 24 de março de 2020.

"Dispõe sobre o horário de expediente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina".

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a situação excepcional de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid19).

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, o qual estabelece, a partir de 24 de março de 2020, o regime de quarentena no Estado de Santa Catarina, por 7 dias, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 022, de 18 de março de 2020, que Dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus nos órgãos e nas entidades da administração pública municipal, direta e indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas, objetivando reduzir o risco de contágio da população; e

CONSIDERANDO a necessidade de manter, quanto possível, a prestação de serviço do Poder Legislativo

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o horário de expediente em Turno Único da Câmara de Vereadores José Boiteux/SC, a partir do dia 25/03/2020, por tempo indeterminado, que passa a ser das 07h00min às 13h00min.

Parágrafo único: O horário mencionado no art. 1º desta Portaria não se aplica às segundas-feiras de realização das Sessões Ordinárias desta Casa Legislativa, que continuará das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º Fica suspenso, pelo período de 7 (sete) dias, o atendimento presencial ao público, que será realizado apenas e exclusivamente pelas redes sociais, email da Câmara (camara@camarajb.sc.gov.br) ou pelo telefone (47) 33527089, no horário normal de funcionamento.

Parágrafo único. Enquadram-se no disposto do artigo 2º a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão da Câmara de Vereadores de José Boiteux.

Art. 3º Ficam suspensos, pelo período de 30 (trinta) dias, eventos e sessões solenes/homenagens que envolvam aglomeração de pessoas no edifício da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara Municipal de José Boiteux, 24 de março de 2020.

Ivan Adriano Vendrami

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 005/2020

Publicação Nº 2418587

PORTARIA nº 005 de 24 de março de 2020

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES".

O Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) BRUNA MORETTO, relativas ao período aquisitivo de 04/02/2019 a 03/02/2020, que serão usufruídas no período de 25/03/2020 a 03/04/2020 (10 dias), de acordo com o que estabelece a Seção I, Capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara Municipal de José Boiteux, 24 de março de 2020.

Ivan Adriano Vendrami

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2418588

PORTARIA nº 006 de 24 de março de 2020.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES".

O Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) FRANCIS PATRICK KIETZER, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2019 a 31/01/2020, que serão usufruídas no período de 25/03/2020 a 03/04/2020 (10 dias), de acordo com o que estabelece a Seção I, Capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara Municipal de José Boiteux, 24 de março de 2020.

Ivan Adriano Vendrami

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA Nº 007/2020

Publicação Nº 2418589

PORTARIA nº 007 de 24 de março de 2020

"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES".

O Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando o artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) LUIZ GUSTAVO LUNELLI, relativas ao período aquisitivo de 21/01/2019 a 20/01/2020, que serão usufruídas no período de 25/03/2020 a 03/04/2020 (10 dias), de acordo com o que estabelece a Seção I, Capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara Municipal de José Boiteux, 24 de março de 2020.

Ivan Adriano Vendrami

Presidente da Câmara de Vereadores

RESOLUÇÃO Nº 001/2020

Publicação Nº 2417870

Resolução nº 001 de 23 de março 2020

"Convalida os procedimentos administrativos e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de José Boiteux, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina, instituído pela Portaria nº 003/2020".

A MESA DIRETORA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Regimento Interno, após aprovação do Plenário, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica convalidado os procedimentos administrativos e trabalho remoto dos serviços da Câmara Municipal de José Boiteux, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina, instituído pela Portaria nº 003 de 19 de março de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da Portaria nº 003/2020.

Plenário Celestino Meneghelli, 23 de março de 2020.

Ivan A. Vendrami

Presidente da Câmara Municipal

Geovani Lunelli
Vice Presidente

Lindolfo Brehmer
1º Secretário

Osmair da Silva
2º Secretário

Jupia

PREFEITURA

DECRETO Nº 1684/20 DE 23/03/2020

Publicação Nº 2417950

DECRETO Nº 1684/20 de 23/03/2020.

Declara situação de emergência no Município de Jupia – SC, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, prefeito Municipal de Jupia – SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, V, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, caminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 1682/20 DE 17/03/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Jupia – SC.

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Jupia – SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I – Poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei nº 13.979 de 06 de Fevereiro de 2020;

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

– eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Jupia – SC, 23 de Março de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1685/20 DE 23/03/2020

Publicação Nº 2417951

DECRETO Nº 1685/20 de 23/03/2020.

Altera o Art. 1º do Decreto 1682/20 de 17/03/2020 que Dispõe sobre ações de prevenção no Município de Jupia – SC, e na administração pública municipal, em decorrência da doença denominada COVID-19, transmitida pelo CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2), e dá outras providências.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupia – SC, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece o Art. 74, V, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - O inciso I do § 3º do Art. 1º do Decreto nº 1682/20 de 17/03/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º -

§ 3º -

I – Servidores públicos municipais ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 60(sessenta) anos;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá – SC, 23 de Março de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA 001/2020 - FUNDAÇÃO IRMÃ VERA - DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO AO PÚBLICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Publicação Nº 2418054

LAGUNA, 18 DE MARÇO DE 2020.

PORTARIA N. 001/2020 – FIV

ESTABELECE AS NORMAS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, O FUNCIONAMENTO E DE GESTÃO INTERNA DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA EM RAZÃO DA EXPEDIÇÃO DO DECRETO ESTADUAL N.º 515/2020 E DECRETO MUNICIPAL N.º 6.207/2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO IRMÃ VERA -FIV no uso das atribuições,
Considerando o Decreto Municipal n.º 6.207/2020,
Considerando o Decreto Estadual n.º 515/2020,

RESOLVE:

Estabelecer as normas de atendimento ao público externo na Fundação Irmã Vera, e as normas de gestão interna, em conformidade ao Decreto Municipal n.º 6.207/2020 e Decreto Estadual n.º 515/2020.

CAPÍTULO I

DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO

Art. 1º Fica suspendo o atendimento presencial ao público externo nas dependências da Fundação Irmã Vera (FIV).

Parágrafo Único. O retorno ao atendimento presencial ao público externo será retomado somente após a expedição e publicação de nova portaria relativa ao mesmo assunto tratado.

Art. 2º O atendimento ao público externo pelos servidores públicos da FIV deverá ser realizado de forma on line, através dos seguintes canais de comunicação:

- Sistema Betha;
- Contato via telefone: (48) 99660 0087;
- Contato via facebook: @FIVLaguna; e
- Contato via e-mail: fivlaguna@gmail.com

CAPÍTULO II

DA GESTÃO INTERNA VIA HOME OFFICE

Art.3º As atividades realizadas pelos servidores da FIV serão realizadas via Home Office, sendo expressamente vedado o deslocamento dos servidores que estão em regime de exercício de atividades telepresenciais, no horário correspondente ao expediente, a atividades de lazer como praia, bares, restaurantes e locais que tenham aglomerações, sendo que, incumbe a todos os servidores seguir as determinações estabelecidas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, sob pena de serem alocados para a prestação de serviços, presencialmente, em local a ser determinado por ato discricionário, inclusive em apoio à Secretaria de Saúde Municipal.

Parágrafo Único. Semanalmente os servidores enviarão ao e-mail fivlaguna@gmail.com o relatório de atividades realizadas. Qualquer ato administrativo praticado por cada servidor será informado via e-mail e ao telefone do Presidente, com juntada de documento ao respectivo processo/procedimento administrativo.

Art.4º Caso seja necessário, o servidor será convocado via whatsapp para comparecer em seu setor de trabalho em caráter de urgência.

Parágrafo Único. Na realização do trabalho em caráter de urgência deverá ser respeitado o distanciamento mínimo de 1.5m por pessoa e o servidor deverá realizar a desinfecção constante dos seus equipamentos pessoais de trabalho e respeitar as recomendações da OMS.

CAPÍTULO IIDA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E REUNIÕES

Art.5º Fica suspensa a realização de eventos, com qualquer número de pessoas, promovidos ou que recebam apoio da FIV.

Parágrafo Único. A remarcação de novas datas para os eventos poderá ser realizada somente após a expedição e publicação de nova portaria relativa ao mesmo assunto tratado.

Art.6º Ficam suspensas as reuniões presenciais entre servidores da FIV e entre servidores e público externo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.7º As normas estabelecidas por esta Portaria permanecerão em vigência até sua revogação por nova portaria, relativa ao mesmo objeto.

Art.8º As normas estabelecidas por esta portaria não se sobrepõe a Decretos Federais, Estaduais e Municipais que porventura forem publicados, podendo ser desconsideradas até a publicação de nova portaria, relativa ao mesmo objeto.

Art.9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à data de 18 de março de 2020.

Valmor Juvenal Pacher

Presidente da Fundação Irmã Vera

Lajeado Grande

PREFEITURA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020

Publicação Nº 2418214

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020.

O Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vitória, Nº 503, Centro, Lajeado Grande- SC, vem através do Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Lajeado Grande, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal Nº 001-2020 de 02 de janeiro de 2020, torna público e AVISA aos interessados que o processo licitatório 009/2020 na modalidade Tomada de Preço n. 003/2020, com abertura prevista para o dia 31/03/2020 as 09h:00min, FICA ADIADO PARA O DIA 06/04/2020 as 14h:00min, motivado em razão dos decretos municipal e estadual que reconhecem como calamidade pública a pandemia do coronavirus no estado de Santa Catarina.

Permanece inalterados os demais dispositivos do Edital. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço eletrônico: municipio@lajeadogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (0**49) 98862.3257, ou na página eletrônica do município: www.lajeadogrande.sc.gov.br. Publique-se.

Lajeado Grande/SC, em 24 de março de 2020.

Edilson José Grolli.

Presidente da Comissão de Licitação.

PORTARIA Nº 083/2020 DE 18/03/2020 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2418270

PORTARIA N.083/2020

De 18/03/2020

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIANA PICCOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 76 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001 e Art. 1º da Lei Municipal 557/2012 de 23 /08/2012.

e CONSIDERANDO o requerimento prorrogação de Licença Maternidade.

D E C I D E:

Art. 1º - Conceder licença maternidade a servidora pública municipal LIANA PICCOLI, pelo período de 180 dias, de 17/03/2020 a 12/09/2020.

§ 1º Dos proventos, 120 dias são de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e 60 são de responsabilidade da Administração Municipal.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 18 de Março de 2020.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amalia Valli Bressler

Servidora Designada

PORTARIA Nº 084/2020 DE 18/03/2020 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREI DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2418281

PORTARIA N.084/2020

DE 18/03/2020

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDREI DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ANDREI DA SILVA, sendo 30 dias de gozo, de 09 de março de 2020 a 07 de abril de 2020, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 19 de Fevereiro de 2019 a 18 de Fevereiro de 2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 18 de Março de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 085/2020 DE 18/03/2020 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALIA CRISTIMNA MAROCCO ROSOLEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2418284

PORTARIA N. 085/2020

DE 18/03/2020

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALIA CRISTIMNA MAROCCO ROSOLEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,
CONSIDERANDO atestado médico

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal TALIA CRISTINA MAROCCO ROSOLEN pelo período de 14 dias a partir de 10/03/2020.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 18 de Março 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 086/2020 DE 23/03/2020 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TALIA CRISTINA MAROCCO ROSOLEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2418287

PORTARIA N.086/2020

De 23/03/2020

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TALIA CRISTINA MAROCCO ROSOLEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 76 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001 e Art. 1º da Lei Municipal 557/2012 de 23 /08/2012.
e CONSIDERANDO o requerimento prorrogação de Licença Maternidade.

D E C I D E:

Art. 1º - Conceder licença maternidade a servidora pública municipal TALIA CRISTINA MAROCCO ROSOLEN, pelo período de 180 dias, de 23/03/2020 a 18/09/2020.

§ 1º Dos proventos, 120 dias são de responsabilidade do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e 60 são de responsabilidade da Administração Municipal.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 23 de Março de 2020.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Amalia Valli Bressler
Servidora Designada

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 055/2020**

Publicação Nº 2418322

D E C R E T O Nº 055/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – isolamento;
- II – quarentena;
- III – determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; e
- e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em ato fundamentado do Poder Público.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

- I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e
- II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 3º As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Ficam suspensas, em todo o território do Município de Lauro Muller, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;
- e) a circulação de veículos de transporte de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

Parágrafo único. Ficam excetuados da regra mencionada na alínea "e" do inciso I deste os veículos destinados à realização de vacinação da Gripe H1N1 e os veículos fretados para transporte dos trabalhadores do setor público ou privado que prestem serviços essenciais, bem como de trabalhadores da indústria em geral, respeitada a ocupação máxima de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros.

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e afins; e
- c) contados de 19/03/2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, do Município, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Comissão Municipal de Esportes - CME, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 5º A operação de atividades industriais em todo o território municipal somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados como essenciais pelo Decreto nº 515/2020 do Estado de Santa Catarina.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

- I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;
- II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;
- III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e
- IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, se necessário, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 6º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços privados essenciais:

- I – tratamento e abastecimento de água;
- II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
- III – serviços de saúde, como: hospital, clínica, laboratório e estabelecimentos congêneres;
- IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e padarias;
- V - restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniências localizados às margens das rodovias, que passam a ser considerados como serviços essenciais de fornecimento de gêneros alimentícios, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54/2020;
- VI – agropecuárias e clínicas veterinárias;
- VII – serviços funerários;
- VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX – telecomunicações;
- X – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e
- XI – segurança privada
- XII – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- XIII – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XIV – serviços postais;
- XV – transporte e entrega de cargas em geral;
- XVI – transporte de numerário;
- XVII - atividades da imprensa;
- XVIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
- XIX - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;
- XX - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
- XXI - manutenção de elevadores;
- XXII - oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas, as quais

deverão funcionar em regime de plantão para atendimento exclusivo de ocorrências com as espécies de veículos citados; XXIII – borracharias localizadas às margens de rodovias, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54/2020; e XXIV - serviços de guincho.

Art. 7º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos essenciais:

- I – Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Fundação de Saúde de Lauro Muller;
- III – Defesa Civil;
- IV- Coleta de Lixo.

§ 1º Permanece suspenso o expediente da Secretaria de Assistência Social do Município, com funcionamento dos serviços essenciais na forma definida no Decreto Municipal nº 52/2020.

§ 2º. Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias poderão ser convocados a qualquer tempo para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, permanecendo suspensas as visitas domiciliares de rotina.

Art. 8º. Os demais agentes públicos que não exerçam atividades consideradas essenciais poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, o qual será delegado e verificado pelo Secretário da pasta à qual esteja subordinado.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Os servidores que exerçam funções em serviços não essenciais, ainda que realizando trabalho remoto, poderão ser convocados a qualquer momento para prestar serviços pessoalmente, de acordo com a necessidade.

§ 3º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19, aceitando-se o envio por meio digital do documento, dispensando-se, igualmente, a validação do atestado pelo médico do trabalho do Município.

Art. 9º. Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos ou privados essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

Art. 10º. Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou privados essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

Art. 11º. O Secretário Municipal de Educação estabelecerá, ao final do período de suspensão das aulas, o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. Os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 12º. Durante o período de suspensão de atividades públicas e privadas de que trata o presente decreto poderão ser publicados editais de licitação para aquisição de bens e serviços inadiáveis, cuja data de abertura/sessão de julgamento deverá ocorrer quando regularizado o atendimento externo dos órgãos públicos municipais.

Parágrafo único. Ficará sob encargo do Setor de Licitação analisar as demandas inadiáveis, bem como comunicar aos licitantes sobre as sessões mantidas ou suspensas.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/03/2020, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 de março de 2020.
VALDIR FONTANELLA
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

17/2020 ADENDO 01 AO EDITAL DE TP 02/2020 COLETA DE LIXO

Publicação Nº 2418272

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina

ADENDO 01/2020 AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, considerando o disposto nos Decretos Municipal 3318 e 3320/2020, altera o envio e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços referente ao Processo de Licitação nº 17/2020, na modalidade Tomada de Preços nº 02/2020, cujo o objeto é a contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de varrição de vias públicas e, coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comercial, recicláveis, hospitalares e químicos. Determinando que a abertura do presente processo fica marcado para as 08:30 horas do dia 20 de abril de 2020. A íntegra do Adendo e do Edital original poderão ser obtidos através da internet no endereço, www.lindoiadosul.sc.gov.br, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de março de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.320, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418406

DECRETO Nº 3.320, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Suspende, no âmbito do Poder Executivo Municipal, as atividades e os serviços públicos não essenciais e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO:

- O Decreto nº 515 de 17 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo o território catarinense.
- O Decreto nº 525 de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

DECRETA

Art. 1º. Ficam suspensas, no âmbito do Poder Executivo municipal, as atividades em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto nas unidades de atenção à saúde, Vigilância Sanitária e Defesa Civil, no período de 26 de março a 1º de abril de 2020.

§ 1º. O Conselho Tutelar atenderá em regime de sobreaviso.

§ 2º. Setores específicos da Administração, caso necessário, poderão realizar trabalho remoto (Home Service).

Art. 3º. Para os servidores públicos das unidades não essenciais que terão as atividades suspensas, o período de 7 (sete) dias de que trata o artigo 1º, será considerado como antecipação de férias.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos no caput, que excepcionalmente necessitarem comparecer junto às dependências do Município ou mesmo realizar trabalho remoto, não terão esse período considerado como antecipação de férias, desde que devidamente comprovado pelo registro de ponto, ou outra forma de comprovação.

Art. 4º. Ficam suspensos todos os procedimentos em relação às licitações em andamento pelo período definido no art. 1º.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, o setor de Compras e Licitações efetuará os trâmites de forma individualizada.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Lindóia do Sul, 24 de março de 2020.
GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 40/2020

Publicação Nº 2418250

DECRETO Nº 40 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII do artigo 65 da lei Orgânica Municipal, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi prorrogado a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Lontras;

CONSIDERANDO, a edição dos Decreto Estadual número 525 de 23 de março de 2020 que prorrogou os efeitos do Decreto Estadual 515 de 17 de março de 2020 editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, a necessidade do município dar continuidade as ações, normas e condutas voltadas a população, emanadas pelas autoridades federais e estaduais, no sentido de orientar da importância na observância das normas de saúde pública e vigilância sanitária enquanto perdurar o enfrentamento relacionado ao coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art.1º. Para o enfrentamento da situação de emergência declarada pelos Decreto Estaduais n. 515, de 17 de março de 2020 e 525 de 23 de março de 2020, ficam prorrogados, durante o período em que perdurar a vigência do Decreto Estadual 525/2020, todos os efeitos e disposições contidas nos Decretos Municipais seguintes:

Número Decreto	Data da edição
33/2020	18/03/2020
37/2020	20/03/2020
38/2020	23/03/2020
39/2020	23/03/2020

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Lontras, 24 de março de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 41/2020

Publicação Nº 2418264

DECRETO Nº 41, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga em 7 (sete) dias o prazo de suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais previsto nos artigos, 1º, inciso I e 2º do Decreto Municipal 33, de 18 de março de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 65, inciso VII do artigo 65 da lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que prorrogou em 7 (sete) dias o prazo previsto no Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas os serviços públicos

não essenciais em todo o território catarinense, visando a prevenção e enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19);

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado em 7 (sete) dias o prazo previsto no Art. 1º, inciso I e art. 2º do Decreto Municipal 33, de 18 de março de 2020, que trata da suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou regime de trabalho remoto.

Art. 2º Permanecem aplicáveis, no que não conflitarem com este Decreto, as medidas adotadas nos Decreto Municipais nº 33, de 17 de março de 2020 e 037, de 20 de março de 2020.

Art. 3º Sem prejuízo das disposições do presente Decreto, deverão ser observadas e cumpridas as regras estabelecidas pelos Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

Lontras, 24 de março de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO MUNICIPAL

Luiz Alves**PREFEITURA****EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2418374

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LARANJEIRAS, CONFORME PROJETO BÁSICO, no valor de R\$ 89.075,00 (Oitenta e Nove Mil e Setenta e Cinco Reais). Dê-se ciência.

Luiz Alves, 24 de março de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 (PREFEITURA)

Publicação Nº 2418245

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ERRATA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Considerando a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em decorrência do Coronavírus (COVID-19), bem como o Decreto Estadual n.º 507/2020 e o Decreto Municipal n.º 45/2020, fica, desde já, alterada a data de abertura dos envelopes para o dia 06 de abril de 2020, às 09h00min.

Luiz Alves, 24 de março de 2020.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020/PML - AULAS DE MÚSICA, DANÇA, TEATRO E CANTO CORAL

Publicação Nº 2418157

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 – PML
Processo Administrativo nº 003/2020 - PML

AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, torna público a todos os interessados, a SUSPENSÃO POR TEMPO INDETERMINADO DE TODOS OS PRAZOS RELATIVOS ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 – PML, Processo Administrativo nº 003/2020, o qual se destina a celebração de Termo de Colaboração, que possui por objeto a seleção de Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, para realização de atividades, projetos ou ações voltadas ao desenvolvimento cultural e artístico, durante o exercício de 2020, mediante a realização de:

- a) Aulas gratuitas de técnica vocal e prática de canto coral para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna;
- b) Aulas gratuitas de técnica e práticas musicais, percussão e prática de instrumentos de percussão, compreendendo ainda, aulas de coreografia para fanfarras, destinadas a crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna.
- c) Aulas gratuitas de danças, voltadas ao resgate da cultura local, para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna, com o intuito de fomentar e difundir a cultura germânica, italiana e gaúcha trazida pelos colonizadores do Município de Luzerna/SC;
- d) Aulas gratuitas de teatro voltadas para difusão da cultura italiana, e coreografias diversas (dança) para crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município de Luzerna.

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 515 de 17 de março de 2020, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO ainda o Decreto Municipal nº 2904 de 18 de março de 2020 que declarou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de Luzerna,

FICAM TEMPORARIAMENTE SUSPENSOS os prazos relativos ao Chamamento Público nº 001/2020, sendo que novo CRONOGRAMA de datas será DEFINIDO E PUBLICADO posteriormente no site do Município de Luzerna/SC e no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700 | e-mail: debora@luzerna.sc.gov.br.

Luzerna, 24 de março de 2020.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2907

Publicação Nº 2418544

DECRETO Nº 2907 de 24 de março de 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID - 19), NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais nº 2903, 2904 e 2905 de 18 de março de 2020 os quais implementam ações, no âmbito do Município de Luzerna(SC), para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais nº 509 e 515 de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art.1º- A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Luzerna(SC), às medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, ficam:

I. PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) Da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, Intermunicipal e interestadual de passageiros, à exceção:
 - 1. Fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada o funcionamento;

2. Transporte de cargas das cadeias de fornecimento de bens e serviços de atividades privadas necessárias ao funcionamento dos serviços e atividades essenciais elencados no Decreto n. 515/2020, notadamente aquelas relacionadas às atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
 3. Distribuição de encomendas e cargas, em especial a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos e de correios;
 4. Transporte de profissionais de saúde;
 5. Coleta de lixo, devendo os veículos serem exclusivos para essa finalidade, devidamente identificados;
 6. Transporte de o abastecimento de insumos e alimentos necessários à vida animal.
- b) Das Atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) Da entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) Do atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas Unidades de Atenção à Saúde, de Vigilância Sanitária e no órgão municipal de proteção e Defesa Civil e demais atividades previstas no Decreto Estadual 525/2020.
- II. MANTIDAS por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto Municipal 2904 de 18 de março de 2020, sendo acrescidas as seguintes restrições: a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças e outros.

Art.2º - Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I. Determinação de realização compulsória de:

- a) Exames médicos;
- b) Testes laboratoriais;
- c) Coleta de amostras clínicas;
- d) Vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) Tratamentos médicos específicos.

II. Requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§1º- O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID - 19).

§2º- A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§3º- Todas as medidas de intervenção mencionadas neste artigo deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus (COVID - 19).

Art.3º- Ficam suspensos os prazos dos Processos Administrativos, Sindicâncias, Tomadas de Contas Especiais, prestações de contas de diárias, adiantamentos, recursos repassados a outros Municípios e entidades pela Lei nº 13019, a contar de 18 de março de 2020 até o término da quarentena imposta pelos Decretos Estaduais nº 515 e 525/2020.

Parágrafo Único - Havendo prorrogação do prazo da quarentena por novos atos do Governo Estadual os prazos continuarão suspensos.

Art.4º- Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020.

Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 24 de março de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1891

Publicação Nº 2418024

DECRETO Nº 1891 DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

ZELIR CITADIN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Macieira;

DECRETA:

Art.1º. Para o enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, aplicam-se integralmente no âmbito do Município de Macieira, as disposições constantes daquele ato que determinou:

I - a SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e os serviços privados não essenciais, nos termos do inc. II e § 2º do art. 2º do Decreto n. 515/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado.

II – a SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias, das seguintes atividades:

- a) eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, independentemente do número de participantes;
- b) suspensão de todas as atividades na rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, nos termos do disposto no Decreto n. 509, de 17 de março de 2020.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de Município.

§ 3º As restrições definidas não se aplicam ao serviço de captação, distribuição e tratamento de água e esgoto e de coleta de lixo.

Art. 3º Enquanto durar o período de quarentena decretado pelo Governo Estadual, ficam suspensos os atendimentos agendados nas unidades de saúde que não sejam de urgência e emergência, bem como, os procedimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas.

§ 1º As unidades de saúde devem priorizar o atendimento aos idosos e a pessoas integrantes do grupo de risco, criando mecanismos de atendimento diferenciado, tanto quanto possível, que deverá ser garantido por intermédio de escala de serviços ou plantão organizado pela Secretária Municipal de Saúde.

§ 2º O disposto no caput não se aplica às consultas de rotina agendadas de pacientes com doença crônica, de consultas de pré-natal e de vacinação, devendo ser editado ato específico do responsável pela pasta para disciplinar esse atendimento no âmbito do Município.

Art. 4º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de tele trabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 5º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 6º. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira - SC, 18 de março de 2020.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA 4356

Publicação Nº 2418033

PORTARIA Nº 4356, DE 17 DE MARÇO DE 2020.

‘Nomeia Conselho Municipal de Educação’

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 65, de 27/05/2014,

RESOLVE:

Art.1º- Nomear os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Educação:

I - Câmara da Educação Básica:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: SALETE CATARINA LISZKIEVICH

Suplente: NADIR ZIMMER TELEGEM

b) 1 (um) representante do Magistério Público Municipal:

Titular: ROSANGELA TASCA WOSNIAK

Suplente: CARLA LOCATELLI

c) 1 (um) representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino da Rede Pública Municipal:

Titular: MARYLUCY BONASSA SETTI

Suplente: CRISTIANE TURMINA

d) 1 (um) representante dos Conselhos Escolares Municipais ou equivalentes:

Titular: EVELIZE ZANELLA DE SOUZA

Suplente: JOCIANE DE MEIRA

e) 1 (um) representante da Escola Estadual no município, se houver:

Titular: PATRÍCIA TASCA DI DOMENICO

Suplente: LOURDES SETTI LOCATELLI

II - Câmara do FUNDEB, nos termos da Lei nº. 11.494, de 2007:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular I: MARLISE SCAPIN

Suplente I: ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE

Titular II: IANA SPANHOLO

Suplente II: ROSANE BERTOTTO

b) 1 (um) representante dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:

Titular: FRANCIELE MANENTI

Suplente: JANETE BENTO PEREIRA

c) 1 (um) representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

Titular: JENIFER TOMASI BEGNINI

Suplente: KENILI BASSANI

d) 1 (um) representante dos Servidores técnico-administrativos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: TIAGO BERTOTTO

Suplente: CRISTINA LAZAROTTI

e) 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: JULIANA SONDA

Suplente: VITOR MAIKE KRULIKOSKI

f) 2 (dois) representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal, que não sejam servidores públicos municipais:

Titular I: JOSIANE VITTORAZZI FAVARIN

Suplente I: FABIANA FÁTIMA PALOSCHI

Titular II: DÉBORA DE MELLO

Suplente II: NAIR TEREZINHA DE MELLO

g) 2 (dois) representantes dos Estudantes Universitários que não sejam servidores públicos municipais.

Titular I: GABRIELA SANTORO

Suplente I: CIDINEI ANTÔNIO SERIGHELLI

Titular II: ALINE ZIMMER

Suplente II: LEISIANE DE PAULA SCHLOSSER

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria nº 4152/2019, cuja posse do novo conselho se dará a partir do dia 23 de março de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 17 de março de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2418318

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade CLUBE ECOLÓGICO CANFOREIRA, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Publicação Nº 2418320

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO MAFRENSE DOS DEFICIENTES VISUAIS - AMADEV, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020

Publicação Nº 2418323

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI REPROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020

Publicação Nº 2418325

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade GRUPO INTEGRAÇÃO RIOMAFRENSE DE ONCOLOGIA - GIRO, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2020

Publicação Nº 2418332

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI REPROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO DO LAR DOS VELHINHOS DE MAFRA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020

Publicação Nº 2418335

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2020

Publicação Nº 2418337

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI REPROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO TERAPÊUTICA NOVO AMANHECER - ATE-NA, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2020

Publicação Nº 2418339

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2020
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2020

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que FOI APROVADO o pedido da entidade ASSOCIAÇÃO MAFRA FUTSAL, relativamente ao Chamamento Público em epígrafe. Recurso da decisão poderá ser protocolado no prazo de 5 (cinco) dias corridos na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro, ou de forma eletrônica, por meio do e-mail: procuradoria@mafra.sc.gov.br. Inexistindo recurso ocorrerá a homologação do resultado. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3641-4000. Mafra (SC), 24/03/2020. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 024/2020

Publicação Nº 2418477

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 024/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAFRA/SC

Contratado: WILLNER PLUS LTDA

CNPJ: 04.217.643/0001-42

Objeto: Aquisição de 1.000 (mil) kits de suplementação alimentar para atendimento emergencial de famílias com crianças inseridas na rede pública municipal de educação em situação de vulnerabilidade social. Considerando o estado de calamidade pública e quarentena em todo o território do Estado de Santa Catarina, a suspensão das aulas configura para a família do estudante um fato inesperado, o que exige providências imediatas para evitar potenciais prejuízos quanto à alimentação dos estudantes com vulnerabilidade social, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Processo Licitatório n.º 136/2020; Dispensa Por Justificativa nº 09/2020.

Valor: O presente instrumento fica ajustado em R\$ 83.900,00 (Oitenta e três mil e novecentos reais).

Fundamento Legal: Conforme o art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

Data Assinatura: 23 de março de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Dotação Orçamentária:

375 - 3 . 14002 . 8 . 244 . 14 . 2.203 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 04**

Publicação Nº 2418180

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 04

DE 24 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO.

O Vereador Eder Gielgen, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 32, inciso II da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que a saúde é direito social fundamental (CF, art. 6º), garantido mediante a implementação de políticas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a adoção de medidas que visam minimizar as possibilidades de contágio do coronavírus por diversos outros órgãos da Administração Pública em todos os níveis da Federação, tais como o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Mafra;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Estado de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que na alínea 'b', inciso I, do art. 7º, determina a

suspensão, pelo período de 7 (sete) dias, os serviços públicos considerados não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto,

DECRETA

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 2º Ficam suspensos, pelo período de 7 (sete) dias, o expediente da Câmara Municipal de Mafra, bem como as sessões ordinárias e demais atividades administrativas e legislativas.

Parágrafo Único. Fica permitida a realização de sessão extraordinária, na forma do art. 28 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Art. 4º Fica revogado o art. 2º do Decreto Legislativo nº 03, de 18 de março de 2020.

Mafra, 24 de março de 2020.

Eder Gielgen

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

ATA Nº 01 - TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020

Publicação Nº 2417968

ATA 01
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 017/2020
Processo administrativo nº 176/2020

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 1 – CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de construção, pavimentação e reforma, na praça Frei Eusébio de Alfredo Chaves e Centro Histórico Cultura Avetti Paladini Zilli, localizada no centro do município de Maracajá/SC.

Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte e quatro, do mês de março, do ano de dois mil e vinte, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 22/2020, para os procedimentos inerentes a abertura dos envelopes Nº. 1 - CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO do edital acima epigrafado. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sra. VANESSA APARECIDA JERONIMO, a mesma informou que as empresas MELCON CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ – 80.435.191/0001-53 e MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA – CNPJ – 27.635.652/0001-59, protocolaram tempestivamente seus envelopes 1 e 2, lacrados na forma do Edital, porém não estavam presentes na sessão. Não houve impugnação ao edital e as publicações editalícias respeitaram os prazos legais. Deu-se em sequência, a abertura dos envelopes de nº 1 - "Documentação de Habilitação", para exame e rubrica de todos os documentos pelos Membros da Comissão, ficando a documentação disponível para consulta de interessados. A empresa MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA cumpriu rigorosamente as exigências editalícias, todavia, a empresa MELCON CONSTRUÇÃO EIRELI descumpriu os itens 3.1.8 e 3.1.14 do edital, vez que deixou de apresentar a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Profissional competente (item 3.1.8), bem como apresentou Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial fora do prazo de validade vencido (item 3.1.14). Assim, pelos fatos e razões acima expostos, a Comissão, por unanimidade, decidiu HABILITAR no presente certame licitatório a empresa MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA e INABILITAR a empresa MELCON CONSTRUÇÃO EIRELI. Diante do resultado a Comissão de Licitação abre prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos com as razões devidamente fundamentadas, ficando as demais empresas intimadas a apresentarem as contrarrazões conforme preconiza o art. 109 e 110 da Lei 8666/93. As empresas serão cientificadas desta decisão pelo Diário Oficial Eletrônico do Município de Maracajá, começando a contar o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente a data de publicação. O processo encontra-se à disposição das licitantes e interessados para vistas (consultas e extração de cópias). Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada por mim, Gisele da Silva Garcia Dal Pont que a secretariei, pela Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos demais membros integrantes da Comissão de Licitações. Maracajá, 24 de março de 2020.

VANESSA APARECIDA JERÔNIMO	GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT	ROSANE ROLDÃO DE FAVERI	
Presidente	Secretária	Membro	Membro

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

Publicação Nº 2418179

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ torna público que, por interesse público e conveniência administrativa, SUSPENDE por tempo indeterminado a abertura do edital de Pregão Presencial Nº 021/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de uma roçadeira hidráulica articulada e duas ensiladeiras para uso no Departamento de Agricultura do município de Maracajá/SC, tendo em vista os Decretos Estadual n. 515/2020 e Municipal n. 33/2020, motivados pela pandemia do coronavírus (COVID19), que assola o mundo, e consequentemente o Brasil.

Tao logo a situação retorne ao normal, nova data será marcada e comunicada por meio de publicação do Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Maracajá/SC, 24 de março de 2020.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

Publicação Nº 2418004

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ torna público que, por interesse público e conveniência administrativa, SUSPENDE por tempo indeterminado a abertura do edital de Pregão Presencial Nº 018/2020, que tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de instalação do sistema de iluminação em LED, com o fornecimento de materiais e mão de obra, em praças e vias públicas no município de Maracajá, tendo em vista os Decretos Estadual n. 515/2020 e Municipal n. 33/2020, motivados pela pandemia do coronavírus (COVID19), que assola o mundo, e consequentemente o Brasil.

Tao logo a situação retorne ao normal, nova data será marcada e comunicada por meio de publicação do Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Maracajá/SC, 24 de março de 2020.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 057/2020

Publicação Nº 2417979

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 057/2020 – Modalidade de Dispensa por Justificativa n. 004/2020

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha – SC, Aírto Gonçalves, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Justificativa, para contratação de empresa para a prestação de serviços destinado a guarda, depósito e custódia de veículos apreendidos, conforme Lei Municipal n. 3020 de 12 de setembro de 2005. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha – SC, 23 de março de 2020. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

Marema

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2020

Publicação Nº 2418451

DECRETO Nº 0472020

De 23/03/2020

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO POR 7 (SETE) DIAS O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO ESSENCIAIS PREVISTO NO ART. 3º DO DECRETO MUNICIPAL 044, DE 18 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente a Lei orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que prorrogou em 7 (sete) dias o prazo previsto no Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020, que instituiu regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas os serviços públicos não essenciais em todo o território catarinense, visando a prevenção e enfrentamento à pandemia de Coronavírus (COVID-19);

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado em 7 (sete) dias o prazo previsto no Art. 3º do Decreto Municipal 044, de 18 de março de 2020, que trata da suspensão das atividades e serviços públicos não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou regime de trabalho remoto.

Art. 2º Permanecem aplicáveis, no que não conflitem com este Decreto, as medidas adotadas nos Decretos Municipais nº 044, de 18 de março de 2020 e 046, de 18 de março de 2020.

Art. 3º Sem prejuízo das disposições do presente Decreto, deverão ser observadas e cumpridas as regras estabelecidas pelos Decretos Estaduais nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto durar a situação de emergência, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 23 de março de 2020

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06/2020

Publicação Nº 2418173

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Pregão Presencial 06/2020 Processo 14/2020 o Município de Marema SC, através de sua pregoeira, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação objetivando Aquisição de Equipamentos Agrícolas, está SUSPENSA por prazo indeterminado, em atendimento a decretação de quarentena pelo Decreto Estadual nº 525 de 23 de março.

Marema 24 de março de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CONTRATO 02.2020 (FMS) - KELEN KLEIN HEFFEL

Publicação Nº 2418414

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA E O DRA. KELEN KLEIN HEFFEL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhes confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, KELEN KLEIN HEFFEL, inscrita no CPF sob o nº 074.087.099-83, residente Rua Ipira, nº 255, bairro Floresta, município de Joinville, estado de Santa Catarina, denominada CONTRATADA, conforme PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2020 onde as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

1.1 O objetivo do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PELO PRAZO DE ATÉ 90 DIAS, PRORROGÁVEIS, EM RAZÃO DO POSSÍVEL AUMENTO DE DEMANDA EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19 E SUA ALTA CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO, PARA TRATAR PACIENTES COM SINTOMAS RESPIRATÓRIOS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1 DA CONTRATADA

- a) Obriga-se a registrar o horário de trabalho no relógio ponto, ou outra forma que for orientado por seus superiores.
- b) Responsabiliza-se por quaisquer danos pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- c) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e alimentação, manutenção em geral;
- d) Obriga-se a exercer seus serviços com zelo e dedicação, atendendo bem e com presteza a clientela que lhe procurar, devendo levar ao conhecimento do responsável da Secretaria Municipal de Saúde, eventuais falhas, sugestões ou irregularidades verificadas no local do serviço;

2.2 DA CONTRATANTE

- a) Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste contrato.
- b) Receber a documentação do interessado no credenciamento e, se homologado, realizar o cadastramento do mesmo;
- c) Agendar os atendimentos médicos e comunicar ao CREDENCIADO;
- d) Notificar o CREDENCIADO de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços ou descumprimento de obrigação;
- e) Fiscalizar a execução dos serviços objeto do credenciamento;
- f) Oferecer todos os meios para a adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O preço dos serviços médicos por hora será de R\$ 83,77 (OITENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS).

3.2 O pagamento será efetuado da seguinte forma: ATÉ O DIA 08 (OITO) DO MÊS SUBSEQUENTE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

CLÁUSULA- QUARTA - DO PRAZO, DA PRORROGAÇÃO E DA RESCISÃO

1. 2. 3. 4. 4.1. O contrato terá duração de até 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ou rescindido antes do prazo, sem quaisquer danos, a depender da evolução da pandemia.

CLÁUSULA QUINTA – DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 - GERÊNCIA DE SAÚDE

2101 - MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO

31903401 – SUBSTITUICAO MAO-DE-OBRA-LRF ART 18 §1º



13801 – Transf. SUS/União - PAB-Piso Atenção Básica

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir eventuais dúvidas da execução do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Massaranduba (SC)	23	de	Março	de	2020
-------------------	----	----	-------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI	SUZANE F. REINKE
CONTRATANTE	Gestora do Fundo Municipal Saúde

Dra. KELEN KLEIN HEFFEL

CPF Nº: 074.087.099-83

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE	GREICE GRIBOSKI
CPF: 468.882.339-87	CPF: 099.180.659-07

PROCESSO LICITATÓRIO 59.2020 DIS 59.2020 (PMM) - SEGURO VEICULAR DE AUTOMÓVEIS DA FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 2418286

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2020

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta dispensa de licitação a CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR PARA AUTOMÓVEIS PERTENCENTES À FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), conforme segue:

DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	R\$ TOTAL
FIAT DOBLO ANO 2015/2015 PLACA QHH1365 RENAVAL 1055910376 COBERTURA CONTRATADA: CASCO FIPE 100% DANOS MATERIAIS : R\$ 200.000,00 DANOS CORPORAIS: R\$ 300.000,00 APP MORTE POR OCUPANTE: R\$ 30.000,00 APP INVALIDEZ POR OCUPANTE: R\$ 20.000,00 ASSISTÊNCIA 24 HORAS, GUINCHO/TAXI ILIMITADO, VIDROS, FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES. CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 526,00
TOYOTA COROLLA ANO 2014/2015 PLACA MLU 8287 RENAVAL 1015514119 COBERTURA CONTRATADA: CASCO FIPE 100% DANOS MATERIAIS: R\$ 200.000,00 DANOS CORPORAIS: R\$ 300.000,00 APP MORTE POR OCUPANTE: R\$ 30.000,00 APP INVALIDEZ POR OCUPANTE: R\$ 20.000,00 ASSISTÊNCIA 24 HORAS, GUINCHO/TAXI ILIMITADO, VIDROS, FARÓIS, LANTERNAS E RETROVISORES. CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 792,00
PEUGEOT BOXER ANO 2011/2011 PLACA MIL 9203 COBERTURA CONTRATADA: RC DANOS CORPORAIS OU MATERIAIS AO PASSAGEIRO RC DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS RC DANOS CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 1.851,15
PEUGEOT BOXER ANO 2014/2014 PLACA MKU 7078 RENAVAL 1021533650 COBERTURA CONTRATADA: RC DANOS CORPORAIS OU MATERIAIS AO PASSAGEIRO RC DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS RC DANOS CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 1.841,52

ÔNIBUS M.BENZ OF 1519 2017/2017 PLACA QIO 3085 RENAVAL 1122651632 COBERTURA CONTRATADA: RC DANOS CORPORAIS OU MATERIAIS AO PASSAGEIRO RC DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS RC DANOS CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 2.987,33
FIAT DUCATO ANO 2005/2006 PLACA MHY-9710, RENAVAL 874059879 COBERTURA CONTRATADA: RC DANOS CORPORAIS OU MATERIAIS AO PASSAGEIRO RC DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS RC DANOS CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS NÃO TRANSPORTADOS CONFORME APÓLICE.	ANUAL	1	R\$ 1.800,00
TOTAL: R\$ 9.798,00 (NOVE MIL SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS).			

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

ENDEREÇO: Rua Marechal Floriano Peixoto, número 450, bairro Centro Histórico, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.020-060

TELEFONE: (51) 3027-8864, (51) 3027-8870

E-MAIL: licitacao@genteseguradora.com.br

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho.

5 – DO VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A Prefeitura de Massaranduba (SC) efetuará o pagamento em até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão e aceite da nota fiscal.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

8 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

1 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2045 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO

33903969 – SEGUROS EM GERAL

10000 – Recursos Ordinários

8 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

1 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

2043 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

33903969 – SEGUROS EM GERAL

10100 – Receitas de Impostos – Educação

2 – GABINETE DO PREFEITO

1 – GABINETE DO PREFEITO

2005 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

33903969 – SEGUROS EM GERAL

10000 – Recursos Ordinários

2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
2101 – MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO
33903969 – SEGUROS EM GERAL
10200 – Receitas de Impostos - Saúde

6 – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

6.1.1. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual determina que obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

6.1.2. Há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas, tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

6.1.3. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a Lei previu exceções à regra: a dispensa e inexigibilidade de licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 24 da Lei Federal 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”.

6.1.4. Os atos em que se verifica a dispensa de licitação são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas, devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

6.1.5. No âmbito de bens móveis, é necessário que a Administração aja visando garantir a segurança patrimonial e previna-se de eventuais sinistros que possam afetar o patrimônio público e as vidas decorrentes do transporte de passageiros.

6.1.5.1. Sendo assim, visto ser obrigação desta Administração zelar pela preservação dos bens públicos sob sua tutela, o Paço Municipal de Massaranduba (SC) necessita de contratação dos serviços de seguro veicular.

7 – DA RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

7.1. A escolha da referida empresa já foi devidamente justificada no item acima, e mostra-se vantajosa para a Administração, pois o preço a ser pago está dentro do preço de mercado, se observadas as outras propostas apresentadas no ano de 2019 para o mesmo contrato, e considerando que a empresa renovará a apólice sem qualquer valor adicional ao último ano, não há dúvidas quanto as vantagens. Dessa forma, o interesse público mostra-se atendido.

Massaranduba (SC), 18 de março de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

Matos Costa**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO 07/2020**

Publicação N° 2417952

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO SELETIVO N° 02/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 07/2020

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo n.º 02/2019, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para os quais foram classificados.

Cargo: AGENTE AUXILIAR DE DEFESA CIVIL

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
54	BRUNA CRISTINA MARUNHAK	7,45	1º
75	GILLIAN JOICE SLOMSKI	6,80	2º
108	DENISE ANTONIA RIBEIRO FERREIRA	5,95	3º
107	CLEITON CHAYKOWSKI	5,70	4º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, e será convocado o candidato imediatamente classificado na sequência do certame.

Matos Costa, 24 de Março de 2020.

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal**CONVOCAÇÃO 08/2020**

Publicação N° 2417954

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO SELETIVO N° 02/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 08/2020

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo n.º 02/2019, CONVOCA o candidato abaixo relacionado, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para o qual foi classificado.

Em razão da desistência da vaga da 3º colocada convocada em 24 de Março de 2020, no Edital de Convocação n° 07/2020,

Cargo: AGENTE AUXILIAR DE DEFESA CIVIL

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
77	CARLOS GIOVANI SILVA	5,20	5º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, e será convocado o candidato imediatamente classificado na sequência do certame.

Matos Costa, 25 de Março de 2020.

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N° 019/2020

Publicação N° 2418081

DECRETO n.º 019/2020.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.820/2019, de 20 de novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
06110117.512.1009 – Ampliação de Sistemas de Água e Esgoto	
4.4.90.00.00.00.00.00.0747 – Aplicações Diretas (272)	R\$ 1.000.000,00
06110115.451.1017 – Obras de Artes, Drenagem, Pavimentação em Ruas	
4.4.90.00.00.00.00.00.0747 – Aplicações Diretas (117)	R\$ 3.000.000,00
Total	R\$ 4.000.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada, conforme Lei Municipal sob nº 1.824/2020 de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de março de 2020.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretario Adm. e Finanças.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 31/2020

Publicação Nº 2418084

DECRETO Nº 31/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“Dispõe sobre a complementação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, em atenção ao Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, expedido pelo Governador do Estado de Santa Catarina,

DECRETA

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre as medidas já estabelecidas, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Art. 3º. As medidas mencionadas no art. 2º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 4º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo

Art. 5º. A operação de atividades industriais deverão observar o disposto no art. 8º, do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, expedido pelo Governador do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;
XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;
XXIV – transporte de numerário;
XXV – fiscalização ambiental;
XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
XXIX – mercado de capitais e seguros;
XXX – cuidados com animais em cativeiro;
XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
XXXII – atividades da imprensa;
XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observando o art. 8º, do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, expedido pelo Governador do Estado de Santa Catarina – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
XXXV – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;
XXXVI – agropecuárias;
XXXVII – manutenção de elevadores;
XXXVIII – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;
XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;
XLI – serviços de guincho; e
XLII – as atividades finalísticas da:
a) Secretaria de Saúde do município;

Art. 7º. A comercialização de alimentos tratada neste Decreto e pelos Decretos de nº 29 de 18 de março de 2020 e Decreto de nº 30, de 23 de março de 2020 abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias e açougues.

§ 1º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 2º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 3º Os estabelecimentos deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 8º. Os transportes aquaviário e rodoviário deverão observar o disposto no art. 10º, do Decreto Estadual nº 525 de 23 de março de 2020, expedido pelo Governador do Estado de Santa Catarina, devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

III – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, em sistema de delivery ou entrega/retirada no balcão, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 9º. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 10º. No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por mais 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil, observando o já disposto pelo Art. 2º. do Decreto de nº 29 de 18 de março de 2020.

Art. 11º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 12º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, observados os prazos aqui dispostos, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, em 24 de março de 2020.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 04 DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418482

PORTARIA Nº 04/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

PRORROGA O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 59, II, ambos da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas, pelo período de 25 de março de 2020 até 31 de março de 2020, as atividades presenciais no Poder Legislativo do Município de Monte Carlo, inclusive as sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, em atenção aos Decretos Estaduais n. 515, de 17 de março de 2020 e n. 525, de 23 de março de 2020, que, dentre outros, declarou situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Art. 2º. O atendimento da Câmara Municipal de Monte Carlo, no período referido no art. 1º, será desempenhado de forma digital, remotamente, através do e-mail cvmontecarlo@gmail.com, para assuntos da Secretaria e Contadoria e do e-mail juridico@camaramontecarlo.sc.gov.br para os assuntos da Procuradoria da Câmara.

Art. 3º. Fica cancelada a sessão ordinária designada para o dia 26, próximo, mantida, porém, a sessão extraordinária que será realizada de modo virtual, nos termos da regulamentação específica.

Art. 4º Os servidores desempenharão suas funções, no período de suspensão, em regime de home office, remotamente, ficando, outrossim, no horário de expediente, compromissados a consultar os e-mails, atender aos chamados, realizar as suas atribuições, devendo relatar à chefia imediata os casos de impossibilidade e as alternativas para consecução dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor imediatamente, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, em 24 de março de 2020.

VOLNIR STRATMANN

Presidente

PORTARIA N. 05 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418483

PORTARIA Nº 05/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a realização de sessões virtuais no âmbito do Poder Legislativo Municipal, na forma em que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e considerando que lhe são conferidas pelos artigos 59, II, ambos da Lei Orgânica do Município e no artigo 21, II, do Regimento Interno e

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas ad hoc do Plenário, destinada a viabilizar o funcionamento do Poder Legislativo enquanto durar a emergência de saúde pública de importância nacional relacionada ao novo coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO que as sessões e reuniões foram temporariamente suspensas, nos termos da Portaria n. 03/2020 desta Câmara Municipal, em atenção ao Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020

CONSIDERANDO os riscos aos quais estarão sujeitos os membros do Poder Legislativo, em caso de realização de sessões presenciais e reuniões durante a emergência de saúde pública referida;

CONSIDERANDO a relevância de a Câmara de Vereadores assegurar ao Município de Monte Carlo a continuidade dos trabalhos legislativos, notadamente aqueles indispensáveis para apoiar eventuais medidas emergenciais construídas durante esse período;

CONSIDERANDO, por fim, que medidas assemelhadas foram adotadas no âmbito do Poder Legislativo Federal e Estadual

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir o Plenário Virtual, instrumento excepcional, a ser adotado para discussão e votação de matérias sujeitas à apreciação do Poder Legislativo Municipal, de modo a assegurar a continuidade dos trabalhos legislativos enquanto vigorar as medidas para prevenção e enfrentamento à COVID-19.

Art. 2º. A sessão realizada via Plenário Virtual será considerada, regimentalmente, como sessão extraordinária, dela extraindo-se ata, que será, após lida e aprovada pelos vereadores, lavrada e assinada pelo Presidente da Câmara, consignando a súmula das deliberações tomadas em ambiente virtual.

§1º. A discussão e votação das proposições, por meio virtual, dispensará a presença física dos parlamentares em Plenário.

§2º. A convocação dos parlamentares para realização da sessão virtual será realizada pelo Presidente ou por quem ele determinar, preferencialmente por telefone, aplicativo de mensagem instantânea ou e-mail, desde que com intervalo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º A lista física de presença será temporariamente substituída pela presença em sessão do Plenário Virtual, que será certificada na ata da sessão.

Art. 3º. As proposições e demais expedientes, no período em que vigorar as medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19, a teor da Portaria n. 03/2020 e suas alterações, oriundas da Presidência da Câmara Municipal, independentemente da iniciativa, se do Poder Executivo ou do Legislativo, deverão ser objeto de protocolo via e-mail, no endereço eletrônico cvmontecarlo@gmail.com, com cópia para juridico@camaramontecarlo.sc.gov.br, cuja confirmação de recebimento servirá como recibo.

Art. 4º. O Presidente poderá incluir, a pedido de qualquer vereador, ou de ofício, considerando que a sessão virtual possui caráter extraordinário, as proposições que se encontrem em tramitação na Câmara Municipal.

§1º. Se a proposição não estiver acompanhada do parecer da (s) comissão (ões), na forma regimental, o Presidente concederá a palavra ao (s) Presidente (s) da (s) respectiva (s) Comissão (ões) para, conjunto ou separadamente, emitir parecer verbal ou indicação do relator, desde que o último integre a respectiva comissão.

§2º O Presidente, nesta hipótese, poderá suspender a sessão pelo prazo necessário para emissão do parecer.

§3º. Lido (s) o (s) parecer (es), a matéria será posta em discussão e, encerrada a fase de discussão, será posta em votação, aplicando-se, no que couber, as disposições gerais do regimento interno.

§4º. O resultado da votação será proclamado pelo Presidente e será registrado no site oficial, na tramitação da proposição, a correspondente súmula.

§5º. Aprovada a proposição, esta será assinada pelo Presidente da Câmara, digitalizada e encaminhada por e-mail, no endereço eletrônico indicado pelo Poder Executivo, em até 5 (cinco) dias, sendo o extrato da proposição publicado no Diário Oficial para produção dos jurídicos e legais efeitos

Art. 5º. A retomada das sessões e reuniões presenciais, bem como do expediente presencial da Câmara Municipal será objeto de convocação do Presidente, cujo ato será publicado no Diário Oficial para produção dos jurídicos e legais efeitos.

Art. 6º. Esta Portaria, que servirá como projeto de Resolução, deverá ser convalidada por meio de Projeto de Resolução, na primeira Sessão Plenária Virtual.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor imediatamente, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, em 24 de março de 2020.

VOLNIR STRATMANN

Presidente

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 050/2020

Publicação Nº 2418576

DECRETO Nº 050/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 044/20, que implementava ações, no âmbito do Município de Morro da Fumaça, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Morro da Fumaça, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I –PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) das atividades e dos serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral; nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020,
- b) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II –mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO;

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças;

Art. 2º. O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto nº 042, de 17 de março de 2020, Decreto 044 de 18 de março de 2020, Decreto 046 de 20 de março de 2020 e 047 de 21 de março de 2020, no que não forem conflitantes.

Art. 3º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 24 de março de 2020.

AGENOR CORAL

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO SAVIO CAETANO

SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONÔMICO

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2020

Publicação Nº 2418408

EMENTA:

"SUSPENDE A REALIZAÇÃO DE SESSÕES ORDINÁRIAS, DISPÕE SOBRE NORMAS ADMINISTRATIVAS NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal, com fulcro no art. 22, II, da Lei Orgânica Municipal, consoante com o art. 31, XIV, 'c', do Regimento Interno, e no uso de suas atribuições, e:

CONSIDERANDO a pandemia provocada pelo corona vírus (Covid-19),

CONSIDERANDO o eminente risco à saúde pública fumacense, especialmente conforme teor dos Decretos nº 0509/2020, 0515/2020 e 0525/2020, editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO o teor dos Decretos nº 042/2020 e 044/2020, expedidos pelo Governo Municipal de Morro da Fumaça,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspensa a realização das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, notadamente pelo período compreendido entre 24 à 31 de março de 2020, sendo que, a partir desta data, as Sessões Ordinárias serão realizadas a partir do dia 07 de abril do ano em curso, condicionada às condições e termos previstos em normativos legais, após devida autorização dos órgãos competentes, bem como do Governo Municipal, Estadual e Federal, conforme o caso.

Parágrafo Único - Tais determinações ficam vigentes até segunda ordem, conforme orientações expedidas pelo comitê municipal de prevenção e demais órgãos competentes, em virtude da pandemia originada pelo coronavírus (Covid-19), a fim de assegurar a saúde pública dos servidores, vereadores e público em geral.

Art. 2º - As atividades administrativas e legislativas essenciais, e que não podem ser adiáveis por determinação legal, devem ser exercidas pelos servidores responsáveis, preferencialmente através de teletrabalho (home work) ou acesso remoto, sendo que, na impossibilidade de serem utilizados estas ferramentas, deverá serem executadas tais atividades em expediente interno, em sistema de escala de revezamento entre os servidores designados.

Art. 3º - As medidas previstas neste Decreto Legislativo poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica deste Município.

Art. 4º - Fica validade o teor do Decreto Legislativo nº 05/2020, mormente no que não conflita com os termos deste dispositivo legal.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 24 de março de 2020.

ALISON FELIX BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois e vinte.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 011/2020

Publicação Nº 2418574

EMENTA: "NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador ALISON FELIX BERTAN, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Federal nº 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

Art. 2º - Ficam designados os seguintes servidores para integrar a comissão:

1. Douglas Nandi da Rosa – Presidente;
2. Mariana Maximiano Ramos – Secretária;
3. Darlan Izepon – Membro.

Art. 3º - A referida comissão tem validade de 03/02/2020 à 31/12/2020.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 03 de fevereiro de 2020.

ALISON FELIX BERTAN

Presidente

Registrada e publicada, nesta Secretaria, aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 08/2020 FMS

Publicação Nº 2418141

ABERTO O CERTAME AS QUATORZE HORAS DO DIA DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 08/2020 PMN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA LISTAGEM BRASINDICE DE A à Z (ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES) PARA ATENDER A DEMANDA ASSISTENCIAL E JUDICIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA DROGARIA MATRIZ LTDA, E NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; ONDE NOS ITENS 01 E 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA DROGARIA MATRIZ COM O VALOR DE R\$ 11% DE DESCONTO EM CADA ITEM. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA NÃO APRESENTOU O DOCUMENTO COMPLEMENTAR EPROC DA CND FALENCIA E CONCORDATA, ABRINDO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS PARA REGULARIZAÇÃO.

ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, AGATH STEFANY JENSEN GERALDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE CONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

DECRETO 56/2020

Publicação Nº 2418396

DECRETO Nº 56 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"DÁ CONTINUIDADE AS MEDIDAS E AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA PARA A PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL E INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso III, do artigo 60, ambos da Lei Orgânica.

Considerando os termos dos Decretos nº 509, 515 e 521, emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que dão continuidade à adoção das medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e, que declara estado de emergência em todo o território catarinense;

Considerando a situação de calamidade pública decreta pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 06/2020 e a situação de calamidade pública decretada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina através do Decreto Legislativo nº 0001.4/2020;

E ainda, considerando a prorrogação da suspensão das atividades não essenciais determinada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, bem como a necessidade de conter o avanço do contágio do coronavírus em território municipal, a fim de mitigar os efeitos causados pela emergência de saúde pública de importância nacional e internacional em decorrência do COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado na íntegra, no Município de Navegantes, os termos do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, com as peculiaridades da estrutura municipal e nos termos dos artigos seguintes do presente decreto.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal, estadual e municipal.

Art. 3º A Secretaria de Saúde do Município, sob orientação do Comitê Central de Crise instituído pelo Decreto Municipal nº 48, de 17 de março de 2020, é o órgão central do Poder Executivo de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 2º deste Decreto.

Art. 4º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a Secretaria de Saúde do Município, sob orientação do Comitê Central de Crise para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A articulação de que trata o caput deste artigo poderá englobar também a Sociedade Civil e os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e órgãos do Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 5º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade privada, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em decretos próprios.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo, não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.

Art. 6º As medidas mencionadas no art. 5º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 7º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 5º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria Geral do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 8º Ficam suspensas, em todo o território do Município, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

e) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado,

bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 9º A operação de atividades industriais em todo o território do Município, somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em decreto próprio, na forma do art. 23 deste Decreto.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 10. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a fiscalização de trânsito;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI – serviços de guincho; e

XLII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria de Segurança e Defesa Social e, Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito;

b) Secretaria de Saúde;

c) Defesa Civil;

d) Procuradoria do Consumidor (PROCON).

§ 1º Ato do Chefe do Poder Executivo, na forma do art. 23 deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI, do caput deste artigo, abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 11. Os transportes aquaviário e rodoviário em território catarinense devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – a travessia por meio de ferryboat deve ser realizada tão somente por veículos, devendo as pessoas permanecer no interior dos veículos durante a travessia;

II – a travessia de pedestres ou ciclistas por meio de outros tipos de embarcação só deve ser autorizada para profissionais de serviços públicos ou atividades essenciais, salvo nos locais em que a travessia se faz necessária para subsistência de comunidade isolada;

III – às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

IV – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 12. Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 13. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo chefe imediato ou diretamente para o Departamento de Recursos Humanos do Município.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais

normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 14. Ato da Secretaria de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 15. Fica o ingresso na instituição de acolhimento para menores de idade Anildo de Souza, limitado ao pessoal indispensável ao funcionamento da unidade.

Art. 16. Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III – a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais, interestaduais e intermunicipais; e

IV – o cadastramento de inativos e pensionistas.

Parágrafo único. Eventuais exceções à norma de que trata este artigo deverão ser deliberadas pelo Comitê Central de Crise instituído pelo Decreto Municipal nº 48, de 17 de março de 2020.

Art. 17. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias:

I – os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal; e

II – os prazos para manifestações solicitadas pela Secretaria de Gestão e Controle, bem como os de respostas solicitadas pela Ouvidoria.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 18. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 19. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 20. A Secretaria de Saúde do Município deverá organizar campanhas de conscientização no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta sobre os riscos da COVID-19 e as medidas de higiene necessárias para evitar o seu contágio.

Art. 21. A Procuradoria do Consumidor (PROCON) deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as orientações do Comitê Central de Crise e da Secretaria de Saúde do Município e, as limitações da Lei Orgânica do Município.

Art. 23. Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas na Seção I do Capítulo III deste Decreto, serão

analisados e deliberados pelo Comitê Central de Crise, em conjunto com a Secretaria de Saúde do Município, para, conforme o caso, sugestão de novo decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 24. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 25. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 27. Ficam revogadas as disposições constantes dos Decretos Municipais nº 45, 47, 53 e 54, ambos do ano 2020, naquilo que apresentem conflito com os termos do presente Decreto.

Art. 28. Este Decreto produz seus efeitos a partir da data constante do artigo 26 acima.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2020.
Emílio Vieira
PREFEITO

Márcio da Rosa
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020 PMN.

Publicação Nº 2418390

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ nº 22.669.103/0001-81, representada neste ato pelo Sr. Anderson Sandrino Botega. Endereço: Rua Doutor Otto Feuerschuette 43, sala I, Vila Moema, Tubarão, Santa Catarina. Cep: 88.705-020.

Vigência : 180 dias. Licitação : DL nº 45/2020 PMN Valor Total: R\$ 1.190.817,30.

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E LIMPEZA DA PRAIA DO MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC. FUNDAMENTO: ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI Nº 8.666/93. SITUAÇÃO EMERGENCIAL.

Fundamento: o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade...

Órgão Responsável: Secretaria de Obras do Município de Navegantes.

Navegantes, 23 de março de 2020.

PORTARIA N º 1635 / 1636 1637

Publicação Nº 2418393

PORTARIA N º 1635 DE 24 DE MARÇO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a JOAO EDSON FAGUNDES, matrícula 331303 ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, com início do afastamento em 24.03.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2020
MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1636 DE 24 DE MARÇO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MARIA DO SOCORRO FERRAZ MARTINS, matrícula 63513401 ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, com início do afastamento em 24.03.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1637 DE 24 DE MARÇO DE 2020
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a ROSELAINE DA LUZ, matrícula 6247101 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 24.03.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2020

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 119/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418362

DECRETO Nº 119/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

“EXONERA SERVIDOR EFETIVO, DECLARA VACÂNCIA DE VAGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.231/2019 de 04 de Abril de 2019;

CONSIDERANDO: o pedido de exoneração apresentado pela servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a servidora municipal TATIANE APARECIDA FIOREZE MAROCCO, efetiva, com carga horária de 40 horas semanais, admitida pelo Decreto nº 050/2012, ampliada pelo Decreto nº 061/2015.

ART. 2º - Declara a vacância da vaga de Professora de Educação Infantil - 40 horas semanais.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial o Decreto nº 050/2012 e Decreto nº 061/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 23 DE MARÇO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO S. DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 062/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418364

PORTARIA N.º 062/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

“CANCELA FÉRIAS REGULAMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019;

CONSIDERANDO: a necessidade da Administração Municipal, que a servidora retorne suas atividades devido a Pandemia do Covid-19, pela ampliação do horário de atendimento na Unidade de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, nove dias de férias regulamentares da servidora municipal ROMILDE ANGELICA BREDAS, Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com período aquisitivo de 09/01/2019 a 08/01/2020 e período de gozo de 02/03/2020 a 31/03/2020, conforme Portaria 054/2020.

Art 2º - Os dias de férias cancelados, serão posteriormente concedidos para gozo.

Art 3º - E, para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 23 DE MARÇO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA N.º 063/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418365

PORTARIA N.º 063/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

"AUTORIZA A CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM ABONO PECUNIARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 1.228/2019 de 20 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: O direito de licença Prêmio adquirido pela servidora;

CONSIDERANDO: O disposto no art. 77 da Lei Complementar nº 1.228/2019, mediante rescisão de contrato da servidora, será pago proporcionalmente os meses de licença com direito adquirido;

RESOLVE:

Art 1º - CONVERTER, período proporcional de Licença Premio em abono pecuniário a servidora municipal TATIANE APARECIDA FIOREZE MAROCCO, Professora de Educação Infantil, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, com período aquisitivo de 06/02/2012 a 23/03/2020, conforme parágrafo Terceiro do Art. 77 da Lei Complementar nº 1.228/2019.

Art. 2º - E para que produza seus efeitos reais e legais, é expedido o presente ato.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 23 DE MARÇO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 043/2020 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA PAGAMENTO DOS TRIBUTOS E ESPECIFICA

Publicação Nº 2417841

DECRETO Nº 043 / 2020

Dispõe sobre a Prorrogação do prazo para pagamento dos tributos que especifica e dá outras providências.

gian francesco voltolini, PREFEITO municipal DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e, ainda;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que além dos efeitos sobre a saúde pública global, certamente a crise econômica que se seguirá deverá atingir a todos, indistintamente, ocasionando desemprego em massa, bem como inviabilizando o prosseguimento das atividades de um sem número de empresas e prestadores de serviço, numa possível recessão econômica mundial sem precedentes, exigindo a complacência da Administração Pública em todos os níveis, e;

CONSIDERANDO que a suspensão do atendimento dos serviços públicos em decorrência do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, causou restrições no atendimento pelas agências bancárias, que ocasionará reflexos e transtornos que deverão ser agravados caso se mantenha a data de vencimento das parcelas remanescentes do IPTU 2020 (2ª a 8ª) para quem optou pelo pagamento parcelado, bem como o vencimento do ISS 2020 no Município de Nova Trento.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para pagamento parcelado do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) 2020, passando o vencimento da 2ª (segunda) parcela para o dia 10 de junho de 2020, garantidos os descontos legais.

Art. 2º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para pagamento da 1ª (primeira) parcela do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) 2020, na modalidade de apuração ISS-Fixo, passando o vencimento desta parcela para o dia 30 de maio de 2020.

Art. 3º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para pagamento da(s) parcela(s) do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) 2020, na modalidade de apuração ISS-Estimativa ou Homologado.

Art. 4º Os novos carnês com os vencimentos ajustados aos termos deste Decreto serão disponibilizados aos contribuintes exclusivamente pelo site oficial do Município de Nova Trento - www.novatreto.sc.gov.br, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento/SC, 23 de março de 2020.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal

jucelino marino chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

DECRETO Nº 044/2020 PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

Publicação Nº 2418599

DECRETO Nº 044 / 2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

gian francesco voltolini, PREFEITO municipal DE NOVA TRENTO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 94, V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e, ainda;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que, no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro de Estado da Saúde editou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada

por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 515, declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19), em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Nova Trento, decretada por meio do Decreto nº 041, de 23 de março de 2020, em virtude da pandemia decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 035, de 17 de março de 2020, do Decreto nº 036, de 19 de março de 2020 e do Decreto nº 040, de 20 de março de 2020, que implementavam ações, no âmbito do Município de Nova Trento, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais nos 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 039, de 20 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Gabinete de Gestão de Crise no Município de Nova Trento será composto pelos seguintes órgãos da Administração Pública Municipal:

I - Gabinete do Prefeito Municipal;

II - Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;

a) Gabinete do Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;

b) Diretoria de Vigilância Epidemiológica;

c) Diretoria de Vigilância Sanitária;

d) Coordenadoria de Atenção Básica;

e) Gerência de Enfermagem;

f) Diretoria do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;

III - Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

V - Secretaria Municipal de Educação;

VI - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

VII - Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento;

VIII - Secretaria Municipal de Esportes;

IX - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

X - Procuradoria Geral do Município (PGM);

XI - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA);

XII - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 2º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Nova Trento, das medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I - prorrogadas por 7 (sete) dias as medidas de suspensão:

a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;

d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde e de vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e os serviços de coleta de lixo, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do novo coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

II - mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de suspensão das atividades mencionadas no art. 3º do Decreto nº 036, de 19 de março de 2020, bem como a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas, ou;

e) tratamentos médicos específicos;

II - requisição administrativa de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Fica determinada a requisição administrativa de equipamentos de proteção individual - EPIs, quais sejam, respiradores, máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas de procedimento, aventais hospitalares e óculos de proteção, e, ainda, antissépticos para higienização, bem como outros materiais e equipamentos médicos com o objetivo do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), autorizando-se o recolhimento nas sedes ou locais de armazenamento dos fabricantes, distribuidores e varejistas.

§ 2º A requisição administrativa vigorará enquanto perdurar os efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

§ 3º Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do novo coronavírus (COVID-19).

§ 4º Implementada a requisição administrativa, a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário realizará inventário e avaliação de todos os bens, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis, contados da apropriação destes.

§ 5º A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 6º A indenização devida pelo Município de Nova Trento em decorrência de requisição administrativa será quantificada e quitada, na forma do art. 5º, XXV, da Constituição Federal e do art. 3º, VII, da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

§ 7º A tramitação dos processos administrativos referentes à requisição administrativa correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 5º Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas neste Decreto, bem como as demais medidas de enfrentamento à situação de emergência decorrente do novo coronavírus (COVID-19) serão analisados e deliberados pelo Gabinete de Gestão de Crise no Município de Nova Trento criado pelo Decreto nº 039, de 20 de março de 2020.

§ 1º O Gabinete de Gestão de Crise no Município de Nova Trento, por ato do Prefeito Municipal ou do Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, poderá requisitar apoio e recursos humanos de outros órgãos municipais, bem como apoio de órgãos de segurança pública e outros órgãos da administração em geral.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário poderá utilizar, caso necessário, equipamentos públicos culturais, educacionais e esportivos municipais para atendimento emergencial na área de saúde, com prioridade de atendimento para os grupos de risco, de forma a minimizar a exposição destas pessoas.

§ 3º Os servidores municipais de qualquer Secretaria, em especial da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, poderão ser realocados para realizarem suas atividades em locais diversos daqueles para os quais foram contratados e/ou designados, conforme necessidade, mediante requisição do Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário e autorização do Secretário da pasta a que estiver vinculado o(a) servidor(a).

Art. 6º Permanecem aplicáveis, no que não conflitem com este Decreto, as medidas adotadas no Decreto nº 035, de 17 de março de 2020, do Decreto nº 036, de 19 de março de 2020 e do Decreto nº 040, de 20 de março de 2020.

Art. 7º Ficam automaticamente convalidados os Decretos emitidos pelo Governo Federal e pelo Governo Estadual, bem como regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Vigilância Sanitária Estadual.

Art. 8º O descumprimento das determinações constantes neste Decreto, poderá ensejar crime de desobediência (art. 330 do Código Penal) ou ainda contra a saúde pública (art. 268 do Código Penal), além das demais sanções administrativas cabíveis.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Nova Trento/SC, 24 de março de 2020.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal

jucelino marino chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 135, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418170

DECRETO N.º 135, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"RATIFICA, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, SC, AS NOVAS MEDIDAS ADOTADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, POR INTERMÉDIO DO DECRETO ESTADUAL N.º 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que, no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n.º 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n.º 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n.º 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n.º 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal n.º 133, de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Nova Veneza, para dar cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO a confirmação de transmissão comunitária do novo coronavírus na macrorregião sul do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria GAB/SES n.º 187/2020, bem como a confirmação de casos de COVID-19 no município vizinho de Criciúma;

CONSIDERANDO a declaração de situação de emergência em todo o território do Município de Nova Veneza, SC, por intermédio do Decreto Municipal n.º 134, de 20 de março de 2020, nos termos do COBRADE n.º 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais;

CONSIDERANDO as novas medidas adotadas pelo Estado de Santa Catarina para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, por intermédio do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam ratificadas, em todo o território do Município de Nova Veneza, SC, as novas medidas adotadas pelo Estado de Santa Catarina para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, por intermédio do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020.

Art. 2º - Ficam suspensas, em todo o território do Município de Nova Veneza, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e
- e) a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades da Rede Municipal de Ensino, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pelo Departamento Municipal de Esportes, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 3º - A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º - Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde, na forma do art. 24 do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020.

§ 2º - O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º - A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 4º - Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 3º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI – serviços de guincho; e

XLII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Defesa Civil Municipal.

§ 1º - Ato da Secretaria Municipal de Saúde, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º - A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º - Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º - Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º - Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 5º - Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único - Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 6º - Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º - No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias, flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação ou instituição de banco de horas.

§ 2º - Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º - Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital para o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura.

§ 4º - No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º - O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 7º - Ato da Secretaria Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único - No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 8º - Ficam suspensas, por 30 (trinta) dias, a contar de 19 de março de 2020, as aulas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 9º - Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 10 - Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º - Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 11 - Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e

videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 12 - Os casos omissos e as situações especiais serão analisados e deliberados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 13 - A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 15 – Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 24 de março de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 24 de março de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Orleans

PREFEITURA

DECRETO 4757 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418501

DECRETO Nº 4757 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Altera o Decreto nº 4.755, de 18 de março de 2020, ratifica os decretos estaduais vigentes, prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, VIII e 103, I, "h", da Lei Orgânica do Município e, ainda:

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decreto nº 4.754 de 17 de março de 2020 e Decreto nº 4.755 de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Orleans, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o pedido dos funcionários da rede varejista, supermercados, mercados, mercearias, padarias e açougues;

CONSIDERANDO o pedido da maioria dos empresários das redes varejistas para regulamentação de horário de expediente;

CONSIDERANDO que o artigo 20 da Lei Orgânica do Município determina a este a competência de ordenação de atividades em seu território:

"Compete ao Município promover o que é de interesse local e do bem-estar de sua população com, dentre outras, as seguintes atribuições: XXVI - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviços e outros, atendidas as normas da legislação federal aplicável",

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o preâmbulo do Decreto nº 4.755 de 18 de março de 2020, passando a seguinte redação: "DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 – DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, REGULAMENTA NO ÂMBITO LOCAL A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS SERVIÇOS E INSUMOS DE SAÚDE DESTINADOS AO ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS E SUPRIME ARTIGOS DO DECRETO Nº 4.754 DE 17 DE MARÇO DE 2020".

Artigo 2º - Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 4.755 de 18 de março de 2020, passando a seguinte redação: "Fica declarada situação de emergência em todo o território do Município de Orleans – Santa Catarina, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do COVID-19".

Artigo 3º - A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Orleans, as medidas fixadas nos Decretos do Estado de Santa Catarina até então publicadas e vigentes, ficam todas ratificadas.

Artigo 4º - De acordo com Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, órgãos considerados essenciais pelo Município, de acordo com atos já publicados e observado também no que couber a normativa de serviços essenciais determinada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto Estadual, ratificadas neste:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e rios; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Artigo 5º - As medidas de intervenção mencionadas nos Decretos Municipais, Estadual e Federal deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Artigo 6º - Enquanto perdurar a vigência deste decreto, fica determinada a suspensão das atividades aos domingos do comércio varejista e atacadista no Município de Orleans, compreendendo, para fins deste, atacados, supermercados, mercados, mercearias, padarias e açougues.

Artigo 7º - As atividades consideradas essenciais no âmbito nacional, estadual e/ou municipal e que estejam em funcionamento devem observar e seguir as recomendações contidas nas Notas Técnicas elaboradas pelos órgãos estaduais responsáveis pelo enfrentamento da crise e podem ser acessadas pelo site: http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/notas_tecnicas.html

Artigo 8º - Os servidores que não estejam apresentando-se ao trabalho presencialmente, nas Secretarias ou Administração Municipal, por não serem considerados serviços públicos essenciais, deverão produzir em casa com apresentação de relatório das atividades desenvolvidas ao final do período de vigência do Decreto.

Parágrafo Primeiro – Caso o servidor não possua atividade disponível ou designada em ato prévio, o mesmo deve contatar seu superior de modo a dar prosseguimento aos trabalhos no âmbito administrativo, evitando-se que acumule serviços, para não trazer atrasos no atendimento à população com retorno das atividades ao final da vigência do Decreto.

Parágrafo Segundo – Na convocação para comparecimento dos funcionários ao Setor deverá ser cumprida de forma imediata no horário de expediente.

Artigo 9º - A Secretaria de Agricultura, por meio do setor de Bloco de Notas, deve garantir o atendimento mínimo aos produtores para evitar desabastecimento, por se considerar serviço essencial, no horário das 13:30 às 17:30, formulando entre seus servidores, no que couber, o regime de rodízio para evitar aglomeração.

Artigo 10º - Os servidores da FAMOR que não puderem cumprir jornada mínima de atendimento, no horário das 13:30 às 17:30, para garantia da fiscalização ambiental, considerada essencial, deverão produzir em casa com apresentação de relatório ao final do período do Decreto das atividades desenvolvidas ao Superintendente.

Parágrafo Único – Na convocação para comparecimento ao Setor deverá ser cumprida de forma imediata no horário de expediente.

Artigo 11º - Aos Secretários, Diretores e Coordenadores e chefes de autarquia, nas atividades consideradas essenciais, não regulamentadas neste ato, cabe a formalização do plano de trabalho e atendimento da população de acordo com suas competências.

Parágrafo Único – Quando for adotado regime de trabalho não presencial, estes servidores deverão produzir em casa com apresentação de relatório das atividades desenvolvidas ao final do período de vigência do Decreto.

Artigo 12º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 16º do Decreto nº 4.755 de 18 de março de 2020.

Artigo 13º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 1º e no Art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Orleans - SC, 24 de março de 2020.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER

Secretário de Administração

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO 15/2020 ERRATA

Publicação Nº 2418213

ERRATA:

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 15/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 13/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada....: ALPHA CLEAN SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS LTDA

Valor : R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 23/03/2020 Término: 31/12/2020

Recursos : Dotação: (7) RECURSOS PRÓPRIO Manutenção da Secretaria de Saúde 10.001.10.301.0016.2017.3.3.90.00.00

Objeto :DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SANITIZAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL, ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 23 de março de 2020

FERNANDO DE FAVERI

SECRETÁRIO DE SAÚDE

TENDO EM VISTA A PUBLICAÇÃO ANTERIOR 2417691(EDIÇÃO Nº3090-PAGINA-999-DO DIA 24/03/2020 TERÇA- FEIRA) PELO MOTIVO DE TER ERRO DE DIGITAÇÃO , ONDE CONSTAVA INCISO XIII DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93, LEIA-SE: INCISO IV DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

PORTARIA 16 2020 SAMAE

Publicação Nº 2418130

PORTARIA – 16/2020 Orleans-SC., 24 de março de 2020.

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans – SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições e de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Lei nº 1786 de 25/11/2003

RESOLVE

1 – Afastar a servidora Viviani Debiasi Ceolin Buss, Auxiliar Administrativo no período de 16/03/2020 a 12/09/2020 para Licença maternidade, conforme atestado médico.

2 – Esta portaria entra em vigor a partir de 16/03/2020, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

PORTARIA 17 2020 SAMAE

Publicação Nº 2418131

PORTARIA – 17/2020 Orleans-SC., 24 de março de 2020.

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans – SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições e de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela Lei nº 1786 de 25/11/2003

RESOLVE

1 - Designar o servidor Rodrigo Rosendo da Rocha, Escriturário para exercer a função gratificada de Encarregado de Seção de Serviço durante o período de afastamento do titular.

2 – Esta portaria entra em vigor a partir de 16/03/2020, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

PORTARIA 18 2020 SAMAE

Publicação Nº 2418564

PORTARIA – 18/2020 Orleans-SC., 24 de março de 2020.

O Sr. FÁBIO ECHELI BETT, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans - SC, nomeado pela Portaria nº 017/2017 de 02/01/2017, no uso de suas atribuições, e de acordo com o anexo IX do Plano de Cargos e Salários, aprovado pela lei nº 1786 de 25/11/2003 e considerando os Decretos Estaduais nº 515 de 17/03/2020 e nº 525 de 24/03/2020 e os Decretos Municipais nº 4.754 de 17/03/2020, nº 4.755 de 18/03/2020 e nº 4.757 de 24/03/2020

RESOLVE

Art. 1º - Fica regulamentado abaixo o Plano de Trabalho e Atendimento aos Consumidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Orleans, no período de 25 de março de 2020 a 31 de março de 2020, em virtude do estado de emergência decretado.

Art. 2º - Fica suspenso o atendimento presencial nesse período, tendo disponível ao consumidor a Área do Cliente no site do SAMAE de Orleans (<http://samaeorleans.sc.gov.br>) para geração e impressão de 2ª via de fatura. Demais serviços de urgência e emergência poderão ser contatados através dos telefones (48) 3466-0233 e (48) 9 9984-1921 (PLANTÃO – preferencialmente).

Art. 3º – A Estação de Tratamento de Água – ETA, por se tratar de serviço de natureza essencial, terá mantida integralmente a escala normal de funcionamento.

Art. 4º - Os serviços de Leitura seguirão o calendário previamente estabelecido, continuando normal nesse período para não prejudicar o andamento dos serviços, tendo os Leituristas à disposição para uso pessoal máscaras, luvas e álcool gel.

Art 5º - A Área Técnica terá o seu funcionamento reduzido, tendo nesse período a equipe de plantão trabalhando para o atendimento das urgências e emergências com o auxílio da habitual equipe de sobreaviso. Os demais servidores da Área Técnica ficam à disposição da Autarquia, devendo, se convocados ao serviço, se apresentarem imediatamente.

Art. 6º - O Setor Administrativo terá o seu funcionamento em horário reduzido, apenas com serviços internos, dividido em dois turnos de 03 (três) horas diárias (um matutino das 08 às 11 horas e outro vespertino das 13:30 às 16:30 horas), em escala estabelecida pela Direção da Autarquia, com intuito de ter número reduzido de servidores dentro do escritório.

Art 7º - Os casos omissos relativos ao Plano de Trabalho e Atendimento aos Consumidores será decidido pelo Diretor do SAMAE.

Art. 8º - Esta portaria entra em vigor a partir de 25/03/2020, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

FÁBIO ECHELI BETT

Diretor do SAMAE

Otacílio Costa**PREFEITURA****COMUNICADO - LICITAÇÕES - COVID-19.**

Publicação N° 2418336

COMUNICADO

Comunicamos que, diante do disposto no Decreto nº. 525, do Governo do Estado de Santa Catarina, de 23 de março de 2020, todas as licitações marcadas estão suspensas até segunda ordem.
De forma a evitar o contágio do novo corona vírus (COVID-19).

Para evitar equívocos, segue abaixo as licitações suspensas:

- EDITAL TOMADA DE PREÇOS – 003/2020 – CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES.
- EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 013/2020 – AQUISIÇÃO DE PNEUS.
- EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – 019/2020 – MERENDA ESCOLAR – ITENS DESERTOS.
- EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS – 007/2020 – TAMPAS DE CONCRETO ARMADO.
- EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – 011/2020 – AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL E SERVIÇOS DE BOMBEAMENTO.
- EDITAL PREGÃO PRESENCIAL – 001/2020 – AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS QUE SÃO FORNECIDAS AOS USUÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.

Setor de Licitações

Ouro

PREFEITURA

ATAS RP 42-43-44

Publicação Nº 2418189

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0022/2020
 PREGÃO PRESENCIAL n. 0015/2020
 VALIDADE: até 31/12/2020
 CONTRATANTE: Município de Ouro
 OBJETO: Registro de preços para aquisição de tubos de concreto.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 042/2020
 CONTRATADA: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
5	TUBOS DE CONCRETO DE 80 CM	CONCRETOS CRUZEIRO	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA	60	204,40	12.264,00
7	Tubos CA II 150 cm	CONCRETOS CRUZEIRO	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA	24	833,90	20.013,60
8	Tubos CA II 200 cm	CONCRETOS CRUZEIRO	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA	21	1.520,00	31.920,00
64.197,60							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 043/2020
 CONTRATADA: DELCIR BOESING

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
1	TUBOS DE CONCRETO DE 20 CM	SIDART	UN	DELCIR BOESING	100	20,97	2.097,00
2	TUBOS DE CONCRETO DE 30 CM	SIDART	UN	DELCIR BOESING	300	26,88	8.064,00
6	Tubos CA II 100 cm	SIDART	UN	DELCIR BOESING	60	307,84	18.470,40
28.631,40							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 044/2020
 CONTRATADA: INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO LTDA ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
3	TUBOS DE CONCRETO DE 40 CM	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO	UN	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO LTDA ME	400	34,80	13.920,00
4	TUBOS DE CONCRETO DE 60 CM	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO	UN	INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO OURO LTDA ME	500	66,80	33.400,00
47.320,00							

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2020.

Publicação Nº 2417983

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

1. CONSIDERANDO a Portaria n. 30, de 24 de março de 2020 desta Casa Legislativa, fica prorrogada a data para a sessão pública do Pregão Presencial n. 02/2020 para o dia 03 de abril de 2020.

2. TORNA-SE SEM EFEITO a Nota de Esclarecimento datada de 17 de março de 2020.

Palhoça, 24 de março de 2020.

DELEON DE SOUSA

Pregoeiro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 059/2020

Publicação Nº 2418607

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de abril de 2020, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2020, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios e utensílios de cozinhas, os alimentos serão manipulados e servidos para os usuários dos CAPS II, CAPS AD, CAPSi e para os servidores da rede municipal de saúde, nas capacitações promovidas pelo NEPS em sua sede, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: <http://www.palhoca.atende.net>. Palhoça, 25 de março de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.567, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417764

DECRETO Nº 2.567, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

COMITÊ GESTOR DE GOVERNO. Acrescenta dispositivo ao artigo 1º do Decreto nº 2.340, de 02 de abril de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Decreto Estadual nº 515/2020 e o Decreto Municipal nº 2.562/2020, que declararam situação de emergência no território catarinense e palhocense;

Considerando que o Decreto Municipal nº 2.562, de 18 de março de 2020, estabelece quais serviços são considerados essenciais e a medida de teletrabalho para órgãos municipais que assim possam o realizar, visando dar cumprimento ao isolamento social (quarentena), resolve

DECRETAR:

Art. 1º Acrescenta o § 4º ao artigo 1º do Decreto nº 2.340, 02 de abril de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 4º Enquanto vigorar as medidas estabelecidas pelo Decreto nº 2.562, de 18 de março de 2020, que visam o combate ao COVID-19, as deliberações do Comitê Gestor de Governo poderão ser tomadas com a presença de no mínimo dois (02) membros, de forma eletrônica ou digital (memorando), resguardando os efeitos previstos no § 2º deste dispositivo.” (N.R.)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2020.

Palhoça/SC, 23 de março de 2020.

(documento assinado digitalmente)

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ERRATA N. 01 AO PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2020

Publicação Nº 2418291

ERRATA N.01 AO PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2020

A Câmara Municipal de Palhoça, na pessoa de seu Pregoeiro, torna público a alteração do Edital do Processo Licitatório n. 05/2020, Pregão Presencial n. 03/2020, que tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futuras aquisições de materiais de limpeza, nos termos e condições constantes no Edital e no Termo de Referência, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LIA:

[...]

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

[...]

Item 14 - Papel higiênico 500m folha dupla.

I - Especificação:

a) cor branca, 100% de fibras virgens naturais, primeira qualidade, sem perfume (neutro), folha dupla.

b) gramatura de 15 g/m² por folha com variação ± 1 g/m² por folha, considerando a folha dupla a gramatura total deverá ser de 30 g/m² com variação ± 2 g/m².c) dimensões: rolo com 500 metros de comprimento com papel folha dupla possuindo 10cm de largura, com variação de $\pm 0,25$ cm. Diâmetro interno do tubete de 64mm, com variação ± 2 mm. Diâmetro máximo do rolo (papel + tubete) de 22 cm.

II – Embalagem:

a) caixa do fabricante com 8 rolos. A embalagem original do fabricante deve estar identificada com o nome do produto, a quantidade de rolos e possuir código de barras.

Marcas de Referência: Sedução ou similar. Quantidade: 50 unidades.

AGORA SE LÊ:

[...]

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

[...]

Item 14 - Papel higiênico 250m folha dupla.

I - Especificação:

a) cor branca, 100% de fibras virgens naturais, primeira qualidade, sem perfume (neutro), folha dupla.

b) gramatura de 15 g/m² por folha com variação ± 1 g/m² por folha, considerando a folha dupla a gramatura total deverá ser de 30 g/m² com variação ± 2 g/m².c) dimensões: rolo com 250 metros de comprimento com papel folha dupla possuindo 10cm de largura, com variação de $\pm 0,25$ cm. Diâmetro interno do tubete de 64mm, com variação ± 2 mm. Diâmetro máximo do rolo (papel + tubete) de 22 cm.

II – Embalagem:

a) caixa do fabricante com 8 rolos. A embalagem original do fabricante deve estar identificada com o nome do produto, a quantidade de rolos e possuir código de barras.

Marcas de Referência: Sedução ou similar. Quantidade: 100 unidades.

ONDE SE LIA:

[...]

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO

[...]

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
14	Papel Higiênico, conforme as especificações do Anexo I.	50	86,82	4.340,83

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
15	Toalha de Louça, conforme as especificações do Anexo I.	80	3,75	300

AGORA SE LÊ:

[...]

ANEXO II – PLANILHA DE CUSTO

[...]

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
14	Papel Higiênico, conforme as especificações do Anexo I.	100	86,82	8.682,00

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
15	Toalha de Louça, conforme as especificações do Anexo I.	80	3,75	300,00

ONDE SE LIA:

[...]

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTAS

[...]

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
14	Papel Higiênico, conforme as especificações do Anexo I.	50		

AGORA SE LÊ:

[...]

ANEXO III – FORMULÁRIO DE PROPOSTAS

[...]

Item	Especificações	Quant.	V. Unit. Máximo (R\$)	V. Total Máximo (R\$)
14	Papel Higiênico, conforme as especificações do Anexo I.	100		

As demais condições vinculadas ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 24 de março de 2020.

DELEON DE SOUSA

Pregoeiro

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 57/2020

Publicação N° 2417884

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 57/2020

Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, inciso IV da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios - cestas básicas, visando garantir a manutenção dos serviços de Assistência Social para famílias que vivem sem situação de vulnerabilidade, bem como os alunos matriculados na Rede Básica Municipal de Palhoça, cadastrados no bolsa família, garantindo o acesso a merenda escolar em decorrência da suspensão das aulas em virtude do Decreto Municipal n.º 2.562 de 18 de março de 2020 que institui o Estado de Emergência resultante da Pandemia do COVID 19.

Processo: Dispensa de Licitação n° /2020.

Rubrica orçamentária: "307", "511" - 3.3.90.32.03 (Gêneros Alimentícios)

VALOR TOTAL: R\$ 436.800,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e oitocentos reais)

Autorização em 23/03/2020

ANDRÉ JOSÉ SILVEIRA

Secretário Municipal de Administração.

RESULTADO TP 31-2020 HABILITAÇÃO

Publicação N° 2418251

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N° 031/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Habilitação do PROCESSO LICITATÓRIO n° 31/2020, que tem como objeto a Contratação de empresa para construção de uma Área Coberta para os Veículos do SAMU, medindo de 112,00 M², localizado no SAMU/Palhoça, neste Município, através de Tomada de Preço.

EMPRESAS HABILITADAS:

Licitante	Cnpj
RVC Construtora Ltda. ME	22.300.030/0001-56
Rodrigues & Rodrigues Ltda.	05.956.617/0001-07

Palhoça, 24 de março de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ORDEM DE COMPRA N.º 140/2020 - ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 2417893

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA**

CNPJ: 12.759.590/0001-10

Endereço: AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO - 235 - Bairro: CENTRO

Cidade: Palhoça - SC CEP: 88.130-101

Fone: (048) 88296477 Fax:

ORDEM DE COMPRA 140 / 2020

Tipo de Nota: Estimativa	Data: 23/03/2020	Contrato:
Licitação Número/Ano: 57 / 2020	Data de Vencimento: 31/12/2020	Aditivo:
Modalidade: Dispensa de Licitação	Tipo Objeto: Aquisição de Bens	Nº do Empenho: 223 / 2020
Nº da Requisição ao Compras:		
Entidade Proc. Lic.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA		Impresso Por: 1231 - DENISE GONCALVES PINHEIRO

Informações do Fornecedor**Razão Social:** 3580741 - SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI**Cidade:** Palhoça - SC**Endereço:** PEDRO THEISEN JUNIOR nº 611**Telefone Comercial:****E-Mail:** safialimentos@hotmail.com**CPF/CNPJ:** 13.839.796/0001-12**Insc. Est.:** 256441448**Bairro:** ARIRIU**Fax:** 48-3286-0170**Dotação Orçamentária****Dotação:** 307**Órgão:** 18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**Unidade:** 1 - Fundo Municipal de Assistência Social**Ação:** 2284 - Benefícios Eventuais**Elemento:** 3339032030000000000 - Gêneros alimentícios**Vínculo:** 1000152 - Recursos Ordinários Livres - Assistência**Finalidade**

Aquisição de cestas básicas para atender os serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial, àqueles famílias em situação de vulnerabilidade social, em virtude da situação de emergência causada pela epidemia da COVID-19 de acordo com decreto nº 2562/2020 de 18 de março de 2020. Empenho por estimativa.

Histórico

Item	Qtd	Unidade	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	3000	UN	76931 - Cesta básica embalada, com os itens abaixo selecionados: 02 pacotes de açúcar refinado: amaro de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, isento de fermentações, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar cor própria e sabor doce. Deverá ser isento de parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado" Embalagem plástica com 1 kilo. Prazo máximo de validade: Mínimo 6(seis) meses. 02 - Pacotes de café em pó torrado e moído de 1ª linha qualidade de tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500gr, validade de 1 ano. 02 unidade de óleo de soja refinado, 100% natural. Deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis, conforme portaria nº 795 de 15 de dezembro de 1993. Embalagem tipo pet, esta não deverá ser frágil, não conter ferrugem e não pode ter misturas de outros óleos e cheiro forte. Embalagem de 900 ml validade de 1 ano. 02 arroz parbolizado, longo, fino tipo I, com registro do Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem plástica padronizada de 1 kilo. Validade de 3 meses. 01 Biscoito tipo doce, ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal refinado, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja e amido de milho. O produto não deverá apresentar unidade, será aceito somente 10% de biscoitos quebrados, embalagem com saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso de 400gr. validade de 30 dias. 02 Feijão preto tipo I, isento de matérias estranhas e impurezas, isento de insetos vivos ou mortos, máximo de 13 a 15% de umidade. Portaria 161 de 24/07/77 M.A, embalagem plástica de 01 kilo. Validade 30 dias. 01 Sal refinado iodado embalagem de 1 kilo. Validade 6 meses. 01 farinha de mandioca, fina, grupo seca, subgrupo fina, classe branca, embalagem intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente de 1 kilo. Data de fabricação máximo de 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Validade 90 dias. 02 Farinha de trigo especial, fabricadas de grão de trigo, são e limpos, isentos de matérias terrosa e parasitas e em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida, fermentada, nem rançosa, embalagem de 1 kilo. Validade de 90 dias. 02 Massa de sêmola, espaguete com farinha de trigo especial, deve apresentar na embalagem valor nutricional, embalagem de 500gr. Validade 30 dias. 01 pacote de leite em pó integral instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê, com registro do ministério da Saúde, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídeos, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do ministério da Agricultura, validade de 06 meses, embalagem 400gr.		R\$ 72,8000	R\$ 218.400,00
Valor Acrescimo: 0				Valor Desconto: R\$ 0,00		
Total Geral:					R\$ 218.400,00	

Dados da Entrega	Serviço Prestado: Dentro
Prazo Entrega:	Cond. Pgto.: Em até 30 dias após o recebimento da nota fiscal.
Local Entrega:	
Condições Gerais	
I – A nota fiscal deve vir OBRIGATORIAMENTE acompanhada das seguintes Certidões Negativas de Débito, COM VALIDADE: Opção ou não pelo Simples Nacional; FGTS; Negativa Municipal de Palhoça; Negativa Estadual e Negativa Federal. Ainda deverá vir uma Cópia da Ordem de Compra, ou a informação do seu número do corpo da nota fiscal;	
II – Não englobar dois ou mais pedidos na mesma Nota Fiscal;	
III – O valor do desconto informado e concedido pelo fornecedor quando da consulta de preços se, este constar na Ordem de Compra, deverá obrigatoriamente constar na Nota Fiscal;	
IV – Não serão aceitas Notas Fiscais com rasuras ou emendas;	
V – Nos casos de Obras e Serviços de Engenharia, esta Ordem de Compra não substituirá a Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia para o início da execução da(s) obra(s);	
VI - O atraso na execução acarretará nas penalidades conforme previsto no edital e estabelecido na lei de licitações;	
VII - A rescisão contratual por culpa do contratado acarretará em multa conforme estabelecido na lei 8666/93	
VIII - A empresa deverá remeter confirmação que recebeu a Ordem de Serviço via fax ou correio eletrônico;	
IX. A emissão da Nota Fiscal deverá observar o que determina a cláusula segunda do procolo ICMS 42 de 03 de julho de 2009.	
Autorizo os dados acima destacados :	
<div>Responsável</div>	

Andre José Silveira
Secretário Municipal de Administração

ORDEM DE COMPRA N.º 141/2020 - ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 2417896



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

CNPJ: 12.759.590/0001-10

Endereço: AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO - 235 - Bairro: CENTRO

Cidade: Palhoça - SC CEP: 88.130-101

Fone: (048) 88296477 Fax:

ORDEM DE COMPRA 141 / 2020

Tipo de Nota: Estimativa	Data: 23/03/2020	Contrato:
Licitação Número/Ano: 57 / 2020	Data de Vencimento: 31/12/2020	Aditivo:
Modalidade: Dispensa de Licitação	Tipo Objeto: Aquisição de Bens	Nº do Empenho: 224 / 2020
Nº da Requisição ao Compras:		
Entidade Proc. Lic.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA		Impresso Por: 1231 - DENISE GONCALVES PINHEIRO

Informações do Fornecedor

Razão Social: 3580741 - SAFI COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI

Cidade: Palhoça - SC

Endereço: PEDRO THEISEN JUNIOR nº 611

Telefone Comercial:

E-Mail: safialimentos@hotmail.com

CPF/CNPJ: 13.839.796/0001-12

Insc. Est.: 256441448

Bairro: ARIRIU

Fax: 48-3286-0170

Dotação Orçamentária

Dotação: 511

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social

Ação: 2039 - Funcionamento e Manutenção do Fundo -fmas

Elemento: 3339032030000000000 - Gêneros alimentícios

Vínculo: 3000152 - Recursos Ordinários Livres - Prefeitura

Finalidade

Aquisição de cestas básicas para atender os serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial, àqueles famílias em situação de vulnerabilidade social, em virtude da situação de emergência causada pela epidemia da COVID-19 de acordo com decreto nº 2562/2020 de 18 de março de 2020. Empenho por estimativa.

Histórico

Item	Qtd	Unidade	Produto	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	3000	UN	76931 - Cesta básica embalada, com os itens abaixo selecionados: 02 pacotes de açúcar refinado: amargo de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, isento de fermentações, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo açúcar cor própria e sabor doce. Deverá ser isento de parasitos e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado" Embalagem plástica com 1 kilo. Prazo máximo de validade: Mínimo 6(seis) meses. 02 - Pacotes de café em pó torrado e moído de 1ª linha qualidade de tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500gr, validade de 1 ano. 02 unidade de óleo de soja refinado, 100% natural. Deverá apresentar aparência, cor, odor e sabor característicos e isento de ranço e outras peculiaridades indesejáveis, conforme portaria nº 795 de 15 de dezembro de 1993. Embalagem tipo pet, esta não deverá ser frágil, não conter ferrugem e não pode ter misturas de outros óleos e cheiro forte. Embalagem de 900 ml validade de 1 ano. 02 arroz parbolizado, longo, fino tipo I, com registro do Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem plástica padronizada de 1 kilo. Validade de 3 meses. 01 Biscoito tipo doce, ingredientes: farinha de trigo, açúcar, sal refinado, gordura vegetal hidrogenada, lecitina de soja e amido de milho. O produto não deverá apresentar unidade, será aceito somente 10% de biscoitos quebrados, embalagem com saco de polietileno atóxico, dupla embalagem, transparente, resistente, lacrado, contendo peso de 400gr. validade de 30 dias. 02 Feijão preto tipo I, isento de matérias estranhas e impurezas, isento de insetos vivos ou mortos, máximo de 13 a 15% de umidade. Portaria 161 de 24/07/77 M.A, embalagem plástica de 01 kilo. Validade 30 dias. 01 Sal refinado iodado embalagem de 1 kilo. Validade 6 meses. 01 farinha de mandioca, fina, grupo seca, subgrupo fina, classe branca, embalagem intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente de 1 kilo. Data de fabricação máximo de 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Validade 90 dias. 02 Farinha de trigo especial, fabricadas de grão de trigo, sãos e limpos, isentos de matérias terrosa e parasitas e em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida, fermentada, nem rançosa, embalagem de 1 kilo. Validade de 90 dias. 02 Massa de sêmola, espaguete com farinha de trigo especial, deve apresentar na embalagem valor nutricional, embalagem de 500gr. Validade 30 dias. 01 pacote de leite em pó integral instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê, com registro do ministério da Saúde, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídeos, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do ministério da Agricultura, validade de 06 meses, embalagem 400gr.		R\$ 72,8000	R\$ 218.400,00
Valor Acrescimo: 0				Valor Desconto: R\$ 0,00		
Total Geral:					R\$ 218.400,00	

Dados da Entrega	Serviço Prestado: Dentro
Prazo Entrega:	Cond. Pgto.: Em até 30 dias após o recebimento da nota fiscal.
Local Entrega:	
Condições Gerais	
I – A nota fiscal deve vir OBRIGATORIAMENTE acompanhada das seguintes Certidões Negativas de Débito, COM VALIDADE: Opção ou não pelo Simples Nacional; FGTS; Negativa Municipal de Palhoça; Negativa Estadual e Negativa Federal. Ainda deverá vir uma Cópia da Ordem de Compra, ou a informação do seu número do corpo da nota fiscal;	
II – Não englobar dois ou mais pedidos na mesma Nota Fiscal;	
III – O valor do desconto informado e concedido pelo fornecedor quando da consulta de preços se, este constar na Ordem de Compra, deverá obrigatoriamente constar na Nota Fiscal;	
IV – Não serão aceitas Notas Fiscais com rasuras ou emendas;	
V – Nos casos de Obras e Serviços de Engenharia, esta Ordem de Compra não substituirá a Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Engenharia para o início da execução da(s) obra(s);	
VI - O atraso na execução acarretará nas penalidades conforme previsto no edital e estabelecido na lei de licitações;	
VII - A rescisão contratual por culpa do contratado acarretará em multa conforme estabelecido na lei 8666/93	
VIII - A empresa deverá remeter confirmação que recebeu a Ordem de Serviço via fax ou correio eletrônico;	
IX. A emissão da Nota Fiscal deverá observar o que determina a cláusula segunda do procolo ICMS 42 de 03 de julho de 2009.	
Autorizo os dados acima destacados :	
<div>Responsável</div>	

Andre José Silveira
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº30/2020**

Publicação Nº 2418027

PORTARIA 30, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga a Portaria nº 27/2020 e alterações, que estabelece medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, a serem adotadas no âmbito da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 7 (sete) dias, a contar de 25 de Março de 2020, inclusive, as medidas determinadas na Portaria nº 27/2020 e demais alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2020**

Publicação Nº 2418420

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2020 – Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 03.033.589/0001-12. OBJETO: Aquisição de material hospitalar necessários para atender as demandas dos Centros de saúde e Unidades da rede Municipal de Saúde deste Município em decorrência do surto de COVID-19.

Marca do item 1 touca: Olimed, Marca do item 2 avental: Olimed e Marca do item 3 óculos: Fenix, conforme proposta apresentada pela empresa vencedora. VALOR: Total da dispensa de licitação: R\$ 18.509,90 (dezoito mil quinhentos e nove reais e noventa centavos).

Rubrica orçamentária: "389" – 3.3.90.30.36 (Material Hospitalar).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666.

DATA: 24/03/2020.

EXTRATO DE TA 14/2020 - PAULO DOEMER

Publicação Nº 2418331

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 14/2020, TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 016/2018 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica PAULO DOEMER MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA – EPP. OBJETO: – Fica prorrogado até 31/05/2020 o prazo contratual anunciado na Cláusula Terceira do Contrato de prestação de serviços nº 016/2018, dispensa de licitação nº 09/2018.

DATA: 23/03/2020.

PORTARIA 006/2020.

Publicação Nº 2418448

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 006, DE 18 MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o Setor de Transporte de Pacientes, diante da situação de saúde pública de importância internacional decorrente do Corona vírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o aumento no número de casos de COVID-19 em todo o país;

Considerando que já existem casos confirmados na cidade de Florianópolis;

Considerando a necessidade de evitarmos o deslocamento dos usuários e visando atender a todas as recomendações de prevenção;

RESOLVE:

Art. 1º O transporte de pacientes da Secretaria Municipal de Saúde será mantido essencialmente aos pacientes que realizam tratamento de oncologia e hemodiálise.

Parágrafo único. Agendamentos e informações serão fornecidos exclusivamente pelo telefone (48) 3047-5598.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 007/2020.

Publicação Nº 2418450

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 007, DE 19 MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as prescrições para as fórmulas lácteas e especiais, diante da situação de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o aumento no número de casos de COVID-19 em todo o país;

Considerando o aumento do número de casos confirmados na cidade de Florianópolis;

Considerando a necessidade de evitar o deslocamento dos usuários, principalmente crianças com o estado de saúde debilitado e seus responsáveis;

RESOLVE:

Art. 1º As prescrições para as fórmulas lácteas e especiais terão validade até o mês de junho do corrente ano, podendo ser prorrogadas de acordo com a avaliação da equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A ampliação no prazo de validade das prescrições aplica-se também às fórmulas dispensadas por determinação judicial.

Art. 2º As fórmulas serão dispensadas na Policlínica Municipal de Palhoça, nos dias e horários agendados pela servidora responsável pelo Programa.

Art. 3º A equipe médica da Secretaria Municipal de Saúde dará suporte às famílias cujas crianças já estejam inseridas no Programa, alterando as prescrições de fórmulas, quando a alteração for essencial à continuidade do fornecimento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 009/2020.

Publicação Nº 2418453

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 009, DE 24 MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a validade de Alvarás Sanitários, diante da situação de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria n. 454 de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19); e

Considerando o Decreto Estadual nº 515/2020 e o Decreto Municipal nº 2.562/2020, que declararam situação de emergência a nível Estadual e Municipal, respectivamente;

RESOLVE:

Art. 1º Os Alvarás Sanitários que tenham seu vencimento nos próximos 30 (trinta) dias terão sua validade prorrogada por 90 (noventa) dias, a contar da data de vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de março de 2020.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário Municipal de Saúde

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 060/2020

Publicação Nº 2418429

Decreto 060/2020, de 24 de março de 2020.

Dispõe sobre novas medidas complementares para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências..

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas dispostas nos Incisos VI, XXV e XXX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município, e ainda

Considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
Considerando do Decreto Municipal nº 55 de 17 de março de 2020;
Considerando o Decreto Estadual nº 509, de 17 de março de 2020;
Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata o Decreto Municipal nº 55, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SES.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 2º – Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, perdurando durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC, 24 de março de 2020.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO 1656/2020

Publicação Nº 2418542

DECRETO Nº 1656 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município Palmeira - SC, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n. 1645 e 1646, que implementava ações, no âmbito do Município Palmeira-SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art.1º. Fica mantida a decretação de Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Palmeira-SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Palmeira-SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praças;

Art. 3º Fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Sandro Alex Masselai
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0116 INTERRUÇÃO DE FÉRIAS NILTON VELOSO DA SILVA

Publicação Nº 2418518

PORTARIA Nº 0116/2020

"DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA. "

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art.1º - Interromper férias a partir de 03/04/2020 do servidor, NILTON VELOSO DA SILVA, brasileiro, portador do CPF de nº 789.789.399-53, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2020 a 30/04/2020, face interesse público, diante do acúmulo de serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 25 de março de 2020.

PORTARIA Nº 0117 FÉRIAS ALEXANDRE XAVIER DE FARIAS

Publicação Nº 2418539

PORTARIA Nº 0117/2020

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA. "

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, ALEXANDRE XAVIER DE FARIAS, brasileiro, portador do CPF de nº 020.935.189-61, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 08/04/2019 a 07/04/2020 no período de 01/04/2020 a 30/04/2020, com retorno ao seu trabalho no dia 01/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 25 de março de 2020.

PORTARIA Nº 0118 RETORNO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO CAMILA PIRES DA SILVA

Publicação Nº 2418547

PORTARIA Nº 0118/2020

"DISPÕE SOBRE RETORNO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO. "

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Interromper, a pedido, a Licença sem Remuneração, concedida a Servidora, CAMILA PIRES DA SILVA, brasileira, portadora do CPF de nº 077.746.509-46, ocupante do cargo EFETIVO de TELEFONISTA, com retorno ao seu trabalho no dia 01/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 25 de março de 2020.

PORTARIA Nº 0119 FÉRIAS ANDREIA MUNIZ DE SOUZA DE ANDRADE

Publicação Nº 2418563

PORTARIA Nº 0119/2020

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA. ”

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, ANDREIA MUNIZ DE SOUZA DE ANDRADE, brasileira, portadora do CPF de nº 947.105.389-72, ocupante do cargo COMISSIONADO de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, lotado na Secretaria de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 22/03/2019 a 21/03/2020 no período de 01/04/2020 a 30/04/2020, com retorno ao seu trabalho no dia 01/05/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 25 de março de 2020.

PORTARIA Nº 0120 EXONERAÇÃO ALESSANDRA DOMINGUES DE SOUZA

Publicação Nº 2418566

PORTARIA Nº 0120/2020

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA. ”

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - A Pedido, exonerar a partir de 11/03/2020 a servidora, ALESSANDRA DOMINGUES DE SOUZA, brasileira, inscrita no CPF de nº 074.771.619-67, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 25 de março de 2020.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2929, DE 24 DE MARÇO DE 2020 - PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO PAPANDUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2418428

DECRETO Nº 2929, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município Papanduva, e dá outras providências.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito do Município de Papanduva, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 59, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 2925, de 18 de março de 2020, alterado pelo Decreto n. 2928, de 20 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município Papanduva, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Papanduva, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Papanduva, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto nº 2923, de 17 de março de 2020, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;
- b) outras medidas instituídas nos Decretos anteriores continuam em vigor, especialmente aquelas contidas no Decreto n. 2926, de 19.03.2020.

Art. 3º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Papanduva, em 24 de março de 2020.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

Paraíso

PREFEITURA

DECRETO 2236/2020

Publicação Nº 2418120

DECRETO Nº 2236/2020

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 06 de novembro de 1993,

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Paraíso;

DECRETA:

Art.1º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município Paraíso, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto n. 515, de 17 de março de 2020, que determinou:

I - a SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e os serviços privados não essenciais, nos termos do inc. II e § 2º do art. 2º do Decreto n. 515/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado.

II – a SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de Município.

Art. 3º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 4º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 5º Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso – SC, 18 de março de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 18 de março de 2020.

Servidor Responsável

DECRETO 2237/2020

Publicação Nº 2418124

DECRETO Nº 2237/2020

"INSTITUI O COMITÊ DE CRISE PARA SUPERVISÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS DA COVID-19."

Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 06 de novembro de 1993,

Considerando que, nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante política sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para promovê-la;
Considerando que a Organização Municipal de Saúde – OMS, em 30 de janeiro de 2020, declarou a epidemia do novo coronavírus como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, e, em 11 de março de 2020, a caracterização deste evento como pandemia, em razão da amplitude mundial;

Considerando a declaração do Ministério da Saúde, em 3 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria MS nº188, nos termos do Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, do Estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN;

Considerando a Lei nº13979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a situação notoriamente emergencial, que exige a ação coordenada, demanda o emprego urgente de medidas de controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Paraíso:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

Art. 2º O Comitê é órgão de articulação da ação governamental e de assessoramento ao Prefeito Municipal sobre a consciência situacional em questões decorrentes da pandemia da Covid-19.

Art. 3º O Comitê é composto pelo:

- Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento – Aline B. Wingert
- Secretária Municipal de Saúde – Ili Alves;
- Secretário Municipal de Educação – André Zanin
- Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – Sidinei Pastore
- Secretaria Municipal de Assistência Social – Adélia Gralow Pinheiro
- Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Wilson Demarco
- Assessor de Gabinete – Gemerson Schanne;
- Coordenador de Defesa Civil – Daniela Bondan
- Assessor Jurídico – Maiko Bonamigo;
- Representante da Segurança Pública – Sargento Claudi Marques

Art. 4º O Comitê se reunirá sempre que convocado pelo seu Coordenador.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

Art. 5º Diante da necessidade de manter a população continuamente informada, deverá a Assessoria de Gabinete do Município de Paraíso/SC, única e exclusivamente expedir, sempre que houver novas orientações e determinações quanto aos serviços que serão mantidos ou suspensos e/ou quanto as novas orientações ou determinações que forem realizadas para enfrentamento do COVID-19:

I - redigir resumos sobre o assunto, esclarecendo as condições das ocorrências e reforçando os aspectos favoráveis das medidas adotadas.

II - incluir comunicado oficial no site e nas redes sociais.

III - redigir um informe para o público interno e, se necessário, convocar reuniões explicativas da ocorrência ou definir outro meio de comunicação;

§ 1º O local para possíveis entrevistas/reuniões será a Sala de Reuniões da Sede Administrativa.

Art. 6º A participação no Comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso – SC, 24 de março de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 24 de março de 2020.

Servidor Responsável

DECRETO 2238/2020

Publicação Nº 2418127

DECRETO Nº 2238/2020

"DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Valdecir Antônio Casagrande, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, promulgada em 06 de novembro de 1993,

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual declarou "novas medidas para enfrentamento da saúde pública", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi prorrogado a quarentena por mais 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, a Portaria nº 189 de 22/03/2020 da Secretaria de Saúde do Estado que limita atividade das indústrias e agroindústrias;

CONSIDERANDO, RESOLUÇÃO Nº 152, DE 18 DE MARÇO DE 2020, que prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional;

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município Paraíso, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto n. 525, de 23 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, e ainda o que consta dessa norma:

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por mais 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

Art. 3º Ficam todos os proprietários de empresas consideradas pelo Decreto Nº 525 do Governo do Estado como essenciais obrigados a fornecer a seus clientes meios para a prevenção, tais como um lavatório com água corrente e sabão e/ou detergente, álcool gel 70%, luvas descartáveis e máscaras. Estes itens devem ser ofertados na entrada dos estabelecimentos.

§ 1º A limpeza e desinfecção de corrimãos, carrinhos de supermercados, maçanetas e trincos de portas, teclados de máquina de cartão, teclados de caixas eletrônicos deve ser feito pelo menos 4 vezes ao dia, ou mais dependendo do número de pessoas atendidas.

§ 2º Fica limitado o número de pessoas circulando ao mesmo tempo em estabelecimentos considerados essenciais, considerar um limite de espaço de 2m² por pessoa, para evitar contatos e aglomerações.

§ 3º Fixar orientações sobre prevenção ao Covid-19 por escrito com letras grandes aos clientes, devem ser colocadas em vários pontos do estabelecimento dentro e fora.

Art. 4º Ficam os prazos de pagamento e recolhimento do Simples Nacional e do ISS municipal alterados conforme segue:

I - o Período de Apuração Março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com vencimento para 20 de outubro de 2020;

II - o Período de Apuração Abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com vencimento para 20 de novembro de 2020; e

III- o Período de Apuração Maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, fica com vencimento para 21 de dezembro de 2020.

Art. 5º Caso as medidas constates neste decreto sejam descumpridas as autoridades competentes tomarão as medidas legais aplicáveis.

Art. 6º Este decreto em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso – SC, 24 de março de 2020.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

Publicado na forma da Lei.

Paraíso (SC), 24 de março de 2020.

Servidor Responsável

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 0009/2020

Publicação Nº 2418192

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0009 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"FICA PRORROGADO A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NA CÂMARA DE VEREADORES DE PASSO DE TORRES, CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O cidadão André Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O Poder Legislativo atendendo as necessidades públicas e para evitar a propagação do Coronavírus (Covid-19) paralisa suas atividades, a partir do dia (25/03), pelo período de sete dias. Decisão segue Decreto do Governo do Estado nº 525, de 23 março de 2020.

Art. 2º O presidente da Câmara de Vereadores, informa que os funcionários ficarão sobreaviso, e após os sete dias, será feita avaliação, conforme necessidade.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

André Cardoso
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jaci Anacleto Eziquiel
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO N. 023/2020

Publicação Nº 2418061

DECRETO Nº 023/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito do Município de Passos Maia/SC em Exercício no uso das suas atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 62, incisos VII e XVII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da emergência de saúde pública, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e do Decreto Estadual 525/2020:

I - pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e e) a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II - pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças;

Art. 2º A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

- I - priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;
- II - priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;
- III - adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e
- IV - utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 3º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III - atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV - atividades de defesa civil;
- V - transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI - telecomunicações e internet;
- VII - captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII - captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- X - iluminação pública;
- XI - produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII - serviços funerários;
- XIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XIV - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XV - prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
- XVI - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVII - vigilância agropecuária internacional;

XVIII - controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
XIX - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
XX - serviços postais;
XXI - transporte e entrega de cargas em geral;
XXII - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
XXIII - fiscalização tributária e aduaneira;
XXIV - transporte de numerário;
XXV - fiscalização ambiental;
XXVI - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
XXVII - monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
XXVIII - levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
XXIX - mercado de capitais e seguros;
XXX - cuidados com animais em cativeiro;
XXXI - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
XXXII - atividades da imprensa;
XXXIII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim; XXXIV - fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto;
XXXV - distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
XXXVI - transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;
XXXVII - agropecuárias;
XXXVIII - manutenção de elevadores;
XXXIX - atividades industriais, observado o disposto no art. 2º deste Decreto;
XL - oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;
XLI - serviços de guincho; e
XLII - as atividades finalísticas da:
a) Secretaria Municipal da Saúde;
b) Vigilância Sanitária;
c) Defesa Civil (DC); e
d) Secretaria Municipal de Assistência Social;
§ 1º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.
§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.
§ 3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.
§ 4º Os estabelecimentos de que trata o § 3º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 4º O Secretário Municipal da Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

Art. 5º Os atendimentos odontológicos da rede municipal estão restritos apenas às situações comprovadamente urgentes e inadiáveis.

Art. 6º As viagens para Tratamento Fora de Domicílio (TFD) ficarão submetidas às recomendações da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 7º Fica revogado o artigo 1º do Decreto n. 020, de 18 de março de 2020.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Passos Maia – SC, 24 de março de 2020.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA COVID-19

Publicação Nº 2418060

Estado de Santa Catarina
Município de Passos Maia
Secretaria Municipal da Saúde
Defesa Civil

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE PASSOS MAIA
DEFESA CIVIL MUNICIPAL DE PASSO MAIA

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA DOENÇA SARS-COV-2 COVID-19

Passos Maia, Março de 2020.

1 - INTRODUÇÃO

O Coronavírus pertence a uma família extensa de vírus, com surgimento em meados de 1960, que ocasionam ao indivíduo infecções respiratórias. Na sua maior parte, apresentando sintomas de leve a moderados, semelhantes a gripe comum. Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Algumas formas do Coronavírus podem ocasionar doenças graves com impacto importante na Saúde Pública, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS).

O novo Coronavírus de Dezembro de 2019 (SARS-CoV-2), apresentando casos iniciais registrados na China, com características de infecção humana, e casos de letalidade e mortalidade. Até o presente momento, os casos se assemelham ao vírus influenza e os dados de transmissão vêm sendo estudados e contabilizados.

Os coronavírus humanos comuns causam infecções respiratórias brandas a moderada de curta duração. Os sintomas podem envolver coriza, tosse, dor de garganta e febre. Esses vírus algumas vezes podem causar infecção das vias respiratórias inferiores, como pneumonia. Esse quadro é mais comum em pessoas com doenças cardiopulmonares, com sistema imunológico comprometido ou em idosos.

O período de incubação do coronavírus, pode ser de 2 a 14 dias.

A transmissão inter-humana, nos coronavírus, ocorre por transmissão de pessoa a pessoa, incluindo os SARS-CoV, porém sem transmissão sustentada. Com relação ao MERS-CoV, existem a OMS considera que há atualmente evidência bem documentada de transmissão de pessoa a pessoa, porém sem evidências de que ocorra transmissão sustentada. Assim o principal modo de transmissão, dos coronavírus se dá por contato próximo* de pessoa a pessoa.

* Definição de contato próximo: Qualquer pessoa que cuidou do paciente, incluindo profissionais de saúde ou membro da família; que tenha tido contato físico com o paciente; tenha permanecido no mesmo local que o paciente doente (ex.: morado junto ou visitado).

A maioria dos coronavírus geralmente infectam apenas uma espécie animal ou, pelo menos um pequeno número de espécies proximamente relacionadas. Porém, alguns coronavírus, como o SARS-CoV podem infectar pessoas e animais. O reservatório animal para o SARS-CoV é incerto, mas parece estar relacionado com morcegos. Também existe a probabilidade de haver um reservatório animal para o MERS-CoV que foi isolado de camelos e de morcegos.

De acordo com a OMS, os casos suspeitos de COVID-19, são baseados no histórico de viagens internacionais do paciente, e mais atualmente, aos casos de transmissão comunitária. As orientações abrangem a todos os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente ao setor epidemiológico do município, e posteriormente, notificados ao Estado e Governo.

Para realizar as medidas de contenção do fluxo de pessoas no município de Passos Maia, a Secretaria da Saúde seguirá os seguintes princípios para evitar o aparecimento de casos do COVID-19, assim como, evitar a disseminação para a comunidade.

Definição de caso suspeito, deve ser observado pela portaria 454 de 20 de março de 2020, conforme anexo 3 do presente plano.

2 - TERRITÓRIO E INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL**CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

Área Territorial 588,6 Km²
Densidade demográfica 7,15 hab/km²
Regional de Saúde 5º Gerencia

POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Total população 2010	Total população 2019
0 a 9 anos	634	608
10 a 19 anos	959	920
20 a 29 anos	643	617
30 a 39 anos	594	570
40 a 49 anos	558	535
50 a 59 anos	489	469
60 a 69 anos	275	264

70 a 79 anos	120	115
80 +	53	51

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Médicos (as)		Superior	03	
Enfermeiros (as)		Superior	03	
Técnicos (as) em enfermagem		Técnico	06	
Outros Profissionais (especificar formação e número de profissionais disponíveis)	Profissional		Nº	
	Odontólogo	Superior	03	
	Fisioterapeuta	Superior	02	
	Nutricionista	Superior	01	
	Assistente social	Superior	01	
	Psicóloga	Superior	01	
	Auxiliar de saúde bucal	Técnico em saúde bucal	03	
	Agente de endemias	Médio	01	
	Motoristas	Médio	06	
	Vigilância Sanitária	Técnico e superior	01	
	Farmacêuticos	Superior	02	
	Serviços gerais	Fundamental	05	
	Administrativo	Superior	04	
	Agentes de Saúde	Médio	15	
	Auxiliar de serviços de farmácia	Técnico	02	

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL

Estabelecimentos	Tipo	Quantidade
Estabelecimentos de saúde	Unidades Básicas de saúde	04
Atendimento de emergência		00
Outros (estabelecimentos)		

CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS

Quantidade de leitos com internação	00	Estabelecimentos	
Quantidade de leitos sem internação	02	Estabelecimentos	Unidade Básica de Saúde

EQUIPAMENTOS

Eletracardiógrafo	02
Raio x	00
Ressonância magnética	00
Tomógrafo	00
Ultrassom doppler colorido	00

3 - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA DE ACORDO COM O NÍVEIS DE ATIVAÇÃO

Este plano foi estruturado em níveis de resposta, baseado nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina (SES-SC), com base no Plano de Contingência Estadual em Resposta a Emergências em Saúde Pública, com adaptações locais, de forma que toda ação deve ser proporcional e restrita aos riscos avaliados e cenários epidemiológicos existentes.

A implementação do PLANCOM para o COVID-19, será conforme os três níveis descritos abaixo:

NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

4 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: ALERTA**NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA**

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

Neste nível de resposta a estrutura do COE é simplificada e restrita aos órgãos e instituições mais relacionados com a competência de detectar, investigar, manejar e notificar casos potencialmente suspeitos da infecção humana pelo novo coronavírus.

Nesse momento inicial, várias doenças respiratórias comuns poderão ser fator de confusão. Para isso, é necessário dispor de todas as definições de caso que contemplem situações possíveis, incluindo a definição de caso excluído. Importante salientar a todos os serviços que as definições serão suficientemente sensíveis no início e progridem para maior especificidade. No entanto, mesmo no início, alguns casos podem não se enquadrar na definição adotada.

Nessas situações, deve-se avaliar caso a caso, devendo prevalecer a conduta clínica local, mesmo que o caso em questão não seja incluído para investigação, no primeiro momento. A Composição do COE-COVID-19 neste nível levará em consideração as Secretarias do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais relacionadas, além de instituições convidadas Ad-Hoc.

4.1 - Secretaria Municipal da Saúde

- Preparar a estrutura para instalação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19);
- Manter atualizados os contatos da equipe que irá compor o CMGR-COVID-19, conforme (Anexo 1);
- Realizar busca de evidências científicas acerca da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das ações atribuídas à secretaria da saúde para a execução do plano;
- Articular áreas estratégicas para verificação dos insumos necessários para o enfrentamento da doença;
- Prover meios para garantir a execução das atividades no nível de alerta;
- Promover estratégias eficientes de educação permanente para os profissionais da rede de saúde no município;
- Direcionar estratégias de comunicação de massa;
- Elaborar junto às áreas técnicas materiais informativos/educativos sobre o novo Coronavírus;
- Estabelecer porta vozes com a imprensa;
- Implantar a sala de situação compartilhada.

4.2 - Vigilância em Saúde

- Minerar, diariamente, notícias com foco na COVID-19;
- Atualizar diariamente os gestores da Regional de Saúde com resumo executivo das informações no âmbito municipal sobre o COVID-19;
- Sensibilizar os profissionais de saúde da rede pública e privada Municipal para a notificação imediata de casos suspeitos, de acordo com a definição de caso vigente, estabelecida pelo MS;
- Intensificar a divulgação dos meios de comunicação para notificações de casos suspeitos;
- Identificar potencialidades e capacidade instalada da rede municipal de saúde disponível para possível enfrentamento de infecção pelo novo Coronavírus.
- Realizar busca ativa em unidades de saúde municipal e privada com enfoque no Coronavírus diariamente;
- Investigar os rumores e os casos potencialmente suspeitos notificados pelas unidades de saúde para verificar se atendem à definição de caso suspeito estabelecido pelo MS;
- Comunicar imediatamente a Regional de Saúde, toda notificação e o retorno das investigações;
- Construir os protocolos de vigilância epidemiológica, referente aos instrumentos e fluxos de notificação, investigação de casos suspeitos, confirmação de casos, coleta e envio de amostras e monitoramento de casos e contatos, em consonância com o protocolo nacional e estadual;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal e privada sobre os sinais e sintomas da doença, medidas de prevenção e controle, notificação, investigação, bem como atualizá-los sobre o cenário epidemiológico nacional e mundial;
- Realizar capacitação de coleta de amostras biológicas para isolamento viral para profissionais da rede de saúde municipal e privada;
- Monitorar o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer mudança no comportamento epidemiológico e, principalmente, na circulação de vírus respiratórios;

4.3 - Atenção Primária a Saúde

- Elaborar e divulgar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência.
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal sobre a COVID-19;
- Reforçar medidas de precaução para os profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;
- Realizar o transporte de caso suspeito pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para a referência estadual;
- Providenciar a aquisição e distribuição de todos os insumos, como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e equipamentos de proteção individual (EPI), para abastecer e reforçar a rede de saúde;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Orientar os profissionais da rede de saúde do Recife sobre a organização do fluxo de serviço farmacêutico no município;

4.4 - Assistência farmacêutica

- Realizar o levantamento de medicamentos para o tratamento de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes.
- Disponibilizar medicamentos indicados e orientar sobre organização do fluxo de serviço farmacêutico.
- Garantir a distribuição do medicamento específico para os casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que compreendem a definição clínica;
- Monitorar o estoque de medicamentos no âmbito municipal;
- Rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme solicitação a demanda.

4.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 1 - Alerta.

5 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: PERIGO EMINENTE

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

Intensificar todas as ações do nível de alerta e:

5.1 - Secretaria Municipal da Saúde

- Instalar o Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) em nível municipal;
- Promover ações integradas entre SES, Regional de Saúde, e outros órgãos envolvidos na prevenção, controle e resposta ao novo coronavírus (COVID-19);
- Sensibilizar a rede de serviços assistenciais públicos e privados sobre o cenário epidemiológico e o risco de introdução do novo coronavírus (COVID-19);
- Articular junto às áreas da SES por meio da Regional de Saúde e outros órgãos o desenvolvimento das ações e atividades propostas para esse nível de Perigo Iminente;
- Prover meios para a garantia da continuidade das atividades do plano, no nível de perigo iminente;
- Adquirir, conforme demanda, os insumos essenciais para garantia das ações em caráter emergencial;
- Manter permanente articulação com a Regional de Saúde Estadual para apoio mútuo quanto ao fluxo dos pacientes às Unidades de Referência, bem como para a execução do plano de contingência municipal;
- Articular ações de comunicação assertiva de risco para prevenir crises sociais, de mídia, econômicas e até políticas decorrentes da transcendência do evento e, conseqüentemente, pânico da população e dos profissionais da rede de serviços assistenciais públicos e privados diante do cenário epidemiológico da COVID-19;
- Ampliar a publicidade das informações sobre COVID-19 para a população, profissionais de saúde, do turismo e a imprensa;
- Convocar reunião presencial, sempre que se fizer necessário para alinhamento da resposta integrada ao enfrentamento da COVID-19;
- Compartilhar no Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) a sala de situação com gestores estratégicos municipais e regionais.
- Definir fluxo de atendimento as dúvidas, bem como de atendimento local aos casos de pacientes sintomáticos de infecções respiratórias, pensando na lógica do atendimento dos casos leves a nível de atenção primária a saúde, resguardando leitos hospitalares aos casos mais severos de apresentação da doença.
- Garantir apoio imediato para fortalecer as equipes de resposta rápida, necessárias ao atendimento de pacientes, busca ativa, detecção, acompanhamento e investigação laboratorial e epidemiológica de casos suspeitos de COVID-19 e de seus contatos através de contratação de profissionais e/ou de autorização de plantão e/ou hora extra, mediante autorização do chefe do executivo e legalmente definidos por meio de decretos municipais.

5.2 - Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para a COVID-19, diariamente.
- Realizar levantamento de contatos dos casos notificados para monitoramento;
- Monitorar os contatos dos casos suspeitos, diariamente, durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19 do caso índice;
- Processar os registros de casos suspeitos e de contatos em banco de dados Estadual;
- Elaborar e divulgar para gestores estratégicos, resumo técnico dos casos notificados de COVID-19 e informe epidemiológico diariamente;
- Monitorar e/ou realizar coleta de amostras biológicas para diagnóstico laboratorial de casos suspeitos sintomáticos, de acordo com as definições de caso vigentes estabelecidas pelo MS;
- Monitorar o seguimento da amostra para o laboratório de referência até a liberação do resultado;
- Apoiar as unidades de saúde na realização e transporte de coletas de amostras biológicas para isolamento viral para COVID-19;
- Realizar a vigilância de SRAG e influenza para os casos descartados para COVID-19 que se enquadrem na definição de caso de SRAG, independente do resultado para Influenza;
- Realizar atualizações para os profissionais de vigilância epidemiológica distrital e dos núcleos de epidemiologia, conforme a mudança no cenário epidemiológico nacional e mundial e o nível de resposta estabelecido.
- Intensificar ações preventivas de orientação nos serviços privados de saúde e comércio em geral para adoção de medidas não farmacológicas que podem conter o avanço da doença.
- Intensificar ações de orientação a cerca da disseminação de informações à população quanto ao uso correto de EPIs (onde usar, quem deve usar, em que circunstâncias usar, forma correta de uso) e maneiras eficazes de controle domiciliar do avanço da doença.

- Realizar divulgação em massa, usando as mais variadas formas de disseminação de informações sobre a importância do distanciamento social, reclusão a domicílio, bem como isolamento social por parte de pessoas suspeitas, acometidas pela doença e/ou portadoras de sintomas gripais, bem como seus contatos familiares.
- Garantir que os protocolos de limpeza e higienização das unidades e veículos de transporte de pacientes sejam intensificadas.

5.3 - Atenção Primária a Saúde

- Executar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência, conforme protocolos estabelecidos pela SES, e em anexo 2 a este plano;
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos no nível de resposta 2;
- Atender e executar o protocolo interno de assistência a casos suspeitos e medidas de isolamento na unidade, até a transferência para a referência, quando necessário por meio da central de regulação de leitos do Estado;
- Disponibilizar o transporte de pacientes graves suspeitos de COVID-19 pelo CBMSC e SAMU à referência estadual;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Notificar imediatamente o caso suspeito a Regional de Saúde;
- Realizar a desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde; e transportes de pacientes, segundo protocolos;
- Garantir a continuidade do abastecimento de insumos como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e EPI na rede de saúde municipal;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Monitorar, rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de SG e SRAG visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Reforçar medidas de precaução para as profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;

5.4 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 2 - Perigo Iminente.

6 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

CENARIOS A SEREM IDENTIFICADOS:

Cenário I - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado importado no município, ou seja, sem transmissão local.

Cenário II - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado autóctone no município, ou seja, com transmissão local.

Cenário III – Transmissão local comunitária/sustentada quando houver casos autóctones confirmados sem vínculo, com contato próximo ou domiciliar.

NÍVEIS DE ATUAÇÃO NO NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA.

Esse nível de Emergência está organizado em duas fases.

Fase de contenção

Na fase de contenção, a atenção primária a saúde possui mais ações do que a vigilância em saúde compra e abastecimento de EPIs e definições para a rede de urgência e emergência. Quarentena domiciliar para casos leves e Estratégia de monitoramento domiciliar para evitar a ocupação de leitos desnecessariamente.

As atividades de preparação e resposta devem ser revisadas e reforçadas na rede de atenção para o adequado atendimento dos casos confirmados, com medidas de proteção adicionais, registro das informações para que a vigilância possa consolidar e descrever o perfil da doença no Brasil, bem como enviar à OMS.

Toda rede de atenção à saúde do SUS deve ser alertada para a atual fase, com o objetivo de maior sensibilização dos profissionais de saúde para detecção de casos suspeitos, manejo adequado desses pacientes, bem como reforço do uso de EPI.

Os estoques dos EPI preconizados também devem ser checados e aquisições emergenciais podem ser acionadas, caso necessário.

Fase de mitigação

Na fase de mitigação as ações e medidas devem ser adotadas para evitar a ocorrência de casos graves e óbitos.

Assim, medidas de atenção hospitalar para os casos graves e medidas restritivas individuais de isolamento e quarentena domiciliar para os casos leves, devem ser adotadas para evitar óbitos e o agravamento dos casos.

Esse fortalecimento da atenção PRIMÁRIA aos pacientes deve ocorrer no nível local, com a adoção das medidas já estabelecidas nos protocolos de doenças respiratórias.

Adicionalmente, caso seja evidenciada a possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves, adaptação e ampliação de leitos e áreas hospitalares e a contratação emergencial de leitos de UTI pode ser necessária, com o objetivo de evitar óbitos.

6.1 - Chefe do Executivo Municipal

- Adotar medidas de controle no âmbito municipal, por meio de decreto, atentando as orientações e determinações Estaduais e Federais, objetivando o controle da COVID-19, sendo:
- Suspender o atendimento presencial ao público em toda a administração pública municipal, direta ou indireta, por período definido;
- Restringir e controlar:
 - I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
 - II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral;
 - III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e
 - IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.
- Definir no âmbito municipal os serviços essenciais os quais devem permanecer funcionando como:
 - I – tratamento e abastecimento de água;
 - II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
 - III – assistência médica e hospitalar;
 - IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;
 - V – funerários;
 - VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;
 - VII – telecomunicações;
 - VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e
 - IX – segurança privada.
- Definir no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:
 - I – Secretaria Municipal da Saúde;
 - II – Vigilância Sanitária e Epidemiológica;
 - III – Defesa Civil (DC); e
 - IV – Secretaria de obras;
 - V – Administrativo.
- Considerando o risco de contaminação definir regime obrigatório de trabalho em casa (Home Office) nos seguintes casos:
 - I - Servidores públicos municipais ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos; os documentos falam acima de 60 anos;
 - II - Servidores públicos municipais que tenham ou que tiveram, nos últimos 14 (quatorze) dias, contato com pessoas oriundas de outros países ou de outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;
 - III - Servidores públicos municipais que estiveram nos últimos 14 (quatorze) dias em outros países ou em outras unidades da Federação em que existam casos confirmados da doença;
 - IV - Servidores públicos municipais que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde;
- Recomendar a iniciativa privada a adoção de medidas imediatas a fim de ampliar os quantitativos de profissionais atuando em teletrabalho.
- Suspender por tempo limitado, eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.
- Suspender as aulas na rede de ensino pública do Município nos termos de e Decreto Estadual 515/2020;
- Suspender as visitas ao público acolhido em abrigos e instituições de longa permanência municipais (próprios e rede parceira).
- Limitar nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem limitar, na medida do possível, as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.
- Orientar que os locais de grande circulação de pessoas, tais como terminais urbanos, centro comercial e comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar espaço para higienização das mãos ou álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado, sendo:
 - 1 - Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos.
 - 2 - As concessionárias de transportes coletivos devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos e circular com as janelas abertas.
- Recomendar a toda a população, que adote as recomendações para proteção ao COVID-19, tais como:
 - a) evitar contato próximo com pessoas com infecções respiratórias agudas;
 - b) lavar frequentemente as mãos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;
 - c) usar lenço descartável para higiene nasal e descartá-lo imediatamente, cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;
 - d) evitar tocar nas mucosas dos olhos, nariz e boca, higienizar as mãos após tossir, espirrar ou higienizar o nariz;
 - e) não compartilhar alimentos, chimarrão, objetos de uso pessoal, como toalhas, talheres, pratos, copos, garrafas, independente de casos suspeitos ou pessoas em isolamento domiciliar;
 - f) manter os ambientes bem ventilados e toda e qualquer recomendação que previna ou evite a disseminação da doença COVID-19.
- Poderão serem adotadas medidas de controle de acesso de vias no âmbito municipal e monitoramento de pessoas que realizarem acesso aos municípios;
- Considerar abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

6.2 - Secretaria Municipal da Saúde

- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião semanal de forma presencial e/ou on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário I
- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião diária de forma presencial on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário II, Cenário III;
- Avaliar a necessidade de ampliar os horários de funcionamento do CMGR COVID-19, considerando a necessidade de funcionamento 24h

horas por dia nos 7 dias da semana;

- Prover mecanismos para expansão de serviços de saúde e ampliação do atendimento, identificando as estratégias viáveis;
- Manter a rede atualizada sobre protocolos clínicos e medidas de prevenção;
- O Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) deve alertar imediatamente ao chefe do poder executivo municipal, Cenário de Emergência de Saúde Pública para subsidiar tomada de decisão;

6.2 Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área descoberta da Estratégia de Saúde da Família (ESF);
- Garantir em parceria com os demais órgãos de fiscalização que as atitudes determinadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal sejam atendidos pela população e comércio local
- Ampliar as orientações sobre as maneiras corretas de uso de EPIs pelos profissionais de saúde e população.
- Intensificar orientação sobre medidas preventivas de contágio a serem adotadas pelos colaboradores e estabelecimentos de serviços essenciais.

6.3 - Assistência Primária a Saúde

- Garantir a notificação de novos casos suspeitos;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área coberta pela Estratégia de Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde;
- Avaliar a capacidade e qualidade dos atendimentos nos serviços de pronto atendimento municipais, indicando a necessidade ou não da ampliação dos atendimentos;
- Manter o monitoramento da logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.

6.4 - Medidas protetivas da comunidade adotadas pelo Poder Público Municipal

- A Unidade de Saúde do centro localizada na Rua Ângelo Dalla Vecchia 49 segue em atendimento com duas equipes focadas em casos de infecções respiratórias e casos suspeitos de COVID-19, já a Unidade de Saúde Carmelina Tirelli Cancelli localizada na Avenida Padre João Botero - 1411 segue com equipes trabalhando e atendendo casos emergenciais em odontologia.
- Todos os atendimentos nas Unidades de Saúde estão sendo remanejados para evitar aglomerações, através da realização de triagem no ambiente da recepção, para a diferenciação de casos respiratórios e de menor urgência.
- Orientamos que todos os usuários que são classificados em grupos de risco; como idosos, pacientes imunossuprimidos, gestantes e lactantes, crianças, diabéticos, hipertensos e doentes cardiovasculares, devem a todo custo, evitar comparecer a Unidade de Saúde sem a devida necessidade.
- Todos os atendimentos não prioritários aos serviços de Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Pediatria e Ginecologia, serão suspensos até nova ordem. Apenas os atendimentos de urgência e emergência serão realizados, com devida cautela perante as orientações estaduais.
- As atividades da Assistência Social e CRAS seguem suspensos até segunda ordem para evita aglomerações desnecessárias.
- A realização dos grupos de Fisioterapia e atividade física dos idosos permanecem suspensos, com orientação para permanecerem em isolamento domiciliar.
- Usuários da UBS estão sendo orientados para não se dirigirem a Unidade em situações de patologias crônicas, onde não existe a necessidade e nem a presença de sintomas respiratórios.
- A emissão dos cartões municipais, bem como, os exames de rotina, preventivos, auriculoterapia e acupuntura permanecem suspensos para evitar aglomerações, com futuro agendamento dos serviços nas unidades.
- As equipes de saúde estarão realizando rodízio de pessoal no setor de triagem, de modo a oferecer maior atenção aos serviços de urgência e emergência, e evitar sobrecarga de serviço.
- Os pacientes que vierem a Unidade para captar medicamentos/receita, os mesmos deverão comunicar na recepção a finalidade de sua visita, e serão orientados e pela equipe de saúde de modo a evitar aglomerações nos corredores da Unidade de Saúde.
- O processo de higienização das Unidades de Saúde está sendo intensificado para que não ocorra a transmissão de doenças, através de medidas que buscam: a limpeza diária dos ambientes fora do horário de funcionamento da Unidade, prioridade de assepsia para maçanetas, bebedouros, bancadas, assentos e ambientes comunitários e salas de atendimento.
- Todos os ambientes da unidade vêm sendo higienizados através do álcool 70%, cerca de duas a três vezes ao dia, com troca de material para evitar contaminação cruzada.
- Os motoristas da UBS receberam orientação para que em seus atendimentos de plantão e transporte de pacientes, os mesmos utilizem o EPI adequado e realizem assepsia das mãos e do veículo a cada viagem. Além de, transportar os pacientes por meio da ambulância e que os mesmos permaneçam na parte de trás do veículo.
- Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe será iniciada na data de 23 de Março para os seguintes grupos:
 - o Idosos (60 anos e mais) e Profissionais da Saúde;
- Para isso, as vacinações irão ocorrer nas Unidades de Saúde em um ambiente adaptado em frente a UBS de modo a evitar a aglomeração de idosos e o contato com possíveis infecções presentes nas UBS. Os municípios deve seguir o calendário do Ministério da Saúde;
- Os seguintes grupos de vacinação ocorreram em 16/04, para os seguintes grupos:
 - o Professores das escolas públicas e privadas;
 - o Profissionais das forças de segurança e salvamento;
 - o Portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais;
 - o Adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas;
- Por fim, em 09/05, a terceira etapa da Campanha de Vacinação ocorrerá, sob os mesmos moldes das etapas anteriores.
 - o Crianças de 6 meses a menores de 6 anos;
 - o Gestantes;

o Puérperas;
o Povos Indígenas;
o População privada de liberdade;
o Funcionários do sistema prisional;
o Adultos de 55 a 59 anos de idade.

6.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 3 - Emergência em Saúde Pública.

ANEXO 1 - Plano de Chamada

Instituição	Nome	E-mail	Telefone
Prefeito Municipal em Exercício	Edemar José Michelin	administracao@passosmaia.sc.gov.br	49 984177101
Sec. de Saúde	Edson Salvadego	saude@passosmaia.sc.gov.br	49 998023164
Vig. Epidemiológica	Elisiane Freitas Dernadin Bortolini	elisianebortolini@hotmail.com	49 984230034
Vig. Sanitária	Nilberto Bortolini	vigilanciapassosmaia@hotmail.com	49 984052434
Assist. Farmaceutica	Ana Cláudia Pelizzari	abacpelizzari@gmail.com	49 998341228
Atenção Primária	Ingridi Brunelle de Alcantera	saude@passosmaia.sc.gov.br	49 991643122
Assistência Social	Vanessa Espada	cras@passosmaia.sc.gov.br	49 984391703
Sec. Obras e Serviços	Paulo Aires Cavalheiro	infraestrutura@passosmaia.sc.gov.br	49 999142471
DC Municipal	Dianalize Habeck	dianaflipini22@hotmail.com	49 984213795
Corpo de Bombeiros	Gilvani Alberto Coronetti	bcmt@cbm.sc.gov.br	49 991341169
SAMU	Maristela Giombelli	maristelagiombelli@hotmail.com	49 999282353
Polícia Militar	Moacir Acunha	2bpm4c1p9g@pm.sc.gov.br	49 999949054
Polícia Civil	Leci Astrissi	astrissi@pc.sc.gov.br	49 991202288
Casan	João Martins	jmartin@casan.com.br	49 984274278
Celasc	Rober Marini		49 984012735
Epagri	Cezar Bevilacqua	empassosmaia@epagri.sc.gov.br	49 984284155
Cidasc	Jean Pasquali	japasqueli@cidasc.sc.gov.br	49 984320995

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 1

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 2

FLUXO DE ATENDIMENTO NA APS PARA O NOVO CORONAVÍRUS (2019-nCoV)(documento elaborado em 13/03/2020)

Priorizar o atendimento das pessoas com sintomas respiratórios e/ou febre de forma presencial ou à distância (telefone, whatsapp, visita do ACS)

Acolhimento especial as pessoas sintomáticas respiratórias com oferta de máscara e local especial de atendimento

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 3

Atendimento a pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV) na Atenção Primária à Saúde.

Executantes: profissionais das equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) e Vigilância em Saúde.

Resultado esperado: padronizar as ações para a detecção precoce de pessoas caracterizadas como casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV); realizar manejo inicial; acionar transporte e encaminhar casos suspeitos para a unidade de referência de forma oportuna e segura; registrar informações clínicas, histórico de viagem internacional ou contato com caso suspeito ou confirmado; investigar e registrar dados de contatos próximos; realizar a notificação imediata; adotar medidas para evitar casos graves e óbitos; e orientar a população sobre medidas de prevenção.

1. Identificação de caso suspeito:

- Acolher e avaliar rapidamente todas as pessoas, independentemente da idade, que apresentem febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais, entre outros). Febre: temperatura corporal acima de 37,8 °C, conforme verificação axilar.

- Para as pessoas com os sintomas acima, em casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus, priorizar o atendimento, ofertar máscara cirúrgica imediatamente e isolar (acomodar a pessoa suspeita, em local ventilado e sem circulação de pessoas sem proteção) sempre que possível.

- São considerados casos suspeitos de infecção humana pelo novo coronavírus:

Situação 1: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 2: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso suspeito para o novo coronavírus (2019-nCoV) nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 3: febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso confirmado de novo coronavírus (2019-nCoV) em laboratório nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

- Considerar os demais diagnósticos diferenciais pertinentes e o adequado manejo clínico. Em caso de suspeita para influenza, não retardar o início do tratamento com fosfato de oseltamivir, conforme protocolo de tratamento: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_tratamento_influenza_2017.pdf.

2. Medidas de isolamento:

- Desde o primeiro atendimento, a pessoa com suspeita de novo coronavírus deve utilizar máscara cirúrgica.
- Realizar o atendimento da pessoa com suspeita do novo coronavírus em sala privativa ou com menor circulação de pessoas, mantendo a porta fechada e o ambiente ventilado.
- Realizar higiene adequada das mãos, respeitando os cinco momentos de higienização:
 - 1 – antes de contato com a pessoa;
 - 2 – antes da realização de procedimento;
 - 3 – após risco de exposição a fluidos biológicos;
 - 4 – após contato com a pessoa;
 - 5 – após contato com áreas próximas à pessoa, mesmo que não tenha tocado a pessoa, cuidando direta ou indiretamente da pessoa.

- O profissional deve usar equipamento de proteção individual (EPI): protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara N95/PFF2 (ou outras máscaras com eficácia mínima na filtração de 95% de partículas de até 0,3µ tipo N99, N100 ou PFF3), sempre que realizar procedimentos geradores de aerossóis. Para realização de outros procedimentos não geradores de aerossóis, avaliar a disponibilidade da N95 ou equivalente no serviço. Não havendo disponibilidade, é obrigatório o uso da máscara cirúrgica.

3. Notificação:

- A notificação é imediata (Portaria nº 204/2016) e deve ser realizada pelo meio de comunicação mais rápido disponível, em até 24 horas a partir do conhecimento de caso que se enquadre na definição de suspeito.
- O profissional da APS deve comunicar imediatamente o caso suspeito à Secretaria Municipal da Saúde/ Vigilância Epidemiológica para orientações e início das ações de controle e investigação (identificação da área de transmissão, dos contatos, casos secundários ou possíveis casos relacionados e histórico de viagens do caso suspeito), bem como a instância regional de saúde pública.
- A SMS deve notificar imediatamente os casos suspeitos conforme documentos vigentes indicados pelos órgãos estaduais e federais de saúde pública.
- Caso a equipe na APS não consiga contato rápido com a vigilância municipal, deverá entrar em contato diretamente com CIEVS Nacional, notificando a vigilância municipal na primeira oportunidade de suprimir

4. Identificação de contactantes*:

- Identificar todas as pessoas que tiveram ou têm contato com caso suspeito ou confirmado e apoiar a equipe da vigilância na realização de busca ativa;
- Os contatos próximos de uma pessoa com suspeita de coronavírus (2019-nCoV) devem ser acompanhados e monitorados quanto à apresentação de sinais e sintomas; e
- Na presença de sinais e sintomas, orientar que procure o serviço de saúde para avaliação e encaminhamento.

* Contato próximo é definido como: estar a aproximadamente 2 metros ou menos da pessoa com suspeita de caso por novo coronavírus, dentro da mesma sala ou área de atendimento por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual (EPI). O contato próximo pode incluir: cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado.

5. Transporte:

- Encaminhar a pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus para a unidade de referência (definida em cada localidade – município ou estado) para monitoramento, diagnóstico e confirmação do caso;
- As pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus devem utilizar máscara cirúrgica desde o momento em que forem identificadas na triagem até sua chegada ao local de isolamento na unidade de referência, o que deve ocorrer o mais rápido possível;
- A equipe deve certificar-se de que as informações do caso foram repassadas oportunamente para a unidade de referência para a qual a pessoa for encaminhada; • Todos os profissionais que estiverem envolvidos no transporte deverão utilizar máscara cirúrgica durante todo o deslocamento até chegar à unidade de referência. Se houver necessidade de realizar procedimentos, atentar para o uso dos EPI adequados;
- Realizar higiene de mãos, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Orientar possíveis acompanhantes quanto à importância da higienização das mãos; • Garantir a ventilação do veículo para aumentar a troca de ar durante o transporte;
- Limpar e desinfetar todas as superfícies internas do veículo após a realização do transporte. A desinfecção pode ser feita com álcool 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante indicado para este fim, seguindo o procedimento operacional padrão definido para a atividade de limpeza e desinfecção do veículo e seus equipamentos;
- A provisão de todos os insumos, como sabão líquido, álcool em gel e EPI, devem ser reforçados pela instituição, bem como higienizantes para o ambiente; e
- No serviço de referência, sempre que ocorrer a identificação de caso suspeito, será realizada a coleta de duas amostras de aspirado de nasofaringe (ANF) ou swabs combinado (nasal/oral) ou amostra de secreção respiratória inferior (escarro, lavado traqueal ou lavado broncoalveolar). As amostras coletadas serão encaminhadas para o laboratório, conforme fluxo estabelecido.

6. Medidas de controle do ambiente assistencial:

- Equipamentos de uso compartilhado entre as pessoas (por exemplo, estetoscópios, aparelho para aferição de pressão arterial e termômetros) devem ser limpos e desinfetados com álcool 70% após o uso;
- Higienizar adequadamente as mãos com frequência, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Utilizar EPI para evitar contato direto com fluidos corporais: protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/PFF3 ou, se indisponível, máscara cirúrgica;

- Fornecer máscara cirúrgica à pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus, ou pessoa que têm ou teve contato com o caso suspeito ou confirmado, e encaminhar para uma área separada ou sala de isolamento;
- Prevenir picadas de agulha ou ferimento por objetos cortantes; gerenciamento seguro de resíduos;
- Limitar procedimentos indutores de aerossóis (intubação, sucção, nebulização);
- Realizar desinfecção de equipamentos e limpeza do ambiente com solução de hipoclorito de sódio em pisos e superfícies dos banheiros;
- Descartar adequadamente os resíduos, segundo o regulamento técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde da Anvisa; e
- A SMS deve compartilhar com as equipes que atuam na APS dados epidemiológicos sobre a circulação do vírus corona e outros vírus respiratórios, bem como orientar os profissionais sobre as medidas de controle e a condução dos casos suspeitos.

7. Medidas de prevenção populacional:

- Instruir todas as pessoas que durante a tosse ou espirro cubram o nariz e a boca com o cotovelo flexionado ou utilize tecido ou lenço de papel, descartando-os após o uso;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos. Se não houver água e sabão, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;
- Evitar tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- Orientar sobre os sinais e sintomas do novo coronavírus que acionam o fluxo de atendimento para casos suspeitos da doença;
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência; e
- Manter os ambientes bem ventilados.

8. Registro no Sistema de Informação da Atenção Primária (e-SUS AB):

- Registrar o atendimento no Sistema de Informação (e-SUS AB) CID 10 - U07.1 – Diagnóstico de doença respiratória aguda pelo 2019-nCoV para registro de casos.

9. Materiais necessários para medidas de prevenção e controle:

- Máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/ PFF3;
- Máscara cirúrgica;
- Protetor ocular ou protetor de face;
- Luvas;
- Capote/ avental/ jaleco;
- Sabão líquido;
- Álcool em gel;
- Álcool 70%;
- Desinfetantes para o ambiente e superfícies;
- Saco para descarte de resíduo contaminado.

ANEXO 03 - PORTARIA Nº 454 DE 20 DE MARÇO DE 2020

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/03/2020 | Edição: 55-F | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e a necessidade premente de enviar todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar; e

Considerando a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia do coronavírus (covid-19) previstas na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarado, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

Art. 2º Para contenção da transmissibilidade do covid-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devendo permanecer em isolamento pelo período máximo de 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com sintomas respiratórios a apresentação de tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, acompanhada ou não de febre, desde que seja confirmado por atestado médico.

Art. 3º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARS-CoV-2.

§ 1º O atestado emitido pelo profissional médico que determina a medida de isolamento será estendido às pessoas que residam no mesmo endereço, para todos os fins, incluindo o disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º Para emissão dos atestados médicos de que trata o § 1º, é dever da pessoa sintomática informar ao profissional médico o nome completo das demais pessoas que residam no mesmo endereço, sujeitando-se à responsabilização civil e criminal pela omissão de fato ou prestação de informações falsas.

§ 3º Para as pessoas assintomáticas que residem com a pessoa sintomática será possível a emissão de novo atestado médico de isolamento caso venham a manifestar os sintomas respiratórios previstos no parágrafo único do art. 2º ou tenham resultado laboratorial positivo para o SARS-CoV-2.

§ 4º A prescrição médica de isolamento deverá ser acompanhada dos seguintes documentos assinados pela pessoa sintomática:

I - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e

II - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

Art. 4º As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade devem observar o distanciamento social, restringindo seus deslocamentos para realização de atividades estritamente necessárias, evitando transporte de utilização coletiva, viagens e eventos esportivos, artísticos, culturais, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, Estado _____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido(a), bem como as pessoas que residem no mesmo endereço ou dos trabalhadores domésticos que exercem atividades no âmbito residencial, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____.

Nome das pessoas que residem no mesmo endereço que deverão cumprir medida de isolamento domiciliar:

1. _____
2. _____
3. _____

Assinatura da pessoa sintomática: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____: ____

Passos Maia, 24 de Março de 2020

Edemar José Michelin

Prefeito Municipal em Exercício

Edson Salvadego

Secretário Municipal da Saúde

Dianalize Filipini Queiroz Habeck

Agente da Defesa Civil

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 005/2020

Publicação Nº 2417871

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 005/2020

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE PASSOS MAIA – SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas conforme Art. 27, Inciso III, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo no disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que "Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus e estabelece outras providências.";

CONSIDERANDO o Ato da Mesa Diretora nº 001/2020, de 17 de março de 2020, da Mesa Diretora, que "Dispõe sobre regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do Coronavírus COVID-19 no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia SC e da outras providências.";

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo CMV nº 004/2020, de 18 de março de 2020, do Presidente do Poder Legislativo de Passos Maia – SC, que "dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus COVID-19 no âmbito do Poder Legislativo de Passos Maia – SC e da outras providências".

DECRETA:

Art. 1º O presente Decreto Legislativo dispõe sobre a prorrogação as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Coronavírus COVID-19, no âmbito do Poder Legislativo de Passos Maia – SC.

Art. 2º Fica prorrogada a suspensão, pelo período de 7 (sete) dias, o expediente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia – SC, bem como as sessões ordinárias e demais atividades administrativas e legislativas.

Parágrafo único. Fica permitida a realização de sessão extraordinária, na forma do Art. 30 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 1º e no Art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Passos Maia – SC, Sala de Sessões, 24 de março de 2020.

CRISTI CEZAR LEMES DA ROSA

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 13/2020**

Publicação Nº 2418397

DECRETO Nº. 13/2020

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento da parcela única, e primeira, segunda e terceira parcela, dos tributos municipais para o exercício de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO a Lei Complementar n. 956 de 2002, que institui o Código Tributário Municipal, em seus arts. 165 e 201, § único, que autorizam o chefe do Poder Executivo a promover alterações que possam dilatar o prazo para o pagamento dos impostos referidos;

CONSIDERANDO o art. 167 do Código Tributário Municipal assegura ao contribuinte um desconto sobre o respectivo montante;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Paulo Lopes-SC;

CONSIDERANDO que a prorrogação do vencimento dos tributos municipais permitirá aos contribuintes melhor oportunidade ante o pagamento do referido tributo;

CONSIDERANDO que a referida prorrogação fará com que o executivo promova menos ações de execuções fiscais, desonerando assim o Poder Executivo;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o vencimento da parcela únicos tributos do exercício de 2020, até o dia 10/05/2020, com desconto de 28% (Vinte e oito por cento).

Art. 2º - Ficam prorrogados os vencimentos tanto da primeira parcela que venceu em 28/02/2020; da segunda parcela que vence em 28/03/2020; bem como da terceira e última parcela que vencerá em 28/04/2020; todas ficam com vencimento para o dia 10/05/2020, sem descontos, e sem acréscimos de multas nem juros.

Art. 3º - O prazo para pagamento do ISSQN, fica postergado por 90 (noventa dias), aplicado ao imposto retido da competência FEVEREIRO DE 2020, MARÇO DE 2020, E ABRIL DE 2020.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de março de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO 14/2020

Publicação Nº 2418545

DECRETO Nº 14/2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Paulo Lopes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 10, que implementava ações, no âmbito do Município de Paulo Lopes, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Paulo Lopes, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Paulo Lopes, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7(sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30(trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias;

Art. 3º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Todos os servidores do Município de Paulo Lopes, incluindo, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário (ACT), deverão permanecer em regime de prontidão para atender as necessidades e determinações da chefia imediata.

Art. 5º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 25 de março de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ERRATA AO CONTRATO Nº 018/2020 PMP

Publicação Nº 2418349

ERRATA REFERENTE AO CONTRATO Nº 018/2020-PMP
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020-PMP
 MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020-PMP

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: objeto do presente contrato o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas.

ONDE SE LÊ:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do presente contrato o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, pelo tempo necessário à ulitimação de processo licitatório tendente à regularização desta contratação:

Item	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Contabilidade / SAPO - Esporte	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
2	Folha Esporte	Mês	6,000	310,0000	1.860,00
3	Compras Esporte	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
4	Minha Folha Esporte	Mês	6,000	105,0000	630,00
5	Recursos Humanos Esporte	Mês	6,000	273,0000	1.638,00
6	Livro Eletrônico	Mês	6,000	3.300,0000	19.800,00
7	Educação	Mês	6,000	4.470,0000	26.820,00
8	Pais e Alunos	Mês	6,000	556,0000	3.336,00
9	Professores	Mês	6,000	556,0000	3.336,00
10	Contabilidade / SAPO - Educação	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
11	Compras Educação	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
12	Contabilidade /SAPO - Turismo	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
13	Compras - Turismo	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
14	Contabilidade / SAPO - FIA	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
15	Contabilidade / SAPO - FMAS	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
16	Compras - FIA	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
17	Compras - FMAS	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
18	Contabilidade / SAPO - Saúde	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
19	Compras - Saúde	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
20	Tributos	Mês	6,000	5.850,0000	35.100,00
21	e-nota Fly	Mês	6,000	5.300,0000	31.800,00
22	Contabilidade/SAPO	Mês	6,000	2.171,0000	13.026,00
23	Planejamento	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
24	Cidadão Web Tributos	Mês	6,000	1.060,0000	6.360,00
25	Protocolo Fly	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
26	Folha	Mês	6,000	1.960,0000	11.760,00
27	Frotas	Mês	6,000	983,0000	5.898,00
28	Patrimônio	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
29	Estoque	Mês	6,000	400,0000	2.400,00
30	Compras	Mês	6,000	1.091,0000	6.546,00
31	Recursos Humanos	Mês	6,000	1.080,0000	6.480,00
32	Ponto	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
33	e-social	Mês	6,000	643,0000	3.858,00
34	Minha folha	Mês	6,000	540,0000	3.240,00
35	Transparência Fly	SER	6,000	480,0000	2.880,00
				TOTAL DO PROCESSO:	230.910,00

LEIA-SE:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

Constitui objeto do presente contrato o licenciamento, em caráter emergencial, da licença de uso de sistemas de gestão pública, adiante especificados, bem como suporte técnico necessário a operacionalização destes sistemas, pelo tempo necessário à ultimação de processo licitatório tendente à regularização desta contratação:

Item	Descrição do Material	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Contabilidade/SAPO	Mês	6,000	2.171,0000	13.026,00
2	Planejamento	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
3	Cidadão Web Tributos	Mês	6,000	1.060,0000	6.360,00
4	Protocolo Fly	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
5	Livro Eletrônico	Mês	6,000	3.300,0000	19.800,00
6	Folha	Mês	6,000	1.960,0000	11.760,00
7	Frotas	Mês	6,000	983,0000	5.898,00
8	Patrimônio	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
9	Estoque	Mês	6,000	400,0000	2.400,00
10	Compras	Mês	6,000	1.091,0000	6.546,00
11	Recursos Humanos	Mês	6,000	1.080,0000	6.480,00
12	Ponto BETHA	Mês	6,000	660,0000	3.960,00
13	e-social	Mês	6,000	643,0000	3.858,00
14	Minha folha	Mês	6,000	540,0000	3.240,00
15	Transparência Fly	SER	6,000	480,0000	2.880,00
16	Educação	Mês	6,000	4.470,0000	26.820,00
17	Pais e Alunos	Mês	6,000	556,0000	3.336,00
18	Professores	Mês	6,000	556,0000	3.336,00
19	Contabilidade/SAPO - Habitação	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
20	Contabilidade / SAPO - FIA	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
21	Contabilidade / SAPO - FMAS	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
22	Compras - FIA	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
23	Compras - FMAS	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
24	Contabilidade /SAPO - Turismo	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
25	Compras - Turismo	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
26	Contabilidade / SAPO - Esporte	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
27	Folha Esporte	Mês	6,000	310,0000	1.860,00
28	Compras Esporte	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
29	Minha Folha Esporte	Mês	6,000	105,0000	630,00
30	Recursos Humanos Esporte	Mês	6,000	273,0000	1.638,00
31	Contabilidade / SAPO - Educação	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
32	Compras Educação	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
33	Tributos	Mês	6,000	5.850,0000	35.100,00
34	e-nota Fly	Mês	6,000	5.300,0000	31.800,00
35	Contabilidade / SAPO - Saúde	Mês	6,000	391,0000	2.346,00
36	Compras - Saúde	Mês	6,000	330,0000	1.980,00
				TOTAL DO PROCESSO:	R\$ 230.910,00

Publique-se.

Penha, 24 de Março de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Ordenador De Despesas
Portaria nº1230/2018

BETHA SISTEMAS LTDA
Helena Beatriz Pacheco Daros
Contratado

O presente termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 013/2020 - FMS

Publicação Nº 2418326

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2020-FMS de 10/03/2020
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 - FMS
 MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 - FMS
 HOMOLOGADO EM 28/02/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JDN CLINICA MEDICA LTDA, com sede em Curitiba, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1630, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.262.241/0001-62, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Rodrigo de Oliveira Dias, inscrito no CPF sob nº 029.671.309-07, simplesmente CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM INFECTOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
X	CONSULTA EM NEUROLOGIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM PEDIATRIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM PSIQUIATRIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA DE CIRURGIÃO GERAL	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM MASTOLOGIA	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00
	CONSULTA EM OFTALMOLOGISTA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM ORTOPEDIA	360	R\$ 50,00	R\$ 18.000,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 120.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde, com exceção da consulta em oftalmologista que deverá ser realizado na clínica do profissional.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 120.000,00 (Cem e vinte mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.36.30.00.00

Elemento: 3.3.90.39.50.000000

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de março de 2020.

SÉRGIO MELLO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

JDN CLINICA MEDICA LTDA

Rodrigo de Oliveira Dias
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 014/2020 - FMS

Publicação Nº 2418327

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 014/2020-FMS de 10/03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2020 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 - FMS
HOMOLOGADO EM 28/02/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa BUCHEN CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.390.192/0001-46, com sede à Rua Canoinhas nº 54, Bairro Sete de Setembro, na cidade de Gaspar, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Fernando Cesar Buchen, inscrito no CPF sob nº 019.100.829-02, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	CONSULTA EM ENDOCRINOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM INFECTOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM NEUROLOGIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM PEDIATRIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM PSIQUIATRIA	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA DE CIRURGIÃO GERAL	240	R\$ 50,00	R\$ 12.000,00
	CONSULTA EM MASTOLOGIA	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00
	CONSULTA EM OFTALMOLOGISTA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
	CONSULTA EM DERMATOLOGIA	180	R\$ 50,00	R\$ 9.000,00
X	CONSULTA EM ORTOPEDIA	360	R\$ 50,00	R\$ 18.000,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 120.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde, com exceção da

consulta em oftalmologista que deverá ser realizado na clínica do profissional.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 120.000,00 (Cem e vinte mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.36.30.00.00.00

Elemento: 3.3.90.39.50.000000

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo

administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de março de 2020.

SÉRGIO MELLO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

BUCHEN CLINICA MÉDICA ESPECIALIZADA
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELI
Fernando Cesar BuchenN
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome:

C.P.F. nº

Nome:

C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 015/2020 - FMS

Publicação Nº 2418328

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 015/2020-FMS de 10/03/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - FMS

MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 - FMS

HOMOLOGADO EM 28/02/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o Sr. NADIR BICA PEREIRA, Pessoa Física, inscrito no CPF sob o nº. 141.424.300-68, residente e domiciliado à Rua Anastácio Alves, nº 254, doravante denominada CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CLINICO GERAL	8120	R\$ 36,33	R\$ 294.999,60
			PREÇO TOTAL	R\$ 294.999,60

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde, com exceção da consulta em oftalmologista que deverá ser realizado na clínica do profissional.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.



CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 120.000,00 (Cem e vinte mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.36.30.00.00.00

Elemento: 3.3.90.39.50.000000

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para

dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de março de 2020.

SÉRGIO MELLO NADIR BICA PEREIRA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 016/2020 - FMS

Publicação Nº 2418329

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2020-FMS de 10/03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 - FMS
HOMOLOGADO EM 28/02/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, o Sr. ALYSSON VINICIUS VEIGA BECKERT, Pessoa Física, inscrito no CPF sob o n.º 009.722.009-40, residente e domiciliado à Avenida Prefeito Juvenal Mafra, nº 8356, Bairro Gravata, na Cidade de Navegantes, doravante denominada CREDENCIADA resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CLINICO GERAL	8120	R\$ 36,33	R\$ 294.999,60
			PREÇO TOTAL	R\$ 294.999,60

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde, com exceção da consulta em oftalmologista que deverá ser realizado na clínica do profissional.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 120.000,00 (Cem e vinte mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.36.30.00.00.00

Elemento: 3.3.90.39.50.000000

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de março de 2020.

SÉRGIO MELLO ALYSSON
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

VINICIUS VEIGA BECKERT
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 017/2020 - FMS

Publicação Nº 2418330

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 017/2020-FMS de 10/03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020 - FMS
HOMOLOGADO EM 28/02/2020

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa JDN CLÍNICA MEDICA LTDA, com sede em Curitiba, na Rua Visconde do Rio Branco, nº 1630, Bairro Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.262.241/0001-62, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Rodrigo de Oliveira Dias, inscrito no CPF sob nº 029.671.309-07, simplesmente CREDENCIADO resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, que deverão prestar serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta e procedimentos médicos especializados, atendendo as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde nº 068/2020.

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
X	CONSULTA DE CLINICO GERAL	8120	R\$ 36,33	R\$ 294.999,60
			PREÇO TOTAL	R\$ 294.999,60

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde, com exceção da consulta em oftalmologista que deverá ser realizado na clínica do profissional.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes no Anexo II.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

- II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.
- III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.
- IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 120.000,00 (Cem e vinte mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde
Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde
Elemento: 3.3.90.36.30.00.00.00
Elemento: 3.3.90.39.50.000000

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 10 de março de 2020.

SÉRGIO MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

JDN CLINICA MEDICA LTDA
Rodrigo de Oliveira Dias
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO A CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 20/2020 CREDENCIAMENTO UNIVERSAL 01/2020

Publicação N° 2418271

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação nº 20/2020, Credenciamento nº 01/2020.

Objeto: Contratação de Emissora de Rádio com difusão AM com abrangência em todo o território do Município de Peritiba por meio de sistema de credenciamento, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 30 de março de 2020, com data prevista para encerramento em 31 de dezembro de 2020.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 24 de março de 2020.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 518, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417901

DECRETO Nº 518, de 24 de Março de 2020.

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE-CORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID 19, EM ATENDIMENTO AO DECRETO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e,

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo de suspensão de atividades públicas e privadas não essenciais, pelo período de 7 (sete) dias, com início em 23/03/2020, em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, conforme previsão dada pelo Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 525, de 23 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 0004/2020/03PJ/LGN oriunda da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Laguna/SC.

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de que tratam os Decretos Municipais nºs 511/2020, 513/2020 e 514/2020 e os Decretos do Governo Estadual de Santa Catarina nºs 506/2020, 515/2020 e 525/2020, estão suspensos, a contar do dia 23/03/2020, por 7 (sete) dias, no território do município de Pescaria Brava/SC, a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros, as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral e ainda as atividades e os serviços públicos não essenciais, conforme definição constante do Decreto Municipal nº 513/2020, bem como a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

Art. 2º Para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da infecção humana pelo vírus Covid-19, prorroga-se o prazo de suspensão do atendimento ao público nas dependências da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava/SC, pelo prazo de 7 (sete) dias, a iniciar em data de 23/03/2020.

Art. 3º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 24 de Março de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 519, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418516

DECRETO Nº 519, de 25 de Março de 2020.

“DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE-CORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID 19, EM ATENDIMENTO AO DECRETO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Nº 525, DE 23 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do disposto no artigo 7º, inciso I, do Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina de nº 525, de 23 de Março de 2020, fica proibido o comércio em geral no território do Município de Pescaria Brava/SC, que implique em atendimento presencial, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar da data de 25/03/2020.

§1º Conforme disposição dada pelo artigo 9º, incisos XXI e XXXV, do Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina de nº 525, de 23 de Março de 2020, excetua-se da proibição de que trata o caput deste artigo, além das atividades constantes do artigo 2º deste Decreto, a entrega de encomendas e cargas em geral, decorrentes da comercialização por meio eletrônico ou por telefone, especialmente quanto a atividade de tele entrega/delivery de alimentos.

§2º Os estabelecimentos comerciais que optarem pela comercialização por meio eletrônico ou por telefone, deverão adotar todas as

medidas de higienização e prevenção ao vírus Covid-19, definidas pelo Governo Municipal de Pescaria Brava e Governo Estadual de Santa Catarina, necessárias para evitar a transmissão do vírus no ambiente de trabalho e na entrega de encomendas ao público em geral.

§3º Fica estritamente proibido o atendimento ao público nos estabelecimentos comerciais, para fins de entrega de encomendas comercializadas por meio eletrônico ou por telefone, as quais serão exclusivamente entregues ao público, mediante o sistema de delivery.

§4º Com exceção aos serviços de delivery de alimentos, medicamentos, insumos de saúde e encomendas relacionadas a saúde pública e combate ao vírus Covid-19, fica proibida a entrega de encomendas comercializadas pelos estabelecimentos comerciais situados no Município de Pescaria Brava/SC, por meio eletrônico ou por telefone, para consumidores idosos ou gestantes, os quais compõe o grupo de risco decorrente da infecção pelo vírus Covid-19.

Art. 2º Além do disposto nos Decretos Municipais nºs 511/2020, 513/2020 e 514/2020, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais, conforme definição dada pelo Decreto do Governo Estadual de Santa Catarina nº 525, de 23 de Março de 2020, não estando sujeitas as restrições impostas pelo artigo 1º deste Decreto, as atividades de:

- I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III – segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
- IV – defesa civil;
- V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI – telecomunicações e internet;
- VII – captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- X – iluminação pública;
- XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
- XII – serviços funerários;
- XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;
- XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
- XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
- XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XVII – vigilância agropecuária internacional;
- XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
- XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
- XX – serviços postais;
- XXI – transporte e entrega de cargas em geral;
- XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
- XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;
- XXIV – transporte de numerário;
- XXV – fiscalização ambiental;
- XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
- XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
- XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
- XXIX – mercado de capitais e seguros; XXX – cuidados com animais em cativeiro;
- XXXI – advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
- XXXII – imprensa;
- XXXIII – acessórios ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
- XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;
- XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
- XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;
- XXXVII – agropecuárias;
- XXXVIII – manutenção de elevadores;
- XXXIX – industriais, mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.
- XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;
- XLI – serviços de guincho;
- XLII – supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

Art. 3º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 25 de Março de 2020.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 520, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418520

DECRETO Nº 520, de 25 de Março de 2020.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREAS DE TERRA LOCALIZADAS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE JOÃO MATOS DE OLIVEIRA OU A QUEM DE DIREITO FOR."

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e com fundamento no disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, o imóvel abaixo relacionado, descrito e caracterizado conforme planta topográfica e memorial descritivo, anexos, para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, a área de terra abaixo relacionada:

I – Poço: Poligonal fechada tem início no Vértice VT-01 – Coordenadas (UTM N: 6.857.006,156 e E: 706.595,133), segue por linha reta com distância de 10,00m até o Vértice VT-02 (UTM N: 6.857.004,451 e E: 706.604,987) formando assim o lado (Norte-Frente) com a Rua Narciso Patrício de Oliveira; do Vértice VT-02 segue com distância de 18,12 m até o Vértice VT-03 (UTM N: 6.856.986,869 e E: 706.600,577) formando assim o lado (Leste-Lado Direito) que estrema com terras de João Matos de Oliveira; do Vértice VT-03 segue com distância de 10,00m até o Vértice VT-04 (UTM N: 6.856.989,320 e E: 706.590,882) formando assim o lado (Sul-Fundos), que estrema com terras de Antônio José Simão Corrêa e Moisés Antônio de Aguiar; do Vértice VT-04 segue com distância de 17,36 m até o Vértice VT-01 (UTM N: 6.857.006,156 e E: 706.595,133) formando assim lado (Oeste-Lado Esquerdo) que estrema com terras de João Matos de Oliveira, e fecha a poligonal com área de 177,21 m².

Art. 2º - A área referida no paragrafo anterior destina-se a instalação de poço para o Sistema de Abastecimento de Água no município de Pescaria Brava-SC.

Art. 3º - Fica a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN autorizada a tomar as providências decorrentes das ações administrativas e judiciais para fazer valer a execução deste decreto, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes da presente medida que se fizerem necessárias para a aquisição da citada área.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 25 de Março de 2020.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 019/2020

Publicação Nº 2418195

PORTARIA Nº 019/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Conceder afastamento por Licença Prêmio, pelo período de 90 (noventa) dias aos(as) servidores(as) constantes na tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANA MARTINS CALEGARI BITENCOURT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	03/02/2020 A 02/05/2020
ALEXANDRA HUBNER DA SILVA	PROFESSORA	03/02/2020 A 02/05/2020
ANALU HUBNER DA SILVA CITADIN	PROFESSORA	03/02/2020 A 02/05/2020
DILNEY DA LUZ	PROFESSOR	03/02/2020 A 02/05/2020
FRANCIELE DOS SANTOS MACHADO	PROFESSORA	03/02/2020 A 02/05/2020
KAROLINE ALMEIDA DE SÁ	PROFESSORA	03/02/2020 A 02/05/2020
REGINA MALTESO CAMILO CORRÊA	PROFESSORA	03/02/2020 A 02/05/2020
TEREZINHA DO CARMO MARTINS NASCIMENTO	MERENDEIRA	03/02/2020 A 02/05/2020

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de fevereiro de 2020.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 020/2020

Publicação N° 2418198

PORTARIA N° 020/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "comissionado", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
GUILHERME HENRIQUE GURGEL PEREIRA BATISTA	MÉDICO ESF

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 01 de fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 021/2020

Publicação N° 2418202

PORTARIA N° 021/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o(a) servidor(a), de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
NILCEIA NUNES DE MEDEIROS	ASSESSOR(A) DE SECRETARIA

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 03 de fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 022/2020

Publicação N° 2418203

PORTARIA N° 022/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1º. - CONCEDER a servidora JÉSSICA ZEFERINO DE SOUZA GOULART, Professora lotada na Secretaria de Educação, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 04 de fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 023/2020

Publicação Nº 2418208

PORTARIA Nº 023/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o(a) servidor(a), de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
JAILDO DE MEDEIROS ACORDI	CHEFE DE SETOR

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 06 de fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 024/2020

Publicação Nº 2418210

PORTARIA Nº 024/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os(as) servidores(as) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
GUILHERME PREUSS BERKENBROCK	PROFESSOR – 40 HORAS
LETICIA BARRETO AVELINO	PROFESSOR
PATRICIA FLOR DA ROCHA	PROFESSOR
ADRIANA DE SOUZA VIEIRA	PROFESSOR
ELAINE MEDEIROS SABINO COSTA	PROFESSOR
ADRIANA DE CAMPOS ANDRADE ALBINO	PROFESSOR
VANESSA DE SOUZA ACORDI CALEGARI	PROFESSOR – 30 HORAS
DEBORA FERNANDES MACHADO MOTA	PROFESSOR
SUZIANE POLUCENO VIANA	PROFESSOR
GISELLE DE MEDEIROS SOUZA BLASIUS	PROFESSOR – 30 HORAS
PAULA GIONAVI DE ASSUMOÇÃO LUZ	PROFESSOR – 40 HORAS
DANIELA BALZ HARA	PROFESSOR – 30 HORAS
ANDREZA DA SILVA TEIXEIRA	PROFESSOR – 40 HORAS
ANA PAULA DE SOUZA	PROFESSOR – 40 HORAS
EDILANE PERDONA BRESSAN	PROFESSOR
LUANA SATURNINO MARTINS	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
ALESSANDRA DE JESUS GOMES	PROFESSOR – 30 HORAS
ANA LUCIA DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
ANA LUIZA SOUZA	PROFESSOR – 40 HORAS
SONIA PEDRO LEANDRO DA SILVA	PROFESSOR – 40 HORAS
VANIA BALDOINO PEREIRA	PROFESSOR – 40 HORAS
FRANCINE OLIVEIRA FLORIANO	PROFESSOR – 40 HORAS
VALDETY GARCIA POLICARPO	PROFESSOR – 30 HORAS
LARISSY NASCIMENTO BORGES	PROFESSOR
MIKAEL DA ROSA FERNANDES	PROFESSOR – 40 HORAS
HELENA NUNES ROSA	PROFESSOR
BRUNA FERNANDES DA ROSA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
SABRINA MENDES FIRMIANO	PROFESSOR
JANAINA PORTELLA CARDOSO PEREIRA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
DAIANE KNISS CORREA COSTA	PROFESSOR
DANIELA CARDOSO LIDORIO BERTOLDO	PROFESSOR
JOICE CARVALHO LUIZ	PROFESSOR – 40 HORAS
ANA PAULA CARVALHO LUIZ	PROFESSOR – 40 HORAS
ELIZETE CARDOSO MANOEL	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
EDILENA DE SIQUEIRA ANTUNES	PROFESSOR – 30 HORAS

TAISE VIEIRA	PROFESSOR
DRIELLE DE JESUS DUARTE	PROFESSOR – 40 HORAS
INDIANA CAETANO DA ROSA GOULART	PROFESSOR
TAUANY GARCIA DO AMARAL	PROFESSOR – 30 HORAS
JOSIANE VIEIRA DA SILVA	PROFESSOR
KARINE DE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR
ANDREIA DA SILVA	PROFESSOR – 30 HORAS
TATIANE FERNANDES ARCENO	MONITOR DE TRANSPORTE ARCENO
VANESSA RODRIGUES AMARAL	PROFESSOR – 40 HORAS
JACY AMELIA DE SOUZA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
SOLANGE MOREIRA ALEXANDRE	PROFESSOR
INDIANARA BROGES RODRIGUES	PROFESSOR – 40 HORAS
MARITA MACHADO PRUDENCIO	PROFESSOR
SIRLEI TERESINHA ACORDI CLARINDO	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
LUCIANA DE OLIVEIRA VANDREZEN BARRETO	PROFESSOR
YASMYNY LIANA COSTA	PROFESSOR – 40 HORAS
MARIANA COSTA DOS SANTOS	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
ALESANDRA CAMILO MENDES	PROFESSOR
TALITA SABINO ELISEU	PROFESSOR – 40 HORAS
MURILO MARTINS ELISEU	PROFESSOR – 30 HORAS
TAISE DE BITTENCOURT DE SOUZA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
PATRICIA GOMES FIGUEIREDO	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
VIVIANE DA ROSA SILVA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
JULIANA BRITZ VIEIRA	PROFESSOR
JAQUELINE GOULART PEREIRA	PROFESSOR
BRUNA FREITAS DE AGUIAR DA ROSA	PROFESSOR – 30 HORAS
GISLAINE DA SILVA MARTINS ANDRADE	PROFESSOR
MARIA APARECIDA DOS SANTOS COSTA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
JUCIMARA DE JESUS CALLEGARI RODRIGUES	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
LIDIANE SOUZA VENANCIO PARANAGUA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
SIMONE DAS GRAÇAS GONSALVES	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
LAIS MACHADO CORREA	AUXILIAR SERVICOS GERAIS
THAYSE MATIAS BORGES	PROFESSOR
JULIA FREITAS DE AGUIAR	PROFESSOR – 30 HORAS
ELANIA DA SILVA BARBOSA	PROFESSOR
FERNANDA DEFREIN ALMEIDA	PROFESSOR – 40 HORAS
CLAUDIA DEFREIN ALMEIDA	PROFESSOR – 30 HORAS
SHEYLA DA SILVA DE ABREU	PROFESSOR – 30 HORAS
ITAMARA RODRIGUES CORREA	PROFESSOR – 30 HORAS
NATIELE RODRIGUES	PROFESSOR – 30 HORAS
MAIARA FELISBERTO MATIAS	PROFESSOR – 40 HORAS
MATEUS BARRETO MACHADO	PROFESSOR – 40 HORAS
MONIELLY SANTOS DE SOUZA NOLA	PROFESSOR – 40 HORAS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 07 de fevereiro de 2020.
 DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 025/2020

Publicação Nº 2418212

PORTARIA Nº 025/2020
 DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar os(as) servidores(as) de cargo de tipo "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
LUCIMARA DA ROCHA FIRMINO	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
CLAUDETE DE OLIVEIRA SILVA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
TAIRES VIEIRA CORREA	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

066

Publicação Nº 2418074

DECRETO Nº 066/2020, de 24 de março de 2020.

"Declara situação de emergência, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências."

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente; CONSIDERANDO a avaliação do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19, bem como a identificação de transmissão comunitária em franca expansão na região sul do Estado, situação que pode vir a ser identificada em outras regiões a qualquer momento, e que culmina na necessidade de restrição drástica da circulação de pessoas. CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020 que determinou novas medidas para enfrentamento à COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência em todo o território do Município de Pinhalzinho, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Parágrafo único. As medidas de que trata este decreto têm caráter temporário, com vigência até disposição em contrário.

Art. 2º. Para enfrentamento da situação de emergência declarada no art. 1º deste Decreto, ficam suspensas, em todo o território do município de Pinhalzinho, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, restaurantes e comércio em geral;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

V - a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

§1º Fica suspensa pelo período da quarentena a concessão de férias e licenças aos servidores dos serviços considerados essenciais.

§2º A critério da Administração Municipal, todos os servidores, inclusive aqueles que se encontrarem em férias ou licenças, deverão ficar sobreaviso, podendo ser convocados a qualquer momento para realização de serviços considerados essenciais por ato da administração municipal, tendo a continuidade de suas férias ou licenças retomadas após a definição dos gestores da área.

Art. 3º. Ficam suspensas em todo território municipal, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, inclusive, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, atividades de contraturno escolar ofertados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e demais grupos dos serviços socioassistenciais, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, cursos profissionalizantes, escolas de idiomas e atividades afins, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

§ 1º No que tange à rede pública municipal de ensino, os primeiros 15 (quinze) dias correspondem à antecipação do recesso escolar e o restante do período ficará sujeito à reposição.

§ 2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período em que as aulas estiverem suspensas.

§ 3º Ato do Secretário Municipal da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

§ 4º Aplica-se a suspensão prevista neste artigo a todos servidores e estagiários lotados na Secretaria Municipal de Educação e aos orientadores sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

§ 5º Ficam suspensos pelo mesmo período os contratos administrativos de transporte escolar, fornecimento de alimentos para merenda escolar, materiais didáticos e de expediente e demais contratos de fornecimento relacionados à educação.

Art. 4º. Durante o período de vigência da quarentena, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através

dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 5º. Enquanto durar o período de quarentena, ficam suspensos os atendimentos agendados nas unidades de saúde que não sejam de urgência e emergência, bem como, os procedimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas.

§ 1º As unidades de saúde devem priorizar o atendimento aos idosos e a pessoas integrantes do grupo de risco, criando mecanismos de atendimento diferenciado, tanto quanto possível.

§ 2º O disposto no caput não se aplica às consultas de rotina agendadas de pacientes com doença crônica descompensada, de consultas de pré-natal e de vacinação, devendo ser editado ato específico do responsável pela pasta para disciplinar esse atendimento no âmbito do Município.

Art. 6º. Aplica-se a quarentena aos servidores e estagiários lotados nas atividades essenciais, que se enquadrem em quaisquer das situações abaixo relacionadas, desde que devidamente comprovado por licença médica:

I – febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a OMS, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

II – febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de contato próximo de caso suspeito para o coronavírus, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

III – febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) e contato próximo de caso confirmado de coronavírus (2019-nCoV) em laboratório, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

IV – Servidores públicos e estagiários que apresentem doenças respiratórias crônicas, com 60 anos ou mais, e gestantes de alto risco, hipertensos com comorbidades e insuficiência renal crônica.

§1º. Em qualquer das situações acima, o servidor ou estagiário, deve seguir o protocolo dos órgãos públicos de saúde para verificação de caso suspeito de COVID-19.

§2º. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 7º. Fica proibido, salvo em caso de necessidade especial e justificada, viagens de servidores públicos municipais de que possa resultar contato ou aproximação com portadores ou possíveis portadores da doença.

Art. 8º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais aqueles determinados pelo Governador do Estado de Santa Catarina mediante decreto.

Art. 9º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município de Pinhalzinho na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais e ambientes privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 10. As medidas mencionadas no art. 5º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, em conjunto com o Setor de Licitações, fará o levantamento das licitações em andamento e daquelas em via de serem lançadas, devendo manter as datas previstas para sessões apenas em relação àquelas consideradas indispensáveis.

Art. 12. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para o cumprimento deste Decreto, tais como a contratação de profissionais da área da saúde, na hipótese de necessidade emergencial, e a aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos, mediante prévia justificativa da área competente ratificada por ato da Secretária Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Na contratação de bens ou serviços para tratamento, prevenção, isolamento ou quarentena, em caso de dispensa de licitação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá observar as hipóteses previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como instruir o processo com justificativa e parecer jurídico emitidos pelo Setor Jurídico.

Art. 13. Ficam suspensos, independentemente do número de pessoas, em todo território municipal, pelo período de 30 (trinta) dias, eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas, cultos religiosos, encontros de idosos e a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças.

Art. 14. Recomenda-se, por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias.

Art. 15. Todos os servidores públicos que estiverem com as atividades suspensas deverão respeitar a quarentena e caso sejam flagrados em locais públicos diversos dos estabelecimentos relacionados no §1º do Art. 2º deste Decreto, ficarão sujeitos à responsabilização disciplinar, nos termos do artigo 91, inciso III, da Lei Complementar nº 140/2012.

Art. 16. O descumprimento da medida de quarentena poderá sujeitar os infratores às sanções penais previstas nos arts. 268 e 330 do Código Penal, se o fato não constituir crime mais grave (art. 5º da Portaria Interministerial MS/MJSP nº 5/2020)

Art. 17. A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 18. Fica revogado o Decreto nº 60, de 17 de março de 2020.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Pinhalzinho/SC, 24 de Março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretario de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra:

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013-2020

Publicação Nº 2417882

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2020 – PMP

Objeto: Contratação de empresa Especializada para Fornecimento de Mão de obra e Peças (originais ou similares) para manutenção à MOTONIVELADORA KOMATSU GD555 Pat. 9596., conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao vigésimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelo servidor Sr. Samuel

Eckert, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: CLAUDENIR DEONISIO PARIS - MEI. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresas, IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA – EPP, GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME.

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA - EPP, Srta. Jessica Pezenatto. GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME, Sr. Marcio Juliano Alcantara.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

LICITANTE	VALOR FINAL (R\$)
GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME	20.000,00

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa apresentou documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

É de ciência da empresa vencedora e acordado durante a licitação que no momento da entrega da máquina concertada deverá devolver todas as peças velhas substituídas, descrito no edital juntamente com o termo de garantia.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA - EPP	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
GAUCHINHO MAQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ME	

ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014-2020

Publicação Nº 2418182

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual Aquisição de Álcool Comum, Gasolina Comum, Óleo Diesel S500 e S10, para atender às necessidades de abastecimento da frota de veículos oficiais do Município, Polícia Militar, Civil, Guarnição do Corpo de Bombeiros e CIDIR, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao vigésimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte, às quatorze horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura

Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelo servidor Sr. Samuel Eckert, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU. ESPLANADA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. PINHALZINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA. As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

DO CREDENCIAMENTO DE "ME" E "EPP": A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento "ME" e "EPP". Credenciaram-se as empresa: nenhuma empresa se credenciou.

DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU Sr. Fabricio Thomas. ESPLANADA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., Sr. Rodrigo Filipi Tome, PINHALZINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA, Sr. Diego Alan Cogo.

DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça (www.cnj.jus.br/improbidade) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

Item	Licitante vencedor	Valor Unitário (R\$)
1	PINHALZINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	3,31
2	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	3,56
3	ESPLANADA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	2,665
4	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	2,695

DA CLASSIFICAÇÃO: Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento "Histórico do Pregão", Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa apresentou documentação de habilitação está em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

DOS RECURSOS: Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

DO ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal
ESPLANADA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	PINHALZINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

PORTARIA Nº 266 DE 13 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418243

PORTARIA Nº 266 DE 13 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009, 140/2012 e 213/2019, Resolve,

Artigo 1º CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade à senhora JULINE SCHUH, brasileira, inscrita no CPF n. 060.729.349-78, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho/SC, pelo período de 09.03.2020 a 04.09.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data de 09.03.2020.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 13 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 267 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418244

PORTARIA Nº 267 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER adicional de titulação, à Servidora ILSE MOTTER PRIOR, inscrita no CPF sob o n. 985.969.269-68, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho, na proporção de 10%, devido à apresentação de diploma, registrado sob o nº 1112, conferido em face da conclusão do Ensino Médio.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 268 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418246

PORTARIA Nº 268 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009 e 140/2012, bem como o Concurso Público de edital nº 001/2015 e mandado de segurança nº 5000302-50.2020.8.24.0049/SC,

Resolve,

Artigo 1º NOMEAR, por concurso, o Senhor JACSON ADRIANO DO AMARAL, inscrito no CPF sob o n. 088.678.839-09, para ocupar o cargo efetivo de TÉCNICO EM ATIVIDADES AGROPECUARIAS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Pinhalzinho, a partir de 16.03.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 269 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418248

PORTARIA Nº 269 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º NOMEAR, a Servidora KEITY TALIA ROLIM DE MOURA, brasileira, inscrita no CPF n. 093.136.089-79, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR – CC 01, com dedicação integral, lotada na Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 16.03.2020.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 270 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418252

PORTARIA Nº 270 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º REVOGAR, a função gratificada no percentual de 50% do Servidor MARCOS ALFREDO DEUFEL, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 022.009.219-26, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, lotado na Secretaria de Educação, deste município, a partir de 11.03.2020.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data de 11.03.2020.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA N° 271 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418253

PORTARIA N° 271 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER função gratificada no percentual de 50%, ao Servidor Público Municipal MARCOS ALFREDO DEUFEL, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 022.009.219-26, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, a partir do mês de 11.03.2020, para coordenar o Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA N° 272 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418254

PORTARIA N° 272 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009, 140/2012 e 213/2019,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER adicional de titulação à Servidora LUCIANA GONSALVES, brasileira, inscrita no CPF n. 071.828.029-61, ocupante da função temporária de AGENTE EDUCATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, na proporção de 20% devido à apresentação de diploma, registrado sob o n. 163092|1424469|982, conferido em face da conclusão de curso de graduação, em Artes Visuais.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA N° 273 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418255

PORTARIA N° 273 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER função gratificada no percentual de 50%, à Servidora Pública Municipal ELIZETE JULIANI KEMPF, brasileira, inscrita no CPF sob n. 598.146.590-53, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, a partir de 01.03.2020, para atuar como Coordenadora Pedagógica na EMEB José

Theobaldo Utzig.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 274 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418256

PORTARIA Nº 274 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER função gratificada no percentual de 10%, à Servidora Pública Municipal ELIZANDRA MARIA LUDWIG, brasileira, inscrita no CPF sob n. 050.028.729-56, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, a partir de 01.03.2020, para atuar como Coordenadora de controle de estoque.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 275 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418257

PORTARIA Nº 275 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER função gratificada no percentual de 10%, à Servidora Pública Municipal CHEILA REGINA FREY, brasileira, inscrita no CPF sob n. 086.652.419-30, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, a partir de 01.03.2020, para atuar como Coordenadora de distribuição de merenda escolar.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 276 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418258

PORTARIA Nº 276 DE 16 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º EXONERAR a servidora MAELI PRISCILA BRANDALISE, brasileira, inscrita no CPF n. 086.078.809-18, ocupante do cargo em comissão de SECRETARIO DE ESCOLA – CC 01, com dedicação integral, lotada na Secretaria de Educação deste município, a partir de 16/03/2020, sendo esse o último dia trabalhado.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 16 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 277 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418259

PORTARIA Nº 277 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º NOMEAR, a Servidora MAELI PRISCILA BRANDALISE, brasileira, inscrita no CPF n. 086.078.809-18, para ocupar o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE PROJETOS/PROGRAMAS – CC 02, com dedicação integral, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 17.03.2020.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 278 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418260

PORTARIA Nº 278 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 30 (trinta) dias consecutivos de licença prêmio à Servidora Pública Municipal NOEMIA TERESA DA CUNHA, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 928.813.789-00, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR EM ENFERMAGEM (EXTINÇÃO), lotada na Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, referente ao período aquisitivo de 03/03/2008 a 02/03/2013, no período concessivo de 17/03/2020 a 15/04/2020.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 279 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418262

PORTARIA Nº 279 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER 05 (cinco) dias de licença paternidade ao senhor FABIO ZANELLA, brasileiro, inscrito no CPF n. 076.916.699-76, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Pinhalzinho/SC, pelo período de 13.02.2020 a 17.02.2020.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data de 13.02.2020.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 280 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418263

PORTARIA Nº 280 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009, 140/2012 e 213/2019, bem como o Processo Seletivo de edital n. 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação,

Resolve,
Artigo 1º CONTRATAR, temporariamente, a Senhora RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA, brasileira, inscrita no CPF n. 078.242.419-80, para ocupar a função temporária de PROFESSOR MAG II – Séries Iniciais – Ensino Fundamental, com atribuição de exercício na Secretaria Educação do Município de Pinhalzinho/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 17.03.2020 a 18.12.2020, para, de acordo com o artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar n. 213/2019, atuar em vaga excedente devido ao aumento de matrículas.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de março de 2020.
MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

WANDERLEI BORBA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 281 DE 17 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418267

PORTARIA Nº 281 DE 17 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009, 140/2012 e 213/2019,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER adicional de titulação à Servidora RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA, brasileira, inscrita no CPF n. 078.242.419-80, ocupante da função temporária de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho, na proporção de 10% devido à apresentação de diploma, registrado sob o n. 12502, conferido em face da conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 17 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 282 DE 18 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418269

PORTARIA Nº 282 DE 18 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009, 140/2012 e 213/2019, bem como o Processo Seletivo de edital n. 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação,

Resolve,

Artigo 1º CONTRATAR, temporariamente, a Senhora LUANA FERNANDA JOST, brasileira, inscrita no CPF n. 093.206.719-07, para ocupar a função temporária de AGENTE EDUCATIVO, com atribuição de exercício na Secretaria Educação do Município de Pinhalzinho/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 18.03.2020 a 18.12.2020, para, de acordo com o artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar n. 213/2019, atuar como monitora do transporte escolar da Pré-Escola recebendo as crianças que tem ponto de embarque na Escola Marcolino, encaminhando elas para o ônibus e acompanhando as mesmas até o CEIM Pedro Simon, onde permanece em atividades auxiliares até o momento do retorno do transporte até a retirada das crianças pelos pais.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 18 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 285 DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418273

PORTARIA Nº 285 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º EXONERAR, a pedido, o servidor MISDAEL FERREIRA, brasileiro, inscrito no CPF n. 084.847.779-01, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos deste município, a partir de 18.03.2020, sendo esse o último dia trabalhado.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data de 18.03.2020.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 20 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 286 DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418275

PORTARIA Nº 286 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER, a pedido, redução para 20 horas semanais, da carga horária da Servidora SAYONARA ORTIGARA CUCHI, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 054.116.919-07, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR MAG II, lotada na Secretaria de Educação, atualmente com 40 horas semanais, a partir da data de 18.03.2020 a 17.03.2021, conforme autorização do Secretário de Educação.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a data de 18.03.2020.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 20 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 287 DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418276

PORTARIA Nº 287 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º EXONERAR, a pedido, a servidora NOELI FÁTIMA LANZARINI, brasileira, inscrita no CPF n. 817.327.599-87, ocupante da função temporária de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação deste município, a partir de 20.03.2020, sendo esse o último dia trabalhado.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 20 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 288 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418278

PORTARIA Nº 288 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONVOCAR os servidores abaixo nominados para trabalhar no auxílio à limpeza das unidades de saúde, devendo se apresentar a partir do dia 24 de março na Secretaria de Saúde, conforme a necessidade.

Josiani Cristini Da Silva

Neiva Maria Zanella

Vanderleia De Fatima Wicheniski Janner

Rosenilda De Moura

Juliana Maria Dresch Danielli

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Pinhalzinho/SC 23 de março de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

WANDERLEI BORBA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO 5203

Publicação Nº 2417993

DECRETO Nº 5203, DE 24 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DE-CORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe conferem o inciso VII da Lei Orgânica e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto resolve por determinar no âmbito municipal as mesmas medidas constantes do decreto estadual nº 525, de 23 de março de 2020, qual consta do anexo I. De modo que fica prorrogada a quarentena de sete dias no âmbito do serviço público municipal a partir da data de 25 de março de 2020.

Art. 2º Fica determinada o gozo obrigatório das férias acumuladas, vencidas no âmbito do serviço público municipal.

§ 1º Fica excluída da presente medida os servidores lotados na secretaria de saúde.

§ 2º Não se aplica a medida aos servidores quais não possuam substitutos imediatos.

§ 3º Casos excepcionais devem ser justificados pelo secretário da pasta.

Art. 3º. A título acautelatório, tendo em vista que é responsabilidade de todos auxiliar no combate de crise, pugnando pela responsabilidade social, de pessoas, entidades e indústrias, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias, ressaltando que sempre que possível deve-se solicitar que terceiros, foras da faixa de risco, executem atividades como compras de mantimentos;

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos;

III – que as indústrias mantenham suas atividades somente para manter o nível mínimo de estoque necessário;

IV – que as indústrias que não enquadra-se em atividades essenciais suspendam suas atividades concedendo férias coletivas.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

PINHEIRO PRETO/SC, 24 DE MARÇO DE 2020

PEDRO RABUSKE

Prefeito

EDITAL INSCRITOS CP 01

Publicação Nº 2417916

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

Edital n.º 04/2020

O Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital nº 01/2020, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, em conjunto com a Comissão Organizadora de Concursos, nomeada através da Portaria nº 141/2020, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º – A homologação das inscrições dos candidatos ao Concurso Público nº 01/2020, sob o regime estatutário, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal e formação de cadastro de reserva.

2º – A Comissão Organizadora de Concursos, decide pelo ADIAMENTO da aplicação das provas escritas do Concurso Público nº 001/2020, que seria realizada no dia 05 de abril de 2020, devido a pandemia de coronavírus - Covid-19 no Brasil e em obediência a recomendação da Organização Mundial de Saúde que é para que a população evite aglomerações e ambientes fechados.

3º - O novo cronograma será divulgado posteriormente, dependendo do cenário da doença no país.

4º - O Edital contendo o novo cronograma do presente concurso será publicado no diário oficial do Município, bem como no site www.ippec.org.br.

5º – Relação nominal dos candidatos homologados, distribuídos por cargo, conforme segue:

ATENDENTE DE CRECHE I		
INSC	NOME	DT. NASC.
72383	ALESSANDRA BATISTA DE SIQUEIRA	19/02/1999
71572	AMANDA ANTUNES FERREIRA	11/02/1995
65694	ANA CLAUDIA HERBERT	05/11/1993
76046	BRUNA LETÍCIA FRITZEN GIOVANELLA	13/09/2001
64046	CAMILLE RABUSKE ANGREVSKI	08/06/2001
69560	CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA	01/10/1999
65662	CRISTIANE TEDESCO DE OLIVEIRA	09/02/1982
66011	DEBORA GONÇALVES DA SILVA	26/04/1983
64752	DULCELEIA MARIA BARBOSA CALERAUS	09/05/1985
72838	EDIELI DE SOUZA PIOVESAN	29/04/2000
64386	FABIANA AMANCIO DA SILVA	22/06/1993
65546	FABIULA ANTUNES TOZATI	02/11/1999
64335	FRANCIELI FERRARI	19/10/1991
67420	GISLIANE RIBEIRO	28/04/1986
69087	JAQUIELI MARQUES DOS SANTOS	18/05/2001
79555	JESSICA LINDIANE FERREIRA	01/06/1998
66669	JOCIELI PERGHER	17/05/1990
79994	JOICE DE BARROS COSTA	27/04/1988
68343	KETLEN MAELI JARDIM FERNANDES	13/12/1994
65547	KETLYN CRISTINE DUARTE	26/05/2001
68447	MAIRA PEGORARO GONCALVES	28/04/1998
66395	MARIÊ ELIZABETE CHISTE	16/12/1999
66544	MARILICE ALVES MOREIRA DE ALMEIDA	05/05/1976
67407	MARLEI ALEXANDRINO PEREIRA	11/03/1999
67292	NAIARA KERCHER BUENO	17/08/1999
73475	PRISCILA LOPES CARDOSO	24/11/1991
75901	SANDRA MARIA MARTINS	28/04/1986
73292	TACIANA MORAES DE CAMPOS	23/12/2002
77963	TAIAMARA ANDRESSA RIBEIRO DOS SANTOS	21/11/1999
64560	TAMARA CARDOZO DOS SANTOS	14/12/1998
69514	YHORANA LARA PELLIN	13/11/2001

AUXILIAR DE CONTABILIDADE		
INSC	NOME	DT. NASC.
75209	ADÉLCIO ZANINI	13/09/1982
79808	ADEMAR PARAVISI	19/08/1993
64552	ADMILSON VINGLA DE MATOS	31/07/1978
80041	ALANA MENEGÃO	27/02/1997
64147	ALESSANDRA LINS DOS SANTOS	22/04/1998
76653	ALEXANDRO RIBEIRO	20/04/1985
79509	ALINE APARECIDA PIRES	25/04/1995
79646	ALINE DE CAMPOS	18/09/1996
64408	ALINE FISCHER PAULUK	29/12/1997
65084	ALINE GRASSI	05/03/1991
79915	ALINE SANY GRAMBOWISKI	13/02/1992
76839	ALISSON PETERSON DA SILVA	11/11/1990
66540	AMANDA ALINE DE BARROS	28/01/1988
79983	ANA PAULA MAZURECK DALL BOSCO	12/03/1988
79969	ANALISA FRIEBEL	12/08/1991
65305	ANDREA BRESSAN DE LIMA	17/05/1988
65433	ANDREA JUNGES	24/08/1981
65325	ANDREIA RABUSKE	06/11/1989
64193	ANDRESSA BRAMBILA	27/07/1995
69864	ANDRESSA RODRIGUES	11/02/1993
69116	ANGELA NATIELI PERDONCINI RETORE	09/02/1992
75059	ANGELICA BENDER	22/11/1988
74825	ARIANE MORIGGI	12/06/1986

65169	BARBARA PEGORARO	06/08/1995
76116	BEATRIZ DAROSI	30/05/1994
65936	BRUNA BERTONCELLO	01/11/1989
72363	BRUNA FAPPI	10/07/1989
80044	BRUNA FAVARIN	04/03/1990
67462	BRUNO ADAM MORAES LEODORO	17/08/2000
64194	BRUNO LIMA SARAIVA MAIA	02/09/1999
80026	CAMILA RISSARDI	06/10/1991
64126	CARLA FRENANDA SEIBEL DOS SANTOS	06/11/1990
65375	CAROLINE MARIANA BAVARESCO SPADER	29/10/1993
67819	CAROLINE RETTORE TOMACHESKI	24/03/1995
68664	CAROLINE SOARES MACHADO	03/01/1997
75811	CAROLINE VIECELLI	14/06/1989
68244	CELINA GRESLEN DA CRUZ	24/02/1997
76888	CHALANA FRIZZO PERIN	23/06/1988
72099	CIMARA DE SOUZA	12/01/1984
65036	CINTIA LEILA NUNES	16/03/1994
65282	CINTIA SAVIAN	25/11/1986
79663	CLÁUDIA ALBERTI BOHNENBERGER DOS SANTOS	18/06/1985
79435	CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA	11/02/1990
64682	CRISTIAN BADO	17/07/1990
65407	CRISTINA MULLER BIANCHIN	05/09/1991
73119	DAIANA CARDOZO DOS SANTOS	14/12/1986
71384	DAIANE GUBIANI	06/08/1988
64032	DAIANE MASSON	26/01/2000
69302	DAIANE SEIDEL	31/05/1988
71509	DAIANE ZANGALI	01/02/1992
70780	DANIELE BOCCA DE BARROS	12/02/1988
80038	DANKIELI DENARDI BIASIOLO	21/11/2000
64041	DANRLEI DE SIQUEIRA	07/12/1994
71529	DARVEN BISPO HOMEM	23/10/1987
64896	DAVI SAMUEL CONTI	21/08/1998
71629	DEBORA BARICHELLO	11/01/1987
64829	DIEGO GRANEMANN ALVES MOREIRA	16/03/2000
68367	DIONEIVA GUIDONI	09/10/1997
79717	DOUGLAS FELIPE FATTORI	25/08/1994
71491	DRIELI FINGER MORESCO	17/04/1986
79837	EDELVAN ANTES	01/12/1994
64318	EDNEY FRIEBEL	10/11/1997
73509	EDSANE MAGLEY DALLAGNOL	07/03/1980
64113	EDUARDO XAVIER CALZA	30/03/1990
66483	ELIS REGINA DELLANI	03/07/1995
72747	ELIZETE MORAIS DOS SANTOS	24/01/1985
67542	ELOÍSA BALDISSERA	09/11/1994
64286	EMANUE MISTURINI MASCARELLO	19/10/1999
66111	EVILAINE TRACZ DOS SANTOS	16/02/1989
69236	FELIPE CORDEIRO	19/07/2002
79652	FERNANDA CENCI	21/02/1995
73474	FERNANDA RIBEIRO	07/03/1997
73218	FERNANDO BORGIO	27/07/1999
67702	FERNANDO HENRIQUE DE LIMA VALÉRIO	16/10/1994
64614	FILIPE RIBEIRO BORBA	27/10/1996
76155	FRANCIELE APARECIDA NUNES ANTUNES	16/01/1992
74829	FRANCIELE PINHEIRO ALVES	22/07/1986
79943	FRANCIELE RECH GOTTSSELIG	13/01/1988
66066	FRANCIELI ANITA SCHEIDT	19/05/1981
78674	FRANCIELI REGINA CAPPOANI RIGO	04/11/1996
79798	GABRIEL DALMOLIN	08/11/1979
67422	GABRIELLI TONETTA BORGIA	23/07/2001
73078	GEOVANA PIOVESAN MUGNOL	18/01/2001
67806	GESSICA MAIARA SOARES TINELLI SOARES TINELLI	17/05/1991
70174	GIAN JOSE REBELO	20/04/1994
64211	GIOVANI COLOMBO	03/11/1981

74839	GIOVANI DIEGO GIRARDI	29/06/1991
64973	GIZELI MAFFIOLETTI	13/03/1995
67319	GLACIMAR ZINI GONÇALVES	17/01/1984
79991	GREISSI PERETTI	04/06/1994
67106	GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS DELUQUE	03/11/2001
79644	GUILHERME STEDILE MAIDANA	07/11/2000
70901	GUSTAVO HENRIQUE BRANDALISE	16/05/2002
68257	GUSTAVO MICHAEL PIRES SCHMIDT	30/09/1988
67507	HIONARA RIBEIRO DOS SANTOS	24/04/1996
71170	ISADORA MONTEIRO PEREIRA	21/11/2000
76857	IVANA CRIPPA COELHO DO ROSARIO	19/07/1997
75117	IZABELA PARENTI	19/05/1999
67823	JAINÉ GALLAFASSI BEVILAQUA	20/04/1997
65203	JAMILLI HUGEN MACCARI PENSO	18/01/1985
75523	JANAINA VERONESE	08/11/1994
75284	JANETE SANTINA LONGO	05/03/1969
65080	JAQUELINE DO PRADO FERREIRA	05/05/1990
77435	JEAN CARLOS DELANY	06/07/1999
79950	JEAN HENRIQUE OLIVO PICCININ	20/10/1998
64135	JESSICA CAROLINA CAMOZATO	21/04/1996
69029	JÉSSICA OLIARI CORREIA	31/07/1999
79462	JOÃO LUIZ MEGIOLARO	26/09/1977
79204	JOCILENE DE LARA ABRAÃO	26/04/1994
64677	JOSE CARLOS PEREIRA GONCALVES	15/08/1995
77048	JOSEANE LUIZA PATORI RECH	10/08/1982
64137	JOSIANE APARECIDA TURCO	11/08/1992
70234	JOSIANE CRISTINA NUNES FERREIRA	09/05/1987
79966	JOSIANE VIAN	24/10/1987
64746	JOSUÉ LUIZ MOTTER RAMPON	31/03/1996
64044	JUCILEI VIEIRA COELHO	22/05/1979
67234	JULIANA FIORELLI	10/01/1987
80040	JULIANA RISSARDI	20/12/1999
65258	JULIO CESAR MANTOANI	27/03/2000
65440	KARINE RAMOS ARALDI	25/11/1991
66344	KELLI APARECIDA TONETTA MONTEIRO	13/10/1993
68396	KELLY CRISTINALIERMANN	09/02/1983
65056	KRISLEY CIVIDINI	11/03/2002
64293	LEANDRA TRAGANCIN	10/04/2001
79980	LEILA SALETE DA MOTTA TONETTA	09/01/1974
65100	LEONA FISCHER	06/10/1997
67165	LEONARDO ´PIOVESAN RAMOS	31/01/2001
67212	LEONARDO BADO MARIANI	12/06/2001
67028	LEONARDO GAIO	13/02/1993
68183	LETÍCIA DA SILVA CASTRO	18/03/1991
71611	LIANA RUBINI	31/03/1989
80017	LIGIANE ZAGO SILVA	17/10/1980
67987	LUAN CARLOS NEIS	05/08/1999
67464	LUANA ALVES PEREIRA	26/05/2001
64720	LUANA APARECIDA DE CARVALHO	08/10/1992
75175	LUANA CAROLINE DOS SANTOS	04/08/1998
68716	LUANA DO CARMO RAUBER	24/04/1998
65290	LUANA SCHMITT	15/04/1993
65751	LUCAS DALAGNOLI	28/05/1989
79935	LUCAS NODARI	27/04/1992
74154	LUCIANA ZANELLA	08/06/1984
64514	LUCIANA ZUBELDIA	15/02/1989
67976	LUCIANE MARIA CCHALOUPEK NUNES	12/05/1983
64082	LUCIANO BURZANELLO	19/12/1993
73866	LUCILA COGO	26/06/1986
64011	LUIS SERGIO DEMETRIO	16/05/1977
78260	MAISA PILONETTO BORGES	19/06/1995
79984	MÁRCIA CRISTIANE SALES	10/01/1996
69074	MARCIA REGINA MASSIGNANI	14/09/1982
79537	MÁRCIA SAUER	06/07/1983

65996	MARCOS HENRIQUE PERGHER	07/03/1995
79589	MARCOS OLIVO GALLAS	15/01/1977
67410	MARIA EDUARDA DE LIMA CHAVES	16/04/2001
74437	MARILDA CASAGRANDE MATTANA	03/11/1967
79631	MARINÊS OLIVO BAGGIO	13/09/1968
64167	MATHEUS DE LIMA VAZ	23/11/2001
68632	MIRIANE BRIGIDA ZAGO PAZINI	12/01/1984
74484	MISAEEL RIBEIRO DIAS	28/06/2002
64939	MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA	20/09/1984
69734	NALVA LETÍCIA DE QUADROS ALVES	18/01/1992
80025	NATHALIA ROSTIROLA	05/02/1999
79508	NATHAN CESAR DE LIMA MELLO	29/08/1991
76875	PATRICIA FRIZZO ZIENTARSKI	23/06/1988
64281	PATRICIA HENSEL FRITZEN	15/07/1994
69663	PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER	06/11/1987
79458	PAULO JUNIOR VIEIRA RADECK	23/12/1994
64283	RAFAEL BRANCHER	26/05/1992
64088	RAFAEL SIMON BORGIA	31/10/2000
77334	RAFAELA CRISTINA PECENIN	21/06/2000
69481	RAINE DE SOUZA	03/01/1999
79739	RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS	10/10/1988
67067	RENAN DANIEL SACCO	18/07/2000
66316	RENNERSON RYAN PETRICH	07/10/2000
64941	ROBSON MARIO ALVES LICHTENFELZ	08/06/1970
80020	RODRIGO ALMEIDA DRESCH	27/05/1997
67740	ROSECLER APARECIDA POSSERA BETIATO	16/06/1992
64943	RUTIÉLI DE SOUZA FARIAS	23/08/1998
65482	SABRINA ALBUQUERQUE DE FREITAS	28/08/1987
79547	SAMARA CATTANI	05/03/1991
64611	SAMUEL HERBERT DA SILVA	23/09/2001
77501	SELVINO FRANZOSI JUNIOR	27/06/1990
73309	SIDNEY CANDIDO	15/08/1983
68368	SILVANA MARIA NUNES DA SILVA	17/10/1986
66039	SILVANA MUGNOL	26/04/1981
67517	SIMIONE DOS REIS BAZZAN VALLER	21/07/1991
79478	SIMONE GRAHL	15/11/1986
68912	SONIA ANDREIA PADILHA DE OLIVEIRA SILVA	15/10/1982
71428	SONIA MARIA HENTZ	02/12/1987
65205	STEFANI BEATRIZ THIBES	24/09/1998
79705	STEFANI CAMARGO	16/09/1996
79488	STEFANI WEBER	20/04/1998
68512	TAIMARA ANTUNES DOS SANTOS	27/09/1997
69496	TAIS CRISTINA ALVES DOS SANTOS	09/08/1992
76743	TANIA BROL	08/07/1979
68290	TAUANA NEIS	21/01/1993
80029	TEOGELO MATOS CEDRAZ	28/03/1997
67419	THAINARA CASSIA HACH	22/08/1994
75380	THALITA PERAZZOLI	19/06/1997
64400	THIAGO ZUCONELLI	15/06/1999
64867	VALERIA SETTI	03/04/1995
77550	VALERIA WEISS	20/04/1981
66073	VENICIUS CERON	08/07/1976
67703	VINÍCIUS EDUARDO CASTANHA CORDEIRO	17/05/1999
77391	VIVIAN BRAND	09/03/1996
64721	WERICSSON GILMAR DE CAMARGO	19/04/1999
66057	WILLIAM JOSÉ BORTESE	02/02/1997
76408	WILLIAN JOSE ZEN	19/06/1984
75289	WYLLIAM CARDOZO MACIEL DE OLIVEIRA	25/05/1997

FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS

INSC	NOME	DT. NASC.
67838	ADILSON SILVA COELHO	23/09/1979
79938	ADRIANA MISTURINI BALBINOT	02/06/1973
79552	ALAN DHIONNI RIBAS MUELER	25/01/1991

64420	ALEX WELTER FERREIRA	12/11/1985
79545	ALEXANDRE MAFRA	31/01/1973
77829	ALISON PAULO ZUCCO **	11/06/1985
79996	ALISSON SCHNEIDER REISNER	17/11/1995
71196	AMANDA CERON DE LIMA	30/12/1999
73561	AMANDA KURACZ	22/10/1994
71116	AMANDA LOUISE SERAFINI	09/05/1997
67937	ANA CAROLINA BALDISSERA	28/04/1988
64527	ANA LUIZA PANISSON	13/09/1997
79735	ANA PAULA CRIPPA VIEIRA	13/09/1986
64714	ANA PAULA VIGOLO	17/09/2000
79475	ANDERSOM ALVES DE LIMA	22/04/1986
79988	ANDERSON UTZIG	15/02/1983
79482	ANDRE DIRCEU RODRIGUES CALLIARI	17/10/1981
79987	ANDREY WILSON ALBERTI	06/05/1994
67389	ANTONIO RODRIGO ZERBIELI LOPES	22/08/1995
79715	ARIEL BONEMBERGER MULLER	19/04/1991
64955	BARBARA ELISA PINHEIRO	01/01/1992
68653	BIANCA LAURINDO BRANDALIZE	28/06/1998
79422	BRUNO BERTHA	21/03/1994
79660	BRUNO RABUSKE	25/01/1991
73996	CARINA FALCHETTI PERETTI	16/09/1988
64703	CAROLINA DE CÁSSIA CAVALHERI	02/10/1993
75499	CHRISTOPHER ROPKE COSTA	22/05/1996
64105	CLÁUDIO ZANELLA	20/01/1977
70619	CLEITON MEES	18/10/1981
79997	CLERISTON VIANA DE SOUZA	19/07/1983
75801	DAIANE ALINE GROODERS	25/06/1995
71534	DAIANE NERIS CAMPAGNIN	19/05/1996
72092	DÉBORA DALMOLIN CIARNOSCHI	27/02/1994
67095	DÉBORA HOCHIOVE	15/10/1996
64112	DIONI KLEBER PELENTIR DE OLIVEIRA	19/01/1988
79550	DIRCEU SZYMKOW	08/01/1983
73159	DOUGLAS ZANELLA	24/09/1992
80008	EDSON ADRIANO FARIAS VARELA	23/04/1993
64020	EDUARDA HOLEK TELLES RIBEIRO	05/06/1996
79978	EMANUELE CIOTA	07/07/1995
79771	EMELLY LOOYSLEINNE DE CAMPOS CORDEIRO	20/07/1995
76202	ENEAS BATISTA	12/11/1985
69678	ENZO LEIDENS MAYER	06/06/1989
75023	ÉRIK DOS SANTOS GOLIN	12/02/1991
70244	ESTEFANY SUMNY	13/08/1999
67510	EZEQUIEL ANTONIO TOMACHESKI	11/07/1991
79404	FABIO FELIPE LOPES	22/07/1988
67522	FABIO MORESCO	07/10/1983
65746	FABIOLA STRA DE MELLO	11/09/1995
70144	FELIPE FERNANDES ABRAO	12/12/1996
67971	FELIPE LUIS NUNES	11/10/1992
67196	FELIPE LUIZ BROL	28/10/1993
67105	FERNANDO AMALCABURIO	03/01/1986
64979	FERNANDO SOUZA DAVIES	23/10/1992
79511	GABRIELLE ADADA	03/12/1996
72902	GEAN CARLOS RODRIGUES DE LINO	23/04/1988
64822	GEOVANI FELIPE DOS SANTOS	20/11/1991
68306	GIAN CARLOS DELZIOVO	14/12/1991
65012	GIANLUCA BORGIA	06/09/1996
64555	GILBERTO DE OLIVEIRA	08/10/1975
79617	GILVAN SOARES PEREIRA	05/09/1976
74436	GIOVANI MATTANA	18/10/1995
64933	HEDIVANIA SOARES DA COSTA	16/02/1987
79170	HYOLANDA MHARYA GROSSKOPF	02/07/1994
68037	ISADORA KRUGUER MARQUES	20/06/1993
79481	JAKSON ALVES MOREIRA	05/03/1999
69048	JANAINA MATTGE BRORING	10/05/1987

73184	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	15/02/1973
68256	JEAN CARLOS ANSILIERO	25/05/1993
79503	JHONY RIBEIRO	27/07/1992
75288	JOÃO ALOISIO RAMBO	07/01/1965
75614	JOÃO PAULO FERNANDES RIBEIRO	03/04/1987
75299	JOÃO VITOR SATOR	08/04/1999
72482	JOAREZ CARDOSO	10/09/1988
65452	JOEL BIANCHIN	30/01/1986
79931	JOSEANE CRISTINA SAMBONIN	19/03/1990
66003	JOSIANE UNTENBERGER	07/07/1990
77821	JUAREZ DA SILVEIRA	29/11/1976
65360	JULIANA BARCARO WEISS	22/02/1979
79745	KAROLINE MARIANO CELESTINO DOS SANTOS	11/08/1993
75820	KÁTIA FISCHER NORDT	17/04/1996
80019	LARISSA CRESTANI	28/08/1996
79986	LARISSA DO CARMO HOLLEVEGER CEZARINO	06/01/2000
71893	LEANDRO GEREMIA	05/05/1983
79982	LETÍCIA MAIARA SABATKE	28/03/1995
73472	LETÍCIA SAFANELLI ALVES DA SILVA	27/07/1996
79757	LETICIA VIECELI	27/12/1994
70627	LUIZ ALBERTO RIBEIRO KUSTER	06/06/1986
69332	LUIZ CARLOS SEVERO FURQUIM	17/08/1969
75156	MAIARA RIBEIRO	03/03/1992
79763	MAÍRA BEE	20/03/1992
63945	MAÍRA MATTANA MARIANI	23/08/1991
79621	MARCOS ANTONIO MASSON	10/11/1994
77504	MARILISE FIORELLI	01/03/1992
79942	MARLENE MACIEL PEREIRA DOS SANTOS	20/11/1978
79977	MARLON JUNIOR MOROSINI	17/02/1988
66879	MATHEUS BIANCHIN	26/04/1996
71541	MELISSA BOESING	31/07/1999
64863	MÔNICA FÁTIMA GRASSI	12/08/2000
66762	MONIQUE CAMILA CIDRAL PEGORARO	02/07/1986
79934	NATÁLIA DE OLIVEIRA	12/02/1996
73428	NATAN MATEUS ROZALEM	17/04/1997
76463	OTAVIO CORREA	14/01/1993
71510	PEDRO HENRIQUE CAGNIN	28/04/1999
79519	POLIANE NATALE RODIO	23/01/1993
76273	PRISCILA MARIA DA SILVA	14/02/1991
70864	RAFAEL SCORTEGAGNA	03/03/1997
67511	RAQUEL DA SILVA RODRIGUES	10/06/2001
72688	ROBERTA THIBES	18/03/1998
66932	RODRIGO CESAR DE LIMA	26/06/1992
79985	RONEI DALL BOSCO	01/06/1984
71189	SCHEILA DA SILVA ALBUQUERQUE	11/01/1994
65231	SILVANA APARECIDA DE CAMPOS	31/01/1980
79498	SÍMAO PEDRO BOGONI	27/10/1999
65658	THAILINE CRISTINA PEREIRA	28/10/1998
68410	THAIS SOBRADO	03/12/1992
72734	THAISY LUCAS	10/08/1992
80039	THIAGO ANTONIO BONATTO	16/02/1994
73098	VALÉRIA SONDA PRUCHE	25/03/1996
79981	VALÉRIO CARLOS LAZZARI JUNIOR	12/11/1993
72810	VANDERLEI PRADO DA SILVA	30/01/1976
75921	VINICIUS EDUARDO RIBEIRO	29/01/1984
67965	VINICIUS PERAZZOLI DE QUEIROZ	22/01/1997
75560	VITOR HENRIQUE PASCOALI	25/10/1995
80000	WILSON HENRIQUE MOREIRA	21/10/1997

OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

INSC	NOME	DT. NASC.
65659	ADÍLSON GONÇALVES DE PAULA	30/05/1994
64667	ALDIR BADO	21/05/1965
71387	ALEX SANDER RIBEIRO DE FREITAS	17/09/1992

79633	ALTIVIR RODRIGUES DA SILVA	28/11/1967
64796	ANDREI PIVA	14/04/1990
79691	ANDRILEI JOEL FACCIN	04/03/1980
79940	ANTONIO VALDECIR SANTOS DE LIMA	08/05/1996
66119	BRUNO EDUARDO PEDROLO	22/04/1999
64422	CELSE JOSÉ FRITZEN	02/03/1964
80009	CELSON LUPATO	21/01/1979
77854	CLAUDINEI DE OLIVEIRA	16/08/1982
68668	CLAUDIO RAVARENA	26/07/1976
73867	CLEDERSON IURKEVICZ	23/04/1983
68892	CRISTIANO EVALDO FAPPI	08/08/1994
64932	DIEGO ZAMPIERI	03/03/1988
72190	DIRCEU FRESKI	10/04/1966
79061	DIRCEU RABUSKE	04/01/1972
79491	EVAIR BASSO	21/04/1993
72663	FÁBIO PIROLI FELCHIER	10/09/1980
79403	FERNANDO BESOLD	15/06/1988
77445	GABRIEL DORINI	10/01/2000
72966	GEOVANI WALTER COLOMBO	12/10/1993
72336	GERSON POGGERE	17/10/1989
75378	GILMAR DE SOUZA SOARES	15/04/1972
79949	HERIBERTO RALDI GATTI	27/01/1993
64837	IVAN JOSE KLEIN	20/10/1996
80022	JAISON CASAGRANDE	07/08/1989
73220	JEFFERSON RODRYGO COSTA	26/05/1988
76846	JHONY DOUGLAS DA SILVA	15/08/1992
71126	JOSÉ CARLOS FERNANDES	15/02/1985
79653	JOSÉ JUCELINO CORDEIRO DE CAMPOS	12/05/1963
71711	JOSE VALDECIR FRANÇA DOS SANTOS	12/08/1982
74875	JULIO GONCALVES DE SOUZA	04/09/1983
71154	JUSCELINO RODRIGO DE MACEDO	06/12/1981
80032	LEIVIS MARQUES	08/07/1987
73011	LEONARDO PEDRO CORREA	29/06/1991
66121	MARCELO CORDEIRO	23/02/1990
77223	MARCOS BALBINOT	28/08/1987
63904	NATANAEL SACCON DOS PASSOS	14/01/1995
65238	OLIVINO OLIVIO	15/11/1979
76579	RENAN SCUCIATO	30/10/1992
68130	RICARDO GARBIN	17/07/1990
73113	ROGÉRIO GONÇALVES	10/09/1991

OPERÁRIO BRAÇAL

INSC	NOME	DT. NASC.
79758	AIRTON LEMES	23/01/1976
73301	ALINE DE SOUZA MORAES	04/04/1994
75993	ALVAIR MAURER	25/09/1970
72381	ÁLVARO LEANDRO RIBEIRO	03/09/1999
77410	ANTÔNIO FRANCISCO MANFROI	10/10/1967
77897	CLAUDECIR JACINTO DE OLIVEIRA	25/09/1978
69540	GABRIEL FERNANDO MENEGATT DA IGREJA	15/04/1991
73064	JOCEMAR BRASIL	02/04/1983
75154	JOSE ANTONIO DA CUNHA NETO	04/06/1967
79698	LUCAS KERCHER SCHUH	27/07/1996
73145	LUIZ MARCELO DAS NEVES	30/10/1980
76038	MATHEUS ALVES CABRAL NETO	18/12/1998
71164	RAPHAEL ANTONIO BASEGGIO	24/11/1998
68919	ROBERTO DIAS DAS NEVES	07/12/1983
65458	SAMARA CARLA DOS SANTOS GOMES DE CAMPOS	05/12/1989
64122	SUZANA DOS SANTOS	13/08/1979
73097	VALDECIR BACKER	22/01/1966
64662	VALDECIR FIATKOSKI	11/07/1974
72255	WELITON CARSODO BIANCHI	27/07/1990

RECEPCIONISTA



INSC	NOME	DT. NASC.
79594	MARISANGELA GOMES DE GOES	22/05/1990
77271	ADRIANA PERGHER BALBINOT	22/12/1988
72405	ALDA INES GUZI DE OLIVEIRA	06/02/1967
74317	ANA FLAVIA BERNARDO	21/03/1989
64789	ANGÉLICA CORRÊA PIVA	13/03/1995
64934	BRUNA PIRES DOS SANTOS	27/09/1990
74311	BRUNA VOLF BERNARDO	09/08/2000
68151	CLAUDINEIA MORAES	08/11/1983
79524	EMANUELLE RODRIGUES ANTES	02/05/2000
64202	GABRIELLY CLEN DA SILVA	16/04/1999
71595	GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN	30/09/1975
74573	GRAZIELE DIAS MONTEIRO	01/06/1992
79723	JOÃO GABRIEL CHRIST CARDOSO	20/04/2000
68551	JOSILAINE WILPERT NUNES	07/07/1998
79770	KELLI ADRIANA ZANELLA GUSATTO	11/07/1981
64670	LIGIAN CRISTINA BADO	29/08/1991
73728	LUCIANA DA SILVA	12/08/1988
66359	NICOLE KATARINE MUGNOL	22/12/2001
79742	ROSEMERI RIGO	28/01/1992
80047	SCHEILA JAQUELINE DE ALMEIDA DE LIMA	16/08/1990
63884	VITORIA FRANKLIN	11/07/2001

SECRETÁRIO DE ESCOLA

INSC	NOME	DT. NASC.
67929	ALANA ZANELLA DE AGUIAR	13/11/2001
80043	ALINE BILCK	08/03/1996
71031	ANA CAROLINA VECENTIN	11/02/1999
73571	ANA CLAUDIA FRONCHAK	30/01/1997
68395	ANA GABRIELA ILHA KALIL	05/12/1997
80006	ANA KAROLINE GONÇALVES RUAS	12/11/1994
74270	ANDRESA DOS SANTOS SILVA	17/11/1992
65575	ANDRESSA ELEODORO ROZA	16/03/1987
75677	ANDRESSA VEDOVATTO RAYZER	16/02/2000
79731	ANDREZA DE AVILA	02/10/1995
66929	ANGÉLICA ELISA AHRENFELD	10/11/1989
78576	ARIANE ANGOLERI COELHO	27/08/2000
64812	BETTINA KONFLANZ	01/06/1993
68221	BRUNA ZANELLA	02/09/1990
75291	CAMILA BOGO DOS ANJOS	16/01/1998
64132	CAMILA FIORENTIN	13/07/1995
65099	CAMILA SCARABOTTO	19/06/2001
77646	CAMILA ZANOL	15/11/1998
68276	CARLOS MARCELO BARONI	17/05/2000
65763	CAROLINE ABATTI ALBERTI	13/03/1999
72879	DAIANE APARECIDA DELANI	19/05/1987
72986	DAIANE PATRIK SOARES	26/01/1988
73719	DANIEL ROSSETO GUINDANI	17/07/2001
65007	DANIELE FRANÇA	13/06/1994
69811	DANIELE WALTER DAMBROZ	29/10/1998
64031	DANRLAN DE SIQUEIRA	03/11/2000
69388	DEBORA CRISTINA LISBOA	09/07/1987
74418	DELESIA ORZZATTO MICHELIZZI	06/05/1975
72651	DIANDRA ALVES SANTANA	25/07/1996
67184	DIEGO DE SOUZA FARIAS	07/10/1995
73567	DIESSE LARISSA DA SILVA KURTZ	02/05/1990
79600	DIRCEU LUIZ MASSOCCO	03/07/1965
80007	DYEGO CRUZ LIMA	19/08/1978
76402	EDSON JOSE ZAMBONIM MASSOCCO	31/07/1995
79967	EDUARDA PERAZZOLI	29/04/2000
76118	ELAINE RODRIGUES RIBEIRO	21/06/1997
72086	ELENICE ANGELA FRIGERI	30/08/1970
79838	ELIDIANE FATIMA GAIO	03/02/1985
79490	ELISA PIRES DOS SANTOS	02/07/1985

76561	ELISANGELA RIGO	28/04/1984
65490	ELOISA RAFAELA MARIOTTI LEMOS	23/07/1999
64731	EWERTON SANTANA DE CARVALHO	07/01/1990
64026	FABIANE JARDIM	06/06/1990
79402	FERNANDA ZITA SCHEIDT DA ROSA	21/09/1983
79136	FERNANDO ANTONIO GONÇALVES LIDINGTON	12/06/1961
74910	FERNANDO TIAGO BIRNFELD	20/06/1981
64144	FRANCIELE DE LOURDES RIBEIRO	18/10/1983
71412	FRANCIELE FÁTIMA WEBER	18/06/1982
72692	GABRIELA FRIGERI DE OLIVEIRA	21/02/2001
76934	GABRIELE TREVISOL	30/09/1997
66892	GEANINI MARTINELLI PINHEIRO	13/11/1992
79897	GÉSSICA BRESCIANI DA SILVA	18/09/1992
65087	GLADIS MAGALI FRANÇA	05/10/1974
76351	HEITOR MENEGUZZI	21/06/2001
70862	HELLEN CRISTINA MANICA	08/05/1993
79964	IARA NORA CHIARANI	07/02/2001
72245	INGRID FRITZEN VAZ	29/12/1995
75296	INGRYD APARECIDA THIBES DE MORAES	21/11/1997
65119	ISABEL CRISTINA PANCERI	23/04/1990
69245	IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO	28/04/1975
67370	JAQUELINE LIMA VELOZO	18/09/1994
79971	JAYNE BOESING	20/10/1998
67556	JÉSSICA DE MATTOS	02/01/1992
67284	JÉSSICA MIOTTO	02/03/1993
65200	JÉSSICA RACOSKI DOS SANTOS	30/06/1991
71478	JESSICA SCARABOTTO	14/12/1999
64744	JISELE CAMILA TONETTA	29/05/1996
73035	JOÃO PAULO STRAPAZZON	25/07/1995
79487	JOÃO VITOR CAGNIN DE QUADROS	19/12/1997
64129	JOCELENE KELLEN RIBEIRO	21/05/1991
79553	JOECE DE OLIVEIRA KRONBAUER GALAFASSI	06/06/1980
74918	JOSEANE TIBES DOS SANTOS	20/08/1996
66752	JOSIANE SILVEIRA DAVILA GALDINO LICHTEN-FELZ	08/10/1992
79946	JUCILÉIA DENARDI	09/06/1993
67215	JULIANA KESSIN	03/07/1989
68137	JULIEN CORREIA DE SOUZA	06/02/2002
66607	KALITA DA SILVA CORDEIRO	10/06/2001
67865	KATLEN STEFANNY MORATELLI BURATTO FREITAS	01/08/1998
79929	KELVYN NAVA	10/11/2000
67524	KELY REGINA PIVA	26/02/1980
79614	LAÍS KARLA RODRIGUES DA SILVA	25/05/2000
72521	LARISSA FERNANDA DAMBROS	28/12/1999
69068	LAURA FRITZEN CORRÊA	25/03/2002
71846	LEDIMARA DE LIMA	19/07/1992
71040	LEIDIANE RECH	28/10/1996
73135	LIBERA JUVILDE DALAZEN	06/02/1995
64512	LUCAS MATEUS FERREIRA DE MATOS	27/04/1991
73103	LUCIANA COPETTI	01/02/1985
64558	LUIZ HENRIQUE WARTHA	26/01/1998
65741	MAIELI SCHUCH PARAVISI	08/02/1999
79856	MAITÊ CHAINE ZUCONELLI	19/07/1997
79433	MAIULI KELI DA SILVA	24/01/1984
75773	MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO	09/07/1990
75547	MARCELO VAZ MACCARINI	02/07/1998
68216	MARCIA APARECIDA DA SILVA	12/05/1989
66579	MARIA AUGUSTA RIBEIRO PRAZERES	02/09/1998
67445	MARIA JOCIANI THIBES	13/01/1981
64001	MARIANA ARALDI	17/05/1996
79830	MARIELI DELANY	20/02/2002
68352	MARIÉLI GIOVANA EVANGELISTA	13/08/1993
79684	MARISA APARECIDA NEIS	30/03/1997

79979	MARIZETE DA SILVA	07/07/1988
71955	MARIZETE MARIA HENSEL	12/11/1974
67468	MAYELLE SILVA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	04/02/1995
74733	MICHELLE NEIS TRAGANCIM	10/05/1984
64958	NATALIA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS	27/01/1995
64396	NATANIELA PANQ RODRIGUES	13/11/1993
79883	NATHALI KAUANA MORAES	10/02/2002
73481	NEIDE APARECIDA CAZARIN THIBES	08/02/1968
79819	NELCI DA APARECIDA PEIXOTO	21/11/1966
72796	NÉRI TEREZINHA MARQUES	27/04/1972
72479	OLIRA MARIA CIVIDINI	14/01/1995
64030	PAULA FRITZEN DA SILVA	07/06/1990
69691	RACHEL BRESSAN SALDANHA	05/08/1990
66206	RAQUEL FAUSTINO	22/11/1987
80030	REGIANE DE JESUS DE SIQUEIRA	26/12/1988
65366	REJANE DAMBROS	26/06/2001
79932	REJEANE ARIOTTI GIACOMINI	04/08/1990
64777	RENATO DE SOUZA	11/05/1981
71410	ROBERTA THAILÍS MORAES PEREIRA	15/05/1997
67570	ROBSON HAUBRICHT	12/09/1984
79974	SARA ZORNITTA	05/06/2000
64634	SERGIO RICARDO SAKUMA	22/07/1979
71482	SÍLVIA PERAZZOLI	06/02/1988
68622	SIMONE TERESINHA DA SILVA CORDEIRO	10/07/1983
66477	SIRLEI APARECIDA KNOPP GRANDO	23/01/1984
74606	SIRLEI FISCHER	25/09/1986
73371	SOLANGE BRIZOLA DA CUNHA	30/04/1995
74703	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	03/04/1992
65485	SUELEN FERNANDA CENDRON ELEUTERIO	14/03/1997
71642	SUELEN GARAY FIGUEIREDO JORDAO	18/11/1988
79507	TAINÁ TRINDADE DE OLIVEIRA	12/08/1994
64101	THAIS MAURER DE OLIVEIRA	11/06/1990

RELAÇÃO DOS PEDIDOS DE PROVAS ESPECIAIS DEFERIDOS

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM RESERVA DE VAGAS / CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS SOLICITAÇÕES DEFERIDAS

INSC	NOME	CARGO	RESERVA DE VAGA	NECESSIDADE ESPE- CIAL	SALA ESPECIAL
77829	ALISON PAULO ZUCCO **	FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS	SIM	NÃO SOLICITOU	NÃO

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto/SC, 24 de março de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito de Pinheiro Preto - SC

ANA LAINE GRAHL
Presidente da Comissão Organizadora de Concursos
Município de Pinheiro Preto - SC

PORTARIA 252

Publicação Nº 2417930

PORTARIA Nº 252, DE 24 DE MARÇO DE 2020

SUSPENDE LEILÃO Nº 01/2020

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição legais, e
CONSIDERANDO a pandemia do coronavírus - COVID-19 no Brasil;

CONSIDERANDO o decreto estadual nº 525/2020;

CONSIDERANDO a recomendação da Organização Mundial de Saúde que é para que a população evite aglomerações e ambientes fechados;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a sessão de julgamento do leilão público nº 01/2020,

Art. 2º Nova data será divulgada posteriormente, dependendo do cenário da doença no país.

. Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE MARÇO DE 2020

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal**PORTARIA 253**

Publicação Nº 2418016

PORTARIA 253, DE 24 DE MARÇO DE 2020
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO 01/2020

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme Edital do Concurso Público 01/2020,

RESOLVE

1º - Homologa as inscrições dos candidatos do Concurso Público 01/2020, para provimento de vagas do seu quadro de pessoal, conforme abaixo:

ATENDENTE DE CRECHE I		
INSC	NOME	DT. NASC.
72383	ALESSANDRA BATISTA DE SIQUEIRA	19/02/1999
71572	AMANDA ANTUNES FERREIRA	11/02/1995
65694	ANA CLAUDIA HERBERT	05/11/1993
76046	BRUNA LETÍCIA FRITZEN GIOVANELLA	13/09/2001
64046	CAMILLE RABUSKE ANGREVSKI	08/06/2001
69560	CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA	01/10/1999
65662	CRISTIANE TEDESCO DE OLIVEIRA	09/02/1982
66011	DEBORA GONÇALVES DA SILVA	26/04/1983
64752	DULCELEIA MARIA BARBOSA CALERAUS	09/05/1985
72838	EDIELI DE SOUZA PIOVESAN	29/04/2000
64386	FABIANA AMANCIO DA SILVA	22/06/1993
65546	FABIULA ANTUNES TOZATI	02/11/1999
64335	FRANCIELI FERRARI	19/10/1991
67420	GISLIANE RIBEIRO	28/04/1986
69087	JAQUIELI MARQUES DOS SANTOS	18/05/2001
79555	JESSICA LINDIANE FERREIRA	01/06/1998
66669	JOCIELI PERGHER	17/05/1990
79994	JOICE DE BARROS COSTA	27/04/1988
68343	KETLEN MAELI JARDIM FERNANDES	13/12/1994
65547	KETLYN CRISTINE DUARTE	26/05/2001
68447	MAIRA PEGORARO GONCALVES	28/04/1998
66395	MARIÊ ELIZABETE CHISTE	16/12/1999
66544	MARILICE ALVES MOREIRA DE ALMEIDA	05/05/1976
67407	MARLEI ALEXANDRINO PEREIRA	11/03/1999
67292	NAIARA KERCHER BUENO	17/08/1999
73475	PRISCILA LOPES CARDOSO	24/11/1991
75901	SANDRA MARIA MARTINS	28/04/1986
73292	TACIANA MORAES DE CAMPOS	23/12/2002
77963	TAIAMARA ANDRESSA RIBEIRO DOS SANTOS	21/11/1999
64560	TAMARA CARDOZO DOS SANTOS	14/12/1998
69514	YHORANA LARA PELLIN	13/11/2001

AUXILIAR DE CONTABILIDADE		
INSC	NOME	DT. NASC.
75209	ADÉLCIO ZANINI	13/09/1982
79808	ADEMAR PARAVISI	19/08/1993
64552	ADMILSON VINGLA DE MATOS	31/07/1978
80041	ALANA MENEGÃO	27/02/1997
64147	ALESSANDRA LINS DOS SANTOS	22/04/1998
76653	ALEXANDRO RIBEIRO	20/04/1985
79509	ALINE APARECIDA PIRES	25/04/1995
79646	ALINE DE CAMPOS	18/09/1996
64408	ALINE FISCHER PAULUK	29/12/1997

65084	ALINE GRASSI	05/03/1991
79915	ALINE SANY GRAMBOWISKI	13/02/1992
76839	ALISSON PETERSON DA SILVA	11/11/1990
66540	AMANDA ALINE DE BARROS	28/01/1988
79983	ANA PAULA MAZURECK DALL BOSCO	12/03/1988
79969	ANALISA FRIEBEL	12/08/1991
65305	ANDREA BRESSAN DE LIMA	17/05/1988
65433	ANDREA JUNGES	24/08/1981
65325	ANDREIA RABUSKE	06/11/1989
64193	ANDRESSA BRAMBILA	27/07/1995
69864	ANDRESSA RODRIGUES	11/02/1993
69116	ANGELA NATIELI PERDONCINI RETORE	09/02/1992
75059	ANGELICA BENDER	22/11/1988
74825	ARIANE MORIGGI	12/06/1986
65169	BARBARA PEGORARO	06/08/1995
76116	BEATRIZ DAROSI	30/05/1994
65936	BRUNA BERTONCELLO	01/11/1989
72363	BRUNA FAPPI	10/07/1989
80044	BRUNA FAVARIN	04/03/1990
67462	BRUNO ADAM MORAES LEODORO	17/08/2000
64194	BRUNO LIMA SARAIVA MAIA	02/09/1999
80026	CAMILA RISSARDI	06/10/1991
64126	CARLA FRENANDA SEIBEL DOS SANTOS	06/11/1990
65375	CAROLINE MARIANA BAVARESCO SPADER	29/10/1993
67819	CAROLINE RETTORE TOMACHESKI	24/03/1995
68664	CAROLINE SOARES MACHADO	03/01/1997
75811	CAROLINE VIECELLI	14/06/1989
68244	CELINA GRESLEN DA CRUZ	24/02/1997
76888	CHALANA FRIZZO PERIN	23/06/1988
72099	CIMARA DE SOUZA	12/01/1984
65036	CINTIA LEILA NUNES	16/03/1994
65282	CINTIA SAVIAN	25/11/1986
79663	CLÁUDIA ALBERTI BOHNENBERGER DOS SANTOS	18/06/1985
79435	CLESSIANE FURCKEL TELES DE OLIVEIRA	11/02/1990
64682	CRISTIAN BADO	17/07/1990
65407	CRISTINA MULLER BIANCHIN	05/09/1991
73119	DAIANA CARDOZO DOS SANTOS	14/12/1986
71384	DAIANE GUBIANI	06/08/1988
64032	DAIANE MASSON	26/01/2000
69302	DAIANE SEIDEL	31/05/1988
71509	DAIANE ZANGALI	01/02/1992
70780	DANIELE BOCCA DE BARROS	12/02/1988
80038	DANKIELI DENARDI BIASIOLO	21/11/2000
64041	DANRLEI DE SIQUEIRA	07/12/1994
71529	DARVEN BISPO HOMEM	23/10/1987
64896	DAVI SAMUEL CONTI	21/08/1998
71629	DEBORA BARICHELLO	11/01/1987
64829	DIEGO GRANEMANN ALVES MOREIRA	16/03/2000
68367	DIONEIVA GUIDONI	09/10/1997
79717	DOUGLAS FELIPE FATTORI	25/08/1994
71491	DRIELI FINGER MORESCO	17/04/1986
79837	EDELVAN ANTES	01/12/1994
64318	EDNEY FRIEBEL	10/11/1997
73509	EDSANE MAGLEY DALLAGNOL	07/03/1980
64113	EDUARDO XAVIER CALZA	30/03/1990
66483	ELIS REGINA DELLANI	03/07/1995
72747	ELIZETE MORAIS DOS SANTOS	24/01/1985
67542	ELOÍSA BALDISSERA	09/11/1994
64286	EMANUE MISTURINI MASCARELLO	19/10/1999
66111	EVILAINE TRACZ DOS SANTOS	16/02/1989
69236	FELIPE CORDEIRO	19/07/2002
79652	FERNANDA CENCI	21/02/1995
73474	FERNANDA RIBEIRO	07/03/1997
73218	FERNANDO BORGIO	27/07/1999

67702	FERNANDO HENRIQUE DE LIMA VALÉRIO	16/10/1994
64614	FILIPPE RIBEIRO BORBA	27/10/1996
76155	FRANCIELE APARECIDA NUNES ANTUNES	16/01/1992
74829	FRANCIELE PINHEIRO ALVES	22/07/1986
79943	FRANCIELE RECH GOTTSSELIG	13/01/1988
66066	FRANCIELI ANITA SCHEIDT	19/05/1981
78674	FRANCIELI REGINA CAPPOANI RIGO	04/11/1996
79798	GABRIEL DALMOLIN	08/11/1979
67422	GABRIELLI TONETTA BORGIA	23/07/2001
73078	GEOVANA PIOVESAN MUGNOL	18/01/2001
67806	GESSICA MAIARA SOARES TINELLI SOARES TINELLI	17/05/1991
70174	GIAN JOSE REBELO	20/04/1994
64211	GIOVANI COLOMBO	03/11/1981
74839	GIOVANI DIEGO GIRARDI	29/06/1991
64973	GIZELI MAFFIOLETTI	13/03/1995
67319	GLACIMAR ZINI GONÇALVES	17/01/1984
79991	GREISSI PERETTI	04/06/1994
67106	GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS DELUQUE	03/11/2001
79644	GUILHERME STEDILE MAIDANA	07/11/2000
70901	GUSTAVO HENRIQUE BRANDALISE	16/05/2002
68257	GUSTAVO MICHAEL PIRES SCHMIDT	30/09/1988
67507	HIONARA RIBEIRO DOS SANTOS	24/04/1996
71170	ISADORA MONTEIRO PEREIRA	21/11/2000
76857	IVANA CRIPPA COELHO DO ROSARIO	19/07/1997
75117	IZABELA PARENTI	19/05/1999
67823	JAINÉ GALLAFASSI BEVILAQUA	20/04/1997
65203	JAMILLI HUGEN MACCARI PENSO	18/01/1985
75523	JANAINA VERONESE	08/11/1994
75284	JANETE SANTINA LONGO	05/03/1969
65080	JAQUELINE DO PRADO FERREIRA	05/05/1990
77435	JEAN CARLOS DELANY	06/07/1999
79950	JEAN HENRIQUE OLIVO PICCININ	20/10/1998
64135	JESSICA CAROLINA CAMOZATO	21/04/1996
69029	JÉSSICA OLIVARI CORREIA	31/07/1999
79462	JOÃO LUIZ MEGIOLARO	26/09/1977
79204	JOCILENE DE LARA ABRAÃO	26/04/1994
64677	JOSE CARLOS PEREIRA GONÇALVES	15/08/1995
77048	JOSEANE LUIZA PATORI RECH	10/08/1982
64137	JOSIANE APARECIDA TURCO	11/08/1992
70234	JOSIANE CRISTINA NUNES FERREIRA	09/05/1987
79966	JOSIANE VIAN	24/10/1987
64746	JOSUÉ LUIZ MOTTER RAMPON	31/03/1996
64044	JUCILEI VIEIRA COELHO	22/05/1979
67234	JULIANA FIORELLI	10/01/1987
80040	JULIANA RISSARDI	20/12/1999
65258	JULIO CESAR MANTOANI	27/03/2000
65440	KARINE RAMOS ARALDI	25/11/1991
66344	KELLI APARECIDA TONETTA MONTEIRO	13/10/1993
68396	KELLY CRISTINALIERMANN	09/02/1983
65056	KRISLEY CIVIDINI	11/03/2002
64293	LEANDRA TRAGANCIN	10/04/2001
79980	LEILA SALETE DA MOTTA TONETTA	09/01/1974
65100	LEONA FISCHER	06/10/1997
67165	LEONARDO PIOVESAN RAMOS	31/01/2001
67212	LEONARDO BADO MARIANI	12/06/2001
67028	LEONARDO GAIO	13/02/1993
68183	LETÍCIA DA SILVA CASTRO	18/03/1991
71611	LIANA RUBINI	31/03/1989
80017	LIGIANE ZAGO SILVA	17/10/1980
67987	LUAN CARLOS NEIS	05/08/1999
67464	LUANA ALVES PEREIRA	26/05/2001
64720	LUANA APARECIDA DE CARVALHO	08/10/1992
75175	LUANA CAROLINE DOS SANTOS	04/08/1998
68716	LUANA DO CARMO RAUBER	24/04/1998

65290	LUANA SCHMITT	15/04/1993
65751	LUCAS DALAGNOLI	28/05/1989
79935	LUCAS NODARI	27/04/1992
74154	LUCIANA ZANELLA	08/06/1984
64514	LUCIANA ZUBELDIA	15/02/1989
67976	LUCIANE MARIA CCHALOUPEK NUNES	12/05/1983
64082	LUCIANO BURZANELLO	19/12/1993
73866	LUCILA COGO	26/06/1986
64011	LUIS SERGIO DEMETRIO	16/05/1977
78260	MAISA PILONETTO BORGES	19/06/1995
79984	MÁRCIA CRISTIANE SALES	10/01/1996
69074	MARCIA REGINA MASSIGNANI	14/09/1982
79537	MÁRCIA SAUER	06/07/1983
65996	MARCOS HENRIQUE PERGHER	07/03/1995
79589	MARCOS OLIVO GALLAS	15/01/1977
67410	MARIA EDUARDA DE LIMA CHAVES	16/04/2001
74437	MARILDA CASAGRANDE MATTANA	03/11/1967
79631	MARINÊS OLIVO BAGGIO	13/09/1968
64167	MATHEUS DE LIMA VAZ	23/11/2001
68632	MIRIANE BRIGIDA ZAGO PAZINI	12/01/1984
74484	MISAEEL RIBEIRO DIAS	28/06/2002
64939	MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA	20/09/1984
69734	NALVA LETÍCIA DE QUADROS ALVES	18/01/1992
80025	NATHALIA ROSTIROLA	05/02/1999
79508	NATHAN CESAR DE LIMA MELLO	29/08/1991
76875	PATRICIA FRIZZO ZIENTARSKI	23/06/1988
64281	PATRICIA HENSEL FRITZEN	15/07/1994
69663	PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER	06/11/1987
79458	PAULO JUNIOR VIEIRA RADECK	23/12/1994
64283	RAFAEL BRANCHER	26/05/1992
64088	RAFAEL SIMON BORGIA	31/10/2000
77334	RAFAELA CRISTINA PECENIN	21/06/2000
69481	RAINE DE SOUZA	03/01/1999
79739	RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS	10/10/1988
67067	RENAN DANIEL SACCO	18/07/2000
66316	RENNERSON RYAN PETRICH	07/10/2000
64941	ROBSON MARIO ALVES LICHTENFELZ	08/06/1970
80020	RODRIGO ALMEIDA DRESCH	27/05/1997
67740	ROSECLER APARECIDA POSSERA BETIATO	16/06/1992
64943	RUTIÉLI DE SOUZA FARIAS	23/08/1998
65482	SABRINA ALBUQUERQUE DE FREITAS	28/08/1987
79547	SAMARA CATTANI	05/03/1991
64611	SAMUEL HERBERT DA SILVA	23/09/2001
77501	SELVINO FRANZOSI JUNIOR	27/06/1990
73309	SIDNEY CANDIDO	15/08/1983
68368	SILVANA MARIA NUNES DA SILVA	17/10/1986
66039	SILVANA MUGNOL	26/04/1981
67517	SIMIONE DOS REIS BAZZAN VALLER	21/07/1991
79478	SIMONE GRAHL	15/11/1986
68912	SONIA ANDREIA PADILHA DE OLIVEIRA SILVA	15/10/1982
71428	SONIA MARIA HENTZ	02/12/1987
65205	STEFANI BEATRIZ THIBES	24/09/1998
79705	STEFANI CAMARGO	16/09/1996
79488	STEFANI WEBER	20/04/1998
68512	TAIMARA ANTUNES DOS SANTOS	27/09/1997
69496	TAIS CRISTINA ALVES DOS SANTOS	09/08/1992
76743	TANIA BROL	08/07/1979
68290	TAUANA NEIS	21/01/1993
80029	TEOGILO MATOS CEDRAZ	28/03/1997
67419	THAINARA CASSIA HACH	22/08/1994
75380	THALITA PERAZZOLI	19/06/1997
64400	THIAGO ZUCONELLI	15/06/1999
64867	VALERIA SETTI	03/04/1995
77550	VALERIA WEISS	20/04/1981

66073	VENICIUS CERON	08/07/1976
67703	VINÍCIUS EDUARDO CASTANHA CORDEIRO	17/05/1999
77391	VIVIAN BRAND	09/03/1996
64721	WERICSSON GILMAR DE CAMARGO	19/04/1999
66057	WILLIAM JOSÉ BORTESE	02/02/1997
76408	WILLIAN JOSE ZEN	19/06/1984
75289	WYLLIAM CARDOZO MACIEL DE OLIVEIRA	25/05/1997

FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS

INSC	NOME	DT. NASC.
67838	ADILSON SILVA COELHO	23/09/1979
79938	ADRIANA MISTURINI BALBINOT	02/06/1973
79552	ALAN DHIONNI RIBAS MUELER	25/01/1991
64420	ALEX WELTER FERREIRA	12/11/1985
79545	ALEXANDRE MAFRA	31/01/1973
77829	ALISON PAULO ZUCCO **	11/06/1985
79996	ALISSON SCHNEIDER REISNER	17/11/1995
71196	AMANDA CERON DE LIMA	30/12/1999
73561	AMANDA KURACZ	22/10/1994
71116	AMANDA LOUISE SERAFINI	09/05/1997
67937	ANA CAROLINA BALDISSERA	28/04/1988
64527	ANA LUIZA PANISSON	13/09/1997
79735	ANA PAULA CRIPPA VIEIRA	13/09/1986
64714	ANA PAULA VIGOLO	17/09/2000
79475	ANDERSOM ALVES DE LIMA	22/04/1986
79988	ANDERSON UTZIG	15/02/1983
79482	ANDRE DIRCEU RODRIGUES CALLIARI	17/10/1981
79987	ANDREY WILSON ALBERTI	06/05/1994
67389	ANTONIO RODRIGO ZERBIELI LOPES	22/08/1995
79715	ARIEL BONEMBERGER MULLER	19/04/1991
64955	BARBARA ELISA PINHEIRO	01/01/1992
68653	BIANCA LAURINDO BRANDALIZE	28/06/1998
79422	BRUNO BERTHA	21/03/1994
79660	BRUNO RABUSKE	25/01/1991
73996	CARINA FALCHETTI PERETTI	16/09/1988
64703	CAROLINA DE CÁSSIA CAVALHERI	02/10/1993
75499	CHRISTOPHER ROPKE COSTA	22/05/1996
64105	CLÁUDIO ZANELLA	20/01/1977
70619	CLEITON MEES	18/10/1981
79997	CLERISTON VIANA DE SOUZA	19/07/1983
75801	DAIANE ALINE GROODERS	25/06/1995
71534	DAIANE NERIS CAMPAGNIN	19/05/1996
72092	DÉBORA DALMOLIN CIARNOSCHI	27/02/1994
67095	DÉBORA HOCHIOVE	15/10/1996
64112	DIONI KLEBER PELENTIR DE OLIVEIRA	19/01/1988
79550	DIRCEU SZYMKOW	08/01/1983
73159	DOUGLAS ZANELLA	24/09/1992
80008	EDSON ADRIANO FARIAS VARELA	23/04/1993
64020	EDUARDA HOLEK TELLES RIBEIRO	05/06/1996
79978	EMANUELE CIOTA	07/07/1995
79771	EMELLY LOOYSLEINNE DE CAMPOS CORDEIRO	20/07/1995
76202	ENEAS BATISTA	12/11/1985
69678	ENZO LEIDENS MAYER	06/06/1989
75023	ÉRIK DOS SANTOS GOLIN	12/02/1991
70244	ESTEFANY SUMNY	13/08/1999
67510	EZEQUIEL ANTONIO TOMACHESKI	11/07/1991
79404	FABIO FELIPE LOPES	22/07/1988
67522	FABIO MORESCO	07/10/1983
65746	FABIOLA STRA DE MELLO	11/09/1995
70144	FELIPE FERNANDES ABRAO	12/12/1996
67971	FELIPE LUIS NUNES	11/10/1992
67196	FELIPE LUIZ BROL	28/10/1993
67105	FERNANDO AMALCABURIO	03/01/1986
64979	FERNANDO SOUZA DAVIES	23/10/1992

79511	GABRIELLE ADADA	03/12/1996
72902	GEAN CARLOS RODRIGUES DE LINO	23/04/1988
64822	GEOVANI FELIPE DOS SANTOS	20/11/1991
68306	GIAN CARLOS DELZIOVO	14/12/1991
65012	GIANLUCA BORGIA	06/09/1996
64555	GILBERTO DE OLIVEIRA	08/10/1975
79617	GILVAN SOARES PEREIRA	05/09/1976
74436	GIOVANI MATTANA	18/10/1995
64933	HEDIVANIA SOARES DA COSTA	16/02/1987
79170	HYOLANDA MHARYA GROSSKOPF	02/07/1994
68037	ISADORA KRUGUER MARQUES	20/06/1993
79481	JAKSON ALVES MOREIRA	05/03/1999
69048	JANAINA MATTGE BRORING	10/05/1987
73184	JANILDETE LEITE DOS SANTOS	15/02/1973
68256	JEAN CARLOS ANSILIERO	25/05/1993
79503	JHONY RIBEIRO	27/07/1992
75288	JOÃO ALOISIO RAMBO	07/01/1965
75614	JOÃO PAULO FERNANDES RIBEIRO	03/04/1987
75299	JOÃO VITOR SATOR	08/04/1999
72482	JOAREZ CARDOSO	10/09/1988
65452	JOEL BIANCHIN	30/01/1986
79931	JOSEANE CRISTINA SAMBONIN	19/03/1990
66003	JOSIANE UNTENBERGER	07/07/1990
77821	JUAREZ DA SILVEIRA	29/11/1976
65360	JULIANA BARCARO WEISS	22/02/1979
79745	KAROLINE MARIANO CELESTINO DOS SANTOS	11/08/1993
75820	KÁTIA FISCHER NORDT	17/04/1996
80019	LARISSA CRESTANI	28/08/1996
79986	LARISSA DO CARMO HOLLEVEGER CEZARINO	06/01/2000
71893	LEANDRO GEREMIA	05/05/1983
79982	LETÍCIA MAIARA SABATKE	28/03/1995
73472	LETÍCIA SAFANELLI ALVES DA SILVA	27/07/1996
79757	LETICIA VIECELI	27/12/1994
70627	LUIZ ALBERTO RIBEIRO KUSTER	06/06/1986
69332	LUIZ CARLOS SEVERO FURQUIM	17/08/1969
75156	MAIARA RIBEIRO	03/03/1992
79763	MAÍRA BEE	20/03/1992
63945	MAÍRA MATTANA MARIANI	23/08/1991
79621	MARCOS ANTONIO MASSON	10/11/1994
77504	MARILISE FIORELLI	01/03/1992
79942	MARLENE MACIEL PEREIRA DOS SANTOS	20/11/1978
79977	MARLON JUNIOR MOROSINI	17/02/1988
66879	MATHEUS BIANCHIN	26/04/1996
71541	MELISSA BOESING	31/07/1999
64863	MÔNICA FÁTIMA GRASSI	12/08/2000
66762	MONIQUE CAMILA CIDRAL PEGORARO	02/07/1986
79934	NATÁLIA DE OLIVEIRA	12/02/1996
73428	NATAN MATEUS ROZALEM	17/04/1997
76463	OTAVIO CORREA	14/01/1993
71510	PEDRO HENRIQUE CAGNIN	28/04/1999
79519	POLIANE NATALE RODIO	23/01/1993
76273	PRISCILA MARIA DA SILVA	14/02/1991
70864	RAFAEL SCORTEGAGNA	03/03/1997
67511	RAQUEL DA SILVA RODRIGUES	10/06/2001
72688	ROBERTA THIBES	18/03/1998
66932	RODRIGO CESAR DE LIMA	26/06/1992
79985	RONEI DALL BOSCO	01/06/1984
71189	SCHEILA DA SILVA ALBUQUERQUE	11/01/1994
65231	SILVANA APARECIDA DE CAMPOS	31/01/1980
79498	SIMAO PEDRO BOGONI	27/10/1999
65658	THAILINE CRISTINA PEREIRA	28/10/1998
68410	THAIS SOBRADO	03/12/1992
72734	THAISY LUCAS	10/08/1992
80039	THIAGO ANTONIO BONATTO	16/02/1994

73098	VALÉRIA SONDA PRUCHE	25/03/1996
79981	VALÉRIO CARLOS LAZZARI JUNIOR	12/11/1993
72810	VANDERLEI PRADO DA SILVA	30/01/1976
75921	VINICIUS EDUARDO RIBEIRO	29/01/1984
67965	VINICIUS PERAZZOLI DE QUEIROZ	22/01/1997
75560	VITOR HENRIQUE PASCOALI	25/10/1995
80000	WILSON HENRIQUE MOREIRA	21/10/1997

OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS

INSC	NOME	DT. NASC.
65659	ADÍLSON GONÇALVES DE PAULA	30/05/1994
64667	ALDIR BADO	21/05/1965
71387	ALEX SANDER RIBEIRO DE FREITAS	17/09/1992
79633	ALTIVIR RODRIGUES DA SILVA	28/11/1967
64796	ANDREI PIVA	14/04/1990
79691	ANDRILEI JOEL FACCIN	04/03/1980
79940	ANTONIO VALDECIR SANTOS DE LIMA	08/05/1996
66119	BRUNO EDUARDO PEDROLO	22/04/1999
64422	CELSE JOSÉ FRITZEN	02/03/1964
80009	CELSON LUPATO	21/01/1979
77854	CLAUDINEI DE OLIVEIRA	16/08/1982
68668	CLAUDIO RAVARENA	26/07/1976
73867	CLEDERSON IURKEVICZ	23/04/1983
68892	CRISTIANO EVALDO FAPPI	08/08/1994
64932	DIEGO ZAMPIERI	03/03/1988
72190	DIRCEU FRESKI	10/04/1966
79061	DIRCEU RABUSKE	04/01/1972
79491	EVAIR BASSO	21/04/1993
72663	FÁBIO PIROLI FELCHIKER	10/09/1980
79403	FERNANDO BESOLD	15/06/1988
77445	GABRIEL DORINI	10/01/2000
72966	GEOVANI WALTER COLOMBO	12/10/1993
72336	GERSON POGGERE	17/10/1989
75378	GILMAR DE SOUZA SOARES	15/04/1972
79949	HERIBERTO RALDI GATTI	27/01/1993
64837	IVAN JOSE KLEIN	20/10/1996
80022	JAISON CASAGRANDE	07/08/1989
73220	JEFFERSON RODRYGO COSTA	26/05/1988
76846	JHONY DOUGLAS DA SILVA	15/08/1992
71126	JOSÉ CARLOS FERNANDES	15/02/1985
79653	JOSÉ JUCELINO CORDEIRO DE CAMPOS	12/05/1963
71711	JOSE VALDECIR FRANÇA DOS SANTOS	12/08/1982
74875	JULIO GONCALVES DE SOUZA	04/09/1983
71154	JUSCELINO RODRIGO DE MACEDO	06/12/1981
80032	LEIVIS MARQUES	08/07/1987
73011	LEONARDO PEDRO CORREA	29/06/1991
66121	MARCELO CORDEIRO	23/02/1990
77223	MARCOS BALBINOT	28/08/1987
63904	NATANAEL SACCON DOS PASSOS	14/01/1995
65238	OLIVINO OLIVIO	15/11/1979
76579	RENAN SCUCIATO	30/10/1992
68130	RICARDO GARBIN	17/07/1990
73113	ROGÉRIO GONÇALVES	10/09/1991

OPERÁRIO BRAÇAL

INSC	NOME	DT. NASC.
79758	AIRTON LEMES	23/01/1976
73301	ALINE DE SOUZA MORAES	04/04/1994
75993	ALVAIR MAURER	25/09/1970
72381	ÁLVARO LEANDRO RIBEIRO	03/09/1999
77410	ANTÔNIO FRANCISCO MANFROI	10/10/1967
77897	CLAUDECIR JACINTO DE OLIVEIRA	25/09/1978
69540	GABRIEL FERNANDO MENEGATT DA IGREJA	15/04/1991
73064	JOCEMAR BRASIL	02/04/1983
75154	JOSE ANTONIO DA CUNHA NETO	04/06/1967

79698	LUCAS KERCHER SCHUH	27/07/1996
73145	LUIZ MARCELO DAS NEVES	30/10/1980
76038	MATHEUS ALVES CABRAL NETO	18/12/1998
71164	RAPHAEL ANTONIO BASEGGIO	24/11/1998
68919	ROBERTO DIAS DAS NEVES	07/12/1983
65458	SAMARA CARLA DOS SANTOS GOMES DE CAMPOS	05/12/1989
64122	SUZANA DOS SANTOS	13/08/1979
73097	VALDECIR BACKER	22/01/1966
64662	VALDECIR FIATKOSKI	11/07/1974
72255	WELITON CARSODO BIANCHI	27/07/1990

RECEPCIONISTA

INSC	NOME	DT. NASC.
79594	MARISANGELA GOMES DE GOES	22/05/1990
77271	ADRIANA PERGHER BALBINOT	22/12/1988
72405	ALDA INES GUZI DE OLIVEIRA	06/02/1967
74317	ANA FLAVIA BERNARDO	21/03/1989
64789	ANGÉLICA CORRÊA PIVA	13/03/1995
64934	BRUNA PIRES DOS SANTOS	27/09/1990
74311	BRUNA VOLF BERNARDO	09/08/2000
68151	CLAUDINEIA MORAES	08/11/1983
79524	EMANUELLE RODRIGUES ANTES	02/05/2000
64202	GABRIELLY CLEN DA SILVA	16/04/1999
71595	GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN	30/09/1975
74573	GRAZIELE DIAS MONTEIRO	01/06/1992
79723	JOÃO GABRIEL CHRIST CARDOSO	20/04/2000
68551	JOSILAINE WILPERT NUNES	07/07/1998
79770	KELLI ADRIANA ZANELLA GUSATTO	11/07/1981
64670	LIGIAN CRISTINA BADO	29/08/1991
73728	LUCIANA DA SILVA	12/08/1988
66359	NICOLE KATARINE MUGNOL	22/12/2001
79742	ROSEMERI RIGO	28/01/1992
80047	SCEILA JAQUELINE DE ALMEIDA DE LIMA	16/08/1990
63884	VITORIA FRANKLIN	11/07/2001

SECRETÁRIO DE ESCOLA

INSC	NOME	DT. NASC.
67929	ALANA ZANELLA DE AGUIAR	13/11/2001
80043	ALINE BILCK	08/03/1996
71031	ANA CAROLINA VECENTIN	11/02/1999
73571	ANA CLAUDIA FRONCHAK	30/01/1997
68395	ANA GABRIELA ILHA KALIL	05/12/1997
80006	ANA KAROLINE GONÇALVES RUAS	12/11/1994
74270	ANDRESA DOS SANTOS SILVA	17/11/1992
65575	ANDRESSA ELEODORO ROZA	16/03/1987
75677	ANDRESSA VEDOVATTO RAYZER	16/02/2000
79731	ANDREZA DE AVILA	02/10/1995
66929	ANGÉLICA ELISA AHRENFELD	10/11/1989
78576	ARIANE ANGOLERI COELHO	27/08/2000
64812	BETTINA KONFLANZ	01/06/1993
68221	BRUNA ZANELLA	02/09/1990
75291	CAMILA BOGO DOS ANJOS	16/01/1998
64132	CAMILA FIORENTIN	13/07/1995
65099	CAMILA SCARABOTTO	19/06/2001
77646	CAMILA ZANOL	15/11/1998
68276	CARLOS MARCELO BARONI	17/05/2000
65763	CAROLINE ABATTI ALBERTI	13/03/1999
72879	DAIANE APARECIDA DELANI	19/05/1987
72986	DAIANE PATRIK SOARES	26/01/1988
73719	DANIEL ROSSETO GUINDANI	17/07/2001
65007	DANIELE FRANÇA	13/06/1994
69811	DANIELE WALTER DAMBROZ	29/10/1998
64031	DANRLAN DE SIQUEIRA	03/11/2000
69388	DEBORA CRISTINA LISBOA	09/07/1987
74418	DELESIA ORZZATTO MICHELuzzi	06/05/1975

72651	DIANDRA ALVES SANTANA	25/07/1996
67184	DIEGO DE SOUZA FARIAS	07/10/1995
73567	DIESSE LARISSA DA SILVA KURTZ	02/05/1990
79600	DIRCEU LUIZ MASSOCCO	03/07/1965
80007	DYEGO CRUZ LIMA	19/08/1978
76402	EDSON JOSE ZAMBONIM MASSOCCO	31/07/1995
79967	EDUARDA PERAZZOLI	29/04/2000
76118	ELAINE RODRIGUES RIBEIRO	21/06/1997
72086	ELENICE ANGELA FRIGERI	30/08/1970
79838	ELIDIANE FATIMA GAIO	03/02/1985
79490	ELISA PIRES DOS SANTOS	02/07/1985
76561	ELISANGELA RIGO	28/04/1984
65490	ELOISA RAFAELA MARIOTTI LEMOS	23/07/1999
64731	EWERTON SANTANA DE CARVALHO	07/01/1990
64026	FABIANE JARDIM	06/06/1990
79402	FERNANDA ZITA SCHEIDT DA ROSA	21/09/1983
79136	FERNANDO ANTONIO GONÇALVES LIDINGTON	12/06/1961
74910	FERNANDO TIAGO BIRNFELD	20/06/1981
64144	FRANCIELE DE LOURDES RIBEIRO	18/10/1983
71412	FRANCIELE FÁTIMA WEBER	18/06/1982
72692	GABRIELA FRIGERI DE OLIVEIRA	21/02/2001
76934	GABRIELE TREVISOL	30/09/1997
66892	GEANINI MARTINELLI PINHEIRO	13/11/1992
79897	GÉSSICA BRESCIANI DA SILVA	18/09/1992
65087	GLADIS MAGALI FRANÇA	05/10/1974
76351	HEITOR MENEGUZZI	21/06/2001
70862	HELLEN CRISTINA MANICA	08/05/1993
79964	IARA NORA CHIARANI	07/02/2001
72245	INGRID FRITZEN VAZ	29/12/1995
75296	INGRYD APARECIDA THIBES DE MORAES	21/11/1997
65119	ISABEL CRISTINA PANCERI	23/04/1990
69245	IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO	28/04/1975
67370	JAQUELINE LIMA VELOZO	18/09/1994
79971	JAYNE BOESING	20/10/1998
67556	JÉSSICA DE MATTOS	02/01/1992
67284	JÉSSICA MIOTTO	02/03/1993
65200	JÉSSICA RACOSKI DOS SANTOS	30/06/1991
71478	JESSICA SCARABOTTO	14/12/1999
64744	JISELE CAMILA TONETTA	29/05/1996
73035	JOÃO PAULO STRAPAZZON	25/07/1995
79487	JOÃO VITOR CAGNIN DE QUADROS	19/12/1997
64129	JOCELENE KELLEN RIBEIRO	21/05/1991
79553	JOECE DE OLIVEIRA KRONBAUER GALAFASSI	06/06/1980
74918	JOSEANE TIBES DOS SANTOS	20/08/1996
66752	JOSIANE SILVEIRA DAVILA GALDINO LICHTEN-FELZ	08/10/1992
79946	JUCILÉIA DENARDI	09/06/1993
67215	JULIANA KESSIN	03/07/1989
68137	JULIEN CORREIA DE SOUZA	06/02/2002
66607	KALITA DA SILVA CORDEIRO	10/06/2001
67865	KATLEN STHEFANNY MORATELLI BURATTO FREITAS	01/08/1998
79929	KELVYN NAVA	10/11/2000
67524	KELY REGINA PIVA	26/02/1980
79614	LAÍS KARLA RODRIGUES DA SILVA	25/05/2000
72521	LARISSA FERNANDA DAMBROS	28/12/1999
69068	LAURA FRITZEN CORRÊA	25/03/2002
71846	LEDIMARA DE LIMA	19/07/1992
71040	LEIDIANE RECH	28/10/1996
73135	LIBERA JUVILDE DALAZEN	06/02/1995
64512	LUCAS MATEUS FERREIRA DE MATOS	27/04/1991
73103	LUCIANA COPETTI	01/02/1985
64558	LUIZ HENRIQUE WARTHA	26/01/1998
65741	MAIELI SCHUCH PARAVISI	08/02/1999

79856	MAITÉ CHAINE ZUCONELLI	19/07/1997
79433	MAIULI KELI DA SILVA	24/01/1984
75773	MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO	09/07/1990
75547	MARCELO VAZ MACCARINI	02/07/1998
68216	MARCIA APARECIDA DA SILVA	12/05/1989
66579	MARIA AUGUSTA RIBEIRO PRAZERES	02/09/1998
67445	MARIA JOCIANI THIBES	13/01/1981
64001	MARIANA ARALDI	17/05/1996
79830	MARIELI DELANY	20/02/2002
68352	MARIÉLI GIOVANA EVANGELISTA	13/08/1993
79684	MARISA APARECIDA NEIS	30/03/1997
79979	MARIZETE DA SILVA	07/07/1988
71955	MARIZETE MARIA HENSEL	12/11/1974
67468	MAYELLE SILVA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	04/02/1995
74733	MICHELLE NEIS TRAGANCIM	10/05/1984
64958	NATALIA CRISTINA MACIEL DOS SANTOS	27/01/1995
64396	NATANIELA PANQ RODRIGUES	13/11/1993
79883	NATHALI KAUANA MORAES	10/02/2002
73481	NEIDE APARECIDA CAZARIN THIBES	08/02/1968
79819	NELCI DA APARECIDA PEIXOTO	21/11/1966
72796	NÉRI TEREZINHA MARQUES	27/04/1972
72479	OLIRA MARIA CIVIDINI	14/01/1995
64030	PAULA FRITZEN DA SILVA	07/06/1990
69691	RACHEL BRESSAN SALDANHA	05/08/1990
66206	RAQUEL FAUSTINO	22/11/1987
80030	REGIANE DE JESUS DE SIQUEIRA	26/12/1988
65366	REJANE DAMBROS	26/06/2001
79932	REJEANE ARIOTTI GIACOMINI	04/08/1990
64777	RENATO DE SOUZA	11/05/1981
71410	ROBERTA THAILÍS MORAES PEREIRA	15/05/1997
67570	ROBSON HAUBRICHT	12/09/1984
79974	SARA ZORNITTA	05/06/2000
64634	SERGIO RICARDO SAKUMA	22/07/1979
71482	SÍLVIA PERAZZOLI	06/02/1988
68622	SIMONE TERESINHA DA SILVA CORDEIRO	10/07/1983
66477	SIRLEI APARECIDA KNOPP GRANDO	23/01/1984
74606	SIRLEI FISCHER	25/09/1986
73371	SOLANGE BRIZOLA DA CUNHA	30/04/1995
74703	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	03/04/1992
65485	SUELEN FERNANDA CENDRON ELEUTERIO	14/03/1997
71642	SUELEN GARAY FIGUEIREDO JORDAO	18/11/1988
79507	TAINÁ TRINDADE DE OLIVEIRA	12/08/1994
64101	THAIS MAURER DE OLIVEIRA	11/06/1990

RELAÇÃO DOS PEDIDOS DE PROVAS ESPECIAIS DEFERIDOS

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM RESERVA DE VAGAS / CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS SOLICITAÇÕES DEFERIDAS

INSC	NOME	CARGO	RESERVA DE VAGA	NECESSIDADE ESPECIAL	SALA ESPECIAL
77829	ALISON PAULO ZUCCO **	FISCAL DE RENDAS, TRIBUTOS E OBRAS	SIM	NÃO SOLICITOU	NÃO

Art. 2º Fica ADIADA a aplicação das provas escritas do Concurso Público nº 001/2020, que seria realizada no dia 05 de abril de 2020, devido a pandemia de coronavírus - Covid-19 no Brasil e em obediência a recomendação da Organização Mundial de Saúde que é para que a população evite aglomerações e ambientes fechados.

Art. 3º - O novo cronograma será divulgado posteriormente, dependendo do cenário da doença no país.

Art. 4º esta portaria entre em vigor na data de sua publicação

Pinheiro Preto/SC, 24 de março de 2020.

PEDRO RABUSKE
Prefeito de Pinheiro Preto - SC

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1291/2020

Publicação Nº 2418595

DECRETO Nº 1291/2020 DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Piratuba, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 78, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das medidas fixadas por meio dos Decretos n. 1.289/2020 e 1290/2020, que implementam ações, no âmbito do Município de Piratuba, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020; CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Piratuba, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Piratuba, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas nos Decretos anteriores, sendo acrescida a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo;

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Piratuba-SC, 25 de Março de 2020.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº 226/93
Em 25 de Março de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 148/2020

Publicação N° 2417978

PORTARIA N° 148/2020
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

JANETE CORRÊA VENITE, brasileira, solteiraa, residente e domiciliada na Rua São José, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.892 e CPF sob o nº100.736.309-69, para exercer em caráter temporário o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, conforme Portaria nº242/2019, de 20 de maio de 2019, prorrogado pela Portaria nº463/2019, de 27 de dezembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 17 de março de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 17 de março de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 149/2020

Publicação N° 2417981

PORTARIA N° 149/2020, de 18 de março de 2020
CONVOCA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM FÉRIAS REGULARES PARA RETORNO AS ATIVIDADES.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, e considerando,

CONVOCA

ROSELI VALQUÍRIA ALTMANN, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua São Joaquim, nº49 cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.156.377 e CPF sob o nº 015.941.029-02, servidora desta municipalidade no cargo de Agente Comunitária de Saúde, em férias regulares no período de 02 à 31 de março de 2020, conforme portaria nº 116/2020, para o retorno das atividades funcionais no período de 18 à de 31 de março de 2020, em virtude das ações que estão sendo implantadas para prevenção ao Coronavírus – COVID19, considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de coronavírus responsável pelo surto. O gozo será concedido no período de 01 à 14 de dezembro de 2020.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 18 de março de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 18 de março de 2020

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 50/2020

Publicação Nº 2418303

PORTARIA Nº 50/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC, no uso das atribuições previstas no inciso XIX do art. 72 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a notícia de que, no bojo da Licitação 14/2019 e da Ata de Registro de Preços nº 06/2019, a empresa Nutri SC Comércio de Alimentos LTDA – ME teve o compromisso cancelado em virtude de não ter atendido a pedido desta Administração;

CONSIDERANDO o teor do art. 7º da Lei 10.520/02;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar procedimento administrativo para possibilitar o contraditório prévio antes de aplicação de eventual penalidade à empresa supracitada.

Art. 2º Designar MARINES NICARETTA, agente de controle interno, matrícula funcional nº 849; ELAINE ZENAIDE BRAGHINI, auxiliar de manutenção e conservação do quadro de pessoal da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, matrícula funcional nº 203-4; e RAQUELI PAGLIARI, auxiliar administrativo, matrícula funcional nº 366, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão destinada à aplicação de eventual penalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre, 24 de março de 2020.

Juares Bet
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 006/2020

Publicação Nº 2418560

PORTARIA Nº 006/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE do ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 246 do Regimento Interno desta Casa de Leis e pelo do artigo 41, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o Decreto Nº 525 de 23 de Março de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO que a Portaria é o instrumento adequado para regulamentar o funcionamento e horário de expediente da Câmara Municipal,

RESOLVE,

Art. 1º - Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no art. 1º desta Portaria, ficam suspensas as atividades da Câmara Municipal de Vereadores, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias: de 25 à 31 de Março de 2020, inclusive.

Parágrafo único- Em razão da alteração de horário de funcionamento de que trata o artigo 1º, fica estabelecida a inalterabilidade salarial, seja para menor, em caso de redução de jornada, seja para maior em caso de retorno à jornada de trabalho anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 25 de Março de 2020.

ALDO DALACORT
Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre

Pomerode

PREFEITURA

10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 / 2018 - SUPRESSÃO

Publicação Nº 2418495

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2018 SUPRESSÃO

Processo Administrativo n.º 078 / 2018. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: DIFATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM AREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014. Valor de Redução: R\$3.700,36 (três mil, setecentos reais e trinta e seis centavos). Justificativa: Redução de valores unitários em 0,2785% correspondente ao item 9,13 da planilha orçamentária da obra, em função de alterações solicitadas pela fiscalização devido a substituição do forro licitado, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 049/ 2018 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993. Diante da situação supramencionada, o contrato sofrerá uma redução de 0,2785% o qual representa o valor de R\$3.700,36 (três mil, setecentos reais e trinta e seis centavos), em conformidade com a justificativa e planilha orçamentária / quantitativa anexa.

Pomerode / SC, 12 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 / 2018 - ACRÉSCIMO

Publicação Nº 2418496

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2018 ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 078 / 2018. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: DIFATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM AREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014. Valor do Acréscimo: R\$128.747,40 (cento e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos). Justificativa: De acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993 e em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 049 / 2018, conforme solicitação da Empresa Di Fatto de aditivo de acréscimo de itens sob protocolo nº 1109/2020, devido a correção de quantitativos conforme a planilha FNDE do ano de 2017; inclusão de muro laterais; fornecimento de equipamentos diversos e serviços de demolição do anexo do casarão histórico, assim deferido após análise da fiscalização e Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, em conformidade com a justificativa e planilha em anexo ao contrato. Diante da situação supramencionada, o contrato sofrerá um ACRÉSCIMO de 9,6902% no valor de R\$128.747,40 (cento e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Fabio Barni, Responsável legal, Di Fatto Industria e Comércio Ltda – Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.817 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417880

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.817
DE 20 DE MARÇO DE 2020.

HOMOLOGAR A CONCESSÃO DE REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS E EQUIPARADOS.

ERCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 74, I, da Lei Orgânica do Município, e art. 4º da Lei nº 2822/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado, a título de reajuste geral dos subsídios dos agentes políticos e equiparados, o percentual de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento) referente ao índice do INPC/IBGE, acumulado no período de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2020.

Pomerode, 20 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.818 DE 20 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417883

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.818
DE 20 DE MARÇO DE 2020.

DEFINE O VALOR DA BOLSA MENSAL E DO AUXÍLIO-TRANSPORTE DEVIDO AOS ESTAGIÁRIOS INTEGRANTES DO PROGRAMA DEFINIDO PELA LEI 2.129, DE 17 DE MARÇO DE 2009.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de regulamentar o Artigo 6º da Lei Nº 2.129 de 17 de Março de 2009, e estabelecer os valores referentes a bolsa do programa de estágio para os estudantes dos níveis médio e superior de ensino, bem como o valor e condições para o recebimento do auxílio-transporte;

DECRETA:

Art. 1º Os valores referentes à bolsa do programa de Estágio do Município de Pomerode serão estabelecidos em função da carga horária, nível médio ou superior de ensino em que o estagiário estiver matriculado e os dias de atuação, bem como o valor do auxílio-transporte mediante comprovação da necessidade pelo estagiário.

§ 1º Para os Estagiários que estiverem cursando o nível superior e médio e participarem do programa de estágio aos sábados e domingos será fixado o seguinte valor:

I - Ensino Superior - 30 (trinta) Horas - R\$ 1.274,26 (Hum mil e duzentos e setenta e quatro Reais e vinte e seis centavos);

II - Ensino Superior - 20 (vinte) Horas - R\$ 856,14 (oitocentos e cinquenta e seis Reais e quatorze centavos);

III - Ensino Médio - 20 (vinte) Horas - R\$ 749,96 (setecentos e quarenta e nove Reais e noventa e seis centavos).

§ 2º Fixa os valores para os estagiários de nível médio e superior que participarem do programa de estágio no período de segunda a sexta-feira:

I - Ensino Superior - 30 (trinta) Horas - R\$ 1.161,44 (Hum mil e cento e sessenta e um Reais e quarenta e quatro centavos);

II - Ensino Superior - 20 (vinte) Horas - R\$ 816,32 (oitocentos e dezesseis Reais e trinta e dois centavos);

III - Ensino Médio - 20 (vinte) Horas - R\$ 676,95 (seiscentos e setenta e seis Reais e noventa e cinco centavos);

§ 3º Fixa o valor do auxílio-transporte em R\$ 119,46 (cento e dezenove reais e quarenta e seis centavos).

§ 4º Fará jus ao auxílio-transporte o estagiário remunerado que expressamente manifestar a necessidade de receber tal benefício, perante a supervisão da Entidade contratada, responsável pela administração do Programa de Estágio, em formulário próprio.

§ 5º O controle para a percepção do benefício será feito através dos registros de freq-ência do estagiário.

§ 6º O benefício será pago ao estagiário optante, juntamente com o pagamento de sua bolsa-mensal.

§ 7º A declaração falsa da necessidade de deslocamento constitui falta punível na forma da Lei.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 3.631 de 15 de Março de 2019.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

Pomerode, em 20 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.819 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417970

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.819

DE 24 DE MARÇO DE 2020

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPREGADOS PÚBLICOS PARA COMBATE À PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alíneas "f" e "l", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de uma pandemia global causada pela transmissão do novo coronavírus (COVID-19) e a Portaria n. 188/20 do Ministério da Saúde que declara emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO a declaração de calamidade pública na esfera federal pelo Decreto Legislativo nº 0006/20 e das declarações de situação de emergência na esfera estadual pelo Decreto nº 0515/20 e na esfera municipal pelo Decreto nº 3812/20;

CONSIDERANDO o inciso VI do art. 9º da Lei Orgânica do Município de Pomerode, o inciso I do art. 2º da Lei Ordinária municipal 2.819/16 e da Medida Provisória nº 0927/20;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de contratação de profissionais da área da saúde para combate à pandemia global do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º O presente decreto autoriza e regulamenta a Secretaria Municipal de Saúde a contratar de forma emergencial, os quantos forem necessários, profissionais da área da saúde para assistência ao combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

§1º A contratação, a termo, fica fixada em até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogada uma única vez, se ainda persistir a necessidade, nos termos dos arts. 445 e 451 da CLT.

§2º Fica dispensado o processo seletivo conforme o §1º do art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 2.819/2016.

§3º Fica suspensa a obrigatoriedade de realização dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares, exceto dos exames demissionais, pelo prazo de sessenta dias, contado da data de encerramento do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto Legislativo nº 0006/20, nos exatos termos do art. 15 da Medida Provisória 0927/20.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.820 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417977

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.820

DE 24 DE MARÇO DE 2020

PRORROGA MEDIDAS RESTRITIVAS PARA PREVENÇÃO E COMBATE À PANDEMIA NA ESFERA MUNICIPAL ATÉ 31 DE MARÇO DE 2020

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alíneas "l" e "n", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de uma pandemia global causada pela transmissão do novo coronavírus (COVID-19) e a Portaria nº 0188/20 do Ministério da Saúde que declara emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO a declaração de calamidade pública na esfera federal pelo Decreto Legislativo nº 0006/20 e das declarações de situação de emergência na esfera estadual pelo Decreto nº 0515/20 e na esfera municipal pelo Decreto nº 3812/20;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 0525/20 do Governador do Estado de Santa Catarina, que prorrogou as medidas restritiva com fins de evitar o contágio do novo coronavírus (COVID-19) até 31 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas até 31 de março de 2020 as medidas de quarentena e de suspensão das atividades e serviços públicos e privados não essenciais estabelecidas no inciso II do art. 3º e art. 4º, ambos do Decreto Municipal 3.812/20, observados o inciso I do art. 7º e o art. 9º, ambos do Decreto Estadual nº 0525/20.

Art. 2º O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas nos decretos municipais nº 3.811/20, 3.812/20, 3.813/2020, 3.814/2020 e 3.815/2020 no que não forem conflitantes.

Art. 3º As medidas aqui editadas poderão ser revistas a qualquer momento, inclusive para torná-las mais severas.

Art. 4º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.804/2020 DE 24/02/2020

Publicação Nº 2417863

DECRETO Nº 3.804/2020

DE 24/02/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020, PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2018:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	05.002.0004.0122.0030.2114.34490 - Manutenção de Policiamento/ Fiscalização - Trânsito		
Vínculo	03110000 - Convênio de Trânsito -Civil	Valor:	30.343,91

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar, provenientes do Provável excesso de arrecadação, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	08.001.0015.0451.0070.1010.34490 - Reurbanização de Praças e Ruas		
Vínculo	01340010 - Contrato de Repasse Nº 874881/2018/MTUR/CAIXA	Valor:	556.190,48

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	05.001.0004.0122.0030.2005.34490 - Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente		
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários	Valor:	21.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Município de Pomerode, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	05.001.0004.0122.0030.2005.33390 - Atividades do Planejamento, Controle Geral e Meio Ambiente		
Vínculo	01000000 – Recursos Ordinários	Valor:	21.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, para adequação da Fonte de Recurso, referentes as Portarias do Ministério da Saúde: 2.983/2019, 3.222/2019, 3.263/2019, 3.566/2019, 99/2020, 169/2020, 172/2020, 173/2020, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.33390 – Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	01380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	472.125,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.34490 – Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	01380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	50.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33190 – Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	01380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	193.000,00
Vínculo	01380205 – ESF Federal	Valor:	454.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33191 – Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		

Vínculo	01380201 - Pab Fixo (Piso de Atenção Básica)	Valor:	47.000,00
Vínculo	01380205 – ESF Federal	Valor:	110.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33190 - Manutenção Folha Pgto. - ESF (Odonto)		
Vínculo	01380206 – ESF Odonto	Valor:	115.700,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33191 - Manutenção Folha Pgto. - ESF (Odonto)		
Vínculo	01380206 – ESF Odonto	Valor:	28.300,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33190– Manutenção. Folha Pgto. - NASF		
Vínculo	01380207 – NASF Federal	Valor:	164.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33191– Manutenção. Folha Pgto. - NASF		
Vínculo	01380207 – NASF Federal	Valor:	40.000,00

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 5º, autorizado a abrir crédito suplementar na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde, conforme especificado na tabela abaixo:

Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.33390 – Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	472.125,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2100.34490 – Manutenção da Atenção Básica		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	50.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33190 – Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	647.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2116.33191– Manutenção Folha Pgto. - Estratégia Saúde da Família (ESF)		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	157.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33190 - Manutenção Folha Pgto. - ESF (Odonto)		
Vínculo	01382000 – ESF Odonto	Valor:	115.700,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2117.33191 - Manutenção Folha Pgto. - ESF (Odonto)		
Vínculo	01382000 – ESF Odonto	Valor:	28.300,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33190– Manutenção. Folha Pgto. - NASF		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	164.000,00
Dotação	19.001.0010.0301.0060.2119.33191– Manutenção. Folha Pgto. - NASF		
Vínculo	01381000 – Atenção Primária à Saúde	Valor:	40.000,00

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de Fevereiro de 2020.

Município de Pomerode, em 24 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

EDITAL 17- PROMOÇÃO VERTICAL

Publicação Nº 2418378

Edital de Concurso de Promoção Vertical Nº 17/2020

GENRADO RIEMER, Secretário de Gestão Administrativa e Fazenda de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que nos termos do Decreto Municipal nº 3806/20, que dispõe sobre a abertura de vagas para concessões de promoções verticais aos servidores que obtiveram titulação acadêmica superior àquela exigida para assunção do cargo nos termos dos artigos 18 e seguintes da Lei Complementar 291/2016 e artigos 23 e seguintes da Lei Complementar 292/2016 e dá outras providências, vem tornar público os motivos administrativos pela concessão e indeferimento da promoção vertical aos servidores listados abaixo, para os devidos fins.

Ensino Fundamental do nível I para o nível II

Posição	Nome do Servidor	Data do Diploma	Data de Nomeação	OBSERVAÇÃO
1º	DARCIO DOEGE	30/12/1977	05/08/2013	promoção concedida a partir março de 2020
2º	SUELI DA SILVA	19/12/1987	24/06/2014	promoção concedida a partir março de 2020
3º	MARCIA THEIS THUROW	20/12/1991	12/03/2013	promoção concedida a partir março de 2020
4º	RAQUEL ZEPLIN SCHLICKMANN	10/12/1994	01/07/2009	promoção concedida a partir março de 2020
5º	UTA TRIBESS	16/12/1995	16/05/2011	promoção concedida a partir março de 2020
6º	LAERCIO MAHS	21/12/1995	18/02/2010	promoção concedida a partir março de 2020
7º	JULIAN IVAN LINK	22/12/1995	04/02/2002	promoção concedida a partir março de 2020
8º	DITMAR RINGENBERG	09/11/1997	01/03/2010	promoção concedida a partir março de 2020
9º	TATIANE CRISTINA RAS-SWEILER BUTZKE	16/12/1998	24/06/2014	promoção concedida a partir março de 2020
10º	DENIS EDUARDO VOIGT	19/12/1998	02/10/2013	promoção concedida a partir março de 2020
11º	MARCOS MOREIRA DE SOUZA	14/03/2000	19/11/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
12º	EDSON BAUMANN	24/03/2000	28/11/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
13º	VOLMIRO GONÇALVES	13/12/2000	02/06/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
14º	CLAUDIOMIRO BIRKHEUER	20/09/2002	01/06/2007	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
15º	DAVI DE SANTANA SOARES	03/12/2002	28/04/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
16º	CLAUDIO CIPRIANI	14/12/2002	12/08/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
17º	BEATRIZ WANDALEN	16/12/2002	07/07/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
18º	MARIA APARECIDA DE SOUZA LIMA	28/07/2003	06/03/2006	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
19º	ANGELA CRISTINA TRETTIN SCHWEIZER	17/12/2003	01/08/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
20º	FRANCIELE KANIS EWALD	18/12/2003	28/07/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
21º	WALLI LACH KRUEGER	13/07/2004	01/02/1995	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
22º	GILVAN STRUTZ	13/08/2004	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
23º	DANIEL ENGEL	02/12/2004	05/03/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
24º	ERCI BECKER ROSA	13/01/2005	09/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
25º	JULIANA RAASCH KUSTER	15/07/2005	27/01/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
26º	FRANCISCA DOS SANTOS FIGUEIRO	31/08/2005	01/08/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
27º	LUCIANA TURINELLI	11/11/2005	16/05/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
28º	CATIA LUANA HERMANN	19/12/2005	03/03/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
29º	ANDERSON RODRIGUES BARBOSA	20/12/2005	05/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
30º	MARTA ALMEIDA SOARES	30/12/2005	22/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
31º	JAIR ALBERTO SCHWEIZER	31/03/2008	17/05/2006	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
32º	JOHANNA HERZOG	17/12/2008	13/09/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

33º	SAMARA LINDAMIR DA SILVA DE OLIVEIRA	30/12/2011	07/10/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
34º	TAYNAH DE OLIVEIRA BORCHARDT	21/12/2012	16/05/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
35º	ROGÉRIO ROCCHI MORAN	21/07/2013	04/08/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
36º	JONATHAN CABRAL DE OLIVEIRA	24/03/2016	01/04/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
37º	JORGE JUNG	29/04/2016	03/07/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
38º	FRANCIELI BARBA	21/07/2017	22/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
39º	PATRICIA ALVES OZORIO	30/01/2018	06/02/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
40º	SANDRA MARIZA DA SILVA FUHRMANN	08/05/2018	17/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
41º	VANESSA MOREIRA DE SOUZA	30/08/2018	01/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
desclassif icado	CARLOS RIEMER	20/12/1991	21/08/2017	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	CAROLINE STREESE	18/12/2006	22/11/2017	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	CICERA CRISTINA DA SILVA	NÃO APRESENTOU	15/09/2011	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 6º (não apresentou diploma)
desclassif icado	JOEL DOS SANTOS	17/12/1999	08/07/2019	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	SIDNEY MICHEL	30/12/2008	18/02/2020	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	VANUSA ADRIANO	28/04/2008	21/03/2017	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)

Ensino Médio do nível I para o nível II

Posição	Nome do Servidor	Data do Diploma	Data de Nomeação	OBSERVAÇÃO
1º	ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BORCHARDT	03/01/1986	31/01/2014	promoção concedida a partir março de 2020
2º	JAQUELINE CORREA RAUSCH	12/08/1993	05/08/2013	promoção concedida a partir março de 2020
3º	ITAMAR CANDIDO PERINI	13/01/1995	24/10/2011	promoção concedida a partir março de 2020
4º	VIVIAN HARDT	06/08/1999	25/07/1994	promoção concedida a partir março de 2020
5º	GIOVANA KATY HEIDORN SCHONING	26/02/2000	27/02/2012	promoção concedida a partir março de 2020
6º	CAROLINE WEEGE	22/09/2001	03/03/2008	promoção concedida a partir março de 2020
7º	EDOARDO RIEMER	25/01/2002	09/08/1999	promoção concedida a partir março de 2020
8º	VIVIEN VANESSA VOLKMANN	14/09/2002	17/01/2000	promoção concedida a partir março de 2020
9º	ELIANE ZILZ	20/09/2003	14/02/2002	promoção concedida a partir março de 2020
10º	RICARDO CAMPESTRINI	14/08/2004	01/07/1998	promoção concedida a partir março de 2020
11º	CATIA HACKBARTH KIENEN	23/11/2004	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
12º	KARIN PASSOLD HAFEMANN	23/11/2004	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
13º	ROSEANA BUETTGEN FISCHER	23/11/2004	01/06/1998	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

14º	MIRIAM ROSSANA BIASI STASKOWIAN	09/02/2006	01/09/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
15º	NILDASIA SANTOS DE OLIVEIRA MASKE	02/03/2007	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
16º	GILMARA LUCIANO	18/01/2008	26/03/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
17º	MARUBIA BARG	20/12/2008	03/03/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
18º	NADJA BELCHIOR DE LIMA	16/01/2009	01/03/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
19º	KAYSE MAYLAEL BURKHARDT	13/02/2009	01/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
20º	SELVINO ANDERSON JUNIOR	18/12/2009	16/03/2000	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
21º	ADRIANA TRIBESS RAHN	29/01/2010	18/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
22º	ALEXANDRE SEBOLD	20/02/2010	25/05/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
23º	SANDRA ZENAIDE JUNGTON SELL	20/02/2010	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
24º	SERGIO RIEMER	05/02/2011	13/02/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
25º	SABRINA SIEWERT	06/08/2011	20/01/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
26º	DIANA LUCIA BATISTEL	10/02/2012	18/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
27º	LAIDE BATISTA RODRIGUES MOREIRA	10/02/2012	27/02/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
28º	CARLA DENISE LADEWIG	04/08/2012	14/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
29º	KARLA FABIANA SEIBT	13/12/2012	20/02/2002	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
30º	FABIANA MAASS BORCHARDT	16/02/2013	11/01/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
31º	DEBORA STRUTZ GUSTMANN	23/03/2013	10/03/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
32º	NATALE MAHAZE GAEDKE	20/12/2013	16/06/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
33º	JEANNE PATRICIA CAMPES-TRINI	14/03/2015	04/05/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
34º	JOSE AMARILDO DA SILVA	12/03/2016	01/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
35º	MARLI SANTANA SANTOS DA SILVA	25/09/2018	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
36º	ANDRESSA DAIANE HEIN	15/02/2019	16/03/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
37º	DANIELI CASAGRANDE ARAUJO	06/09/2019	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
38º	ARLEISA FARIAS DE ANDRADE	07/02/2020	11/01/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
39º	SABRINA AMARILDO	07/03/2020	09/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
desclassif icado	SILVANA MARIA KIENEN	28/02/2007	07/08/2003	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, II e Art. 2º II, "a" (apresentou certificado de nível técnico)
desclassif icado	ALINE NATANA BUBLITZ	24/01/2014	02/10/2018	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	SHEILA SIMONE ADAM LINK	04/08/2006	20/05/2019	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	VIVIAN PINHEIRO DOS SANTOS SÁ	14/03/2008	26/02/2019	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)

desclassif icado	EDILENE APARECIDA FER- NANDES BEYER	NÍVEL MÉDIO	29/02/2016	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, II e e Art. 2º II, "a" (apresentou certificado de nível médio)
desclassif icado	KATIA GUSTMANN	08/07/2006	20/05/2019	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)

Ensino Superior do nível I para o nível II

Posição	Nome do Servidor	Data do Diploma	Data de Nomeação	OBSERVAÇÃO
1º	JOÃO REGIS OLIVEIRA	31/10/1989	15/06/2009	promoção concedida a partir março de 2020
2º	OMAR MANNE	04/10/1997	13/03/2008	promoção concedida a partir março de 2020
3º	LIGIA HOEPFNER	28/02/2001	01/03/2010	promoção concedida a partir março de 2020
4º	CLAUDETE MEDIANEIRA VIEIRA	07/03/2001	16/01/2014	promoção concedida a partir março de 2020
5º	GEORGE SCHUTZ NETO	25/08/2001	25/02/2008	promoção concedida a partir março de 2020
6º	CASSANDRA SPIES	28/10/2001	11/01/2010	promoção concedida a partir março de 2020
7º	NELI OBADOWSKI LEDUR	15/12/2001	12/03/2013	promoção concedida a partir março de 2020
8º	JAIME EDUARDO JENSEN	14/09/2002	01/06/1999	promoção concedida a partir março de 2020
9º	FABIANO PRADIE DE OLI- VEIRA	21/09/2002	14/02/2005	promoção concedida a partir março de 2020
10º	LEOPOLDO KLUG NETO	14/12/2002	15/04/2002	promoção concedida a partir março de 2020
11º	LORIZETE PEGORINI	14/12/2002	15/04/2005	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
12º	MICHAELA REIMER DOPONA	25/03/2003	24/03/2003	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
13º	RENATA DOS SANTOS KLEE	30/09/2003	06/05/2003	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
14º	KELLY R. S. ZIMMER DALL- MANN	19/07/2004	27/02/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
15º	EDSON JOSE PEREIRA	28/05/2005	15/09/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
16º	GABRIEL BEZ BATTI GOU- LART	10/09/2005	01/08/2003	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
17º	LORAINÉ SILVEIRA AURELLO	10/09/2005	04/02/2002	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
18º	PAULO ROBERTO ZANCHET	28/03/2006	20/03/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
19º	MAIRA BEATRIZ KAMKE HERZOG	28/06/2006	10/03/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
20º	MARIA CAROLINA MESTRE VILACA	28/06/2006	23/06/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
21º	MARCOS ALBERTO REITER	12/08/2006	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
22º	ROBERTO CARLOS MASKE	12/08/2006	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
23º	BARBARA M. UBER M. ROCHA	01/09/2006	10/03/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
24º	LUANA MARIA AMANDIO PEREIRA	24/11/2007	27/02/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
25º	WAGNER MOREIRA STAHNKE	24/11/2007	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
26º	ALINE BEATRIS PRUNER	27/09/2008	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
27º	DORACI WEBER	27/09/2008	04/04/2006	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
28º	MANOEL H. PEIXOTO DA CUNHA	23/04/2009	19/02/2002	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

29º	GILBERTO LOPES GONÇALVES	31/05/2009	25/02/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
30º	IRANI REINKE ENDER	24/08/2009	28/01/2009	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
31º	MICHELLE VITORIO MARCHETTO	02/12/2009	23/09/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
32º	DIEGO ARRUDA IRIGOITE	14/12/2009	23/05/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
33º	FRANCIELLE GUTKNECHT	30/12/2009	20/09/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
34º	ALEXANDER HUBERT FECHT	28/02/2010	28/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
35º	CLAUDIA MARTINS KINZEL	27/05/2010	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
36º	ANDRIA CARINE GIEHL	07/10/2010	20/11/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
37º	GABRIEL DUVOISIN	05/07/2011	02/04/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
38º	FERNANDO MARQUES DA COSTA	30/10/2011	16/09/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
39º	JOICE STOLLMEIER KRONKE	31/12/2011	05/05/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
40º	GELIANDRO FIDELES RIBEIRO	23/09/2012	22/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
41º	ROSEMERE BELZ CLAUDINO	06/09/2014	14/04/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
42º	LUIZ ANTONIO FRANTZ	11/10/2014	24/02/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
43º	AMERIGO SUGAMOS DA ROSA	16/10/2014	17/03/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
44º	GREICE ROBERTA BENINCA	16/10/2014	07/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
45º	PAOLA NATHALIA DO L. NISHIMURA	12/14	01/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
46º	MARIANA BLANK STORTZ	30/04/2016	10/05/2000	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
47º	EDUARDO JOSE PANDOLFO	20/05/2016	30/06/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
48º	ARIANE MARIA BERTELLI	28/08/2017	16/09/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
49º	DONAIRE BAADE	31/08/2017	14/04/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
50º	DAVID HERZOG	21/12/2018	17/10/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
desclassif icado	FABRICIO INACIO BRANDAO			Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 3º, I (não apresentou certificado de pós graduação).
desclassif icado	TAYRINE RODRIGUES TEIXEIRA			Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 3º, I (não apresentou certificado de pós graduação)
desclassif icado	HARRIET VOLKMANN			Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 2º, III, a (não apresentou certificado de pós graduação)

Ensino Superior do nível I para o nível II (Magistério)

Posição	Nome do Servidor	Data do Diploma	Data de Nomeação	OBSERVAÇÃO
1º	MARICARLA DE CARVALHO SANTOS MORO	31/07/2003	01/02/1996	promoção concedida a partir março de 2020
2º	MARCIA ANDREA GROSSKLAS	20/09/2003	18/09/2004	promoção concedida a partir março de 2020
3º	GUISELA GUTJAHR	22/11/2003	02/02/2009	promoção concedida a partir março de 2020

4º	MICHELLE GUTKNECHT HARMEL	15/06/2004	01/06/2010	promoção concedida a partir março de 2020
5º	SANDRA PROCHNOW GREUEL	15/06/2004	02/08/2005	promoção concedida a partir março de 2020
6º	JERUSA KREUTZFELD PIVATTO	25/09/2004	18/02/2016	promoção concedida a partir março de 2020
7º	SOLANGE ALVES DE OLIVEIRA SCHWABE	19/03/2005	04/02/2013	promoção concedida a partir março de 2020
8º	MAICON ROBERT KELLER	02/04/2005	22/02/2012	promoção concedida a partir março de 2020
9º	MONICA REGINA ITTNER CIPRIANI	30/04/2005	05/08/2013	promoção concedida a partir março de 2020
10º	FERNANDA APARECIDA ZANELLA BUCCI	15/11/2005	22/02/2012	promoção concedida a partir março de 2020
11º	LUCELIA SIMINHUK	30/04/2006	10/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
12º	SANDRA REGINA RADUNZ PRIEBE	07/10/2006	10/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
13º	FATIMA CLENICE RIBEIRO DE ANDRADE	27/11/2006	17/08/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
14º	LUCIANE BORTOLOTO	09/12/2006	01/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
15º	MARILEA DALLMANN	31/08/2007	22/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
16º	APARECIDA DOLORES TOMASELLI	23/10/2007	26/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
17º	JOELMA BRESSANINI	25/10/2007	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
18º	MICHELE VIEBRANTZ DE MOURA	25/10/2007	18/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
19º	RANICE DULCE TRAPP	25/10/2007	01/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
20º	GISELE WEIDGENANT	22/11/2007	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
21º	JOSEANE ELIZABETH DREWS MASKE	31/01/2008	22/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
22º	CARMEN SCHULDT VOLZ	22/10/2008	01/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
23º	RAFAELA ROLOFF RADUENZ	22/10/2008	02/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
24º	JOSEANE NOLLI HEIMANN	11/11/2008	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
25º	PRISCILA DRAEGER VOLKMANN	27/04/2009	01/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
26º	ANA MARIA ANZINI	03/06/2009	02/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
27º	SANDREI RAFAEL BATISTA	12/09/2009	24/02/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
28º	PATRICIA DE MARCHI	21/10/2009	01/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
29º	IRONI GONÇALVES MAAS	24/10/2009	29/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
30º	ANA CLAUDIA PADILHA DE OLIVEIRA	29/10/2009	25/08/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
31º	SILVANA EDINA FORMIGARI	09/12/2009	23/05/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
32º	HENRIETTE KRUEGER BLANK	27/05/2010	01/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
33º	EDINEIA APARECIDA ALVES DE MEDEIROS FAGUNDES	27/05/2010	03/08/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
34º	IVONE VOLKMANN TRISOTTO	27/05/2010	22/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
35º	JAQUELINE BEATRIZ RAHN	27/05/2010	14/02/1992	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
36º	MARQUELIN DE OLIVEIRA MAASS	27/05/2010	01/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

37º	ROSA MARIA LANDEIRA BECK	27/05/2010	01/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
38º	ALESSANDRA LENTULO ALIENDE	05/07/2010	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
39º	NICOLE PATRICIA WIESNER	11/09/2010	20/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
40º	FABIANA DALSASSO LORENZ	01/12/2010	29/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
41º	JORDANA APARECIDA SANDRI CAETANO	01/12/2010	15/08/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
42º	CARIN PETTER	09/04/2011	01/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
43º	MOARA DE OLIVEIRA GUSTMANN	30/04/2011	23/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
44º	GISELE FREITAS VOLKMANN	19/08/2011	30/01/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
45º	KELLY TICIANA SCHUMANN	31/12/2011	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
46º	DIONATAN M. FLORIN KONAGESKI	24/02/2012	01/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
47º	BRIGIDA RAMOS	17/04/2012	22/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
48º	MARGARET SIMONE STRELOW FALK	17/04/2012	15/08/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
49º	NOEMI DA SILVA	17/04/2012	31/03/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
50º	ROSANETE MARCELINO LENZI	17/04/2012	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
51º	MARLI DA SILVA	20/04/2012	08/04/2002	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
52º	RAFAEL LIANDRO PINTO NEMEZIO	20/04/2012	11/02/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
53º	RUBIA OTT HORNBURG	20/04/2012	07/01/2008	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
54º	SOLANGE FERREIRA	20/04/2012	29/06/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
55º	LUIZA MARIA MARQUES	09/10/2012	15/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
56º	ANA PAULA MORETTI DOEGE	05/11/2012	06/04/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
57º	CINTHIA SAMUELA MAASS	05/11/2012	07/03/2017	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
58º	EDINEIA SALETE ARGENTA	05/11/2012	16/08/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
59º	NEIDE CRISTINA EWALD DE SOUZA	08/12/2012	10/06/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
60º	SHEILA PRISCILA HORDINA TORRES	01/03/2013	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
61º	DAYANE MARQUARDT KAVA	08/03/2013	05/02/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
62º	ELIZABETE GONÇALVES LEMOS KOEPP	27/04/2013	01/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
63º	FABIANA SPREDMANN	27/04/2013	31/07/2014	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
64º	KELLY CRISTINA RADTKE WAGNER	27/04/2013	01/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
65º	MARGRIT RAUH	27/04/2013	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
66º	LUCIANE MARLI WEBER WOIDE	18/05/2013	01/02/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
67º	RUBIA CRISTINE JAHNKE SEILER	15/06/2013	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
68º	VANESSA NARDELI	24/09/2013	18/02/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

69º	FABÍOLA JANAÍNA TOMASINI	08/10/2013	01/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
70º	TAMARA TAISE BUSARELLO	08/10/2013	18/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
71º	CAROLINA BECKER	28/02/2014	01/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
72º	ANDREA CRISTINA ROTA SCURATO	06/05/2014	07/05/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
73º	ROSVITA OTT	29/05/2014	15/09/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
74º	DOLORES KNOPF VOLKMANN	31/08/2014	07/02/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
75º	ROSIMERI KNOPF	31/08/2014	07/02/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
76º	ANDREIA S. ZATELLI FIAMONCINI	31/03/2015	22/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
77º	TALITA BAHR	13/04/2015	04/02/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
78º	CRISTIANE MORO SCHORR	05/12/2015	30/09/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
79º	DAIANA PRISCILA R. DE FREITAS	05/12/2015	13/04/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
80º	JANAISA SANZON CRISTOFOLINI	09/12/2015	22/02/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
81º	CARLOS ALBERTO MANDU DA SILVA	12/12/2015	05/08/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
82º	GRAZIELE KRAUSE BITTENCOURT	13/02/2016	01/08/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
83º	HEIDY JOSÉ MOREIRA DE ALMEIDA	05/06/2016	25/01/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
84º	JUSSARA KLEINSCHMIDT BORCHARDT	05/08/2016	01/02/2011	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
85º	ENDRIGO GUSTAVO DE OLIVEIRA KNETSCH	31/08/2016	01/03/2006	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
86º	VIVIANE FERREIRA ORB	31/12/2016	25/04/2012	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
87º	LEIDIANI RODE	10/01/2017	18/02/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
88º	MARILEIA HELLINGER	27/01/2017	19/04/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
89º	LUZIA DAIANE DOS SANTOS UHLMANN BEWIAHN	12/05/2017	04/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
90º	VIVIANE REGINA LEMKE ROTHERMEL	09/10/2017	07/03/2017	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
91º	PATRICIA CECON BRESSAN	28/02/2018	09/07/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
92º	GILVAN RODRIGUES DOS REIS	20/06/2018	17/10/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
93º	ELIZETE JETTCKE	08/11/2018	04/12/2013	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
94º	ELTON RICARDO POFFO	12/11/2018	01/03/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
95º	JOCELAINE MOREIRA DA SILVA	07/02/2019	01/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
96º	FERNANDO ROSSI DA CUNHA	15/02/2019	19/02/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
97º	MARLETE BERNARDI	22/04/2019	12/01/2015	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
98º	VILSON DA SILVA JUNIOR	30/04/2019	02/02/2004	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
99º	ELISANDRA PAZIANOTI	10/05/2019	22/02/2016	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020
100º	MIRTES ALESSANDRA PISETTA ALVES	14/06/2019	01/06/2010	Indeferido. Fora do n. de vagas do decreto 3806/2020

desclassif icado	ANABELA SIZS	22/04/2003	11/12/2017	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, I (em estágio probatório)
desclassif icado	PATRICIA RIGO DA CRUZ	04/12/2004	30/09/2013	Indeferido. Lei 269/2014, Art. 42 (readaptada)
desclassif icado	NARA BEATRIZ HALMENSCHLAGER THOME	24/11/2007	10/02/2010	Indeferido. Lei 269/2014, Art. 42 (readaptada)
desclassif icado	VANESSA KOHLS SCHUBERT	23/04/2015	01/02/2010	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 3º, I (não apresentou certificado de pós graduação)

Ensino Superior do nível II para o nível III (Magistério)

Posição	Nome do Servidor	Data do Diploma	Data de Nomeação	OBSERVAÇÃO
1º	LEILA CARLA FLOHR	15/12/2008	25/03/2002	promoção concedida a partir março de 2020
2º	Xxx			vaga não ocupada
3º	Xxx			vaga não ocupada
4º	Xxx			vaga não ocupada
5º	Xxx			vaga não ocupada
6º	Xxx			vaga não ocupada
7º	Xxx			vaga não ocupada
8º	Xxx			vaga não ocupada
9º	Xxx			vaga não ocupada
10º	Xxx			vaga não ocupada
desclassif icado	DAIANE LUCHETTA RONCHI DE ALMEIDA		12/02/2015	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 4º, Parágrafo único.
desclassif icado	SCHEILA MAAS		01/02/2010	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 4º, Parágrafo único.
desclassif icado	VIVIANE BECKERT SPIESS		02/02/2009	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 4º, Parágrafo único.
desclassif icado	VANESSA KOHLS SCHUBERT		01/02/2010	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 4º, Parágrafo único.
desclassif icado	MARILENI DE CARVALHO SANTOS TRETTIN	09/02/2002	01/08/1999	Indeferido. Decreto 3806/2020, Art. 1º, II e Art. 3º, II (apresentou certificado de especialização)

Da decisão de indeferimento da promoção vertical, cabe recurso hierárquico ao Prefeito Municipal.

Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, em 24 de março de 2020.

Genrado Riemer
Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária

LEI COMPLEMENTAR 381/2020

Publicação Nº 2418513

LEI COMPLEMENTAR 381/2020

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA E MOTORISTA DE VEÍCULOS DE URGÊNCIA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados 4 (quatro) empregos públicos de técnico de enfermagem socorrista e 4 (quatro) empregos públicos de motorista de veículos de urgência, submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e cujas contratações deverão ser precedidas de concurso público.

Parágrafo único. O Município poderá admitir a termo por processo seletivo simplificado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º Os empregos públicos criados ficam vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) municipal, componente da Rede de Atenção às Urgências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 3º As cargas horárias semanais do técnico de enfermagem socorrista e do motorista de veículos de urgência serão de 40 (quarenta) horas, podendo o Município estabelecer regime de compensação de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Art. 4º O salário-base do emprego de técnico de enfermagem socorrista fica fixado em 2.288,37 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), conforme referência 217 da LC 291/2016, e de motorista de veículos de urgência em R\$ 1.753,84 (um mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme referência 208 da LC 291/2016, a serem reajustados anualmente na mesma época e proporção que os servidores públicos efetivos.

Art. 5º São requisitos do emprego de técnico de enfermagem socorrista:

- I – nacionalidade brasileira ou equiparada.
- II – idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
- III – ser técnico de enfermagem com registro no conselho de classe;
- IV – ter concluído, com aproveitamento, curso de atendimento pré-hospitalar móvel ou equivalente;
- V – dois anos de atividade como profissional da saúde no atendimento pré-hospitalar;
- VI – ter sido aprovado em concurso público.

Art. 6º São requisitos do emprego de motorista de veículos de urgência:

- I – nacionalidade brasileira ou equiparada.
- II – idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;
- III – ensino médio completo;
- IV – habilitação para conduzir veículo na categoria “D”;
- V - não ter cometido nenhuma infração de trânsito grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias durante os últimos doze meses;
- VI – ter concluído, com aproveitamento, curso especializado para condutores de veículos de emergência ou equivalente;
- VII – dois anos de atividade como condutor de veículos de emergência;
- VIII – ter sido aprovado em concurso público.

Art. 7º São atribuições comuns do técnico de enfermagem socorrista e motorista de veículos de urgência:

- I - chegar precocemente à vítima após ter ocorrido um agravo à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátricas, psiquiátricas, entre outras) que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte para lhe prestar atendimento e transporte adequado para um serviço de saúde devidamente hierarquizado e integrado ao SUS.
- II – prestar o atendimento primário, quando o pedido de socorro for oriundo de um cidadão, ou atendimento secundário, quando a solicitação partir de um serviço de saúde no qual o paciente já tenha recebido o primeiro atendimento necessário à estabilização do quadro de urgência apresentado, mas que necessita ser conduzido a outro serviço de maior complexidade para a continuidade do tratamento.
- III – atender as requisições das Centrais de Regulação Médica das Urgências e, dentro de suas capacidades, todas as requisições por socorro e resgate.

Art. 8º São também atribuições de técnico de enfermagem socorrista:

- I – assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
- II – prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro;
- III – participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional especialmente em urgências/emergências e
- IV – realizar manobras de extração manual de vítimas.

Art. 9º São também atribuições de motorista de veículos de urgência:

- I – conduzir veículo terrestre de urgência destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
- II - conhecer integralmente o veículo e realizar manutenção básica do mesmo;
- III - estabelecer contato radiofônico (ou telefônico) com a central de regulação médica e seguir suas orientações;
- IV - conhecer a malha viária local;
- V - conhecer a localização de todos os estabelecimentos de saúde integrados ao sistema assistencial local, auxiliar a equipe de saúde nos gestos básicos de suporte à vida;
- VI - auxiliar a equipe nas imobilizações e transporte de vítimas;
- VII - realizar medidas reanimação cardiorespiratória básica e
- VIII - identificar todos os tipos de materiais existentes nos veículos de socorro e sua utilidade, a fim de auxiliar a equipe de saúde.

Art. 10 Somam-se às atribuições do emprego de técnico de enfermagem socorrista aquelas do cargo de técnico de enfermagem e do emprego de motorista de veículos de urgência aquelas do cargo de motorista de ambulância previstas no anexo V da lei complementar municipal 291/2016.

Art. 11 Os cargos criados pela lei complementar municipal 157/2008 serão extintos assim que vagos.

Art. 12 – Fica revogada a lei complementar municipal 157/2008.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3.084/2020

Publicação Nº 2418509

LEI ORDINÁRIA Nº 3.084/2020

AUTORIZA A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, E ATUALIZA O VALOR DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO- TRANSPORTE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, a título de reajuste geral das remunerações dos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, estendendo-se aos servidores do Poder Legislativo Municipal, o percentual de 5% (cinco por cento) para aplicação na base de março de 2020.

§ 1º O reajuste refere-se ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de março de 2019 a fevereiro de 2020 de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento), mais 1,08% (um vírgula oito por cento) de ganho real.

§ 2º O índice de reajuste concedido no caput estende-se também aos proventos dos servidores inativos que possuem paridade alcançada pela Emenda Constitucional nº 20/1998.

Art. 2º O valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores ativos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações fica estabelecido em R\$300,00 (trezentos reais) e o valor do auxílio-transporte fica estabelecido em R\$ 170,00 (cento e setenta reais) incidindo no mês de março de 2020.

Art. 3º Esta Lei Ordinária entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 3085/2020

Publicação Nº 2418515

LEI ORDINÁRIA Nº 3085/2020

REVOGA A LEI ORDINÁRIA Nº 1.853/2005, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE VIAS LOCAIS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Ordinária Municipal nº 1.853/2005, que dispõe sobre o programa de manutenção de vias locais.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode (SC), 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS - COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 2417990

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 026 / 2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 014 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a “AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA NOVOS E PARA REPOSIÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS”, que o mesmo encontra-se SUSPENSO tendo em vista os recentes desdobramentos da pandemia de COVID-19 (coronavírus) no Brasil e no mundo, como medida preventiva emergencial. A medida vai ao encontro do Decreto Municipal n.º 3.812, de 18 de Março de 2020 e do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de Março de 2020, que tratam das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19) e visa a proteger a saúde de todos os profissionais envolvidos. Ressaltamos que a nova data para recebimento e análise dos documentos de “Credenciamento”, “Proposta Comercial” e “Habilitação” será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Pomerode / SC, 24 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS - COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 2417992

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 028 / 2020
PREGÃO PRESENCIAL N.º 015 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 015 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS, cujo objeto é a “AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO EM BOVINOS NO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS”, que o mesmo encontra-se SUSPENSO tendo em vista os recentes desdobramentos da pandemia de COVID-19 (coronavírus) no Brasil e no mundo, como medida preventiva emergencial. A medida vai ao encontro do Decreto Municipal n.º 3.812, de 18 de Março de 2020 e do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de Março de 2020, que tratam das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19) e visa a proteger a saúde de todos os profissionais envolvidos. Ressaltamos que a nova data para recebimento e análise dos documentos de “Credenciamento”, “Proposta Comercial” e “Habilitação” será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Pomerode / SC, 24 de Março de 2020.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**PORTARIA Nº 030/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020.**

Publicação Nº 2418226

PORTARIA Nº 030/2020 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DE VENCIMENTO DAS FATURAS DE ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO, VENCIDAS A PARTIR DE 17 DE MARÇO DE 2020.

O Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, RICARDO CAMPESTRINI, nomeado pela Portaria Nº 21.612, de 01 de janeiro de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere nos artigos 3º e 7º, parágrafo 2º da lei ordinária 116/1966,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal n. 3811, de 17 de março de 2020, especialmente o disposto em seu artigo 16 e parágrafo único, no intuito de garantir mediante políticas sociais e econômicas visando a redução do risco da doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Pomerode estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO a necessidade de observância do princípio da solidariedade social em atenção a dignidade humana enquanto fundamento do Estado Democrático;

CONSIDERANDO os efeitos sistêmicos que o Coronavírus (COVID-19) vem causando na economia e a necessidade de adoção de medidas de precaução pelo poder público com o objetivo de mitigar os impactos negativos, cumprindo assim seu dever social;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica prorrogado o vencimento das faturas relacionadas ao consumo de água, tratamento de esgoto e coleta de lixo vencidas a partir de 17/03/2020, até o prazo de 30/04/2020.

Artigo 2º - Tal medida se faz necessária para que nenhum consumidor seja prejudicado, tendo em vista todas as ações que estão sendo tomadas para frear o avanço do Coronavírus (COVID-19).

Artigo 3º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Samae de acordo com as demandas, cumprindo as disposições legais;

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 23/03/2020, ficando revogadas as demais disposições em contrário;

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de março de 2020.

RICARDO CAMPESTRINI
Presidente do SAMAE

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1929/2020 - EMERGÊNCIA CORONAVÍRUS

Publicação Nº 2418479

DECRETO Nº 1929/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), declara situação de emergência no Município de Ponte Alta do Norte - SC e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 81, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 1928/2020, que implementava ações, no âmbito do Município Ponte Alta do Norte - SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Ponte Alta do Norte - SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Ponte Alta do Norte - SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil e demais atividades excetuadas no Decreto 1928/2020.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto 1928/2020 (art. 1º, II e art. 4º), sendo acrescidas a restrição de concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias e congêneres.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e ainda do Decreto Municipal nº 1928/2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no seu bojo e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Ponte Alta do Norte, 24 de Março de 2020.

Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Fica publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de Março de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 241/2020

Publicação Nº 2417943

DECRETO Nº 241 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA DECRETO 236/2020 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal e, ainda,

CONSIDERANDO o Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 236 de 18 de Março de 2020;

CONSIDERANDO a expedição do novo Decreto Estadual 525 de 23 de Março de 2020 Governo do Estado do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º- Fica prorrogado por 7 (sete) dias a contar desta data, o regime de quarentena no Município, respeitando os termos do Decreto Estadual Nº 525, de 23 de Março de 2020.

Art. 2º- A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante este período realizará serviços internos das 07:30hrs às 11:30hrs, sem atendimento ao público e número reduzido de servidores por setor; permanecendo o regime de teletrabalho.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando eventuais disposições contrárias entre o Decreto Municipal e o Decreto Estadual, prevalecendo as disposições deste, podendo ser prorrogado por igual ou mais períodos, se necessário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.390, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418334

DECRETO Nº 2.390, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.840/2019". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 392.366,34 (Trezentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difuso

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difuso

Funcional Programática: 0014.0422.0008

Atividade: 2.032 – Manutenção das atividades de Proteção ao Consumidor - PROCON

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03000000 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 6.000,00

Órgão: 16 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0018

Atividade: 2.052 – Capacitação e Valorização dos Servidores Públicos da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03020200 – SF: Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 36.366,34

Atividade: 2.054 – Manutenção das atividades de atenção básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 6380080 - SF: Apoio Financeiro da União à Saúde

Valor: R\$ 200.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06670051 - SF – Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 22 - Fundação Municipal da Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal da Meio Ambiente

Funcional Programática: 0018.0541.0025

Atividade: 2.092 – Capacitação e valorização dos Servidores Públicos do Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 06060012 – SF: Taxas - Fundação Meio Ambiente

Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2019 por conta dos recursos Apoio Financeiro da União à Saúde na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde na importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), Taxas - Fundação Meio Ambiente na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), Receitas e Transferências de Impostos – Saúde na importância de R\$ 36.366,34 (Trinta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) e Recursos Ordinários na importância de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), totalizando a importância de R\$ 392.366,34 (Trezentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 24 de março de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

DECRETO Nº 2389, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417965

DECRETO Nº 2389, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Disciplina o tráfego de pessoas e veículos no Município de Porto Belo, através da implantação de Barreira Sanitária, visando o enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que editou novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, DECRETA:

Art. 1º Fica mantida a Barreira Sanitária no Município de Porto Belo, fixa ou móvel, com o intuito de impedir a proliferação da Infecção Humana pelo novo COVID-19 (coronavírus).

§ 1º Fica impedido o ingresso no Município de pessoas com quadro de febre ou outros sintomas característicos da COVID-19, devendo as mesmas ser orientadas a procurar uma Unidade de Saúde mais próxima de sua residência.

§ 2º Fica autorizada a autoridade de vigilância sanitária a efetuar avaliação e análise de conveniência do ingresso de veículos oriundos de Município em que já tenham sido identificados casos de contágio pelo coronavírus comunitário.

§ 3º Fica permitida a entrada no Município de Porto Belo de caminhões de abastecimento de itens essenciais, devendo apresentar a Nota Fiscal da entrega da mercadoria, bem como dos profissionais de saúde.

Art. 2º Os casos omissos serão analisado pelas autoridades competentes, que estarão fiscalizando o disposto neste Decreto, podendo ser aplicada a multa por descumprimento a ordem da saúde pública.

Art. 3º Ficam suspensos, conforme determinação do Governador do Estado de Santa Catarina, por mais 7 (sete) dias, a partir de 23 de março de 2020, as atividades elencadas no art. 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, caracterizados como não essenciais.

Parágrafo Único. Os serviços essenciais, tais como saúde, segurança pública, coleta de lixo e limpeza urbana funcionarão normalmente.

Art. 4º Este Decreto vigorará em conjunto com as providências determinadas no Decreto Municipal nº 2383, de 17 de março de 2020, bem como do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos Municipais nº 2386, de 19 de março de 2020, e nº 2387, de 20 de março de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo seus efeitos enquanto perdurarem os efeitos da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 029/2020 DE 20/03/2020 ALTERA DECRETO Nº 003/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO TOCANTE AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS.

Publicação Nº 2418438

DECRETO Nº 029/2020 de 20/03/2020

Altera Decreto nº 003/2020, e dá outras providências no tocante ao pagamento de tributos.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Código Tributário Municipal e:

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as medidas de enfrentamento a emergência de saúde pública impostas pelo Decreto Municipal nº 020, de 18 de março de 2020.

CONSIDERANDO o fechamento de toda rede bancária e lotéricas, quando da ocorrência por exemplo da primeira parcela do TVCNM e pagamento da TVS em 20/03/2020.

DECRETA:

Art. 1º – Altera o parágrafo 3º e acrescenta os parágrafos 4º no artigo 1º do Decreto nº 003/2020:

Art 1º -

...

§ 3º - O parcelamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2020, se dará em no máximo 06 (seis) parcelas, e terão as seguintes datas de vencimento:

1º parcela	10/03/2020
2º parcela	10/06/2020
3º parcela	10/07/2020
4º parcela	10/08/2020
5º parcela	10/09/2020
6º parcela	13/10/2020

§ 4º – Os contribuintes que desejarem usufruir da prorrogação do parcelamento (2º parcela em diante) deverão comparecer no Setor de Tributos para emissão de novos carnês.

Art. 2º – Acrescenta os arts. 2º-A, 2º-B e 2º-C o Decreto nº 003/2020:

Art. 2º-A - O pagamento do Imposto sobre Serviços – ISS (variável, retido, fixo ou por estimativa), de empresas não optantes do simples nacional, previsto no artigo 296 da Lei Complementar nº 005, de 08 de dezembro de 2009, em relação a competência de março/2020, com vencimento em 20/04/2020 deverá ser efetuado 20/05/2020.

Art. 2º-B – Prorroga o vencimento dos preços públicos advindos de fornecimento de horas máquinas e taxas de cemitérios com vencimentos no período de 17/03/2020 e 11/05/2020 para o dia 12/05/2020, sendo que o contribuinte que desejar obter tal benefício deverá comparecer e retirar nova guia no setor de tributos.

Art. 2º-C – Prorroga o vencimento das parcelas advindas de parcelamentos ativos com vencimentos no período de 17/03/2020 e 11/05/2020 para o dia 12/05/2020, sendo que o contribuinte que desejar obter tal benefício deverá comparecer e retirar nova guia no setor de tributos.

Parágrafo único – Havendo duas parcelas vencidas no período citado no caput, uma das parcelas poderá ter seu vencimento prorrogado para 12/06/2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 20 de março de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

RAFAEL NEITZKE TAMBOSI
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 030 DE 24 DE MARÇO DE 2020 PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2418439

DECRETO Nº 030 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal n. 025 e 026/2020, que implementava ações, no âmbito do Município Pouso Redondo, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Pouso Redondo, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil e Secretaria de Desenvolvimento Social.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praças;

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 3º Portaria específica referente a férias coletivas elencará nomes de servidores que entrarão em férias nos próximos 10 (dez) dias, a partir de 25 de março de 2020.

Parágrafo único: portarias individuais serão publicadas nos próximos dias elencando nome de servidores que entrarão em férias conforme solicitação de cada Secretário Municipal.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Pouso Redondo, 24 de março de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 28/2020 DE 20/03/2020 INSTITUI GABINETE DE CRISE PARA ACOMPANHAR E ARTICULAR AÇÕES RELATIVAS AO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2417906

DECRETO Nº 28/2020 de 20/03/2020

Institui Gabinete de Crise para acompanhar e articular ações relativas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que os Decretos nºs 25 e 26 de 2020 do município de Pouso Redondo, em que determinou a suspensão de todas as atividades não essenciais da administração pública, bem como as aulas na rede de ensino infantil e fundamental pelo prazo de 30 (trinta) dias;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº 509 e 515 do Governo do Estado de Santa Catarina

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Gabinete de Crise para acompanhar e articular as ações relativas às medidas de prevenção e enfrentamento ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Pouso Redondo, composto por representantes das seguintes unidades:

- a) Prefeito Municipal;
- b) Gabinete do Prefeito;
- c) Secretário de Saúde;
- d) Secretário de administração e Fazenda;
- e) Assessoria jurídica;
- f) Assessoria de Comunicação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 20 de março de 2020.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

DECRETO 014/2020

Publicação Nº 2417940

DECRETO Nº 014, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Declara situação de emergência no Município de Praia Grande e define outras medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito do Município de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando:

- O disposto Na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

- O Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

- A Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);

- A Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

- Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39,V; 51,IV, §1º, I, II, III, bem como o art.36,III, da LeiFederal n. 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica";

- Estudos recentes demonstrando a eficácia das medidas de afastamento social precoce e prevenção para contenção da disseminação do COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência no Município de Praia Grande em decorrência da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), de importância internacional, sendo as medidas de enfrentamento definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no art. 1º deste Decreto e, em cumprimento ao Decreto Estadual nº 515 de 17 de março de 2020, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

§ 1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

IX – segurança privada.

§ 2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – SAMAE;

II – Secretaria de Municipal de Saúde;

III – Defesa Civil; e

IV – Secretaria de Assistência Social;

Art. 3º O Município passa a compor o Comitê Intermunicipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19 no âmbito da AMESC, no qual

serão concentradas as informações e monitorados os casos suspeitos da doença e desenvolvidas as novas estratégias para enfrentamento da mesma.

Parágrafo único. O membro do Comitê mencionado no caput deste artigo será indicado pelo Diretor/Secretário Municipal de Saúde e nomeados por Portaria do Prefeito Municipal.

Art. 4º Fica determinado à Secretaria Municipal da Saúde que adote providências para:

I – capacitação dos profissionais de saúde para atendimento, diagnóstico e orientação quanto a medidas protetivas;

II - estabelecimento de processo de triagem nas unidades de saúde que possibilite a rápida identificação dos possíveis casos de COVID-19 e os direcionem para área física específica na unidade de saúde – separada das demais - para o atendimento destes pacientes;

III - aquisição de equipamentos de proteção individual -EPIs para profissionais de saúde;

IV – ampliação do número de leitos para os casos mais graves;

V - utilização, caso necessário, de equipamentos públicos culturais, educacionais e esportivos municipais para atendimento emergencial na área de saúde, com prioridade de atendimento para os grupos de risco de forma a minimizar a exposição destas pessoas;

VI – orientação aos serviços de saúde, para que comuniquem o Consulado e/ou a Embaixada, no caso de pacientes estrangeiros, especialmente os não residentes no Brasil.

§ 1º Ficam limitados os atendimentos eletivos nas UBS's, priorizando o atendimento dos casos suspeitos do COVID-19, os quais serão atendidos conforme protocolos elaborados pelos órgãos Federais, Estaduais e Municipal de Saúde.

§2º A Secretaria Municipal da Saúde poderá requisitar aos demais órgãos municipais recursos humanos a serem alocados temporariamente para suprir necessidade excepcional de atendimento à população.

Art. 5º Em cumprimento ao Decreto Estadual nº 509/20, ficam suspensas por 30 (trinta) dias a partir de 19 de março de 2020, inclusive, as aulas das unidades da rede pública e privada no território do município, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

§1º Os primeiros 15 (quinze) dias correspondem à antecipação do recesso escolar.

§2º Recomenda-se que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos no período em que as aulas estiverem suspensas.

§3º Aos profissionais da educação e demais servidores lotados nas unidades escolares poderá ser ter antecipada a concessão de férias, à critério da Administração.

§4º Os profissionais da educação e demais servidores lotados nas unidades escolares deverão exercer suas atividades no regime de teletrabalho, ou poderão ser realocados para realizar outras atividades em prol da municipalidade, inclusive em locais diversos daqueles para os quais foram contratados e/ou designados, conforme necessidade e interesse público.

Art. 6º Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto

com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pelo COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pelo COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispnéia.

Art. 7º Como medida individual, recomenda-se, por tempo indeterminado, que as pessoas com sintomas respiratórios fiquem restritos ao domicílio e que pessoas com mais de 60 (sessenta) anos e portadores de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Art. 8º Fica proibida a realização, pelo período de 30 (trinta) dias, eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades e eventos esportivos, de lazer, artísticos, culturais, acadêmicos, políticos, científicos, comerciais, religiosos, em locais abertos ou fechados.

Parágrafo único - Fica vedada a expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos ou privados.

Art. 9º Ficam suspensas no âmbito do Município, as atividades com grupos de idosos, clube de mães, atividades de oficinas de famílias, serviços de

convivência e fortalecimento de vínculos, plenária e reuniões de Conselhos Municipais.

§1º Instituições de longa permanência de idosos, devem restringir visitas externas, além de adotar protocolos de higiene dos profissionais e ambientes, bem como o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

§2º As visitas domiciliares e atendimentos dos serviços de CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e demais programas realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ocorrerão somente em situações prioritárias e emergenciais.

Art. 10. Decorrido o prazo previsto no art. 2º, os locais de grande circulação de pessoas, tais como terminais urbanos, supermercados, shopping center e comércio em geral, devem reforçar medidas de higienização de superfícies e disponibilizar álcool gel 70% para os usuários,

em local sinalizado.

§ 1º Devem ser disponibilizadas, ainda, informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios de higienização de mãos.

§ 2º As empresas de transporte coletivo devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos.

§ 3º Estabelecimentos que possuírem brinquedos para crianças, deverão suspendê-los durante o prazo estabelecido neste Decreto.

Art. 11. Decorrido o prazo previsto no art. 2º, os serviços de alimentação, tais como restaurantes e lanchonete, deverão adotar as seguintes medidas de prevenção para conter a disseminação da COVID-19:

I – Disponibilizar álcool gel 70% na entrada do estabelecimento para uso dos clientes;

II – Dispor de anteparo salivar nos equipamentos de bufê;

III – Observar na organização de suas mesas a distância mínima de um metro e meio entre elas;

IV – Aumentar frequência de higienização de superfícies;

V – Manter ventilados ambientes de uso dos clientes.

Art. 12. O uso de bebedouros de pressão deve observar os seguintes critérios:

I – Lacre das torneiras a jato, que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;

II – Garantia de que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar o contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;

III – Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento que possibilite retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual;

IV – Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;

V – Higienização frequentemente os bebedouros.

Art. 13. Na hipótese específica de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único, do art. 56, da Lei Federal nº 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, o Alvará de Funcionamento dos estabelecimentos que incorrerem em tal prática, o que deveser previamente constatado pelo PROCON Municipal.

Parágrafo único. A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 14. Os atendimentos presenciais da Administração Municipal se darão mediante condições restritivas de acesso aos prédios municipais, observadas as peculiaridades dos serviços prestados, limitando o ingresso às pessoas indispensáveis à execução e fruição dos serviços, e pelo tempo estritamente necessário, excetuando-se aqueles considerados como essenciais, dispensando-se da presença física na repartição e registro de ponto os servidores:

a) com 60 anos ou mais;

b) servidores imunodeprimidos;

c) que apresentam doenças respiratórias crônicas;

d) que coabitam com idosos ou com pessoas que apresentam doenças crônicas;

e) que viajaram ou coabitam com pessoas que viajaram nos últimos 15 (quinze) dias.

§1º Aos servidores citados nas alíneas anteriores, poderá ser ter antecipada a concessão de férias, à critério da Administração.

§ 2º No caso de não concessão de férias na forma prevista no parágrafo anterior, os servidores dispensados da presença física na repartição e registro de ponto deverão exercer suas atividades no regime de teletrabalho, ou poderão ser realocados para realizar outras atividades em prol da municipalidade, inclusive em locais diversos daqueles para os quais foram contratados e/ou designados, conforme necessidade e interesse público.

§ 3º Serão abonadas as atividades realizadas em horários diversos, bem como as definidas no § 2º.

Art. 15. As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em Lei.

Art. 16. Nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020.

Parágrafo único - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

Art. 17. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 18. As determinações dispostas no presente Decreto são compulsórias, nos termos da Portaria Interministerial nº 05/2020 do Governo Federal, e ocorrerão pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia 19 de março de 2020, podendo ser revogado ou alterado a qualquer tempo.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogado o Decreto nº 12, de 18 de Março de 2020.

Praia Grande, 24 de março de 2020.

Henrique Matos Maciel
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

Varner de Oliveira
Secretário de Adm. e Finanças

DECRETO 015/2020

Publicação Nº 2417942

DECRETO Nº 015, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Altera o Decreto nº 013 de 19 de março de 2020, que "Declara situação de emergência no Município de Praia Grande e define outras medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências".

HENRIQUE MATOS MACIEL, Prefeito do Município de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando:

- O disposto Na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;
- A Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);
- A Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);
- O Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Altera o caput artigo 2º do Decreto nº 013 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada no art. 1º deste Decreto, o Município instalará barreira Sanitária na entrada da Cidade das 07h00min as 18h00min horas, por tempo indeterminado, ficando terminantemente proibida a entrada de pessoas que não residem no Município de Praia Grande, com exceção dos seguintes casos:"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Praia Grande, 24 de março de 2020.

Henrique Matos Maciel
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

Varner de Oliveira
Secretário de Adm. e Finanças

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO N. D/4.474/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417932

Decreto nº D/4.474/2020, de 23 de março de 2020.

Define serviços essenciais de funcionamento da Prefeitura, e da cadeia produtiva do Município.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, bem como as disposições do Decreto Municipal nº 4.470 de 18 de março de 2020 e do Decreto Municipal 4.471 de 19 de março de 2020

Decreta:

Art. 1º Ficam definidos como serviços essenciais no Município e sem paralização aqueles já definidos no Decreto nº 4.471 de 19 de março de 2020, e além destas as seguintes atividades:

I – recepção para atendimento via telefone, recebimento de correspondência física ou eletrônica;

II – setor de recursos humanos;

III – setor de gestão de contratos e licitações;

IV – emissão de notas fiscais de produtor rural;

V – atendimento de serviços com máquinas e equipamentos destinados à cadeia produtiva do Município, especialmente confecção de silagem e seu transporte, a fim de evitar o perecimento de tal produto e ainda os serviços necessários ao atendimento da situação de emergência declarada através do Decreto D/4.465/2020, de 13 de março de 2020.

Art. 2º Para o funcionamento de tais serviços será destinado um servidor para os serviços definidos nos itens II a IV do artigo antecedente, sendo facultado o trabalho por teletrabalho ou a acesso remoto, se possível.

Art. 3º Para atendimento de que trata o item I o serviço será presencial, podendo permanecer na sede da Prefeitura no máximo 03 (três) servidores, quando na execução de outros serviços.

Art. 4º Para o atendimento de que trata o item IV do artigo antecedente será destinado o número máximo de 9 (nove) servidores para todo o território municipal, ficando estes distantes uns dos outros, sem compartilhamento de equipamentos e sem necessidade de comparecimento ao pátio de máquinas do Município.

Art. 5º Todos os Secretários Municipais atuarão no sistema de plantão ou diretamente de sua Secretaria.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 23 de março de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

]

Publicado o presente Decreto em 23/03/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

DECRETO N. D/4.478/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418232

Decreto nº D/4.478/2020, de 24 de março de 2020.

Homologa a Resolução de nº 004/2020, de 18 de março de 2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução de nº 004/2020, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes de Presidente Castello Branco, que em conformidade com o Decreto Municipal n. D/4.470, de 18 de março de 2020, determina a suspensão do Processo Suplementar de Escolha de Conselheiros Tutelares Suplementares, com programação prevista para o dia 29 de março de 2020, sendo que

nova data será agendada pela Comissão Especial Eleitoral e CMDCA, assim que a situação se restabeleça.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 24 de março de 2020.

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

]

Publicado o presente Decreto em 24/03/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Simone Sartori
Agente Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2020

Publicação N° 2417935

EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	NELSON VEIT
OBJETO:	O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e serviço de mão de obra para mudança de instalação de rede monofásica para trifásica com capacidade de carga de 27.600 W, no prédio da Prefeitura Municipal do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais e a prestação dos serviços é a importância de R\$ 7.616,56 (sete mil seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, ou boleto bancário emitido pela empresa.
FISCAL DO CONTRATO	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Giovani Durigon de Santi, conforme Portaria nº P/0717/2020, de 09 de janeiro de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua assinatura

EXTRATO DE CONTRATO N° 09/2020

Publicação N° 2417936

EXTRATO DE CONTRATO N° 09/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA
OBJETO:	O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa para aquisição de óleos lubrificantes e hidráulicos a fim de atender os tratores agrícolas da Secretaria Municipal de Agricultura Indústria e Comércio do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a aquisição dos itens é a importância de R\$ 14.975,00 (quatorze mil, novecentos e setenta e cinco reais), valor este que o Contratante pagará ao Contratado, os pagamentos serão efetuados 30 dias após a emissão da nota fiscal.
FISCAL DO CONTRATO	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Eduardo Vinício Nardi, conforme Portaria nº P/0721/2020, de 15 de janeiro de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2020

Publicação Nº 2418197

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 32/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	ELETROMOVEIS FORQUEZATO LTDA ME
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção e instalação de moveis planejados, confeccionados em MDF a serem instalados nas dependências do CMEI Acalanto e Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a confecção e instalação dos móveis é a importância de R\$ 17.194,00 (dezessete mil, cento e noventa e quatro reais), sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, ou boleto bancário emitido pela empresa.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Andressa Paula Borsatti, conforme Portaria nº P/0787/2020, de 20 de março de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2020

Publicação Nº 2418199

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 33/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	DELCIR BOESING - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2020.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é a importância de R\$ 82.203,20 (oitenta e dois mil, duzentos e três reais e vinte centavos), valor este que o Contratante pagará a Contratada.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Giovanni D. de Santi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0789/2020, de 24 de março de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2020

Publicação Nº 2418201

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 34/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	PRE-FABRICADOS SGANZERLA LTDA - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de tubos de concreto para execução da rede pluvial nas vias públicas do Município de Presidente Castello Branco/SC no ano de 2020.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é a importância de R\$ 44.178,00 (quarenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), valor este que o Contratante pagará a Contratada.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Giovanni D. de Santi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0789/2020, de 24 de março de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 81-2018

Publicação Nº 2418231

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 81/2018**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	GENTE SEGURADORA S.A
OBJETO:	Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 81/2018, conforme cláusula nona deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 24 de março de 2018, prorrogando sua vigência até o dia 24 de março de 2021. Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo
VIGÊNCIA:	24/03/2021

Neiva Kleemann Toniolo
Secretária Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82-2018

Publicação Nº 2418234

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 82/2018**

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	GENTE SEGURADORA S.A
OBJETO:	Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 82/2018, conforme cláusula nona deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 24 de março de 2018, prorrogando sua vigência até o dia 24 de março de 2021. Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo
VIGÊNCIA:	24/03/2021

Neiva Kleemann Toniolo
Secretária Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 83-2018

Publicação Nº 2418235

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 83/2018**

CONTRATANTE:	O MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	GENTE SEGURADORA S.A
OBJETO:	Este Termo Aditivo prorroga a vigência do Contrato nº 83/2018, conforme cláusula nona deste contrato, nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93, firmado em 24 de março de 2018, prorrogando sua vigência até o dia 24 de março de 2021. Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditivado e não alterado pelo presente termo aditivo.
VIGÊNCIA:	24/03/2021

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

PORTARIA N. P/0788/2020, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417946

PORTARIA Nº P/0788/2020, de 23 de março de 2020.

Define escala de serviços referente ao art. 1º do Decreto Municipal nº D/4.474/2020, de 23 de março de 2020.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, bem como as disposições do Decreto Municipal nº 4.470 de 18 de março de 2020, Decreto Municipal 4.471 de 19 de março de 2020, e do Decreto Municipal D/4.474/2020, de 23 de março de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo nominados para fins de atendimento de que tratam os incisos I a V do Decreto Municipal nº D/4.474/2020, de 23 de março de 2020, bem como eventual prorrogação:

I – Sede da Prefeitura Municipal:

Dia da Semana	Servidores
Segunda-Feira	Adriano Pozzo Broetto, Edenilson Domingos Zeni e Angélica Frigo
Terça-Feira	Simone Sartori, Joanice Klein, Alexandra Schumann
Quarta-Feira	Edenilson Domingos Zeni, Giovani Durigon De Santi, Felipe Batisti
Quinta-Feira	Adriano Pozzo Broetto, Simone Sartori
Sexta-Feira	Vanessa Cervelin, Lucilei Groto

II – Emissão de nota de produtor rural (Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente):

Dia da Semana	Servidores
Segunda-Feira a Sexta-Feira	Jucilei Frigo

III – Serviços de confecção de silagem e os necessários para o atendimento ao Decreto n. D/4.465/2020 de 13 de março de 2020:

Dia da Semana	Servidores
Segunda-Feira a Sexta-Feira	João Pereira dos Santos, Claudemir Mores, Rafael Moretto, Eduardo Mateus Raaber, Johnn Lennon Cador, Giovani Albara, Josias de Souza, Ivair Andrioni, Thiago Fhelipe Fauth

Art. 3º Os demais servidores não elencados na presente portaria deverão executar suas tarefas através de teletrabalho e acesso remoto quando possível, bem como ficar disponível através de seus smartphones durante todo o horário normal de expediente.

Art. 4º Nos locais de trabalho acima definidos não poderão permanecer no mesmo setor mais que um servidor.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Adm. Municipal de Pres. Castello Branco-SC, em 23 de março de 2020.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 23/03/2020, na forma da L.O.M.

SIMONE SARTORI
Agente Administrativo

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO N. 060/2020

Publicação Nº 2418432

DECRETO Nº. 060/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), no Município de Presidente Getúlio, e dá outras providências.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 79 e 80, V da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos Municipais de ns. 055/2020, 057/2020, 058/2020 e 059/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Presidente Getúlio para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO a decretação de Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Presidente Getúlio decretada em 20 de março de 2020 através do Decreto nº 058/2020;

CONSIDERANDO a complexidade do momento atual, que requer esforço conjunto na gestão e adoção de medidas necessárias aos riscos que a situação demanda, bem como o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

DECRETA:

Art.1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Presidente Getúlio, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

e) a manutenção das barreiras sanitárias móveis nas vias públicas de acesso ao Município de Presidente Getúlio, a partir de 25 de março de 2020 até perdurar a duração do prazo de quarentena de sete dias, imposta nos termos do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, monitoradas pela Secretaria de Saúde, Departamento da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Defesa Civil e Departamento de Trânsito, que farão verificação do estado de saúde, orientação, prevenção e restrição aos ocupantes de veículos;

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas nos Decretos anteriores, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, academias, quadras esportivas, parquinhos e praças.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa;

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º Ficam suspensos todos os prazos administrativos referentes aos processos, inclusive os disciplinares, e outros atos como notificações, intimações e defesa nos autos de infração até o dia 31 de março de 2020.

Art. 5º Os alvarás para localização, licença e sanitários emitidos com validade até 31 de março de 2020 ficam com a validade postergada para o dia 31 de maio de 2020.

Art. 6º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor a partir do dia 25 de março de 2020 com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições contrárias e mantidas as providências determinadas nos Decretos Municipais de ns. 055/2020 de 17 de março de 2020, 057/2020 de 18 de março de 2020 e 058/2020, de 20 de março de 2020, no que não forem conflitantes.

Parágrafo único. Ficam revogadas as medidas fixadas nos artigos 13 e 14 do Decreto Municipal 055/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETULIO/SC., EM 24 DE MARÇO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO TP 28/2020

Publicação Nº 2417969

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 28/2020

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 28/2020

Tipo: Menor Preço

Regime de Execução: Indireta/Empreitada por Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, PASSEIO PÚBLICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, EM VIAS URBANAS DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 5.742,00 M2, CONFORME PROJETOS DO MUNICÍPIO APROVADOS PELA CEF, E CONTRATO DE REPASSE Nº 889513/2019/MDR/CAIXA.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 13/04/2020.

Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 13/04/2020.

A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br

Quilombo, 24 de março de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

PORTARIA SMS 002/2020 - DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417996

PORTARIA Nº 02/2020, 24 DE MARÇO DE 2020.

TORNA PÚBLICO À SOCIEDADE QUILOMBENSE A AUTORIZAÇÃO À EMPRESA QUE ESPECIFICA VISANDO A HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS.

O Secretário Municipal de Saúde e Coordenador do Comitê de Combate à Crise do Coronavírus de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 738 de 03 de fevereiro de 1989, a Lei federal 8.080/90, Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, Decreto de Calamidade Pública aprovado pela Câmara Federal, Decreto nº 515, de 17 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e pelo Decreto Municipal nº 068/2020;

RESOLVE:

I- Autorizar a Empresa Jeverson Sciega – nome fantasia Posto de Lavagem JS, CNPJ nº 24 320 120/0001-34, com endereço à Avenida Coronel Bertaso, 1.380, situada neste Município de Quilombo, Santa Catarina, a proceder a lavagem, esterilização e higienização interna e externa nos veículos da Secretaria Municipal da Saúde;

II- Para tanto, deverá realizar as atividades de higienização devidamente paramentado com os EPIs necessários para proteção própria e da comunidade Quilombense;

III- As atividades de que trata o inciso I, fica restrito à frota da SMS, sendo que os acionamentos se darão por telefone, devendo os funcionários utilizados nas ações ficar aguardando em domicílio, e ir até o Posto de lavagem apenas após o acionamento, retornado ao domicílio após execução dos serviços.

IV- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V- Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Secretaria de Saúde de Quilombo/SC, em 24 de março de 2020.

NÉDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal de Saúde

Registrado e Publicado
Em ____/03/2020
Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 20/2020

Publicação Nº 2418293

PORTARIA Nº 20/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPOE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO CONTRA O CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS, JÁ ADOTADAS PELA PORTARIA N. 019/2020 DE 18 DE MARÇO DE 2020, NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DE QUILOMBO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ VENDRUSCOLO, Presidente da Câmara de Vereadores de Quilombo/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparado no artigo 26, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal e artigo 38, inciso II, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Quilombo/SC,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo pela Portaria Interministerial 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas todas as atividades da Câmara de Vereadores de Quilombo/SC até o dia 01 de abril de 2020, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 25.03.2020.

Art. 3º - Registre-se, publique-se e comunique-se.

Sala de Sessões, em 24 de março de 2020.
Câmara de Vereadores de Quilombo/SC.

ANDRÉ VENDRUSCOLO
Presidente

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418415

DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 004/2020 QUE DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO PROGRESSIVA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS

Rafael Vian, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 20, II e XXI do Regimento Interno;

DECRETA

Art. 1º - Em cumprimento ao Decreto nº 525, de 23 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, a Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas, suspende suas atividades pelo prazo de 07 dias;

Art. 2º. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 24 de março de 2020

RAFAEL VIAN
Presidente

ROBERTO ELIAS HECKEL
1º Secretário

ADEMIR ZANETTI
2º Secretário

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

Rio do Campo

PREFEITURA

REABERTURA DE PRAZO PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2020

Publicação N° 2418283

PROCESSO LICITATORIO NR 14/2020
PREGÃO PRESENCIAL NR 07/2020
REABERTURA DE PRAZO

O Município de Rio do Campo torna público, para conhecimento dos interessados, que devido as ações de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), estabelecidas pelos Decretos n° 515/2020, de 17/03/2020 e 525/2020, de 23/03/2020 (Governo do Estado), e Decreto Municipal n° 1.144, de 18/03/2020, fica prorrogado o prazo de abertura do Pregão Presencial n° 07/2020, cujo objeto trata de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS PARA RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTE MUNICÍPIO, estabelecendo o dia 27 de abril de 2020, às 09:00h, para entrega dos envelopes contendo a documentação e proposta, iniciando-se o julgamento na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, n° 70, Centro, Rio do Campo – SC. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (47) 3564-8100, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio do Campo, 24 de março de 2020. Alexandro Losi – Prefeito Municipal em Exercício.

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N° 2.529, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação N° 2418224

DECRETO N° 2.529, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo de validade do processo de alteração de carga horária para professores efetivos da rede municipal de ensino de Rio do Oeste Edital nº 01/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por um ano o prazo de validade do processo de alteração de carga horária para professores efetivos da rede municipal de ensino de Rio do Oeste nº 01/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Rio do Oeste.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 24 de março de 2020.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito de Rio do Oeste

FLÁVIO MALIKOSKI
Secretário de Administração e Fazenda

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 8923, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418289

DECRETO Nº 8923, de 24 de março de 2020.

“HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020/FMS, de 24.03.2020”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Edital de Dispensa de Licitação nº 015/2020/FMS, Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, Parágrafo Único, Inciso I, II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.
	Parágrafo único – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PRESCRITOS POR MÉDICOS PARA OS PACIENTES DO SUS DESTA MUNICÍPIO, BASEADOS SOBRE PREÇOS FIXADOS NA REVISTA ABC FARMA. CONTRATADA: DROGAZY BONFANTI LTDA. – CNPJ: 03.895.064/0001-96 VALOR: R\$ 17.600,00 DESCONTO: 21,5% (vinte e um vírgula cinco por cento) VIGÊNCIA: 30/06/2020
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
24 de março de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8924, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418422

DECRETO Nº 8924, de 24 de março de 2020.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PRAZO INDETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria Municipal de Saúde, por tempo indeterminado o veículo Ford KA SE 1.5 SD; Cor Branca; Placa QJO-6448; Frota 519; Ano/Modelo 2018/2019; Chassi 9BFZH54S4K8207185; Renavam 1168699727; Patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, e o motorista Mario José Conzatti, matrícula nº 3552701, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia de COVID-19, cumprindo o que determina o Decreto nº 8919, de 18 de março de 2020, Art. 2º e 3º, inciso I.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
24 de março de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8925, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418423

DECRETO Nº 8925, de 24 de março de 2020.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PRAZO INDETERMINADO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria Municipal de Saúde, por tempo indeterminado o veículo Placas MCD-4956; Patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia de COVID-19, cumprindo o que determina o Decreto nº 8919, de 18 de março de 2020, Art. 2º e 3º, inciso I.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de março de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8926, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418424

DECRETO Nº 8926, de 24 de março de 2020.

"CONCESSÃO DE VEÍCULO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PRAZO INDETERMINADO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no artigo 37. Inciso VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo indeterminado à Secretaria Municipal de Saúde, o veículo UNO, Placas MLN-8072, patrimônio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia de COVID-19, cumprindo o que determina o Decreto nº 8919, de 18 de março de 2020, Art. 2º e 3º, inciso I.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão dos servidores da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de março de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8927, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418591

DECRETO Nº 8927, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19 (CORONAVÍRUS), EM ACRÉSCIMO ÀS EM VIGOR, DECORRENTES DO DECRETO Nº 8.919, DE 18 DE MARÇO DE 2020, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, por parte do Governador do Estado de Santa Catarina, o qual "dispõe sobre novas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus",

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 1º Ficam suspensos, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar de 25 de março de 2020, os serviços públicos municipais não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto, permanecendo em pleno funcionamento os essenciais.

Art. 2º São considerados, para os fins deste decreto, como serviços públicos municipais essenciais os prestados:

I – pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;

II – pela Secretaria Municipal de Obras e Agricultura, em especial o serviço de limpeza pública urbana;

III – pela Guarda Municipal;

IV – pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

V – pelo Departamento de Comunicação;

VI – pelo PROCON,

VII – por particulares, em razão de concessão, permissão ou autorização:

a) captação, tratamento e abastecimento de água;

b) coleta e tratamento de lixo;

c) transporte de passageiros por táxi;

d) serviço funerário.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá considerar outros órgãos e outras entidades como prestadores de serviços públicos essenciais, convocando os respectivos servidores caso seja necessário.

§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos municipais de que trata este artigo, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde do trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 3º Nos estabelecimentos que sejam prestados os serviços públicos municipais de que trata este artigo e que tenha atendimento ao público, fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade de público, podendo ser estabelecidas regras mais restritivas.

§ 4º Os estabelecimento de que trata o § 2º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados ao público, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as práticas de prevenção ao coronavírus e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

§ 5º No período estabelecido no art. 1º deste Decreto, não haverá coleta de lixo reciclado, por parte da concessionária, tendo em vista a incapacidade de processamento da associação credenciada pelo Município de Rio do Sul para tal fim, cabendo à população, em geral, realizar o armazenamento em suas residências e/ou estabelecimentos comerciais até o restabelecimento do serviço.

Art. 3º Pelo período disposto no art. 1º deste Decreto, também ficam suspensas as atividades e os serviços privados, exceto:

I – as atividades industriais, nos moldes do art. 8º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020;

II – os serviços de saúde humana e animal, incluídos os serviços médicos de qualquer natureza, hospitalares, veterinários, laboratoriais, fisioterapêuticos, odontológicos e psicológicos;

III – as atividades voltadas à assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade, como asilos e casas de apoio;

IV – as atividades de segurança e vigilância privada, presencial e remota;

V – a produção, a distribuição, a comercialização e a entrega de produtos de saúde, higiene e limpeza, alimentos e bebidas, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico (e-commerce);

VI – as atividades de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e em edificações (dedetização);

VII – o transporte e a entrega de cargas em geral;

VIII – os caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

IX – os serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

X – os serviços de emissão de certificados digitais;

XI – a distribuição e a comercialização de combustíveis e derivados, bem como a prestação dos serviços correlatos;

XII – as atividades de advogados e de escritórios de advocacia, de contadores e de escritórios de contabilidade e de assessoria e consultoria em geral, que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XIII – a distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega (delivery) de alimentos;

XIV – as agropecuárias;

XV – as atividades relacionadas à manutenção de elevadores;

XVI – a prestação de serviços de manutenção em geral relacionados às atividades industriais de todos os setores, tais como, agroalimentar, eletrometalmecânico, têxtil, vestuário, madeireiro, moveleiro, cerâmico, gráfico, de artefatos de cimento, entre outros;

XVII – os serviços de guincho;

XVIII – as oficinas de reparação de veículos em geral;

XIX – os serviços de transporte de passageiros por aplicativo;

XX – as atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização de insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para este fim, tais como, fornecimento de materiais elétricos, hidráulicos, de autopeças, de equipamentos de segurança do trabalho e a prestação de serviços de eletricitista e de encanador;

XXI – a realização de novas obras públicas e a continuidade das já em andamento, sejam as realizadas pelo Município de Rio do Sul de forma direta, sejam as realizadas através de empresas contratadas.

§ 1º A comercialização dos produtos relacionados no inciso V deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias, bem como todo e qualquer estabelecimento que possua a atividade de comercialização dos referidos produtos incluída em seu CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

§ 2º Com exceção das atividades descritas no inciso I deste artigo, o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 2º devem ser observados pelos demais estabelecimentos, no que couber, sob pena de serem fechados pelo órgão competente municipal, bem como, virem a responder civil e criminalmente.

Art. 4º Ficam suspensas, pelo período de 30 (trinta) dias, contados de 19 de março de 2020, as aulas presenciais na rede pública municipal de ensino, incluindo educação infantil e ensino fundamental, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 5º Pelo prazo definido no art. 1º deste Decreto, os servidores públicos municipais que não estão lotados nos órgãos relacionados no art. 2º poderão exercer suas funções mediante trabalho remoto (home office), por designação do(a) Secretário(a) da pasta ou do(a) Diretor(a) do Departamento, excetuando-se as funções que não comportem essa possibilidade.

Art. 6º Os órgãos do Poder Executivo Municipal, abaixo relacionados, atenderão somente por meio de contato telefônico e aplicativo Whatsapp, cujas informações encontram-se no Anexo Único deste Decreto:

I – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

II – Secretaria Municipal de Educação (setor administrativo);

III – Secretaria Municipal de Obras e Agricultura

IV – Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM

Art. 7º Atenderão sob o regime de plantão e sobreaviso:

I – o Conselho Tutelar;

II – o Cemitério Municipal.

Art. 8º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico junto ao Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo próprio servidor nos e-mails e números de Whatsapp informados no Anexo Único deste Decreto.

Art. 9º As consultas de viabilidade, os alvarás de construção civil e de parcelamento de solo, as licenças ambientais em geral, os pedidos de liberação de lotes caucionados e pedidos de vistoria em geral que tiveram seus prazos de vigência vencidos a partir de 17 de fevereiro de 2020 ou que venham a vencer durante o período de suspensão dos serviços públicos municipais não essenciais, bem como os prazos para entrega e comprovação das condicionantes determinadas nos referidos procedimentos, terão, automaticamente, sua validade prorrogada pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Os prazos de resposta consignados nos ofícios emitidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura não correrão durante o período de suspensão dos serviços públicos municipais não essenciais, retomando-se a contagem a partir do dia que retornarem as atividades.

Art. 10 Revogam-se os artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do Decreto nº 8919, de 18 de março de 2020.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto no art. 8º da Lei Federal nº 13979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito

24 de março de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Órgão		Telefone
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda		3531-1200
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social		(47) 98812-8310
Secretaria Municipal de Educação		(47) 98876-2510 3531-1100
Secretaria Municipal de Obras e Agricultura		3521-2444 3531-1140
Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM	Atestados de 1 e 2 dias - Tiago	Whatsapp (47) 988430213
Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM	Atestados de 3 a 15 dias - Jorge	Whatsapp (47) 999982345
Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM	Atestados acima de 15 dias para servidores efetivos - Rio do Sul PREV	Whatsapp (47) 988766483
Conselho Tutelar		(47) 99185-5140
Cemitério Municipal		(47) 98868-2208
Executivo Fiscal		(47) 99125-5243

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2020/FMS

Publicação Nº 2418134

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº015/2020/FMS

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Saúde, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICO E SIMILARES PRESCRITOS POR MÉDICOS PARA OS PACIENTES DO SUS DESTE MUNICÍPIO, BASEADOS SOBRE PREÇOS FIXADOS NA REVISTA ABC FARMA.

Contratada: Drogazy Bonfanti LTDA – CNPJ 03.895.064/0001-96

Valor: R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Desconto: 21,5% (vinte e um vírgula cinco por cento)

Vigência: 30/06/2020

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso II, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 24 de março de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1.311, DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418315



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1.311, DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Concede férias coletivas a todos os servidores da Câmara Municipal de Rio do Sul.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições regimentais, mais especificamente o inciso XXXVI, art. 40 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO a situação excepcional de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid19).

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, o qual estabelece, a partir de 24 de março de 2020, o regime de quarentena no Estado de Santa Catarina, por 7 dias, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a redução de carga de trabalhos legislativos durante o período de quarentena;

CONSIDERANDO, diante do cenário extraordinário, a utilização do recurso da analogia e do Princípio da Eficiência, tendo por base a Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**), e dá outras providências”;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o período de 26 de março a 4 de abril de 2020 de férias coletivas a todos os servidores da Câmara Municipal de Rio do Sul.

§1º. Os servidores que possuam período aquisitivo de férias incompleto, gozarão das mesmas férias coletivas, computando esse período quando do gozo de férias futuras.

§2º. Os servidores que já gozaram de algum período de suas férias, e permaneçam com saldo inferior a 10 dias após a concessão das férias coletivas, deverão negociar o gozo do período restante com a chefia imediata.

Art. 2º. As férias prevalecem sobre qualquer outro tipo de afastamento, não sendo interrompidas em virtude de necessidades particulares, licença para tratamento de saúde do servidor ou de pessoa da família, licença de luto, gala ou congêneres, exceto no que se refere à licença à gestante.

Portaria nº 1.311/2020 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



Art. 3º. O disposto no caput do artigo 1º não suspende a Sessão Legislativa de 2020, permanecendo ativos os protocolamentos eletrônicos, tramitações de proposições, prazos, reuniões de comissões e sessões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único. Nos dias de Sessões Ordinárias, ficam automaticamente convocados para o trabalho, das 7h30 às 13:30, os servidores dos seguintes setores administrativos, devendo a compensação de 1 dia de folga por 1 dia de trabalho dar-se posteriormente, mediante negociação com a chefia imediata:

- I – Secretaria Legislativa;
- II – Procuradoria Jurídica;
- III – Tecnologia de Informação;
- IV – Comunicação Social.

Art. 4º, Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2020.

CARISO SAVIO

GIACOMINI:52865762904

Assinado de forma digital por CARISO
SAVIO GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.03.24 16:15:53 -03'00'

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

[Assinado Digitalmente]

Portaria nº 1.311/2020 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

RESOLUÇÃO Nº 1085, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418441



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1085, DE 23 DE MARÇO DE 2020.**

Dispõe sobre a realização de reuniões e Sessões virtuais Câmara Municipal de Rio do Sul, em razão da declaração de situação de emergência no Estado de Santa Catarina.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais a Câmara Municipal decreta e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre a realização de reuniões das Comissões Legislativas Permanentes e das Sessões Ordinárias e Extraordinárias virtuais da Câmara Municipal de Rio do Sul, em virtude de situação excepcional de emergência desencadeada pelo Novo Coronavírus (Covid19).

Parágrafo único. A realização das reuniões e sessões virtuais acontecerá enquanto for decretado período de quarentena, dependendo ainda do quadro epidemiológico local, estadual e nacional, observadas as diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam mantidos os dias das Sessões Ordinárias, devendo as mesmas iniciar-se as 10 horas da manhã, conforme calendário aprovado pelo Presidente da Câmara, salvo Resolução específica aprovada pela maioria absoluta dos vereadores.

§ 1º Durante o período estabelecido no art. 1º, as Reuniões das Comissões Legislativas Permanentes acontecerão de forma conjunta, às 9 horas das segundas-feiras, com duração máxima de 1 hora, via videoconferência, mantidas as competências temáticas e composição de cada uma.

§ 2º A tramitação de todas as proposições seguirá a estabelecida no Regimento Interno da Câmara Municipal, somente sendo submetidas ao sistema virtual de discussão e de votação as matérias que estiverem instruídas com os pareceres das Comissões Permanentes designadas, salvo a realização de Sessão Extraordinária.

§ 3º Todas as proposições e documentos poderão tramitar sem a assinatura digital, ficando registradas como verdadeiras a partir do seu protocolamento, restando autorizada a assinatura digital a posteriori, como forma de convalidação, tendo em vista o trabalho remoto de todos os vereadores e servidores.

§ 4º Durante as reuniões e sessões virtuais, a votação dar-se-á pelo sistema nominal, devendo cada vereador, por ordem alfabética, posicionar-se a favor ou contrário à matéria em pauta.

Resolução nº 1085/2020 – Folhas 1 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br



§ 5º As reuniões e sessões serão realizadas por videoconferência, com a participação de todos os vereadores, sob pena de ser-lhe descontado o valor referente de seu subsídio mensal.

§ 6º Concluída a reunião ou a sessão virtual, toda a votação será registrada em sistema e o resumo será registrado em ata, que será homologada pelos membros da respectiva Comissão ou pela Mesa Diretora, respectivamente, e divulgado no site oficial da Câmara Municipal.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2020.

CARISO SAVIO Assinado de forma digital
por CARISO SAVIO
GIACOMINI:52865762904
Dados: 2020.03.24
11:51:51 -03'00'
CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

FERNANDO
CESAR Assinado de forma digital
por FERNANDO CESAR
SOUZA:06069926935
Dados: 2020.03.24
18:56:26 -03'00'
FERNANDO CESAR SOUZA
Vice-Presidente da Mesa
[Assinada digitalmente]

JAMES RIDES Assinado de forma
digital por JAMES
RIDES DA
SILVA:67453848920
Dados: 2020.03.24
14:28:44 -03'00'
SARGENTO JAMES
1º Secretário
[Assinada digitalmente]

MARCOS
NORBERTO Assinado de forma digital
por MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2020.03.24
12:30:15 -03'00'
MARCOS NORBERTO ZANIS
2º Secretário
[Assinada digitalmente]

Resolução nº 1085/2020 – Folhas 2 de 2

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.it.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS – SC LEI Nº 1.018 DE 31 DE MAIO DE 1999. RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 2418233

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS – SC
LEI Nº 1.018 DE 31 DE MAIO DE 1999.

Resolução Nº 001/2019

Dispões sobre a aprovação da alteração das matrizes curriculares das Séries iniciais e Finais do Ensino Fundamental, da rede Pública Municipal, relativas aos currículos da Escola Municipal Expedicionário Servino Mengarda e Escola Municipal Prefeito João Floriani de Rio dos Cedros – SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso XI do Art. 2º da Lei Nº 1.018 de 31 de maio de 1999, a qual institui o Conselho Municipal de Educação de Rio dos Cedros e o deliberado na Sessão Plenária do dia 29 de outubro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração das matrizes curriculares das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal Expedicionário Servino Mengarda e Escola Municipal Prefeito João Floriani de Rio dos Cedros – SC.

Art. 2º As novas matrizes curriculares, rubricadas pela Presidente do Conselho Municipal de educação, acompanham anexas a esta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Nº001/2019, de 29 de outubro de 2019.

Rio dos Cedros, 29 de outubro de 2019.

Daniela Beyer Spiess Longo

Presidente do Conselho Municipal de Educação

*Esta Resolução foi publicada no Mural da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros-SC, em 01 de novembro de 2019.

DECRETO Nº 3.043, DE 23 DE MARÇO DE 2020. AMPLIA AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO EM COMPATIBILIDADE COM OS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 3.037, DE 16 DE MARÇO DE 2020, Nº 3.039, DE 18 DE MARÇO DE 2020, Nº 3.041, DE 20 DE MARÇO DE 2020 E Nº 3.042, DE 23 DE MARÇO DE 2020, BEM COMO COM OS DECRETOS ESTADUAIS Nº 5

Publicação Nº 2417973

DECRETO Nº 3.043, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Amplia as medidas de prevenção em compatibilidade com os Decretos Municipais nº 3.037, de 16 de março de 2020, nº 3.039, de 18 de março de 2020, nº 3.041, de 20 de março de 2020 e nº 3.042, de 23 de março de 2020, bem como com os Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020 e nº 525, de 23 de março de 2020 e dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal e estabelece outras providências.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito em exercício de Rio dos Cedros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Rio dos Cedros estabelecer recomendações e determinações em face do atual cenário de emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO o Ofício nº 140/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça, que sugere aos membros do Ministério Público a expedição de recomendações aos Municípios com o objetivo de assegurar a aplicação de medidas de distanciamento social e circulação de pessoas;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990, especialmente os artigos 6º, I e V; 39, V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como art. 36, III da Lei Federal n. 12.529, de 2011, que versa sobre "Infrações da Ordem Econômica";

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as últimas informações disponibilizadas em reunião técnica pelo Ministério da Saúde no dia 13/03/2020;

CONSIDERANDO a edição pelo Governo do Estado de Santa Catarina, dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020 e nº 525, de 23 de março de 2020;

DECRETA:

Art. 1º. Em conformidade com as disposições dos Decretos Estaduais nº 509, de 17 de março de 2020, nº 515, de 17 de março de 2020 e nº 525, de 23 de março de 2020, ficam prorrogadas em igual período ao determinado neste último ato (Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020), as medidas implementadas pelos Decretos Municipais nº 3.037, de 16 de março de 2020, nº 3.039, de 18 de março de 2020, nº 3.041, de 20 de março de 2020 e nº 3.042, de 23 de março de 2020.

Art.2º. Os termos deste Decreto poderão ser reavaliados a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2020.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 23 de março de 2020.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros
Em exercício

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 23 de março de 2020.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 23 DE MARÇO DE 2020 HOMOLOGA E ADOTA A RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 009, DE 19 DE MARÇO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DO ANO DE 2020, COMO

Publicação Nº 2418268

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Membros Nomeados pela Portaria nº 380, de 10 de outubro de 2018.

Homologa e adota a Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020 que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS, no uso de suas atribuições, faz a todos saber que:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e

educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, com reflexos na educação básica, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distritais, em conformidade com a legislação vigente, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; e, em seu artigo 47, que, na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 36, § 11, inciso VI, que para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências desenvolvidas em cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando que a Resolução CNE/CEB nº 03/2018, em seu artigo 17, § 13, dispõe que as atividades realizadas pelos estudantes, consideradas partes da carga horária do ensino médio, podem ser atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, podendo ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância;

Considerando a Portaria MEC nº 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos

sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

Considerando a Resolução CEE/SC nº 040/2016, de 05 de julho de 2016, que estabelece normas complementares e orientativas à Resolução CEE/SC nº 183/2013, relacionadas à adoção da progressão parcial e continuada, aproveitamento de estudos concluídos com êxito, regime de exceção de dispensa temporária da frequência, complementação da infrequência e estudos de alunos itinerantes para o Sistema Estadual de Ensino, e que estabelece o regime de exceção temporário da dispensa da frequência com a compensação de ausência às aulas mediante estudos e atividades domiciliares e avaliação da aprendizagem;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar e adotar a Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, estabelecendo o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito da rede pública municipal de ensino.

Art. 2º. O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, sendo os primeiros 15 dias considerados recesso escolar, a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias. DECRETO Nº 509, DE 17 DE MARÇO DE 2020 Art. 1º Ficam suspensas no território catarinense, por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, inclusive as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido a partir de 02 de abril de 2020 a todos os estudantes.

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar, utilizando-se preferencialmente do sítio eletrônico da municipalidade, em www.riodoscedros.sc.gov.br;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa;

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020; e

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§2º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§3º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§4º Para fins de cumprimento do número de dias letivos mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da Rede

Municipal de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Sistema Estadual de Educação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 23 de março de 2020.

Representante do Conselho Tutelar de Rio dos Cedros: DANIELA BEYER SPIESS LONGO Presidente do COMDEC		Representante na área dos anos iniciais do Ensino Fundamental: SILMARA DA SILVA LORENZ
Representante na área dos anos finais do Ensino Fundamental: GIOVANA BORGES DE LIMA LENZI		Representante na área de Educação de Pessoas Jovens e Adultas: IVONE BORGES DE LIMA
Representante na área de Educação Especial: CLAUDIA MOSSMANN		Representante do Ensino Superior: EMANUELLA KARINA SANDRI
Representante de Pais e Alunos da Rede Municipal de Ensino: DIRCE CARMEM PANINI		Representante da Secretaria Municipal de Educação: AVALCIR BONA
Representante da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros: DILSON DALPIAZ		Representante na área de Educação Infantil: REJANE NARDELLI

Rio Fortuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 011/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418048

DECRETO Nº 011/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LINDOMAR BALLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO FORTUNA - SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- O disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;
- O Decreto nº 507, de 16 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;
- O Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;
- O Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência causada pelo vírus COVID-19, e estabelece outras providências;
- A Portaria Federal nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (2019-nCov);
- A Portaria Federal nº 356, de 11 de março de 2020, que Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);
- Disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), especialmente os artigos 6º, I, e V; 39, V; 51, IV, §1º, I, II, III, bem como o art. 36, III, da Lei Federal nº 12.529/2011, que versa sobre as "Infrações da Ordem Econômica";
- Estudos recentes demonstrando a eficácia das medidas de afastamento social precoce e prevenção para contenção da disseminação do Coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º. As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no âmbito do município de Rio Fortuna/SC, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º. Fica criado no âmbito Municipal para prevenção, enfrentamento e operações emergenciais o Comitê Municipal de Prevenção e Enfrentamento do COVID-19, no qual serão monitorados os casos suspeitos da doença e desenvolvidas as novas estratégias para enfrentamento da mesma, a ser composto pelos seguintes órgãos públicos e privados:

- I – Prefeito Municipal;
- II – Secretária de Saúde e Saneamento;
- III – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- IV – Secretaria de Assistência Social;
- V – Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
- VI – Defesa Civil Municipal;
- VII – Vigilância Epidemiológica Municipal;
- VIII – Vigilância Sanitária Municipal;
- IX – Câmara Municipal de Vereadores;
- X – Fundação Médico, Social, Rural de Rio Fortuna;
- XI – Associação Comercial e Industrial de Rio Fortuna (ACIRF);
- XII – Polícia Militar.

Parágrafo único. Os membros do Comitê serão seus respectivos titulares e os indicados pelas entidades representadas, e nomeados por portaria do Poder Executivo.

Art. 3º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, a Secretaria Municipal de Saúde poderá publicar plano de contingência a ser seguido pelos cidadãos, bem como adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II - estudo ou investigação epidemiológica;

III - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

Parágrafo único. Os profissionais municipais da saúde poderão ser realocados para que realizem suas atividades em locais diversos daqueles para os quais foram contratados e/ou designados, conforme necessidade, mediante determinação do Secretário Municipal de Saúde

Art. 4º. Adota-se para fins de definição de serviços essenciais e não essenciais, obrigatoriedade de suspensão de eventos, funcionamento de indústrias e comércio em geral, além de outras atividades, as medidas de prevenção e enfrentamento da crise, as determinações constantes da legislação federal e as normas regulamentares que foram e venham a ser expedidos pelos Governos Federal e Estadual, especialmente o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Fortuna/SC, 24 de março de 2020.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e Publicado no Mural Municipal aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

Rio Negrinho

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DAS LICITAÇÕES N° 023, 024, 027 E 032/202001

Publicação N° 2418236

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÕES

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que ficam SUSPENSAS "SINE DIE", as aberturas dos processos licitatórios em andamento, abaixo citados, em virtude do Decreto Estadual nº 515 de 17/03/2020 e Decreto Municipal nº 13.905 de 18/03/2020, motivados em função da Pandemia COVID-19, que assola o Mundo e, consequentemente o Brasil.

Tão logo a situação de emergência retorne ao normal, novas datas serão marcadas e comunicadas por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios e nos demais jornais na forma da Lei, se necessário.

PROCESSOS AGUARDANDO SESSÃO PÚBLICA QUE ESTÃO SUSPENSOS:

PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2020
PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2020
CONCORRÊNCIA N° 027/2020
TOMADA DE PREÇOS N° 032/2020

Rio Negrinho, 23 de março de 2020.
JULIO CESAR RONCONI
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

Publicação Nº 2418106

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 472/2020
EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia SC, comunica que em razão do Decreto Estadual 515/2020 e do Decreto Municipal 4.205/2020 de 18 de Março de 2020 que estabelece medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo CORONAVÍRUS (COVID-19), fica o Processo Licitatório Nº. 472/2020, modalidade Pregão Nº. 12/2020, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, ANO 2020, ZERO KM, TIPO MINIVAN COM CAPACIDADE DE 07 LUGARES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA SC previsto para as 08h00min do dia 27/03/2020 SUSPENSO até nova data a ser remarcada. Maiores esclarecimentos pelo site www.romelandia.sc.gov.br. Romelândia, 24 de Março de 2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

EXTRATO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15 / 2020

Publicação Nº 2418104

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15 / 2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 551 / 2020

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Romelândia SC, CNPJ nº. 82.821.182/0001-26 comunica que em razão do Decreto Estadual 515/2020 e do Decreto Municipal 4.205/2020 de 18 de Março de 2020 que estabelece medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo CORONAVÍRUS (COVID-19), fica o Processo Licitatório Nº. 551/2020, modalidade Pregão Nº. 15/2020, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de Mão de Obra de Serviços mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, componentes e acessórios de reposição para os veículos, máquinas e equipamento da frota do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia previsto para as 08h00min do dia 26/03/2020 SUSPENSO até nova data a ser remarcada. Maiores esclarecimentos pelo site www.romelandia.sc.gov.br. Romelândia, 24 de Março de 2020. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 003/2020**

Publicação Nº 2418447

DECRETO LEGISLATIVO N º 003/2020

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

JOÃO ZANROSSO NETTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei:

CONSIDERANDO que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o Decreto 4.208 de 24 de março de 2020, emitido pelo Prefeito Municipal de Romelândia – SC, que complementa as ações fixadas pelo Decreto nº 4.205 de 18 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Romelândia e Decreto nº. 4.207/2020 de 19 de março de 2020 que trata do horário excepcional de expediente no âmbito da administração pública municipal em decorrência do Novo Coronavírus (Covid-19)

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a suspensão das sessões ordinárias pelo prazo de 07 (sete) dias bem como os atendimentos ao público em geral.

Art. 2º Ratifica-se, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020 e Decreto do Executivo Municipal 4.208 de 24 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, aos 24 de março de 2020.

JOÃO ZANROSSO NETTO
Presidente

Santa Helena

PREFEITURA

FMS - PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

Publicação N° 2418013



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

JUSTIFICATIVA: A aquisição se fez em regime de urgência, visto que trata-se de necessidade não possível de ser prevista em momento pretérito, por conta da rápida pandemia de coronavirus que se espalhou pelo planeta.

Neste sentido, e em atenção a justificativa do Sr. Ildo José Cardoso – Secretário de Saúde, que bem demonstra as razões fáticas que fundamenta a pretensão em questão.

Os profissionais da Unidade Básica de Saúde desempenham papel de inquestionável necessidade frente a pandemia vivida a nível mundial. O trabalho da equipe se concentra no atendimento direto a população, manejando suas ações para o controle e a erradicação da pandemia.

Assim, o trabalho realizado pela equipe leva a eminente risco de contaminação, podendo fazer destes, verdadeiros aliados da pandemia no sentido de disseminação.

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

Juliano Geremia
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal nos incisos III e IV, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensável a Licitação:

...

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

“IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”. (grifamos).

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

Juliano Geremia
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Marechal Deodoro, 177, Bairro Cristo Rei, na cidade de Pato Branco - PR, CEP: 85507-520.

Valor Contratado: R\$ 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – As razões que levarão a escolha do fornecedor caracteriza-se devido a ser a única empresa a ter o material em estoque, devido a rapidez de contaminação do novo coronavírus, necessitando assim a disponibilidade imediata dos materiais.

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

Juliano Geremia
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

ENCAMINHAMENTO

Sr. Gestor Designado do Fundo Municipal de Saúde

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação N° 02/2020, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

Juliano Geremia
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

*Estado de Santa Catarina***PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA***Departamento de Compras, Licitações e Contratos*

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da aquisição de máscaras que servirá de proteção aos profissionais da Unidade Básica de Saúde do município de Santa Helena, que fazem frente ao atendimento de pacientes e por ventura venham a ter contato com o novo coronavírus - COVID - 19, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

ILDO JOSÉ CARDOSO
Gestor Designado do Fundo Municipal de Saúde

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

Departamento de Compras, Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 10/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2020

=====

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS QUE SERVIRÁ DE PROTEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA, QUE FAZEM FRENTE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES E POR VENTURA VENHAM A TER CONTATO COM O NOVO CORONAVÍRUS - COVID - 19, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA.

=====

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, III e IV.

PREÇO: R\$ 4.280,00 (quatro mil duzentos e oitenta reais).

DOTAÇÃO: 05.01.2.025.3.3.90.30.28.00 (05)

CONTRATADO: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Santa Helena (SC), 24 de março de 2020.

ILDO JOSÉ CARDOSO
Gestor Designado do Fundo Municipal de Saúde

(Processo Nr. 10/2020)

Rua Dom Feliciano, 476 – Centro
FONE: (49) 3633 0009 / 3633 0010
E-mail: compras@santahelena.sc.gov.br
CEP: 89915-000 - Santa Helena - SC

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1129 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418388

LEI Nº 1129 DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Fixa o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos municipais para o exercício de 2020 e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O índice de revisão geral das remunerações dos servidores públicos e agentes políticos municipais extensivo aos contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal e § 2º do Art. 32 da Lei Orgânica Municipal, a ser aplicado no mês de março, será o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, referente ao acumulado de março de 2019 a fevereiro de 2020 em 3,9207% (três inteiro e nove mil, duzentos e sete décimos de milésimo por cento).

Parágrafo Único - Ao Servidor do Magistério Público Municipal, fica assegurada para o exercício de 2020, o Piso Nacional do Magistério Público (Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de março de 2020.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLOQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 71/2020

Publicação Nº 2417838

DECRETO Nº071/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada no cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS PINNO

CARGO: COORDENADOR DO PSF

NÍVEL: CC-04

CÓDIGO: 1033

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 24 de março de 2020.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EXTRATO CONTRATO 31/2020 PL 02/2020 PP 01/2020 FMS

Publicação Nº 2417881

EXTRATO DE CONTRATO 31/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório nº. 02/2020 fms

Pregão Presencial nº. 01/2020

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratada: GB MED CLINICA EIRELI LTDA.

CNPJ: 24.934.768/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA ATUAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE EM ATENDIMENTO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA - ESF, ASSUMINDO A RESPONSABILIDADE TÉCNICA E A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR NO SISTEMA DE REGULAÇÃO MUNICIPAL, SISREG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Assinatura: 23 de março de 2020.

Vigência: 23/03/2020 até 31/12/2020.

Valor total: R\$ 232.050,00 (duzentos e trinta e dois mil e cinquenta reais).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO CREDENCIAMENTO 05/2020

Publicação Nº 2417874

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 05/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Credenciamento: 02/2020.

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Credenciada: JOSE FRIDHOLDO GAUER.

CNPJ: 03.279.770/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ÓTICAS PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU (ARMAÇÃO E LENTES) PARA OS MUNICÍPIOS ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE, MEDIANTE AJUDA DE CUSTO NO VALOR DE R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS) PARA A POPULAÇÃO EM GERAL, E R\$ 220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS) PARA OS ESTUDANTES, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº. 04/2017 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Assinatura: 23 de março de 2020.

Vigência: 23/03/2019 até 31/12/2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

PL 36-2020 DL 09-2020

Publicação Nº 2418062

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36-2020
EDITAL DE DISPENSA Nº 09-2020

A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO, FIRMADO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E O MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 09/2020.

Justificativa do Objeto: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO, FIRMADO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E O MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.

Tendo em vista a necessidade da compra de fardamentos para os policiais militares que atuam em nosso Município, e levando-se em consideração que os mesmos que estão em uso, encontram-se bastante desgastados, devido ao tempo de uso, faz-se necessário a aquisição de novas peças para que seja suprida esta necessidade. Considerando que a escala de serviço utilizada no Município é de 24 horas de serviço corrido, com isso há necessidade de utilização de fardamentos, coturno e equipamentos que proporcionam maior conforto ao Policial Militar, conseqüentemente haverá melhora no atendimento e segurança dos policiais militares em relação a si mesmos e a população.

Considerando que os fardamentos e equipamentos orçados são de qualidade, que a empresa com orçamento de menor valor é conhecida por fornecer materiais de qualidade, os quais já foram adquiridos pela Polícia Militar de Santa Terezinha do Progresso – SC, em outra oportunidade, satisfazendo a necessidade.

Fundamentação legal: O presente processo encontra fundamentação legal no artigo 24, II, da Lei 8.66/93.

Justificativa da Dispensa: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, justifica-se pelo baixo valor que é de R\$ 5.426,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e seis reais), o que se enquadra no artigo 24, II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: RRT COMÉRCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 28.062.335/0001-53 com sede na Rua Itaberaba, nº 1219, é uma empresa idônea, especializada no ramo de fardamentos e equipamentos militares, tendo também larga escala de experiência no mercado.

Justificativa do valor: O preço da aquisição de R\$ 5.426,00 (cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais) pela prestação dos serviços é compatível com o preço praticado no mercado, haja vista a comprovação por meio da pesquisa de mercado, com 03 (três) orçamentos, que se encontram anexado ao processo.

Da Forma de Fornecimento: Os materiais deverão ser fornecidos 15 (quinze) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

Condições de Pagamento: A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, efetuará o pagamento de acordo com o Termo de Contrato, parte integrante deste Processo de Licitação.

Dotação orçamentária: A dotação orçamentária para adimplir a obrigação é a seguinte:

Cod. Red: 28

Un. Orç.: 03.01

Proj/Ativ.: 2005

Elemento Desp.: 339000000000

Compl. Elemento: 33903023000000

Vigência: A vigência do Termo de Contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Do Acompanhamento: Em observância ao que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato deste Processo de Licitação a Sra. Willian Jorge Delalibera, que recebe neste ato, mediante recibo, cópia integral desta Justificativa de Dispensa, para o efetivo exercício de sua atribuição, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do

mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Deliberação:

Com fundamento no que fora apresentado no presente processo de dispensa de licitação, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei 8.666/93, ficando o Setor de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 16 de março de 2020

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PL 35-2020 DL 08-2020

Publicação Nº 2418101

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35-2020
EDITAL DE DISPENSA Nº 08-2020

A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA PARA OS EVENTOS ALUSIVOS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO NOS DIAS 14 DE MARÇO DE 2020, COM SHOW DO PADRE EZEQUIEL DAL POZZO E BANDA E TAMBÉM NO DIA 19 DE JULHO NO CORTE DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÕES DO EDITAL.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 08/2020.

Justificativa do Objeto: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA PARA OS EVENTOS ALUSIVOS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO NOS DIAS 14 DE MARÇO DE 2020, COM SHOW DO PADRE EZEQUIEL DAL POZZO E BANDA E TAMBÉM NO DIA 19 DE JULHO NO CORTE DO BOLO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÕES DO EDITAL.

A Administração Municipal, está desenvolvendo festividades em comemoração ao aniversário do Município, com vários atrativos que serão apresentados a sociedade Terezinhana, entre eles: Palestra-show, com Padre Ezequiel Dal Pozzo e corte do bolo de 25 metros, no dia 19 de julho de 2020. A contratação dos serviços de fotos e filmagens se faz necessária para atender aos festejos do Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, que completa 25 anos de emancipação político-administrativa. Cobertura das solenidades, e eventos realizados pelo Município, para suprir necessidade de divulgação institucional e para registro e arquivamento junto ao acervo da Prefeitura, possibilitando consultas futuras. Necessidade de melhor registrar os fatos e eventos realizados pelo Município, cuja finalidade baseia-se na criação de acervo ou memória fotográfica a serem utilizados em todos os veículos de divulgação.

Sendo assim, realizou-se pesquisa de preços para buscar empresa que realize o serviço conforme solicitado.

A empresa FINGER FOTO E FILMAGEM LTDA ME, ofereceu o menor preço e tem disponibilidade de realizar os serviços necessários. O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

A empresa atua no ramo dos serviços de foto e filmagem a vários anos e é reconhecida local e regionalmente, por ser íntegra e por também praticar preços condizentes com a realidade regional. Sendo assim, optamos em contratar com a referida empresa, também por ela ter apresentado toda documentação, conforme solicitado, que segue em anexo a este processo.

O preço orçado pela empresa contratada torna-se vantajoso para a Administração Municipal levando-se em consideração o princípio da economicidade e também porque o preço encontra-se de acordo com o praticado no mercado local e regional e conseq-entemente porque o valor que o Município vai dispensar com a contratação é inferior ao limite estabelecido no art. 24 inciso II da Lei 8666/93.

Fundamentação legal: O presente processo encontra fundamentação legal no artigo 24, II, da Lei 8.66/93.

Justificativa da Dispensa: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, justifica-se pelo baixo valor que é de R\$ 5770,00(cinco mil setecentos e setenta reais), o que se enquadra no artigo 24, II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: FINGER FOTO E FILMAGEM LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 19.201.403/0001-27 com sede na Av. Brasil, nº 735, Apto 01, é uma empresa idônea, especializada no ramo de fotos e filmagens, tendo também larga escala de experiência no mercado.

Justificativa do valor: O preço da aquisição de R\$ 5770,00 (cinco mil, setecentos e setenta reais) pela prestação dos serviços é compatível com o preço praticado no mercado, haja visto a comprovação por meio da pesquisa de mercado, com 03 (três) orçamentos, que se encontram anexado ao processo.

Da Forma de Fornecimento: Os serviços deverão ser fornecidos da seguinte forma:

- No dia 14 de março de 2020, no Ginásio Municipal de Esportes do Município, conforme descritos abaixo. E também no dia 19 de julho de 2020, no dia do corte do bolo de 25 metros, comemorando assim o aniversário do Município.

SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGENS 14 DE MARÇO DE 2020, sendo: Filmagem Full Hd com 2 câmeras; 02 cinegrafistas; Edição do trabalho em estação digital; Entrega de 01 pen card personalizado.

SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGENS - 14 DE MARÇO DE 2020, com cobertura fotográfica do evento; 01 fotógrafo; 01 álbum 15x21; 35 fotos 15x21 impressas e seus arquivos digitais

SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM - 19 DE JULHO DE 2020, corte do bolo de 25 anos de emancipação político-administrativo do Município, com filmagem full HD com 2 câmeras; 02 cinagrafistas; edição do trabalho digital; entrega de 01 pen card personalizado

SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA E FILMAGEM - 19 DE JULHO DE 2020, no corte do bolo do aniversário de emancipação político-administrativa do município, contemplando: cobertura fotográfica do evento; 01 fotógrafo; 01 álbum 15x21; 35 fotos 15x21 impressas e seus arquivos digitais

Condições de Pagamento: A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, efetuará o pagamento de acordo com o Termo de Contrato, parte integrante deste Processo de Licitação.

Dotação orçamentária: A dotação orçamentária para adimplir a obrigação é a seguinte:

Cod. Red: 15

Un. Orç.: 02.02

Proj/Ativ.: 2022

Elemento Desp.: 3390000000000

Compl. Elemento: 33903959000000

Vigência: A vigência do Termo de Contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

Do Acompanhamento: Em observância ao que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato deste Processo de Licitação a Sra. Cleusa de Souza Campos, que recebe neste ato, mediante recibo, cópia integral desta Justificativa de Dispensa, para o efetivo exercício de sua atribuição, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Deliberação:

Com fundamento no que fora apresentado no presente processo de dispensa de licitação, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei 8.666/93, ficando o Setor de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 10 de março de 2020

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

ARP PL 30-2020 PP 17-2020 - CORREÇÃO

Publicação Nº 2417876

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2020

No dia 17 do mês de Março do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a) DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 17/2020, Processo Licitatório nº. 30/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE TINTAS E CORRELATOS PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
676	CASA DAS TINTAS MARAVILHA EIRELI - ME	
1244	FOCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 13
1683	QUIMICASOL EIRELI EPP	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CASA DAS TINTAS MARAVILHA EIRELI - ME	21.961.920/0001-46	EVERTON MILLICH	056.662.929-19
FOCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	73.550.105/0001-98	LINO HAAS	028.608.609-32
QUIMICASOL EIRELI EPP	06.943.501/0001-98		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE TINTAS E CORRELATOS PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1244 - FOCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SELADOR ACRÍLICO GALÃO COM 3,6 LITROS	GL	TINSUL	40,000	19,0000	760,00
2	SELADOR ACRÍLICO LATA COM 18 LITROS	LATA	TINSUL	70,000	60,0000	4.200,00
3	MASSA CORRIDA PVA GALÃO COM 3,6 LITROS	GL	TINSUL	20,000	14,9900	299,80
4	MASSA CORRIDA PVA LATA DE 18 LITROS	LATA	TINSUL	35,000	59,0000	2.065,00
5	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	LTS	TINSUL	200,000	8,5000	1.700,00
13	TINTA EPÓXI PREMIUN - BRANCA	GL	LUKSCOLOR	25,000	130,0000	3.250,00

Fornecedor: 1683 - QUIMICASOL EIRELI EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	TINTA ACRÍLICA PREMIUM BRANCA	GL	COLORBRIL	40,000	30,0000	1.200,00
7	TINTA ACRÍLICA PREMIUM - PIGMENTADA	LATA	COLORBRIL	50,000	178,0000	8.900,00
8	TINTA ACRÍLICA PREMIUM PIGMENTADA	GL	COLORBRIL	20,000	48,0000	960,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSOPágina: 2/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020**Fornecedor: 1683 - QUIMICASOL EIRELI EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	TINTA ACRÍLICA PREMIUM - PARA PISO E TELHADO	GL	COLORBRIL	15,000	38,0000	570,00
10	TINTA ACRÍLICA PREMIUM - PISO E TELHADO	LATA	COLORBRIL	30,000	139,0000	4.170,00
11	TINTA ESMALTA SINTÉTICO PREMIUM ACETINADA	GL	COLORBRIL	8,000	60,0000	480,00
12	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM - ACETINADO	LATA	COLORBRIL	12,000	260,0000	3.120,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/7
Processo Nº.: 30/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 17 de Março de 2020.

DERLI FURTADO
PREFEITO

Empresas Participantes:

CASA DAS TINTAS MARAVILHA EIRELI - ME

CNPJ: 21.961.920/0001-46 _____

FOCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ: 73.550.105/0001-98 _____

QUIMICASOL EIRELI EPP

CNPJ: 06.943.501/0001-98 _____

ATA DE HABILITAÇÃO PL 27-2020 TP 05-2020

Publicação Nº 2417947

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 27/2020 Data do Processo: 21/02/2020

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO ALAMBRADO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO PROJETO, ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 12/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 13 de Março de 2020, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 27/2020, Licitação nº. 5/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Aos 13 (treze) dias do mês de março de 2020, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, reuniram-se a a presidente da comissão de licitações e a equipe de apoio para abertura e julgamento do PL 27-2020, TP 05-2020. Iniciados os trabalhos, a presidente comentou sobre o andamento dos trabalhos, sendo que compareceu apenas 01 (uma) empresa para participar do certame. Sendo a mesma: CONSTRUTORA SALINI LTDA, representada pelo SR. Elias Salini. Entregue os envelopes os mesmos foram rubricados nos fechos.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Na sequência procedeu-se abertura dos envelopes de habilitação, sendo que após verificação pela comissão, constatou-se que a empresa apresentou toda documentação pertinente ao solicitado no instrumento convocatório e o mesmo está habilitado no processo.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de Março de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE	- - Presidente da Comissão de Licitação
ELENICE ELECIR PORSCHE	- - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT	- - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELEN PINNO	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO	- - PSICÓLOGA
ANGELICA APARECIDA GARMATZ	- - ASSISTENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES	- - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ELIAS SALINI - - Representante

ATA DE JULGAMENTO PL 27-2020 TP 05-2020

Publicação Nº 2417948

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 5/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 27/2020 Data do Processo: 21/02/2020</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO ALAMBRADO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO PROJETO, ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DESTA EDITAL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 13 de Março de 2020, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 27/2020, Licitação nº 5/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Como a empresa é a única participante, a comissão fez a abertura dos envelopes contendo a proposta de preços, que foi analisada e rubricada pelos prenetes, estando em conformidade com o que foi solicitado, a proposta apresentada foi de R\$ 13.404,44 (treze mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos), sendo assim, declaramos a empresa: CONSTRUTORA SALINI LTDA, a vencedora deste certame. Santa Terezinha do Progresso - SC, 13 de março de 2020.

Participante: 1666 - CONSTRUTORA SALINI LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	EXECUÇÃO DE ALAMBRADO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME ORÇAMENTO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DESTA EDITAL	Und	1,00		0,0000	13.404,44	13.404,44
Total do Participante ----->							13.404,44
Total Geral ----->							13.404,44

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 13 de Março de 2020

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE - - Presidente da Comissão de Licitação
ELENICE ELECIR PORSCHE - - ASSESSOR DE PLANEJAMENTO
MARGARETE ROSA ALVES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ERONI ALLEBRANDT - - TECNICO EM ADMINISTRAÇÃO
MARCIANE ELEN PINNO - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
SOLANGE BRAGA - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
JULIANA DAL MAGO - - PSICÓLOGA
ANGELICA APARECIDA GARMATZ - - ASSISTENTE DE FARMÁCIA
LUANA CAROLINE STEIN HUPPES - - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ELIAS SALINI - - Representante



TERMO DE HOM E ADJ PL 30-2020 PP 17-2020

Publicação N° 2417875

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2020 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 30/2020 Data do Processo: 28/02/2020
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2020
b) Licitação Nr.: 17/2020-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/03/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS DE TINTAS E CORRELATOS PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001244 - FOCO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	6	0,0000	12.274,80
- 001683 - QUIMICASOL EIRELI EPP	7	0,0000	19.400,00
	13		31.674,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO

TERMO DE HOM E ADJ PL 36-2020 DL 09-2020

Publicação Nº 2418067

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2020 - DL
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 36/2020 Data do Processo: 16/03/2020
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2020
b) Licitação Nr.: 9/2020-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 16/03/2020
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DO GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO, FIRMADO ENTRE A POLÍCIA MILITAR E O MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 001097 - RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	15	0,0000	5.426,00
	15		5.426,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (28) Saldo: 25.355,00

DERLI FURTADO
PREFEITO

Santiago do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº981/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417925

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº.969/2019 de 21 de novembro de 2019, no valor de R\$ 640.612,99 (Seiscentos e quarenta mil, seiscentos e doze reais e noventa e nove centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 – Santiago – Viver Melhor

Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas

Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.50 – Aplicações Diretas R\$ 350.093,09

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.39 – Aplicações Diretas R\$ 290.519,90

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos 0.3.50 – Cessão Onerosa – Lei 13.885/19 R\$ 350.093,09 e da Fonte de Recursos 0.3.39 – Fundo Especial do Petróleo e Transf.Decorr.de Comp.Financ.pela Exploração de Recursos Naturais R\$ 290.519,90 disponíveis na conta bancária nº.15.541-1 Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de março de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº982/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417928

Dispõe sobre a revisão geral dos subsídios dos agentes políticos e vencimento dos servidores públicos e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais em 3,92% (três, vírgula, noventa e dois por cento) a partir de 1º de março de 2020, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos, em 3,92% (três, vírgula, noventa e dois por cento) a partir de 1º de março de 2020, com base no INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado de março de 2019 a fevereiro de 2020, conforme inciso II, do art. 8º da Lei Municipal nº 818/2016, de 30 de maio de 2016 e inciso II, do art. 9º da Lei Municipal nº 819/2016, de 30 de maio de 2016.

Art. 3º A revisão geral anual prevista no artigo 1º e 2º desta Lei serão calculadas servindo como base de cálculo para ambas, os vencimentos e subsídios em vigor em 29 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2020.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de março de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 04/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418379

PORTARIA Nº 04/2020 – DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPOE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DURANTE O PERÍODO DA VIGÊNCIA DO DECRETO ESTADUAL N. 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DECRETO ESTADUAL 525 DE 23 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARNALDO ZAT, Presidente da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, amparado no artigo 31, inciso II e IV, da Lei Orgânica do Municipal e art. 43, inciso I, alínea b, inciso III, alínea d e artigo 215, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o crescente aumento de casos de infecção pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de pandemia da doença COVID-19, causada pelo Novo Coronavírus, e, ao mesmo tempo, destacou a possibilidade real de a mesma ser controlada, mediante adoção de mecanismos de prevenção, informação e combate eficaz à doença;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pelo Ministério da Saúde, em especial a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus e Portaria 454 de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus;

CONSIDERANDO as orientações emitidas pela Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública;

CONSIDERANDO a Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense e impõe o regime de quarentena;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência da saúde pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas todas as atividades da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul Estado de Santa Catarina, até o dia 31 de março de 2020, em cumprimento ao Decreto Estadual Nº 515, de 17 de março de 2020 e Decreto Estadual Nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de março de 2020.
Arnaldo Zat
Presidente

Registrada e publicada em data supra.
Sidinei Moreira Pereira
Diretor Legislativo

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 31/2020

Publicação Nº 2418359

CONTRATO Nº 31, DE 24 DE MARÇO DE 2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E MANOEL GOMES FILHO NETO

O Município de Santo Amaro da Imperatriz-SC, pessoa jurídica de direito público, situada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.307.876/0001-00, situada à Rua Santana, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada, por sua Gestora, Rosângela Passig Turnes, portador do RG n.º 2566127-SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o n.º 860.269.009-15, e Sr. Manoel Gomes Filho Neto, brasileiro, casado, médico, inscrita no CRM/SC sob o nº 19700, portador do RG nº 7.153.821, CPF nº 978.178.725-20, residente e domiciliado na Av. Eng. Max de Souza, nº 951, apto 104, Coqueiros, Florianópolis-SC, CEP 88.080-000, denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente termo consubstanciado nos critérios estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 13.979/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decretos Municipais nº 6.769/2020 e nº 6.773/2020, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços médicos especificamente para o atendimento de pacientes do que tenham suspeita ou estejam infectados com a COVID-19, cujo atendimento se concentrará na Unidade Básica de Saúde Maricha Becker, localizada na Rua Natividade, s/nº, Bairro Centro, Santo Amaro da Imperatriz – SC, de acordo com escala de serviços médicos estabelecidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido na íntegra pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 13.979/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decretos Municipais nº 6.769/2020 e nº 6.773/2020 e demais normas da legislação vigente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS DE EXECUÇÃO

3.1 O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e com o estabelecido pela autoridade competente para tal, atendendo a população do Município de Santo Amaro da Imperatriz, nos horários e escalas estabelecidos pelo CONTRATANTE, podendo ser de 8 (oito) horas diárias ou em escala de revezamento de 12x36 ou 24x72, a depender da necessidade e da demanda da CONTRATANTE.

3.2 O CONTRATADO se obriga a realizar os atendimentos médicos dentro da melhor técnica e de acordo com a legislação pertinente rigorosamente em vigor, especialmente para os procedimentos clínicos da COVID-19.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1 DO CONTRATANTE:

- 4.1.1. Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto na contratação;
- 4.1.2. Acompanhar e fiscalizar por um representante da Administração especialmente designado, a execução dos serviços ora contratados, emitindo, para o pagamento, o controle de jornada exercido pelo CONTRATADO;
- 4.1.3. Averiguar as condições e a qualidade dos serviços que serão prestados e se os mesmos atendem o exigido na Cláusula Primeira deste instrumento.
- 4.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estiverem fora do prazo e das especificações previstas nesta contratação,

4.2 DO CONTRATADO:

- 4.2.1. Arcar com todas as despesas referente a prestação dos serviços, tais como tributos, encargos sociais, previdenciários, securitários, fiscais, alimentação, deslocamento e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;
- 4.2.2. Observar rigorosamente a legislação vigente sobre a prestação de serviços da área médica, especialmente os protocolos clínicos da COVID-19, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas no local da prestação do serviço, a disciplina e as regras estabelecidas específica em vigor;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;
- 4.2.4. Facilitar todas as atividades do CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;
- 4.2.5. Atender prontamente às reclamações do CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;
- 4.2.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas na contratação;

4.3 A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos sociais, tributários e fiscais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1 Pelos serviços contratados e efetivamente executados, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) pela hora trabalhada, inclusive em domingos e feriados, aos quais não serão acrescidos de qualquer adicional.

5.2 O CONTRATADO deverá emitir Nota Fiscal, a cada 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente contrato.

5.3 O pagamento será efetuado através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, até o último dia do mês da apresentação da Nota Fiscal, desde que sua apresentação não se dê posteriormente ao dia 25 (vinte e cinco) do mês, mediante depósito na seguinte conta bancária: Banco INTER (077), agência 0001-9, conta corrente: 1070290-3. Caso, a apresentação da Nota Fiscal se dê posteriormente ao dia 25 (vinte e cinco), o pagamento somente será realizado no último dia do mês subsequente da Nota Fiscal emitida.

5.4 Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, inclusive encargos sociais, fiscais e tributários.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93:

1. Advertência;

2. Suspensão do direito de licitar;

3. E as seguintes Multas:

a) pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 30(trinta) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;

b) pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, II e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;

c) as multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

d) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida;

e) aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE designa a Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da gestora Rosângela Passig Turnes, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato terá vigência a partir de 24/03/2020 até 24/05/2020, podendo ser prorrogado conforme art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como enquanto perdurar a necessidade para atender a demanda da pandemia ocasionada pela COVID-19.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado e/ou prorrogado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, através de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, formalmente motivado nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, 24 de março de 2020.

Rosângela Passig Turnes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Manoel Gomes Filho Neto
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF e Nome

CPF e Nome

CONTRATO Nº 32/2020

Publicação Nº 2418360

CONTRATO Nº 32, DE 24 DE MARÇO DE 2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E ANDRÉ LUCIANO MANOEL

O Município de Santo Amaro da Imperatriz-SC, pessoa jurídica de direito público, situada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.307.876/0001-00, situada à Rua Santana, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada, por sua Gestora, Rosângela Passig Turnes, portador do RG n.º 2566127-SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o n.º 860.269.009-15, e o Sr. André Luciano Manoel, brasileiro, médico, inscrita no CRM/SC sob o n.º 23288, portador do RG nº 3.733.659, CPF nº 070.137.859-03, residente de domiciliado na Servidão Recanto Verde, nº 170, Bairro Itacorubi, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.034-389, denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente termo consubstanciado nos critérios estabelecidos nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 13.979/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decretos Municipais nº 6.769/2020 e nº 6.773/2020, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de prestação de serviços médicos especificamente para o atendimento de pacientes do que tenham suspeita ou estejam infectados com a COVID-19, cujo atendimento se concentrará na Unidade Básica de Saúde Maricha Becker, localizada na Rua Natividade, s/nº, Bairro Centro, Santo Amaro da Imperatriz – SC, de acordo com escala de serviços médicos estabelecidos pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido na íntegra pelas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 13.979/2020, Decreto Legislativo nº 06/2020, Decreto Estadual nº 515/2020 e Decretos Municipais nº 6.769/2020 e nº 6.773/2020 e demais normas da legislação vigente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – NORMAS DE EXECUÇÃO

3.1 O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços de acordo com as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e com o estabelecido pela autoridade competente para tal, atendendo a população do Município de Santo Amaro da Imperatriz, nos horários e escalas estabelecidos pelo CONTRATANTE, podendo ser de 8 (oito) horas diárias ou em escala de revezamento de 12x36 ou 24x72, a depender da necessidade e da demanda da CONTRATANTE.

3.2 O CONTRATADO se obriga a realizar os atendimentos médicos dentro da melhor técnica e de acordo com a legislação pertinente rigorosamente em vigor, especialmente para os procedimentos clínicos da COVID-19.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.1 DO CONTRATANTE:

4.1.1. Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto na contratação;

4.1.2. Acompanhar e fiscalizar por um representante da Administração especialmente designado, a execução dos serviços ora contratados, emitindo, para o pagamento, o controle de jornada exercido pelo CONTRATADO;

4.1.3. Averiguar as condições e a qualidade dos serviços que serão prestados e se os mesmos atendem o exigido na Cláusula Primeira deste instrumento.

4.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estiverem fora do prazo e das especificações previstas nesta contratação,

4.2 DO CONTRATADO:

4.2.1. Arcar com todas as despesas referente a prestação dos serviços, tais como tributos, encargos sociais, previdenciários, securitários, fiscais, alimentação, deslocamento e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

- 4.2.2. Observar rigorosamente a legislação vigente sobre a prestação de serviços da área médica, especialmente os protocolos clínicos da COVID-19, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas no local da prestação do serviço, a disciplina e as regras estabelecidas específica em vigor;
- 4.2.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATANTE;
- 4.2.4. Facilitar todas as atividades do CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;
- 4.2.5. Atender prontamente às reclamações do CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;
- 4.2.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.3 A inadimplência do CONTRATADO com referência aos encargos sociais, tributários e fiscais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1 Pelos serviços contratados e efetivamente executados, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) pela hora trabalhada, inclusive em domingos e feriados, aos quais não serão acrescidos de qualquer adicional.

5.2 O CONTRATADO deverá emitir Nota Fiscal, a cada 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do presente contrato.

5.3 O pagamento será efetuado através da apresentação da Nota Fiscal, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, até o último dia do mês da apresentação da Nota Fiscal, desde que sua apresentação não se dê posteriormente ao dia 25 (vinte e cinco) do mês, mediante depósito na seguinte conta bancária: Banco Bradesco, Agência 2186-5, Conta Corrente 0042386-6, CNPJ 25.270.774/0001-63. Caso, a apresentação da Nota Fiscal se dê posteriormente ao dia 25 (vinte e cinco), o pagamento somente será realizado no último dia do mês subsequente da Nota Fiscal emitida.

5.4 Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluem todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços, inclusive encargos sociais, fiscais e tributários.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93:

1. Advertência;
2. Suspensão do direito de licitar;
3. E as seguintes Multas:
 - a) pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 30(trinta) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
 - b) pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, II e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
 - c) as multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;
 - d) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida;
 - e) aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE designa a Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio da gestora Rosângela Passig Turnes, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato terá vigência a partir de 24/03/2020 até 24/05/2020, podendo ser prorrogado conforme art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como enquanto perdurar a necessidade para atender a demanda da pandemia ocasionada pela COVID-19.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado e/ou prorrogado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, através de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, formalmente motivado nos autos,

assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, 24 de março de 2020.

Rosângela Passig Turnes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

André Luciano Manoel
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF e Nome

CPF e Nome

DISPENSA Nº 03-2020 FMS

Publicação Nº 2418394

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020 - FMS

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DECORRENTE DA INFECÇÃO DA COVID-19

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou em 11 de março do corrente a elevação do estado da contaminação para pandemia em mais de 115 países do COVID-2019, que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos;

CONSIDERANDO que o COVID-2019 causa doença respiratória em quadro que pode variar de leve a moderado, semelhante a uma gripe, mas que alguns casos podem ser mais graves, como a ocorrência de síndrome respiratória aguda grave e complicações e, em casos extremos, pode levar a óbito;

CONSIDERANDO que a rede municipal de saúde deve implementar planos de contingência a partir dos protocolos orientados pelo Ministério da Saúde e pela OMS, devendo estar preparada para prevenir a infecção e ao mesmo tempo para receber eventualmente os casos graves da doença, necessitando da contratação de serviços e compra de material e insumos em caráter emergencial;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

CONSIDERANDO que em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei nº 8.666/1993 permite ao gestor a contratação direta de bens e serviços sem a necessidade de prévio procedimento licitatório (artigo 24, inciso IV);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, bem como a Medida Provisória nº 926/2020, que altera a Lei Federal nº 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020, alterado pelo Decreto nº 525/2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.773/2020, que declara situação de Emergência em todo o território do município de Santo Amaro da Imperatriz, para prevenção à COVID-19;

CONSIDERANDO, ainda, que o Município de Santo Amaro da Imperatriz enfrenta uma situação anormal e excepcional que merece por óbvio tratamento diferenciado para a contratação de profissionais, materiais e insumos para o tratamento e a adoção de medidas profiláticas para a prevenção da COVID-19,

A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, órgão encarregado do processo de compras, obras e serviços do Município, por seu Secretário, e diante da solicitação e exposição de motivos do Secretária de Saúde, Sra. Rosangela Passig Turnes, para contratação de profissionais médicos para o atendimento dos pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19, no âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, resolve dar PARECER FAVORÁVEL A DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a contratação do profissional Sr. Manoel Gomes Filho Neto, inscrito no CRM sob o nº 19700, e no RG 7.153.821, CPF nº 978.178.725-20, casado, residente e domiciliado na Av. Eng. Max de Souza, nº 951, apto 104, Coqueiros, na cidade de Florianópolis/SC, mediante o Processo Licitatório nº 03/2020 - Dispensa de Licitação, pelo valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) a hora trabalhada, conforme contrato a ser firmado.

Registra-se que em decorrência do aumento da demanda de atendimento, cuja equipe ordinária do Município não dispõe de condições para atender, até mesmo porquanto alguns profissionais tiveram que ser dispensados por estarem no grupo de risco da COVID-19, entendeu-se por necessária a contratação desse profissional para atender especificamente os pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19.

Face a isto, o Município tem adotado todas as medidas necessárias para avaliar os profissionais disponíveis, bem como o preço praticado, neste caso para averiguar se o valor praticado está dentro do preço de mercado ou não.

No presente caso, considerando que o valor praticado pelo profissional supracitada se encontra dentro do valor de mercado, entende-se por justificável a sua contratação para o atendimentos dos pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19, que deverá se dar nos prazos e condições estipulados pelo Município, para o atendimento emergencial de sua demanda. Assim, dada a situação adversa ocasionada pela pandemia da COVID-19, que sem dúvidas configura emergência, presente está o nexo de causalidade entre a contratação e a situação de emergência, bem como a razoabilidade dos preços praticados. Este parecer será submetido a apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para a decisão final.

Santo Amaro da Imperatriz, em 23 de março de 2020.

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

RATIFICO A DISPENSA NOS TERMOS ACIMA.

EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020

Publicação Nº 2418506

RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2020

NO EDITAL HOUVE ALTERAÇÃO RELACIONADA AO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Nas Especificações do Furgão.

ONDE SE LÊ:

ano/modelo 2020/2020 ou superior.

LEIA-SE:

ano/modelo 2019/2020 ou superior.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERA A DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS PARA ATÉ O DIA 06 DE ABRIL DE 2020 ÀS 13:30 E INÍCIO DA SESSÃO ÀS 14:00 HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

SÃO BENTO DO SUL, 24 DE MARÇO DE 2020.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020

Publicação Nº 2418437

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através deste, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, a SUSPENSÃO do Pregão Presencial 51/2020, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL PARA A EBM RODOLFO BERTI, LOCALIZADA NA RUA BOA VISTA, Nº 322, BAIRRO BRASÍLIA, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC, CONFORMO TERMO DE REFERENCIA, por interesse da Administração e com base nos decretos Nº 1713/2020 e 1720/2020.

A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, do Município de São Bento do Sul, fone: (47) 3631-6199, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h:00min.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 1718/2020

Publicação Nº 2418239

DECRETO Nº 1718, DE 24 DE MARÇO DE 2020.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 4228, de 24 de março de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3335041000000000000 1020002 - Contribuições R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 1 - Administração Financeira

Ação: 4007 - Departamento de Receitas – DERE

3339039000000000000 1000100- Outros serviços terceiros - PJ R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1719/2020

Publicação Nº 2418240

DECRETO Nº 1719, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390180000 - Auxílio financeiro a estudantes (01010001) R\$ 5.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 001 - Secretaria de Educação

Atividade: 2023 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3390300000 - Material de consumo (01010001) R\$ 5.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1720/2020

Publicação Nº 2418316

DECRETO Nº 1720, DE 24 DE MARÇO DE 2020
DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (SARS-COV-2/COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que aprovou o PDL 88/20 enviado pelo Governo Federal, que reconheceu o estado de calamidade pública no país em decorrência do SARS-COV-2/COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 509/2020 e o Decreto Estadual nº 515/2020, este último que declarou situação de emergência no Estado de Santa Catarina em decorrência da pandemia do SARS-COV-2/COVID-19, determinando ainda o fechamento de todas as atividades não essenciais pelo prazo de 7 dias;

CONSIDERANDO a Portaria GAB/SES nº 189, de 22 de março de 2020, que estabeleceu que em todo o território catarinense as operações das atividades industriais somente poderão ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho, com exceção das agroindústrias, indústrias de alimentos e indústrias de insumos de saúde;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que suspendeu por mais 7 dias as atividades privadas e os serviços públicos não essenciais;

CONSIDERANDO as disposições dos Decretos Municipais nº 1710/2020, 1713/2020, 1715/2020, 1716/2020 e 1717/2020, os quais editam regras e condutas neste momento de combate à pandemia;

CONSIDERANDO o interesse público da matéria e os efeitos econômicos e financeiros das paralisações na cidade de São Bento do Sul,

DECRETA

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde, com suporte direto do Gabinete do Prefeito, da Defesa Civil Municipal e do Departamento Municipal de Trânsito, é o órgão central do Poder Executivo de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A articulação de que trata o caput deste artigo poderá englobar também a Sociedade Civil e os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necrópsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos emanados da Secretaria de Estado da Saúde.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 5º As medidas mencionadas no art. 4º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 6º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 4º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 7º Ficam suspensas, em todo o território de São Bento do Sul, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias, a contar de 26 de março de 2020:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

e) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos ou que se assemelhem;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, ruas e avenidas; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Parágrafo único. Ato da Secretaria Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino, sendo que os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 8º A operação de atividades industriais em todo o território são-bentense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 9º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão, distribuição e operação de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XVIII – serviços postais;

XIX – transporte e entrega de cargas em geral;

XX – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXI – fiscalização tributária e aduaneira;

XXII – transporte de numerário;

XXIII – fiscalização ambiental;

XXIV – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXV – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVI – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXVII – mercado de capitais e seguros;

XXVIII – cuidados com animais em cativeiro;

XXIX – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXX – atividades da imprensa;

XXXI – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXII – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI – serviços de guincho; e

XLII – PROCON.

§ 1º Ato do Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, na forma de Portaria, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 10 O transporte rodoviário em território são-bentense deve operar de acordo com as seguintes regras:

I – às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

II – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Art. 11 Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados

como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital ao superior imediato e ao Departamento de Recursos Humanos.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 12 Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal;

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação, os quais devem ser retomados.

Art. 13 Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II – diárias;

III – adiantamento.

Art. 14 Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 15 Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as informações da Secretaria Municipal de Saúde a respeito da progressão da contaminação da COVID-19.

Art. 16 Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 17 A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 18 Outras disposições estabelecidas em atos anteriores, desde que não conflitem ou suprimam quaisquer determinações estabelecidas por este Decreto, permanecem vigentes.

Art. 19 Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2418204

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para o Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Papelaria São Bento Ltda - ME.
VALOR TOTAL: R\$ 20.845,65
São Bento do Sul, 13 de março de 2020.
Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2418188

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2020
OBJETO: Aquisição de Insumos para Aparelho de Hematologia do Laboratório Municipal de São Bento do Sul
CONTRATADO: JR Ehlke e Cia Ltda
VALOR TOTAL: R\$ 39.729,63
São Bento do Sul, 09 de março de 2020.
Manuel Rodriguez Del Olmo – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020 - FMS

Publicação Nº 2418207

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Dispensa de licitação.

I – Objeto: Compra de Material de Expediente para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Papelaria São Bento Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a Dispensa de licitação para o fornecimento dos materiais de expediente se funda no Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição de matérias de expediente, por se tratar de material essencial para a manutenção do funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde bem como dos postos de saúde do município. Considerando que a licitação para: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE encontra-se em fase de elaboração e publicação, vê-se necessário a aquisição dos materiais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA EPP, CNPJ 07.634.816/0001-16 apresentou o melhor orçamento entre as empresas consultadas pelo Fundo Municipal de Saúde, preço esse condizente com o preço de mercado.

V - Justificativa do Preço: O preço total contratado de R\$ 20.845,65 é compatível com os praticados no mercado, para o fornecimento dos materiais de expediente.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2020 - FMS

Publicação Nº 2418191

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de insumos para Aparelho de Hematologia do Laboratório Municipal de São Bento do Sul.

II – Contratado: J. R. Ehlke e Cia Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para o fornecimento de Reagentes de Hematologia se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa J. R. Ehlke e Cia Ltda contratada para o fornecimento das Reagentes de Hematologia é fornecedora exclusiva, conforme declaração de exclusividade apresentada pela mesma e anexada ao processo de Inexigibilidade de Licitação conforme inciso I do artigo 25.

A inviabilidade de competição prevista no caput do mesmo artigo 25 se dá tanto pela exclusividade da empresa J.R. Ehlke e Cia Ltda na comercialização dos Reagentes de Hematologia, bem como por se tratar de insumos específicos para o equipamento Shenzhen Mindray Bio Medical BC- 5300 de propriedade do Fundo Municipal de Saúde.

V - Justificativa do Preço: O preço total contratado de R\$ 39.729,63 é compatível com os praticados no mercado, para o fornecimento dos reagentes.

Assim, ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no

máximo, 5 dias.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LEI Nº 4228/2020

Publicação Nº 2418238

LEI Nº 4228, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

AUTORIZA O REPASSE FINANCEIRO E A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de São Bento do Sul, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, a entabular convênio com a Sociedade Padre Eduardo Michelis/Hospital e Maternidade Sagrada Família, CNPJ 01.630.921/0002-81, para repasse do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em parcela única, conforme minuta que é parte integrante desta lei.

§ 1º A quantia referida no artigo 1º destina-se à compra de equipamentos de proteção individual – EPIs (luvas, máscaras, óculos, avental, etc.) aos profissionais de saúde que atuarão no combate ao coronavírus junto ao nosocômio.

§ 2º A entidade beneficiada fica isenta da contrapartida.

Art. 2º A Sociedade Padre Eduardo Michelis/Hospital e Maternidade Sagrada Família terá, excepcionalmente, o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do recurso para prestar contas junto ao Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 3º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade
3335041000000000000 1020002 - Contribuições R\$ 100.000,00.

Art. 4º Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Finanças
Unidade: 1 - Administração Financeira
Ação: 4007 - Departamento de Receitas – DERECA
3339039000000000000 1000100- Outros serviços terceiros - PJ R\$ 100.000,00.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

MINUTA TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº XXX/ANO

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, e de outro lado a SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNPJ nº 01.630.921/0002-81, com sede na Rua Henrique Schwarz, nº 10, Centro, neste ato representado pelo seu representante legal Diretor NOME, residente e domiciliado na Rua XXXXXX, nº XX, XXXXXX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado CONVENIENTE, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101

de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº XXXX, de XX de XXXX de 2020 e no Decreto Municipal nº 34, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à compra de equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas, aventais, óculos, etc.) para os profissionais do Hospital e Maternidade Sagrada Família que atuarão no combate direto à pandemia do SARS-COV-2/COVID (coronavírus) na cidade de São Bento do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: Órgão:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3335041000000000000 1020002 - Contribuições R\$ 100.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 98, de 03 de abril de 2013;
- Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE;
- Cumprir com a Política Nacional de Humanização e gestão do SUS/PNH – SUS, que caminha no sentido da inclusão nos processos de produção de saúde dos diferentes agentes implicados neste processo, oportunizando a tríple inclusão, gestão, servidores e usuários. Permitir a inclusão dos diferentes sujeitos, não importando diferenças éticas, culturais, religiosas, entre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da parcela, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada, sob pena de não o fazendo ser obrigado a restituir o valor total repassado. Para fins de prestação de contas deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento;
- Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 98/2013;
- Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 98/2013;
- Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- Extrato bancário com movimentação completa do período;
- Conciliação bancária, quando for o caso;
- Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido,

acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os outros elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias ou se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, XX de XXXX de 2020.

MAGNO BOLLMANN DIRETOR HMSF

CPF n. XXX.XXX.XXX-XX CPF n. XXX.XXX.XXX-XX

Prefeito Municipal Hospital e Maternidade Sagrada Família

Testemunhas:

PORTARIA Nº 10345/2020

Publicação Nº 2418356

PORTARIA Nº 10345, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 24 de março de 2020, FELIPE CRISTIANO KLOSTER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Bioquímico, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 24 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2020

Publicação Nº 2418321

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2020

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº 019.658.839-15, e de outro lado a SOCIEDADE PADRE EDUARDO MICHELIS/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNPJ nº 01.630.921/0002-81, com sede na Rua Henrique Schwarz, nº 10, Centro, neste ato representado pela sua representante legal Sra. MARIA ALICE SCHEIDT, domiciliada na Rua Padre Fidelis Tomelin, 11, Centro, São Bento do Sul/SC CPF nº 356.979.899-20, doravante denominado CONVENIENTE, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 4228, de 24 de março de 2020 e no Decreto Municipal nº 34, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à compra de equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas, aventais, óculos, etc.) para os profissionais do Hospital e Maternidade Sagrada Família que atuarão no combate direto à pandemia do SARS-COV-2/COVID (coronavírus) na cidade de São Bento do Sul.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no exercício de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: Órgão:

Órgão: 17 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde

Ação: 2201 - Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade

3335041000000000000 1020002 - Contribuições R\$ 100.000,00

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- a) Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 98, de 03 de abril de 2013;
- b) Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- c) Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- d) Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- e) Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- f) Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- g) Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE;
- h) Cumprir com a Política Nacional de Humanização e gestão do SUS/PNH – SUS, que caminha no sentido da inclusão nos processos de produção de saúde dos diferentes agentes implicados neste processo, oportunizando a tríple inclusão, gestão, servidores e usuários. Permitir a inclusão dos diferentes sujeitos, não importando diferenças éticas, culturais, religiosas, entre outros.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- a) Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- b) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- c) Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da parcela, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada, sob pena de não o fazendo ser obrigado a restituir o valor total repassado. Para fins de prestação de contas deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 98/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 98/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os outros elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias ou se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 25 de março de 2020.

MAGNO BOLLMANN DIRETORA HMSF

CPF n. 019.658.839-15 CPF n. 356.979.899-20

Prefeito Municipal Hospital e Maternidade Sagrada Família

Testemunhas:

MARILÚCIA RONCONI LESLIE LIA HERMES TSCHOKE

CPF nº 045.200.949-92 CPF nº 023.142.529-50

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA Nº 001/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418386

Ato da Mesa nº 001/2020, de 24 de março de 2020

Institui a realização de Sessão Plenária Remota (SPR) pelos meios tecnológicos disponíveis, em caráter excepcional e temporário, a ser adotado pela Câmara Municipal de São Bento do Sul-SC.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO os Decreto do Estado de Santa Catarina nº 515, de 17 de março de 2020, e nº 521, de 23 de março de 2020, que declaram situação de emergência em todo território catarinense;

CONSIDERANDO a necessidade de diminuição de contato social e aglomerações humanas;

CONSIDERANDO a necessidade de realização das Sessões Plenária da Câmara Municipal de São Bento do Sul, e a existência de recursos da tecnologia da informação que permitem a realização de Sessão Remota;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Sessão Plenária Remota (SPR), instrumento excepcional e temporário a ser adotado como forma de discussão e votação remota de matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara Municipal de São Bento do Sul/SC, decorrentes do estado de emergência de saúde pública ocasionado pelo novo coronavírus – COVID-19.

Parágrafo único: Entende-se como discussão e votação remota a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que dispense a presença física dos Vereadores em Plenário.

Art. 2º. A utilização da Sessão Plenária Remota será determinada pelo Presidente, frente à necessidade de apreciação de qualquer matéria.

§ 1º. As deliberações do Plenário serão tomadas por meio da Sessão Plenária Remota, ficando suspensas as Reuniões de Comissões Permanentes.

§ 2º. O Presidente da Câmara Municipal determinará a retomada das deliberações presenciais tão logo o deslocamento dos Vereadores e a realização das Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões sejam, a seu juízo, compatíveis com as recomendações das autoridades.

Art. 3º. A Sessão Plenária Remota será considerada Sessão deliberativa extraordinária da Câmara Municipal, lavrando-se a respectiva Ata onde deverá expressamente ser consignada a informações de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual.

§ 1º. A Sessão Plenária Remota será convocada pelo Presidente, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, salvo se realizadas em sequência com dispensa de interstício.

§ 2º. A convocação dos Vereadores poderá ser realizada pelas redes sociais, e-mail, whatsapp, mensagem e igualmente por meio telefônico.

§ 3º. As matérias incluídas na Ordem do Dia da Sessão Plenária Remota serão consideradas prioritárias, dispensado o parecer jurídico e das Comissões.

§ 4º. Na Sessão Plenária Remota serão suprimidas a Palavra Livre, que poderá ser concedida à critério do Presidente.

Art. 4º. A Sessão Plenária Remota terá como base uma ou mais plataformas que permitam o debate com áudio e/ou vídeo entre os parlamentares, inclusive através do Whatsapp, com as seguintes diretrizes:

- I – a Sessão Plenária Remota será pública, assegurada a transmissão simultânea pelos canais de mídia institucional e a posterior disponibilização do áudio e/ou vídeo;
- II – o uso da palavra deverá ser solicitado diretamente pelos Vereadores ao Presidente, por áudio ou chat que a plataforma permitir;
- III – é permitido o uso de apartes, na forma regimental;
- IV – os votos serão nominais, na forma regimental;
- V – encerrada a votação, o voto é irrevogável;
- VI – o resultado da votação será proclamado pelo Presidente;
- VII – a plataforma tecnológica utilizada deverá também funcionar em smartphones para fins de votação e participação por áudio e/ou vídeo;
- VIII – a plataforma tecnológica utilizada deverá permitir o acesso simultâneo de todos os Vereadores, Diretoria Legislativa e Assessoria Jurídica, sob o comando direto do Presidente;
- IX – somente será permitida a habilitação da imagem e som aos vereadores, sendo vedada a intervenção dos demais, que somente poderá ocorrer por expressa solicitação do Presidente;
- X – o responsável pela área técnica poderá intervir na Sessão para correção, aconselhamento de questão técnica ou problemas relacionados à operação das plataformas eletrônicas que viabilizam a deliberação.

Art. 5º. A eventual queda temporária da plataforma eletrônica, com seu posterior retorno, não acarretará a invalidação da Sessão Plenária Remota.

§ 1º. A eventual e temporária queda de imagem, ou saída momentânea de qualquer Vereador, não acarretará a invalidação da Sessão Plenária Remota.

§ 2º. A eventual queda do áudio de qualquer Vereador deverá ser imediatamente comunicada ao Presidente, por qualquer meio, que deverá suspender a Sessão para o restabelecimento do áudio.

Art. 6º. A disponibilização pelo Vereador a terceiros de seu dispositivo para registrar seu voto, importará em procedimento incompatível com o decoro parlamentar, nos termos do inciso II do art. 55 da Constituição Federal, ressalvada as hipóteses em que esse procedimento, justificadamente, seja indispensável para que os Vereadores possam fazer uso adequado deste sistema.

Art. 7º. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente, ouvidos os Vereadores.

Art. 8. Ficam convalidados os atos, reuniões e Sessões Plenárias Remotas realizadas por qualquer meio, no período de trinta dias anteriores à data de entrada em vigor do presente Ato da Mesa.

Art. 9º. Este Ato da Mesa entra em vigor em data de 24 de março de 2020.

Marco Rodrigo Redlich Daguiomar Nogueira
Primeiro Secretário Segundo Secretário

Peter Alexandre Kneubuehler Edimar Gerado Salomon
Presidente Vice-Presidente

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 94/2020

Publicação Nº 2418546

DECRETO Nº 94, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 60, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos nº 507, de 16 de março de 2020, nº 509, de 17 de março de 2020 e nº 515, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs de novas medidas para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Bonifácio;

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de São Bonifácio aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, assistência social, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de Município.

Art. 3º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades serem realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, os pregões das licitações já designadas e outras licitações que por ventura tenham que ser abertas para que não se perca os recursos do governo federal e que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 4º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente.

Art. 5º Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos § 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

São Bonifácio, 24 de março de 2020.

Este Decreto foi publicado e registrado na secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 040/2020

Publicação Nº 2418427

DECRETO Nº 040/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), BEM COMO A DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO SÃO CARLOS/SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal São Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no que lhe faculta o Art. 53, VI da Lei Orgânica do Município, e ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 037/2020, que implementava ações, no âmbito do Município São Carlos/SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º - Mantém-se Decretada a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de São Carlos/SC, sendo prorrogadas pelo prazo de 07 (sete) dias, a contar de 25 de março de 2020, as disposições do Decreto Municipal nº 037/2020, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º - A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município São Carlos/SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I - PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) o atendimento e os serviços públicos considerados não essenciais em todos os órgãos da Administração Pública municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto.

II - mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, dentre outros;
- b) incluir medidas que sejam necessárias para a manutenção nos Municípios

Art. 3º - Para fins da alínea b e d do inciso I do Art. 2º, são considerados serviços públicos e atividades essenciais o rol constante no art. 9º, do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º - Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

III - eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência;

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

§ 4º. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 5º - Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, às disposições do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020.

Art. 6º - Ficam revogados os incisos I e II, §1º, do artigo 2º, do Decreto Municipal n. 037/2020.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

São Carlos/SC, em 24 de Março de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

DECRETO 1762/2020

Publicação Nº 2418358

DECRETO Nº 1762/2020

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, DEFINE MEDIDAS ADICIONAIS PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19, EM COMPLEMENTAÇÃO ÀS AÇÕES DEFINIDAS NO DECRETO ESTADUAL Nº 515, DE 17 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul, e

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nº 1759/2020 e 1760/2020, os quais implementam ações, no âmbito do Município São Cristóvão do Sul, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de São Cristóvão do Sul, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º - Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III - eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência.

IV - as famílias que estiverem em vulnerabilidade social serão prestadas assistência necessária por parte da Secretária Municipal de Assistência Social, podendo ser adotada todas as medidas para apoio, inclusive com fornecimento de alimentos.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º - A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

São Cristóvão do Sul, 18 de março de 2020.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte no Mural Público do Paço Municipal, situado na portaria da Prefeitura Municipal.

TONIEL DA SILVA

Secretário de Administração

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO N.1069 SITUAÇÃO DE EMERGENCIA CORONA

Publicação Nº 2417962

DECRETO Nº 1069 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO E DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a capacidade do novo coronavírus de se decuplicar (multiplicar o total de caso por dez vezes) a cada 7,2 (sete virgula dois) dias, em média;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO a manifestação do vírus em outros países e o aumento abrupto dos casos;

CONSIDERANDO a suspensão dos eventos coletivos em todo o mundo;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Domingos;

CONSIDERANDO o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia do novo coronavírus,

CONSIDERANDO o Decreto nº 525, de 23 de março de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina.

CONSIDERANDO a anuência do COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19 com o presente decreto.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de São Domingos, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Fica suspenso o atendimento presencial ao público em toda a administração pública municipal, direta ou indireta, sob regime de quarentena, nos termos do Decreto Estadual Nº 525, DE 24 DE MARÇO DE 2020, pelo período de 7 (sete) dias:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, restaurantes e comércio em geral;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto nos termos da MP 927 de 22 de março de 2020; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

§ 1º Para fins do inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

a) tratamento e abastecimento de água;

b) geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

c) assistência médica e hospitalar;

d) distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

e) funerários;

f) captação e tratamento de esgoto e lixo;

g) telecomunicações;

h) processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

i) segurança privada;

j) os serviços de manutenção das estradas vicinais, abastecimento de água e produção de silagem pelas Secretarias de Transportes e Agricultura, bem como o recolhimento de entulhos no perímetro urbano.

§ 2º Para fins do inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

a) Secretaria de Municipal da Saúde;

b) Vigilância Sanitária;

c) Defesa Civil.

Art. 3º Passado o período de quarentena o atendimento normal ao público será realizado por meio de telefonia, fixa ou móvel, correspondência eletrônica (e-mail) e demais meios de comunicação não presencial.

§1º As Secretarias, autarquias e demais órgãos da administração municipal deverão organizar escalas ou formas de atendimento naqueles casos em que for indispensável a presença pessoal no setor, adotando todas as medidas de prevenção necessárias.

§2º Fica estabelecido o regime obrigatório de trabalho em casa (Home Office) nos seguintes casos:

I - Servidores públicos municipais ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos;

II - Servidores públicos municipais que tenham ou que tiveram, nos últimos 14 (quatorze) dias, contato com pessoas oriundas de outros países ou de outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

III - Servidores públicos municipais que estiveram nos últimos 14 (quatorze) dias em outros países ou em outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

IV - Servidores públicos municipais que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde;

§ 3º A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em conjunto com o Setor de Licitações, fará o levantamento das licitações em andamento e daquelas em via de serem lançadas, devendo manter as datas previstas para sessões apenas em relação àquelas consideradas indispensáveis.

§ 4º Fica proibido, salvo em caso de necessidade especial e justificada, viagens de servidores públicos municipais de que possa resultar contato ou aproximação com portadores ou possíveis portadores da doença.

§ 5º O disposto no caput e parágrafos 1º a 4º deste artigo não se aplica à Secretaria Municipal de Saúde, em que:

I - eventuais afastamentos ou regime de trabalho em casa (Home Office) serão analisados pontualmente, de acordo com o risco previsto em cotejo com as atribuições do cargo e a atividade desempenhada no setor;

II - será obrigatório o regime de trabalho em casa (Home Office) no caso de servidores públicos municipais, ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 55 anos.

Art. 4º As medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, no âmbito do Município de São Domingos, ficam definidas nos termos deste Decreto.

Art. 5º Como medidas individuais recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, febre, dificuldade para respirar e congestão nasal), procurem a Unidade Básica de Saúde mais próxima de seu domicílio para a avaliação e orientação e evitem a evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas, bem como as pessoas idosas e pacientes de doenças crônicas.

Art. 6º Recomenda-se que a iniciativa privada adote medidas imediatas a fim de ampliar os quantitativos de profissionais atuando em teletrabalho.

Art. 7º Todos os casos suspeitos de infecção do novo coronavírus deverão ser imediatamente notificados às autoridades de saúde municipal visando o acompanhamento e a manutenção de dados essenciais à identificação de pessoas com risco ou efetivamente infectadas, com a finalidade principal de adotar as medidas terapêuticas necessárias e evitar a sua propagação.

Art. 8º Em casos de necessidade ficam autorizadas adoções das medidas previstas nos incisos do art. 3º da Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, dentre elas isolamento, quarentena, determinação de realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, além das demais previstas na norma de regência, sem prejuízo das demais medidas necessárias ao enfrentamento da situação de saúde pública.

Art. 9º Os servidores públicos municipais deverão estar à disposição do município sempre que requisitados.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, podendo ser prorrogado se necessário.

Art. 11 No mais, o Município seguirá o disposto no Decreto Estadual n. 525/2020.

São Domingos (SC), 24 de março de 2020.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PLANO DE CONTINGÊNCIA COVID

Publicação Nº 2417843

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO DOMINGOS DEFESA CIVIL MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA PARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA DOENÇA SARS-COV-2 COVID-19

São Domingos, Março de 2020.

1 - INTRODUÇÃO

O Coronavírus pertencem a uma família extensa de vírus, com surgimento em meados de 1960, que ocasionam ao indivíduo infecções respiratórias. Na sua maior parte, apresentando sintomas de leve a moderados, semelhantes a gripe comum. Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Algumas formas do Coronavírus podem ocasionar doenças graves com impacto importante na Saúde Pública, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS).

O novo Coronavírus de Dezembro de 2019 (SARC-CoV-2), apresentando casos iniciais registrados na China, com características de infecção humana, e casos de letalidade e mortalidade. Até o presente momento, os casos se assemelham ao vírus influenza e os dados de transmissão vem sendo estudados e contabilizados.

Os coronavírus humanos comuns causam infecções respiratórias brandas a moderadas de curta duração. Os sintomas podem envolver tosse, dor de garganta e febre. Esses vírus algumas vezes podem causar infecção das vias respiratórias inferiores, como pneumonia. Esse quadro é mais comum em pessoas com doenças cardiopulmonares, com sistema imunológico comprometido ou em idosos.

O período de incubação do coronavírus, pode ser de 2 a 14 dias.

A transmissão inter-humana, nos coronavírus, ocorre por transmissão de pessoa a pessoa, incluindo os SARS-CoV, porém sem transmissão sustentada. Com relação ao MERS-CoV, existem a OMS considera que há atualmente evidência bem documentada de transmissão de pessoa a pessoa, porém sem evidências de que ocorra transmissão sustentada. Assim o principal modo de transmissão, dos coronavírus se dá por contato próximo* de pessoa a pessoa.

* Definição de contato próximo: Qualquer pessoa que cuidou do paciente, incluindo profissionais de saúde ou membro da família; que tenha tido contato físico com o paciente; tenha permanecido no mesmo local que o paciente doente (ex.: morado junto ou visitado).

A maioria dos coronavírus geralmente infectam apenas uma espécie animal ou, pelo menos um pequeno número de espécies proximamente relacionadas. Porém, alguns coronavírus, como o SARS-CoV podem infectar pessoas e animais. O reservatório animal para o SARS-CoV é incerto, mas parece estar relacionado com morcegos. Também existe a probabilidade de haver um reservatório animal para o MERS-CoV que foi isolado de camelos e de morcegos.

De acordo com a OMS, os casos suspeitos de COVID-19, são baseados no histórico de viagens internacionais do paciente, e mais atualmente, aos casos de transmissão comunitária. As orientações abrangem a todos os casos suspeitos devem ser notificados imediatamente ao setor epidemiológico do município, e posteriormente, notificado ao Estado e Governo.

Para realizar as medidas de contenção do fluxo de pessoas no município de São Domingos, a Secretaria de Saúde seguirá os seguintes princípios para evitar o aparecimento de casos do COVID-19, assim como, evitar a disseminação para a comunidade.

Definição de caso suspeito, deve ser observado pela portaria 454 de 20 de março de 2020, conforme anexo 3 do presente plano

2 - TERRITÓRIO E INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Área Territorial 383.653 km²

Densidade demográfica 27,74 hab/km²

Regional de Saúde 5º Reg. Xanxerê

POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Total população 2010	Total população 2019
0 a 9 anos	1289	1283
10 a 19 anos	1707	1666
20 a 29 anos	1471	1464
30 a 39 anos	1337	0331
40 a 49 anos	1391	1384
50 a 59 anos	1128	1123
60 a 69 anos	651	648
70 a 79 anos	403	401
80 +	114	113

PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Médicos(as)	5
Enfermeiros(as)	4
Técnicos(as) em enfermagem	15
Outros profissionais	25

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE MUNICIPAL

Estabelecimentos	Tipo	Quantidade
Estabelecimentos de saúde	Unidades Básicas de Saúde	5
Atendimento de emergência	Centro Saúde Santa Paulina	1

Outros (estabelecimentos)	0
---------------------------	---

CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS

Quantidade de leitos com internação	0	Estabelecimentos	0
Quantidade de leitos sem internação	4	Estabelecimentos	1

EQUIPAMENTOS

Eletracardiógrafo	1
Raio x	1
Ressonância magnética	0
Tomógrafo	0
Ultrassom doppler colorido	1

3 - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA DE ACORDO COM O NÍVEIS DE ATIVAÇÃO

Este plano foi estruturado em níveis de resposta, baseado nas recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina (SES-SC), com base no Plano de Contingência Estadual em Resposta a Emergências em Saúde Pública, com adaptações locais, de forma que toda ação deve ser proporcional e restrita aos riscos avaliados e cenários epidemiológicos existentes.

A implementação do PLANCOM para o COVID-19, será conforme os três níveis descritos abaixo:

NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública, corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

4 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: ALERTA

NÍVEL DE RESPOSTA 1: ALERTA

O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do SARS-COV-2 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

Neste nível de resposta a estrutura do COE é simplificada e restrita aos órgãos e instituições mais relacionados com a competência de detectar, investigar, manejar e notificar casos potencialmente suspeitos da infecção humana pelo novo coronavírus.

Nesse momento inicial, várias doenças respiratórias comuns poderão ser fator de confusão. Para isso, é necessário dispor de todas as definições de caso que contemplem situações possíveis, incluindo a definição de caso excluído. Importante salientar a todos os serviços que as definições serão suficientemente sensíveis no início e progridem para maior especificidade. No entanto, mesmo no início, alguns casos podem não se enquadrar na definição adotada.

Nessas situações, deve-se avaliar caso a caso, devendo prevalecer a conduta clínica local, mesmo que o caso em questão não seja incluído para investigação, no primeiro momento. A Composição do COE-COVID-19 neste nível levará em consideração as Secretarias do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais relacionadas, além de instituições convidadas Ad-Hoc.

4.1 - Secretaria Municipal de Saúde

- Preparar a estrutura para instalação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19);
- Manter atualizados os contatos da equipe que irá compor o CMGR-COVID-19, conforme (Anexo 1);
- Realizar busca de evidências científicas acerca da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- Identificar fontes de equipamentos e recursos adicionais para a realização das ações atribuídas à secretaria de saúde para a execução do plano;
- Articular áreas estratégicas para verificação dos insumos necessários para o enfrentamento da doença;
- Prover meios para garantir a execução das atividades no nível de alerta;
- Promover estratégias eficientes de educação permanente para os profissionais da rede de saúde no município;
- Direcionar estratégias de comunicação de massa;
- Elaborar junto às áreas técnicas materiais informativos/educativos sobre o novo Coronavírus;
- Estabelecer porta vozes com a imprensa;
- Implantar a sala de situação compartilhada.

4.2 - Vigilância em Saúde

- Minerar, diariamente, notícias com foco na COVID-19;
- Atualizar diariamente os gestores da Regional de Saúde com resumo executivo das informações no âmbito municipal sobre o COVID-19;
- Sensibilizar os profissionais de saúde da rede pública e privada Municipal para a notificação imediata de casos suspeitos, de acordo com a

definição de caso vigente, estabelecida pelo MS;

- Intensificar a divulgação dos meios de comunicação para notificações de casos suspeitos;
- Identificar potencialidades e capacidade instalada da rede municipal de saúde disponível para possível enfrentamento de infecção pelo novo Coronavírus.
- Realizar busca ativa em unidades de saúde municipal e privada com enfoque no Coronavírus diariamente;
- Investigar os rumores e os casos potencialmente suspeitos notificados pelas unidades de saúde para verificar se atendem à definição de caso suspeito estabelecida pelo MS;
- Comunicar imediatamente a Regional de Saúde, toda notificação e o retorno das investigações;
- Construir os protocolos de vigilância epidemiológica, referente aos instrumentos e fluxos de notificação, investigação de casos suspeitos, confirmação de casos, coleta e envio de amostras e monitoramento de casos e contatos, em consonância com o protocolo nacional e estadual;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal e privada sobre os sinais e sintomas da doença, medidas de prevenção e controle, notificação, investigação, bem como atualizá-los sobre o cenário epidemiológico nacional e mundial;
- Realizar capacitação de coleta de amostras biológicas para isolamento viral para profissionais da rede de saúde municipal e privada;
- Monitorar o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer mudança no comportamento epidemiológico e, principalmente, na circulação de vírus respiratórios;

4.3 - Atenção Primária a Saúde

- Elaborar e divulgar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência.
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Capacitar os profissionais da rede de saúde municipal sobre a COVID-19;
- Reforçar medidas de precaução para as profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;
- Realizar o transporte de caso suspeito pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para a referência estadual;
- Providenciar a aquisição e distribuição de todos os insumos, como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e equipamentos de proteção individual (EPI), para abastecer e reforçar a rede de saúde;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Orientar os profissionais da rede de saúde do Recife sobre a organização do fluxo de serviço farmacêutico no município;

4.4 - Assistência farmacêutica

- Realizar o levantamento de medicamentos para o tratamento de infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes.
- Disponibilizar medicamentos indicados e orientar sobre organização do fluxo de serviço farmacêutico.
- Garantir a distribuição do medicamento específico para os casos de Síndrome Gripal (SG) e de notificações de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), que compreendem a definição clínica;
- Monitorar o estoque de medicamentos no âmbito municipal;
- Rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme solicitação a demanda.

4.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 1 - Alerta.

5 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: PERIGO EMINENTE

NÍVEL DE RESPOSTA 2: PERIGO IMINENTE

Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há confirmação de caso suspeito.

Intensificar todas as ações do nível de alerta e:

5.1 - Secretaria Municipal de Saúde

- Instalar o Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) em nível municipal;
- Promover ações integradas entre SES, Regional de Saúde, e outros órgãos envolvidos na prevenção, controle e resposta ao novo coronavírus (COVID-19);
- Sensibilizar a rede de serviços assistenciais públicos e privados sobre o cenário epidemiológico e o risco de introdução do novo coronavírus (COVID-19);
- Articular junto às áreas da SES por meio da Regional de Saúde e outros órgãos o desenvolvimento das ações e atividades propostas para esse nível de Perigo Iminente;
- Prover meios para a garantia da continuidade das atividades do plano, no nível de perigo iminente;
- Adquirir, conforme demanda, os insumos essenciais para garantia das ações em caráter emergencial;
- Manter permanente articulação com a Regional de Saúde Estadual para apoio mútuo quanto ao fluxo dos pacientes às Unidades de Referência, bem como para a execução do plano de contingência municipal;
- Articular ações de comunicação assertiva de risco para prevenir crises sociais, de mídia, econômicas e até políticas decorrentes da

transcendência do evento e, conseqüentemente, pânico da população e dos profissionais da rede de serviços assistenciais públicos e privados diante do cenário epidemiológico da COVID-19;

- Ampliar a publicidade das informações sobre COVID-19 para a população, profissionais de saúde, do turismo e a imprensa;
- Convocar reunião presencial, sempre que se fizer necessário para alinhamento da resposta integrada ao enfrentamento da COVID-19;
- Compartilhar no Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) a sala de situação com gestores estratégicos municipais e regionais.
- Definir fluxo de atendimento as dúvidas, bem como de atendimento local aos casos de pacientes sintomáticos de infecções respiratórias, pensando na lógica do atendimento dos casos leves a nível de atenção primária a saúde, resguardando leitos hospitalares aos casos mais severos de apresentação da doença.
- Garantir apoio imediato para fortalecer as equipes de resposta rápida, necessárias ao atendimento de pacientes, busca ativa, detecção, acompanhamento e investigação laboratorial e epidemiológica de casos suspeitos de COVID-19 e de seus contatos através de contratação de profissionais e/ou de autorização de plantão e/ou hora extra, mediante autorização do chefe do executivo e legalmente definidos por meio de decretos municipais

5.2 - Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para a COVID-19, diariamente.
- Realizar levantamento de contatos dos casos notificados para monitoramento;
- Monitorar os contatos dos casos suspeitos, diariamente, durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19 do caso índice;
- Processar os registros de casos suspeitos e de contatos em banco de dados Estadual;
- Elaborar e divulgar para gestores estratégicos, resumo técnico dos casos notificados de COVID-19 e informe epidemiológico diariamente;
- Monitorar e/ou realizar coleta de amostras biológicas para diagnóstico laboratorial de casos suspeitos sintomáticos, de acordo com as definições de caso vigentes estabelecidas pelo MS;
- Monitorar o seguimento da amostra para o laboratório de referência até a liberação do resultado;
- Apoiar as unidades de saúde na realização e transporte de coletas de amostras biológicas para isolamento viral para COVID-19;
- Realizar a vigilância de SRAG e influenza para os casos descartados para COVID-19 que se enquadrem na definição de caso de SRAG, independente do resultado para Influenza;
- Realizar atualizações para os profissionais de vigilância epidemiológica distrital e dos núcleos de epidemiologia, conforme a mudança no cenário epidemiológico nacional e mundial e o nível de resposta estabelecido.
- Intensificar ações preventivas de orientação nos serviços privados de saúde e comércio em geral para adoção de medidas não farmacológicas que podem conter o avanço da doença.
- Intensificar ações de orientação a cerca da disseminação de informações à população quanto ao uso correto de EPIs (onde usar, quem deve usar, em que circunstâncias usar, forma correta de uso) e maneiras eficazes de controle domiciliar do avanço da doença.
- Realizar divulgação em massa, usando as mais variadas formas de disseminação de informações sobre a importância do distanciamento social, reclusão a domicílio, bem como isolamento social por parte de pessoas suspeitas, acometidas pela doença e/ou portadoras de sintomas gripais, bem como seus contatos familiares.
- Garantir que os protocolos de limpeza e higienização das unidades e veículos de transporte de pacientes sejam intensificadas.

5.3 - Atenção Primária a Saúde

- Executar o fluxo de atendimento e de isolamento hospitalar e domiciliar dos casos suspeitos para atenção primária, serviços de pronto atendimento e de atendimento móvel de urgência, conforme protocolos estabelecidos pela SES, e em anexo 2 a este plano;
- Estimular as unidades a elaborarem o protocolo interno para a assistência de casos suspeitos no nível de resposta 2;
- Atender e executar o protocolo interno de assistência a casos suspeitos e medidas de isolamento na unidade, até a transferência para a referência, quando necessário por meio da central de regulação de leitos do Estado;
- Disponibilizar o transporte de pacientes graves suspeitos de COVID-19 pelo CBMSC e SAMU à referência estadual;
- Definir protocolo do meio de transporte de pacientes para a rede de referência Estadual;
- Notificar imediatamente o caso suspeito a Regional de Saúde;
- Realizar a desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde; e transportes de pacientes, segundo protocolos;
- Garantir a continuidade do abastecimento de insumos como sabão líquido, papel toalha, álcool gel e EPI na rede de saúde municipal;
- Garantir estoque estratégico de medicamentos para atendimento sintomático dos pacientes;
- Monitorar, rever e estabelecer logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.
- Sensibilizar profissionais da rede de atenção para garantir o atendimento de casos de SG e SRAG visando reconhecer prováveis casos suspeitos do Coronavírus;
- Reforçar medidas de precaução para as profissionais e pacientes;
- Reforçar a aplicação dos protocolos de desinfecção e limpeza de salas e equipamentos das unidades de saúde e transportes de pacientes;

5.4 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 2 - Perigo Iminente.

6 - NÍVEIS DE ATIVAÇÃO E ATIVIDADES: EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

Nível de resposta de Emergência de Saúde Pública, corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus (COVID-19), no território nacional, estadual ou municipal.

CENARIOS A SEREM IDENTIFICADOS:

Cenário I - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado importado no município, ou seja, sem transmissão local.

Cenário II - Corresponde a uma situação em que há caso confirmado autóctone no município, ou seja, com transmissão local.

Cenário III – Transmissão local comunitária/sustentada quando houver casos autóctones confirmados sem vínculo, com contato próximo ou domiciliar.

NÍVEIS DE ATUAÇÃO NO NÍVEL DE RESPOSTA 3: EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA.

Esse nível de Emergência está organizado em duas fases.

Fase de contenção

Na fase de contenção, a atenção primária a saúde possui mais ações do que a vigilância em saúde, compra e abastecimento de EPIs e definições para a rede de urgência e emergência. Quarentena domiciliar para casos leves e Estratégia de monitoramento domiciliar para evitar a ocupação de leitos desnecessariamente.

As atividades de preparação e resposta devem ser revisadas e reforçadas na rede de atenção para o adequado atendimento dos casos confirmados, com medidas de proteção adicionais, registro das informações para que a vigilância possa consolidar e descrever o perfil da doença no Brasil, bem como enviar à OMS.

Toda rede de atenção à saúde do SUS deve ser alertada para a atual fase, com o objetivo de maior sensibilização dos profissionais de saúde para detecção de casos suspeitos, manejo adequado desses pacientes, bem como reforço do uso de EPI.

Os estoques dos EPI preconizados também devem ser checados e aquisições emergenciais podem ser acionadas, caso necessário.

Fase de mitigação

Na fase de mitigação as ações e medidas devem ser adotadas para evitar a ocorrência de casos graves e óbitos.

Assim, medidas de atenção hospitalar para os casos graves e medidas restritivas individuais de isolamento e quarentena domiciliar para os casos leves, devem ser adotadas para evitar óbitos e o agravamento dos casos.

Esse fortalecimento da atenção PRIMÁRIA aos pacientes deve ocorrer no nível local, com a adoção das medidas já estabelecidas nos protocolos de doenças respiratórias.

Adicionalmente, caso seja evidenciada a possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves, adaptação e ampliação de leitos e áreas hospitalares e a contratação emergencial de leitos de UTI pode ser necessária, com o objetivo de evitar óbitos.

6.1 - Chefe do Executivo Municipal

- Adotar medidas de controle no âmbito municipal, por meio de decreto, atentando as orientações e determinações Estaduais e Federais, objetivando o controle da COVID-19, sendo:

- Suspender o atendimento presencial ao público em toda a administração pública municipal, direta ou indireta, por período definido;

Restringir e controlar:

I – a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II – as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, restaurantes e comércio em geral;

III – as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV – a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

- Definir no âmbito municipal os serviços essenciais os quais devem permanecer funcionando como:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados;

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

IX – segurança privada.

- Definir no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – Secretaria de Municipal da Saúde;

II – Vigilância Sanitária e Epidemiológica;

III – Defesa Civil (DC); e

IV - xxxxxxxxxxxxxx

- Considerando o risco de contaminação definir regime obrigatório de trabalho em casa (Home Office) nos seguintes casos:

I - Servidores públicos municipais ou prestadores de serviços de modo presencial, com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos; os documentos falam acima de 60anos

II - Servidores públicos municipais que tenham ou que tiveram, nos últimos 14 (quatorze) dias, contato com pessoas oriundas de outros países ou de outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

III - Servidores públicos municipais que estiveram nos últimos 14 (quatorze) dias em outros países ou em outras unidades da Federação em que exista casos confirmados da doença;

IV - Servidores públicos municipais que se enquadrem nos casos de risco previstos pelo Ministério da Saúde;

- Recomendar a iniciativa privada a adoção de medidas imediatas a fim de ampliar os quantitativos de profissionais atuando em teletrabalho.

- Suspender por tempo limitado, , eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.
- Suspender as aulas na rede de ensino pública do Município nos termos deste Decreto Estadual 515/2020;
- Suspender as visitas ao público acolhido em abrigos e instituições de longa permanência municipais (próprios e rede parceira).
- Limitar nas instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem limitar, na medida do possível, as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.
- Orientar que os locais de grande circulação de pessoas, tais como terminais urbanos, centro comercial e comércio em geral devem reforçar medidas de higienização de superfície e disponibilizar espaço para higienização das mãos ou álcool gel 70% para os usuários, em local sinalizado, sendo:
 - 1 - Devem ser disponibilizadas informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido e papel toalha descartável nos lavatórios para higienização de mãos.
 - 2 - As concessionárias de transportes coletivo devem reforçar as medidas de higienização no interior de seus veículos e circular com as janelas abertas.
- Recomendar a toda a população, que adote as recomendações para proteção ao COVID-19, tais como:
 - a) evitar contato próximo com pessoas com infecções respiratórias agudas;
 - b) lavar frequentemente as mãos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar;
 - c) usar lenço descartável para higiene nasal e descartá-lo imediatamente, cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir;
 - d) evitar tocar nas mucosas dos olhos, nariz e boca, higienizar as mãos após tossir, espirrar ou higienizar o nariz;
 - e) não compartilhar alimentos, chimarrão, objetos de uso pessoal, como toalhas, talheres, pratos, copos, garrafas, independente de casos suspeitos ou pessoas em isolamento domiciliar;
 - f) manter os ambientes bem ventilados e toda e qualquer recomendação que previna ou evite a disseminação da doença COVID-19.
- Poderão serem adotadas medidas de controle de acesso de vias no âmbito municipal e monitoramento de pessoas que realizarem acesso aos municípios;
- Considerar abuso do poder econômico a elevação de preços, sem justa causa, com o objetivo de aumentar arbitrariamente os preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, na forma do inciso III do art. 36 da Lei Federal nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e do inciso II, do art. 2º do Decreto Federal nº 52.025, de 20 de maio de 1963, sujeitando-se às penalidades previstas em ambos os normativos.

6.2 - Secretaria Municipal de Saúde

- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião semanal de forma presencial e/ou on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário I
- Garantir a atuação do Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) e realizar reunião diária de forma presencial on line, buscando minimizar o contato com todos os envolvidos no enfrentamento da COVID-19, a partir do Cenário II, Cenário III;
- Avaliar a necessidade de ampliar os horários de funcionamento do CMGR COVID-19, considerando a necessidade de funcionamento 24h horas por dia nos 7 dias da semana;
- Prover mecanismos para expansão de serviços de saúde e ampliação do atendimento, identificando as estratégias viáveis;
- Manter a rede atualizada sobre protocolos clínicos e medidas de prevenção;
- O Comitê Municipal de Gestão e Resposta ao Coronavírus (CMGR-COVID-19) deve alertar imediatamente ao chefe do poder executivo municipal, Cenário de Emergência de Saúde Pública para subsidiar tomada de decisão;

6.2 Vigilância em Saúde

- Alertar os gestores estratégicos sobre a mudança no cenário epidemiológico e o nível de resposta ativado;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área descoberta da Estratégia de Saúde da Família (ESF);
- Garantir em parceria com os demais órgãos de fiscalização que as atitudes determinadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal sejam atendidos pela população e comércio local
- Ampliar as orientações sobre as maneiras corretas de uso de EPIs pelos profissionais de saúde e população.
- Intensificar orientação sobre medidas preventivas de contágio a serem adotadas pelos colaboradores e estabelecimentos de serviços essenciais.

6.3 - Assistência Primária a Saúde

- Garantir a notificação de novos casos suspeitos;
- Monitorar a evolução clínica dos casos suspeitos internados até a alta e dos casos em isolamento domiciliar durante o período de incubação (14 dias) ou até o descarte para COVID-19, residentes em área coberta pela Estratégia de Saúde da Família e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde;
- Avaliar a capacidade e qualidade dos atendimentos nos serviços de pronto atendimento municipais, indicando a necessidade ou não da ampliação dos atendimentos;
- Manter o monitoramento da logística de controle, distribuição e remanejamento, conforme aumento da demanda de medicamentos sintomáticos para COVID-19;
- Divulgar situação epidemiológica entre os profissionais da rede de atenção municipal.

6.4 - Medidas protetivas da comunidade adotadas pelo Poder Público Municipal

- A Unidade Básica de Saúde do Bairro Esperança localizada no Bairro Esperança e a Unidade Básica de Saúde do Bairro Ari Bortoli localizada no Bairro Ari Bortoli seguem em atendimento com duas equipes focadas em casos de infecções respiratórias e casos suspeitos de COVID-19, já o Centro de Saúde Santa Paulina localizada no Bairro Abramo Miguel Pretto segue com equipes trabalhando e atendendo

casos emergenciais.

- Todos os atendimentos nas Unidades de Saúde estão sendo remanejados para evitar aglomerações, através da realização de triagem no ambiente da recepção, para a diferenciação de casos respiratórios e de menor urgência.
- Orientamos que todos os usuários que são classificados em grupos de risco; como idosos, pacientes imunossuprimidos, gestantes e lactantes, crianças, diabéticos, hipertensos e doentes cardiovasculares, devem a todo custo, evitar comparecer a Unidade de Saúde sem a devida necessidade.
- Todos os atendimentos não prioritários aos serviços de Fisioterapia, Psicologia, Odontologia, Pediatria e Ginecologia, serão suspensos até nova ordem. Apenas os atendimentos de urgência e emergência serão realizados, com devida cautela perante as orientações estaduais.
- As atividades da Assistência Social e CRAS seguem suspensos até segunda ordem para evita aglomerações desnecessárias.
- A realização dos grupos de Fisioterapia e atividade física dos idosos, permanecem suspensos, com orientação para permanecerem em isolamento domiciliar.
- Usuários da UBS estão sendo orientados para não se dirigirem a Unidade em situações de patologias crônicas, onde não existe a necessidade e nem a presença de sintomas respiratórios.
- A emissão dos cartões municipais, bem como, os exames de rotina, preventivos, auriculoterapia e acupuntura permanecem suspensos para evitar aglomerações, com futuro agendamento dos serviços nas unidades.
- As equipes de saúde estarão realizando rodízio de pessoal no setor de triagem, de modo a oferecer maior atenção aos serviços de urgência e emergência, e evitar sobrecarga de serviço.
- Os pacientes que vierem a Unidade para captar medicamentos/receita, os mesmos deverão comunicar na recepção a finalidade de sua visita, e serão orientados e pela equipe de saúde de modo a evitar aglomerações nos corredores da Unidade de Saúde.
- O processo de higienização das Unidades de Saúde está sendo intensificado para que não ocorra a transmissão de doenças, através de medidas que buscam: a limpeza diária dos ambientes fora do horário de funcionamento da Unidade, prioridade de assepsia para maçanetas, bebedouros, bancadas, assentos e ambientes comunitários e salas de atendimento.
- Todos os ambientes da unidade vêm sendo higienizados através do álcool 70%, cerca de duas a três vezes ao dia, com troca de material para evitar contaminação cruzada.
- Os motoristas da UBS, receberam orientação para que em seus atendimentos de plantão e transporte de pacientes, os mesmos utilizem o EPI adequado e realizem assepsia das mãos e do veículo a cada viagem. Além de, transportar os pacientes por meio da ambulância e que os mesmos permaneçam na parte de trás do veículo.
- Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe será iniciada na data de 23/03/2020 para os seguintes grupos:
 - o Idosos (60 anos e mais) e Profissionais da Saúde;
 - Para isso, as vacinações irão ocorrer nas Unidades de Saúde em um ambiente adaptado em frente a UBS de modo a evitar a aglomeração de idosos e o contato com possíveis infecções presentes nas UBS. Os municípios deve seguir o calendário do Ministério da Saúde;
 - Os seguintes grupos de vacinação, ocorreram em 16/04/2020, para os seguintes grupos:
 - o Professores das escolas públicas e privadas;
 - o Profissionais das forças de segurança e salvamento;
 - o Portadores de doenças crônicas não transmissíveis e outras condições clínicas especiais;
 - o Adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas;
 - Por fim, em 09/05/2020, a terceira etapa da Campanha de Vacinação ocorrerá, sob os mesmos moldes das etapas anteriores.
 - o Crianças de 6 meses a menores de 6 anos;
 - o Gestantes;
 - o Puérperas;
 - o Povos Indígenas;
 - o População privada de liberdade;
 - o Funcionários do sistema prisional;
 - o Adultos de 55 a 59 anos de idade.

6.5 - Defesa Civil Municipal

- Apoiar e auxiliar na implementação das ações apresentadas no nível de resposta 3 - Emergência em Saúde Pública.

ANEXO 1 - Plano de Chamada

Instituição	Nome	E-mail	Telefone
Prefeito	Eliéze Comachio	gabinete@saodomingos.sc.gov.br	3443-0281
Sec. de Saúde	Juliana Dutra do Prado	saude@saodomingos.sc.gov.br	3443-1200
Vig. Epidemiológica	Cátia De Marchi	vacinas@saodomingos.sc.gov.br	3443-1200
Vig. Sanitária	Vinicus Meotti	vigilanciasanitaria@saodomingos.gov.br	3443-1200
Assist. Farmaceutica	Pâmela P.Grosbelli	farmasdfarmacia@gmail.com	3443-1200
Atenção Primária	Edizângela Comachio	pitycomachio@gmail.com	3443-1200
Assistência Social	Francismara Mariani	smas@saodomingos.sc.gov.br	3443 0281 R:223
Sec. Obras e Serviços	Ari Pertille	garagem@saodomingos.sc.gov.br	3443-1302
DC Municipal	Laércio Castro de Oliveira	ortsacrs@gmail.com	33822259
Corpo de Bombeiros	Cb BM Jeferson	14_311cmt@cbm.sc.gov.br	3382-2260
Polícia Militar	Sgt PM Sudatti	922962@pm.sc.gov.br	3443-1182
Casan	Edilson Carvalho	edcarvalho@casan.com.br	3443-0393
Celesc	Wellington Salvio Barbosa	wellingtonsb@celesc.com.br	3443-0238

Epagri	João Henrique dos S. Duarte	joaoduarte@epagri.sc.gov.br	3443-0826
--------	-----------------------------	-----------------------------	-----------

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 1

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 2

FLUXO DE ATENDIMENTO NA APS PARA O NOVO CORONAVÍRUS (2019-nCoV)(documento elaborado em 13/03/2020)

Priorizar o atendimento das pessoas com sintomas respiratórios e/ou febre de forma presencial ou à distância (telefone, whatsapp, visita do ACS)

Acolhimento especial as pessoas sintomáticas respiratórias com oferta de máscara e local especial de atendimento

ANEXO 2 - Fluxo de Atendimento 3

Atendimento a pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV) na Atenção Primária à Saúde.

Executantes: profissionais das equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) e Vigilância em Saúde.

Resultado esperado: padronizar as ações para a detecção precoce de pessoas caracterizadas como casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus (2019-nCoV); realizar manejo inicial; acionar transporte e encaminhar casos suspeitos para a unidade de referência de forma oportuna e segura; registrar informações clínicas, histórico de viagem internacional ou contato com caso suspeito ou confirmado; investigar e registrar dados de contatos próximos; realizar a notificação imediata; adotar medidas para evitar casos graves e óbitos; e orientar a população sobre medidas de prevenção.

1. Identificação de caso suspeito:

- Acolher e avaliar rapidamente todas as pessoas, independentemente da idade, que apresentem febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia, prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais, entre outros). Febre: temperatura corporal acima de 37,8 °C, conforme verificação axilar.

- Para as pessoas com os sintomas acima, em casos suspeitos de infecção pelo novo coronavírus, priorizar o atendimento, ofertar máscara cirúrgica imediatamente e isolar (acomodar a pessoa suspeita, em local ventilado e sem circulação de pessoas sem proteção) sempre que possível.

- São considerados casos suspeitos de infecção humana pelo novo coronavírus:

Situação 1: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 2: febre + pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso suspeito para o novo coronavírus (2019-nCoV) nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; OU

Situação 3: febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais, entre outros) + contato próximo* de caso confirmado de novo coronavírus (2019-nCoV) em laboratório nos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

- Considerar os demais diagnósticos diferenciais pertinentes e o adequado manejo clínico. Em caso de suspeita para influenza, não retardar o início do tratamento com fosfato de oseltamivir, conforme protocolo de tratamento: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolo_tratamento_influenza_2017.pdf

2. Medidas de isolamento:

- Desde o primeiro atendimento, a pessoa com suspeita de novo coronavírus deve utilizar máscara cirúrgica.

- Realizar o atendimento da pessoa com suspeita do novo coronavírus em sala privativa ou com menor circulação de pessoas, mantendo a porta fechada e o ambiente ventilado.

- Realizar higiene adequada das mãos, respeitando os cinco momentos de higienização:

1 – antes de contato com a pessoa;

2 – antes da realização de procedimento;

3 – após risco de exposição a fluidos biológicos;

4 – após contato com a pessoa;

5 – após contato com áreas próximas à pessoa, mesmo que não tenha tocado a pessoa, cuidando direta ou indiretamente da pessoa.

- O profissional deve usar equipamento de proteção individual (EPI): protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara N95/PFF2 (ou outras máscaras com eficácia mínima na filtração de 95% de partículas de até 0,3µ tipo N99, N100 ou PFF3), sempre que realizar procedimentos geradores de aerossóis. Para realização de outros procedimentos não geradores de aerossóis, avaliar a disponibilidade da N95 ou equivalente no serviço. Não havendo disponibilidade, é obrigatório o uso da máscara cirúrgica.

3. Notificação:

- A notificação é imediata (Portaria nº 204/2016) e deve ser realizada pelo meio de comunicação mais rápido disponível, em até 24 horas a partir do conhecimento de caso que se enquadre na definição de suspeito.

- O profissional da APS deve comunicar imediatamente o caso suspeito à Secretaria Municipal de Saúde/ Vigilância Epidemiológica para orientações e início das ações de controle e investigação (identificação da área de transmissão, dos contatos, casos secundários ou possíveis casos relacionados e histórico de viagens do caso suspeito), bem como a instância regional de saúde pública.

- A SMS deve notificar imediatamente os casos suspeitos conforme documentos vigentes indicados pelos órgãos estaduais e federais de saúde pública.

- Caso a equipe na APS não consiga contato rápido com a vigilância municipal, deverá entrar em contato diretamente com CIEVS Nacional,

notificando a vigilância municipal na primeira oportunidade de suprimir

4. Identificação de contactantes*:

- Identificar todas as pessoas que tiveram ou têm contato com caso suspeito ou confirmado e apoiar a equipe da vigilância na realização de busca ativa;
- Os contatos próximos de uma pessoa com suspeita de coronavírus (2019-nCoV) devem ser acompanhados e monitorados quanto à apresentação de sinais e sintomas; e
- Na presença de sinais e sintomas, orientar que procure o serviço de saúde para avaliação e encaminhamento.

* Contato próximo é definido como: estar a aproximadamente 2 metros ou menos da pessoa com suspeita de caso por novo coronavírus, dentro da mesma sala ou área de atendimento por um período prolongado, sem uso de equipamento de proteção individual (EPI). O contato próximo pode incluir: cuidar, morar, visitar ou compartilhar uma área ou sala de espera de assistência médica ou, ainda, nos casos de contato direto com fluidos corporais, enquanto não estiver usando o EPI recomendado.

5. Transporte:

- Encaminhar a pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus para a unidade de referência (definida em cada localidade – município ou estado) para monitoramento, diagnóstico e confirmação do caso;
- As pessoas com suspeita de infecção pelo novo coronavírus devem utilizar máscara cirúrgica desde o momento em que forem identificadas na triagem até sua chegada ao local de isolamento na unidade de referência, o que deve ocorrer o mais rápido possível;
- A equipe deve certificar-se de que as informações do caso foram repassadas oportunamente para a unidade de referência para a qual a pessoa for encaminhada;
- Todos os profissionais que estiverem envolvidos no transporte deverão utilizar máscara cirúrgica durante todo o deslocamento até chegar à unidade de referência. Se houver necessidade de realizar procedimentos, atentar para o uso dos EPI adequados;
- Realizar higiene de mãos, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Orientar possíveis acompanhantes quanto à importância da higienização das mãos;
- Garantir a ventilação do veículo para aumentar a troca de ar durante o transporte;
- Limpar e desinfetar todas as superfícies internas do veículo após a realização do transporte. A desinfecção pode ser feita com álcool 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante indicado para este fim, seguindo o procedimento operacional padrão definido para a atividade de limpeza e desinfecção do veículo e seus equipamentos;
- A provisão de todos os insumos, como sabão líquido, álcool em gel e EPI, devem ser reforçados pela instituição, bem como higienizantes para o ambiente; e
- No serviço de referência, sempre que ocorrer a identificação de caso suspeito, será realizada a coleta de duas amostras de aspirado de nasofaringe (ANF) ou swabs combinado (nasal/oral) ou amostra de secreção respiratória inferior (escarro, lavado traqueal ou lavado broncoalveolar). As amostras coletadas serão encaminhadas para o laboratório, conforme fluxo estabelecido.

6. Medidas de controle do ambiente assistencial:

- Equipamentos de uso compartilhado entre as pessoas (por exemplo, estetoscópios, aparelho para aferição de pressão arterial e termômetros) devem ser limpos e desinfetados com álcool 70% após o uso;
- Higienizar adequadamente as mãos com frequência, respeitando os cinco momentos de higienização;
- Utilizar EPI para evitar contato direto com fluidos corporais: protetor ocular ou protetor de face; luvas; capote/ avental/ jaleco, máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/PFF3 ou, se indisponível, máscara cirúrgica;
- Fornecer máscara cirúrgica à pessoa com suspeita de infecção pelo novo coronavírus, ou pessoa que têm ou teve contato com o caso suspeito ou confirmado, e encaminhar para uma área separada ou sala de isolamento;
- Prevenir picadas de agulha ou ferimento por objetos cortantes; gerenciamento seguro de resíduos;
- Limitar procedimentos indutores de aerossóis (intubação, sucção, nebulização);
- Realizar desinfecção de equipamentos e limpeza do ambiente com solução de hipoclorito de sódio em pisos e superfícies dos banheiros;
- Descartar adequadamente os resíduos, segundo o regulamento técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde da Anvisa; e
- A SMS deve compartilhar com as equipes que atuam na APS dados epidemiológicos sobre a circulação do vírus corona e outros vírus respiratórios, bem como orientar os profissionais sobre as medidas de controle e a condução dos casos suspeitos.

7. Medidas de prevenção populacional:

- Instruir todas as pessoas que durante a tosse ou espirro cubram o nariz e a boca com o cotovelo flexionado ou utilize tecido ou lenço de papel, descartando-os após o uso;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão por pelo menos 20 segundos. Se não houver água e sabão, usar um desinfetante para as mãos à base de álcool;
- Evitar tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas;
- Orientar sobre os sinais e sintomas do novo coronavírus que acionam o fluxo de atendimento para casos suspeitos da doença;
- Limpar e desinfetar objetos e superfícies tocados com frequência; e
- Manter os ambientes bem ventilados.

8. Registro no Sistema de Informação da Atenção Primária (e-SUS AB):

- Registrar o atendimento no Sistema de Informação (e-SUS AB) CID 10 - U07.1 – Diagnóstico de doença respiratória aguda pelo 2019-nCoV para registro de casos.

9. Materiais necessários para medidas de prevenção e controle:

- Máscara padrão de segurança N95/PFF2/N99/N100/ PFF3;
- Máscara cirúrgica;
- Protetor ocular ou protetor de face;
- Luvas;
- Capote/ avental/ jaleco;
- Sabão líquido;

- Álcool em gel;
- Álcool 70%;
- Desinfetantes para o ambiente e superfícies;
- Saco para descarte de resíduo contaminado.

ANEXO 03 - PORTARIA Nº 454 DE 20 DE MARÇO DE 2020

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 20/03/2020 | Edição: 55-F | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 454, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando a condição de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19) e a necessidade premente de envia todos os esforços em reduzir a transmissibilidade e oportunizar manejo adequado dos casos leves na rede de atenção primária à saúde e dos casos graves na rede de urgência/emergência e hospitalar; e

Considerando a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia do coronavírus (covid-19) previstas na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarado, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).

Art. 2º Para contenção da transmissibilidade do covid-19, deverá ser adotada como, medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos, devendo permanecer em isolamento pelo período máximo de 14 (quatorze) dias.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com sintomas respiratórios a apresentação de tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, acompanhada ou não de febre, desde que seja confirmado por atestado médico.

Art. 3º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, considerando os sintomas respiratórios ou o resultado laboratorial positivo para o SARS-CoV-2.

§ 1º O atestado emitido pelo profissional médico que determina a medida de isolamento será estendido às pessoas que residam no mesmo endereço, para todos os fins, incluindo o disposto no § 3º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

§ 2º Para emissão dos atestados médicos de que trata o § 1º, é dever da pessoa sintomática informar ao profissional médico o nome completo das demais pessoas que residam no mesmo endereço, sujeitando-se à responsabilização civil e criminal pela omissão de fato ou prestação de informações falsas.

§ 3º Para as pessoas assintomáticas que residem com a pessoa sintomática será possível a emissão de novo atestado médico de isolamento caso venham a manifestar os sintomas respiratórios previstos no parágrafo único do art. 2º ou tenham resultado laboratorial positivo para o SARS-CoV-2.

§ 4º A prescrição médica de isolamento deverá ser acompanhada dos seguintes documentos assinados pela pessoa sintomática:

I - termo de consentimento livre e esclarecido de que trata o § 4º do art. 3º da Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020; e

II - termo de declaração, contendo a relação das pessoas que residam ou trabalhem no mesmo endereço, nos termos do Anexo.

Art. 4º As pessoas com mais de 60 (sessenta) anos de idade devem observar o distanciamento social, restringindo seus deslocamentos para realização de atividades estritamente necessárias, evitando transporte de utilização coletiva, viagens e eventos esportivos, artísticos, culturais, científicos, comerciais e religiosos e outros com concentração próxima de pessoas .

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, Estado _____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido(a), bem como as pessoas que residem no mesmo endereço ou dos trabalhadores domésticos que exercem atividades no âmbito residencial, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____.

Nome das pessoas que residem no mesmo endereço que deverão cumprir medida de isolamento domiciliar:

1. _____

2. _____

3. _____

Assinatura da pessoa sintomática: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____: ____

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 008/2020**

Publicação Nº 2418557

EDITAL Nº 008/2020

Dispõe sobre alteração de dispositivo do edital 007/2020 de processo licitatório 004/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, Sr. GLEICON TIARAJU CARDOSO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal Complementar, e consoante disposto no art. 21, § 4º da Lei nacional n 8.666/93. Considerando que as Cláusulas 2.1 e Cláusula 11.1 do processo de licitação 007/2020 Tomada de Preço 004/2020 com objetivo de selecionar proposta(s) para PRESTAÇÃO E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E ATIVIDADES PARLAMENTARES, EM RÁDIO COM ABRANGÊNCIA NO MUNICÍPIO, PROGRAMA COM 20 (VINTE) MINUTOS TODO SÁBADO ENTRE O HORÁRIO DAS 8:00 AS 12:00 HORAS. CINCO INSERÇÕES INSTITUCIONAIS DIÁRIAS, SENDO UMA ENTRE O HORÁRIO DAS 07:00 AS 08:00 HORAS, UMA ENTRE AS 11:00 AS 12:00 HORAS, UMA ENTRE AS 14:00 AS 15:00 HORAS, UMA ENTRE AS 17:00 AS 18:00 HORAS E UMA ENTRE AS 20:00 AS 21:00 HORAS prevê a sessão de abertura e julgamento dos envelopes para o dia 24 de março de 2020.

Considerando a determinação do Governo do Estado seguindo o Decreto 525/2020 de 23 de março de 2020 e acatando as orientações do Ministério da Saúde em relação à pandemia do COVID-19 (Coronavírus), que prioriza somente atendimento ao público para serviços essenciais.

Determina:

Art. 1º. Adiar para o dia 03 de abril de 2020 as 17:30 horas a sessão de abertura e julgamento dos envelopes do processo de licitação 007/2020 tomada de preço 004/2020.

Art. 2º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Edital, informações e demais esclarecimentos pelo telefone nº 049-3443-0415 e e-mail camara@camarasd.sc.gov.br e na pagina camarasd.sc.gov.br

São Domingos, SC, 24 de março de 2020.

GLEICON TIARAJU CARDOSO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

RAFAEL TANCREDO AIOLFI

Presidente da Comissão de Licitações

São Francisco do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 16.347/2020

Publicação Nº 2417922

PORTARIA nº 16.347, de 18 de março de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e com o requerido no Processo nº 8310/2020

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, FLAVIANO ROBERTO MARTINS, brasileiro residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 044.430.689-70, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Guarda, Controle e Distribuição de Materiais, nível CC-04, da Gerência Administrativa, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 10 de março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 10 de março de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 18 de março de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO 3.913/2020

Publicação Nº 2418381

DECRETO 3.913/2020

Dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus";

CONSIDERANDO a Portaria nº188, de 4 de fevereiro de 2020 do Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabeleceu outras providências, o qual inclusive estendeu os prazos até então determinados para a quarentena em todo o Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 3.908/2020; que acatou o período de quarentena estabelecido pelo Governo do Estado, no âmbito municipal;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São João Batista;

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º e art. 2º, caput, do Decreto Municipal nº 3.908/2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1 Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de São João Batista, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto n. 525, de 24 de março de 2020, que determinou a suspensão em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;
- e) a circulação e o ingresso no território do Município de São João Batista de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos; e
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão coincidentes no que concerne a sua contagem de início e final, com o Decreto Estadual nº 525/2020.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos, durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

[...]"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São João Batista, 24 de março de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/SISAM/2019

Publicação Nº 2418064

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 009/SISAM/2019

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 07.585.406/0001-22;

Contratada: Saneville Engenharia e Consultoria Ltda, inscrita no CNPJ n.º 13.475.225/0001-46;

Processo Licitatório 007/SISAM/2019 – Pregão Presencial nº 005/2019;

Objeto: Através do presente termo aditivo o prazo de vigência do contrato ora aditado fica prorrogado até 31/12/2020;

Data da assinatura: 24/03/2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/PMSJB/2017

Publicação Nº 2418118

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 059/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00;

Contratada: GBA Telecomunicações EIRELI – CNPJ nº. 20.122.262/0001-36;

Processo Licitatório 031/PMSJB/2017 - Convite nº 003/PMSJB/2017;

Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 28/03/2020 a 27/03/2021;

Dotação orçamentária: (40) 3.3.90.40.04.00.00.00; (138) 3.3.90.40.04.00.00.00 e (65) 3.3.90.40.04.00.00.00;

Lei de Responsabilidade Fiscal: Diante do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n.º 101/2000, fica ressalvado que a prestação dos serviços para o ano de 2021 dependerá da existência de prévia e suficiente dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual para esse exercício e do respectivo empenho a partir de 1º de janeiro de 2021, ficando ressalvado desde já que o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA poderá rescindir unilateralmente o contrato a partir de 1º de janeiro de 2021, independente de qualquer notificação prévia e sem qualquer direito à indenização à Contratada;

Data da assinatura: 24/03/2020.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 031

Publicação Nº 2418383

DECRETO Nº 031, DE 24/03/2020.

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Municipal nº 539, de 22 de maio de 2000,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO, que no dia 23/03/2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São João do Oeste SC;

DECRETA:

Art. 1º. Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de São João do Oeste SC, aplicam-se integralmente as disposições constantes do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que determinou:

I - a SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e os serviços privados não essenciais, nos termos da alínea "a" do inc. I do Decreto n. 525/2020, tais como academias, bares, restaurantes e comércio em geral;
- c) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;
- d) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

II – a SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias;

- a) de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídos estabelecimentos de ensino de qualquer natureza, excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos.
- b) da concentração e da permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, quadras esportivas, clubes sociais e esportivos, em todo o território municipal.
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas na rede municipal de ensino pelo período se estendendo a suspensão aos alunos, professores e demais funcionários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, os quais deverão permanecer em suas residências, de modo a respeitar o período da quarentena, ficando porém, de sobreaviso para imediato retorno às atividades em caso de volta das aulas.

Parágrafo Único: No que tange à rede municipal de ensino, os primeiros 9 (nove) dias correspondem à antecipação do recesso escolar.

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE), bem como o acesso público a eventos e competições de iniciativa privada, estendendo-se a suspensão às competições em nível municipal.

Art. 2º. O funcionamento das indústrias estabelecidas no município deverá seguir o regramento estabelecido no artigo 8º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 3º. No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, os serviços públicos considerados essenciais, como de atenção à saúde, assistência social, segurança pública, transporte de água e de cargas em geral, de vigilância sanitária, imprensa e defesa civil.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º O atendimento nas unidades de atenção à saúde, será somente em caráter de urgência/emergência, prevalecendo a suspensão sobre os atendimentos eletivos, visitas à internados em hospitais e centros de saúde, bem como a qualquer tipo de transporte de pacientes não enquadrado como urgente.

Art. 4º. Ficam dispensados de registrar o ponto eletrônico, a partir de 25 de março de 2020, os servidores públicos municipais, a fim de proporcionar a quarentena, a qual é uma das medidas de enfrentamento da situação de emergência no âmbito do município de São João do Oeste.

§ 1º O regime de quarentena previsto no caput deste artigo segue a determinação do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, pelo prazo de 07 (sete) dias, a fim de que os servidores municipais permaneçam em suas residências.

§ 2º O presente artigo aplica-se aos servidores públicos municipais que atuam nas atividades consideradas não essenciais, conforme preceitua o inciso I do artigo 7º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Para manter o mínimo do serviço público municipal em funcionamento, fica estabelecido que:

I – Poderão ser executados na modalidade home office, por meio digital ou trabalho remoto, as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, dentro do limite desta possibilidade.

II – Fica a cargo do responsável de cada Secretaria Municipal organizar as atividades e os serviços públicos que poderão ser executados em home office.

III – O suporte aos munícipes será realizado via telefone da Prefeitura Municipal em horário normal de funcionamento, e no que couber, atendimento online.

IV – As Secretarias Municipais poderão organizar escalas para trabalho interno, visando a continuidade dos serviços indispensáveis, desde

que não gerem risco de contaminação/proliferação da Covid-19.

Art. 6º. Os servidores públicos lotados nas Secretarias Municipais cujas funções e atividades são consideradas essenciais, nos moldes do artigo 9º do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, e que não possam ser executadas no modo home office, permanecerão em regime de sobreaviso para atender eventual escala a ser organizada pelo Secretário responsável pela respectiva pasta.

Parágrafo Único: As atividades que forem realizadas em regime de sobreaviso só poderão ser executadas desde que não gerem risco de contaminação/proliferação da Covid-19.

Art. 7º. Fica advertido ao servidor público municipal que o descumprimento da quarentena em regime domiciliar, em especial no horário de expediente, poderá implicar em sanções administrativas, cíveis e criminais, em especial:

I – Responsabilização Administrativa (Lei Complementar Municipal nº 881/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São João do Oeste), civil e penal dos agentes infratores;

II – Sanções penais previstas nos artigos 268 e 330 do Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, se o fato não constituir crime mais grave;

III – A autoridade policial poderá lavrar termo circunstanciado por infração de menor potencial ofensivo em face do agente que for surpreendido descrito no caput, na forma da legislação processual vigente, bem como poderá encaminhar o agente à sua residência ou estabelecimento hospitalar para cumprimento das medidas de isolamento social, exame ou tratamento compulsório (art. 3º da Lei 13.979/2020).

Art. 8º. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 9º. O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto 028, de 18/03/2020.

Art. 10º. Este Decreto vigorará pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que poderá ser prorrogado enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento das situações acima descritas.

Art. 11º. Este Decreto entra em vigor na data de 25 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Oeste – SC,
em 24 de março de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

DECRETO 032

Publicação Nº 2418384

DECRETO Nº 032/2020, DE 24/03/2020.

PRORROGA TODOS OS VENCIMENTOS DE TAXAS, IMPOSTOS E SERVIÇOS OCORRIDOS ENTRE OS DIAS 17/03/2020 E 19/04/2020.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

I - O Decreto nº 515/2020 (parcialmente revogado) e o Decreto nº 525/2020, ambos do Estado de Santa Catarina que declaram as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

II - Que o Município tem contrato com a Cooperativa de Créditos de Livre Admissão de Associados Itapiranga – SICOOB CREDITAPIRANGA, para arrecadação de tributos;

III – Que muitos contribuintes não irão conseguir realizar os pagamentos dentro dos prazos de vencimento, em função da Agência Bancária não estar realizando atendimento ao público pelos prazos determinados nos Decretos acima mencionados, ambos de sete dias, inicialmente, sendo que o primeiro iniciou no dia 17 de março, e o segundo – que o prorrogou –, estará vigente até o dia 31 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados, no âmbito municipal, todos os impostos, taxas e serviços que venceram e vencerão entre os dias 17/03/2020 e 19/04/2020, ficando os contribuintes, desta forma, e neste período, isentos da cobrança de multa e juros.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste ato correrão a conta dos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Oeste – SC,
em 24 de março de 2020.

FERNANDO BISIGO
Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO N.º 014, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418582

DECRETO N.º 014, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO E APLICAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS, BEM COMO RATIFICA MEDIDAS DISPOSTAS NA LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica do Município de São João do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos n.º 012, de 18/03/2020 e n.º 013, de 20/03/2020, que implementaram ações, no âmbito do Município de São João do Sul, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n.º 509 e n.º 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n.º 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre a prorrogação e aplicação de novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, bem como ratifica medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu Departamento de Vigilância Epidemiológica, é o órgão responsável do Poder Executivo Municipal, de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Em cumprimento ao Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020, ficam prorrogadas:

I - até 31 de março de 2020:

- a) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) as atividades e os serviços privados não essenciais, ou seja, aqueles não elencados no art. 9º do Decreto n.º 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária, epidemiológica e órgão municipal de proteção e defesa civil;
- e) as visitas domiciliares e atendimentos dos serviços de CRAS, Conselho Tutelar e demais programas realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social exceto em situações prioritárias e emergenciais.

II - até 19 de abril de 2020:

- a) as aulas das unidades da rede pública e privada no território do município, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

III - até 26 de abril de 2020:

- a) eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, atividades e eventos esportivos, de lazer, artísticos, culturais, acadêmicos, políticos, científicos, comerciais, religiosos, em locais abertos ou fechados;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias;
- c) no mesmo prazo, poderão ser instaladas e mantidas barreiras sanitárias, nas entradas da cidade, para que motoristas e passageiros, passem por uma triagem das equipes da Secretaria Municipal de Saúde.

IV - por tempo indeterminado:

- a) as atividades com grupos de idosos, clube de mães, atividades de oficinas de famílias, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, plenária e reuniões de Conselhos Municipais.
- b) as visitas domiciliares e atendimentos dos serviços de CRAS, Conselho Tutelar e demais programas realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que somente ocorrerão somente em situações prioritárias e emergenciais.

Art. 4º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II - requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

§2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do novo coronavírus.

Art. 5º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020 e da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 24 de março de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº105/2020

Publicação Nº 2418452

DECRETO Nº 105/2020

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto n. 525 de 23 de março de 2020, que implementava ações, no âmbito do Município de São Joaquim – SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

RESOLVE:

Art. 1º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de São Joaquim - SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praças;

Art. 2º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

§ 4º - No Âmbito do poder executivo municipal, consideram-se serviços públicos essenciais às atividades finalísticas da;

I – Defesa Civil

II – Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

III – Secretaria de Assistência Social (SMAS)

IV – Atividades de advogados, contadores, serviços de contabilidade e unidade conveniada da Secretaria da Fazenda (EXATORIA) que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 24 de março de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 242/2020

Publicação N° 2418020

PORTARIANº 242/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública nº 002/2020, com data de 16/03/2020, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015 e Lei Nº 4.589/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - POLYANNA WOLFF, para exercer a função de Médica, na Secretaria Municipal da Saúde, período vespertino, com 20 horas semanais, a contar do dia 18/03/2020, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de março de 2020.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 13219/2020

Publicação Nº 2418142

DECRETO nº 13219/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL nº 525/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual "dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus";

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10282, de 20 de março de 2020; e

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nº 13205/2020, 13207/2020, 13214/2020, 13215/2020, 13216/2020, especialmente os termos dos Decretos Municipais nº 13213/2020 e nº 13217/2020;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, na forma dos Decretos Estaduais nº 515/2020 e nº 525/2020, consolidando as medidas dispostas na legislação municipal, estadual e federal, especialmente nos Decretos Municipais nº 13213/2020 e nº 13217/2020.

Art. 2º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a Secretaria Municipal de Saúde para o fiel cumprimento do disposto neste e nos demais Decretos municipais.

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, o Município de São José adota integralmente as disposições dos artigos 4º, 5º, 8º, 10, 11, 17, 20 do Decreto Estadual nº 525/2020.

Art. 4º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos neste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-geral do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 5º Além das medidas indicadas no art. 3º supra, o Município determina a suspensão, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e em complemento ao Decreto Municipal nº 13.217/2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

- a) das atividades e dos serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) dos serviços públicos considerados não essenciais;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal; e
- e) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas.

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

- a) dos eventos e das reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas, cultos e/ou reuniões litúrgicas religiosas;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, quadras de esportes, trapiches, pistas de skate e demais espaços de uso coletivo; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico, ensino superior e escolas profissionais, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 6º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

- I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III – atividades de segurança pública e privada;
- IV – atividades de defesa civil;
- V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;
- VI – telecomunicações e internet;
- VII – captação, tratamento e distribuição de água;
- VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;
- IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
- X – iluminação pública;
- XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene,

alimentos e bebidas;
XII – serviços funerários;
XIII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
XIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
XV – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
XVI – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
XVII – serviços postais;
XVIII – transporte e entrega de cargas em geral;
XIX – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
XX – fiscalização tributária;
XXI – transporte de numerário;
XXII - fiscalização de posturas;
XXIII – fiscalização ambiental;
XXIV – fiscalização de obras;
XXV – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
XXVI – atividades da imprensa;
XXVII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública;
XXVIII – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele entrega/delivery de alimentos;
XXIX – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados;
XXX – manutenção de elevadores;
XXXI – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;
XXXII – serviços de guincho; e
XXXIII – as atividades finalísticas da:
a) Secretaria Municipal de Segurança, Defesa Social e Trânsito;
b) Secretaria Municipal de Saúde;
c) Defesa Civil;
d) Guarda Municipal; e
e) PROCON.

§ 1º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público desses estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 4º Os estabelecimentos de que trata o § 3º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 7º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal do servidor para a entrega de atestado médico e atendimento perante a Junta Médica oficial do Município daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 1º Nas hipóteses do caput, o servidor será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem sua presença, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital através do email da Junta Médica oficial do Município, com cópia do atestado, além de indicar seu nome completo, matrícula e lotação e/ou local de trabalho.

§ 2º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo servidor ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico que concedeu o atestado, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 3º O servidor que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

§ 4º Para os demais casos (doenças), o servidor deverá encaminhar o atestado na forma indicada no § 1º supra e, após análise, a Junta Médica oficial do Município decidirá sobre a necessidade ou não do atendimento presencial do servidor.

§ 5º Julgando necessária a presença do servidor para atendimento, a Junta Médica oficial do Município comunicará o servidor do dia e horário agendados para a realização desse atendimento presencial.

Art. 8º Ato da Secretária Municipal de Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 9º Ficam suspensos por 30 (trinta) dias os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 10 Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de recursos estaduais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição.

Parágrafo único. Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados,

por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

Art. 11 Na forma do § 2º do art. 245 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 21/2005, fica prorrogada da parcela do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano que vencer nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação deste Decreto, para pagamento no dia 30/12/2020, sem prejuízo ao art. 246 do CTM.

Parágrafo único. Para a parcela do acordo de regularização da dívida ativa, ajuizada ou não, que vencer nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação deste Decreto, fica prorrogado o seu vencimento para pagamento no dia 30/12/2020, sem prejuízo ao parágrafo único do art. 71 do CTM.

Art. 12 O PROCON Municipal deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.

Art. 13 A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 14 Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 15 Revogam-se as disposições contrárias ou conflitantes às novas determinações deste Decreto, especialmente o artigo 22 do Decreto Municipal nº 13207/2020 e o artigo 5º do Decreto Municipal nº 13213/2020.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2020.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 591 DE 23 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418443

**Câmara Municipal de São José - Santa Catarina****RESOLUÇÃO Nº 0591 DE 23 DE MARÇO DE 2020**

DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no exercício de suas atribuições, com amparo nos arts. 2º e 31 da Lei Orgânica Municipal, e art. 23 do Regimento Interno da CMSJ, e

CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 588, de 16 de março de 2020;
CONSIDERANDO o teor da Resolução n.º 589, de 18 de março de 2020;
CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual n.º 509, de 17 de março de 2020;
CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual n.º 515, de 17 de março de 2020;
CONSIDERANDO o teor do Decreto Estadual n.º 525, de 17 de março de 2020;
CONSIDERANDO o teor do Decreto n.º 13.213, de 18 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Visando dar continuidade ao regime de cooperação com as medidas editadas pelo Poder Executivo Estadual e Municipal para o enfrentamento da situação de emergência global, permanecem suspensas todas as atividades do Poder Legislativo Municipal, pelo período de 7 (sete) dias, contados da data da assinatura deste Ato.

Parágrafo Único. A suspensão será prorrogada automaticamente caso seja emitido novo ato pela Prefeita Municipal de São José, pelo Governador do Estado de Santa Catarina ou pelo Presidente da República Federativa do Brasil, no qual esteja consignado novo prazo de suspensão decorrente da quarentena.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 23 de março de 2020

Praça Arnoldo de Souza, 38 - Centro - São José - CEP: 88103-005
Fone: (48) 3029-1321 - www.cmsj.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Michel Da Silva Schlemper - 00584422946)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.cmsj.sc.gov.br/cei>, informe o código: 2003241710326DC2



Câmara Municipal de São José - Santa Catarina

Michel da Silva Schlemper
Presidente da Câmara Municipal

Este documento é cópia do original assinado digitalmente (Assinado por: Michel Da Silva Schlemper - 00584422946)
Para conferir o original, acesse o site <https://www.cmsj.sc.gov.br/cei>, informe o código: 2003241710326DC2

Praça Arnaldo de Souza, 38 - Centro - São José - CEP: 88103-005

Fone: (48) 3029-1321 - www.cmsj.sc.gov.br

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇO N.41/2020

Publicação Nº 2417920

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 41/2020.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 41/2020, Edital de Tomada de Preço Nº 41/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas é até às 09:00 horas do dia 09/04/2020. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, edital disponível no site do município - www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail – compras@prefcedro.sc.gov.br, ou pelo telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - FMS

Publicação Nº 2417963

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 013/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESCONTAMINAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E NAS BARREIRAS MÓVEIS DE CONTROLE DE ACESSO À SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, EM CARÁTER DE EMERGÊNCIA COMO MEDIDA DE COMBATE AO CORONAVÍRUS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ: 11.359.214/0001-75

CONTRATADA: NOROESTE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ: 32.124.126/0001-64

VALOR TOTAL: R\$ 89.640,00 (oitenta e nove mil, seiscentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - 8/2020 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública, Fundo Municipal de Saúde;

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Até 09 (nove) dias após assinatura do Contrato, com a possibilidade de prorrogação, observando o período máximo de 180 dias conforme dispõe o art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de Março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 6.647, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2417956

DECRETO Nº 6.647, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002	10	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00	
13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0002	09	Aplic Dir. Dec. Op	R\$ 50.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.301.4506.2.019 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002	08	Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.648, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418395

DECRETO Nº 6.648, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar até o valor de R\$ 49.633,25 (quarenta e nove mil, seiscentos e tinta e três reais e vinte e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.012 3.1.90.00.00.00.00.0.3.0019	175	Aplicações Diretas	R\$ 49.633,25

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020 - ICSL.

Publicação Nº 2417907

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020 - ICSL.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: NEREU CESAR CHIOSSI 02465236970, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ITENS DECORATIVOS DE PÁSCOA NA PRAÇA DA LIBERDADE.

Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Pagamentos O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente de titularidade da Contratada, 02 (dois) dias após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas, decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, sob a seguinte rubrica orçamentária: D - 3/2020 - 7.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 20/03/2020.

Vigência: de 20/03/2020 a 15/05/2020.

Signatários: Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Nereu Cesar Chiossi - pela Contratada.

PORTARIA Nº 414, DE 23 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417860

PORTARIA Nº 414, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

Designa servidores públicos municipais para atuarem nas barreiras móveis de controle ao acesso à cidade de São Lourenço do Oeste, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 6.646, de 20 de março de 2020, que estabelece medidas de prevenção e combate ao CORONAVÍRUS (Sars-Cov-2).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Decreto Municipal nº 6646, de 20 de março de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais, relacionados na tabela constante do Anexo Único desta Portaria, para atuarem nas barreiras móveis de controle ao acesso à cidade de São Lourenço do Oeste, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 6646, de 20 de março de 2020, no período de 23 a 26 de março de 2020.

§ 1º Os servidores designados desempenharão as seguintes tarefas, relacionadas aos ocupantes dos veículos que ingressarem pelas barreiras móveis:

I - Submete-los à verificação, visual e à distância, do estado de saúde;

II - Repassar orientações sobre as medidas de prevenção em relação à doença COVID-19;

III - Submete-los a entrevista, devendo indicar:

a) procedência;

b) data do deslocamento;

c) tempo de permanência na origem;

d) motivo do ingresso em São Lourenço do Oeste;

e) eventual contato com pessoas que apresentem os sintomas da Covid-19.

§ 2º Todas as informações colhidas nos termos do parágrafo anterior deverão ser documentadas e irão compor o acervo do controle realizado.

§ 3º Excetuam-se da previsão contida no § 1º deste artigo:

I - Os veículos com registro de licenciamento provenientes de outros Municípios, em que o condutor comprovar sua residência ou vínculo formal de trabalho no Município de São Lourenço do Oeste;

II - Os veículos de transporte remunerado em que o passageiro comprovar sua residência no Município de São Lourenço do Oeste;

III - Os veículos de transporte de gêneros alimentícios, medicinais e outros de caráter essencial;

IV - Os veículos de transporte de matéria prima, insumos e bens de consumo destinados às empresas estabelecidas no Município de São Lourenço do Oeste, mediante apresentação de documento fiscal comprobatório e desde que a empresa não esteja com sua atividade paralisada por determinação legal;

V - Os veículos oficiais, viaturas, ambulâncias, do Corpo de Bombeiros, e de transporte de pessoas para fins de tratamento de saúde, urgência e emergência;

VI - Residentes em São Lourenço do Oeste, com vínculo formal em outras cidades.

§ 4º Os casos omissos ou duvidosos, ficará ao encargo da autoridade administrativa responsável a efetuar avaliação do caso concreto, permitindo a entrada de veículos de acordo com o interesse público.

Art. 2º A Polícia Civil e a Polícia Militar prestarão apoio às barreiras estabelecidas por esse decreto, conforme a necessidade.

Art. 3º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados, salvo a remuneração mensal de seus respectivos cargos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 23 de março de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Portaria nº 414, de 23 de março de 2020.

SEGUNDA-FEIRA 23/03/2020

BARREIRA 01 – SC 480

I – Das 07:00 às 13:00:

a) Lauri Ecker, Matrícula nº 187102; e

b) Luiz Antunes Rodrigues, Matrícula nº 16/01.

II – Das 12:00 às 17:00:

a) Reginaldo Inácio Ecker, Matrícula nº 366501; e

b) Luis Carezia, Matrícula nº 172801.

III – Das 16:00 às 22:00:

a) Cesar Nunes, Matrícula nº 373201; e

b) Joao Maria Leite, Matrícula nº 357502.

TERÇA-FEIRA 24/03/2020

BARREIRA 02 – Nereu Ramos com SC 157

I – Das 07:00 às 13:00:

a) Rafael Rodrigo Cerezolli, Matrícula nº 321501; e

b) Angela Maria Curioletti, Matrícula nº 34130.

II – Das 12:00 às 17:00:

a) Silvana Pastorello, Matrícula nº 305901;

b) Paulo Sergio Zanette, Matrícula nº 324001.

III – Das 16:00 às 22:00:

- a) Joel Begnini, Matrícula nº 196801; e
- b) Juvenal Luiz Faitão, Matrícula nº 300056.

QUARTA-FEIRA 25/03/2020

BARREIRA 01 – SC 480

I – Das 07:00 às 13:00:

- a) Ednilson Rafael Mendo, Matrícula nº 180601; e
- b) Joao Marcelo Inocente da Silva, Matrícula nº 185901.

II – Das 12:00 às 17:00:

- a) Adirlei Carlos Santian, Matrícula nº 14201; e
- b) Luiz Alberto Lazzarotto, Matrícula nº 172902.

III – Das 16:00 às 22:00:

- a) Jose Carlos Bortolin, Matrícula nº 73301; e
- b) Evandro Carlos Deon, Matrícula nº 336601.

QUINTA-FEIRA 26/03/2020

BARREIRA 02 – Nereu Ramos com SC 157

I – Das 07:00 às 13:00:

- a) Edson Ferrari, Matrícula nº 373401; e
- b) Fabio Quadros Martins, Matrícula nº 178502.

II – Das 12:00 às 17:00:

- a) Anilson Spricigo, Matrícula nº 87102; e
- b) Jackson Luiz de Mello, Matrícula nº 324401.

III – Das 16:00 às 22:00:

- a) Sergio Pederssetti, Matrícula nº 126302; e
- b) Jair Carlos dos Santos, Matrícula nº 364001.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

DECRETO 36/2020 - DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA-SC, EM RAZÃO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2418115

DECRETO Nº 036 DE 23 DE MARÇO DE 2020

Declara Estado de Calamidade Pública no Município de São Miguel da Boa Vista-SC, em razão do Coronavírus (Covid-19), na forma que especifica, e dá outras providências.

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito do Município de São Miguel da Boa Vista-SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei

Considerando que a Constituição Federal estabelece em seu art. 23, inciso II, que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde e da assistência pública;

Considerando que é dever da Administração Municipal adotar estratégias e formular políticas públicas voltadas a combater situações emergenciais que envolvam a saúde pública;

Considerando o teor das medidas de esfera Federal, Estadual e do Decreto Municipal nº 034/2020, que convoca o Comitê de Operações de Emergência em Saúde/Gestão de Risco Municipal para conter os riscos da epidemia do Coronavírus (Covid-19) no Município de São Miguel da Boa Vista - SC, na forma que especifica editado por esta Chefia do Executivo;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde da infecção pelo novo Coronavírus (Covid-19) como pandemia, no dia 11 de março de 2020;

Considerando o diagnóstico de vários casos de contaminação pelo Coronavírus (Covid-19), o que indica a existência de contaminação viral no Brasil e em nosso Estado e que é somente questão de tempo para chegar a nossa Região e Município, ensejando a adoção de medidas drásticas para a garantia do afastamento social;

Considerando a necessidade de medidas preventivas para que não ocorra o desabastecimento de gêneros alimentícios, principalmente, no comércio local;

Considerando a Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", dispondo sobre as medidas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional, decorrente do Coronavírus, responsável pelo surto iniciado em dezembro de 2019;

Considerando, finalmente, o disposto no art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública,

DECRETA:

Art. 1º. É declarado Estado de Calamidade Pública no Município de São Miguel da Boa Vista - SC, em decorrência dos diagnósticos suspeitos e confirmados de casos de contaminação por Coronavírus (Covid-19) no Brasil, em Santa Catarina e em nossa Região, para os fins de aplicação do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo único: Este Decreto declara a obrigatoriedade do acatamento integral à observação de novas medidas de emergência em saúde pública, nos termos do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, no contexto da pandemia do COVID-19 (novo coronavírus, em razão da declaração de Emergência e Calamidade Pública no Município de São Miguel da Boa Vista – SC).

Art. 2º. Em decorrência das disposições constantes do artigo 1º, os Órgãos da Administração Municipal deverão adotar as alterações de horário de expediente e de atendimento ao público em geral, nos termos do Decreto Municipal nº 034 de 18/03/2020, deste Decreto e das legislações estaduais e federais correlacionadas.

Art. 3º. As unidades de ensino da rede pública municipal terão suas aulas suspensas, a partir de 19 de março de 2020, sendo suspensa a prestação dos serviços, sem prejuízo da remuneração, os servidores públicos ocupantes dos seguintes cargos:

I. Diretor(a);

II. Vice-Diretor(a);

III. Professor(a);

IV. Coordenador(a) Pedagógico;

V. Auxiliar de Desenvolvimento Infantil;

VI. Inspetor(a) de Alunos;

VII. Agente Administrativo;

VIII. Merendeira;

IX. Ajudante Geral;

X. Supervisor(a) de Ensino;

XI. Estagiários (as).

§ 1º. As unidades de ensino da rede pública municipal deverão manter no mínimo 01 (um) servidor público, dentre aqueles da área administrativa ou pedagógica, diariamente de sobreaviso, em regime de revezamento, no horário das 8h00min às 17h00min, para atendimento e informações telefônicas, bem como para recepção do pessoal encarregado da limpeza dos prédios, a critério do Diretor(a).

§ 2º. A reposição do conteúdo pedagógico, após o retorno das aulas, deverá ocorrer na forma a ser determinada pela Secretaria da Educação, observada a Lei de Diretrizes e Bases, mediante orientação da Secretária de Estado da Saúde e do Ministério da Educação e Cultura, se houver.

§ 3º. A presente medida tem seu prazo estabelecido enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus.

Art. 4º. As Secretarias de Esportes e Lazer e da Cultura terão suas aulas suspensas, a partir de 19 de março de 2020, sendo igualmente suspensa a prestação de serviços, sem prejuízo da remuneração, os servidores públicos ocupantes dos seguintes cargos:

I. Professor(a) de Educação Física;

II. Monitor(a) Cultural e ou denominação de prestador de serviço assemelhada.

§ 1º. Não haverá reposição das aulas suspensas em relação às Secretarias elencadas neste artigo.

§ 2º. A presente medida tem seu prazo estabelecido até enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus.

Art. 5º. A carga horária dos servidores públicos municipal será determinada pelos Secretários de cada pasta, a partir de 23 de março de 2020, conforme as necessidades imprescindíveis de atendimento à população.

§ 1º. É suspenso o atendimento presencial nas Repartições Públicas Municipais, sendo que o atendimento será realizado exclusivamente via site, telefone, e-mail, podendo excepcionalmente ser agendado o atendimento presencial, apenas para retirada de documentos, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, a partir de 23 de março de 2020.

§ 2º. Aos servidores públicos idosos com sessenta (60) anos ou mais, gestantes e os portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos, é facultativa a dispensa da prestação da carga horária, mediante apresentação de declaração ou atestado médico, sem prejuízo de sua remuneração, ficando a critério dos mesmos a realização dos serviços em seus domicílios, visando o cumprimento de prazos pré-estabelecidos, mediante a retirada de processos administrativos das repartições públicas de lotação.

§ 3º. Os servidores públicos municipais que tenham saldo de período aquisitivo de férias, a critérios dos órgãos e Autarquias municipais, deverão ser colocados em gozo de férias em descanso.

§ 4º. As presentes determinações perdurarão até enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus.

Art. 6º. Os órgãos e unidades administrativas, adstritos às seguintes áreas de atuação, poderão adotar condutas próprias, de acordo com as necessidades dos serviços que lhes são afetos, independentemente das disposições deste Ato, quanto aos serviços considerados essenciais de:

I. comunicação;

II. serviços operacionais de saúde;

III. serviços operacionais de segurança pública;

IV. serviços operacionais de mobilidade urbana;

V. serviços operacionais relativos à cemitérios e velórios;

VI. serviços essenciais do Departamento de Administração, Obras, Agricultura, Águas e Esgotos.

Parágrafo único: Os profissionais de saúde da linha de frente no combate ao COVID-19 – coronavírus poderão usar veículos oficiais em regime de sobreaviso para atendimento ágil e eficaz frente às situações apresentadas pela pandemia.

Art. 7º. São suspensos até enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus os prazos junto ao Poder Público Miguel-boavistense.

Art. 8º. Os serviços que comercializam gêneros alimentícios, medicamentos e combustíveis, a recomendação é de proibição do aumento abusivo de preços ao consumidor, bem como é vedado à aquisição de quantidades a um mesmo consumidor acima do usualmente praticado para o consumo familiar.

§ 1º. É recomendado, visando à diminuição da circulação e do contato das pessoas, que os estabelecimentos comerciais fechem ou reduzam seus horários de funcionamento e entrada de consumidores, para que não ocorram aglomerações de pessoas.

§ 2º. Para os estabelecimentos comerciais fora do “caput” deste artigo é recomendada a paralisação total do atendimento ao público, com fechamento de suas instalações.

§ 3º. Deverão manter seu atendimento regular ao consumidor final, os estabelecimentos comerciais que atuam nos ramos de atividades a seguir elencados, mediante o controle de entrada em quantidades reduzidas de clientes, com as devidas medidas de higiene recomendadas pela Vigilância Sanitária, visando à redução de aglomerações:

I. comércio de gêneros alimentícios, tais como mercados, supermercados e congêneres;

II. farmácias, drogarias e farmácias de manipulação de medicamentos;

III. postos de revenda de combustíveis;

IV. padarias, confeitarias e peixarias;

V restaurantes e lanchonetes somente em regime de tele encomenda/entrega;

VI serviços operacionais relativos a compras e licitações em geral; e

VII. serviços de assistência social, destinados a pessoas em situação vulnerabilidade.

Art. 9º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de verbas próprias e derivadas enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus.

Art. 10º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos enquanto durar os efeitos da pandemia do COVID-19 – coronavírus respeitando os prazos de vigência da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

São Miguel da Boa Vista – SC, 23 de março de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito

Gabinete da Administração do Poder Executivo

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 9.270/2020

Publicação Nº 2418242

DECRETO N. 9.270/2020

DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem o art. 72, VII, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências";

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 515, em seu artigo 2º, inciso III, que trata acerca da suspensão, pelo período de 7 (sete) dias, das "atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto";

CONSIDERANDO que o Município de São Miguel do Oeste lançou o Decreto nº 9.264/2020, no qual dispôs que as medidas de enfrentamento da situação de emergência são aquelas elencadas no citado Decreto Estadual;

CONSIDERANDO que o Município de São Miguel do Oeste, com base no Decreto Estadual, suspendeu por 7 (sete) dias "o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção, acolhimento institucional, Conselho Tutelar, Defesa Civil.";

CONSIDERANDO que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs de "novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências"

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de São Miguel do Oeste;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a continuidade das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

Art. 2º As medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública, no âmbito do Município São Miguel do Oeste, serão, dentre outras, aquelas elencadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ou outro que vier a substituí-lo, e no Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, no que não for contrário àquele.

Parágrafo único. No que concerne às aulas nas unidades de ensino da rede municipal, serão aplicadas as medidas do Decreto Municipal nº 9.266/2020.

Art. 3º Além das medidas dispostas nos Decretos mencionados no Art. 2º, serão aplicadas no Município as seguintes:

I - limitação de entrada de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, tais como mercearias, mercados, supermercados, conveniências e padarias;

II – limitação do horário de atendimento das mercearias, mercados, supermercados e conveniências, que deverá ser entre 09h00m e 18h00m, de segunda a sábado, vedado aos domingos;

III – limitação do horário de atendimento das padarias, que deverá ser entre 08h00m e 19h00m, de segunda a sábado, vedado aos domingos;

IV - proibição do consumo de quaisquer produtos nas dependências dos estabelecimentos de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º As medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública perdurarão durante o prazo de vigência do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ou outro que vier a substituí-lo.

§ 2º O desatendimento ou a tentativa de burla às medidas estabelecidas neste Decreto caracterizará infração à legislação municipal e sujeitará o infrator às penalidades e sanções cabíveis à espécie e, no que couber, à cassação do alvará de funcionamento e interdição temporária.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º No âmbito do Poder Executivo Municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias o atendimento presencial ao público em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, exceto nas unidades de atenção à saúde, no acolhimento institucional e no Conselho Tutelar.

§ 1º Os demais órgãos da Administração, tais como de vigilância sanitária, de proteção, de iluminação pública, de Defesa Civil Municipal e do PROCON, atenderão ao público mediante contato telefônico ou por meio eletrônico.

§ 2º Ato do Secretário de cada pasta poderá considerar outros serviços públicos ou atividades que haverá atendimento presencial.

§ 3º Nos casos em que há atendimento ao público presencial, deverão ser adotadas medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas nos órgãos da Administração que atendam ao público em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público, podendo, ainda, os Secretários de cada pasta estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os órgãos da Administração que atendam ao público deverão providenciar o controle de acesso, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

§ 6º As restrições definidas neste artigo se aplicam aos consórcios intermunicipais e às associações de Municípios.

Art. 5º Durante o prazo indicado no Art. 4º deste Decreto, salvo nas unidades de atenção à saúde, no acolhimento institucional e no Conselho Tutelar, também será suspenso o expediente interno nos demais órgãos da Administração Pública Municipal, devendo as atividades serem realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º Ato do Secretário de cada pasta poderá considerar outros serviços públicos ou atividades que haverá expediente interno.

§ 2º Fica a cargo do Secretário de cada pasta a fiscalização e controle dos trabalhos realizados pelos servidores que realizarem teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 3º Os trabalhos considerados essenciais para o funcionamento da Administração Pública que não puderem ser realizados de forma remota, poderão ser feitos por meio de escala de plantão com compensação de horas, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 4º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, mediante os meios ajustados em cada pasta.

§ 5º Os servidores lotados em qualquer secretaria que estejam em teletrabalho, trabalho remoto ou dispensados deverão estar, durante o horário normal de expediente da Administração Pública Municipal, disponíveis para contato e prestação de serviço público, no caso de eventual convocação.

§ 6º Os servidores de que trata o parágrafo anterior poderão, durante a vigência deste Decreto, ser convocados pela Administração Municipal para realizar trabalhos essenciais em outras secretarias.

§ 7º Durante o período de suspensão do expediente nos órgãos da Administração Pública Municipal fica dispensado o registro de ponto pelos servidores.

Art. 6º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto ou teletrabalho, ou ainda por desnecessidade do serviço, o Secretário da pasta poderá flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação, ou conceder antecipação de férias, encaminhando-as à Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

§ 1º Diante da situação de emergência e com finalidade de não gerar prejuízo ao erário, a antecipação de férias do servidor poderá se dar ainda que ele não tenha completado o período aquisitivo.

§ 2º O Secretário da pasta deverá priorizar a concessão de férias aos servidores que já tenham completado o período aquisitivo.

§ 3º O gozo das férias poderá ser interrompido no caso de necessidade de serviço, conforme estabelece o artigo 99, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 4º Caso o servidor agraciado com a antecipação de férias for exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá indenizar o erário de forma proporcional.

Art. 7º Ficam suspensos, pelo prazo de previsto no caput do Art. 4º:

- I – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;
- II - os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal;
- III - as sessões públicas de certames licitatórios presenciais;
- IV - os prazos regulamentares e legais decorrentes de processos licitatórios;
- V – os prazos de demais procedimentos administrativos;
- VI – o cadastramento de inativos e pensionistas.

Art. 8º Ficam suspensas, pelo prazo de 30 dias, a realização das audiências e os prazos processuais administrativos do PROCON municipal.

Art. 9º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

- I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;
- II – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, com finalidade de regular situações específicas.

Art. 11. O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas no Decreto nº 9.260/2020, no que não for conflitante.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 9.264/2020, o Decreto 9.268/2020 e o Decreto 9.269/2020.

Art. 13. O presente Decreto entra em vigor na data de 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 24 de março de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

LEONIR CARON
Secretário de Saúde

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO N. 9.271/2020

Publicação Nº 2418261

DECRETO N. 9.271/2020

PRORROGA O PRAZO PARA PAGAMENTO DO ISS NO ÂMBITO DO SIMPLES NACIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, e pelo disposto nos artigos 186, caput, da lei nº 4.200, de 10 de dezembro de 1997, e,

CONSIDERANDO que o Comitê Gestor do Simples Nacional editou em 18/03/2020, a Resolução n. 152, que prorrogou o prazo de pagamento das parcelas do Simples Nacional dos períodos de apuração de março, abril e maio, para vencimento em 20/10/2020, 20/11/2020 e 21/12/2020, respectivamente, em decorrência da pandemia do vírus COVID-19;

CONSIDERANDO que um dos tributos que compõe o sistema de arrecadação do Simples Nacional é o ISS, o qual é de competência municipal e deve se adequar às normas federais.

DECRETA:

Art. 1º As datas de vencimento do ISS, integrante do Simples Nacional, devido pelo sujeito passivo, ficam prorrogadas da seguinte forma:
I - o Período de Apuração Março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com vencimento para 20 de outubro de

2020;
II - o Período de Apuração Abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com vencimento para 20 de novembro de 2020;
III - o Período de Apuração Maio de 2020, com vencimento original em 20 de junho de 2020, fica com vencimento para 21 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A prorrogação do prazo a que se refere o caput não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

Art. 2º Ficam os órgãos do Poder Executivo Municipal autorizados a tomar as medidas necessárias para o cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 24 de março de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

Douglas Arcari
Advogado Assessor

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0543/2020

Publicação Nº 2417848

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0543/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal efetiva ONEIDE CE WRONSKI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 17 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0544/2020

Publicação N° 2417849

PORTARIA SGPT/DDP N° 0544/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

CONCEDER a 8ª (oitava) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, ao Servidor GIBSON IBAÊ BORGES POSSER, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 13 de março de 2015 a 12 de março de 2020 com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP N° 0545/2020

Publicação N° 2417851

PORTARIA SGPT/DDP N° 0545/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e

Considerando os termos da Lei Complementar 001/1996 que criou o Instituto de Assistência Previdência Social dos servidores Públicos do Município de São Miguel do Oeste – IPAS, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, com autonomia financeira e administrativa;

Considerando os termos da Súmula 473 do STF, que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

Considerando a expedição da certidão de tempo de contribuição 028/2016 Retificada de 06 de março de 2018,

RESOLVE:

Art.1º ANULAR a certidão de tempo de contribuição n. 022/2019 de 16 de setembro de 2019 da servidora MARIA ROSANGELA HEINRICH.

Art.2º ANULAR a relação das remunerações de contribuição referentes a certidão de tempo de contribuição 022/2019, exarada em 16 de setembro de 2019, em nome da servidora MARIA ROSANGELA HEINRICH.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 17 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0546/2020

Publicação Nº 2417852

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0546/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CELSO JOSÉ JUNIOR SALVADOR PERTILE, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria de Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 18 de março de 2020.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0547/2020

Publicação Nº 2417854

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0547/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Assistência Social;
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;
Considerando que a titular Sandra Rodhen, encontra-se em licença maternidade.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. RAFAELA APARECIDA ZANGALETTE, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Assistente Social, junto ao Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, na Secretaria Municipal de Assistente Social, no período de 17 de março de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até 16 de setembro de 2020.
Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Art. 5º Esta portaria tem efeito retroativo a 17 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 18 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0548/2020

Publicação Nº 2417855

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0548/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

Considerando que o servidor efetivo Marcelo Cechin Pereira, encontra-se em licença médica;

Considerando que há servidores efetivos em gozo de férias e licença prêmio junto a Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SAMARA DAYANA DAL MAGRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de MÉDICO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, em substituição a servidores efetivos do cargo de Médico, em gozo de férias e licença prêmio, no período de 18 de março de 2020 até 17 de março de 2021.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 18 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0549/2020

Publicação Nº 2417856

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0549/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR VANESSA MAIRI PANDOLFO, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao órgão central da Administração Municipal, no Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Saúde, para atuar junto a Unidade de Pronto atendimento - UPA, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 24 de março de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

PROCESSO Nº 16/2020 SAÚDE

Publicação Nº 2418430

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a contratação de empresa para locação de três salas, em octagnorm móvel, que serão instaladas no Salão Paroquial, em anexo a Igreja Matriz, para atendimento médico dos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste/SC, que estejam acometidos de sintomas relativos à Pandemia do COVID-19 (Coronavírus), de acordo com o Decreto Municipal nº 9260/2020 e Lei Federal nº 13979/2020, os quais dispõem sobre medidas para enfrentamento desta emergência de Saúde Pública.

Contratado: OK EVENTOS E MONTAGENS EIRELI.

CNPJ: 08.448.072/0001-08.

Valor de R\$ 3.900,00 (três mil reais).

Vigência contratual: 180 (cento e oitenta) dias.

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste /SC, 24 de março de 2020.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

PROCESSO Nº 62/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2418266

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para elaboração de projetos elétricos objetivando a prevenção de incêndios destinados a atender às edificações do Parque Rineu Gransotto, com área de 11.407,73m², do Município de São Miguel do Oeste/SC.

Contratado: A. S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA.

CNPJ nº 75.786.319/0001-93.

Valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste /SC, 24 de março de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2020

Publicação Nº 2418309

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 01/2020

VALOR: R\$ 50.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE BASQUETE DE SÃO MIGUEL DO OESTE – ABASMO

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: RODRIGO CORRÊA SCHWARZ

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2020

Publicação Nº 2418310

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 02/2020.

VALOR: R\$ 50.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA JONI GOOL – AAMJO GOOL.

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: ÉLIO RICARDO DE SOUZA BANDEIRA

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2020

Publicação Nº 2418312

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 03/2020

VALOR: R\$ 45.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ DO EXTREMO OESTE – AJEO

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: ANDREIA TERESINHA GRIEP CHRIST

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2020

Publicação Nº 2418313

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 04/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 04/2020.

VALOR: R\$ 39.999,96.

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DOS TENISTAS CRISTIANO CAVALHEIRO – ATCC

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: NÉLVIO PALUDO

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2020

Publicação Nº 2418314

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 05/2020.

VALOR: R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO EXTREMO OESTE CATARINENSE – ATMEX

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: RICARDO DALLA POSSA

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2418317

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 06/2020.

VALOR: R\$ 30.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS GOL DE BICO

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: ROSIMAR DO CARMO SOARES PEDRASSANI

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2020

Publicação Nº 2418319

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Execução de atividades constantes do Plano de Trabalho aprovado nos autos do Chamamento Público nº 07/2020.

VALOR: R\$ 29.999,97.

VIGÊNCIA: 31/12/2020.

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA WEST KINGS

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: RONI RIBEIRO DOS SANTOS

São Miguel do Oeste/SC, 24 de março de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 0023/2020 - PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE**

Publicação Nº 2418343

PORTARIA Nº 0023/2020

PRORROGA AS MEDIDAS TEMPORÁRIAS DE PREVENÇÃO À INFECÇÃO E À PROPAGAÇÃO DO COVID-19, PREVISTAS NA PORTARIA N. 022, DE 18 DE MARÇO DE 2020, E ESTABELECE A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES VIRTUAIS DE COMISSÕES PERMANENTES E DE SESSÕES PLENÁRIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS VIRTUAIS, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, em consonância com o Regimento Interno, Resolução nº 004, de 1º de dezembro de 1992;

CONSIDERANDO a situação de exceção provocada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), inclusive quanto às medidas a serem adotadas para contenção de proliferação do vírus;

CONSIDERANDO as informações constantes na Portaria n. 0022, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a manutenção do cenário epidemiológico do Estado de Santa Catarina em relação à infecção pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO as disposições elencadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, mantendo-se a suspensão em todo o território catarinense, sob regime de quarentena, por novo período de 7 (sete) dias, das atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto, a encerrar no dia 1º de abril de 2020;

CONSIDERANDO a manutenção da suspensão em todo território catarinense, pelo período de 30 (trinta) dias, de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado;

RESOLVE

Art. 1º Ficam prorrogados os efeitos e determinações constantes na Portaria n. 022, de 18 de março de 2020, por mais 07 (sete) dias, em especial no que tange ao regime de trabalho remoto e/ou teletrabalho a todos os servidores e colaboradores do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Fica mantida a suspensão das sessões ordinárias em caráter presencial, por mais 07 (sete) dias.

Art. 3º Em caráter excepcional, o Presidente da Câmara Municipal, diante de solicitação do Prefeito ou por interesse institucional, poderá convocar sessões plenárias ordinárias e/ou extraordinárias e reuniões extraordinárias de comissões permanentes para deliberação de matérias, por sistema virtual, quando se tratar de:

I- projeto de lei complementar;

II – projeto de lei ordinária;

III - projeto de resolução;

IV – projeto de decreto legislativo;

V – indicação.

§ 1º Somente serão submetidos ao sistema virtual de discussão e de votação em sessão plenária ordinária e/ou extraordinária virtual as matérias que estiverem instruídas com os pareceres de Comissões Permanentes designadas e/ou forem consideradas urgentes por ato da Presidência.

§ 2º As reuniões virtuais extraordinárias de comissões e as sessões plenárias virtuais ordinárias e/ou extraordinárias ocorrerão em dia e em hora definidos pelo Presidente da Câmara.

§ 3º A metodologia de discussão e de votação de matérias em reuniões de comissão e em sessões plenárias virtuais seguirão, no que couber, o que determina o Regimento Interno.

§ 4º A discussão se dará através do sistema de Fórum de Discussão, por meio do qual os Vereadores poderão encaminhar considerações por escrito e debater acerca das matérias em pauta durante toda a duração reunião virtual de comissão ou da sessão plenária virtual.

§ 5º O voto de cada Vereador será consignado no ambiente virtual definido para este fim, após o encerramento do Fórum de Discussão.

§ 6º Concluída a reunião virtual de comissão ou a sessão plenária virtual ordinária e/ou extraordinária, o sistema emitirá o registro completo, que será homologado pelo Presidente e divulgado no site da Câmara Municipal.

§ 7º Aplica-se às reuniões virtuais de comissão e às sessões plenárias virtuais ordinárias e/ou extraordinárias a disciplina das sessões extraordinárias e ordinárias, no que couber.

Art. 4º A Mesa Diretora providenciará as medidas técnicas para implantação do Plenário Virtual no Portal Legislativo, junto ao atual sistema de votação eletrônica em funcionamento no Poder Legislativo.

Parágrafo único. Havendo condições técnicas, a Mesa Diretora, a seu critério, poderá adotar metodologia para sessões plenárias virtuais extraordinárias e reuniões extraordinárias de comissões, por vídeo, de forma remota.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 24 de março de 2020.

Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 057/2020

Publicação Nº 2418227

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 057/2020

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNCKES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 053.542.279-25, residente e domiciliada a Rua Bertolino Manoel Dutra, nº. 171 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito a Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 25/03/2020, findando no dia 30/06/2020, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de março de 2020.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNCES
CONTRATADA
Testemunhas:

PORTARIA N.º 164/2020

Publicação N° 2418228

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 164/2020
Concede férias ao servidor JAISON SOARES DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JAISON SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, férias por 30 dias que gozará a partir

de 01/04/2020 a 30/04/2020, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

PORTARIA N.º 165/2020

Publicação N° 2418229

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 165/2020

Admite em Caráter Temporário CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNCKES para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, CATIANE DA SILVA PEREIRA JUNCKES para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, contrato de trabalho nº. 057/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de março de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2020.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.068/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418087

DECRETO Nº 5.068/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e,

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual nº 515, por meio do qual declarou "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, cumulado com o novo Decreto Estadual o qual renova a partir do dia 25 de março de 2020, a quarentena pelo período de mais 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Schroeder;

DECRETA:

I- DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 1º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

Art. 2º As medidas mencionadas no art. 1º deste Decreto deverão ser adotadas conforme orientação do Governo Estadual de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 3º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 1º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

II-DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Art. 4º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e

c) contados de 23 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o

qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Secretária de Esporte municipal, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 5º A operação de atividades industriais em todo o território municipal somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais que poderão ser expressamente considerados em ato do Secretário de Estado da Saúde.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 6º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo ao município em parceria com os órgãos competentes a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XLI – serviços de guincho; e

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as

medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

III-Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 7º Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 8º Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, as Secretarias por intermédio da chefia imediata em conjunto Poder Executivo poderão conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público deverá fazer o encaminhamento da documentação médica por meio digital ao setor de gestão de pessoas e assim que possível encaminhar o original.

§ 4º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 9º Ato do Poder Executivo e do Secretário Municipal da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 23 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 10. Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III – a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens; e

Art. 12. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias:

I – os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal; e

Art. 11. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Estadual concedente dos recursos.

Art. 12. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 13. A Secretaria de Saúde e conjunto com o Poder Executivo deverá organizar campanhas de conscientização no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta sobre os riscos da COVID-19 e as medidas de higiene necessárias para evitar o seu contágio.

Art. 14. A Diretoria de Defesa do Consumidor (PROCON) em conjunto com respectivos órgãos de fiscalização deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19, bem como quanto à possibilidade de remarcação e cancelamento de viagens.

III-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pelo Poder Público Municipal.

Art. 16. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 17. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de hoje, tendo sua validade condicionada a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008

Art. 19. Ficam revogados:

I – os dispositivos em contrário do Decreto nº 5.064 de 17 de março de 2020; e do Decreto nº 5.065/2020, de 18 de março de 2020 Schroeder, 24 de março de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

DECRETO Nº 5.069/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418092

DECRETO Nº 5.069/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Autoriza a distribuição pela Secretaria Municipal de Assistência Social de alimentos estocados pela Secretaria Municipal de Educação e destinados à alimentação escolar e da outras providências;

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de

Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o estado de pandemia definido pela Organização Mundial de Saúde pelo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a confirmação de inúmeros casos de infecção pelo coronavírus no território nacional e estadual;

CONSIDERANDO a Lei Federal no 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, a qual "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria no 188, de 3 de fevereiro de 2020 (expedida pelo Ministro de Estado da Saúde), a qual "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO o aumento gradual dos casos suspeitos e confirmados nos Municípios do Vale do Itajaí.

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação em razão da suspensão das aulas por 30 dias na municipalidade, e a mesma possui estocados diversos alimentos perecíveis ou não perecíveis, mas com data de vencimento próxima, e que a não utilização do mesmo resultará em descarte, e, portanto, em desperdício de recursos públicos;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o uso pela Secretaria Municipal Assistência Social dos alimentos perecíveis e não perecíveis cuja validade se encerra nos próximos 30 dias estocados pela Secretaria Municipal de Educação destinados à alimentação escolar;

Art. 2º Para o uso pela Secretaria Municipal de Assistência Social dos alimentos citados no Art. 1º, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – os alimentos que poderão ser consumidos dentro de seus prazos de validade, deverão ser entregues à Assistência Social do Município, a qual deverá efetuar a entrega às famílias cadastradas e beneficiadas no Bolsa Família, devendo priorizar àquelas que tenham alunos na rede escolar municipal.

II- a família beneficiada deverá assinar um o comprovante de entrega fornecido pela referida secretaria com nome e cpf.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 24 de março de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO DE ACORDO COM O DECRETO 5.068/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418184

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
89275-000 – SCHROEDER/SC
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

SUSPENSÃO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, em virtude do Decreto 5.068/2020 de 24 de março de 2020, a SUSPENSÃO DA ABERTURA das licitações abaixo descritas:

- PROCESSO 26/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 13/2020-PMS
- PROCESSO 41/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 20/2020-PMS
- PROCESSO 39/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 19/2020- PMS
- PROCESSO 42/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 21/2020- PMS
- PROCESSO 46/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 22/2020- PMS
- PROCESSO 48/2020-PMS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 24/2020- PMS
- PROCESSO 05/2020-FAS, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 03/2020- FAS
- PROCESSO 40/2020-PMS, EDITAL DE TOMADA DE PREÇO 05/2020- PMS

Sem mais para o momento.

Schroeder, 24 de março de 2020.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2020

Publicação Nº 2417879

Retificação Processo Licitatório nº 069/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 037/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 069/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 037/2020, datado de 11/03/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços com máquinas e equipamentos pesados.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de prorrogação do prazo de entrega dos envelopes da presente licitação, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como a entrada em vigor do decreto 515 de 17 de março de 2020, e decreto 525/2020, de 23 de março de 2020, do Governo do estado de Santa Catarina, que proíbe a circulação e reunião de pessoas em todo o território do estado.

Diante de tal prospecto, optou-se por prorrogar a data de abertura do aludido processo para a data de 07 de abril de 2020, respectivamente às 08h30min.

Publique-se.

Seara, SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2020

Publicação Nº 2417887

Retificação Processo Licitatório nº 070/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 038/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 070/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 038/2020, datado de 11/03/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviço de roçada mecanizada das margens da rodovia que dá acesso ao distrito de Nova Teutônia e limpeza de sarjetas.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de prorrogação do prazo de entrega dos envelopes da presente licitação, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como a entrada em vigor do decreto 515 de 17 de março de 2020, e decreto 525/2020, de 23 de março de 2020, do Governo do estado de Santa Catarina, que proíbe a circulação e reunião de pessoas em todo o território do estado.

Diante de tal prospecto, optou-se por prorrogar a data de abertura do aludido processo para a data de 07 de abril de 2020, respectivamente às 13h30min.

Publique-se.

Seara, SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2020

Publicação Nº 2417908

Retificação Processo Licitatório nº 072/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 039/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 072/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 039/2020, datado de 13/03/2020, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de musicalização e monitoria em oficinas de violão, para atendimento as demandas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de prorrogação do prazo de entrega dos envelopes da presente licitação, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como a entrada em vigor do decreto 515 de 17 de março de 2020, e decreto 525/2020, de 23 de março de 2020, do Governo do estado de Santa Catarina, que proíbe a circulação e reunião de pessoas em todo o território do estado.

Diante de tal prospecto, optou-se por prorrogar a data de abertura do aludido processo para a data de 08 de abril de 2020, respectivamente às 08h30min.

Publique-se.

Seara, SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2020

Publicação Nº 2417911

Retificação Processo Licitatório nº 073/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 040/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 073/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 040/2020, datado de 16/03/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para prestação de serviços (mão de obra) para pinturas de meio fio.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de prorrogação do prazo de entrega dos envelopes da presente licitação, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como a entrada em vigor do decreto 515 de 17 de março de 2020, e decreto 525/2020, de 23 de março de 2020, do Governo do estado de Santa Catarina, que proíbe a circulação e reunião de pessoas em todo o território do estado.

Diante de tal prospecto, optou-se por prorrogar a data de abertura do aludido processo para a data de 08 de abril de 2020, respectivamente às 13h30min.

Publique-se.

Seara, SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2020

Publicação Nº 2417919

Retificação Processo Licitatório nº 074/2020.
Retificação Edital de Pregão Presencial nº 041/2020.

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 074/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 041/2020, datado de 16/03/2020, que objetiva a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de madeira de eucalipto.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de prorrogação do prazo de entrega dos envelopes da presente licitação, considerando a disseminação do vírus COVID-19 pelos estados do Brasil, bem como a entrada em vigor do decreto 515 de 17 de março de 2020, e decreto 525/2020, de 23 de março de 2020, do Governo do estado de Santa Catarina, que proíbe a circulação e reunião de pessoas em todo o território do estado.

Diante de tal prospecto, optou-se por prorrogar a data de abertura do aludido processo para a data de 09 de abril de 2020, respectivamente às 08h30min.

Publique-se.

Seara, SC, aos 24 dias do mês de março de 2020.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417933

DECRETO Nº 070/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

NOMEIA COMITÊ DE GESTÃO DA CRISE DO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica por este Decreto, nomeado o COMITÊ DE GESTÃO DA CRISE DO COVID-19 (Coronavírus), em função da Lei Federal 13.979/2020, Decreto nº 515/2020 do Governo do Estado de SC e Decreto nº 066/2020 do Governo Município de Serra Alta (SC), nomeia:

a) Representantes da Administração:

Darci Cerizolli
Ederson Cerizolli
Marina Rita Chagas

b) Representante da Polícia Militar:

Sérgio Rech

c) Representantes do CDL:

Antenor Sartori
Henrique Zorzi
Elias Dall Agnol
Fabiano Bernard

d) Representantes da Secretária Municipal de Saúde:

Jeferson Martini
Rosilei Damo Perera
Pedrinho Dall'Agnol
Renato Odair de Almeida
Alessandro Mendes Arisa

Art. 2º - Por se tratar de serviço relevante de interesse público, não haverá remuneração aos membros do presente Comitê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de março de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 071/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 2417934

DECRETO Nº 071/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista a situação excepcional decorrente da circulação do vírus COVID-19 (Coronavírus) no território estadual, considerando, ainda, a Lei Federal 13.979/2020, o Decreto nº 515/2020 do Governo do Estado de SC e o Decreto nº 066/2020 do Município de Serra

Alta (SC), bem como a ampla procura por vacinas contra Influenza, determina que:

§1º - Tendo em vista a necessidade de atender primeiro a população mais desprotegida, as Agentes Comunitárias de Saúde ficam encarregadas de elaborar lista da população mais vulnerável aos efeitos do COVID-19, devendo a vacinação ocorrer primeiramente nos pacientes indicados pelas ACS.

§2º - Para efeitos do §1º serão considerados população vulnerável:

- I- Aqueles que em decorrência da idade avançada apresentarem quadro de especial fragilidade;
- II – Portadores de doenças pulmonares;
- III – Portadores de outros problemas de saúde que causem vulnerabilidade.

§3º - Cada Agente Comunitária de Saúde deverá elaborar lista especificamente para sua microárea, justificando a ordem apresentada

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de março de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 072/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417980

DECRETO Nº 072/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PREVISTO NO DECRETO 066/2020

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista a situação excepcional decorrente da circulação do vírus COVID-19 (Coronavírus) no território estadual, considerando, ainda, a Lei Federal 13.979/2020 e o Decreto nº 515/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina, prorroga por 07 (sete) dias o prazo previsto no artigo 2º do Decreto Municipal n. 066/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de março de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 073/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417959

DECRETO Nº 073/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE SUSPENSÃO DA DATA DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica SUSPENSA a data da prova Escrita Objetiva do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, em virtude da pandemia do Covid 19,

seguindo as orientações do Decreto Municipal 072/2020 de 24 de março de 2020.

Art. 2º. A prova que aconteceria na data do dia 28 de março de 2020 está temporariamente suspensa, com nova data a ser agendada e divulgada por meio de Retificação do Edital do Processo Seletivo Simplificado 001/2020

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de março de 2020.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO N° 05/2020

Publicação N° 2418609

DECRETO N° 05/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

“DISPOE SOBRE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES EXTERNAS, DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

ULISSES BAESSO, Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER que fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensos as sessões, na Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC, até o dia 31 de março de 2020. As atividades internas serão mantidas, no entanto o atendimento à população será, via contato telefônico e/ou e-mail. Em razão do DECRETO ESTADUAL n. 525, de 23 DE MARÇO DE 2020, expedido pelo Exmo. Governador do Estado de Santa Catarina, que decretou SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO ESTADUAL PARA FINS DE PREVENÇÃO E COMBATE À EPIDEMIA DO COVID-19 e determinou a SUSPENSÃO, sob regime de quarentena, de atividades NÃO ESSENCIAIS relacionadas no art. 2º, pelo prazo de 7 (sete) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta, 24 de março de 2020.

ULISSES BAESSO
Presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 96/2020

Publicação Nº 2418565

DECRETO N.º 96 DE 24 DE MARÇO DE 2020

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), PRORROGA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALEXANDRE FELTRIN FERNANDES, Prefeito Municipal de Siderópolis em exercício, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal nº 94, de 18 de março de 2020, que implementavam ações, no Município Siderópolis, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos Estaduais nº509 e nº 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

DECRETA

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município Siderópolis, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto nº 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, com exceção dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atuam no Município, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, rios e açudes;

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Coronavírus).

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada e proporcional, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação da COVID-19 (Coronavírus).

Art. 3º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de março de 2020.

ALEXANDRE FELTRIN FERNANDES
Prefeito Municipal em exercício

ESTER ZANETTE BARP
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de março de 2020.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 050/2020

Publicação Nº 2417974

DECRETO Nº 050 DE 23 DE MARÇO 2020

PRORROGA NA INTEGRA OS EFEITOS DO DECRETO 048, 18 DE MARÇO DE 2020, QUE "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DEFINE OUTRAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, de 06 de abril de 1990, e

Considerando o Decreto 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que "Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências".

DECRETA:

Art. 1º. Fica Prorrogado na integra os efeitos do Decreto 048, de 18 de março de 2020, que "DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DEFINE OUTRAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", por mais 07 (sete) dias, a contar do dia 25 de março de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir do dia 25 de março de 2020.

Município de Sombrio - SC, 23 de março de 2020.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.134/2020

Publicação Nº 2418489

DECRETO Nº.134, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO SUL BRASIL/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no inciso VI, artigo 41, da Lei Orgânica Municipal, e ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nºs.129/2020 e 130/2020, que implementava ações, no âmbito do Município de Sul Brasil/SC, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos nº.509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº.525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art.1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Sul Brasil/SC, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Sul Brasil/SC, as medidas fixadas no Decreto Estadual nº.525, de 23 de março de 2020, ficam:

I – PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.

II – mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e outros;

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa; e

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº.525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
24 de março de 2020.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

Tangará

PREFEITURA

DECRETO Nº 040, DE 24 DE MARÇO DE 2020. "DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2418376

DECRETO Nº 040, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO, que no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de internacional decorrente do coronavírus, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Tangará/SC;

DECRETA:

Art. 1º Para o enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de internacional decorrente do coronavírus, aplicam-se integralmente no âmbito do Município de Tangará, as disposições constantes no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, de modo que, fica prorrogada por sete dias a quarentena no âmbito do serviço público municipal, a partir da data de 25 de março de 2020.

Art. 2º Fica determinada o gozo obrigatório das férias acumuladas, vencidas no âmbito do serviço público municipal.

§ 1º Ficam excluídos da presente medida os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação e na Autarquia Municipal Hospital Municipal Frei Rogério.

§ 2º Casos excepcionais devem ser justificados pelo secretário da pasta.

Art. 3º A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 24 DE MARÇO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 013-2020

Publicação Nº 2418146

PORTARIA N.º 13, DE 23 DE MARÇO DE 2020

"PRORROGA OS EFEITOS DA PORTARIA N.º 012/20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ANDREA THOMÉ, Presidente da Câmara Municipal de Tangará/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e;

Considerando o contido no Decreto Estadual n.º 525, de 23 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam prorrogados os efeitos da Portaria nº 012/20 até a data de 31.03.20 ou até decisão em sentido contrário da Presidência e/ou Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores.

Art. 2º. Em razão do contido no art. 1º fica igualmente cancelada a Sessão Plenária Ordinária e as reuniões das Comissões Permanentes apazadas para a data de 30.03.20.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/SC, 23 de março de 2020.

PEDRO ANDREA THOMÉ
Presidente

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº1520 - 2020 CORONAVIRUS

Publicação Nº 2418598

DECRETO Nº 1520, 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o estabelecido no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual (SC) nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação municipal, federal e estadual.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Saúde, por meio do Comitê Municipal de Monitoramento e Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19 é o órgão central do Poder Executivo de coordenação técnica das ações necessárias ao enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão atuar articuladamente com a Secretaria Municipal da Saúde para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A articulação de que trata o caput deste artigo poderá englobar também a Sociedade Civil e o Poderes Legislativo e Judiciário Estadual, Federal e do Trabalho, o Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS GERAIS DE ENFRENTAMENTO

Art. 4º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de

indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Município na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada “Tabela SUS”, quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 5º As medidas mencionadas no art. 4º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 6º Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 4º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar à Procuradoria-Geral do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

CAPÍTULO III DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 7º Ficam suspensas, em todo o território Municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, estadual e federal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

e) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente; e

III – por tempo indeterminado, o calendário de eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esporte (FME), bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada.

Art. 8º A operação de atividades industriais em todo o território municipal somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde,

bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário Municipal da Saúde, na forma do art. 21 deste Decreto.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 9º Para fins deste Decreto consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo e de limpeza urbana da cidade;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XI – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XVIII – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XIX – serviços postais;

XX – transporte e entrega de cargas em geral;

XXI – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXII – fiscalização tributária, que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXIII – transporte de numerário;

XXIV – fiscalização ambiental;

XXV – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVI – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXVIII – mercado de capitais e seguros;

XXI – cuidados com animais em cativeiro;

XXX – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXI – atividades da imprensa;

XXXII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIII – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;

XXXIV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXV – transporte de profissionais da saúde, coleta de lixo e de limpeza urbana, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados;

XXXVI – agropecuárias;

XXXVII – manutenção de elevadores;

XXXVIII – atividades industriais, observado o disposto no art. 8º deste decreto;

XXXIX – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;

XL – serviços de guincho; e

XLI – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

c) Diretoria de Integração e Comunicação Social;

d) Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos, incluindo equipamento de alta complexidade (Casa Lar); e

e) Diretoria Municipal de Trânsito e Transportes - DITRAN

§ 1º Ato do Secretário Municipal da Saúde, na forma do art. 21 deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitados as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 10. Os transportes aquaviário e rodoviário em território municipal devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – a travessia de pedestres ou ciclistas por meio de outros tipos de embarcação só deve ser autorizada para profissionais de serviços públicos ou atividades essenciais, salvo nos locais em que a travessia se faz necessária para subsistência de comunidade isolada;

II – às margens de rodovias estaduais e federais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

III – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 11. Aos agentes públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias, ou que venham a regressar, durante a vigência deste Decreto, de localidades em que há transmissão comunitária do coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I – os que apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (sintomáticos) deverão ser afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica; e

II – os que não apresentarem sintomas de contaminação pela COVID-19 (assintomáticos) deverão desempenhar, em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, as funções determinadas pela chefia imediata, pelo prazo de 7 (sete) dias, a contar do retorno da viagem ou contato, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pela COVID-19, para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 12. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 13. Ato do Secretário Municipal da Educação disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 14. Ficam suspensas por tempo indeterminado:

I – as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que impliquem a aglomeração de pessoas;

II – a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

III – a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais; e

IV – o recadastramento de inativos e pensionistas.

Parágrafo único. Eventuais exceções à norma de que trata este artigo deverão ser deliberadas pelo Comitê Municipal de Monitoramento e Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19.

Art. 15. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos dos órgãos e das entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal, prorrogáveis, se necessário.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 16. Ficam suspensos, por prazo indeterminado, os prazos para apresentação de prestação de contas de:

I – recursos municipais concedidos por meio de convênios, termos de colaboração e de fomento, subvenção, auxílio ou contribuição;

II – diárias; e

III – adiantamentos.

§ 1º Os documentos relativos a prestações de contas vencidas antes da entrada em vigor deste Decreto deverão ser encaminhados, por e-mail ou outro meio digital, ao órgão ou à entidade da Administração Pública do Poder Executivo Municipal concedente dos recursos.

§ 2º O órgão ou a entidade concedente deverá registrar imediatamente a entrega dos documentos de que trata o caput deste artigo, para fins de desbloqueio da pendência.

Art. 17. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 18. A Diretoria de Integração e Comunicação Social conjuntamente com a Secretaria Municipal da Saúde deverão organizar campanhas de conscientização no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta sobre os riscos da COVID-19 e as medidas de higiene necessárias para evitar o seu contágio.

Art. 19. A Diretoria do PROCON deverá atuar, dentre outras atividades, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de sua competência, observadas as informações da Secretaria Municipal da Saúde a respeito da progressão da contaminação da COVID-19.

Art. 21. Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas na Seção I do Capítulo III deste Decreto, serão analisados e deliberados pelo Comitê Municipal de Monitoramento e Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19, e publicada por meio de Portaria editada pelo Secretário Municipal da Saúde.

Art. 22. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 23. A título acautelatório recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 24. O disposto neste Decreto não invalida as providências determinadas nos Decretos anteriores, editados para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, no que não forem conflitantes com este decreto.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor no dia 26 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 26. Ficam revogados:

I – o Decreto nº 1514, 17 de março de 2020;

II – os artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º do Decreto nº 1516, de 18 de março de 2020;

III – o Decreto nº 1517, 19 de março de 2020.

Tijucas (SC), 24 de março de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

Timbó

PREFEITURA

DECISÃO IMPUGNAÇÃO PREGÃO 15 2020 - PORTO SEGURO

Publicação Nº 2417967

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO, DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
IMPUGNANTE: PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

DECISÃO

I. DOS FATOS

Trata-se de impugnação intentada em 17/03/2020 por PORTO SEGUROS COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS aos termos do edital de Pregão presencial nº 15/2020, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO, DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, publicado em 10/03/2020 com data de entrega dos envelopes e abertura das propostas agendada para 23/03/2020 as 14:35 horas.

Em suas razões, na síntese necessária, o impugnante alega vício no edital, limitando indevidamente a concorrência, por impor a contratação dos seguros para frota em lote único, eis que a comercialização do seguro RCO juntamente com as demais coberturas não é prática comum do mercado, e inexistente nexo causal para se impor num único lote estas situações, limitando assim indevidamente o mercado. Diante de tais fatos, pede a suspensão e retificação dos termos do edital, de modo a separar o julgamento e participação em dois lotes.

Os autos do processo foram submetidos ao crivo do setor competente que, após análise, manifestou-se pela improcedência dos pedidos formulados pelo impugnante, esclarecendo que:

“com relação à cobertura seguro tota+RCO não condiz com a prática do mercado segurador prejudicando a igualdade de condições a todos os concorrentes:

· Conforme já respondido anteriormente em outro pedido de esclarecimento, foi realizada consulta no site da SUSEP, no qual verificou-se que outras empresas de seguro também possuem habilitação para comercialização do produto, não havendo assim restrição indevida na participação, não comprometendo, restringindo ou frustrando o caráter competitivo (ou seja, em consulta no site, outras empresas de seguro possuem os mesmos itens de serviços);

Com relação à questão de buscar propostas mais vantajosas, no caso de separação dos lotes:

· Ocorre que as cotações fornecidas pelas empresas, inclusive aquelas que não forneceram especificamente para atendimento do seguro RCO DETER/SC, demonstram que a opção por lote único acaba sendo economicamente mais barato ao município do que a cisão em lotes distintos entre veículos e transporte;

Ressaltamos que a escolha de lote único, que é ato discricionário da administração pública, justifica-se pela facilidade de gerenciamento interno, evitando causar inclusive contratemplos e equívocos nas contratações, simplificando o controle em todos os âmbitos (administrativo, operacional, etc) e agilizando possíveis renovações e demais procedimentos.”

Vale destacar que impugnação de igual teor já fora objeto de análise e decisão proferida em 17/03/2020, consoante infere-se no endereço eletrônico onde consta o edital ora impugnado, bem como que a presente licitação encontra-se suspensa, conforme decisão publicada em 19/03/2020, por força do estado de emergência decretado pelo município em 18/03/2020, através do decreto nº 5.539 de 18/03/2020.

Sendo este, em síntese, o relatório, passamos à análise e decisão da impugnação.

II. DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação é tempestiva, eis que intentada em 17/03/2020 para certame que, embora suspenso, tinha previsão de entrega dos envelopes em 23/03/2020, motivo pelo qual a impugnação deve ser conhecida.

III. DO MÉRITO

Vistos e analisados os autos da impugnação apresentada, com o devido respeito a idiosincrasia do requerente, não há razão para qualquer retificação dos termos consignados no edital, estando hígido em sua legalidade.

Conforme já exposto quando da análise de impugnação pretérita, os argumentos ora aventados não modificam o entendimento já assentado anteriormente, fato inclusive reiterado pelo corpo técnico em sua manifestação.

Em que pese a impugnante asseverar que restrição indevida à competitividade da licitação, cinge sua impugnação a mera especulação argumentativa, eis que não juntou aos autos quaisquer provas de que estaria impedida de fornecer esse tipo de seguro, ou que, de fato, esse somente poderia ser fornecido pela seguradora mencionada.

Ao revés, conforme bem esclarecido pelo corpo técnico responsável pela elaboração do edital, a modelação em lote único se deu em estrita

observância ao princípio da economicidade de modo a garantir vantagem na contratação pela administração, tanto econômica como administrativa!

Consoante infere-se da manifestação técnica, ao fixar o modelo como lote único, inferiu-se sobre a quantidade possível de concorrentes, bem como no ganho econômico apresentado em orçamentos, fato inclusive comprovado na fase interna da licitação pelos orçamentos apresentados, o que afasta toda e qualquer dúvida que por ventura possa existir sobre a regularidade da fixação do lote único, bem como da vantagem econômica com tal disposição

Vale destacar o entendimento sufragado pelo Tribunal de Contas da União sobre o parcelamento ou não do objeto, quando, em sua obra intitulada "Licitações e contratos orientações e jurisprudência do TCU", pg. 225 e 226, assim asseverou:

"...De acordo com a Lei nº 8.666/1993, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado.

Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado. Para isso, o agente público deve, após definido o objeto da licitação, verificar se é possível e economicamente viável licitá-lo em parcelas (itens, lotes ou etapas) que aproveitem as peculiaridades e os recursos disponíveis no mercado. É o caso, por exemplo, de uma construção que pode ser assim dividida: limpeza do terreno, terraplenagem, fundações, instalações hidráulica e elétrica, alvenaria, acabamento, paisagismo.

Impõe-se o parcelamento, quando existir parcela de natureza específica que possa ser executada por empresas com especialidades próprias ou diversas e for viável técnica e economicamente. Deve em qualquer caso apresentar-se vantajoso para a Administração.

...

Parcelamento do objeto subordina-se especialmente aos princípios da economicidade e da ampliação da competitividade.

Deve o gestor atentar-se para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da Administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeito contrário, ou seja, aumento de preços. É permitida cotação de quantidade inferior à demandada no ato convocatório."

IV. DA CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto e atendendo aos princípios que regem as licitações públicas, DECIDE-SE PELO CONHECIMENTO da impugnação, eis que tempestiva, INDEFERINDO-SE, no mérito, os pedidos formulados, MANTENDO NA ÍNTEGRA TODOS OS ITENS DO EDITAL 15/2020.

Dê-se ciência à Impugnante e publicidade da presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades (publicidade e outras) determinadas em lei.

Timbó, 23 de março de 2020.

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PORTARIA Nº 1.788/2020

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 2/2020

Publicação Nº 2417961

Resolução Mesa Diretora nº 2/2020

Prorroga o prazo de suspensão das atividades da Câmara Municipal de Timbó, de que trata o art. 1º da Resolução da Mesa Diretora nº 1/2020.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, inciso XXV da Lei Orgânica c/c o art. 38, I e VIII do Regimento Interno

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 525, de 23 de Março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências,

Resolve

Art. 1º A suspensão das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal, de que trata o art. 1º da Resolução da Mesa Diretora nº 1/2020, fica prorrogada por sete dias, a contar do dia 25 de março de 2020.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 24 de março de 2020.

Adilson Mesch

Presidente

Douglas Emanuel Marchetti Rubens Borchardt

Vice-Presidente Secretário

Timbó Grande

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO 3/2020

Publicação N° 2417995

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2020
MODALIDADE Tomada de Preço N 3/2020

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Tomada de Preço, com o objetivo de contratar a feitura de uma quadra esportiva com cobertura metálica. Acesso pública terá início às 09h00 horas, do dia 13 de abril de 2020, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 24 de março de 2020.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Treze de Maio

PREFEITURA

DECRETO Nº 20/2020

Publicação Nº 2418099

DECRETO Nº 020/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO COVID-19 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Agnaldo Carara, Prefeito Municipal de Treze de Maio em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 73, IX, da Lei Orgânica Municipal, observando, ainda, o art. 4º, I, da mesma lei, e

CONSIDERANDO a edição do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, com a necessidade de adequação por parte do Poder Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Treze de Maio, consolidando-se com as medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º. Como medida individual recomenda-se que pacientes com sintomas respiratórios fiquem restritos ao seu domicílio e que pessoas idosas (acima de 60 anos) e pacientes de doenças crônicas evitem sua circulação em ambientes com aglomeração de pessoas.

Parágrafo único: Aos cidadãos treze maienses que retornarem ao município de viagens ao exterior, vindo de locais ou países com transmissão comunitária do Coronavírus (COVID-19), bem como àqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, recomenda-se o isolamento domiciliar, durante 14 (quatorze) dias, contados da data de seu retorno ou da ciência do fato.

Art. 3º. Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), a Secretaria Municipal de Saúde poderá publicar plano de contingência a ser seguido pelos cidadãos, bem como adotar, entre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Poder Público na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SES.

§ 3º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 4º. As medidas mencionadas no art. 3º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do Coronavírus (COVID-19).

Art. 5º. Nas hipóteses em que houver recusa à realização dos procedimentos estabelecidos no art. 3º deste Decreto, os órgãos competentes poderão solicitar ao Setor Jurídico do Município a adoção de medidas judiciais cabíveis, com o objetivo de atender ao interesse público e evitar o perigo ou risco coletivo.

Art. 6º. Para enfrentamento da situação de emergência declarada neste Decreto, ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – de 25 de março de 2020 até 31 de março de 2020:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, bares, restaurantes e comércio em geral;

b) os serviços públicos considerados não essenciais que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto;

c) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

d) as atividades realizadas pelas empresas têxteis, confecções e facções, inclusive as que trabalham apenas com acabamento de peças do vestuário.

II – pelo prazo de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, festas de aniversário, casamentos e confraternizações em geral e outros com concentração de pessoas, em locais abertos ou fechados;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, incluindo o Módulo Esportivo; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas na Rede Pública Municipal de Ensino (educação infantil e ensino fundamental), inclusive educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente, sendo que os primeiros 15 (quinze) dias de suspensão correspondem à antecipação do Recesso Escolar de julho; e

III – por tempo indeterminado:

a) as atividades com grupos de idosos, clube de mães, atividades de oficinas de famílias, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;

b) as atividades esportivas, academias e escolinhas de treinamento públicas e privadas, academias ao ar livre, bem como atividades realizadas em associações privadas;

c) os eventos esportivos organizados pela Comissão Municipal de Esportes, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada;

d) as atividades de capacitação, de treinamento ou os eventos coletivos realizados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública Municipal que impliquem a aglomeração de pessoas;

e) a visita pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico;

f) a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens intermunicipais ou interestaduais; e

g) o cadastramento de inativos e pensionistas.

Art. 7º. As indústrias não abrangidas pela suspensão deste Decreto deverão operar somente com sua capacidade mínima necessária, considerando-se como tal o equivalente a 50% de sua capacidade de pessoal para cada turno de trabalho.

§ 1º. Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais expressamente considerados em ato do Secretário Municipal de Saúde, na forma do art. 24 deste Decreto.

§ 2º. O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% da capacidade de passageiros sentados.

Art. 8º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – guarda, uso e controle de substâncias radioativas, de equipamentos e de materiais nucleares;

XIV – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XVI – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVII – vigilância agropecuária internacional;

XVIII – controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;

XIX – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XX – serviços postais;

XXI – transporte e entrega de cargas em geral;

XXII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XXIII – fiscalização tributária e aduaneira;

XXIV – transporte de numerário;

XXV – fiscalização ambiental;

XXVI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XXVII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;

XXVIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;

XXIX – mercado de capitais e seguros;

XXX – cuidados com animais em cativeiro;

XXXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;

XXXII – atividades da imprensa;

XXXIII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;

XXXIV – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 7º;

XXXV – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;

XXXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;

XXXVII – agropecuárias;

XXXVIII – manutenção de elevadores;

XXXIX – atividades industriais, observado o disposto no art. 7º deste Decreto;

XL – oficinas de reparação de veículos em geral e borracharias;

XLI – serviços de guincho; e

XLII – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde;

b) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

c) Diretoria de Compras e Licitações, coordenadas pela Secretaria de Administração e Finanças;

d) os serviços de limpeza pública, geridos pela Secretaria de Transportes e Obras.

§ 1º. Ato do Secretário Municipal de Saúde, na forma do art. 24 deste Decreto, poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.

§ 2º. A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 3º. Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais acima mencionadas, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 4º. Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 5º. Os estabelecimentos de que trata o § 4º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 9º. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º. No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação a seu critério;

§ 2º. Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2);

§ 3º. Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 4º. No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º. O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 10. Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, os prazos de defesa e os prazos recursais no âmbito dos processos administrativos da Administração Pública do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Ficam excetuados da suspensão de que trata o caput deste artigo os prazos recursais de processos de licitação.

Art. 11. Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos do Coronavírus (COVID-19); e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, elevadores, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

Art. 12. Ficam suspensos, no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde, os atendimentos eletivos e não emergenciais, assim como o atendimento odontológico nas unidades municipais de saúde.

Art. 13. Ficam mantidos os atendimentos emergenciais nas unidades de saúde do Município, bem como os atendimentos aos grupos de

risco (idosos, gestantes, imunodeprimidos, crianças e doentes crônicos), sendo orientado aos usuários que apenas utilizem os serviços de emergência em casos de extrema necessidade.

Art. 14. Quando o indivíduo possuir sintomas de contaminação pelo Coronavírus (COVID-19), deve permanecer em sua residência e entrar em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, através do "Alô Saúde" pelos telefones (48) 3625-2150 – ESF Centro e (48) 3625-6030 – ESF Rio Vargedo, para que seja dado início aos protocolos recomendados pelas autoridades em saúde para os suspeitos de infecção pelo Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. Consideram-se sintomas de contaminação pelo Coronavírus (COVID-19), para os fins do disposto neste Decreto, a apresentação de febre, tosse, dificuldade para respirar, produção de escarro, congestão nasal ou conjuntival, dificuldade para deglutir, dor de garganta, coriza, saturação de O₂ < 95%, sinais de cianose, batimento de asa de nariz, tiragem intercostal e dispneia.

Art. 15. Para a composição de equipe, caso necessário, os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde que estão em gozo de férias serão convocados.

Parágrafo único: Os profissionais municipais da saúde poderão ser realocados para que realizem suas atividades em locais diversos daqueles para os quais foram contratados e/ou designados, conforme necessidade, mediante determinação do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 16. Medidas adicionais relacionadas à área da Saúde serão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelos técnicos competentes, por ato próprio.

Art. 17. As visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde ficam limitadas aquelas de extrema necessidade, assim definidas pelo Secretário Municipal de Saúde.

Parágrafo único: Os Agentes Comunitários de Saúde poderão ser realocados conforme necessidade ou designados a outra função ou setor pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 18. Os programas e serviços de CRAS e CREAS suspenderão suas atividades durante a vigência do presente Decreto.

Parágrafo único: Serão atendidas as situações consideradas urgentes pela equipe técnica do respectivo programa ou serviço por agendamentos.

Art. 19. Os serviços essenciais deverão adotar as seguintes medidas de prevenção para conter a disseminação do COVID-19:

I – Disponibilizar álcool gel 70% na entrada dos estabelecimentos;

II – Manter higienização contínua de sanitários, cadeiras, poltronas, corrimão, maçanetas, pisos e superfícies;

III – Garantir o afastamento de um metro e meio entre pessoas em circulação, inclusive funcionários;

IV – Manter o afastamento de um metro e meio entre pessoas nas filas e/ou salas de atendimento;

V – Assegurar que os ambientes sejam ventilados por meio de ventilação natural, mantendo portas e janelas sempre abertas;

VI – Realizar a higienização de cestinhas e carrinhos, quando estes forem utensílios utilizados pelos clientes;

VII – Não permitir que clientes alimentem-se no ambiente interno do estabelecimento.

Art. 20. O uso de bebedouros de pressão deve observar os seguintes critérios:

I – Lacre das torneiras a jato, que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;

II – Garantia de que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar o contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;

III – Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato e água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento que possibilite retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual;

IV – Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;

V – Higienização frequentemente os bebedouros.

Art. 21. Na hipótese específica de aumento injustificado de preços de produtos de combate e proteção ao COVID-19, será cassado, como medida cautelar prevista no parágrafo único, do art. 56, da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), o Alvará de Funcionamento dos estabelecimentos que incorrerem em tal prática.

Parágrafo único: A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 22. Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata a Lei Federal nº 13.979/2020.

Art. 23. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 24. Os casos omissos e as situações especiais, relacionados às medidas previstas neste Decreto, serão analisados e deliberados pela equipe de saúde, por meio de Portaria editada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 25. As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 27. Revogam-se as disposições dos Decretos nº 018/2020 e 019/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze de Maio,
em 24 de março de 2020.

AGNALDO CARARA
Prefeito Municipal em exercício
Publicação:

Publicada nesta Secretaria na data supra.

AILTON GHIZZO DE PIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 024/20

Publicação N° 2418025

DECRETO nº 024/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

FIXA NOVAS DATAS PARA PAGAMENTO DO IPTU, TCL, ISS, TVCNM, TVS, PREÇOS PÚBLICOS E PARCELAMENTOS VIGENTES.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos V e VII, do Art. 52, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a declaração de emergência em todo o território catarinense para fins de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que institui regime de quarentena para diversas atividades, dentre elas a circulação de veículos de transporte coletivo urbano de passageiros e os serviços públicos não essenciais,

CONSIDERANDO as medidas de enfrentamento a emergência de saúde pública impostas pelo Decreto Municipal nº 020 de 18 de março de 2020 e o Decreto Municipal nº 022 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências

CONSIDERANDO o fechamento de toda rede bancária e lotéricas, quando da ocorrência por exemplo da primeira parcela do TVCNM e pagamento da TVS em 20/03/2020.

DECRETA:

Art. 1º - O pagamento do Imposto Predial e do Imposto Territorial Urbano no exercício de 2020, conforme dispõem o artigo 252, da Lei complementar Nº 1.999 de 19 de dezembro de 2017, deverá ser efetuado em primeira parcela (cota) única, segunda parcela (cota) única, ou até o limite de 06 (seis) parcelas.

§ 1º - Fixa o dia 15/06/2020, como a data de vencimento da primeira cota única para pagamento total do imposto com desconto de até 15% (quinze por cento) do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, conforme o disposto no artigo 252, §2º da Lei Complementar nº 1.999/2017 para contribuintes sem débito para com o Município e sem construção irregular e de 10% (dez) por cento, para os contribuintes que não se enquadram na condição citada.

§ 2º - Fixa o dia 15/07/2020, como a data de vencimento da segunda cota única para pagamento total do imposto com desconto de até 10% (dez por cento) do Imposto Predial e Imposto Territorial Urbano, conforme o disposto no artigo 252, §2º da Lei Complementar nº 1.999/2017 para contribuintes sem débito para com o Município e sem construção irregular e de 5% (cinco) por cento, para os contribuintes que não se enquadram na condição citada.

§ 3º - O parcelamento do IPTU para o exercício de 2020 terão as seguintes datas de vencimento:

Opção	Data de Vencimento
Primeira Cota Única	15/06
Segunda Cota Única	15/07
1ª parcela	15/07
2ª parcela	17/08
3ª parcela	15/09
4ª parcela	15/10
5ª parcela	16/11
6ª parcela	15/12

Art. 2º - A Taxa de Coleta de Lixo (TCL), conforme dispõe os art. 385 a 390, da Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017 será recolhida conjuntamente e nas mesmas condições estabelecidas para o IPTU, exceto no que tange aos descontos.

Art. 3º - O lançamento conjunto do IPTU e TCL deverá respeitar o valor da parcela mínima disposta nos incisos I e II do parágrafo 9º do art. 252, da Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 4º - O pagamento do Imposto sobre Serviços - ISS (variável, retido ou por estimativa), previsto no artigo 310, III, IV e V da Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017, em relação a parcela de março/2020, com vencimento em 15/04/2020 deverá ser efetuado 15/05/2020.

Art. 5º - O pagamento do Imposto sobre Serviços - ISS Fixo, previsto no artigo 310, II da Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017, no que tange a parcela de março/2020, com vencimento em 31/03/2020 deverá ser efetuada 29/05/2020 e a parcela de abril/2020, com vencimento em 30/04/2020 deverá ser efetuada 30/06/2020.

Art. 6º - O pagamento da Taxa de Verificação do Cumprimento de Normas Municipais - TVCNM, previsto no artigo 358 – C.T.M. (Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017), deverá ser efetuado nos prazos abaixo especificados:

Parcela	Data de Vencimento
Primeira parcela	20/05/2020
Segunda parcela	22/06/2020

Art. 7º - O pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária - TVS, previsto no artigo 366 – C.T.M. (Lei Complementar nº 1.999, de 19 de dezembro de 2017), deverá ser efetuado no prazo abaixo especificado:

Parcela	Data de Vencimento
Parcela Única	20/05/2020

Art. 8º – Prorroga o vencimento dos preços públicos com vencimentos no período de 17/03/2020 e 11/05/2020 para o dia 12/05/2020, sendo que o contribuinte que desejar obter tal benefício deverá comparecer e retirar nova guia no setor de tributos.

Art. 9º – Prorroga o vencimento das parcelas advindas de parcelamentos ativos com vencimentos no período de 17/03/2020 e 11/05/2020 para o dia 12/05/2020, sendo que o contribuinte que desejar obter tal benefício deverá comparecer e retirar nova guia no setor de tributos.

Parágrafo único. Havendo duas parcelas vencidas no período citado no caput, uma das parcelas poderá ter seu vencimento prorrogado para 12/06/2020.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de março de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO 025/20

Publicação Nº 2418026

DECRETO 025/20 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA Situação de Emergência no Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, que define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento ao coronavírus (COVID-19), em complementação às ações definidas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, e dá outras providências.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a “compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública”;

CONSIDERANDO que, no dia 23 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto 022/20 de 20 de março de 2020, que Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA no Município de TROMBUDO CENTRAL, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, e dá outras providências.

DECRETA

Art.1º. Fica DECRETADA a PRORROGAÇÃO da Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Trombudo Central, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º A prorrogação da Situação de Emergência de que trata o artigo primeiro do presente Decreto, se dá até a data de 31 de março de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Trombudo Central, 24 de março de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEXIEL BALCKER
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 192/20

Publicação Nº 2418029

PORTARIA 192/20 DE 24 DE MARÇO DE 2020.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital para Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, datado de 22 de janeiro de 2020.

CONSIDERANDO: o Decreto 019/20 de 03 de março de 2020, que homologa a classificação final do Edital 001/2020;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. KEITIANY MARIA DA COSTA NOGUEIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Agente de Endemias, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de março de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG
Secretário da Saúde

PORTARIA 193/20

Publicação Nº 2418030

PORTARIA 193/20 DE 24 DE MARÇO DE 2020.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Edital para Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, datado de 22 de janeiro de 2020.

CONSIDERANDO: o Decreto 019/20 de 03 de março de 2020, que homologa a classificação final do Edital 001/2020;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CECÍLIA FRANZ SASSE, a exercer o cargo de provimento temporário de Atendente de Consultório Dentário, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria da Saúde, a partir de 24 de março de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de março de 2020.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG
Secretário da Saúde

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 2110/2020

Publicação Nº 2418603

DECRETO Nº. 2110, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga o prazo das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio do Decreto nº 2104, de 18 de março de 2020 e do Decreto nº 2108, de 19 de março de 2020, que implementam ações, no âmbito do Município de Tunápolis, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020;

CONSIDERANDO, que no dia 24 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 525, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Tunápolis, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Tunápolis, as medidas fixadas no Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, ficam:

I –PRORROGADAS em 7 (sete) dias as medidas de SUSPENSÃO:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e dos serviços privados não essenciais, nos termos do art. 9º do Decreto n. 525/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado;
- d) o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil.
- e) Ficam suspensos todos os processos licitatórios, com data de abertura de envelopes marcados para o período de 25 de março a 31 de março de 2020, inclusive, bem como prazos administrativos referentes aos processos e outros atos como notificações, intimações e defesa nos autos de infração, durante o referido período.
- f) Ficam dispensados do ponto todos os servidores públicos municipais no período referido no artigo anterior, devendo permanecer de sobreaviso para atendimento de convocações de urgência e emergência, exceto servidores na área da saúde.
- g) Cada secretaria deverá estabelecer um sistema de plantão ou sobreaviso com vistas a realizar atendimentos por meio remoto durante o período estabelecido no artigo 1º.

II –mantidas por 30 (trinta) dias as medidas de SUSPENSÃO das atividades mencionadas no Decreto anterior, sendo acrescidas as seguintes restrições:

- a) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e áreas de lazer;

Art. 3º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I - determinação de realização compulsória de:

- a) exames médicos;
- b) testes laboratoriais;
- c) coleta de amostras clínicas;
- d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou
- e) tratamentos médicos específicos;

II –requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada "Tabela SUS".

§ 3º. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 24 de março de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Este ato foi publicado
na presente data

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

DECRETO 2111/2020

Publicação Nº 2418605

DECRETO Nº 2111, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o reajuste anual do valor de Vale Alimentação para os servidores públicos Municipais.

REANTO PAULATA, Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e da Lei 1380, de 20 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor do vale alimentação, em conformidade com o artigo 2º, § 2º da Lei 1380, de 20 de dezembro de 2018, pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado nos últimos doze meses em 4,4816% (quatro inteiros e quatro mil, oitocentos e dezesseis milésimos por cento), passando assim o valor de R\$ 7,50 (Sete reais e cinquenta centavos), para o valor de R\$ 7,84 (Sete reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 24 de março de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PROCESSOS LICITATÓRIOS Nº 89/2020, 93/2020, 94/2020

Publicação Nº 2417958

SUSPENSÃO/PARALISAÇÃO

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA, Comissão de Licitação e Equipe de Apoio, comunica que ficam suspensos os prazos de abertura dos PROCESSOS LICITATÓRIOS Nº 89/2020, 92/2020, 93/2020, 94/2020, cujo a abertura esta prevista durante o período de 25 de março a 31 de março de 2020, podendo ter seu prazo prorrogado, bem como a reavaliação das medidas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município, de acordo com o DECRETO Nº. 2110, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 24 de março de 2020.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

União do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 05/2020

Publicação Nº 2418306

PORTARIA Nº 05/2020 DE 24 DE MARÇO DE 2020

Prorroga medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Corona vírus, já adotadas, na Portaria n. 04/2020 de 18 de março de 18 de março de 2020, no âmbito da Câmara de Vereadores de União do Oeste do Estado de Santa Catarina.

VITÓRIO GUBERT, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o art. 36 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, pandemia em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, fato que configura emergência em Saúde Pública Internacional.

CONSIDERANDO que a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência do COVID-19;

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

CONSIDERANDO que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção,

CONSIDERANDO as orientações do Ministério da Saúde, ressaltando a Portaria 356, de 11 de março de 2020, em que intensifica as recomendações quanto aos cuidados de prevenção contra a contaminação pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual 506, de 12 de março de 2020, dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual 515, de 17 de março de 2020, institui situação de emergência em todo território do Estado de Santa Catarina, impondo o regime de quarentena, bem como que o Decreto Estadual, 525 de 23 de março de 2020 determinou a suspensão pelo período de sete dias dos serviços públicos não essenciais;

RESOLVE:

Art. 1º Para enfrentamento da situação de emergência, fica prorrogado por mais 7 (sete) dias, a contar do dia 26 de março de 2020, as atividades da Câmara de Vereadores de União do Oeste.

Art. 2º A Presidência da Câmara poderá vir a adotar outras medidas administrativas necessárias ao cumprimento desta Portaria;

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Legislativo Municipal de União do Oeste-SC, em 24 de março de 2020.

VITORIO GUBERT
Presidente da Câmara

Urussanga

PREFEITURA

ADT 02/143/2019

Publicação Nº 2418221

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE SAUDE

EXTRATO DO CONTRATO: ADT 02/143/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 53/2019

DATA DE ASSINATURA: 28/02/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CNPJ/CPF: 61.074.175/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (SEGURADORA) PARA COBERTURA DE SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR GLOBAL: R\$ 556,87

VIGÊNCIA ATÉ 20/02/2021

DECRETO GP/Nº 16/2020

Publicação Nº 2418021

DECRETO Nº 16 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Declara situação de emergência no Município de Urussanga, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19, em complementação às ações definidas no Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 46, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que, o dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial n 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 140/2020, da Procuradoria-Geral de Justiça, que noticia à presidência da FECAM que o Gabinete Gestor de Crise instalado no Ministério Público de Santa Catarina sugeriu aos membros do Ministério Público com atribuição na defesa à saúde e expedição de recomendações aos Prefeitos Municipais recomendações aos Prefeitos Municipais com objetivo de assegurar a aplicação de medidas não farmacológicas de distanciamento social e a restrição de circulação de pessoas.

CONSIDERANDO a necessidade de complementação das ações fixadas por meio dos Decretos nºs 14 e 15, que implementava ações, no âmbito do Município de Urussanga, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515, de 17 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Urussanga, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

I - poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa, nos termos do art. 3º, inc. VII da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

II - nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência; e

III - eventuais contratos, parcerias, convênios e instrumentos análogos/congêneres que eventualmente vencerem no período em que vigorar o presente decreto poderão ser prorrogados/renovados através de procedimento simplificado, enquanto durar o estado de emergência. Parágrafo único. Para o disposto no inciso III, a prorrogação se dará por meio de apostilamento, sem necessidade de parecer jurídico prévio e publicações oficiais, fazendo constar no processo a manifestação de concordância do contratado/conveniente, que poderá ser feita através de meio eletrônico.

Art. 3º. A tramitação dos processos administrativos referentes a assuntos vinculados a este decreto correrá em regime de urgência e prioridade em todas as Secretarias Municipais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de março de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos dezessete dias do mês de março de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Aleckssandra maccari rodrigues

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418400

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador José Carlos José, no uso de suas atribuições, em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno, e em atendimento ao Decreto do Estado de Santa Catarina nº 525, de 23 de março de 2020, promulga o seguinte:

ATO Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica determinada a suspensão no âmbito da Câmara Municipal de Urussanga:

I – de 18 a 31 de março de 2020:

a) todas as atividades administrativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade dos Servidores;

II – de 18 de março a 23 de abril de 2020:

a) todas as atividades legislativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade dos Vereadores;

b) todos os prazos das proposições em tramitação;

c) todos os eventos que impliquem concentração próxima de pessoas programados no espaço da Casa Legislativa;

d) todas as viagens oficiais de vereadores e servidores.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser convocado período de reuniões extraordinárias, as quais serão realizadas no Plenário, com a presença dos vereadores e dos servidores que participam da organização das sessões legislativas.

§ 2º Aos vereadores e servidores que tenham vínculo com a Câmara Municipal de Urussanga com reconhecidas e diagnosticadas doenças crônicas, às gestantes, aos portadores de doenças imunossupressoras e aos idosos (pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos) fica dispensada a presença física ao local de trabalho, bem como às atividades legislativas, sem prejuízo da remuneração e da efetividade.

§ 3º Para fins de comprovação das doenças crônicas ou imunossupressoras mencionadas no § 2º, deverá o vereador ou servidor encaminhar a comprovação médica diretamente ao setor pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, em modo não presencial.

Art. 2º Fica proibida a presença de vereadores e servidores na sede da Câmara Municipal de Urussanga enquanto perdurar a suspensão descrita no inciso I, do art. 1º.

Parágrafo único. Fica autorizada, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das atividades administrativas, a presença na sede da Câmara Municipal de Urussanga, dos servidores competentes responsáveis pela operação necessária para viabilizar o pagamento de pessoal, bem com, havendo convocação, dos vereadores e dos servidores participantes da organização das sessões legislativas, devendo, para tanto, serem adotadas medidas internas, especialmente relacionadas à saúde no trabalho, fundamentais para evitar a proximidade pessoal e a consequente transmissão do COVID-19 no ambiente laboral.

Art. 3º Durante a vigência deste Ato, ficam suspensos os efeitos do Ato nº 32, de 14 de junho de 2018, o qual dispõe sobre horário diferenciado de expediente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação, Assistente Legislativo e Oficial Legislativo, em razão da participação na organização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Urussanga.

Art. 4º As medidas previstas neste Ato poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Urussanga.

Art. 5º Revoga-se o Ato nº 18, de 18 de março de 2020.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 25 de março de 2020.

Vereador José Carlos José

Presidente

Vereador Gilson Casagrande

Vice-Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio

Primeiro Secretário

Vereador Julio Cesar Bonetti
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br, em 25 de março de 2020.

Vereador Vanderlei Marcírio
Primeiro Secretário

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 1037/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação N° 2418511

DECRETO MUNICIPAL N° 1037/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Prorroga as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus-COVID-19 constantes no DECRETO n.º 1034/2020 de 18 de março de 2020 e dá outras providências.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, Prefeita do Município de Vargem, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 100, inciso VII da Lei Orgânica, e:

CONSIDERANDO necessidade de complementação e prorrogação de prazos das ações fixadas por meio do Decreto n. 1034/2020, no âmbito do Município de Vargem, para dar cumprimento ao disposto nos Decretos n. 509 e 515 de 2020, bem como ao Decreto n. 525 de 23 de março de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica prorrogado por igual período o prazo constante no art. 1º do Decreto Municipal n.º 1034/2020, exceto o prazo previsto no inciso II, o qual reiniciará a contagem a partir da publicação do presente Decreto.

Parágrafo único. Ficam acrescidas ao inciso II do art. 1º do Decreto Municipal n.º 1034/2020 as restrições de concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como ruas, calçadas, parques e praças;

Art. 2º. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto, com exceção dos serviços públicos essenciais incompatíveis com essa modalidade.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 3º. Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – isolamento;

II – quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV –requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

V – estudo ou investigação epidemiológica;

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

III. O período de vigência da requisição administrativa de que trata este artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

IV. A requisição administrativa deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização, tendo por base, quando for o caso a chamada “Tabela SUS”.

V. Todas as medidas de intervenção mencionadas neste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e precisa, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

Art. 4º. O art. 4º do Decreto n.º 1034/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – telecomunicações e internet;
VI – captação, tratamento e distribuição de água;
VII – captação e tratamento de esgoto e lixo;
VIII – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;
IX – iluminação pública;
X – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;
XI – serviços funerários;
XII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
XIII – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;
XIV – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;
XV – serviços postais;
XVI – transporte e entrega de cargas em geral;
XVII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
XVIII – fiscalização tributária;
XIX – transporte de numerário;
XX – fiscalização ambiental;
XXI – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;
XXII – monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
XXIII – levantamento e análise de dados geológicos com vistas a garantir a segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais, cheias e inundações;
XXIV – cuidados com animais em cativeiro;
XXV – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
XXVI – atividades da imprensa;
XXVII – atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
XXVIII – fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados;
XXIX – distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
XXX – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;
XXXI – agropecuárias;
XXXII – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 (oito) passageiros e de viaturas;
XXXIII – serviços de guincho; e
XXXIV – as atividades finalísticas da:
a) Segurança Pública;
b) Secretaria Municipal da Saúde;
c) Defesa Civil (DC);
§1º Ato do Secretário Municipal da Saúde poderá considerar outros serviços públicos ou atividades como essenciais.
§ 2º A comercialização de alimentos de que trata o inciso X do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.
§3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

Art. 4º. Fica revogado o §1º do art. 3º do Decreto n.º 1034/2020.

Art. 5º. As taxas de água e lixo com vencimento nos meses de março e abril de 2020 ficam com seu prazo de vencimento prorrogado para 10 de dezembro de 2020.

Art. 6º. Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 24 de março de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA LEGISLATIVA - Nº006/2020**

Publicação Nº 2418556

PORTARIA Nº 006/2020

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo do cargo de Técnico em Contabilidade

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Vargem/SC, Estado de Santa Catarina, nos usos de suas atribuições legais e no pleno exercício de seu cargo e em conformidade com a disposição contidas no artigo 20,III, a do Regimento Interno desta casa c/c com o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o servidor público de cargo efetivo, a pedido do mesmo, a partir do dia 16 de março de 2020, conforme adiante indicado:

ADRIANO PADILHA – CARGO – TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE

Vargem – SC, 23 de Março de 2020.

Roberto Felipe Mendes Spolti
Vereador - Presidente

Vidal Ramos

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3.272/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418366

DECRETO Nº 3.272/2020, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 65, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Vidal Ramos;

DECRETA:

Art.1º. Para o enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, aplicam-se integralmente no âmbito do Município Vidal Ramos, as disposições constantes daquele ato que determinou:

I -a SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) da circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) das atividades e os serviços privados não essenciais, nos termos do inc. II e § 2º do art. 2º do Decreto n. 515/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro, nos termos de regulamento estadual a ser editado.

II – a SUSPENSÃO pelo período de 30 (trinta) dias, das seguintes atividades:

- a) eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, independentemente do número de participantes;
- b) suspensão de todas as atividades na rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, nos termos do disposto no Decreto n. 509, de 17 de março de 2020, incluindo as atividades da Escola Municipal de Música e da Escola Municipal de Esportes.

Art. 2º No âmbito do Poder Executivo municipal, serão suspensos por 7 (sete) dias, o atendimento ao público em todos os órgãos da Administração Pública municipal, exceto, nas unidades de atenção à saúde, de vigilância sanitária e no órgão municipal de proteção e defesa civil, bem como a coleta de lixo.

§ 1º Ato do Secretário Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

§ 2º As restrições definidas no caput se aplicam às entidades da administração pública indireta, aos consórcios intermunicipais e às associações de Município

Art. 3º Enquanto durar o período de quarentena decretado pelo Governo Estadual, ficam suspensos os atendimentos agendados nas unidades de saúde que não sejam de urgência e emergência, bem como, os procedimentos ambulatoriais e cirurgias eletivas.

§ 1º As unidades de saúde devem priorizar o atendimento aos idosos e a pessoas integrantes do grupo de risco, criando mecanismos de atendimento diferenciado, tanto quanto possível.

§ 2º O disposto no caput não se aplica às consultas de rotina agendadas de pacientes com doença crônica, de consultas de pré-natal e de vacinação, devendo ser editado ato específico do responsável pela pasta para disciplinar esse atendimento no âmbito do Município.

Art. 4º Durante o período de vigência da quarentena decretada pelo Governo Estadual, fica suspenso o expediente em todos os órgãos da Administração Pública municipal, devendo as atividades ser realizadas na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto.

§ 1º O trabalho em órgãos-meio considerados essenciais para o funcionamento da Prefeitura, que não puder ser realizado de forma remota, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada pasta.

§ 2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada pasta.

Art. 5º Ficam suspensos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, todos os eventos de qualquer dimensão, agendados para ocorrer em equipamento municipal, ou ainda, que tenham obtido alvará pelo órgão competente, incluindo os eventos esportivos realizados pelo município.

Art. 6º. Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da administração pública municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos incisos I e II do art. 1º.
Vidal Ramos, 18 de março de 2020.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3.273/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418370

DECRETO Nº 3.273/2020, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

Declara Situação de Emergência em todo o território do Município nos termos do COBRADE nº. 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

O Senhor Odilmar de Souza, Prefeito do Município de Vidal Ramos, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19)

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou “situação de emergência em todo o território catarinense”, para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Vidal Ramos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência, em todo o Município de Vidal Ramos, para fins de prevenção e combate à epidemias do COVID-19, com base no Decreto Estadual nº. 515, de 17 de março de 2020.

Art. 2º. Para o enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, aplicam-se integralmente no âmbito do Município Vidal Ramos, as disposições constantes daquele ato que determinou regime de quarentena, pelo período de 7 (sete) dias:

I - a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual de passageiros;

II - as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, restaurantes e comércio em geral;

III - as atividades e os serviços públicos não essenciais, no âmbito municipal que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto; e

IV - a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro.

§ 1º - Para fins do Inciso II do caput deste artigo, consideram-se serviços privados essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

III – assistência médica e hospitalar;

IV – distribuição e comercialização de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como farmácias, supermercados e mercados

V – funerários;

VI – captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII – telecomunicações;

VIII – processamento de dados ligados a serviços essenciais; e

IX – Segurança privada.

§ 2º - Para fins do Inciso III do caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais, as atividades finalísticas da:

I – Secretaria Municipal de Saúde;

II – Defesa Civil;

III- Coleta de lixo.

Art. 3º Ficam suspensos, em todo território municipal, pelo período de 30 (trinta) dias, das seguintes atividades:

I - eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos, independentemente do número de participantes;

II - todas as atividades na rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental e médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, nos termos do disposto no Decreto n. 509, de 17 de março de 2020, incluindo as atividades da Escola Municipal de Música e da Escola Municipal de Esportes.

Art. 4º Além de todas as determinações até aqui registradas, em caso de se registrar o contágio comunitário da COVID-19 no Município de Vidal Ramos ou município vizinhos, as indústrias e comércios essenciais deverão operar somente com sua capacidade mínima necessária.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos art. 2º e 3º.

Vidal Ramos, 18 de março de 2020.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3.274/2019, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418371

DECRETO Nº 3.274/2020 DE 19 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o funcionamento dos serviços de saúde, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 65, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, ainda, que a edição dos Decretos n. 507, de 16 de março de 2020 e n. 509, de 17 de março de 2020, que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública estadual e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, em face do qual foi decretada a quarentena pelo período de 7 (sete) dias;

DECRETA:

Art.1º. Para o enfrentamento da situação de emergência declarada pelo Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal 3.273/2020 de 18 de março de 2020, o funcionamento dos serviços de saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), obedeceram as disposições constantes neste ato que determinou:

I - Todas as pessoas ao entrar em serviços de saúde deverão fazer a higiene das mãos (pelo menos passar Álcool Gel);

II - O cidadão que estiver com febre acima de 37,8 graus, com tosse, nariz escorrendo, dor de garganta, falta de ar deve relatar ao profissional de saúde, para que sejam adotadas as medidas necessárias;

III - Não será permitido acompanhante para pacientes com idade entre 18 e 60 anos de idade na Unidade de Saúde, e ainda assim a presença do acompanhante estará sujeita a avaliação do profissional de saúde;

IV - As receitas de medicação de uso contínuo e uso controlado serão dispensados de forma especial nesse momento, o paciente deverá se organizar para pegar as receitas em um único momento, para não vir com tanta frequência a Unidade de Saúde;

V - Os Idosos deverão pedir para algum familiar vir na Unidade de Saúde para pegar as receitas e as medicações;

VI - As medicações de uso contínuo e uso controlado serão dispensadas para 60 dias (salvo situações que a legislação não permite);

VII - As consultas de rotina não serão realizadas (solicitar check up, por exemplo), os médicos solicitarão apenas exames de urgência;

VIII - Mesmo os pacientes vindo à Unidade de Saúde, eles passarão por triagem para avaliar a necessidade de atendimento;

IX - Os atendimentos de odontologia serão somente de urgência;

X - As consultas ginecológicas estão suspensas, gestantes deverão entrar em contato com o enfermeiro Alex Kammers;

XI - As consultas com Cirurgião Geral serão agendadas somente com encaminhamento de urgência;

XII - Grupos terapêuticos (Tabagismo, Mexa-se) estão suspensos, pacientes do Grupo de Tabagismo que tiverem dúvidas deverão entrar em contato com Enfermeiro Alex;

XIII - Auriculoterapia está suspensa;

XIV - Tele dermatologia está suspensa;

XV - Coleta de preventivo está suspensa;

XVI - Eletrocardiograma de rotina está suspenso;

XVII - Teste rápido está suspenso;

XVIII - Pesar e medir para o Bolsa Família está suspenso;

XIX - Atendimentos de Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia estão suspensos, somente situações de Urgência;

XX - Resultados de exames realizados: retirar na secretaria somente se tiver consulta agendada;

XXI - Atualização de cadastros do Posto de Saúde estão suspensos, apenas pacientes que necessitam encaminhamentos para outros Centros de Saúde;

Art. 2º. As determinações constantes neste Decreto, tem o prazo de validade de 30 dias, a contar da data de sua publicação, podendo haver mudanças conforme determinação dos órgãos superiores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 3.275/2019, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418372

DECRETO Nº 3.275/2020, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

“DEFINE A SUSPENSÃO DOS PRAZOS DOS PROCESSOS FISCAIS EM TRAMITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no Inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Vidal Ramos, objetivando suspender os prazos dos processos fiscais em tramitação na Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam suspensos, no período compreendido entre 20 de março a 21 de abril de 2020, os prazos dos processos fiscais em tramitação na Administração Pública Municipal.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de março de 2020.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito do Município de Vidal Ramos

DECRETO Nº. 3.276/2019, DE 25 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418373

DECRETO Nº 3.276/2020, DE 25 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 65, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO, o Decreto n. 525, de 23 de março de 2020, do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Vidal Ramos;

DECRETA:

Art.1º. Este Decreto dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, bem como consolida medidas dispostas na legislação federal e estadual.

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, poderão ser adotadas, dentre outras, as seguintes medidas:

I – Isolamento;

II – Quarentena;

III – determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; e

e) tratamentos médicos específicos;

IV – estudo ou investigação epidemiológica;

V - exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; e

VI – requisição de bens, serviços e produtos de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa.

§ 1º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, bens contaminados, transportes e bagagens, em âmbito intermunicipal, mercadorias e outros, com o objetivo de evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus;

II – quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das demais que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais e meios de transporte, com o objetivo de evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

§ 2º A requisição administrativa, como hipótese de intervenção do Estado na propriedade, sempre fundamentada, deverá garantir ao particular o pagamento posterior de indenização com base na chamada "Tabela SUS", quando for o caso, e terá condições e requisitos definidos em atos infralegais emanados da SES.

§ 3º O período de vigência da requisição administrativa de que trata o § 2º deste artigo não pode exceder à duração da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e envolverá, especialmente:

I – hospitais privados, independentemente da celebração de contratos administrativos; e

II – profissionais da saúde, hipótese que não gerará vínculo estatutário nem empregatício com a Administração Pública.

Art. 5º As medidas mencionadas no art. 4º deste Decreto deverão ser adotadas de forma motivada, proporcional e exata, de acordo com a necessidade apresentada, a fim de viabilizar o tratamento, bem como conter a contaminação e a propagação do coronavírus.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das Medidas de Autoridade Sanitária

Art. 7º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 7 (sete) dias:

a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral; b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital, ou mediante trabalho remoto;

c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;

d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros; e

e) a circulação e o ingresso no território municipal de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – pelo período de 30 (trinta) dias:

a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;

b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e

c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente incluindo as atividades da Escola Municipal de Música e da Escola Municipal de Esportes.

Art. 3º A operação de atividades industriais em todo o território catarinense somente poderá ocorrer mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores da empresa, por turno de trabalho.

§ 1º Não se aplica a redução de que trata o caput deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos, indústrias de insumos de saúde, bem como aos demais setores industriais.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I – priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes a grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II – priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho; e

IV – utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, ficando a ocupação de cada veículo limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de passageiros sentados.

§ 3º A permissão contida no caput deste artigo não se aplica às atividades da construção civil.

Art. 4º Para fins deste Decreto, consideram-se serviços públicos e atividades essenciais:

I – assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – atividades de defesa civil;

V – transporte de passageiros por táxi ou aplicativo;

VI – telecomunicações e internet;

VII – captação, tratamento e distribuição de água;

VIII – captação e tratamento de esgoto e lixo;

IX – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás;

X – iluminação pública;

XI – produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas;

XII – serviços funerários;

XIII – vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;

XIV – prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doenças dos animais;

XV – inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XVI – compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, caixas bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instituições financeiras;

XVII – serviços postais e transporte e entrega de cargas em geral;

XVIII – serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;

XIX – produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

XX – mercado de capitais e seguros;

XXI – atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;
XXII – atividades da imprensa;
XXIII– atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos neste Decreto, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;
XXIV– fretamento para transporte de funcionários das empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada conforme o disposto neste Decreto, observado o inciso IV do § 2º do art. 8º;
XXV– distribuição de encomendas e cargas, especialmente a atividade de tele-entrega/delivery de alimentos;
XXVI – transporte de profissionais da saúde assim como de profissionais da coleta de lixo, sendo que os veículos devem ser exclusivamente utilizados para essas finalidades e devidamente identificados, cabendo aos municípios a respectiva fiscalização;
XXVII– agropecuárias;
XXVIII – atividades industriais, observando o disposto no art. 3º deste Decreto.

XIV – oficinas de reparação de veículos de emergência, de carga, de transporte de mais de 8 passageiros e de viaturas;

XL – serviços de guincho; e

XLI – as atividades finalísticas da:

a) Secretaria Municipal de Saúde - SMS

b) Defesa Civil (DC);

§ 1º A comercialização de alimentos de que trata o inciso XI do caput deste artigo abrange supermercados, mercados, mercearias, padarias, açougues e peixarias.

§ 2º Ficam autorizados o atendimento ao público e a operação nos serviços públicos e nas atividades essenciais, devendo ser tomadas as medidas internas, especialmente as relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público.

§ 3º Fica estabelecida a limitação de entrada de pessoas em estabelecimentos que atendam o público e sejam considerados serviços públicos ou atividades essenciais em 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público dos estabelecimentos, podendo estes estabelecer regras mais restritivas.

§ 4º Os estabelecimentos de que trata o § 3º deste artigo deverão providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, bem como o controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa.

Art. 5. Os transportes rodoviário em território municipal devem operar de acordo com as seguintes regras:

I – às margens de rodovias estaduais, fica autorizada a abertura de oficinas e borracharias, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas; e

II – fica autorizada a comercialização de refeições às margens de rodovias estaduais e federais por restaurantes, para atendimento de profissionais de serviços públicos e atividades essenciais, incluídos transportadores de carga, de materiais e insumos, cabendo aos estabelecimentos adotar medidas para impedir a aglomeração de pessoas, bem como não permitir o acesso público.

Seção II

Das Medidas na Administração Pública do Poder Executivo Municipal

Art. 6. Os agentes públicos poderão desempenhar suas funções em domicílio, em regime excepcional de trabalho remoto.

§ 1º No caso de impossibilidade de realização de trabalho remoto, a chefia imediata poderá conceder antecipação de férias ou flexibilização da jornada de trabalho, com efetiva compensação.

§ 2º Excepcionalmente, não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pela COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 3º Nas hipóteses do § 2º deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, ou seja, com agendamento, mas sem a presença do agente, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital pelo setorial ou seccional de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de exercício do agente.

§ 4º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 5º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se passar a apresentar sintomas.

Art. 7. Ato da Secretária Municipal de Educação e Cultura disporá sobre o calendário de reposição das aulas na Rede Municipal de Ensino. Parágrafo único. No que tange à Rede Pública Municipal de Ensino, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 19 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 8. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal deverão:

I – avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

II – orientar os gestores de contratos de prestação de serviço, a fim de que as empresas contratadas sejam notificadas quanto à responsabilidade na adoção de todos os meios necessários para conscientizar seus empregados a respeito dos riscos da COVID-19; e

III – aumentar a frequência da limpeza dos banheiros, corrimãos e maçanetas, além de instalar dispensadores de álcool em gel nas áreas de circulação e no acesso a salas de reuniões e gabinetes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9. Havendo descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar a eventual prática da infração administrativa prevista no inciso VII do art. 10 da Lei federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 10. A título acautelatório, recomenda-se:

I – por tempo indeterminado, que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias; e

II – no período em que as aulas estiverem suspensas, que crianças com menos de 14 (quatorze) anos não fiquem sob o cuidado de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 12. Ficam revogados:

I – o Decreto nº 3272/2020, de 18 de março de 2020;

II – os arts. 2º, 3º, 4º, do Decreto nº 3273/2020, de 18 de março de 2020.

Vidal Ramos, 24 de março de 2020.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2020 - FMAS

Publicação Nº 2418137

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 04/2020

Dispensa de Licitação nº. 03/2020

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição de kits para artesanato a ser distribuído para os clubes de mães, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O Município de Vidal Ramos possui inúmeros grupos de mulheres que encontram-se algumas vezes por mês para realização de artesanato, crochê, tricô, e é interesse do município, auxiliar esses grupos com a aquisição de kits de artesanato.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento desse serviço é de R\$ 6.730,00 (seis mil setecentos e trinta reais) o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação dos serviços solicitados.

ITEM	QTDE	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	100	Linha de crochê com 1000 mt, 100% algodão mercerizado.	14,90	1.490,00
2	1000	Linha meada para bordar com 8 metros, 100% algodão.	2,12	2.120,00
3	100	Novelos de lã para tricô com 40 gr.	4,90	490,00
4	100	Pano de prato 100% algodão.	2,50	250,00
5	100	Toalhas de rosto para bordado 100% algodão.	6,90	690,00
6	100	Toalhas de banho para bordar 100% algodão.	16,90	1.690,00
VALOR TOTAL			R\$ 6.730,00	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue: 3.3.9.0.3.2.9.9.00.00.00.00 (20)

DA ENTREGA

Após a autorização de fornecimento a empresa terá 30 dias para entrega dos kits na Secretaria de Assistência Social.

DA DOCUMENTAÇÃO

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: Marlene L. Frutuoso & CIA Ltda ME, estabelecida na Avenida Jorge Lacerda, 551, Centro, Vidal Ramos - SC, inscrita no CNPJ sob o número 06.962.597/0001-31.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exma. Sra. Secretária de Assistência Social, Rose Merten Sebold, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 24 de março de 2020.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 04/2020

Dispensa de Licitação nº. 03/2020

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de kits para artesanato a ser distribuído para os clubes de mães, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, valor será de R\$ 6.730,00 (seis mil setecentos e trinta reais).

EMPRESA: Marlene L. Frutuoso & CIA Ltda ME

CNPJ: 06.962.597/0001-31.

ENDEREÇO: Avenida Jorge Lacerda, 551, Centro, Vidal Ramos - SC

Vidal Ramos, 24 de março de 2020.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 04/2020

Dispensa de Licitação nº. 03/2020

RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa Marlene L. Frutuoso & CIA Ltda ME (CNPJ 06.962.597/0001-31), com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 6.730,00 (seis mil setecentos e trinta reais), em favor da empresa Marlene L. Frutuoso & CIA Ltda ME, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 24 de março de 2020.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.296/20

Publicação Nº 2418011

DECRETO Nº 17.296/20, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre as medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) e da atividade industrial no âmbito do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a publicação da Portaria GAB/SES nº 189 de 22 de março de 2020 da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Considerando a publicação do Decreto de nº 525, de 23 de março de 2020 do Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado por 7 (sete) dias o prazo de quarentena decretado no art. 2º do Decreto Municipal 17.292/20, a partir de 25 de março de 2020.

Art. 2º Ficam autorizadas a funcionar, no âmbito do município de Videira, as seguintes atividades, tidas como essenciais:

- I – Indústria, mediante a redução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de trabalhadores por turno de trabalho;
- II – Prestadores de serviços, tais como, oficinas mecânicas e borracharias, vinculados a atividade de transporte e logística e de suporte a atividades essenciais;
- III – Venda de refeições às margens das rodovias, exclusivamente para profissionais de serviços considerados essenciais, incluindo nesta categoria os transportadores de carga responsáveis pelo abastecimento e transbordo;
- IV – Prestadores de serviços administrativos, tais como contabilidade e afins, devem priorizar o tele trabalho ou remoto para suas atividades, evitando o trânsito e aglomeração de pessoas;
- V – Atividades de comércio em geral, apenas para suprir a demanda e necessidade das atividades essenciais permitidas, ficando vedado manter as portas abertas e vedado o atendimento ao público em geral.

§ 1º As atividades autorizadas nos incisos II e III não podem estar abertos para acesso do público em geral, orientando ainda que o atendimento seja no modelo "drive thru" (compra e retira), para que não haja aglomeração de pessoas no local.

§ 2º Não se aplica a redução prevista no inciso I deste artigo às agroindústrias, indústrias de alimentos e indústrias de insumos da saúde e segurança e as empresas que fazem parte de sua cadeia produtiva.

§3º As atividades autorizadas a funcionar, previstas nos Decretos nº 17.292/20, 17.294/20 e 17.295/20, permanecem liberadas.

Art. 3º O funcionamento das indústrias depende da observação das seguintes condições:

- I – Priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de trabalhadores pertencentes aos grupos de risco;
- II – Priorização para que os setores administrativos trabalhem remotamente;
- III – Adoção de medidas internas necessárias para evitar a transmissão do coronavírus (COVID-19) no ambiente de trabalho e no transporte dos funcionários.

Art. 4º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 5º Os casos omissos serão analisados pelo Comitê de Gestão Preventiva COVID-19.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2020.

EURO VIECELI

Secretário de Administração interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - FMS

Publicação Nº 2417918

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MODO EMERGENCIAL DE MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, MÁSCARAS PFF2 E JALECOS DESCARTÁVEIS PARA QUE SEJAM DISPONIBILIZADOS AOS SERVIÇOS DA SAÚDE E PACIENTES SUSPEITOS DO CORONAVÍRUS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.915,00 (oito mil novecentos e quinze reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, IV, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 19 de março de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - PMV

Publicação Nº 2418206

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA SC, CONFORME DECRETO 17.292/2020.

VALOR: R\$ 3.997,50 (três mil novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 18 de março de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2020

Publicação Nº 2418007

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e no artigo 63 da Lei Municipal 69, de 05 de dezembro de 1985, e no artigo 27 Lei Municipal 257, de 17 de dezembro de 1992,

Considerando a implantação de medidas para resposta imediata em função dos impactos da pandemia do decorrente do Coronavírus (COVID 19);

NOTIFICA,

Todas as Pessoas Jurídicas, Profissionais Autônomos e Sociedades de Profissionais regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes Municipal, do estabelecimento de novos prazos de vencimentos para as seguintes taxas;

I – Novo Prazo

1º Fica estabelecida nova data para o recolhimento da Taxa de Licença para Localização e/ou Funcionamento – TLL e Taxa relativa a Atos da Vigilância Sanitária – TAS anteriormente prevista nos Editais de Notificação nºs 002/2020 e 003/2020.

2º Ficam incluídas na prorrogação de vencimento a TLL - Taxa de Licença para Localização e/ou Funcionamento e a TAS - Taxa relativa a Atos da Vigilância Sanitária, lançadas com vencimento posterior a decretação da Pandemia pela Organização Mundial da Saúde –OMS.

3º As referidas taxas deverão ser recolhidas até a data de 31 de agosto de 2020 sem acréscimos.

A prorrogação do prazo a que se refere o caput não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - PMV

Publicação Nº 2417955

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DA EMPRESA " RADIO VALE DO CONTESTADO LTDA" PARA REALIZAR O SERVIÇO DE INSERÇÕES DIÁRIAS, PARA DIGULGAÇÃO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO COVID-19.

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 19 de março de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - PMV

Publicação Nº 2418009

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DA EMPRESA " RÁDIO VIDEIRA LTDA" PARA REALIZAR O SERVIÇO DE INSERÇÕES DIÁRIAS, PARA DIGULGAÇÃO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO COVID-19

VALOR: R\$ 11.580,00 (onze mil quinhentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 19 de março de 2020.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 014/2020**

Publicação Nº 2418166

PORTARIA Nº 014/2020

Coronavírus: Câmara de Vereadores prorroga suspensão de sessões e expediente dos servidores até 31/03/2020

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, considerando a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), e do Decreto nº 525/2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, de 23 de março de 2020, e do Decreto nº 17.296/2020 de 24 de março de 2020, expedido pelo Poder Executivo do Município de Videira, a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Videira – SC prorroga até o dia 31 de março de 2020 as normas a seguir:

Art. 1º. A suspensão das sessões da Câmara de Vereadores – Plenário e Comissões e os trabalhos externos, bem como atendimento ao público, podendo ser prorrogado e/ou reavaliado a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Parágrafo único – Os Servidores da Câmara, quando dispensados de suas funções, ficarão à disposição do serviço público, podendo ser convocados em situações de necessidade ou emergência.

Art. 2º. Esta Portaria, publicada com o nº14/2020, passa a valer sob o número 14/2020, e entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 24 de março de 2020.

CARLOS DEMENEK
Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 019/2020

Publicação Nº 2418377

DECRETO Nº 019 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO DE QUARENTENA DISPOSTO NO DECRETO MUNICIPAL N. 018, DE 18 DE MARÇO DE 2020, COMO MEDIDA PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando as medidas para prevenção e enfrentamento emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), descritas no Decreto Municipal n. 18, de 18 de março de 2020;

Considerando todos os Decretos Estaduais envolvendo o novo coronavírus (COVID-19), especialmente o recente Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020, que em seu art. 7º prorrogou por mais 7 (sete) dias o período de quarentena:

DECRETA:

Art. 1º Para enfrentamento da situação momentânea, fica prorrogado o período de suspensão, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II, do art. 2º, da Lei Federal n. 13.979/2020, pelo período em que vigorar o Decreto Estadual n. 525/2020 ou outro que o substitua, observando as disposições contidas no Decreto Municipal n. 18, de 18 de março de 2020, sem prejuízo das disposições contidas nos Decretos, regulamentações e orientações federais e estaduais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos no período em que vigorar o Decreto Estadual 525/2020, podendo ser prorrogado por igual ou mais períodos, se necessário.

Vitor Meireles, 24 de março de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

Witmarsum

PREFEITURA

DECRETO N.º 025/20, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2417986

DECRETO N.º 25/20, de 24 de março de 2020.

PRORROGA O PRAZO DE QUARENTENA DISPOSTO NO ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 22/20, DE 18 DE MARÇO DE 2020, SE ESTENDENDO POR MAIS 7 (SETE) DIAS, COMO MEDIDA PARA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE WITMARSUM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando as medidas para prevenção e enfrentamento emergencial de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), descritas no Decreto Municipal nº 22/20, de 18 de março de 2020, bem como, as medidas e ações adicionais descritas no Decreto Municipal nº 24/20, de 20 de março de 2020”;

Considerando todos os Decretos Estaduais envolvendo o novo coronavírus (COVID-19), especialmente o recente Decreto nº 525, de 23 de março de 2020, que em seu art. 7º prorrogou por mais 7 (sete) dias o período de quarentena;

DECRETA:

Art. 1º - Para enfrentamento da situação momentânea, em razão da situação de emergência declarada em todo o território do Município de Witmarsum através do art. 2º do Decreto Municipal nº 22/20, de 18 de março de 2020, fica prorrogado o período de suspensão, sob regime de quarentena, nos termos do inc. II, do art. 2º, da Lei Federal nº 13.979/2020, pelo período de mais 7 (sete) dias, observando as disposições contidas no Decretos Municipais nsº 22/20, de 18 de março de 2020 e 24/20, de 20 de março de 2020, sem prejuízo das disposições contidas nos Decretos, regulamentações e orientações federais e estaduais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

WITMARSUM – SC, 24 de março de 2020.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

TERMO DE FOMENTO 001/2020

Publicação N° 2418596

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Fomento nº 001/2020

Município de Xanxerê

Fomentador: Associação Educacional e Caritativa Hospital Regional São Paulo.

Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados para o pagamento de serviços prestados no atendimento médico a população de Xanxerê, no serviço de urgência/emergência e sobreaviso médico de 09 especialidades médicas, ambos com funcionamento integral (24 horas), na modalidade Termo de Fomento por dispensa de chamamento público previsto no art. 30 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

Valor R\$ 167.500,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos reais) mensais. Prazo: 31/03/2021.

Xanxerê-SC, 24/03/2019.

Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 432/2020

Publicação Nº 2418399

DECRETO Nº 432, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Declara situação de emergência e dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 515 de 17/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto nº 525 de 23/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.

CONSIDERANDO que a situação demanda a continuidade do emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Xavantina.

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida e declarada situação de emergência no Município de Xavantina, para fins de prevenção e enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Para enfrentamento da situação de emergência no âmbito do Município de Xavantina aplicam-se integralmente as disposições constantes no Decreto Estadual nº 525 de 23/03/2020 e determina-se:

I – A SUSPENSÃO pelo período de 7 (sete) dias:

- a) as atividades e os serviços privados não essenciais, a exemplo de academias, shopping centers, bares, restaurantes e comércio em geral;
- b) os serviços públicos considerados não essenciais, em âmbito municipal, que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto, nos termos do Artigo 9º do Decreto Estadual nº 525 de 23/03/2020;
- c) a entrada de novos hóspedes no setor hoteleiro;
- d) a circulação de veículos de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros;
- e) a circulação e o ingresso no território catarinense de veículos de transporte interestadual e internacional de passageiros, público ou privado, bem como os veículos de fretamento para transporte de pessoas;

II – A SUSPENSÃO pelo período de 30(trinta) dias:

- a) os eventos e as reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões, cursos presenciais, missas e cultos religiosos;
- b) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e praias; e
- c) contados de 19 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico e ensino superior, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 3º Além do previsto no Artigo 9º do Decreto Estadual nº 525 de 23/03/2020, no âmbito do Poder Executivo Municipal consideram-se essenciais o serviço de manutenção de estradas públicas, serviço de limpeza e abertura de fontes de água, transporte de água, entrega de notas de produtor rural e produção de silagem, onde deverá ser editado regramento específico para o funcionamento.

§1º Os serviços que não puderem ser realizados por meio digital ou mediante trabalho remoto, deverá ser feito através de escala de plantão, a ser fixada pelos responsáveis por cada unidade administrativa, suspendendo-se os atendimentos rotineiros.

§2º A distribuição das tarefas a serem realizadas durante o período de quarentena deverá ser realizada pelas chefias imediatas, através dos meios ajustados em cada unidade administrativa.

§3º Ato do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde poderá suspender as férias e afastamentos autorizados dos servidores vinculados à Secretaria de Saúde e Assistência Social, tendo em vista a necessidade de reforço no atendimento à população durante o período de vigência do estado de emergência.

Art. 4º Ficam os titulares dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal autorizados a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor no dia 25 de março de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Xavantina/SC, 24 de Março de 2020.

ENOIR FAZOLLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 433/2020

Publicação Nº 2418401

DECRETO Nº 433, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe a prorrogação de prazo para pagamento de impostos, taxas, contribuições e preços públicos em razão da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, incisos VIII e XI da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 515 de 17/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

CONSIDERANDO o Decreto nº 525 de 23/03/2020 do Governo do Estado de Santa Catarina que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.

CONSIDERANDO que as medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública em questão ocasionaram a suspensão do atendimento dos serviços públicos e a restrição do atendimento pelas agências bancárias.

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogados até a data de 30 de Abril de 2020 os prazos para pagamento de impostos, taxas, contribuições e preços públicos em favor do Município de Xavantina que teriam vencimento entre o período de 19 a 31 de Março de 2020.

§ 1º Em razão da prorrogação prevista no caput deste artigo, ficam garantidos eventuais descontos por pagamento antecipado ou à vista.

§ 2º Os demais vencimentos que não ocorrem no prazo previsto no caput deste artigo permanecem com a data de vencimento original.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 24 de Março de 2020.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 035/2020 - DISPENSA Nº 013/2020

Publicação Nº 2418219

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 035/2020

Edital: Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 013/2020

Fundamento: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93

Objeto: Aquisição de 600 cestas básicas com alimentos, para distribuição gratuita a famílias em vulnerabilidade social, em decorrência a pandemia de COVID-19 (coronavírus), residentes em Xaxim, de acordo com os Decretos Municipais de Situação de Emergência nº 0223 de 17 de março de 2020 e nº 0227 de 20 de março de 2020.

Fornecedor: Cooperativa Agroindustrial Alfa

Valor: R\$ 29.994,00 (vinte e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais).

Dotações: 33.90.32.03.00.00.00 (85/2020).

Xaxim/SC, 23 de março de 2020. Lirio Dagort. Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 0032 DE 24 DE MARÇO DE 2020 - PRORROGA A SUSPENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA POR CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2417913

DECRETO Nº 0032 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

PRORROGA A SUSPENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA POR CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 57, XVIII, da Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

A declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) que reconhece como pandemia a infecção por coronavírus (COVID-19);

O DECRETO Nº 507 do Governo do Estado de Santa Catarina de 16 de março de 2020;

A publicação do Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

O Decreto Municipal nº 0031 de 18 de março de 2020;

O Decreto Estadual nº 521 DE 19/03/2020 que acresce os arts. 3º-A e 3º-B ao Decreto nº 515, de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento da COVID-19, e estabelece outras providências.

E ainda, o Decreto n.º 525 e 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Mantém-se na íntegra o Decreto Municipal nº 0031 de 18 de março de 2020, prorrogando-se unicamente a suspensão dos serviços não essenciais até a data de 31 de março de 2020, nos termos do Decreto do Governador do Estado de Santa Catarina, n.º 525 de 23 de março de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser prorrogado ou revogado de acordo com as orientações das autoridades da Saúde e do Governo Estadual ou Federal.

Zortéa, 24 de março de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 24 de março de 2020.

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 0033 DE 24 DE MARÇO DE 2020 - DECLARA RACIONAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC NO HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE ÀS 14H00 E ÀS 17H00.

Publicação Nº 2417914

DECRETO Nº 0033 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA RACIONAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC NO HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE ÀS 14H00 E ÀS 17H00.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 57, XVIII, da Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

A Estiagem que vem ocorrendo desde o final de 2019 até então, atingindo todo o território do município (envolve a totalidade da zona rural e urbana);

Como consequência deste desastre, resultou os prejuízos econômicos, constantes do Formulário de Informação do Desastre - FIDE, anexo a este Decreto;

A recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

Concorre como critérios agravantes da situação de anormalidade o comportamento climático nos próximos dias;

O Decreto Municipal n. 0029 de 16 de março de 2020 que Declara Em Situação Anormal, Caracterizada Como Situação De Emergência a Área do Município Afetada Por Estiagem – Cobrade 14.110;

Considerando o maior consumo de água nos últimos dias em função da quarentena e considerando também que por ausência de chuvas o abastecimento do sistema Municipal de água encontra-se comprometido,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o racionamento do abastecimento de água potável no Município de Zortéa, por prazo indeterminado, diariamente, no horário compreendido entre às 14h00 e às 17h00, devendo a Diretoria de Meio Ambiente, Água e Esgoto adotar as medidas cabíveis.

Art. 2º Fica recomendado a todos os Municípios que economizem água, para que não tenhamos a totalidade do abastecimento comprometida.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 23 de março de 2020.

Zortéa, 24 de março de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 24 de março de 2020.

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO Nº 0034 DE 24 DE MARÇO DE 2020 - DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2417923

DECRETO Nº 0034 DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À COVID-19 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA - SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 57, XVIII, da Lei Orgânica do Município e CONSIDERANDO:

A declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) que reconhece como pandemia a infecção por coronavírus (COVID-19);

O Decreto Nº 507 do Governo do Estado de Santa Catarina de 16 de março de 2020;

A publicação do Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

O Decreto Municipal nº 0031 de 18 de março de 2020;

O Decreto Estadual nº 521 DE 19/03/2020 que acresce os arts. 3º-A e 3º-B ao Decreto nº 515, de 2020, que declara situação de emergência em todo território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento da COVID-19, e estabelece outras providências.

O Decreto n.º 525 e 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

E ainda, o Decreto Municipal nº 0032 de 24 de março de 2020

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada Situação de Emergência no Município de Zortéa, para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia da COVID-19.

Art. 2º A Administração Pública, de forma articulada com a Secretaria Municipal de Saúde e demais Secretarias do Município seguirá prestando informações, esclarecimentos e recomendações aos Municípios de Zortéa, dando a mais ampla publicidade aos atos informativos.

Art. 3º Ficam Ratificadas todas as disposições constantes nos Decretos Estaduais n.º 507 de 16 de março de 2020; nº 515, de 17 de março de 2020; nº 521 de 19 de março 2020 e Decreto n.º 525 e 23 de março de 2020

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa, 24 de março de 2020.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 24 de março de 2020.

BIRAJARA CESA DA SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMAUC

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418333

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIANTE DO RISCO DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO COM O CORONAVÍRUS – COVID-19, NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ARI REICHERT, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, NEUSA KLEIN MARASCHINI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CÁTIA TESSMANN REICHERT, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, no uso das atribuições que lhes conferem os respectivos Estatutos Sociais, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária Conjunta, no dia 17 de março de 2020, e com base nas novas determinações do Governo do Estado feitas através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

RESOLVEM, sem prejuízo da prestação dos serviços e do funcionamento regular das entidades:

Art. 1º Estender por 7 (sete) dias o prazo previsto no inciso I, do art. 1º e art. 3º da Resolução Conjunta nº 01, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Aos Municípios integrantes das entidades signatárias, recomenda-se atendimento às novas medidas estabelecidas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, além das não revogadas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Concórdia, 24 de março de 2020.

EMERSON ARI REICHERT AMAUC	NEUSA K. MARASCHINI CIS AMAUC	CÁTIA T. REICHERT CONSÓRCIO LAMBARI
-------------------------------	----------------------------------	--

AMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 010-2020- CRIA O GRAC NO ÂMBITO DA AMERIOS

Publicação Nº 2418056

Resolução nº 010/2020 Maravilha/SC, 24 de março de 2020.

CRIA O GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS – GRAC NO ÂMBITO DA AMERIOS, PARA DELIBERAÇÃO COLEGIADA EM PLANOS DE AÇÃO, NO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI FURTADO, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere Estatuto Social e ainda,

Considerando os fins sociais da Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS, levando em consideração os dispositivos legais expedidos pela União, Estados e Municípios acerca da adoção de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Com o objetivo de unir forças entre órgãos e instituições públicas e privadas no enfrentamento coordenado do COVID-19.

RESOLVE:

Art. 1º – Visando medidas adicionais, fica criado o “Grupo de ações coordenadas (GRAC)” no âmbito da AMERIOS, para deliberar e articular ações colegiadas, em apoio aos municípios no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

§ 1º - As ações conjuntas estabelecidas no caput deste artigo, serão deliberadas e articuladas preferencialmente na modalidade home office (a distância), através do aplicativo WhatsApp pelo grupo denominado GRAC AMERIOS COVID-19.

Art. 2º - Ficam convidados para compor o Grupo de Ações Coordenadas (GRAC) da AMERIOS:

1. AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre Rios e o sistema de consórcios – (Presidente, Assessor Jurídico, Secretária Executiva, COSEMS e Colegiado de Saúde e Educação);
2. Defesa Civil – Coordenador Regional do CIGERD/Maravilha;
3. Secretaria de Estado de Saúde (SES) – Coordenação regional;
4. Secretaria de Estado de Educação (SED) – Coordenação regional;
5. Departamento Estadual de Infraestrutura – Coordenação Regional;
6. Ministério Público – Promotores de Justiça;
7. Polícia Civil – Delegados de Polícia;
8. Corpo de Bombeiros Militar – Comandantes de OBM;
9. Polícia Militar – Comandantes de OPM;
10. SAMU – Coordenador/Regulador;
11. Casan – Coordenação;

12. IMA – Coordenação;
13. Epagri – Coordenação;
14. CDL – Coordenação;
15. UPA Maravilha – Coordenação;
16. Polícia Rodoviária Federal – Coordenação;
17. Polícia Militar Rodoviária Estadual – Comandante.

Art. 3º – O Grupo de ações coordenadas (GRAC), tem como objetivo, constituir um espaço para deliberação e encaminhamentos de ações coordenadas e uniformes que visam a socialização de informações de forma a proporcionar encaminhamentos em apoio aos municípios no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 4º - Ficam indicado para a Coordenação do GRAC, a Secretária Executiva da AMERIOS, Fabiane Galera e o Coordenador Regional do CIGERD/Maravilha, Henrique Junior Cocco.

Art. 5º - Os planos de ações deliberados pelo GRAC, serão de cunho contributivo e indicarão ações conjuntas aos municípios e demais instituições envolvidas no enfrentamento no combate ao COVID-19.

Art. 6º - Esta resolução entra em vigor na data da publicação.

Publique-se nos termos da Resolução n. 014/2015.

DERLI FURTADO ARNILDO LUIZ KOLLET

Presidente da AMERIOS OAB/SC 35.378

Prefeito de Santa Terezinha do Progresso Advogado da AMERIOS

Consórcios

ARIS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº24, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Publicação Nº 2418490

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº24, de 24 de março de 2020

Dispõe sobre a cobrança dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prorrogação do pagamento das faturas, do parcelamento das faturas, do corte do abastecimento e da flexibilização do prazo de intervalo das leituras dos hidrômetros pelos prestadores de serviços públicos dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados nos municípios regulados e fiscalizados pela ARIS, enquanto durar a pandemia do Covid-19.

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições previstas nos artigos 8º, I, "d" e "e" e 28, II do Contrato de Consórcio Público, com fundamento no art. 23, IV e V da Lei nº 11.445/2007, e Considerando que a ARIS tem o dever legal de regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico em 202 municípios catarinenses;

Considerando as disposições do art. 8º, I, "d" e "e", do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID19;

Considerando a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto Estadual nº 507, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Legislativo nº 6, de 19 de março de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do presidente da república encaminhada por meio da mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

Considerando a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que declara a transmissão comunitária do COVID-19 em todo o território nacional e intensifica as ações de isolamento social;

Considerando o Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;

Considerando os Decretos Municipais de emergência em saúde pública expedidos no âmbito dos municípios consorciados à ARIS;

Considerando as restrições dos serviços bancários e das lotéricas nos municípios catarinenses;

Considerando as recomendações de várias autoridades sanitárias, bem como a necessária prudência de evitar aglomeração de pessoas; e Considerando as justificativas apresentadas por diversos prestadores de serviços públicos de saneamento básico expedir a seguinte Resolução Normativa:

Art. 1º Esta Resolução altera, em caráter temporário, as regras estabelecidas na Resolução Normativa/ARIS nº 19/2019, notadamente os artigos que dispõe sobre a cobrança e vencimentos das faturas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como cortes no fornecimento aos usuários e prazos para o prestador efetuar a leitura do medidor (hidrômetro) nas unidades usuárias e das outras providências.

Art. 2º Os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo sua autonomia administrativa e financeira, poderão deliberar sobre a prorrogação do vencimento das faturas relacionadas aos serviços públicos dos meses de março e abril, sem a cobrança de correção monetária e/ou incidência de juros.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o estado de emergência de saúde internacional decorrente do coronavírus, estão suspensos os cortes do fornecimento dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário por inadimplência dos usuários.

Art. 3º Os prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, poderão efetuar as leituras dos hidrômetros, fora do intervalo previsto no art. 84, da Resolução Normativa/ARIS nº19/2019 e, ainda, utilizar as regras estabelecidas para leitura pela média nos termos do § 1º do art. 83 da Resolução Normativa/ARIS nº 19/2019.

Art. 4º Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico, poderão facultar ao usuário o parcelamento das faturas cujo vencimento se operará na forma descrita no artigo 2º da presente Resolução, dentro do exercício financeiro de 2020.

Art. 5º Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico, devem comunicar os usuários sobre os novos prazos de vencimentos das faturas dos serviços públicos de saneamento básico, preferencialmente, na própria fatura, em rádio e internet.

Art. 6º A presente Resolução aplica-se, aos prestadores de serviços vinculados a administração direta e indireta, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios abrangidos pela ARIS, durante o período de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Art. 7º As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pelo Diretor-geral da ARIS.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 24 de março de 2020.

Roberto Aurélio Merlo (Presidente)
Silvio José Martins Filho
José Galvani Alberton
Pablo Heleno Sezerino
Marco Aurélio Alberton
Arcênio Patrício
Eduardo Luiz Pereira

CIGA**PORTARIA N.º 12, DE 24 DE MARÇO DE 2020**

Publicação Nº 2418403

PORTARIA N.º 12, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre medidas preventivas com vistas à redução do risco de disseminação e contágio com o coronavírus – COVID-19, e dá outras providências.

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em decorrência do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n.º 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

Considerando as medidas previstas na Resolução CIGA n.º 174, de 16 de março de 2020, e na Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020, as quais dispõem sobre medidas preventivas com vistas à redução do risco de disseminação e contágio com o coronavírus – COVID-19;

Considerando que os atendimentos presenciais no âmbito do CIGA estão suspensos até o dia 24 de março de 2020, consoante se depreende do caput do art. 1º da Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020;

Considerando que compete ao Diretor Executivo do CIGA prorrogar a suspensão dos atendimentos presenciais, conforme orientações das autoridades, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020;

Considerando o Decreto n.º 525, de 23 de março de 2020, do governo do Estado de Santa Catarina, o qual renovou por mais 7 (sete) dias, a contar do dia 25 de março de 2020, em todo o território catarinense, o regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto, ambos do CIGA, e com base no § 3º do art. 1º da Resolução CIGA n.º 175, de 18 de março de 2020

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar o prazo de suspensão dos atendimentos presenciais no CIGA até o dia 31 de março de 2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 37 do Estatuto do CIGA.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 24 de março de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIM-AMAVI**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020 - AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA**

Publicação Nº 2418294

SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

Assunto: Suspensão da abertura do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2020

Senhores Licitantes,

A Pregoeira do CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, informa sobre os questionamentos que estão sendo feitos em relação à sessão de lances eletrônica do referido Edital, e torna público o que se segue:

CONSIDERANDO todos os acontecimentos e medidas adotadas em relação a Pandemia da COVID/19, em nível municipal, estadual, federal e até mundial;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020 e a Resolução DIR nº 004/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI); e

CONSIDERANDO as limitações que possam vir a surgir para a participação no certame das empresas interessadas, RESOLVE, suspender, sem data pré agendada, a sessão de lances que aconteceria no dia 25/03/2020, no Portal de Compras Públicas. Nova data será agendada e publicada nos mesmos órgãos já publicados os avisos da licitação.

Rio do Sul/SC, 24 de março de 2020

Mariane Fernandes da Rosa

Pregoeira CIM-AMAVI

CIMVI**CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2018/003 - QUARTO TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2418140

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) JONATAN MICHEL KRIESER, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental, nascido em 07/11/1995, inscrito no CPF sob o nº 086.173.529-30 e portador do RG sob o nº 5.299.287– SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Wilhelm Milke, 325, Bairro Araponguinhas, na cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 05/10/2018, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Analista Ambiental – Engenharia Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 10/10/2018, tendo sido objeto de prorrogação na data de 08/10/2019, passando seu término para 11/06/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que o(a) CONTRATADO(a) TEMPORÁRIO(a) solicitou a antecipação do término do prazo contratual para 24/03/2020, por conta de compromissos particulares, o que foi feito por intermédio do Terceiro Termo Aditivo de 05/03/2020;

1.4 – CONSIDERANDO que, com o término do contrato administrativo individual para contratação temporária, o CONTRATANTE deve promover o pagamento de todas as verbas rescisórias, bem como emissão de guias para saque do FGTS por parte do CONTRATADO, o que revela-se totalmente inviável no atual cenário mundial, que enfrenta a pandemia em decorrência da infecção humana causada pelo novo corona vírus (COVID-19), que gerou o fechamento de todas as agências bancárias/instituições financeiras para atendimento ao público;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de duração, previsto na Cláusula Oitava do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 05/10/2018, já alterado pelo Primeiro Termo Aditivo de 08/10/2019 e pelo Terceiro Termo Aditivo de 05/03/2020, para 25/05/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 05/10/2018, com as disposições dos Termos Aditivos firmados em 08/10/2019, 07/11/2019 e 05/03/2020, ficam mantidas e ratificadas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 24 de Março de 2020.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

JONATAN MICHEL KRIESER

(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CINCATARINA**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0007**

Publicação Nº 2418466

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0007/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" 2385/2020-e

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais de Computação e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2020 a 31 de maio de 2021. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 25/03/2020 até às 09:00 horas do dia 13/04/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 13/04/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 13/04/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 24 de março de 2020.

Elói Rönnau – Diretor Executivo do CINCATARINA

RESOLUÇÃO 0026_2020

Publicação Nº 2418419

Resolução n. 0026/2020

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, Sra. Milena Andersen Lopes Becher, Prefeita Municipal de Vargem, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público do Estatuto do Consórcio, e

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual n. 500, de 11 de março de 2020, Decreto Estadual n. 507, de 16 de março de 2020, Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020 que dispõem sobre medidas de prevenção e enfrentamento ao Coronavírus;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual n. 525, de 23 de março de 2020 que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade, em termos de saúde pública, de adoção de medidas para evitar a disseminação do novo coronavírus, especialmente com vistas a assegurar o atendimento de saúde adequado aos grupos mais vulneráveis;

CONSIDERANDO a evolução do cenário de propagação da doença;

CONSIDERANDO as limitações técnicas para que todos os colaboradores do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA possam desenvolver suas atividades em sistema de trabalho remoto;

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento aos entes da federação consorciados, especialmente nas áreas essenciais, no Projeto de Licitação Compartilhadas.

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 0024, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19), no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a vigência da Resolução 0024, de 18 e março de 2020, do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, pelo período de 7 (sete) dias consecutivos, a contar de 25 de março de 2020, inclusive, salvo disposição em contrário, mantendo todas as disposições nela contidas.

Art. 2º. Em razão da prorrogação ficam suspensos, por prazo indeterminado, a contar de 18 de março de 2020, os prazos de comparecimento

e apresentação de documentos, dos convocados para os empregos públicos de Analista Técnico IV, na função de Engenheiro Eletricista (1º colocado), e Analista Técnico II (1º ao 3º colocados), do Concurso Público, Edital nº 001/2019, bem como dos convocados para o emprego público de Analista Técnico III – ACT, na função de Programador/Desenvolvimento de Sistemas (1º e 2º colocados), do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 002/2019 – Contratação em Caráter Temporário (ACT).

Art. 3º. Fica autorizado o CINCATARINA a instituir o “Painel COVID-19”, com o objetivo de registrar e centralizar demandas dos órgãos e entidades dos Entes da Federação, de entidades sem fins lucrativos, entre outras, e ofertas dos fornecedores pesquisados, para aquisição de produtos médico hospitalares para prevenção e tratamento do Covid-19, gerando demandas conjuntas, visando realizar ações para racionalização de procedimentos administrativos.

Art. 4º. Ficam autorizadas a manutenção de recebimento de propostas, abertura e julgamento e início de sessão de disputa de preços de editais de pregão, na modalidade eletrônica, já publicados pelo CINCATARINA, especialmente para atendimento de serviços essenciais dos Entes da Federação consorciados, a exemplo de medicamentos e correlatos, já que são realizados através de plataforma eletrônica, sem necessidade de comparecimento pessoal.

Art. 5º. A Diretoria Executiva do CINCATARINA fica autorizada a emitir atos complementares ao disposto nesta Resolução.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor no dia 25 de março de 2020 e tem vigência até o dia 31 de março de 2020, inclusive, salvo disposição em contrário.

Florianópolis SC, 24 de março de 2020.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER
Prefeita de Vargem
Presidente do CINCATARINA

CIS/AMAUC

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418341

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIANTE DO RISCO DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO COM O CORONAVÍRUS – COVID-19, NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ARI REICHERT, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, NEUSA KLEIN MARASCHINI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CÁTIA TESSMANN REICHERT, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, no uso das atribuições que lhes conferem os respectivos Estatutos Sociais, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária Conjunta, no dia 17 de março de 2020, e com base nas novas determinações do Governo do Estado feitas através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

RESOLVEM, sem prejuízo da prestação dos serviços e do funcionamento regular das entidades:

Art. 1º Estender por 7 (sete) dias o prazo previsto no inciso I, do art. 1º e art. 3º da Resolução Conjunta nº 01, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Aos Municípios integrantes das entidades signatárias, recomenda-se atendimento às novas medidas estabelecidas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, além das não revogadas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Concórdia, 24 de março de 2020.

EMERSON ARI REICHERT AMAUC	NEUSA K. MARASCHINI CIS AMAUC	CÁTIA T. REICHERT CONSÓRCIO LAMBARI
-------------------------------	----------------------------------	--

CIS/AMVI**394.2020 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - PRORROGAÇÃO MEDIDAS CORONAVIRUS**

Publicação Nº 2418465

RESOLUÇÃO Nº 394, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Prorroga as medidas temporárias de prevenção contra o contágio pelo Novo Coronavírus, adotadas pela Resolução nº 385, de 18 de março de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO CISAMVI, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI e considerando:

1. o Decreto Estadual 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
2. o agravamento da situação e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas no ambiente de trabalho, visando à redução do risco de contágio do Novo Coronavírus, causador da doença COVID-19;
3. a possibilidade de continuidade dos serviços por meio de uso de ferramentas da tecnologia da informação; e
4. o Convênio de Cooperação Institucional nº 001/2014, de 11 de dezembro de 2014, celebrado entre a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar por 07 (sete) dias a partir de 26 de março de 2020, podendo ser alterada ou prorrogada conforme necessidade, as medidas de exceção previstas no artigo 5º da Resolução nº 385, de 18 de março de 2020.

Art. 2º. Os demais artigos da Resolução nº 385, de 18 de março de 2020 permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 19 de março de 2020.

Blumenau – SC, 24 de março de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

NOTA DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020

Publicação Nº 2418072

NOTA DE ESCLARECIMENTO – EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020

Daniella Martins Tarouco, pregoeira designada por intermédio da Resolução nº 291/2019 do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, torna público, com referência ao Edital de Licitação – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 03/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 16/03/2020 (Edição 3082 – páginas 2249-2268) que os documentos CÓPIA DO CERTIFICADO DO REGISTRO DO PRODUTO, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CONTROLE e MANUAL/EMBALAGEM DO PRODUTO serão solicitados somente na forma do item 13 do instrumento convocatório, não sendo necessário o envio prévio na forma do item 10 do Edital.

Blumenau-SC, 24 de março de 2020.

Daniella Martins Tarouco

Pregoeira

NOTA DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO ELETRÔNICO 04/2020

Publicação Nº 2418073

NOTA DE ESCLARECIMENTO – EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 04/2020

Daniella Martins Tarouco, pregoeira designada por intermédio da Resolução nº 291/2019 do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, torna público, com referência ao Edital de Licitação – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 16/03/2020 (Edição 3082 – páginas 2269-2287) que os documentos CÓPIA DO CERTIFICADO DO REGISTRO DO PRODUTO, CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO E CONTROLE e MANUAL/EMBALAGEM DO PRODUTO serão solicitados somente na forma do item 13 do instrumento convocatório, não sendo necessário o envio prévio na forma do item 10 do Edital.

Blumenau-SC, 24 de março de 2020.

Daniella Martins Tarouco

Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO 02/2020 - ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2418355

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 02/2020

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte, considerando a impossibilidade de reunião dos membros da Equipe de Apoio devido à pandemia de COVID-19, a Pregoeira designada pelo Diretor Executivo deste consórcio público para condução dos trabalhos do certame em epígrafe, analisou os documentos encaminhados face ao prazo concedido para regularização das pendências constatadas quando da análise da documentação apresentada para habilitação no Pregão Eletrônico nº 02/2020, cujo objeto é o Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para futura e eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA. (CNPJ 20.590.555/0001-48)

- Na proposta encaminhada o quantitativo indicado para o item 86 está incorreto, fazendo-se necessário o envio do documento devidamente corrigido;
- O documento "Dados Cadastrais do Fornecedor" (subitem 12.1.18 do Edital) não está assinado, fazendo-se necessário o envio do documento devidamente firmado.

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA. (CNPJ 00.802.002/0001-02)

- Solicitou desclassificação para o item 152, em virtude de cotação equivocada de marca indisponível no mercado. A solicitação foi acatada pela Pregoeira;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 192, 259 e 328.

Bascel Soluções LTDA. (CNPJ 21.515.353/0001-02)

- Solicitou desclassificação para o item 63, em virtude de cotação equivocada de marca indisponível no mercado. A solicitação foi acatada pela Pregoeira.

Biolab Sanus Farmacêutica (CNPJ 49.475.833/0016-84)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 78, 206, 321 e 329.

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 03.652.030/0001-70)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 76, 97, 113, 124, 216, 257 e 285.

Ciamed Distribuidora de Medicamentos (CNPJ 05.782.733/0001-49)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 198.

Cimed Indústria de Medicamentos LTDA. (CNPJ 02.814.497/0007-00)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 77, 128, 129, 169, 176, 215, 245 e 298.

Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA. (CNPJ 67.729.178/0004-91)

- Não foram encaminhados a proposta e documentos técnicos correspondentes aos itens 85, 89 e 138, tampouco pedido de desclassificação devidamente justificado, motivo pelo qual a licitante é desclassificada dos referidos itens;
- Denota-se que o valor cadastrado pela licitante para o item 188 na plataforma Compras Públicas, de R\$ 0,14 possivelmente trata-se de erro ao considerar a unidade de medida licitada (ml x frasco), motivo pelo qual, ante a manifesta inexecuibilidade, a licitante é desclassificada do referido item;
- Considerando que a proposta encaminhada indica valor unitário (por ml) inferior ao registrado na plataforma Compras Públicas para o item 253, o referido item ficará aberto pra adequação do valor, a fim de que seja corrigido para o menor valor constante da proposta encaminhada;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 132 e 275.

Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos LTDA. (CNPJ 44.734.671/0001-51)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 46, 47, 74, 91, 92, 95, 98, 150, 155, 170, 172, 174, 175, 190, 203, 204, 213, 238, 239, 240, 258, 276, 287 e 317.

Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 02.520.829/0001-40)

- Solicitou desclassificação para o item 72, em virtude de cotação equivocada. A solicitação foi acatada pela Pregoeira;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 36, 40, 264 e 293.

FF Distribuidora de Medicamentos LTDA. (CNPJ 28.093.678/0001-85)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 73, 225 e 322.

Goldenplus Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 17.472.278/0001-64)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 64, 66, 67, 154 e 244.

Medcom EIRELI (CNPJ 22.635.177/0001-05)

- Quanto ao item 305, o item cotado está enquadrado como "alimento", e considerando que o objeto do presente certame é o registro de preços de "medicamentos" a licitante é desclassificada do referido item.

Medigram Comércio de Medicamentos EIRELI (CNPJ 04.470.877/0001-05)

- Não encaminhou a documentação técnica solicitada para o item 180 dentro do prazo para regularização das pendências, motivo pelo qual a licitante é desclassificada do referido item;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 59.

Nunesfarma Distribuidor de Produtos Farmacêuticos LTDA. (CNPJ 75.014.167/0001-00)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 61.

Pharma Log Produtos Farmacêuticos LTDA. (CNPJ 13.485.130/0001-03)

- Solicitou desclassificação para o item 3, em virtude de cotação equivocada de item com apresentação diversa da requerida no Edital. A solicitação foi acatada pela Pregoeira;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 209.

Pontamed Farmacêutica LTDA. (CNPJ 02.816.696/0001-54)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 210, 242, 255 e 294.

Prati Donaduzzi & Cia. LTDA. (CNPJ 73.856.593/0001-66)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento do item 246.

Promefarma Representações Comerciais LTDA. (CNPJ 81.706.251/0001-98)

- Na proposta encaminhada os quantitativos indicados para os itens 5, 56, 62, 93 e 135 estão incorretos, fazendo-se necessário o envio do documento devidamente corrigido;
- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 60, 100, 101, 119, 135, 163, 211 e 229.

RG2S Distribuidora de Medicamentos LTDA. (CNPJ 31.905.076/0001-90)

- Solicitou desclassificação para os itens 137 e 237, em virtude de cotação equivocada de itens com apresentações diversas das requeridas no Edital. A solicitação foi acatada pela Pregoeira.

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 05.531.725/0001-20)

- Na proposta encaminhada o quantitativo indicado para o item 111 está incorreto, fazendo-se necessário o envio do documento devidamente corrigido;
- Não foi encaminhada a bula correspondente ao item 111, fazendo-se necessário o envio do documento (subitem 12.1.17 do Edital);
- Solicitou desclassificação para o item 254, em virtude de cotação equivocada de marca indisponível no mercado. A solicitação foi acatada pela Pregoeira.

Sulmedic Comércio de Medicamentos EIRELI (CNPJ 09.944.371/0001-04)

- Atendeu a todas as exigências do Edital e foi previamente habilitada para fornecimento dos itens 193 e 194.

VV Comércio de Medicamentos EIRELI (CNPJ 22.771.751/0001-44)

- Não foi encaminhada a bula correspondente ao item 20, fazendo-se necessário o envio do documento (subitem 12.1.17 do Edital).

Dada a imperiosa necessidade da Administração Pública na aquisição dos itens objeto deste certame, com vistas à disponibilização de medicamentos à população, a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio, decide por conceder prazo para regularização das pendências elencadas até 30 de março de 2020, às 17hs00min, devendo as licitantes indicadas promoverem o despacho da documentação no prazo assinalado para licitacao@cisamvi.sc.gov.br

Quanto às desclassificações dos itens 3, 63, 85, 89, 137, 138, 152, 180, 188, 237, 254 e 305, pormenorizadas acima, convocam-se os próximos colocados abaixo indicados, que deverão encaminhar, além da proposta, toda a documentação complementar necessária para habilitação para licitacao@cisamvi.sc.gov.br no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia subsequente ao da publicação desta Ata (despacho até 30/03/2020):

Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA. – item 305

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA. – item 89

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. – item 254

Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA. – item 137

Dimeva Distribuidora de Medicamentos LTDA. – item 63

Medicamentos de AZ EIRELI – item 85

Promefarma Representações Comerciais LTDA. – itens 180, 188 e 237

RG2S Distribuidora de Medicamentos LTDA. – item 3

Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA. – item 152

Stock Med Produtos Médico-Hospitalares LTDA. – item 138

Quanto à desclassificação do item 72, acima pormenorizada, considerando que não houveram mais propostas/lances registrados, o item é declarado FRACASSADO.

Registra-se, por fim, que embora algumas empresas licitantes tenham restado previamente habilitadas após a conferência da documentação encaminhada, antes da ADJUDICAÇÃO será feita a verificação dos valores auferidos em consonância com a Lista de Preços Máximos definida pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), em sua versão mais atualizada, conforme item 9.6 do Instrumento convocatório.

Encerrada a conferência da documentação foi lavrada e firmada a presente Ata pela Pregoeira.

Pregoeira Daniella Martins Tarouco

CISAM

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 004/2020

Publicação Nº 2418144

PORTARIA CISAM MO Nº – 004/2020 DE 20/03/2020

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, à Servidora Andressa July Mantovani (Matr.0010), ocupante do Cargo de Provimento efetivo de Assistente Administrativo, Nível 105, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26/03/2019 a 25/03/2020, para serem fruídas no período de 26/03/2020 a 24/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 20 de março de 2020

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidora

LAMBARI

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

Publicação Nº 2418338

RESOLUÇÃO CONJUNTA 02/2020, DE 24 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DIANTE DO RISCO DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO COM O CORONAVÍRUS – COVID-19, NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – AMAUC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ARI REICHERT, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, NEUSA KLEIN MARASCHINI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CÁTIA TESSMANN REICHERT, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, no uso das atribuições que lhes conferem os respectivos Estatutos Sociais, e em consonância com a decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária Conjunta, no dia 17 de março de 2020, e com base nas novas determinações do Governo do Estado feitas através do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020,

RESOLVEM, sem prejuízo da prestação dos serviços e do funcionamento regular das entidades:

Art. 1º Estender por 7 (sete) dias o prazo previsto no inciso I, do art. 1º e art. 3º da Resolução Conjunta nº 01, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Aos Municípios integrantes das entidades signatárias, recomenda-se atendimento às novas medidas estabelecidas no Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, além das não revogadas no Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor no dia 25 de março de 2020.

Concórdia, 24 de março de 2020.

EMERSON ARI REICHERT AMAUC	NEUSA K. MARASCHINI CIS AMAUC	CÁTIA T.REICHERT CONSÓRCIO LAMBARI
-------------------------------	----------------------------------	---------------------------------------

CONDER**COMUNICADO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LIC. 011.2020 - PP 09.2020 - LUMINÁRIAS LED, REFLETORES E BRAÇOS**

Publicação Nº 2417924

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no exercício das atribuições, torna público aos interessados que

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 em decorrência da infecção humana pelo coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade de se atender as recomendações da Organização Mundial da Saúde e dos demais órgãos da saúde para prevenir a propagação do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição de dispositivos legais acerca da adoção de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO, ainda, no âmbito estadual, a edição dos Decretos nº 507 de 16 de março de 2020, nº 509 de 17 de março de 2020 e nº 515 de 17 de março de 2020 que dispõem sobre as medidas de prevenção e combate ao contágio pelo coronavírus (COVID-19) e declarou situação de emergência em todo o território catarinense e decretação de quarentena pelo período de 07 (sete) dias;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública,

SUSPENDE, por prazo indeterminado, todos os atos presenciais pertinentes ao Processo Licitatório nº 011/2020, Pregão Presencial nº 09/2020, inclusive a sessão de julgamento de documentos e propostas prevista para ser realizada na data de 31 de março de 2020;

O prosseguimento e retomada dos atos inerentes ao citado processo de licitação será comunicado através do link do certame junto ao Site do CONDER www.conder.sc.gov.br e pelo Diário oficial dos Municípios - DOM, ao qual os interessados deverão acompanhar para ciência dos próximos encaminhamentos.

São Miguel do Oeste, 18 de março de 2020.

GENÉSIO BRESIANI
Presidente CONDER